



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 74-75

SUSANA CORREIA (1955-2021) *IN MEMORIUM*

SILOS, MATAMORRAS E COVAS DE PÃO - ARMAZENAMENTO MEDIEVAL
E MODERNO EM PORTUGAL

AH

ARQUEOLOGIA
& HISTÓRIA

Título

Arqueologia & História

13ª Série

Volume

74-75

Ano de Edição

2025

Ano Associativo AAP

2022-2023

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Morais Arnaud e César Neves

Design gráfico

Paulo Freitas

Fotografia da capa

Escavações em BRA77A, que se prolongaram em 1978, sob a direcção de Susana Correia e João Castro

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

250 exemplares

Depósito legal

73 446/93

ISSN

0871-2735

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

- 5 Editorial
José Morais Arnaud

SUSANA CORREIA (1955-2021) IN MEMORIUM

- 9 Apresentação
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 11 Susana Correia / primórdios do Campo Arqueológico de Braga (1977/1978)
Francisco Sande Lemos
- 21 Uma mulher do Norte, em trânsito para o Alentejo
António Carlos Silva
- 27 Década de 80: alegria do trabalho num sopro de nostalgia
Teresa Marques
- 31 À Susana, uma serena viagem para Ítaca
Maria Filomena Barata
- 35 Legado de Susana Correia aos jovens arqueólogos
Jacinta Bugalhão
- 49 “*Informação Arqueológica*”. Um boletim de e para a divulgação da Arqueologia Portuguesa
Carlos Boavida
- 61 Susana Helena Bastos Correia da Fonseca (1955-2021), antiga aluna, amiga de sempre, cidadã empenhada: a nostalgia do Sul
Vitor Oliveira Jorge
- 65 Degebe em Alqueva: 1998-2001
Ana Sofia Antunes, Consuelo Gómez Granel, Lidia Virseda Sanz
- 83 A Rua do Sembrano. Um caso paradigmático de Arqueologia Urbana na cidade de Beja
Carolina Grilo
- 95 Susana Correia e o projeto do Museu de Moura
Santiago Macias
- 99 Memórias
Susana Lopes
- 103 Lembrando a Susana
Eduardo Pires de Oliveira
- 107 Susana. Memórias, Encontros e Partilhas
Ana Isabel Palma Santos
- 109 Susana Correia e o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa
Ana Sofia Antunes
- 117 Para uma bibliografia da Susana Correia
Manuela de Deus

SILOS, MATAMORRAS E COVAS DE PÃO – ARMAZENAMENTO MEDIEVAL E MODERNO EM PORTUGAL

- 125 Colóquio – “Silos, matamorrás e covas de pão – Armazenamento Medieval e Moderno em Portugal”
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida, João Marques, Teresa Marques
- 127 Os silos Medievais da *Villa* Romana da Sub-Serra da Castanheira do Ribatejo
Luísa Batalha, Guilherme Cardoso, Mário Monteiro
- 137 As “covas de pão” de Carnide: um grande celeiro às portas da Lisboa medieval
Ana Caessa, Nuno Mota

- 157 Silos Medievais de São Vicente de Fora – Lisboa
Nuno F. Poínhas Pires
- 167 Problemáticas em torno da gestão de um espaço ao longo de dois séculos: os silos medievais do Largo da Atafona – Lisboa
Vasco Noronha Vieira, Tiago Pereira, Vanessa Filipe, José Pedro Henriques, Dário Neves, Marina Carvalhinhos
- 177 Silos Medievais no Núcleo Histórico de Almada: tipologias e seu contexto
Sérgio Manuel Peleja Rosa
- 195 *Quem Guarda, acha!* Os silos medievais do Centro Histórico de Moura
Vanessa Gaspar

ARTIGOS

- 215 Lâmina de machado, pré-histórica, no culto ibérico a Júpiter?
Mário Varela Gomes
- 221 As antiguidades romanas em Júlio de Castilho: os casos particulares do teatro e das termas dos Cássios
Lídia Fernandes, Carlos Cabral Loureiro
- 239 Arqueolog(IA). O uso da Inteligência Artificial na prática e na teoria arqueológica
Daniel Carvalho
- 247 Francisco Santana. O olisipófilo e o periódico *Olisipo*
Eunice Relvas
- 253 Contar 30 Anos. A actividade da Comissão de Estudos Olisiponenses (1994-2024)
Carlos Boavida

RELATÓRIOS

- 263 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2022
José Morais Arnaud, Luís Raposo, Andrea Martins, José Barreto Domingos, Mariana Diniz
- 271 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2023
José Morais Arnaud, Luís Raposo, Andrea Martins, José Barreto Domingos, Mariana Diniz
- 279 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2022
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 283 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2023
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 287 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2022
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 291 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2023
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 293 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2022
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 297 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2023
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 301 Comissão de Heráldica – AAP. Relatório de Actividades do ano 2022
Lina Oliveira
- 303 Comissão de Heráldica – AAP. Relatório de Actividades do ano 2023
Lina Oliveira
- 305 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2022
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves
- 313 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2023
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves

EDITORIAL

José Morais Arnaud
Presidente da Direcção

A revista *Arqueologia & História* é a principal publicação da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e tem por objectivo documentar a actividade da instituição, ao longo de cada ano. O presente volume é um volume “duplo”, pois corresponde aos anos de 2022 e 2023, embora nem todos os artigos que nele se incluem correspondam a comunicações de facto apresentadas nesses dois anos. Procura-se, assim, publicar todos os trabalhos cujos textos foram entregues para publicação, independentemente da data em que as respectivas comunicações foram apresentadas. Com efeito, um dos principais problemas com que nos debatemos, no domínio das publicações, é o da dificuldade de obter os textos das comunicações que vão sendo apresentadas ao longo do ano, a tempo de serem incluídas no correspondente volume da revista.

No presente volume publicam-se, assim, as comunicações que foram apresentadas ao *Colóquio de Homenagem a Susana Correia (1955-2021)*, organizado pela Secção de História, e que decorreu no dia 13 de Outubro de 2022, as quais evocam uma arqueóloga e estimada consócia que desempenhou um papel fundamental na reorganização da actividade arqueológica em Portugal, nos anos 80, ao pôr a funcionar, juntamente com António Carlos Silva, o Departamento de Arqueologia do IPPC, o primeiro organismo público exclusivamente dedicado à actividade arqueológica, bem como o Serviço Regional de Arqueologia do Sul, a primeira estrutura descentralizada daquele Instituto, sediada em Évora. Susana Correia desenvolveu nesse âmbito, intensa actividade no âmbito da gestão, salvaguarda, investigação e musealização do património arqueológico, sendo um excelente exemplo de dedicação ao serviço público, destacando-se, ainda, pelas suas qualidades pessoais, que muito contribuíram para a resolução de conflitos e para a criação de um bom ambiente no seio da comunidade arqueológica.

Neste volume publicam-se também sete comunicações que haviam sido apresentadas ao colóquio *Silos, matamoras e covas de pão – Armazenamento Medieval e Moderno em Portugal*, organizado pela Secção de História e pela Comissão de Estudos Orlisiponenses da AAP, que teve lugar em 18 e 19 de Outubro de 2018.

Incluíram-se ainda várias comunicações isoladas apresentadas nas secções de Pré-História e de Estudos Orlisiponenses, cujos textos foram oportunamente entregues, bem como os habituais relatórios de actividades da Direcção e das Secções de Pré-História, História e das Comissões de Estudos Orlisiponenses e de Heráldica. Publicam-se ainda os relatórios de actividades relacionadas com o projecto de investigação VNSP3000 (Vila Nova de São Pedro – de novo no III Milénio), desenvolvidas em 2022 e 2023.

SUSANA CORREIA
(1955-2021)
IN MEMORIUM

APRESENTAÇÃO

João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida

A mesa da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Na sequência do falecimento da colega arqueóloga e amiga Susana Correia, no dia 2 de Novembro de 2021, a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), com o apoio da direcção da AAP e da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, resolveu prestar-lhe uma homenagem pública, com a realização do Colóquio “Susana Correia (1955-2021) *In Memorium*”.

Este decorreu no dia 13 de Outubro de 2022, no auditório do Museu Arqueológico do Carmo e contou com o testemunho de mais de duas dezenas de colegas que apresentaram 14 comunicações que retrataram o seu percurso profissional, numa intersecção indissociável do seu carácter humanista de uma personalidade ligada à história da arqueologia do pós 25 de Abril, não só dedicada à investigação, à gestão e divulgação do património arqueológico, como também pessoalmente dedicada à luta pelos direitos dos trabalhadores e ao desenvolvimento e afirmação das mulheres, num período histórico em que houve lugar a radicais e importantes mudanças políticas e sociais no nosso país.

Após a abertura do Colóquio, seguiu-se a apresentação das seguintes comunicações:

- “Susana Correia nos primórdios do Campo Arqueológico de Braga (1977/78)”, por Francisco Sande Lemos;
- “Uma mulher do Norte, em trânsito para o Alentejo – Lisboa, tempos do IPPC e do MNA”, por António Carlos Silva;
- “Década de 80 – Alegria do trabalho num sopro de nostalgia”, por Teresa Marques;
- “A minha Susana e Miróbriga”, por Filomena Barata;
- “Legado de Susana Correia aos jovens arqueólogos”, por Jacinta Bugalhão;
- “De Évora a Reguengos de Monsaraz, passando por Beja (muitas vezes): 1997-2005” por João Marques;
- “«Informação Arqueológica», um boletim de e para divulgação da Arqueologia Portuguesa”, por Carlos Boavida;
- “Susana Helena Bastos Correia da Fonseca, antiga aluna, amiga de sempre, cidadã empenhada: a nostalgia do Sul”, por Vítor Oliveira Jorge, texto lido por Teresa Marques;
- “Susana em Miróbriga – uma encruzilhada de afetos”, por Manuela de Deus, Florbela Costa Perpétua Guerreiro e Luís Cruz;
- “Carta Arqueológica de Cuba”, por Teresa Ricou Nunes da Ponte e Luís Costa Fialho;
- “Degebe em Alqueva: 1998-2001”, por Ana Sofia Antunes, Consuelo Gómez Granel, Alma Maestre Rubio e Lidia Vírveda Sanz;

- “A Rua do Sembrano, um caso paradigmático de Arqueologia Urbana na cidade de Beja”, por Carolina Grilo;
- “Susana Correia e o “enclave” do Baixo Alentejo”, por Manuela de Deus e Samuel Melro;
- “Susana Correia e o projeto do Museu de Moura”, por Santiago Macias.

Um conjunto substancial destes contributos, que constituem um exercício de saudade, amizade e de gratidão, são agora publicados sob a forma de artigos individuais no presente volume da revista *Arqueologia & História*, constituindo parte substancial do caderno dedicado ao Colóquio de homenagem.

Um bem-haja a todos!

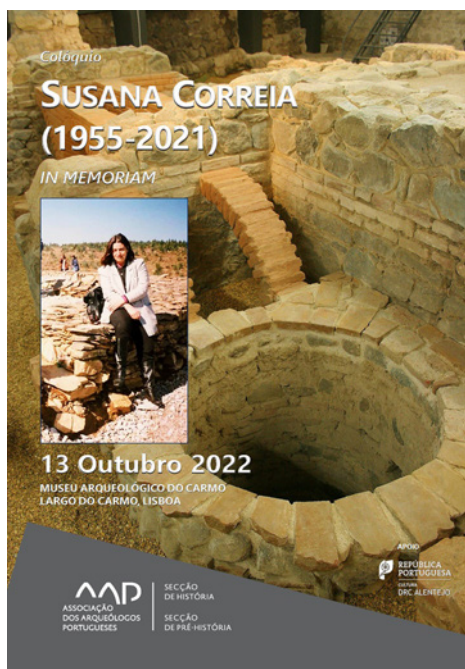


Figura 1 – Cartaz do colóquio Susana Correia (1955-2021) *In Memoriam*.

SUSANA CORREIA / PRIMÓRDIOS DO CAMPO ARQUEOLÓGICO DE BRAGA (1977/1978)

Francisco Sande Lemos

sandeleemos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Campo Arqueológico de Braga, tal como tem sido referido em numerosos artigos e trabalhos académicos¹ foi um dos vários projectos lançados na década de 70, após o 25 de Abril, no âmbito do processo global de reorganização da sociedade portuguesa, decorrente do fim da Ditadura e no domínio específico da Arqueologia. A génese e o desenvolvimento de cada um desses projectos têm uma história própria. Desta-

¹ Ver, por exemplo: “O salvamento de *Bracara Augusta* foi a primeira grande experiência de salvamento de carácter institucional desenvolvida em Portugal (Silva, 2002a, p. 307). O movimento nasceu em contexto associativo em 1973, mas rapidamente foi integrado numa estrutura da administração central (Alves, 2019, p. 8-9), o Campo Arqueológico de Braga. Esta experiência constituiu um laboratório de experimentação para diversas soluções institucionais para a Arqueologia portuguesa, uma vez que ao Campo Arqueológico de Braga sucederam a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Martins, 1989, p. 170), o SRAZ Norte (o primeiro a ser criado no IPPC), o Museu de D. Diogo de Sousa (Silva, 2002a, p. 314) e o serviço municipal de Arqueologia de Braga. Assim, em consequência deste projecto de salvamento, a cidade de Braga tornou-se, no final dos anos 70 e início dos 80, um dos mais importantes pólos da Arqueologia portuguesa (Alves, 2019, p. 17)”

In *A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI (1970 -2004)* Jacinta Bugalhão. Volume 1, p. 537.

cam-se pela sua continuidade e pelo dinamismo que ainda hoje mantém (passadas mais de quatro décadas) os de Braga (desde 1976) e Mértola (desde 1978).

O CAB nasceu por pressão da sociedade civil, organizada na CODEP (a qual irá dar origem à ASPA)². Teve o apoio da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, de entidades da Administração Pública e, em última instância, do I Governo Constitucional, sendo Primeiro Ministro o Doutor Mário Soares. Este, em deslocação a Braga, teve a oportunidade de observar destruições de património arqueológico no Alto da Cidade e com a determinação que o caracterizava mobilizou o Governo para uma série de medidas jurídicas e financeiras que asseguraram o futuro do Salvamento e Estudo de *Bracara Augusta* (Figura 1).

Numa primeira fase o Campo Arqueológico esteve sob a alçada do Governo Civil e da Junta Distrital³,

² ASPA: “Associação para a Defesa do Património e Ambiente”. A ASPA, fundada em 1976, também tem mantido uma actividade contínua, ao longo de décadas até ao presente, contando no seu *curriculum* intervenções tão importantes como o salvamento do Mosteiro de Tibães e do núcleo de abastecimento de água setecentista (mas com origem romana) das Sete Fontes. Publica a revista *A Mínia* e uma coluna quinzenal no *Diário do Minho* (“Entre Aspas”).

³ Tratando-se de uma intervenção directa do Governo e sendo o Governador Civil o seu representante no distrito justificou-se esta fase inicial.



Figura 1 – O local exacto onde a urbanização do Alto da Cidade foi bloqueada por decisão do I Governo Constitucional (ao tempo não se sabia, mas a compra dos terrenos do Alto da Cidade permitiu salvar as estruturas do Teatro romano e dos banhos anexos, exaustivamente estudadas por Manuela Martins na década de 90 e já neste século).

sendo posteriormente atribuída a responsabilidade da sua gestão científica à Universidade do Minho. Os meios financeiros eram provenientes de vários ministérios. Todavia os terrenos adquiridos no Alto da Cidade pelo Estado ficaram como propriedade municipal.

Nos primeiros anos, entre 1976 e 1979, ao CAB cumpria um objectivo essencial. O de provar que as ruínas da urbe romana ainda se conservavam no subsolo dos terrenos por urbanizar, esclarecendo dúvidas que então se levantaram, na cidade e não só, mas também no próprio meio arqueológico... A iniciativa do I Governo Constitucional tinha sido acertada? Seria possível contrariar, por evidência inegável, as múltiplas vozes das “forças vivas” de Braga que declaravam alto, e em bom som, que *Bracara* tinha sido totalmente arrasada por Visigodos e Muçulmanos? E que o CAB não estava a queimar dinheiro, existindo, para mais, o risco de paralisar o crescimento urbano? Na comu-

nidade arqueológica havia mesmo os que se interrogavam, expressamente, acerca do valor científico do projecto.

O trabalho de campo (através de sondagens e escavações), tanto no Alto da Cidade, como nos terrenos onde se realizaram em 1977 as sondagens de resistividade geo-eléctrica do Laboratório de Garchy⁴, ou, ainda em pontos sob ameaça imediata, era a prioridade do CAB (Figura 2).

Por outro lado, o tratamento do abundante material recolhido era uma tarefa não menos relevante. Pretendia-se evitar o fosso que muitas vezes se acumula entre escavações e tratamento do material recolhido. Todos os fragmentos de cerâmica eram lavados e marcados com as referências de campo, de acordo com um sistema geo-referenciado que ainda hoje se mantém (com pequenas alterações), permitindo o estudo científico das escavações, mesmo décadas depois.

Esta confluência de vontades e meios, Sociedade Civil, Governo, Universidade, constituiu uma novidade. Assim o projecto do Campo Arqueológico, pelas suas características suscitou expectativas na cidade de Braga e teve mesmo repercussão a nível nacional, congregando gente jovem das mais diversas paragens.

A jovem Susana Correia começou a sua carreira de arqueóloga no CAB, no primeiro semestre de 1977, num contexto de desafio social e científico. A sua relevante intervenção neste novo projecto da Arqueologia portuguesa é o tema deste artigo.

O autor (destas breves linhas) principiou a trabalhar no CAB, contratado para o efeito pela Universidade do Minho, em Julho de 1977, após o termo do ano lectivo do ensino secundário⁵. Quando cheguei a Braga, já a Susana Correia colaborava de modo permanente no CAB. Aluna de História da Faculdade de Letras do Porto, rumou a Braga, no último ano do curso. Suponho eu que assim pretendia adquirir a experiência de campo que, ao tempo, as faculdades não asseguravam.

Na verdade, na década de 70, o início da carrei-

⁴ Centre de Recherches Geophysiques de Garchy /CNRS, com sede em Nièvre. Os trabalhos foram dirigidos por A. Hesse e pagos pelo Governo português. O relatório elaborado por A. Hesse assim como as plantas estão no Arquivo da Unidade de Arqueologia da UM. Sondagens e escavações posteriores confirmaram na íntegra os mapas de estruturas arqueológicas desenhadas pela resistividade e remetidas ao CAB pela equipa francesa.

⁵ Eu era professor provisório na Escola Fonseca Benevides em Alcântara, Lisboa, estando já registada, para o ano lectivo de 77/78, a efectivação na Escola António Arroio.



Figura 2 – O Alto da Cidade em 1978. Distinguem-se as sondagens arqueológicas efectuadas a partir de 1977 no tabuleiro superior, bem como os prédios construídos antes de 1976 e que destruíram vestígios arqueológicos de características desconhecidas.

ra em Arqueologia começou deste modo para muitos estudantes universitários que procuravam ir para além do ensino teórico, então predominante no Ensino Superior.

No *Curriculum Vitae* da Susana Correia, que me foi enviado por Teresa Marques e que consta dos arquivos da Delegação Regional da Cultura do Alentejo, o trabalho que efectuou no CAB está resumido num parágrafo, destacando-se os pontos essenciais. Todavia, mesmo antes de ter recebido esse CV, consultei os Relatórios Mensais do Campo Arqueológico de Braga, relativos ao anos de 1977 e 1978. Nestes a Susana Correia é frequentemente mencionada. Não me recordo quem redigiu tais relatórios. Não se encontram assinados. Só poderia ter sido o Francisco Alves, com revisão final de Henrique Barreto Nunes. Constituem uma série de documentos importantes para a história do CAB. Foram passados do papel para computador (ainda não estava generalizado o uso da digitalização e dos PDF) na década de 80, por iniciativa de Manuela Martins ⁶.

⁶ Em meados dos anos 80 do século XX a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho iniciou o processo de digi-

Justifica-se neste volume *In Memoriam* transcrever alguns dos trechos que se referem à Susana Correia, por ordem cronológica. E comentar essas referências de modo a precisar o contexto, fazendo assim jus à intervenção de Susana Correia, no arranque de um dos projectos que marcaram, de modo decisivo, uma nova fase da Arqueologia Portuguesa.

E, para que se compreenda melhor as observações dos parágrafos seguintes, convém dizer que o CAB ficou instalado até 1981 em anexos do Palácio dos Biscaínhos, mais exactamente na cozinha e no pombal⁷. Espaços exíguos que foram aproveitados ao milímetro. Em contrapartida a possibilidade de se usufruir do magnífico e extenso jardim do palácio facilitava a organização das campanhas de Verão.

talização da informação arqueológica de Braga, o qual incluiu os relatórios de atividades do Campo Arqueológico de Braga, entre 1976 e 1980.

⁷ A instalação no Palácio dos Biscaínhos foi possível porque, conforme se disse, numa fase inicial o CAB estava dependente do Governador Civil e da Junta Distrital que tutelavam o edifício. Os espaços nobres do Biscaínhos estavam reservados para Museu, objectivo que se concretizou, estando actualmente sob alçada da DRCNorte.

2. 1977

Neste ano só foram elaborados os relatórios relativos aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro e são muito sintéticos. Referem-se, por alto, às escavações arqueológicas e salientam o esforço no registo do material, de tal modo que no final do ano, a situação estaria regularizada. A Susana Correia participou quer na campanha de Verão, quer no trabalho de laboratório que se seguiu, tendo contribuído para reduzir o atraso no processamento do material recolhido nas escavações preliminares de 1976 e, mais amplas, do primeiro semestre de 1977.

3. 1978

3.1. Relatório do CAB – Janeiro de 1978

“I.3. Na intenção de clarificar a situação e de expor os seus pontos de vista próprios, o CAUM (representado por todos os seus membros efectivos – além da Dra. Susana Correia – membro eventual, mas responsável pelo laboratório), foi recebido a 23 de Janeiro, pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga. Desta reunião estabeleceu-se um largo consenso quanto às futuras modalidades institucionais e de funcionamento do CAUM, que viriam a ser definidas no relatório de 26 de Janeiro à C.I. da U.M..

I.4. Parte da movimentação atrás exposta – resulta da atribuição ao CAUM, de uma verba do MHUC através da CMB, sendo a sua gestão assegurada por esta última entidade.

II – A chegada da verba atrás citada, coincidiu, como se depreende pelos relatórios anteriores, não só com a abertura de uma nova frente de trabalhos, como também com novas fases nos trabalhos em frentes já abertas. Assim:

II.1 – No que diz respeito ao trabalho de laboratório:

a) Recuperou-se definitivamente o atraso que desde muito (praticamente desde 1976), se tinha instalado nas fases de lavagem, inventariação, catalogação e marcação dos materiais

b) Como consequência deste facto, desde 5 de Janeiro começou a fase de triagem do material a desenhar, passando-se concomitante à fase de desenho.

c) A verba acima referida veio entretanto permitir a reestruturação material e espacial do laboratório. Com efeito, a exiguidade dos locais provisórios do CAUM no Palácio dos Biscaínhos, atingiu o seu ponto crítico ao chegar-se à fase actual dos trabalhos. Foi portanto efectuada uma modificação radical no aproveitamento das várias zonas do laboratório, tendo-se

mudado o depósito dos materiais cerâmicos da sala “Este” para a “Oeste”, reservando a primeira para laboratório de restauro, depósito de materiais metálicos e parcialmente, para desenhos e arquivo.”

Primeira referência à responsabilidade de **Susana Correia** como responsável pelo Laboratório, confirmada no Relatório de Fevereiro, em que se descreve, em detalhe, o organigrama do CAB.

3.2. Relatório do CAB – Fevereiro de 1978

“No mês de Fevereiro a dimensão dos empreendimentos do CAUM implicou um substancial aumento de efectivos, que no fim do mês, ultrapassaram o quantitativo de quarenta elementos.

O organigrama do funcionamento do Campo Arqueológico passou a ser o seguinte:

A – Trabalho de campo:

1) Três equipas de escavação dirigidas por 1 arqueólogo e dois enquadrantes e composta cada uma delas por 5 a 6 elementos.

2) Quatro equipas de levantamentos composta cada uma por dois elementos a fim de poder documentar-se rapidamente as estruturas arqueológicas postas a descoberto precedentemente.

B – Trabalhos de laboratório:

1) Sector de lavagem e marcação composta por três elementos permanentes, reforçado esporadicamente por participantes irregulares.

2) Sector de colagem- dois a três elementos permanentes.

3) Sector de desenho composto por dois a três elementos, que asseguram a passagem a tinta das plantas fornecidas regularmente pela equipa de levantamentos de campo.

4) Sector de apoio ou economato composto por um elemento que assegura o fornecimento regular do material requisitado.

5) Sector de separação e estudo de materiais composto por uma a duas pessoas que preparam os materiais para as sessões bissemanais de trabalho com a Dra. Manuela Delgado.

C – Equipa de inventariação arqueológica e dinamização cultural já precedentemente evocada nos relatórios anteriores.

D – Elemento de apoio fotográfico.

E – Elemento encarregado do secretariado

Funções nominais:

Francisco Alves – Coordenador geral das actividades do CAUM.

Henrique Barreto Nunes e Eduardo P. de Oliveira – técnicos encarregados do sector C.

Francisco Sande Lemos – Técnico coordenador da actividade de campo.

Maria da Graça M. S. Dias – encarregada do sector E.

Susana Correia e Mário Santos – encarregados dos sectores B1 B2 B4 e B5.

Jorge Prim – encarregado do sector D.

Manuel Santos – encarregado do sector B4.

Joaquim Filipe F. Antunes – encarregado da ligação entre os sectores A2 e B3 e responsável por uma equipa de A2.

Fernando Barbosa e Fernando Matos – responsáveis por duas equipas de A2.

Victor Hugo e Mário Meireles – responsáveis por duas equipas de A1.”

3.3. Relatório do CAB – Março de 1978

“Il Sector de Actividade do Laboratório

Il 1 – A actividade de campo referida de início, supõe, como é evidente, a manutenção de uma equipa de tratamento de materiais (lavagem, inventariação, marcação, etc) capaz de corresponder ao volume das entradas do material que durante este período, se efectuou a uma cadência bastante superior à normal.

Il 2 – Do mesmo modo, o sector das reconstituições e colagens foi incentivado, para poder corresponder ao ritmo das entradas, e agora também, ao ritmo das saídas solicitadas;

Il 3 – Com efeito, como já tinha sido referido em relatórios anteriores, a partir deste mês começou, de um modo sistemático, a colaboração da Dra. Manuela

Delgado, assistente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto na separação tipológica e estudo do material ceramológico de Braga, tendo a **Dra. Susana Correia** recém-licenciada em História pela Universidade do Porto, mas participante na actividade do CAUM desde 1977, transitado para este sector, ficando outro elemento (Mário Santos) encarregado da orientação dos trabalhos de base do laboratório.”

Este excerto do relatório do CAB é muito interessante, pois confirma a anterior referência do Relatório de Fevereiro a Susana Correia, bem como a deslocação periódica da Manuela Delgado a Braga, a fim de prestar apoio no âmbito dos cerâmicas (Figuras 3 e 4).

O Laboratório de tratamento dos materiais, do qual a **Susana Correia** foi a primeira Directora ainda hoje funciona em pleno, tendo transitado do CAB para o Museu de D. Diogo de Sousa em 1981, aquando da revitalização daquele museu. Aliás este Laboratório tem sido uma das traves mestres do MDDS. Em recente conversa com a Clara Rodrigues Lobo, talvez a primeira guardiã do material em depósito no museu, ela lembrou-me que, ao começar a trabalhar no CAB, em Janeiro de 1978, foi a **Susana Correia** uma das primeiras pessoas que a acolheu na cozinha dos Biscaínhos.

Em 1979 a Manuela Delgado passou a integrar o quadro da UM, como técnica superior e desde então foi um elemento fundamental do estudo de *Bracara Augusta*, mesmo após a reforma.



Figura 3 – Susana Correia, Sónia, e João Castro no registo de materiais, no Laboratório improvisado na cozinha dos Biscaínhos. Os dossiers com as listagens dos materiais, que se observam na imagem, ainda hoje se conservam no Museu de D. Diogo de Sousa, embora grande parte dos registos já tenha sido informatizada (esclarecimento de Clara Rodrigues Lobo, a quem agradecemos).



Figura 4 – Lavagem de cerâmica no exterior da cozinha dos Biscaínhos. Susana Correia, sentada no lado esquerdo da imagem.

3.4. Relatório do CAB – Abril

3.4.1. Ensino

“Como tem vindo a ser referido em precedentes relatórios, a docência da disciplina do 2º semestre do corrente ano, “Teoria e Prática Arqueológica” (Antropologia e História II) do curso de Ciências sociais da Universidade do Minho foi atribuída ao director do Campo Arqueológico que a organizou do seguinte modo, com o acordo dos respectivos Departamentos da Universidade do Minho:

1 – As aulas semanais foram organizadas segundo os temas e o calendário abaixo discriminado, e reparadas pelos elementos do núcleo responsável do Campo Arqueológico, conforme as aptidões e especialidades específicas:

00. Apresentação

01. Teoria e Metodologia – Drª Susana Correia

02. Reconstituição do ambiente – Dr. Sande Lemos

03. Estados de evolução. O Paleolítico – Dr. Sande

Lemos

04. O Mesolítico e Neolítico – Drª Susana Correia

05. O Neo-Calcolítico – Drª Susana Correia

06. A Idade do Bronze – Dr. Francisco Alves

07. A Idade do Ferro – Dr. Francisco Alves

08. Bracara Augusta – Eduardo Pires de Oliveira

09. A cidade romana: urbanismo e arquitectura –

Dr. Barreto Nunes

10. A criação do Campo Arqueológico – Dr. Barreto

Nunes

2.1. As aulas práticas baseavam-se na rotatividade dos alunos, desde início organizados em pequenos grupos, com um máximo de 5 elementos, de modo a permitir ao fim do semestre, a sua passagem pelos três sectores de actividade do CAUM:

Laboratório (Drª Susana Correia), Campo (Dr. Francisco Alves), e Carta Arqueológica (Dr. Barreto Nunes e Eduardo A.P.Oliveira), onde seriam iniciados às técnicas específicas de cada uma delas.

2.2. Afim de criar um sector do Campo apto a servir de Laboratório experimental foi cuidadosamente coberta com módulos impermeáveis, assente numa estrutura tubular, a zona da casa dita “da bica” que passou a ter a designação em código de BRA 78U. Esta zona, foi começada a escavar cuidadosa e metodicamente, com técnicas pouco comuns à arqueologia romana passando a ser sistematicamente documentada e fotograficamente (diapositivos), de modo a constituir uma amostra pedagógica-didática exemplar. Importa também referir, que para apoiar e dinamizar o trabalho nesta zona, necessariamente bastante lento, foi criada uma pequena equipe de três elementos, que assegura

ria a escavação durante os períodos em que não há aulas, pois na realidade, para os alunos da Universidade do Minho apenas existem 2 meios dias de escavação por semana.”

Este excerto do Relatório Mensal de Abril de 1978 do CAB justifica uma particular observação. A disciplina de **Teoria e Prática Arqueológica** pode considerar-se precursora de uma formação na área de Arqueologia na Universidade do Minho, que só viria a ser concretizada 20 anos mais tarde, em 1998, com a criação da Variante de Arqueologia (a qual foi, todavia, antecedida, pela criação, em 1993, do Mestrado em Arqueologia). O Doutoramento em Arqueologia só foi criado em 2006.

Em 1979 o Francisco Alves e eu tivemos uma reunião com o Reitor da UM e vinculámos a necessidade de contratar um assistente, pois tanto o projecto de *Bracara Augusta* como outras solicitações regionais dificultavam em muito a capacidade de ambos para assumir responsabilidades pedagógicas. Embora não totalmente convencido o Prof. Loyd Braga, face á nossa insistência, autorizou a abertura de um concurso, tendo sido assim que Manuela Martins principiou a sua carreira na UM, a 1 de outubro desse ano.

Um outro pormenor interessante: as aulas práticas, no campo. Mais tarde, a UM foi a primeira universidade a integrar na formação dos alunos estágios de campo obrigatórios de um mês, realizados anualmente, no final do ano lectivo. Os alunos de Arqueologia da UM tiveram assim oportunidade de participar nas escavações realizadas nas termas da Cividade, que decorreram até 1999, bem como nas Carvalheiras, concluídas em 2001, tendo acompanhado de perto as sucessivas fases de descoberta e escavação do teatro romano que decorrem, em continuidade, desde 1999. Na verdade, as áreas protegidas de *Bracara Augusta* representam um extraordinário laboratório para a aprendizagem da Arqueologia.

Neste mesmo de Abril a Susana Correia dirige, em conjunto com Eduardo Oliveira, escavações no Castro Máximo (povoado proto-histórico situado no perímetro urbano de Braga, embora fora das áreas históricas da cidade (romana, medieval e barroca) (Figura 5). No cume do povoado, revolvimentos de terra tinham colocado a descoberto a muralha (imagem). Os resultados deste trabalho foram publicados.

3.4.2. Intervenções no território

“Como referido no relatório do mês de Março, o CAUM foi solicitado para intervir em Pedroso (Celorico de Basto), a fim de proceder ao salvamento de uma necrópo-



Figura 5 – Trabalhos arqueológicos no Castro Máximo, Braga. No lado direito da imagem a Susana Correia.

le do tipo “Campo de urnas”, pelo que remetemos ao relatório em anexo, referente à campanha aí efectuada de 8 a 16 de Abril.”

A **Susana Correia** foi um dos elementos do Campo Arqueológico que participou nos trabalhos arqueológicos realizados em Pedroso, na Serra da Lameira (Figura 6). O sítio é uma das referências para o estudo da Idade do Bronze (II milénio A. C.) do Norte de Portugal. Foi descoberto devido ao alargamento de uma estrada. A intervenção foi desencadeada por um alerta do eng. Ilídio de Araújo, natural da zona. A equipa do CAB ficou alojada na sala principal da pequena Escola Primária, que ficava junto às covas abertas no saibro. De manhã era necessário arrumar as mesas e cadeiras e juntar as mochilas a um canto, de modo a que os alunos pudessem frequentar as aulas. Ao tempo parte das povoações da Serra da Lameira ainda não tinham nem luz eléctrica nem abastecimento de água (A Arqueologia chegou primeiro....). Para se obter a água para se cozinhar e lavar funcionava um poço da escola de modelo tradicional com roda metálica manual, através do qual se puxava a água do fundo. As alunas e alunos deslocavam-se a pé, envergando sobre as vestes as

tradicionais croças de palha, a fim de se protegerem do frio e da chuva (ver Imagem 7).

Não será ousado sublinhar que este trabalho, assim como outros de menor dimensão, foram percussores de uma actividade de cariz regional, que mais tarde, esteve na origem do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, com sede em Braga (1981).

Paralelamente, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho prosseguiu com intervenções no Minho e em Trás-os-Montes, mediante protocolos com as autarquias, embora sem nunca esquecer o estudo de *Bracara Augusta*, tanto dos equipamentos públicos (o conjunto Teatro/banhos anexos ou a Muralha da Antiguidade Tardia), como da rede do edificado privado, tema de recente dissertação de doutoramento.

3.5. Relatório do CAB – Maio

4. *“Francisco Alves e **Susana Correia** participaram em Setúbal numa reunião preparatória para a elaboração de um Boletim de Informação Arqueológica de âmbito nacional, para o qual o Campo Arqueológico de Braga foi o elemento motor (ver circular em anexo).”*

Não analisamos esta importante iniciativa do CAB



Figura 6 – Intervenção arqueológica em Pedroso, Celorico de Basto. A Susana Correia, no centro da imagem.

pois é tema de uma comunicação específica de Carlos Boavida. Remetemos para o texto deste arqueólogo e que integra as actas do colóquio a editar pela AAP.

3.6. Relatório do CAB – Agosto de 1978

No âmbito das campanhas de Verão, Susana Correia foi responsável pelo sector BRA77A, mais João Castro. A zona BRA77A, designada como “Praia das Sapátas”, teve, posteriormente, uma história conturbada, demasiado longa para ser aqui registada.



Figura 7 – Alunas da primária de Pedroso, a caminho da escola, na Primavera fria e chuvosa da Serra da Lameira, Celorico de Basto.

3.7. Os relatórios dos meses seguintes do ano de 1978 são pouco minuciosos. Consideramos que as referências já transcritas são mais que suficientes para ilustrar o contributo de Susana Correia.

4. A EXCURSÃO AO CENTRO E SUL DE PORTUGAL EM MARÇO DE 1978

Vítor Hugo Coimbra Torres, antigo elemento do CAB e técnico de restauro (recentemente aposentado) do MDDS (em conversa telefónica e a propósito dos tempos do Campo Arqueológico) lembrou-me a excursão do GEAP ao Centro e Sul de Portugal, em que participaram vários elementos do CAB. Na verdade, sempre se procurou estabelecer pontes com outros grupos de arqueologia, designadamente com a Universidade Universidade do Porto. Estas viagens, para além do conhecimento acrescido, permitiam abrir novas perspectivas. De Braga integraram a excursão Francisco Alves, Francisco Sande Lemos, Susana Correia e VHCT. Este último ainda conserva o documento elaborado pelo GEAP, incluindo cronograma da visita, a sítios paradigmáticos (designadamente as grutas do Bombarral; a gruta da Furninha, em Peniche; Lapa do Fumo, em Sesimbra). Há uma colecção de interessantes fotografias, que incluem a Susana Correia.



Figura 8 – Escavações em BRA77A, que se prolongaram em 1978, sob a direcção de Susana Correia e João Castro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica assim bem documentado, julgo eu, o relevante contributo de Susana Correia nos primórdios do Campo Arqueológico de Braga ou seja num tempo de mudança que marcou a Arqueologia Portuguesa, na fase de consolidação da Democracia.

Durante a elaboração deste texto, perguntei-me porque motivo a Susana Correia abandonou a colaboração com o Campo Arqueológico de Braga, em 1979. Ao ler o excelente texto redigido por Susana Lopes para o *In Memoriam* e também graças ao testemunho de António Martinho Baptista (em conversa telefónica), ficou esclarecida essa questão: a Susana Correia acalentava o sonho de ir trabalhar no Sul de Portugal, no Alentejo, objectivo que cumpriu.

Recordo a terminar, a minha memória da Susana Correia. A de uma jovem com o projecto claramente assumido de trabalhar em Arqueologia, disponível para e capaz de realizar um leque diversificado de tarefas: a participação em sondagens e escavações, enquadrando voluntários; o tratamento dos materiais resultantes, mesmo no laboratório provisório instalado na cozinha do Palácio do Biscaínhos; o ensino no âmbito do Curso de Ciência Sociais da UM. Sempre de um modo sereno.

Recordo também a Susana Correia como uma

pessoa muito educada, de bons modos, uma companheira alegre dos momentos de lazer que reuniam os elementos do CAB quando o trabalho diário findava. Muitas vezes celebrações de aniversários, ou simples vontade de conviver, o que era facilitado pela circunstância do pessoal do Campo Arqueológico usufruir do jardim dos Biscaínhos, um paraíso, hoje consagrado monumento histórico.

Francisco Sande Lemos
Lisboa, Outubro de 2022. Revisão em Outubro de 2025.

Nota

Agradecemos a colaboração de: Manuel Santos, técnico responsável pela Fototeca do Museu de D. Diogo de Sousa, autor da maioria das imagens; Víctor Hugo Coimbra Torres, que facultou dados sobre os anos 1977/78 do CAB e lembrou a excursão de Março de 1978, organizada pelo GEAP; de Manuela Martins que procedeu à revisão do texto, corrigindo erros gramaticais e acrescentando importantes dados sobre o ensino da Arqueologia na UM, de modo sintético mas esclarecedor.

UMA MULHER DO NORTE, EM TRÂNSITO PARA O ALENTEJO

António Carlos Silva

acs.mtpedras@gmail.com

*Não se choram os mortos, cultivamos neles
a nossa solidão.*

Agustina Bessa Luís, “A muralha” (1957)

Embora, nos tenhamos cruzado várias vezes ao longo da década de setenta, a primeira memória que retinho da Susana Correia, data do início de Outubro de 1980 quando, por coincidência, no mesmo dia e hora, ambos nos apresentámos ao serviço em Belém, no Museu Nacional de Arqueologia. Em Maio desse ano acontecera em Faro o IV Congresso Nacional de Arqueologia e Francisco Alves, então responsável pelo Campo Arqueológico de Braga, fora convidado por Vasco Polido Valente, para reabrir o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia e dar corpo a um Departamento de Arqueologia no anunciado novo Instituto Português do Património Cultural (IPPC). Essas eram, há quatro décadas, as circunstâncias imediatas que, quase acidentalmente, vinham alterar as vidas de uns tantos jovens licenciados, que sonhavam ser arqueólogos mas cujas perspetivas profissionais, passavam por outros campos, em especial pelo Ensino Secundário, em crescimento exponencial nesses anos do pós “25 de Abril”. Requisitados ao ensino público por iniciativa e proposta de Francisco Alves, eu, a Susana Correia, e uns quantos outros colegas nas mesmas condições, entrávamos felizes e confiantes na ala poente dos Je-

rónimos, onde desde o início do século XX, estava instalado o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, como ainda então se chamava. Íamos finalmente fazer aquilo que gostávamos e que, uma vez acabada a Faculdade, apenas conseguíamos, sacrificando as férias, (e ainda por cima, pagavam-nos para isso...). Em tempo de carreiras aceleradas, à época eu era já professor efetivo no Liceu da Amadora. A Susana, três anos mais nova, após curtas experiências em escolas do Norte (Penafiel e Santo Tirso) fora entretanto colocada como professora provisória na Escola Secundária de Odemira. Embora não chegasse a dar aulas em Odemira, aquela colocação, não concretizada graças ao destacamento, prenunciava já o seu futuro trânsito para o Alentejo.

Antes desse primordial encontro no velho Museu de Belém, que eu já frequentava desde os primeiros tempos da Faculdade (1970), quer em aulas práticas, quer nas atividades do GEPP, era quase inevitável que me tivesse entretanto cruzado com a Susana. Em 1973, como estudantes (a Susana ainda calouira) ambos participámos no III Congresso Nacional de Arqueologia, organizado no Porto pela respetiva Universidade. No meu caso e certamente ainda mais no da Susana, era o primeiro contacto com a “paroquial e bafienta” arqueologia portuguesa que iríamos, anos mais tarde, ajudar a transformar (pelo menos gostávamos de pensar isso). Em 1975, pouco tempo após o “25 de

Abril”, ambos participámos no Colóquio de Arqueologia de Setúbal, organizado por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, um encontro já marcado pelos ventos da mudança e que prenunciava importante transformação geracional na arqueologia portuguesa. De facto assistia-se então ao crescente envolvimento dos alunos universitários nos trabalhos de campo promovidos pelos novos professores e assistentes das três Faculdades de Letras do país. No Porto destacavam-se Vítor Oliveira Jorge, Susana Lopes ou Carlos Alberto Ferreira de Almeida; em Coimbra, Jorge Alarcão; em Lisboa, Victor Gonçalves, José Arnaud e Cláudio Torres, entre outros. Terá sido nesse contexto que me te-rei cruzado de novo com a Susana, quer na visita que elementos do GEPP (Grupo de Estudos do Paleolítico Português) lisboeta, fizeram às escavações do GEAP (Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto) nas grutas do Bombarral (1975 e 1976), dirigidas por Vítor Oliveira Jorge (fundador de ambos os grupos, como é sabido), quer, mais tarde, em visitas que fiz às escavações de Bracara Augusta, onde a Susana Correia teria a sua primeira experiência profissional, após a conclusão do curso (1978). Aliás, o Campo Arqueológico de Bracara Augusta, integrado na novíssima Universidade do Minho e criado para dar resposta a uma situação de reconhecida calamidade patrimonial, era à época a única estrutura arqueológica com alguma capacidade de enquadramento profissional, o que explica a atratividade que exerceria sobre vários jovens acabados de sair das várias Faculdades, incluindo a de Lisboa. No entanto, é bem possível que eu e a Susana, talvez nos tenhamos também cruzado nesta própria sala, em 1977, a quando das III Jornadas da Associação Arqueólogos Portugueses, em cujas listas de participantes estamos registados. Mas de facto, a minha primeira memória concreta remete para o tal dia de Outubro, onde sem o sabermos ainda, ambos iniciávamos um percurso profissional quase paralelo, que se iria cruzar e descruzar ao longo de quatro décadas e que, independentemente das distâncias físicas ou dos variadíssimos contextos funcionais em que nos envolvemos, teve sempre o cimento de uma sólida e indiscutível amizade, forjada desde cedo, numa estreita cumplicidade de preocupações e interesses profissionais, culturais e sociais.

É verdade que a Susana, por razões administrativas, ainda voltaria ao ensino, ao ser colocada no ano letivo de 1984/1985, na Escola Secundária de Grândola. Mas até esse aparente tropeção na carreira arqueológica, encarado com a sua habitual bonomia, contribuiria para aprofundar a irreversibilidade do

seu caminho em direção ao Sul, uma direção que eu próprio, por razões familiares e profissionais, também seguiria um pouco mais tarde. Nesse prólogo alentejano, a Susana para além de aproveitar a ocasião para recrutar para a Arqueologia uma colega de escola que, talvez nunca tivesse sonhado ser arqueóloga (Filomena Barata), iniciava a ligação à arqueologia e ao património alentejano, promovendo desde logo trabalhos de carta arqueológica no território de Grândola.

NO DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA DO IPPC

Entre Outubro de 1980 e Setembro de 1986, a Susana instala-se em Lisboa, de armas e bagagens. Nos primeiros tempos num antigo andar para os lados da Almirante Reis que pertencera ao seu tio, o conhecido arqueólogo e historiador de arte, Virgílio Correia. Mais tarde em apartamento próprio que adquiriu num velho prédio, a Santa Catarina. Tal como a generalidade dos colegas destacados para o Museu, Departamento ou Serviços Regionais, apesar da sua juventude, para além da formação universitária, a Susana apresentava-se já com larga experiência de trabalho de campo uma vez que participara em numerosas escavações promovidas pelos seus professores de arqueologia do Porto. No seu caso, exibia até alguma prática profissional, o que era raro à época, graças ao já referido envolvimento no Campo Arqueológico de Braga logo após a conclusão da licenciatura. Ainda que, a uma distância temporal já considerável e enquanto intervenientes no processo, tenhamos alguma tendência natural a enfatizar e até a romancear a amplitude emocional e natureza voluntarista do envolvimento profissional nas estruturas que ajudámos a instalar, convém não ignorar o contexto específico em que a nossa geração se movimentava. Era todo uma nova prática de arqueologia que se perspetivava, com poucas regras ainda definidas e quase sem histórico que nos condicionasse (não era “a imaginação ao poder,” mas quase...). Apesar das preocupações de reenquadramento de uma disciplina até então quase “amadora”, através da novidade dos “projetos de investigação” ou da normalização técnica dos relatórios, por exemplo, o foco das preocupações centrava-se antes de mais nos objetivos arqueológico-patrimoniais a atingir e menos no contexto administrativo-legal que paulatinamente haveria de tomar conta da arqueologia institucional. Ao recordar hoje o papel da Susana em todo esse processo pioneiro, tenho presente esses primeiros anos em Lisboa, sobretudo no Departamento de Ar-

queologia do IPPC, que eu na prática dirigia a partir de 1982. Francisco Alves, diretor do Museu e do novo Departamento do IPPC, estava claramente mais motivado pela reorganização do Museu e pela promoção da arqueologia subaquática, pelo que foi delegando a direção executiva do Departamento. Face à minha natural inexperiência, apenas colmatada por um grande voluntarismo, valeu o espírito de camaradagem e de entreajuda dos colegas, onde avultava, pela sua genuína generosidade, a Susana Correia. Nesses anos iniciais, tanto no Museu como no Departamento de Arqueologia, a Susana fez de tudo um pouco e sempre de forma abnegada, entusiástica e especialmente competente, nunca entrando em facilitismos, mesmo que fosse necessário sacrificar prazos ou horários. No novo Departamento de Arqueologia, por onde começava a fluir toda a informação de enquadramento administrativo e financeiro da crescente atividade arqueológica, a Susana irá colaborar de forma estreita mas sem paternalismos a que era totalmente avessa, com os funcionários administrativos, uma equipa motivada mas com um lastro burocrático pesado. Trabalhando a seu lado, a Susana procurava agilizar procedimentos e metodologias e, graças à sua formação e amplo conhecimento do terreno, participaria ativamente na reorganização dos antiquados processos administrativos, sempre muito confusos e pouco congruentes com a realidade arqueológica que era suposto espelharem. Decorrendo desta tarefa, assumiu também a recolha e ordenamento da numerosa documentação fotográfica dispersa nesses processos. Num âmbito mais técnico, torna-se a grande responsável pelo retomar da publicação da revista *Informação Arqueológica*, a cuja criação estivera ligada no Campo Arqueológico de Braga da Universidade do Minho. No Departamento coordena a sua publicação entre os nº2 e 7. Ou melhor dizendo, assume diretamente a recolha, ordenação e tratamento do máximo de informação possível sobre a arqueologia portuguesa relativa a cada um dos anos civis em causa, numa lógica de “anuário”. Convém a este propósito recordar que estávamos ainda em era pré-informática e quase tudo era preparado na base do *copy-paste* analógico. Ou seja, textos dactilografados, fotocópias, tesoura, cola e muitas folhas A4 para a montagem final, remetida *a posteriori* à tipografia para a impressão em *offset*. No campo das publicações, área a que procurámos dar especial atenção no Departamento, colabora no lançamento das novas coleções de *Roteiros da Arqueologia Portuguesa e Trabalhos de Arqueologia*, tendo também apoiado o Rui Parreira na renovação

da revista do Museu Nacional de Arqueologia, *O Arqueólogo Português* (nºs 1 e 2 da IV Série, editados no início dos anos 80). Aliás, à época, a interação entre o Departamento de Arqueologia do IPPC e o Museu Nacional, a começar pela partilha de instalações e pela Direção comum, era então claramente assumida por todos, sem peias burocráticas ou dúvidas filosófico-administrativas. A Susana, que tinha alguma experiência nesse campo, não deixou também de colaborar na reorganização do Museu, em particular na ciclópica tarefa de arrumação de coleções empreendida por Francisco Alves. De facto, enquanto estudante colaborara no inventário do Museu do Instituto Mendes Correia, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e, já licenciada, no Campo Arqueológico de Braga, assumira a certa altura a responsabilidade do inventário do espólio resultante das escavações, como nos recordou o Francisco Sande Lemos neste colóquio de homenagem. A sua disponibilidade, de verdadeira obreira, para este tipo de tarefa, muitas vezes fastidiosa e pouco interessante mas indispensável em Arqueologia, era uma das qualidades que evidenciaria ao longo de toda a carreira e que se manifestou também no período lisboeta. Era comum vê-la aproveitar as frequentes, longas e por vezes fastidiosas reuniões no MNA, para ir renovando velhas fichas de inventário. Também, por sua própria iniciativa, viria a colaborar com o antigo Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Eduardo da Cunha Serrão, em tarefas de inventário do Museu do Carmo. No entanto, será mais tarde no Alentejo, que a Susana dará asas a esta sua preocupação tão básica mas tão postergada, ao promover ou colaborar na organização e inventário de espólios dos museus locais e regionais a que estive de algum modo ligada, desde Santiago do Cacém, passando por Moura, Mértola e sobretudo Beja.

Não se esgotava nas tarefas já enunciadas, longe disso, a atividade arqueológica da Susana. Como era comum à generalidade dos colegas nas mesmas circunstâncias e apesar de um envolvimento profissional particularmente intenso nas tarefas do Departamento e do Museu, não deixava de alimentar uma “carreira” paralela no domínio da investigação de campo propriamente dita, no seu caso desde cedo orientada para temas da Pré-história Recente e que culminaria, anos mais tarde, na defesa de tese quando os primeiros mestrados em Arqueologia do país foram instituídos na “sua” Universidade do Porto. Com efeito, entre o destacamento de 1980 e a sua colocação cinco anos depois no Serviço Regional de Arqueologia do Sul, a par da atividade técnico-administrativa já referi-

da, vamos encontrar a Susana Correia a dirigir os seus próprios projetos de escavações. Primeiro no Castro da Fórnea, em Torres Vedras, com João Ludgero, também destacado no Museu. Posteriormente, na Lapa dos Furos, Ourém, e na Gruta da Figueira, Bombarral, neste caso em colaboração com a sua antiga colega do Porto, Maria de Jesus Sanches. Ainda no âmbito da arqueologia de campo, não deixa, quando necessário, de participar em escavações de emergência promovidas ou apoiadas pelo próprio Departamento de Arqueologia, como era habitual antes do desenvolvimento da “arqueologia empresarial ou de contrato”. Tal viria a acontecer na “Estrada do Prado” (Tomar), nos Castelos de Abrantes ou de Noudar (Barrancos) e finalmente em Mértola, onde com Carlos Jorge Ferreira (outro colega do Norte recrutado pela Susana) apoia as escavações da *Domus* romana descoberta nas obras de reconstrução da Câmara Municipal. A interrupção do destacamento no ano lectivo de 84/85, obrigaria a Susana a reorientar as suas prioridades, não só nas temáticas arqueológicas preferenciais mas sobretudo no domínio territorial de intervenção. A colocação na escola de Grândola, apesar da contrariedade que representou, acabaria por ser a oportunidade para uma reviravolta nos seus interesses que, tendo em conta as anteriores experiências de colaboração com o Campo Arqueológico de Mértola, se orientavam já para o Alentejo. O levantamento arqueológico de Grândola que promove entretanto, será assim uma espécie de tirocínio para os muitos projetos regionais em que se envolverá no futuro que se avizinhava. Terminado o ano letivo em Grândola, regressa ao Departamento para algum tempo depois ser colocada através de concurso (1986) no Serviço Regional de Arqueologia do Sul, mudando-se definitivamente para o Alentejo que assumiria como a sua segunda terra e que não mais abandonaria.



Figura 1 – Susana Correia. Dezembro 2017.

APÊNDICE EM JEITO DE EPÍLOGO

Tendo, pouco tempo depois (1988), também optado por continuar a minha carreira profissional no Alentejo, acabei por manter até à aposentação em 31 de Dezembro de 2017, uma ligação profissional muito estreita com a Susana, independentemente dos variados cargos, funções ou projetos que ambos fomos assumindo na região ao longo dos anos. Paralelamente, a amizade e o o companheirismo forjado nos anos de Lisboa, não só se manteve como se foi consolidando com a serenidade que o fluir do tempo nos traz. Mesmo sem nos encontrarmos por largos períodos, já que a Susana esteve sempre profissionalmente sediada em Beja, onde acabou por fixar residência, a nossa amizade era algo dado por naturalmente adquirido, fossem quais fossem as distâncias ou as circunstâncias. Em jeito de último tributo a essa velha amizade e pelo que refletem do seu profundo humanismo, aqui deixo a transcrição das últimas mensagens que trocámos.

De: Susana Correia 18 de janeiro de 2021 12:17

Para: António Carlos

Olá António Carlos! Espero que tudo esteja bem contigo e com a tua família. Nós por cá bem, depois de eu e o Zé termos já tido covid no final do ano passado (felizmente em forma suave, curada em casa). E, antes de mais, um Bom Ano para vocês, claro. Que seja melhor

do que o que já passou para todos nós! Olha, estou a ver um RTA de prospecções da empresa do Caninas e há uma linha eléctrica de uma Central na Amareleja (Central fotovoltaica dos Arrochais) que liga à subestação de Alqueva e passa perto dos Ratinhos. Perto digo eu, mas bastante longe, ou seja, o sítio arqueológico nem sequer é minimamente afectado, a linha passará a uma distância considerável. Mas como eles estavam a usar um drone aproveitaram e fizeram imagens do Castro. Até pode ser que tenham mais, mas estas que te mando estavam no RTA. Achei que poderiam ter interesse para ti, mas se as quiseres usar para alguma coisa tens que pedir ao Caninas ou ao Fernando Henriques, que é o responsável pelo trabalho, ok? Eu mandou-tas mas de modo totalmente particular... Beijinhos grandes da Susana

António Carlos Silva 18 de janeiro de 2021 12:33
Para: Susana Correia

Obrigado Susana. Servem (as fotos) para ver que as coisas se vão mantendo apesar de tudo, e já lá vão 13 anos desde a última campanha. Também já não passo por lá há 3 ou 4 anos. Por aqui vamos escapando (ao Covid) embora na aldeia de Guadalupe já haja vários casos, relacionados com a frequência dos cafés. A minha nora é que apanhou (Carnaxide) e agora o David e as filhas estão de quarentena. Já lá tive de passar para deixar mantimentos à porta...

Um abraço para vocês e vai dando notícias.

Susana Correia 18 de janeiro de 2021 21:34
Para: António Carlos Silva

Por acaso essa dos mantimentos fez-me lembrar como é bom viver numa cidade pequenota - nem imaginas a quantidade de gente a telefonar a oferecer-se para comprar tudo aquilo de que precisássemos, e até para cozinhar para nós e vir deixar as refeições à porta (do que não precisámos, porque não estávamos assim tão mal, combalidos mas não mais do que com uma constipação muito forte e com febre que nunca foi muito alta). A desumanização das cidades grandes é que deve ser horrível numa situação destas. Agora sou eu a retribuir e a telefonar para os meus conhecidos cove a ver se precisam que eu lhes vá comprar algo... (O João Pires é que esteve mais uma vez de quarentena preventiva porque esteve com o Eduardo Luciano que tinha covide; e a Dinga a semana passada disse-me que ele (o Eduardo) estava a passar um bocadote mal, mas entretanto não soube mais nada.) Lá pelo serviço

já teve a Florbela de Miróbriga, eu e agora o engº Rui Martins, um dos novos que entraram. Mas agora já ninguém me chateia por trabalhar a partir de casa, pelo contrário, até nos mandaram a todos ficar em teletrabalho. Viva o covid! Entretanto, este ano já me posso reformar a partir de Maio, ando agora a pensar quando é que hei-de meter o pedido. :-) Bjos a vocês e cuidem-se! Susana

DÉCADA DE 80: ALEGRIA DO TRABALHO NUM SOPRO DE NOSTALGIA

Teresa Marques

tmarques6@gmail.com

“Que belo é ter um amigo. Ontem eram ideias contra ideias. Hoje é este grotesco abraço a afirmar que acima das ideias estão os homens. Um sol tépido a iluminar a paisagem de paz onde esse abraço se deu forte e repousante. Que belo e natural é ter um amigo”

Miguel Torga, “Diários” (1935)

1. OS GLORIOSOS ANOS 80

Denominada em 2013, numa série televisiva do National Geographic Channel, a época que “*fez de nós quem somos*”, foi um período marcante da história do séc. XX, nomeadamente pelo início da idade da informação. Em 1982 surgem os primeiros CDs, em 1983 é lançado pela Apple o computador Macintosh, em 1988 foi implementada a primeira rede de fibra óptica projetada para utilização da técnica DWDM (Dense Wavelength Division Multiplexer), que interligou os Estados Unidos com a Grã Bretanha, a Alemanha e a Holanda.

Em Portugal, nos serviços públicos ainda se escrevia à mão e em máquinas de escrever, algumas eléctricas. Não havia telemóveis ou GPS, e utilizavam-se as cartas Geográficas dos Serviços do Exército para localizar os sítios arqueológicos. Os dicionários e as enciclopédias abundavam e constituíam elementos

indispensáveis para qualquer pesquisa, a par das bibliotecas e arquivos.

Após as transformações políticas de 1974, verifica-se um período de reflexão no âmbito da cultura, que origina em 1980, a criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), uma organização interdisciplinar constituído por vários departamentos, entre os quais o Departamento de Arqueologia (Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto), bem como os Serviços Regionais de Arqueologia (Decreto – Lei n.º 403/80, de 23 de Setembro). A Arqueologia ganha assim, pela primeira vez, alguma autonomia ao mesmo tempo que, no IPPC, é a única actividade que se integra numa regionalização através dos respectivos Serviços Regionais, que se extinguem após o Decreto-lei n.º 216/90 de 3 de julho, transformando-se em Divisões de Arqueologia integradas em Direcções Regionais mais amplas.

“Esta estrutura, apesar de alguma debilidade técnica face à escassez dos recursos que lhe foram sendo disponibilizados, levaria a cabo, durante os dez anos da sua existência, uma acção que podemos hoje considerar decisiva para o salto qualitativo e quantitativo da Arqueologia portuguesa” (Silva A.C., Marques T, Almadan 1992 2ª série n.º 1, “Estrutura Oficial da Arqueologia, pp 32-35).

É precisamente em 1980, no âmbito de uma requisição pelo então director do Museu Nacional de Ar-

queologia, Francisco Alves, de vários jovens arqueólogos, ainda não profissionalizados, a maior parte dos quais professores do ensino secundário, que se dá o meu encontro com a Susana Correia, desde então minha colega e Amiga.

2. AMIZADE SEM FRONTEIRAS

Ao ler a última frase que me escreveste em 2019, em dia de aniversário onde, para além das felicidades dizes que *“uma amizade de 40 anos há-de servir para alguma coisa”* optei por escrever te em jeito de carta, tentando uma resposta que, na altura, me pareceria impensável, já que nada me levava a imaginar a tua partida tão brusca.

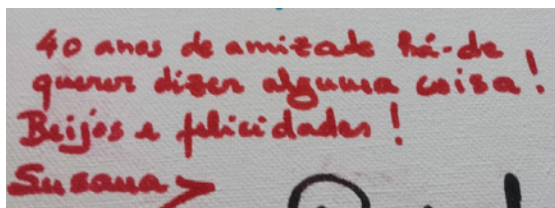


Figura 1 – Dedicatória de aniversário. 2019, Lisboa.

Pois é, esse tempo serve para reconhecer uma amizade sem fronteiras, daquelas que perduram na distância, em que os momentos de cumplicidade ficam gravados na memória e, pese embora o duro facto de não continuarem, constituem uma importante ajuda em momentos menos felizes.



Figura 2 – Susana Correia e Teresa Marques. 1996, Lisboa.

E, porque entendo necessário enaltecer quem se mantém fiel aos seus princípios, aqui estou eu a escrever te quando já não me irás ler, para afirmar isso mes-

mo, a tua grandeza de carácter, que algumas vezes te originou mágoas e tristezas, sem nunca te desviar dos valores em que acreditavas.

Que falta me fazes, querida Amiga! A tua bonomia e capacidade de ouvir, o teu sentido de humor, a tua crença na vida e nos seus sabores, o teu amor pelos animais abandonados, o teu talento para a música, que conseguias tocar de ouvido no piano, com uma facilidade rara, o teu conhecimento sobre a Agatha Christie, sobre o ouro dos nazis, sobre a cultura e ilhas gregas, que pensavas explorar até à exaustão, apenas te reformasses, a tua generosidade, o teu pensamento focado mais nos outros e menos em ti.

Lembro me com frequência dos anos oitenta e de quando nos conhecemos, na reorganização do Museu Nacional de Arqueologia e depois no recém-criado Departamento de Arqueologia do IPPC, quer pela actividade arqueológica desenvolvida, quer pelo entusiasmo e alegria que diariamente experimentávamos. Desde aqueles tempos, nunca mais senti o clima intenso e saudável do trabalho desenvolvido, pese embora a falta de muitas condições hoje consideradas indispensáveis, tais como a inexistência de telemóveis ou computadores, o atendimento telefónico variado, com um telefone por sala, os inúmeros pareceres, informações e relatórios escritos à mão, as idas para o campo em carros próprios, com ajudas de custo mínimas ou inexistentes, só pelo prazer de ver ou descobrir sítios arqueológicos, o entusiasmo na elaboração dos primeiros números da *“Informação Arqueológica”*, a primeira revista do Departamento de Arqueologia, de impressão e paginação caseira, a realização em 1986 da exposição *“5 anos de Arqueologia”*.



Figura 3 – Carlos Jorge Ferreira, Susana Correia e Ana Isabel Santos. 1986, Lisboa. Exposição 5 anos de Arqueologia.

Tudo isso se vivia então, numa mistura saborosa e saudável de trabalho /diversão, com regulares jantares no Bairro Alto, depois de intensos dias no Departamento, como lhe chamávamos. As reuniões em casa uns dos outros, onde se expressavam e discutiam novas ideias e planos de organização do serviço, a que frequentemente se juntava o nosso eterno chefe e amigo António Carlos Silva. Éramos jovens, cheios de entusiasmo e criatividade, numa procura constante de melhorar e evoluir. Com ideias políticas, por vezes divergentes, com diferentes capacidades financeiras, mas com um gosto pela vida, pelo património e pela descoberta, numa cumplicidade sem limites, que conseguia transformar algumas “desgraças” em fina ironia, e sobretudo alheios ainda aos problemas de competição e mesquinhez, tão normais em serviços da função pública.



Figura 4 – António Carlos Silva, Susana Correia, Teresa Marques, António Jorge Branco (no acordeão), Leonor Serrão, Joana Cartaxo. 1983, Algés.

Mais tarde, falámos muitas vezes da importância dos anos 80 no nosso percurso profissional, sobretudo na sua contribuição para o fortalecimento interior. Porém, mesmo depois da tua ida para a Direcção Regional de Évora, em 1986, continuámos sempre a trocar impressões regulares sobre os respectivos projectos, num desabafo contínuo sobre a vida pessoal e profissional. E continuámos a sair nos nossos carros, a percorrer descampados, visitando monumentos e ruínas.

Lembro a tua história, na Herdade da Coitadinha em Barrancos, onde decorreram algumas filmagens da “ Moira Encantada”, em que eras figurante no casamento entre o príncipe cristão e a moira, e em que repetiram tantas vezes a cena, que o pobre bezerro, a assar no espeto, ficou todo queimado! Corria o ano

de 1985 e, nessa Páscoa, assistimos na praça de Barrancos à estreia do filme, em que, mais divertido que o enredo, eram as reacções dos habitantes da vila quando se viam na tela. No ano seguinte andámos pela zona do Alqueva a fotografar lugares como o castelo romano da Lousa, que iriam ficar submersos pelas águas da barragem. Na verdade percorremos vários monumentos e sítios arqueológicos, em todo o país, durante mais de 3 décadas, em especial no teu querido Alentejo, passando por Miróbriga, Castro da Cola, Mesas dos Castelinhos, S Cucufate, Pisões, Monsaraz, Évora, Cuba, Beja, Serpa, Moura, Barrancos, Mértola.



Figura 5 – Susana Correia, Leonor Serrão. 1985, Mértola.



Figura 6 – Susana Correia, Teresa Marques. 1993 Castelo Velho de Freixo de Numão.

Em 1993, participámos numa visita memorável ao Castelo Velho de Freixo de Numão e a outros sítios arqueológicos do concelho de Foz Côa, no âmbito do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, realizado no Porto. Nessa década de 90, e contigo na Direcção Regional de Cultura do Alentejo e eu no IPPAR, testemunhei o teu empenho na realização dos Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve, a par das inú-

meras tarefas que realizavas, quer no acompanhamento de trabalhos arqueológicos, quer na elaboração de processos de classificação, para além dos estudos relativos à tua tese de mestrado sobre o cabeço da Azurria em Cuba, que defendeste em 1996. Nesse mesmo ano ainda frequentaste o curso Endovélico, realizado pelo IPPAR e pela Universidade Nova de Lisboa, no âmbito da aprovação de uma candidatura pelo PROFAP (Programa Integrado de Formação para a Modernização Administrativa), tendo-se realizado no concelho de Moura o módulo “GIS em Arqueologia”, sobre a utilização do GPS na localização de sítios arqueológicos.



Figura 7 – José Perdigão, António Carlos Silva, Teresa Marques, Susana Correia, Rafael Alfenim, Filomena Barata, Maria José Moinhos.1996, Moura.

Trabalhadora incansável, com objectivos definidos, sem porém gostares de te submeter a horários rígidos, com a liberdade que te caracterizava, e que por vezes te originou alguns dissabores, depressa ultrapassados com o teu fino humor e sem alterares o tom de voz. “Deixa ver...”, dizias tu com um sorriso, quando os problemas surgiam e pareciam sem resolução à vista.

E, na verdade, fomos vendo as tempestades passarem até que subitamente deixámos de te ver, quando te preparavas com afincos e determinação para visitares todas as ilhas da Grécia, no período da reforma que se avizinhava.

Testemunho também como, junto com esse sonho de viagem, estavas empenhada em não deixar trabalho pendente, tentando terminar tudo o que te tinha sido pedido, e preocupada em passar aos mais novos o que ainda haveria por fazer.

Incapazes de impedir a crueza de certos momentos que a vida nos depara, deixo estas palavras de evocação dos tempos felizes da nossa amizade, em

que o trabalho nos dava prazer e se misturava com a alegria em desfrutar da vida nos seus diversos tons e sabores, lembrando as sábias palavras de Eduardo Galeano quando diz que “*Las voces del pasado tienen mucho que decir a los tiempos que vienen.*” Nos tempos difíceis e desmemoriados em que vivemos, nunca o conhecimento do passado foi tão útil para ajudar a enfrentar as actuais ondas de ódio e destruição.

Despeço-me com a citação de uma frase da tua querida Agatha Christie (1890-1976), na sua Autobiografia:

“Ainda creio na fraternidade entre os homens, mas sei que agora isso vai demorar a acontecer. Digamos que ainda teremos de esperar uns 10 mil anos ou mais. Não adianta ser impaciente. A evolução é um processo lento”

Até um dia destes, Susaninha!



Figura 8 – Susana Correia. 2015, Serpa.

À SUSANA, UMA SERENA VIAGEM PARA ÍTACA

Maria Filomena Barata

barata.filomena@gmail.com



Figura 1 – Calçada de Miróbriga com Capela de S. Brás ao fundo.

Não me é fácil fazer um testemunho de homenagem a uma grande companheira de vida e trabalho. Nada poderá caber nas simples linhas que aqui partilharei.

Conheci a Susana em Grândola, em 1983.

Ali visitámos sítios, percorremos estradas e veredas de um Alentejo que ambas aprendemos a conhecer cada vez melhor. O seu percurso, foi, contudo, ainda mais forte e intenso do que o meu com esse território. Aí viveu, até que a sua viagem entre nós terminou.

Desde o momento em que a conheci, a minha vida profissional, mas também pessoal, pois amigas nos tornámos, cruzou-se sempre com ela.

À Susana agradeço tanto que a vida me deu e tudo o que com ela cresci. Também não tenho palavras para o dizer.



Figura 2 – Com Susana Correia em Miróbriga, 1991.

Em 1985, após a experiência vivida em Grândola, deu-se o nosso reencontro no Departamento de Arqueologia, ainda instalado no Mosteiro dos Jerónimos, para onde tive a sorte de ser requisitada, dando início a décadas de trabalhos em que nos reencontrámos sempre, apenas com curtos intervalos de menor proximidade.

Recordo-a sempre ativa, no Departamento de Arqueologia, não podendo deixar de lembrar o seu envolvimento direto com a «Informação Arqueológica», numa partilha constante do conhecimento, ainda num tempo em que o computador não nos assistia. Contudo, a esta fase da sua vida profissional não me prenderei, pois dois testemunhos desta jornada sobre essa fase refletirão.



Figura 3 – Susana Correia, Ana Isabel Santos e Filomena Barata. Departamento de Arqueologia / Museu Nacional de Arqueologia, 1985.

Em 1986, participei, sob a coordenação de Susana Correia, nas escavações na Rua do Sembrano, Beja, sítio que a Susana nunca abandonou, construindo em seu torno um projeto cultural, coisa que, aliás, a caracterizava sempre que se envolvia com algo, pois acreditava firmemente na função social da Arqueologia e do Património Cultural.

Do sítio arqueológico e seu programa de valorização ouviremos falar nesta sessão, motivo porque não me prenderei também, testemunhando apenas que, apesar das várias vicissitudes e períodos de interregno, a Susana sempre manteve o sonho de o local se poder a vir a tornar num espaço de interpretação da malha urbana de Beja, coisa que felizmente veio a acontecer, em 2009, com a inauguração do Núcleo Museológico da Rua do Sembrano, e a exibição do espólio recolhido no local. Muitas outras ações se continuarão, e, recordo a última vez que nos encontrámos, exatamente em torno de um ciclo de conferências

O local manteve a sua função primordial do conhecimento da malha urbana de Beja, sendo também, até hoje, um polo cultural da cidade.

Em 1988 e 1989, com a coordenação de António Cavaleiro Paixão, desenvolveram-se ações de valorização e trabalhos de escavação na estação arqueológica de Troia, em que pude participar.

A Susana, embora não estando diretamente ligada a este sítio arqueológico, proporcionou a colaboração da equipa do Museu de Beja, através do seu diretor José Carlos e de Leonel Borrela, na escavação e registo de algumas sepulturas da basílica paleocristã.

1. PROJETO DE VALORIZAÇÃO DE MIRÓBRIGA

No seguimento da sua entrada para o ex-Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul do IPPC, a Susana Correia fez uma proposta de intervenção para este Sítio Arqueológico, em que se propunham uma série de medidas, de curto e médio prazo.

Em 1987, apresentou aos então “Serviços Regionais de Arqueologia do Sul, um documento sobre “A Valorização de Miróbriga”, tendo sido publicado, nesse mesmo ano, “O Sítio Arqueológica de Miróbriga. Santiago do Cacém – Balanço de uma Investigação e Perspetivas de Intervenção Futuras”, nos *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*, Santiago do Cacém.

Aí inicie, a seu convite, uma estreita colaboração conjunta em Miróbriga, que durou até 1997, momento em que a Susana Correia foi requisitada para a Câmara Municipal de Cuba, tendo eu assegurado os trabalhos dos anos seguintes em Miróbriga.

Em 1990, apresentámos em parceria um plano de trabalho que tinha em vista a Valorização de Miróbriga, tendo-se optado por fazer um «Plano de Gestão» e «Planos de Ação» periódicos. Tentámos também, em todos os trabalhos que efetuámos em Miróbriga, que o sítio pudesse integrar uma rede de bens patrimoniais regionais.

Relativamente a Miróbriga, numa primeira fase, a prioridade foi dada às questões relacionadas com a conservação do sítio, que se encontrava em fase de quase abandono, findas as escavações da equipa luso-americana, que aí escavara na década de 80.



Figura 4 – Susana Correia em Miróbriga, 1991.

No «Projeto de Valorização» apresentado, em 1990, fazia-se um balanço sucinto de todas as anteriores intervenções, apresentava-se um conjunto de ações a implementar e era feita uma sistematização dos principais objetivos.

Foi ainda desenvolvida uma série de atividades que visava fundamentalmente a criação de infraestruturas de apoio ao visitante, através da recuperação da capela quinhentista de S. Brás, em Miróbriga.

Nesse contexto, em Julho de 1990, inaugurou-se nesse local uma exposição sobre «Miróbriga no Mundo Romano» e realizou-se um espetáculo no *forum*, que pretendiam sensibilizar o público para a importância de Miróbriga.

Ainda nesse ano e seguintes continuou-se o trabalho de inventariação dos materiais arqueológicos provenientes de anteriores escavações que se encontravam depositados em Miróbriga e fizeram-se algumas ações que tinham em vista a preservação do Sítio.

Vários foram os documentos que apresentámos, doravante, em conjunto, visando uma maior sensibilização para este sítio arqueológico.

Foram assim planeados inúmeros trabalhos de conservação e restauro, coordenados por técnicos desta área, Antónia Tinturé e Joaquim Garcia, mediante o levantamento prévio das inúmeras situações que necessitavam desse tipo de intervenção. Miróbriga, pelas características das intervenções de «restauro» a

que foi sujeita em períodos anteriores, funcionando como que um «laboratório» de experiências nessa área, levantava-nos bastantes questões, quer do ponto de vista ético, quer científico, no que respeita às reconstituições cenográficas aí efetuadas, motivo pelo que, desde o início da nossa intervenção, sentimos sempre a necessidade de trabalhar em equipa com os técnicos de conservação e restauro.

Os trabalhos de conservação e restauro iniciaram-se na área das termas, uma vez que, apesar de se tratar de um dos conjuntos melhor conservado em território nacional, apresentava graves problemas que podiam pôr em causa a conservação do conjunto: hipocausto, pavimentos e paredes. Paralelamente aos trabalhos de conservação e restauro. Foram feitas escavações que permitiram conhecer melhor as áreas a intervir.

Foi ainda feita uma consolidação do lado poente da ponte romana, cujo arco apresentava uma brecha, confirmando-se que este imóvel tinha sido já previamente «restaurado» porque eram visíveis cimentações modernas. Para a consolidação integral desta construção foi feito um aturado estudo e levantamento prévio, bem como trabalhos de escavação.

Em 1990, é publicada a 1.ª Edição. Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Arqueologia. Lisboa com texto Susana Correia, sendo feita, em 2001, uma 2ª Edição revista, publicada pelo Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR).

2. MIRÓBRIGA E A COMUNIDADE – CICLO DE CONFERÊNCIAS DO CLUBE EUROPEU DE ARQUEOLOGIA. SANTIAGO DO CACÉM. 1992

Foi criado, na Escola Secundária de Santiago do Cacém, o Clube Europeu de Arqueologia que passou a colaborar nos trabalhos arqueológicos de Miróbriga. Em articulação, foram criados vários elementos de divulgação do sítio arqueológico, designadamente a edição da brochura “Miróbriga no Mundo Romano”, visando a população escolar, e elaborou-se o texto de apoio “O que é a Arqueologia?”. Foram ainda publicados em conjunto alguns artigos sobre a necessidade de uma nova abordagem da arqueologia no ensino secundário.

A organização de um ciclo de conferências sobre a “Arqueologia no Litoral Alentejano” com a participação de especialistas de vários períodos cronológicos foi um momento importante para o envolvimento da comunidade escolar e em geral.

Simultaneamente, ativaram-se vários mecanismos de promoção deste Sítio Arqueológico, através da edi-

ção de materiais de divulgação e encetaram-se contactos com a Secretaria de Estado do Turismo, no sentido de Miróbriga ser integrada em circuitos turísticos.



Figura 5 – Inventário dos materiais arqueológicos.

3. OS ITINERÁRIOS ARQUEOLÓGICOS DO ALENTEJO E DO ALGARVE

As negociações que deram origem aos «Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve» culminaram com a assinatura, em Miróbriga, em Novembro de 1994, de um acordo entre a Secretaria de Estado da Cultura, através do IPPAR, e a Secretaria de Estado do Turismo, através do Fundo de Turismo, que tinha como objetivo a criação de «Itinerários Arqueológicos no Alentejo e Algarve». Para essa ocasião foi feita, em Miróbriga, uma pequena exposição e foi editada uma brochura onde se explicitavam os objetivos desse acordo e onde se apresentavam sumariamente os programas de valorização existente para os Sítios Arqueológicos que integravam o programa.

Este Programa, que, em termos gerais, visava criar condições para a dinamização dos Sítios Arqueológicos, através do seu melhor conhecimento, preservação e valorização e ainda da criação de infraestruturas de acolhimento público e de interpretação dos monumentos selecionados, contemplava os seguintes Sítios Arqueológicos: Ruínas de Miróbriga, Santiago do Cacém; *Villa* romana de Pisões, Beja; Povoado pré-histórico de Santa Vitória, Campo Maior; *Villa* romana de Santa Vitória do Ameixial, Estremoz; Campo Arqueológico de Mértola *Villa* romana de S. Cucufate, Vidigueira; *Villa* romana de Torre de Palma; Monforte; Parque Arqueológico do Escoural, Montemor-o-Novo e Évora; Parque Arqueológico do Castro da Cola, Ourique; *Villa* romana de Milreu, Faro; *Villa* romana da Abicada, Portimão; Monumentos megalíticos de Al-

calar, Portimão; *Villa* romana do Cerro da Vila, Loulé.

Os objetivos gerais do programa eram:

- Estudar, recuperar, valorizar e divulgar.
- Integrar os sítios arqueológicos em circuitos turísticos.
- Fomentar o aproveitamento de recursos culturais para o desenvolvimento do território
- Despertar a necessidade de salvaguardar e proteger o património.



Figura 6 – Assinatura dos “Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve”, Miróbriga, 1994.

Novo reencontro tivemos, quando em 1999, iniciiei a minha a minha colaboração direta com a Direção Regional do IPPAR, Évora, mediante concurso público.

Foram tantos os encontros que não cabem neste meu pequeno testemunho, mas a Susana continuou a trabalhar no seu querido Baixo Alentejo, quer dinamizando projetos, sob sua coordenação, quer nas suas tarefas como técnica superior da Direção Regional da Cultura do Alentejo.

Saliento, inseridos nos Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve, o seu acompanhamento empenhado dos projetos de valorização da *villa* romana de Pisões, Beja, e do Circuito do Castro da Cola a que, infelizmente, o tempo não deu a continuidade e projeção que mereciam.

À Susana um até já, sabendo que continuarei a lembrá-la e a agradecer à vida o facto de me per permitido cruzar-me com ela há 40 anos atrás.

LEGADO DE SUSANA CORREIA AOS JOVENS ARQUEÓLOGOS

Jacinta Bugalhão

jacintabugalhao@gmail.com

1. A MINHA VIDA DE ARQUEÓLOGA E A SUSANA

Entre os muitos colegas que recordo terem-me recebido, em 1989, quando comecei a trabalhar no Departamento de Arqueologia do IPPC, está a minha querida amiga Susana Correia.

Nessa altura, José Morais Arnaud, então técnico superior do serviço, promoveu o estabelecimento de Protocolos entre o Estado (o IPPC) e as grandes empresas de florestação (Portucel, Soporcel e Celbi), com vista a “proceder aos levantamentos patrimoniais necessários nas áreas a florestar, prevenindo assim a destruição de vestígios arqueológicos preservados no subsolo”¹. Em 1989, foram então criadas as “equipas das florestas” que executavam estes trabalhos de Arqueologia, coordenados pelo IPPC, na pessoa de José Morais Arnaud, e financiados pelas empresas de florestação². As equipas das florestas integraram, inicialmente, quatro arqueólogos, Alexandra Estorninho,

João Muralha Cardoso, Pedro Almeida e eu, a que se juntaram mais tarde, Artur Martins e Carlos Ramos.

Para mim, para além do ingresso no mundo do trabalho, foi a entrada num clube muito restrito no final dos anos 80, início dos Anos 90’ – os arqueólogos do IPPC, mais tarde IPPAR. Foi o início de uma vida profissional, em que me senti bem recebida, bem integrada, e em que os colegas, que se transformaram em amigos, tiveram sempre um papel muito importante. Com todos, e com a Susana em particular, foi também a descoberta da Ética do Serviço Público e de uma espécie de valor/axioma, *Arqueologia de Todos e para Todos*. No fundo aprendi que a Arqueologia não é apenas o nosso trabalho, mas que existe uma forte adesão emocional, uma militância, na forma como exercemos esta profissão de arqueólogos.

Com eles aprendi que “a Arqueologia é paixão, Ciência, Património Cultural, passatempo que se tornou profissão, micro sector económico, recurso económico e territorial, elemento de memória e identidade, factor de coesão e paz, espaço de intervenção social. Experimenta-se na juventude, visita-se, lê-se nos jornais (e na internet), ensina-se e apende-se na Universidade, investiga-se e divulga-se, salvaguarda-se e perde-se, tolera-se e ignora-se, ama-se e detesta-se. É desenvolvida por arqueólogos, técnicos de arqueologia, arqueocientistas, profissionais de museus e por instituições ligadas à Arqueologia, numa teia de

¹ Protocolo estabelecido entre o IPPC e a Soporcel para protecção do Património Arqueológico, 1989. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, processo n.º 89/1(028)-B.

² ARNAUD, José Morais; ALMEIDA, Pedro; BUGALHÃO, Jacinta (1991) – Intervenções Arqueológicas nas áreas a florestar pela Soporcel. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 75-82.

imbricadas relações em que participam muitos outros agentes sociais, de forma regulada, regulamentada e controlada pelo Estado, porque labora sobre um Bem Comum, o Património Arqueológico, que é material e imaterial, pois inclui o conhecimento que, a partir do material, pode ser criado”³.

Desses primeiros tempos, recorro como me impressionaram, de forma especial, as minhas colegas mulheres. Eram jovens, inteligentes, intelectualizadas, combativas, divertidas, lindas; profissionalmente, empenhadas, competentes, conscientes, comprometidas. Possivelmente devido à minha origem social e cultural, até aí, não conhecia mulheres assim. Rapidamente, estas minhas colegas, pouco mais velhas que eu, se tornaram os modelos que faltavam na minha vida. Era assim que eu queria ser! Ainda é.

Com a Susana, eu sentia que ... mi casa es tu casa...

A nível profissional, a Susana Correia contagiou-me com esta *mania de inventariar*. O meu interesse pelo inventário foi em muito incutido pela Susana. Inventariar, organizar, e seriar o espólio logo durante a escavação (recorro a sala de trabalho dos materiais, em Miróbriga). Marcou-me também, o valor, naquela altura conferido à Arqueologia de Salvamento (recorro o Monte da Formiga)⁴. Bem como, a importância da Carta Arqueológica, dos projectos de Carta Arqueológica (recorro Cuba) e, principalmente, mais tarde e com outros colegas também, do *Endovélico*, o nosso *Endovélico*. Eu era uma perfeita esponja!

A Susana fez o mestrado em Arqueologia no Porto⁵ (logo no primeiro ano em que abriu o curso na Faculdade de Letras da Universidade do Porto). É claro que eu tinha interesse em aprofundar a minha formação, mas o mestrado da Susana e as conversas que sobre isso tivemos, inspiraram-se a fazer, também, o mestrado de Arqueologia no Porto⁶.

³ BUGALHÃO, Jacinta (2022) – Enquadramento Legislativo e Estrutura do Estado na Gestão da Arqueologia Portuguesa. *Al-Madan*. Almada. 2.ª Série, 25, p. 86.

⁴ BUGALHÃO, Jacinta (1999) – O Povoamento rural romano no Alentejo: contribuição da Arqueologia Preventiva. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 2, pp. 123-136.

⁵ CORREIA, SUSANA (1996) – *Calcolítico do Sul de Portugal – Estudo de um caso: o concelho de Cuba*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁶ BUGALHÃO, Jacinta (1997) – A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Tese de mestrado apresentada à Facul-

Na minha lembrança e no meu coração ficarão inúmeras vivências partilhadas, irrelevantes e incompreensíveis para todos, a não ser para quem as vive e conhece todos os códigos de que é feita a amizade, quase como um poema:

As gémeas e o colégio de Santra Clara, na infância,
As “letras da luz”, na juventude,
A tampinha transparente do desodorizante Nivea,
pela manhã,
Os *Bloody Marys*, no Cais do Sodré, à tarde,
Os *joaquinzinhos* fritos, ao jantar,
O viaduto sobre o rio Degebe, à noite,
Os restaurantes da Festa do Avante, no fim do Verão

2. A SUSANA E O STARQ

Por ocasião do seu no 7.º Aniversário, no dia 30 de Março de 2019, o STARQ (Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia) organizou a Mesa Redonda “Percurso do Trabalho em Arqueologia, entre o 25 de Abril e a atualidade”, no Museu Nacional de Arqueologia. A mesa-redonda foi moderada por Regis Barbosa, Presidente do STARQ, e contou com as intervenções de António Carvalho, Director do Museu Nacional de Arqueologia e anfitrião, e de quatro arqueólogos, de gerações e percursos profissionais diferentes: José d’ Encarnação, Susana Correia, Rui Morais e Liliana Matias de Carvalho. “O debate tocará diversos pontos, incluindo testemunhos pessoais, desde a fase de formação ao percurso profissional. Quais as dificuldades, opções e sucessos. E qual a relação entre o percurso profissional com a evolução do país a nível político, social, económico e cultural. Terminando nos principais problemas ou questões laborais com que se confrontaram ao longo da vida profissional. Queremos traçar pontos de evolução na profissão e lançar desafios para o futuro”⁷.

dade de Letras da Universidade do Porto; mais tarde publicada em: BUGALHÃO, Jacinta (2001) – A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Trabalhos de Arqueologia, 15). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

⁷ Texto de divulgação da Mesa Redonda “Percurso do Trabalho em Arqueologia, entre o 25 de Abril e a atualidade”, no Museu Nacional de Arqueologia, difundido pelo STARQ.



Figura 1 – Cartaz da Mesa Redonda “Percurso do Trabalho em Arqueologia, entre o 25 de Abril e a actualidade”, no Museu Nacional de Arqueologia, 30 de Março de 2019).

Susana Correia respondeu positivamente ao convite que lhe foi endereçado. Uns dias antes, recebi um mail da Susana que ilustra, de forma muito fiel, a pessoa, amiga e colega que era, e que, por isso, aqui reproduzo:

“Querida amiga:
 Não sei o que faça à minha vida, estou com *sobrecarga de afetos!* Passo a explicar:
 Queria muito estar contigo para além da mesa redonda.
 Queria muito estar com os Tony/Quinn [Antónia Tinturé e Joaquim Garcia]
 Queria muito estar com a Teresa Marques
 Queria muito estar com o João Marques
 Queria muito estar com uma sobrinha do Zé [José Baguinho, marido] que teve um puto.
 Queria muito estar com a Ana Isabel [Santos].
 Como diabo é que vou gerir isto tudo? Pois não sei! Tudo ao molho e fé em Deus pode não ser prático (diz-me a experiência...)
 Mas alguma coisa hei-de organizar... Deixa lá ver

como é que consigo articular todas estas minhas necessidades!

O Zézito [José Baguinho, marido] vem comigo mas vai estar sábado todo o dia num encontro sobre Movimento Associativo (...) se calhar teremos que ficar para domingo, deixa lá ver.

Bem, irei dando notícias - ainda nem sequer falei com a Toni [Antónia Tinturé] por causa desta agenda maluca, e a ti estou a escrever para que não penses que desapareci em combate...

Beijos e iremos falando
 Susana”

Mail de Susana Correia dirigido a Jacinta Bugalhão, em 25/03/2019.

“Susaninha. Se queres juntar maralha pode ser ao jantar. Nessa fase, é só festa.

Se quiseres almoças connosco na mesma. O Rui Morais vem e vamos juntar um grupo do STARQ. Mas pode vir quem quiser.

Sem problemas.

Diz-me só o que decidires.

Bjs”

Mail de resposta de Jacinta Bugalhão dirigido a Susana Correia, em 26/03/2019.

Tudo se combinou. Almoçámos e jantámos, com camaradas do STARQ, com António Carvalho, com amigos e colegas. Foi um dia muito, muito, bom!

A Susana faleceu, trágica e inesperadamente, em 2 de Novembro de 2021. Em Março de 2022 foi homenageada pelo STARQ que disponibilizou no seu site o vídeo (oportunamente gravado) da intervenção da Susana na mesa-redonda, juntando esta nota:

“Hoje, 24 de Março, o STARQ comemora o 10.º aniversário (Assembleia-Geral Constituinte, realizada a 24 de março de 2012, no Museu Nacional de Arqueologia). A 30 de Março de 2019, no seu 7.º aniversário, mais uma vez no Museu Nacional de Arqueologia, o STARQ promoveu a Mesa Redonda “Percurso do trabalho em Arqueologia – entre o 25 de abril e a actualidade”. Um dos quatro intervenientes na Mesa Redonda foi a arqueóloga Susana Correia, recentemente desaparecida. Por isso hoje, num misto de comemoração e evocação, o STARQ disponibiliza publicamente o vídeo da intervenção da Susana Correia, nessa ocasião, onde é prestado um valioso testemunho, na primeira pessoa, das demandas da nossa Arqueologia, nas últimas décadas. Obrigada, Susana!”

(<https://starq.info/destaque/intervencao-susana-correia-trabalho-em-arqueologia-entre-o-25-de-abril-e-a-actualidade>)

A intervenção da Susana é extraordinária em muitos aspectos. Para além de um testemunho autobiográfico é também uma mensagem enviada, directamente, do interior da “nossa” Arqueologia. A Susana fala como arqueóloga, para arqueólogos. Emite opinião e partilha reflexão, sempre sobre Arqueologia. É um documento.

Por essa razão, decidi transcrever a intervenção oral da Susana nesta mesa-redonda, para publicação, em forma escrita, nos textos de homenagem reunidos na sequência do Colóquio “Susana Correia (1955-2021) *In Memoriam*” organizado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 13 de Outubro de 2022, no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa.

A edição do texto, marcadamente oral, foi, por opção, minimalista.

3. LEGADO DE SUSANA CORREIA AOS JOVENS ARQUEÓLOGOS⁸

Edição de Jacinta Bugalhão

Introdução do moderador, Regis Barbosa:

Boa tarde a todos. Vamos iniciar a nossa mesa-redonda sobre os percursos profissionais em Arqueologia. É uma ocasião muito especial, para o Sindicato, porque passaram sete anos desde a criação do sindicato de arqueologia, o STARQ. É extremamente gratificante voltar aqui, nesta sessão, neste Museu, porque foi aqui que o STARQ foi fundado, há sete anos. Portanto, é bom voltarmos a casa, e é bom ter estes profissionais de Arqueologia, estas quatro pessoas aqui, à minha volta, que podem dar um testemunho diferente, diverso, dessa experiência na vida profissional, como arqueólogo, como investigador, como trabalhador do Património.

(...)

⁸ Cumpre agradecer muito ao STARQ que organizou esta mesa-redonda, de tão boa memória; ao Museu Nacional de Arqueologia, nomeadamente ao seu director, António Carvalho, que tem sempre as portas abertas para o STARQ e ao Carlos Dinis, que incansavelmente regista em fotografia e vídeo todos os eventos que se realizam no MNA. Sem a sua participação, a publicação deste texto teria sido impossível. Agradeço ainda e muito, a ajuda das minhas colegas e amigas Alexandra Estorninho, Filipa Bragança e Ana Sofia Gomes, na transcrição do áudio, em apoio do meu “ouvido duro”.



Figura 2 – Mesa Redonda “Percursos do Trabalho em Arqueologia, entre o 25 de Abril e a actualidade” (fotografia de Carlos Dinis).

Eu agora queria passar aqui a palavra para uma arqueóloga que trabalha na Direcção Regional de Cultura do Alentejo, herdeira do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul. É a Susana Correia e que esteve ligada, não só aos inícios do IPPC, num momento importante em que o serviço público, ligado à Arqueologia, ligado ao Património Cultural, ganha uma outra estrutura e envergadura, talvez mais próxima do que temos hoje. Portanto, um momento muito importante para a construção da Arqueologia portuguesa.

Por outro lado, a Susana está também muito ligada a uma “coisa” que fazemos muito hoje, (...) que é a arqueologia urbana. E que foi feita em Braga, ainda nos anos 70.

Susana, você podia falar um pouquinho disso?

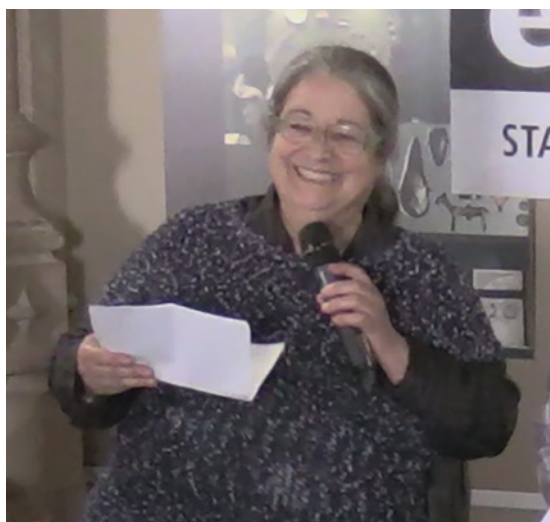


Figura 3 – A Susana, na Mesa Redonda “Percursos do Trabalho em Arqueologia, entre o 25 de Abril e a actualidade” (fotografia extraída do vídeo de Carlos Dinis).

Susana Correia:

Então, boa tarde a todos, mais uma vez, e a todas, para ser politicamente correcta. Quero agradecer antes de mais, ao Sindicato pelo convite que me fez e, em particular, perdoem-me os outros membros do sindicato, à Jacinta. É um bocado como a cena do Padrinho, de nos meterem uma cabeça de cavalo na cama, ela faz-me uma proposta que eu não podia recusar porque, conheço há muito tempo e muito bem a Jacinta e acho que é uma lutadora. Não só uma lutadora no campo da investigação científica, que às vezes não é fácil e também é preciso lutar aí; mas também tem sido, desde sempre, uma lutadora pelos direitos desta classe que são os arqueólogos. E por isso e perante este aniversário, eu não poderia fazer outra coisa senão aceitar e agradecer muito o convite que me fizeram.

Por outro lado, estou muito contente de estar aqui porque o Museu Nacional de Arqueologia faz parte, também, da história da minha vida e de uma fase, se calhar decisiva e importantíssima, para aquilo que eu depois fiz, a partir desse momento.

Como me convidaram para eu contar a história da minha vida, que já é longa, eu vou tentar resumir telegraficamente aquilo que fiz, até porque, a seguir, escrevi meia dúzia de reflexões, pensando que estaria aqui gente mais nova e achei que podia ser interessante partilhá-las com vocês. Não tomem isto como uma atitude paternalista de: “eu sou mais velha, sei melhor, sei mais que vocês”. Não é isso. Mas tomem antes isto como uma atitude: “eu sou mais velha, portanto ando a pensar nestas coisas há mais tempo que vocês” e cheguei a algumas conclusões, cheguei a algumas dúvidas também, e gostava de partilhar algumas destas ideias convosco, como pistas para a vossa própria reflexão individual no exercício das vossas carreiras. Portanto, sem perder mais tempo, começando pelo princípio.

Porque é que eu fui para arqueóloga? Não tive muita escolha. Desde o princípio, para mim, era bastante evidente que eu queria trabalhar na área da Arqueologia. Talvez porque o meu tio, que eu não conheci, era arqueólogo, o Vergílio Correia. O meu pai tinha trabalhado com ele, tinha trabalhado com o irmão, e desde miúda, que em minha casa se falava de História e se falava da Arqueologia, se falava no trabalho que o meu tio tinha feito em Conimbriga. E por isso era um bocado inescapável fugir a esta tendência que também correspondia a um gosto pessoal que eu tinha pela disciplina da História.

Então, acabei por ir para a Faculdade, isto ainda antes do 25 de Abril, e fui suspensa por actividades tão subversivas, como a associação querer fazer elei-

ções, ser proibido, e os membros da associação de estudantes pedirem às pessoas que estavam nas salas para saírem, em solidariedade com eles. Nós saímos e veio a polícia, identificou-nos a todos e, não fomos presos, nada disso, mas fomos proibidos de entrar no espaço da Faculdade. O que quer dizer que, se não podíamos entrar na Faculdade, na prática, não podíamos “tirar o curso”. Isso foi muito bom para mim, por estranho que pareça.

Porquê? Primeiro, porque eu não podia entrar na Faculdade de Letras, mas eu podia entrar nos outros edifícios. E então, comecei a entrar na Faculdade de Ciências e a trabalhar com o Huet Bacelar e, na altura, com o Gustavo Marques que estava lá a estudar os materiais de Alpiarça, e que me ensinaram a inventariar material, a lavar material, a marcá-lo. E eu acabei por “ter” essa parte prática, para ocupar o meu tempo, uma vez que não podia entrar na minha Faculdade. Isto tinha acontecido em Fevereiro e, nesse ano, houve o 25 de Abril. Portanto eu acabei por “passar o ano”, com passagem administrativa, e não fui prejudicada, graças ao 25 de Abril. Portanto, tenho uma razão suplementar para estar contente com esta data, do 25 de Abril de '74!

Depois, calmamente, acabei o curso já sem outros percalços e comecei-me a interessar ao nível da Arqueologia, sobretudo pela Pré-História Recente. Porque achei que era uma área de investigação extremamente interessante do ponto de vista social. Isto hoje em dia, já é um bocado questionado, mas na altura era mais aceite porque as “coisas seriam mais simples”. Agora já vemos que há realidades muito mais complexas. Para mim, era a fase mais interessante, porque era o momento em que, do meu ponto de vista, se estavam a prefigurar as sociedades tal como nós as conhecemos hoje. Com profissões, com diferenciações sociais, com uma série de características que, na altura, era pacífico que teriam raízes neste período. E por isso eu achei que seria sempre mais interessante para investigar e foi sempre a minha área de eleição.

Depois, quando acabo o curso, o Francisco Alves, que já foi director desta casa, convida-me para ir trabalhar para o Campo Arqueológico de Braga, onde eu trabalho durante dois anos, como o Regis já disse, e aí ganhei a minha grande experiência de campo e de arqueologia de salvamento. Acabo por sair do Campo Arqueológico porque não havia dinheiro para nos pagar. Nós chegámos a ter situações tão fantásticas como: havia verbas para os voluntários, então os voluntários comiam e os profissionais do Campo ficavam sentados, à espera que eles acabassem de comer,

para irmos comer os restos que eles tivessem deixado. Portanto, não pensem que a vossa vida é difícil, ou que só a vossa vida é difícil, porque a nossa também foi!

E pronto, acabei por sair e fui dar aulas.

E depois, quando o Francisco Alves veio aqui para o Museu, convida-me para integrar esta equipa que deu, realmente, a primeira “grande volta” aqui ao Museu Nacional e que tem tido continuidade até agora. Na altura, e está aqui a Teresa Marques que pertence a essa época também e esteve aqui comigo, trabalhávamos no Museu Nacional e no Departamento de Arqueologia do IPPC. Quando estes serviços se “desdobram”, eu passo a trabalhar no Departamento de Arqueologia e, depois, concorro para o, na altura, Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul que, hoje em dia, é a Direcção Regional de Cultura do Alentejo. E aí tenho estado até agora, e desenvolvido vários trabalhos, dos quais não vos vou falar porque queria, sobretudo, falar-vos das minhas reflexões.

Portanto, a história da minha vida já acabou, estou na Direcção de Cultura do Alentejo até me poder reformar, com muito trabalho pela frente, até à aposentação.

E passo agora às minhas reflexões e aos meus conselhos.

Ora bem, como eu vejo a evolução da Arqueologia em Portugal, partindo do princípio que assisti a uma boa parte destes últimos tempos?

A seguir à extinção do IPA, eu começo a ver que a Arqueologia, que com o IPA se tinha afirmado no panorama nacional, também muito graças ao impacto da situação do Côa, começou a haver uma “diluição” da Arqueologia no conjunto das áreas do Património. E isso implicou, eu acho, uma certa perda de influência da Arqueologia. Em teoria, eu até acho que era interessante o conceito da Arqueologia integrada num serviço de gestão do Património em geral, mas a experiência leva-me a reconhecer que com um organismo autónomo tinha muito mais capacidade de intervenção e muito mais capacidade de afirmação. E por isso, eu penso que a extinção do IPA foi uma perda para todos nós. Isto são tudo as minhas opiniões pessoais, como é evidente.

Acho que o futuro ainda poderá ser mais complexo. A autonomização das Direcções Regionais de Cultura em relação ao organismo central também nos cria, por vezes, problemas. Temos por lado, a DGPC, e por outro lado, as Direcções Regionais de Cultura, mas somos organismos independentes, neste momento. Embora tecnicamente não sejamos, mas formalmente, somo-lo. E isso por vezes, também gera ruído e prejudica uma articulação mais eficiente. A própria

legislação que criou a DGPC e que criou os serviços regionais, agora Direcções Regionais, não é clara, tem zonas de sombra e complica toda esta situação. E se a situação não é mais grave, deve-se muito às pessoas que trabalham tanto nuns serviços como nos outros e na capacidade que nós temos tido de conseguir manter boas relações pessoais e humanas. E eu infelizmente, neste momento, não sei se não seria muito preferível que nós continuássemos a depender de um organismo central, em vez de termos uma autonomia que depois na prática acaba por não a ser.

Pior ainda, está-se a falar, agora, na hipótese das Direcções Regionais de Cultura serem integradas nas Comissões de Desenvolvimento Regional (CCDR). E eu acho que, mais uma vez, “nós” vamos sendo “diluídos” cada vez mais e a nossa influência, a nossa capacidade de intervenção pode-se ressentir disso. Vamos ter eleições este ano, 2019, e, portanto, certamente até as eleições isto não vai acontecer, mas depois não sei o que se prefigura no horizonte. Mas cada vez se tem falado mais desta hipótese e a CCDR, claramente, é um organismo virado para a gestão do território, mas não é um organismo que, de *per si*, tenha preocupações patrimoniais. Por isso, “sermos” integrados lá, pode ser mais uma machadada na nossa capacidade de intervenção, na capacidade de intervenção do Estado nos domínios do Património, da sua preservação e na fiscalização da sua actividade. É um receio que eu tenho, o futuro dirá, se é verdade, se não é, se isto vai acontecer.

A legislação também não tem ajudado. As nossas leis são confusas, são pouco explícitas, não estão regulamentadas, têm também muitas zonas de sombra (a Lei de Bases do Património de 2001, nomeadamente, e a lei que rege as classificações). E nós, na prática, quando tentamos de utilizar esses instrumentos legislativos, muitas vezes para tomarmos certas decisões, vemo-nos confrontados com essas inconsistências, ou com essa falta de regulamentação, que muitas vezes entravam e prejudicam a nossa actividade.

Preocupa-me muito o emagrecimento da administração pública, que traz graves dificuldades em termos de pessoal na administração pública e isso também se reflete nos nossos serviços. Se nós não tivermos capacidade de renovar os nossos quadros, cada vez temos mais volume de trabalho. Pelo menos, ao nível da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, onde eu trabalho, noto isso. O volume de trabalho está a crescer exponencialmente, sobretudo, agora, com os projectos agrícolas no âmbito da rede de rega de Alqueva. E se não tivermos capacidade de ter mais pessoas a trabalhar, nunca vamos poder assegurar resposta em

tempo útil, nem de fiscalizações em tempo útil e isso também não dá, acaba por não dar, uma boa imagem da administração pública. Traz frustração para quem trabalha nestes serviços. E mais do que tudo, o que me preocupa é que podemos não conseguir ter uma monitorização do Património, como seria desejável.

Também me preocupo porque vejo muitas Câmaras, no Alentejo, um pouco despreocupadas com esta questão da Arqueologia. Houve uma fase em que eu via as Câmaras todas interessadas em terem arqueólogos e, em algumas Câmaras, neste momento, não noto essa preocupação e isso também me aflige. Também há Câmaras no Alentejo que, pura e simplesmente, não contemplam o Património nos seus planos diretores municipais, recentemente aprovados. E isso também me preocupa muito. Eu acho que aquela preocupação dos anos 70 e 80 com o Património está um pouco a desaparecer, está um pouco a diluir-se e isto também para mim é grave. E não sei qual será o futuro, a nível da Arqueologia, nas Autarquias.

A nossa capacidade de acção também muitas vezes é peada, por assim dizer, por algum legalismo excessivo. Ou seja, eu vejo, por vezes, ao nível dos organismos da administração central uma grande preocupação com a legislação que, em si, não é errada. Mas, às vezes, parece-me que há mais preocupação com a legislação, do que com a protecção do Património. Ou seja, em vez de pensarmos “como é que vamos resolver esta situação” e depois, tentarmos ver em termos da Lei, o que podemos ou não podemos fazer, às vezes, começamos ao contrário. Olhamos para a Lei e depois é que pensamos no Património. E isto também me preocupa.

Também me preocupa que a nossa capacidade de intervenção, ao nível da salvaguarda do Património, nomeadamente na área dos projectos agrícolas de que falei, esteja dependente da boa vontade de terceiros. Nós temos conseguido alguns resultados, graças à nossa capacidade de diálogo e de articulação com a DGPC, mas também com a Direcção Regional de Agricultura e com o Ministério Público. Mas se, por alguma razão, alguma destas entidades perder esse interesse, nós sozinhos não temos capacidade de agir, intervir e de assegurar uma efectiva protecção do Património, neste domínio que é tão importante, neste momento, na zona do Alentejo.

Alguns conselhos, só para acabar. Conselhos rápidos! Reflexões minhas...

Os arqueólogos, enquanto estudantes, têm de ter capacidade de reivindicar. Eu acho que as novas gerações têm pouco essa cultura reivindicativa. Por

exemplo, quando foram alterados os requisitos de acesso à direcção de trabalhos arqueológicos, obrigando à titularidade de mestrado. Se na altura eu andasse na faculdade, ter-me-ia manifestado contra e teria reivindicado que os arqueólogos com licenciatura tivessem o direito “de escavar”. As pessoas dizem: mas eles não têm preparação, porque só têm três anos de licenciatura. Eu digo: é evidente, mas eles não têm culpa, porque quem tem culpa é “Bolonha” e quem admitiu que o modelo Bolonha fosse implementado aqui. Ou seja, agora, as pessoas para poderem “ser arqueólogos” têm de pagar mais dois anos, para terem os seus mestrados e poderem dirigir escavações. Para além do que têm de pagar na licenciatura. E eu não vi a comunidade dos estudantes a revoltar-se contra esta situação e isso fez-me imensa impressão. Até podiam não conseguir nada, mas pelo menos, como diziam os espanhóis revoltados republicanos, na guerra civil, “resistir já é vencer”!

Depois, os arqueólogos exigem condições de trabalho. Essa parte preocupa-me, mas já não tanto, porque eu acho que o STARQ está activo, e está com força e está com boa vontade e acho que isso é muito importante. Todos nós sabemos que, muitas vezes, as condições de trabalho para as novas gerações e para os arqueólogos que trabalham a recibo verde, são bastante más, bastante deficientes. Os ordenados que ganham, por vezes, são uma miséria. E eu penso que um sindicato é importantíssimo, deste ponto de vista.

Aos arqueólogos que dirigem trabalhos arqueológicos, eu dava-lhes o conselho que eles se assumam como directores de intervenções científicas. E que dialoguem com a Tutela, ou seja, connosco, em pé de igualdade. Há muitos casos (nem em todos, felizmente) de arqueólogos que estão no terreno e que querem que nós vamos lá para lhes dizermos, perante uma situação, o que é que devem fazer. Eu acho que um arqueólogo que está a dirigir uma escavação, antes de mais, é o responsável científico por essa escavação. Então, ele tem obrigação de, primeiro, não ter medo de nós e de olhar para nós como iguais. Nós somos representantes da Tutela, mas somos tão arqueólogos como eles. Segundo, de apresentar as suas propostas, de propor soluções e, muitas vezes, se contraporem à nossa opinião. Porque nós não somos detentores da verdade e até podemos não estar a ver uma coisa que para eles é evidente, porque estão no terreno todos os dias e nós chegámos ali naquele momento e fomos ver o que se passava. E é esse o conselho que eu vos deixo. Não tenham medo! Não tenham vergonha! Pensem que nós somos tão arqueólogos como vocês e vo-

cês têm todo o direito e têm obrigação, enquanto responsáveis científicos, de assumir a responsabilidade daquela escavação e de propor soluções sobre qual deve ser a estratégia de intervenção para aquele sítio.

Depois, acho que os arqueólogos devem fazer um esforço, mesmo quando trabalham na arqueologia empresarial (e isso já acontece em muitos casos, felizmente), para publicar os resultados dos seus trabalhos. Não deixem isso de vista! Pensem sempre que vocês são arqueólogos, não são trabalhadores da construção civil; vocês são investigadores, vocês são cientistas e têm obrigação de divulgar os resultados dos trabalhos que fazem. Sei que muitas vezes as condições são difíceis, mas tentem fazer um esforço nesse sentido, porque isso é importante e também para vocês e para a vossa formação profissional.

E mesmo na elaboração dos relatórios (eu analiso centenas de relatórios), procurem apresentar dados que contextualizem os resultados das vossas intervenções, por muito “mixurucas” que sejam. Na semana passada, por acaso, estive a ver um relatório de dois “buracos” miseráveis. Mas a partir desses dois “buracos” miseráveis, a arqueóloga responsável conseguiu chegar a conclusões e interpretações históricas sobre a História da cidade onde estava a trabalhar e chegar a resultados que contribuem para o melhor conhecimento da História dessa cidade. Portanto, isso é possível, muitas vezes. Outras vezes não, claro. Eu penso que os arqueólogos devem pôr um certo cuidado em transformar, também, os próprios relatórios, num trabalho de produção científica, mesmo que não seja uma publicação.

Arqueólogos, não se desmereçam a si próprios, mas percebam que os outros arqueólogos são vossos iguais, independentemente dos cargos que ocupam. Eu noto muitas vezes na malta mais nova, uma quase veneração ou quase medo dos professores universitários, que eu francamente não compreendo. Mesmo quando esses arqueólogos já acabaram o curso há 10 anos, há 15 anos, há 20 anos! Eu penso que devem fazer um esforço de pensarem que nós devemos respeito a toda a gente, mas eles, os mais velhos, também nos devem respeito a nós. E nós somos iguais e é em pé de igualdade que devemos tratar uns com os outros.

Outro conselho tem a ver com uma coisa que eu oiço muitas vezes: nós gostamos imenso de dizer mal! E normalmente, as gerações quando são novas acham sempre que o trabalho delas é muito melhor que o trabalho que está para trás. A nível de metodologia, a nível de abordagem, a nível de uma série de coisas. Eu, felizmente, muito nova, ainda andava a estudar,

tive quem me ensinasse que todo o trabalho tem o seu interesse, todo o trabalho tem a sua importância e também temos, muitas vezes, de o contextualizar na época em que foi feito. E nunca vou esquecer esse conselho. E por isso o que eu vos recomendo é: antes de criticar o trabalho dos outros, sobretudo os trabalhos mais antigos, façam o exercício ao contrário, olhem para o que eles fizeram de bom e pensem o que é que se pode extrair de informações importantes desses trabalhos que foram publicados, mesmo com metodologias que hoje em dia nos fazem arrepiar os cabelos, pôr os cabelos em pé.

Por fim, nunca esqueçam a função social da Arqueologia. A Arqueologia é um trabalho que é feito em comunidade e na comunidade, é feito com pessoas. Eu acho que é importantíssimo apostar em sessões de divulgação com a população, onde se está a trabalhar durante mais tempo. Esclarecer as pessoas e explicar-lhes o que está ali a acontecer. Fazer essa divulgação tão essencial e que muitas vezes não se faz. E, outra coisa, que por exemplo eu fiz quando fazia as minhas escavações, por minha iniciativa, e porque achava que o devia fazer; não é obrigatório por Lei, mas eu acho que é importante. Os arqueólogos quando trabalham quando enviam o relatório à Tutela, do meu ponto de vista, deveriam enviar uma cópia, para conhecimento, às Câmaras Municipais. Muitas vezes as Câmaras, se querem ter conhecimento dos trabalhos que se realizaram no seu conselho, são obrigadas a ir à DGPC para consultarem os relatórios, porque não têm acesso a eles. Agora, felizmente, a DGPC está a colocar relatórios *online* e isso é uma ideia excelente, mas se os arqueólogos tiverem essa iniciativa própria de fazerem chegar esses relatórios às Câmaras, seria também uma forma de recompensar essa comunidade pelo trabalho que foi aí feito.

Ainda tinha mais umas coisas, mas não vou dizer.

Agora fico por aqui...

ANEXO – TRANSCRIÇÃO

Então, boa tarde a todos, mais uma vez, e a todas, para ser politicamente correcta. Quero agradecer antes de mais, e rapidamente, já percebi que não tenho muito tempo, ao Sindicato pelo convite que me fez e em particular, perdoem-me os outros membros do sindicato, à Jacinta. É um bocado como a cena do Padrinho, de nos meterem uma cabeça de cavalo na cama, ela faz-me uma proposta que eu não podia recusar porque, a Jacinta conheço há muito tempo, conheço-a muito bem e acho que é uma lutadora. Não só uma lutadora no campo da investigação científica, que às vezes não é fácil e também é preciso lutar aí; mas também tem sido, desde sempre, uma lutadora pelos direitos desta classe que são os arqueólogos. E por isso e perante este aniversário, eu não poderia fazer outra coisa senão aceitar e agradecer muito o convite que me fizeram.

Por outro lado, estou muito contente de estar aqui porque o Museu Nacional faz parte, também, da história da minha vida e de uma fase se calhar decisiva e importantíssima para aquilo que eu depois fiz a partir desse momento.

Como me convidaram para eu contar a história da minha vida, que já é longa e temos pouco tempo, eu vou tentar resumir telegraficamente aquilo que fiz, até porque, a seguir, escrevi meia dúzia de reflexões, pensando que estaria aqui gente mais nova e achei que podia ser interessante partilhá-las com vocês. Não tomem isto como uma atitude paternalista de: “eu sou mais velha, sei melhor, sei mais que vocês”. Não é isso. Mas tomem antes isto como uma atitude: “eu sou mais velha, portanto ando a pensar nestas coisas há mais tempo que vocês” e cheguei a algumas conclusões, cheguei a algumas dúvidas também, e gostava de partilhar algumas destas ideias convosco, como pistas para a vossa própria reflexão individual no exercício das vossas carreiras. Portanto, sem perder mais tempo, começando pelo princípio.

(olha para os apontamentos)

Porque é que eu fui para arqueologia? Não tive muita escolha. Desde o princípio, para mim era bastante evidente que eu queria trabalhar na área da Arqueologia, talvez porque o meu tio, que eu não conheci, era arqueólogo, que era o Vergílio Correia, mas o meu pai tinha trabalhado com ele, tinha trabalhado com o irmão, e desde miúda, que em minha casa se falava de História e se falava da Arqueologia, se falava no trabalho que o meu tio tinha feito em Conimbriga e por isso era um bocado inescapável fugir a esta tendência que

também correspondia a um gosto pessoal que eu tinha pela disciplina da História.

Então, acabei por ir para a Faculdade, isto ainda antes do 25 de Abril, e fui suspensa por actividades tão subversivas, como a associação querer fazer eleições, ser proibido, os membros da associação de estudantes pedirem às pessoas que estavam nas salas para saírem em solidariedade com eles. Nós saímos e veio a polícia, identificou-nos a todos e, fomos, não fomos presos, nada disso, mas fomos proibidos de entrar no espaço da Faculdade. O que quer dizer que, na prática, não podíamos entrar na Faculdade, portanto, não podíamos “tirar o curso”. Isso foi muito bom para mim, por estranho que pareça.

(risos)

Porquê? Primeiro, porque eu não podia entrar na Faculdade de Letras, mas eu podia entrar nos outros edifícios. E então, comecei a entrar na Faculdade de Ciências e a trabalhar com o Huet Bacelar e, na altura, com o Gustavo Marques que estava lá a estudar os materiais de Alpiarça, e que me ensinaram a inventariar material, a lavar material, a marcá-lo, e eu acabei por “ter” essa parte prática, para ocupar o meu tempo, uma vez que não podia entrar na minha Faculdade.

E nesse ano houve o 25 de Abril. Isto aconteceu em Fevereiro, portanto eu acabei por “passar o ano” com passagem administrativa e não fui prejudicada, (porque) graças ao 25 de Abril. Portanto, tenho uma razão suplementar para estar contente com esta data do 25 de Abril de '74!

Depois, calmamente, acabei o curso já sem outros percalços e comecei-me a interessar então ao nível da Arqueologia, sobretudo pela Pré-História Recente. Porque achei que era uma área de investigação extremamente interessante do ponto de vista social. Talvez porque aí, isso hoje em dia, também já é um bocado questionado, mas na altura era mais aceite porque as “coisas seriam mais simples”. Agora já vemos que há realidades muito mais complexas.

Mas se calhar, era para mim a fase mais interessante, porque era o momento em que, do meu ponto de vista, se estavam a prefigurar as sociedades tal como nós as conhecemos hoje. Com profissões, com diferenciações sociais, com uma série de características que, na altura, era pacífico que teriam raízes neste período. E por isso eu achei que seria sempre mais interessante para investigar e foi sempre a minha área de eleição.

Depois, quando acabo o curso, o Francisco Alves, que já foi director desta casa, convida-me para ir trabalhar para o Campo Arqueológico de Braga, onde eu trabalho durante dois anos, como o Regis já disse, e

ai ganhei a minha grande experiência de campo e de arqueologia de salvamento. Acabo por sair do Campo Arqueológico porque não havia dinheiro para nos pagar. Nós chegámos a ter situações tão fantásticas como havia verbas para os voluntários, então os voluntários comiam e os profissionais do Campo ficavam sentados à espera que eles acabassem de comer para irmos comer os restos que eles tivessem deixado. Portanto, não pensem que a vossa vida é difícil, ou que a só a vossa vida é difícil, porque a nossa também foi.

E pronto, acabei por sair e fui dar aulas.

E depois, quando o Francisco Alves veio aqui para o Museu, convida-me para integrar esta equipa que deu realmente a primeira “grande volta” aqui ao Museu Nacional e que tem tido continuidade até agora. Eu não me vou demorar muito mais sobre isso, para não perder tempo.

Na altura trabalhávamos no Museu, e está aqui a Teresa Marques que pertence a essa época também, esteve aqui comigo, trabalhávamos no Museu Nacional e no Departamento de Arqueologia do IPPC. Quando eles se desdobram, eu passo a trabalhar no Departamento de Arqueologia, e depois concorro para o que era o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul que, hoje em dia, é a Direcção Regional de Cultura do Alentejo, e onde tenho estado até agora, e desenvolvido vários trabalhos, dos quais não vos vou falar para não perder mais tempo.

(Regis: Mas estás à vontade...)

Sim, mas eu queria sobretudo deixar mais tempo para as minhas reflexões.

Portanto, a história da minha vida já acabou, estou na Direcção de Cultura do Alentejo até me poder reformar, com muito trabalho pela frente, até à aposentação.

(risos)

E passo agora às minhas reflexões e aos meus conselhos.

Ora bem, como eu vejo a evolução da Arqueologia em Portugal, partindo do princípio que assisti a uma boa parte destes últimos tempos?

A seguir à criação do IPA, ou seja, não é a seguir à criação do IPA, a seguir à extinção do IPA, podemos começar por aí para não perdermos tempo, eu começo a ver que a Arqueologia, que com o IPA se tinha afirmado, no panorama português, também muito graças ao impacto da situação do Còa, começou a haver, com a extinção do IPA, uma “diluição” da Arqueologia no conjunto das áreas do Património. E isso, eu acho, que implicou uma certa perda de influência [da Arqueologia]. Eu, em teoria, até acho que era interes-

sante o conceito da Arqueologia integrada num serviço de Património em geral, mas a experiência leva-me a reconhecer que com um organismo autónomo teria muito mais capacidade de intervenção e muito mais capacidade de afirmação. E penso que isso foi uma perda para todos nós. Isto são tudo as minhas opiniões pessoais, como é evidente.

Acho que o futuro ainda poderá ser mais complexo. A autonomização das Direcções Regionais de Cultura em relação ao organismo central também nos cria, por vezes, problemas. Temos por lado, a DGPC, e por outro lado, as Direcções de Cultura, mas somos organismos independentes, neste momento. Embora tecnicamente não sejamos, mas formalmente, somo-lo. E isso por vezes, também gera ruído e prejudica uma articulação mais eficiente, embora eu ache que se a situação não é mais grave, se deve muito às pessoas que trabalham tanto nuns serviços como nos outros e na capacidade que nós temos tido de conseguir manter boas relações pessoais e humanas. Mas a própria legislação que criou a DGPC e que criou os serviços regionais, agora Direcções Regionais, não é clara, tem zonas de sombra e complica toda esta situação. E eu infelizmente, neste momento, não sei se não seria muito preferível que nós continuássemos a depender de um organismo central, em vez de termos uma autonomia que depois na prática acaba por não a ser.

Pior ainda, está-se a falar agora na hipótese das Direcções de Cultura serem integradas nas Comissões de Desenvolvimento Regional. E eu isso, acho que, mais uma vez nós vamos sendo “diluídos” cada vez mais e a nossa influência, a nossa capacidade de intervenção pode-se ressentir disso. Vamos ter eleições este ano e, portanto, certamente até as eleições isto não vai acontecer, mas depois não sei o que se prefigura no horizonte, mas cada vez se tem falado mais desta hipótese e a CCDR, claramente, é um organismo virado para a gestão do território, mas não é um organismo que, de per si, tenha preocupações patrimoniais. Bem, por isso, nós ao sermos integrados lá, pode ser mais uma machadada na nossa capacidade de intervenção, na capacidade de intervenção do Estado nos domínios do Património e da sua preservação e na fiscalização da sua actividade. É um receio que eu tenho, o futuro dirá, se é verdade, se não é, se isto vai acontecer.

Por outro lado, a legislação também não tem ajudado. As nossas leis são confusas, são pouco explícitas, não estão regulamentadas, têm também muitas zonas de sombra (a Lei de Bases do Património, nomeadamente, a lei que rege as classificações). E nós quando, na prática, tentamos de utilizar esses

instrumentos legislativos, muitas vezes para tomarmos certas decisões, vemo-nos confrontados com essas inconsistências ou com essa falta de regulamentação, que muitas vezes entram e prejudicam a nossa actividade.

Por outro lado, e isso já foi falado também pelo António Carvalho, preocupa-me muito o emagrecimento da administração pública, que traz graves dificuldades em termos de pessoal, não é só o museu nacional, mas é a administração toda e isso também se reflete nos nossos serviços. Se nós não tivermos capacidade de renovar os nossos quadros, cada vez temos mais volume de trabalho. Pelo menos a nível da Direcção [Regional de Cultura] do Alentejo, onde eu trabalho, noto isso, o volume de trabalho está a crescer exponencialmente, sobretudo agora com os projectos agrícolas no âmbito da rede de rega de Alqueva. E se não tivermos capacidade de ter mais pessoas a trabalhar, nunca vamos poder assegurar resposta em tempo útil, nem de fiscalizações em tempo útil e isso também não dá, acaba por não dar, uma boa imagem da Administração pública. Traz frustração para quem trabalha nestes serviços. E mais do que tudo, o que me preocupa é que podemos não conseguir ter uma monitorização do Património, como seria desejável.

Por outro lado, também me preocupo porque vejo muitas Câmaras, lá em baixo, no Alentejo, um pouco despreocupadas com esta questão da Arqueologia. Houve uma fase em que eu via as Câmaras todas interessadas em terem arqueólogos e, em algumas Câmaras eu, neste momento, não noto essa preocupação e isso também me aflige. Também há Câmaras no Alentejo que, pura e simplesmente, não contemplan o Património nos seus planos diretores municipais, recentemente aprovados. E isso também me preocupa muito. Portanto, eu acho que aquela preocupação dos anos 70 e 80 com o Património está um pouco a desaparecer, está um pouco a diluir-se e isto também para mim é grave e não sei qual será o futuro, também a nível da Arqueologia nas Autarquias.

A nossa capacidade de acção também muitas vezes é peada, por assim dizer, por algum legalismo excessivo. Ou seja, eu vejo por vezes a nível dos organismos da administração central uma grande preocupação com a legislação que, em si, não é errada; mas às vezes parece-me que há mais preocupação com a legislação, do que com a protecção do Património. Ou seja, em vez de nós, por vezes, pensarmos "como é que vamos resolver esta situação" e depois, tentarmos ver em termos da Lei, o que podemos ou não podemos fazer, às vezes, começamos ao contrário. Olhamos para

a Lei, e depois é que pensamos no Património. E isto também me preocupa.

Também me preocupa que a nossa capacidade de intervenção, a nível da salvaguarda do Património, nomeadamente na área, por exemplo, destes projectos agrícolas, de que eu falei, esteja dependente da boa vontade de terceiros, nomeadamente nós temos conseguido alguns resultados graças à nossa capacidade de diálogo e de articulação com a DGPC, por um lado, mas também com a Direcção Regional de Agricultura e com o Ministério Público. Mas se, por alguma razão, alguma destas entidades perder esse interesse, nós sozinhos não temos capacidade de agir, intervir e de assegurar uma efectiva protecção do Património, neste domínio que é tão importante, neste momento, na zona do Alentejo.

Alguns conselhos, só para acabar. Tenho tempo? Quanto tempo?

Bom, conselhos rápidos! Reflexões minhas...

Os arqueólogos, enquanto estudantes, têm de ter capacidade de reivindicar. Eu acho que as novas gerações têm pouco, pouco, essa cultura reivindicativa. Por exemplo, quando se passou a questão, a nível da direcção de trabalhos arqueológicos ter de ser assegurada por alguém que tenha mestrado. Eu se na altura andasse na faculdade ter-me-ia manifestado contra e teria reivindicado que os arqueólogos com licenciatura deveriam ter o direito "de escavar". As pessoas dizem: claro, mas eles não têm preparação, porque só têm três anos. Eu digo, é evidente, mas eles não têm culpa, porque quem tem culpa é Bolonha e quem admitiu que o modelo Bolonha fosse implementado aqui. Ou seja, agora, as pessoas para poderem ser arqueólogos têm de pagar, dois anos, para terem os seus mestrados e poderem dirigir escavações. Para além que têm de pagar (risos) na licenciatura. E eu não vi a comunidade dos estudantes a revoltar-se contra esta situação. E isso fez-me imensa impressão. Até podiam não conseguir nada, mas pelo menos, como diziam os espanhóis revoltados republicanos, na guerra civil, "resistir já é vencer"!

Bom, depois, os arqueólogos a exigirem condições de trabalho. Essa parte preocupa-me, mas já não tanto, porque eu acho que o Sindicato está activo, e está com força e está com boa vontade e acho que isso é muito importante, porque todos nós sabemos e eu não me vou alongar nesse ponto, que muitas vezes, as condições de trabalho para as novas gerações e para os arqueólogos que trabalham a recibo verde, são bastante más, bastante deficientes. Os ordenados que ganham, por vezes, que são uma miséria.

E eu penso que um sindicato é importantíssimo, deste ponto de vista.

Depois, aos arqueólogos que dirigem trabalhos, eu dava-lhes o conselho que eles se assumam como directores de intervenções científicas. E que dialoguem com a Tutela, ou seja, connosco, em pé de igualdade. (eu) Muitas vezes, nem em todos os casos, felizmente; mas há muitos casos, por vezes, de arqueólogos que estão no terreno e que querem que nós vamos lá para lhes dizermos, perante uma situação, o que é que devem fazer. Eu acho que um arqueólogo que está a dirigir uma escavação, antes de mais, é o responsável científico por essa escavação. Então, ele tem obrigação, primeiro: de não ter medo de nós e de olhar para nós como iguais. Nós somos representantes da Tutela, mas somos tão arqueólogos como eles. Segundo: de apresentar as suas propostas, de propor soluções e de, muitas vezes, se contraporem à nossa opinião porque nós também não somos detentores da verdade e até podemos não estar a ver uma coisa que para eles é evidente porque estão no terreno todos os dias e nós chegámos ali naquele momento e fomos ver o que se passava. E é esse o conselho que eu vos deixo. Não tenham medo! Não tenham vergonha! Pensem que nós somos tão arqueólogos como vocês e vocês têm todo o direito, e têm obrigação, enquanto responsáveis científicos de assumir a responsabilidade daquela escavação e de propor soluções sobre qual deve ser a estratégia de intervenção para aquele sítio.

Depois, acho que os arqueólogos devem fazer um esforço, mesmo quando trabalham na arqueologia empresarial, e isso já acontece em muitos casos, felizmente, para publicarem os resultados dos seus trabalhos. Mas não deixem isso de vista! Pensem sempre que vocês quando são arqueólogos, não são trabalhadores da construção civil, vocês são investigadores, vocês são cientistas. E têm obrigação de divulgar os resultados dos vossos trabalhos que fazem. Sei que muitas vezes as condições são difíceis, mas tentem fazer um esforço nesse sentido. Porque isso é importante e também é importante para vocês e para a vossa formação profissional.

E mesmo na elaboração dos relatórios, e eu analiso centenas de relatórios, procurem também apresentar dados que contextualizem os resultados das vossas intervenções, por muito "mixurucas" que sejam. E eu li, a semana passada, na sexta-feira, por acaso estive a ver um relatório de dois buracos miseráveis, mas a partir desses dois buracos miseráveis, a arqueóloga responsável conseguiu chegar a conclusões e interpretações históricas sobre a História da cidade onde

estava a trabalhar e chegar a resultados que contribuem para o melhor conhecimento da História dessa cidade. Portanto, isso é possível, muitas vezes. Outras vezes não, claro, mas eu penso que os próprios relatórios, os arqueólogos devem por um certo cuidado, em transformar também os próprios relatórios num trabalho de produção científica, mesmo que não seja uma publicação.

Estou quase a acabar. Se encontrar a folha, se não a tiver perdido. Não, falta-me uma página! Olha, não, encontrei-a!

(risos)

Outra coisa; outra coisa não, isto já vos disse. A propósito de nós da Tutela, mas eu tornava este extensivo a tudo. Arqueólogos, não se desmereçam a si próprios, como diria o outro, mas para além disso, percebam que os outros arqueólogos são vossos iguais. Independentemente dos cargos que ocupam. E eu também noto muitas vezes na malta mais nova, uma quase veneração ou quase medo dos professores universitários, que eu francamente não compreendo. Mesmo quando esses arqueólogos já acabaram o curso há 10 anos, há 15 anos, há 20 anos e eu penso que também devem fazer esse esforço de pensarem: nós devemos respeito a toda a gente, mas eles também nos devem respeito a nós. E nós somos iguais e é em pé de igualdade que devemos tratar uns com os outros.

(só faltam duas)

Outro conselho tem a ver com uma coisa que eu oiço muitas vezes: nós gostamos imenso de dizer mal! E normalmente, as gerações quando são novas acham sempre que o trabalho delas é muito melhor que o trabalho que está para trás. A nível de metodologia, a nível de abordagem, a nível de uma série de coisas. Eu felizmente, tive quem me ensinasse e, muito nova, ainda andava a estudar, quem me chamasse à atenção, e eu nunca vou esquecer é esse conselho: para que todo o trabalho tem o seu interesse, todo o trabalho tem a sua importância e também temos, muitas vezes, de o contextualizar na época em que foi feito. E por isso o que eu vos recomendava era, antes de criticar o trabalho dos outros, sobretudo os trabalhos mais antigos, façam o exercício ao contrário, olhem para o que eles fizeram de bom e pensem o que é que se pode extrair de informações importantes desses trabalhos que foram publicados, mesmo com metodologias que hoje em dia nos fazem arrepiar os cabelos, pôr os cabelos em pé.

Por fim, não esquecer, nunca esqueçam, a função social da Arqueologia. A Arqueologia é um trabalho que é feito em comunidade, é feito na comunidade, é feito com pessoas e eu acho que é importantíssimo

apostar em sessões com a população, onde se está a trabalhar durante mais tempo, esclarecer as pessoas e explicar-lhes o que está ali a acontecer. Fazer essa divulgação tão essencial e que muitas vezes não se faz. E, outra coisa, que por exemplo eu fiz quando fazia as minhas escavações, por minha iniciativa, e porque achava que o devia fazer. Eu sei que não é obrigatório por Lei, mas eu acho que é importante. Os arqueólogos quando trabalham na área de um conselho e quando enviam o relatório à Tutela, do meu ponto de vista, deveriam enviar uma cópia, para conhecimento, às Câmaras Municipais. Muitas vezes as Câmaras, se querem ter conhecimento dos trabalhos que se realizaram no seu conselho, são obrigadas a vir à DGPC para consultarem os relatórios, porque não têm acesso a eles. Agora felizmente a DGPC está a colocar relatórios online e isso é uma ideia excelente, mas se os arqueólogos tiverem essa iniciativa própria de fazerem chegar esses relatórios às Câmaras, penso que seria também uma forma de recompensar essa comunidade pelo trabalho que foi aí feito.

Ainda tinha mais umas coisas, mas não vou dizer. Se tivermos tempo, poderei.

Agora fico por aqui. Já falei muito.

“INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA”. UM BOLETIM DE E PARA A DIVULGAÇÃO DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

Carlos Boavida

Instituto de Arqueologia e Paleociências / Universidade Nova de Lisboa; Associação dos Arqueólogos Portugueses; Grupo Amigos de Lisboa
cmpboavida@gmail.com

Resumo

Em 1979 foi apresentado o primeiro número do boletim *Informação Arqueológica*, publicação periódica que ao longo de quase 15 anos promoveu e divulgou, nos mais diversos aspectos, a actividade arqueológica realizada em Portugal. Envolvida neste projecto desde o início, Susana Correia assumiu a coordenação da maior parte dos nove números publicados, nos quais colaboraram largas dezenas de arqueólogos de todo o país.

Palavras-chave: Arqueologia, Divulgação, Susana Correia.

Abstract

“Informação Arqueológica” was a bulletin presented for the first time in 1979. For almost 15 years, it was the only Portuguese periodical publication about archaeological activity carried out in Portugal, and it promoted and disseminated the most diverse information.

Susana Correia was involved in this project since the beginning and took over the coordination of most of the nine issues published. Many dozens of archaeologists from all over the country collaborated in this project.

Keywords: Archaeology, Communication, Susana Correia.

1. NOTA PRÉVIA

Ao contrário da maioria dos participantes neste encontro (senão mesmo todos), eu nunca conheci pessoalmente Susana Correia. Podemos eventualmente ter-nos cruzado nos corredores de algum congresso, mas não tenho certezas em relação a esse facto. No entanto, o seu nome é-me conhecido graças a referências bibliográficas que citei na minha tese de mestrado (Boavida, 2009), pois, com excepção de um pequeno artigo nas *Actas do II Congresso Internacional de Cerâmica do Mediterrâneo Ocidental* (1987), as duas únicas notas publicadas sobre as escavações arqueológicas ocorridas no castelo de Castelo Branco constam no 4.º e 5.º volumes da *Informação Arqueológica*. Foi igualmente através da rubrica “Revista de Imprensa” daquele periódico que encontrei as referências às notícias saídas na imprensa local sobre aquela intervenção arqueológica, assim como acerca de outras iniciativas associadas, sobre as quais, como mencionei, pouco ou nada existia publicado, apesar de seis campanhas de escavações no terreno onde haviam participado cerca de centena e meia de pessoas.

Mais tarde, no âmbito de outros estudos ou investigações, voltei a consultar por diversas ocasiões a *Informação Arqueológica*, repositório de uma parte significativa do que se fez em Arqueologia em Portugal no final dos anos 70 e grande parte da década seguinte. Com efeito, muitos trabalhos arqueológicos foram divulgados pela primeira vez nas suas páginas. Se para a maioria deles a informação consiste numa ficha com os principais dados sobre os sítios e as intervenções ali decorridas, para alguns dos casos foram dados à estampa artigos bastante desenvolvidos, que são ainda hoje referência e frequentemente citados.

Passemos então ao tema que aqui nos traz, sobre a importância e relevância da *Informação Arqueológica* como boletim de e para divulgação da Arqueologia Portuguesa.

2. COMO TUDO COMEÇOU

O primeiro volume da *Informação Arqueológica*, referente aos anos de 1977/1978, foi publicado em 1979 pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Através de um conjunto de seis circulares (em anexo), publicadas logo após o editorial da autoria de Francisco J. S. Alves (que assumiu a coordenação deste volume juntamente com Henrique M. B. Nunes e Susana Correia), são dados a conhecer os motivos que levaram à criação deste boletim e que nortearam esta

iniciativa. São também referidos os condicionalismos a este projecto que não só atrasaram a sua realização, mas igualmente uma maior abrangência, como aliás é referido no próprio editorial: “*As dificuldades e os obstáculos que se levantaram durante a elaboração deste primeiro número do boletim (...) quase impossibilitaram o seu aparecimento e, justificam a relativa desactualização da informação contida (...). Porque os meios (...) foram extremamente limitados não se pôde fazer melhor. Mas fez-se.*” (Alves, 1979).

De acordo com a Circular n.º 2, numa reunião ocorrida em Setúbal, no final de Maio de 1978, foi definida a estrutura do boletim que, com algumas alterações pontuais, se manteve ao longo dos vários volumes editados.

Após o “Editorial”, onde se abordava o estado da Arqueologia em Portugal nas suas diversas vertentes, seguia-se o “Artigo de Fundo”, texto de carácter geral, focado em aspectos metodológicos e técnicos. A ideia não era divulgar textos inéditos, mas sim facultar o acesso a trabalhos cujo tema, embora bastante abrangente no âmbito da actividade arqueológica, por diversos factores, não estavam disponíveis a todos os investigadores. O tema do “Artigo de Fundo” do primeiro boletim pretendia fazer um ponto da situação sobre uma das questões mais controversas da investigação arqueológica de então, que era a datação por radiocarbono e a sua respectiva calibração.

Em termos de divulgação das novas descobertas que iam sendo realizadas em território nacional, uma das rubricas mais relevantes da estrutura do boletim era a dos “Elementos para um inventário das estações arqueológicas – prospecção e reconhecimentos”. Os dados eram aqui apresentados de forma sumária, como se fosse uma ficha de sítio (designação do local e cronologia, descrição sumária, altimetria, coordenadas, localização administrativa, condições do achado, comentário sobre o espólio eventualmente identificado, responsáveis pela intervenção e dados sobre quem enviou a informação). Uma outra rubrica – “Museus e Colecções” – abordava também este tema do inventário, mas do ponto de vista das colecções recuperadas em sítios arqueológicos.

Relativamente aos levantamentos, tendo em vista a elaboração de carta arqueológica, foi originalmente equacionada uma subsecção associada a estes inventários, mas acabou por se remeter esse assunto para a rubrica sobre os projectos de investigação.

As notícias sobre escavações arqueológicas a decorrer (ou em preparação), assim como alusivas à análise de espólios recuperados no âmbito daquelas

estavam do mesmo modo contempladas. Foi dado o devido destaque às referências publicadas na imprensa diária e periódica, local e regional, permitindo assim uma mais completa compilação desses dados, mas também das actividades de animação cultural desenvolvidas para mobilizar as populações para a relevância do património arqueológico.

Com um forte apelo à colaboração das bibliotecas, institutos e associações, a rubrica “Publicações Periódicas” pretendia divulgar os artigos da especialidade recentemente publicados em Portugal e Espanha. Além da informação analítica sobre aqueles, apelava-se igualmente a que fosse referido em que instituições seria possível consultar os artigos em causa. Colaboração idêntica era instada no que diz respeito a livros e brochuras, mas também às reuniões científicas (congressos, mesas-redondas, colóquios, ...), divulgando-se os programas e, se possível, as principais conclusões após a realização daqueles encontros.

A componente do ensino da Arqueologia, abordando as matérias leccionadas nos programas seguidos nas várias universidades, foi considerada obviamente relevante, assim como as referências relativas às teses que eram apresentadas ao longo do ano lectivo.

Uma das rubricas criadas tinha como objectivo o debate sobre a componente legislativa, tanto do ponto de vista nacional como internacional, existindo uma outra especificamente para a denuncia de atentados ao património arqueológico e ambiental, para que tais factos fossem de conhecimento geral. Como referido nas circulares, esta última era *uma rubrica que dependia muito da colaboração atenta e lúcida dos arqueólogos portugueses*.

As circulares referidas dão-nos conta igualmente dos vários arqueólogos que se foram envolvendo neste projecto, muitos deles nomes hoje consagrados da Arqueologia Portuguesa, mas que então estavam, na sua maioria, nos primeiros anos da sua actividade. Embora se verifique, como seria expectável, um número assinalável de profissionais da área de Lisboa, a lista de colaboradores, que se foi dilatando à medida que os novos números do boletim iam sendo publicados, incluía arqueólogos de Braga, Coimbra e Porto, mas também de Setúbal, Beja ou Castelo Branco, entre outras localidades.

3. OS NÚMEROS SEGUINTE

Em 1980, com a criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) na dependência da então Secretaria de Estado da Cultura, considerou-se, de forma

consensual, que caberia a este a responsabilidade de editar uma publicação com as características do boletim *Informação Arqueológica* (Silva, 1982). Manteve-se no geral a estrutura adoptada no primeiro número. O volume coordenado por Susana Correia tinha editorial assinado por António Carlos Silva, director do Departamento de Arqueologia do IPPC, o que sucedeu em quase todos os volumes que se seguiram. No que diz respeito à equipa técnica que assegurou a composição dactilográfica, assim como o arranjo gráfico e montagem do boletim, a situação foi mais variável, tendo sido assegurada, entre outros, por Ana Cristina Araújo, Paula Correia Mestrinho, Jorge Monteiro, Helena Tomás, M.^a da Graça Simões Dias, Luís Pascoal, António Ventura, Pedro Rodriguiz, João Lourenço, Joaquim A. C. Franco e Luiz Oosterbeek. Este último coordenou com Susana Correia o quarto volume (1984), no qual se verificaram algumas alterações ao nível do grafismo, mas também uma reorganização dos temas das várias rubricas, cujo número diminuiu. Estes aspectos ocorreram novamente no sétimo volume (1986).

No que diz respeito aos “Trabalhos de Campo”, passou a estar incluído o relatório de actividades do Departamento de Arqueologia do IPPC, incluindo a listagem dos projectos inseridos no Plano de Trabalhos Arqueológicos com informação dos respectivos responsáveis, subsídios envolvidos e que entidades apoiavam aqueles.

Um problema que esteve sempre presente durante os anos em que foi editado o boletim *Informação Arqueológica*, apesar da sua regularidade, foi o atraso na publicação dos volumes relativamente ao ano a que dizem respeito, questão abordada frequentemente nos editoriais. A situação parece ter sido ultrapassada a partir do sétimo volume (1986), mas não por muito tempo.

Diversas alterações do ponto de vista institucional levaram a que se tenha verificado um novo atraso, desta feita ainda maior que do que os ocorridos anteriormente. Assim, o nono e derradeiro volume foi publicado em 1994, relativo ao ano de 1987, ano em que tinha sido editado o número anterior do boletim. Entretanto, no início daquele ano, em substituição do IPPC, havia já sido criado o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), que assumiu a coordenação do boletim, estando o editorial a cargo de Fernando Real, então director do Departamento de Arqueologia do IPPAR (Real, 1994).

O boletim assumia uma nova formatação gráfica e as suas rubricas foram reorganizadas dando apenas conta dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no território nacional, no que foi uma *procura por impri-*

mir uma nova dinâmica de modo a tornar a consulta do boletim mais atractiva e do interesse de um público mais abrangente, não obrigatoriamente especialista (Real, 1994).

Era então referido que, após diversas dificuldades, publicava-se este volume, estando em preparação dois números duplos, a editar no ano seguinte. Tal facto não só reflectia a cada vez mais intensa actividade arqueológica nacional, mas também o eficaz desempenho, em matéria de comunicação, por parte do boletim, cujos habituais leitores manifestavam particular interesse na sua continuidade. Por parte da tutela da Cultura havia também vontade expressa em apoiar esta iniciativa, assim como a actividade arqueológica em geral (Real, 1994).

Esses dois volumes, como é sabido, nunca chegaram a ser publicados.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com a aposentação de Caetano de Mello Beirão, em 1987, António Carlos Silva foi nomeado para dirigir a Direcção Regional de Arqueologia do Alentejo do IPPC e Susana Correia acompanhou-o nessa mudança para o Alentejo, integrando os serviços daquela direcção. O Departamento de Arqueologia do IPPC ficou então a cargo de Fernando Real, que assinou o editorial do último número do boletim *Informação Arqueológica*. Diversas alterações do ponto de vista político tornaram os anos seguintes bastantes instáveis para as áreas da cultura tuteladas pelo IPPC. Do ponto de vista cultural, o património arqueológico e arquitectónico perdeu algum do seu protagonismo para outras áreas, em particular o teatro; tendo sido também substituídos muitos dos dirigentes com formação técnica por elementos com filiações partidárias. O IPPC foi extinto e parte das suas competências passaram para o IPPAR, a nova entidade então criada, o mesmo sucedendo com alguns dos recursos logísticos das então extintas Direcções Regionais de Arqueologia (instalações, viaturas, recursos humanos, etc) que passaram a servir outras áreas da Cultura. A existência do Departamento de Arqueologia e das Direcções Regionais de Cultura manteve-se, acima de tudo porque a Lei de Bases do Património Cultural a isso obrigava¹.

Embora os recursos financeiros fossem escassos, em 1993 foi possível começar a recuperar o atraso na publicação do boletim *Informação Arqueológica*,

¹ Informações cedidas pelo Dr. Fernando Real, a quem agradecemos.

tendo sido editado o último número em 1994, a baixo custo, com uma nova apresentação gráfica criada por Aurelindo Jaime Ceia, designer gráfico e colaborador do Museu Nacional de Arqueologia. Pouco tempo depois, uma nova alteração na direcção do IPPAR levou a que a política editorial que se estava então a delinear na área da Arqueologia, com os desdobráveis sobre os sítios arqueológicos e o retomar da série *Trabalhos de Arqueologia*, voltasse a ficar suspensa. Toda a polémica que então se gerou em torno do processo de Foz Côa deu igualmente origem a uma desconfiança em relação aos arqueólogos que só viria a ser ultrapassada com a entrada em funções de um novo governo em 1995 e com a criação da Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia (IPA), o qual começaria a funcionar então dois anos depois².

A edição do boletim *Informação Arqueológica* foi retomada, embora com outra designação, mas mantendo o mesmo objectivo de divulgar, a curto prazo, a investigação arqueológica desenvolvida em Portugal. A *Revista Portuguesa de Arqueologia* é publicada anualmente desde então, tendo sido durante alguns anos semestral, continuando igualmente a ser editada a série *Trabalhos de Arqueologia*. Ambos os títulos têm suprido parte das valências do boletim, embora algumas delas tenham sido substituídas por recursos, nomeadamente digitais, facilitando assim o acesso à informação, como sucede com a base de dados *Endovélico*, acessível parcialmente através do *Portal do Arqueólogo*. Porém, algumas das rubricas do boletim não foram totalmente substituídas ou asseguradas por outros meios, nomeadamente a parte relativa às novas publicações, sejam actas de encontros ou revistas da especialidade, informação essencial para um conhecimento actualizado de um dado sítio arqueológico. Com excepção do *Boletim Bibliográfico da Biblioteca de Arqueologia* (do antigo IPA), não há outro meio em que seja possível estarmos a par do que vai sendo publicado, mas é necessário que essas novas edições cheguem àquela biblioteca. Graças à *Revista Portuguesa de Arqueologia* e à série *Trabalhos de Arqueologia*, tem sido possível a realização de muitas permutas com outras instituições congéneres, permitindo assim enriquecer àquele acervo bibliográfico.

Existem ainda algumas bases de dados em que é possível aceder a listas bibliográficas sobre um determinado monumento ou sítio arqueológico, mas de forma generalizada essa informação não é actualizada re-

² Informações cedidas pelo Dr. Fernando Real, a quem agradecemos.

gularmente. Tendo em conta a enorme quantidade e diversidade de publicações que têm lugar anualmente, a compilação dessa informação nos dias de hoje, apesar da sua relevância para a investigação, seria um empreendimento hercúleo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, F. (1979) – Editorial. *Informação Arqueológica*, 1, p. 4.
- ALVES, F.; NUNES, M. B. H.; CORREIA, S. (coord.) (1979) – *Informação Arqueológica*, 1 (1977/1978). Braga: Unidade de Arqueologia – Universidade do Minho.
- BOAVIDA, C. (2009) – *Castelo de Castelo Branco. Contributo para o estudo de uma fortificação da raia beirã*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade Nova de Lisboa (policopiada, não publicada).
- CORREIA, S. H. (coord.) (1982) – *Informação Arqueológica*, 2 (1979). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- CORREIA, S. H. (coord.) (1983) – *Informação Arqueológica*, 3 (1980). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- CORREIA, S. H. (coord.) (1985) – *Informação Arqueológica*, 5 (1982/1983). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- CORREIA, S. H. (coord.) (1986) – *Informação Arqueológica*, 6 (1984). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- CORREIA, S. H. (coord.) (1986) – *Informação Arqueológica*, 7 (1985). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA DO IPPAR (coord.) (1994) – *Informação Arqueológica*, 9. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- OOSTERBEEK, L.; CORREIA, S. H. (coord.) (1984) – *Informação Arqueológica*, 4 (1981). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- REAL, F. C. S. (1994) – Editorial. *Informação Arqueológica*, 9. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 2.
- S/AUTOR (1987) – *Informação Arqueológica*, 8 (1986). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

ANEXOS

Circular N.º 1

De colaboração com outras personalidades e instituições, está o Campo Arqueológico – Universidade do Minho empenhado no lançamento de uma publicação periódica que visa dar notícias sumárias – (mesmo muito resumidas) de diversas actividades arqueológicas que se vão verificando por esse país fora.

Convictos de poder contar com a colaboração nessa região, vimos solicitar-lhe que, sempre que tenha conhecimento da descoberta de novas estações, de achados isolados, da realização de escavações, de actividades de grupos locais, da realização de exposições e conferências, de artigos de imprensa regional e local, relacionados com a arqueologia, etc., nos comunique para, através deste boletim, lhe darmos publicidade.

Com intenção de lançar o primeiro número do Boletim, realizar-se-á em setúbal, no dia 31 de Maio de 1978, da parte da tarde, no Museu de Arqueologia e Etnologia uma reunião preparatória aberta a todos os interessados em colaborar nessa iniciativa, razão pela qual pedimos que as notícias que consigam para já reunir nos sejam enviadas até ao dia 29 do corrente mês.

Antecipadamente grato, aproveito para apresentar os melhores cumprimentos.

19 DE MAIO DE 1978

Circular N.º 2

Conforme previsto na nossa circular de 19.5.78 realizou-se em Setúbal no dia 31 de Maio uma reunião com o fim de promover a criação de um Boletim de Informação Arqueológica a nível nacional, Boletim esse que se revestirá do maior interesse para qualquer um que se dedique à Arqueologia em Portugal. É das conclusões dessa reunião que se pretende dar conhecimento, esperando nós em nome de todos os que aí estiveram presentes, que seja dado o maior apoio a uma iniciativa que, só se puder contar com a colaboração de todos nós, alcançará efectivamente o objectivo a que se propôs.

BOLETIM DE INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA

1 – ESTRUTURA

Para este Boletim haverá um centro editor que, devido às possibilidades materiais, ficou decidido seria o Campo Arqueológico – Universidade do Minho. O editor responsável será o próprio Campo Arqueológico ou o Dr. Francisco Alves, conforme ficar aprovado ser mais conveniente. Esta decisão resultou também da reunião havida a 31.5.

Para cada número do Boletim, haverá a correspondente lista de colaboradores, com as moradas respectivas.

As notícias deverão ser enviadas ou directamente para o Campo Arqueológico – U.M. ou para qualquer dos organismos que se dediquem a actividades arqueológicas, devendo estes, neste caso, canalizar as informações que tiverem obtido para o Campo Arqueológico – U.M. até à data prevista para tal.

Este Boletim de Informação Arqueológica, será semestral, devendo os textos que nele venham a figurar ser enviados para Braga até 30.4 e 30.10, saindo os números correspondente até 15.6 e 15.12.

No caso especial deste primeiro número, a data limite para entrega dos textos será até 15.6, impreterivelmente.

Haverá ainda semestralmente uma reunião de colaboradores antes da saída do Boletim, onde será posta à aprovação de todos a sua forma final. A reunião correspondendo à saída do primeiro número será realizada em Arganil, na Câmara Municipal, em 25 de Junho próximo, às 10.h. e 30m.. Nela deverão ser apresentados textos para o ponto n.º 2 do Boletim (ver “Artigo de Fundo”).

2 – SECÇÕES

1 – EDITORIAL – Aparecerá no 1.º número do Boletim, podendo ou não figurar nos seguintes, e o seu conteúdo será um manifesto em que se abordará, de forma geral, e o mais anódina possível, a situação actual da Arqueologia em Portugal, seu ensino nas Faculdades, legislação em vigor, etc. Todos os interessados poderão avançar com propostas de textos, que deverão ser enviadas para a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, após o que o Dr. Barreto Nunes, elemento do Grupo Coordenador, conforme ficou aprovado em reunião, se encarregará de os fundir num texto colectivo, a apresentar na reunião de todos os colaboradores.

Caso esse Grupo Coordenador não receba texto destinado a esta rubrica, será a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho quem se encarregará de o elaborar, embora certamente com um âmbito mais restrito do que o previsto inicialmente, pois não se arroga esta Unidade o direito de falar em nome dos Arqueólogos Portugueses.

2 – ARTIGO DE FUNDO – Texto informativo, de interesse geral, sobre aspectos metodológicos, técnicos, etc. Não se aceitam originais. Na reunião antecedendo a

saída de um n.º são apresentados os textos propostos para o n.º seguinte. O texto aprovado para o Boletim n.º 1 na reunião de 31/5/78 faz como que o ponto de situação à data da sua saída sobre uma das questões mais controversas da Arqueologia actual: as datações por radiocarbono e respectiva calibração.

Este tema, só por si, ilustra a razão de ser desta rubrica, facultar a todos o acesso a dados apenas do conhecimento de alguns, sempre que esses sejam considerados instrumento essencial no domínio da investigação de largos sectores dedicados à Arqueologia.

3 – ELEMENTOS PARA UM INVENTÁRIO DE ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS: PROSPECÇÃO E RECONHECIMENTOS – Nesta rubrica se mencionarão novas jazidas arqueológicas a partir de Janeiro de 1978. Sendo necessário normalizar as descrições, foi aprovado e é aconselhado o seguinte esquema:

- 1 – Nome da estação e período(s) a que é atribuível;
- 2 – Descrição sumária da morfologia do terreno;
- 3 – Cota;
- 4 – Coordenadas hectométricas de Gauss;
- 5 – Localização administrativa (distrito, concelho, e, se for possível, freguesia, lugar, etc.);
- 6 – Condições da descoberta ou identificação. Também se inserirá aqui a redescoberta ou localização no terreno de estações mencionadas em publicações antigas mas insuficientemente localizadas (com respectivas referências bibliográficas);
- 7 – Considerações breves sobre o espólio (se o houver);
- 8 – Equipa ou indivíduo que procedeu à identificação;
- 9 – Assinatura (iniciais) de quem envia a notícia.

3A – CARTA ARQUEOLÓGICA – Esta secção foi anulada, tendo sido inserida no ponto n.º 12.

4 – ESCAVAÇÕES – Notícias sobre quaisquer escavações realizadas, projectadas ou em curso. A estrutura deste tipo de notícias é deixada ao critério de cada um, unicamente se apelando para o sintetismo da informação.

5 – ANÁLISE E TRATAMENTO DE MATERIAIS – Nesta rubrica pretende-se dar notícia dos trabalhos que presentemente estão a ser levados a cabo, especialmente em laboratórios, sobre materiais arqueológicos recolhidos em estações portuguesas.

6 – PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS – Pretende-se, com

esta rubrica, dar a conhecer os artigos da especialidade relativos a Espanha e Portugal, publicados no último n.º de cada revista. Chama-se especial atenção das bibliotecas de Institutos e Associações que assinem revistas ou estabeleçam permutas, para que sejam facultados ao núcleo coordenador do boletim, os sumários das publicações que se inserem nesta secção. Pedimos que indiquem sempre o respectivo título, o local em que se editar, o número do volume e/ou fascículo, a data da publicação e as páginas limite de cada artigo, além do seu autor e a referência à instituição em que podem ser consultados.

7 – LIVROS E BROCHURAS – Referências bibliográficas das publicações não periódicas peninsulares e das não peninsulares referentes à Península Ibérica aparecidas desde 1976, com indicação das instituições onde podem ser consultadas. Para uniformizar a referência bibliográfica de cada obra, segundo o NP 405 de 1966, agradecemos que nos forneçam sempre os seguintes elementos: nome do autor; título da obra; local de edição; editor; data da edição, e, eventualmente, colecção.

Faz-se o apelo especial às bibliotecas dedicadas à Arqueologia, a fim de nos facultarem as suas listas de livros entrados.

8 – REVISTA DE IMPRENSA – Selecção de notícias publicadas na Imprensa Diária e Periódica, Local e Regional, desde que façam referência a estações ou acontecimentos inéditos no domínio da Arqueologia. É de agradecer a colaboração de todos, sobretudo aqueles que têm mais fácil acesso à imprensa regional e local.

9 – ENSINO DA ARQUEOLOGIA – Pretende-se apresentar aqui os programas das cadeiras versando matérias relacionadas com a Arqueologia ensinadas nas Universidades Portuguesas, bem como os títulos das Teses de Licenciatura (e respectivos autores) a serem apresentadas no ano lectivo em curso.

Até ao momento nenhum professor de Arqueologia ou Faculdade forneceu o conteúdo dos cursos ministrados durante o presente ano. Por essa razão resolveu-se contactar directamente os Conselhos Directivos das Faculdades de Letras, solicitando o envio do programa dos respectivos cursos.

10 – ANIMAÇÃO CULTURAL – Espaço destinado a noticiar tudo o que tenha vindo a ser feito desde o início de 1978 no sentido de sensibilizar as populações para a problemática arqueológica: exposições, programas

televisivos, palestras, etc. As diversas realizações serão apresentadas por distrito e concelhos, e, dentro destes, serão referidas as instituições que promovem e as que executam (no caso de não serem as mesmas). Pedimos a todos os colaboradores que não se esqueçam de fornecer essas indicações acima referidas.

11 – REUNIÕES CIENTÍFICAS – Congressos, mesas-redondas, colóquios, etc., já realizados ou a realizar no decurso de 1978 e 1979. No primeiro caso serão apresentadas as listas de comunicações e respectivos autores e, se possível, as conclusões finais do encontro.

12 – PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO – Nesta rubrica serão também incluídos os projectos de Carta Arqueológica que estão a ser realizados em diversas regiões do país, pedindo-se aos seus responsáveis que nos deem notícias sobre o estado actual dos trabalhos.

13 – COLECÇÕES – Aqui poderão ser apresentados inventários de estações arqueológicas representadas em colecções portuguesas.

14 – ATENTADOS AO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E AMBIENTE NATURAL – Rubrica nova, através da qual se pretende apresentar perante a opinião pública um inventário dos atentados, depredações, etc., que contra o Património Arqueológico e/ou seu ambiente natural, se vão verificando impunemente por esse país fora. É mais uma rubrica que depende muito da colaboração atenta e lúcida dos arqueólogos portugueses.

15 – LEGISLAÇÃO – Aqui se apresenta legislação vária sobre a actividade arqueológica, tanto nacional como internacional.

16 – VÁRIA – Secção aberta a qualquer tipo de notícias de âmbito arqueológico que não se insiram nos números anteriores.

5 DE JUNHO DE 1978

Circular N.º 3

Como informámos na nossa última circular respeitante ao Boletim de Informação Arqueológica, deveria ter lugar, no próximo dia 25 de Junho, em Arganil, a reunião final em que seriam apresentados todos os elementos constitutivos do referido Boletim, após o que se trataria da sua publicação. Esta data fora marcada na reunião havida em Setúbal em 31 de Maio passado, em que estiveram presentes arqueólogos de vários pontos

do país, cujos nomes foram, por lapso, omitidos da circular em que demos conta do ocorrido no referido encontro. Do facto apresentamos as nossas desculpas, passando desde já a referi-los:

– Caetano Beirão (Lisboa); Carlos Tavares da Silva (Setúbal); Clara Vaz Pinto (Beja); Francisco Alves (Braga); Henrique B. Nunes (Braga); João de Castro Nunes (Coimbra); João Rosa Viegas (Setúbal); Joaquina Soares (Setúbal); Jorge P. Monteiro (Lisboa); José Caeiro (Lisboa); Luís Gouveia (Almada); Manuel Maia (Lisboa); Maria Adelaide Maia (Lisboa); Maria Luísa A. Nunes (Lisboa); Maria Luísa E. da Veiga (Lisboa); Martin Hock (Lisboa); Philine Kalb (Lisboa); Rui Parreira (Beja); Susana Correia (Braga); Vítor Gonçalves (Lisboa).

Houve ainda algumas pessoas presentes cujos nomes infelizmente não conseguimos obter.

Ficara decidido igualmente nessa reunião que os textos para o Boletim seriam enviados para Braga até 15 de Junho inclusive. Sucede, porém, que ainda hoje, 20 de Junho, nos chegaram várias propostas de elementos presentes nesse encontro, o que só vem provar a inviabilidade prática de uma data limite tão próxima para a aceitação dos textos. Isto implica inevitavelmente o adiamento da reunião de Arganil (para uma data que será futuramente acordada) bem como da data limite para a recepção dos textos, que é assim deixada em suspenso provisoriamente.

Tudo isto não significa, porém, o esmorecimento de um projecto; antes pelo contrário, são os problemas concretos relacionados com o Boletim que nos provam ser ele já, neste momento, uma realidade. E por isso mais uma vez fica o apelo à vossa colaboração, bem como os nossos agradecimentos a Adolfo de Magalhães, António A. Tavares, António M. Baptista, Carlos T. Silva, Celso T. Silva, Centro de Arqueologia de Almada, Eduardo C. Serrão, Eduardo Oliveira, Grupo Amador de Arqueologia de Viana, João R. Viegas, Joaquina Soares, José Beleza Moreira, José d'Encarnação, José M. Garcia, Lino T. Dias, Luís Gouveia, Manuel S. Oliveira, Maria Luísa Ferrer, Maria Manuela Martins, Maria la Sallette da Ponte, Miguel Ramos, Martin Hock, Philine Kalb, Susana Jorge, Vitor Gonçalves e Vitor O. Jorge pelo pronto envio de material para o Boletim.

Com os melhores cumprimentos.

Os colaboradores

20 de JUNHO DE 1978

Circular N.º 4

Na sequência da nossa anterior circular informamos que a reunião final para apresentação de todos os elementos recolhidos que poderão constituir o primeiro

número do Boletim de Informação Arqueológica será realizada na Figueira da Foz (Museu Santos Rocha) no dia 14 de Julho, pelas 14 horas.

Informamos ainda que no referido Boletim haverá lugar para uma nova secção – Projectos de Investigação, na qual os investigadores poderão dar conta das suas iniciativas em curso, e que os colaboradores do Boletim têm direito de fazer acompanhar os seus textos de fotografias e outros elementos que julguem necessários.

Até à Figueira

Cordiais saudações

Pelo Grupo Coordenador

6 DE JULHO DE 1978

Circular N.º 5

De acordo com circular n.º 4, de 6/7/78, realizou-se no passado dia 14 na Figueira da Foz (Museu Santos Rocha) a reunião final para a apresentação dos elementos destinados ao primeiro número do “Boletim de Informação Arqueológica”.

Presentes Isabel Pereira, Lionel Ribeiro, Philine Kalb, Martin Hock, Joaquina Soares, Carlos Tavares da Silva, João Viegas, João Ludgero, Henrique Nunes e Francisco Alves.

Das conclusões da reunião relativas à estrutura do Boletim damos a seguir conta. As alterações sugeridas resultam de algumas sugestões apresentadas e da análise do material, até agora recebido, o que permitiu uma melhor distribuição dos assuntos, pela revista, bem como uma maior clarificação do conteúdo de algumas rubricas.

SECÇÕES DO BOLETIM DE INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA:

1 – EDITORIAL – Até ao momento o Grupo Coordenador não recebeu qualquer texto destinado a esta rubrica. Se tal situação se mantiver até 31 de Julho, será a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho que se encarregará de o elaborar, embora certamente com um âmbito mais restrito do que o enunciado na circular n.º 3, pois esta Unidade não se arroga do direito de poder falar em nome dos arqueólogos portugueses. Lamentamos a falta de colaboração verificada em relação a esta rubrica, o que vai impedir que este editorial se possa transformar num manifesto de grande importância para o futuro da Arqueologia Nacional.

2 – ARTIGO DE FUNDO – Como já foi anteriormente indicado, por este número foi escolhido um artigo, tradu-

zido do francês, sobre as datações por radiocarbono e respectiva calibração.

3 – ELEMENTOS PARA UM INVENTÁRIO DE ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS: PROSPECÇÃO E RECONHECIMENTOS – Esta rubrica substitui a que, na circular n.º 2, figurava com o título PROSPECÇÃO, dada a ambiguidade de que por vezes este termo se podia revestir. Recordamos de novo o esquema com que se devem apresentar as notícias para esta secção, indispensável para uma correcta localização da estação em causa:

- a) Nome da estação e período(s) a que é atribuível.
- b) Descrição sumária da morfologia do terreno.
- c) Cota.
- d) Coordenadas hectométricas de Gauss.
- e) Localização administrativa (distrito, concelho, freguesia, lugar).
- f) Condições da descoberta ou identificação (indicação de bibliografia no caso de estações já conhecidas).
- g) Considerações breves sobre o espólio.
- h) Equipa ou individuo que procedeu ao reconhecimento.
- i) Autor da notícia.

4 – ESCAVAÇÕES – Notícias sobre escavações já realizadas durante 1978 ou projectadas para o corrente ano.

5 – ANÁLISE E TRATAMENTO DE MATERIAIS – Nesta rubrica pretende-se dar notícia dos trabalhos que presentemente estão a ser levados a cabo, especialmente em laboratórios, sobre materiais arqueológicos recolhidos em estações portuguesas.

6 – PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS – Pretende-se nesta rubrica, dar a conhecer os artigos da especialidade relativos a Portugal e Espanha, publicados no último número da revista. Chama-se a especial atenção das Bibliotecas de Institutos e Associações que assinem revistas ou estabeleçam permutas, para que sejam facultados ao núcleo coordenador do Boletim, os sumários das publicações que se inserem nesta secção. Pedimos que indiquem sempre o respectivo título, o local em que se editar, o número e/ou fascículo, a data de publicação e as páginas limite de cada artigo, além do seu autor e a referência à Instituição em que podem ser consultados.

7 – LIVROS E BROCHURAS – Voltamos a pedir a colaboração de todos os que tenham conhecimentos de obras, recentemente publicadas, sobre arqueologia

peninsular. Para uniformizar a referência bibliográfica de cada obra, segundo o NP 405, de 1966, agradecemos que nos forneçam sempre os seguintes elementos: nome do autor; título da obra; local de edição; editor; data da edição, e, eventualmente, colecção. Faz-se um apelo especial às bibliotecas mais dedicadas à Arqueologia, a fim de nos facultarem as suas listas de livros entrados.

8 – REVISTA DE IMPRENSA – Selecção de notícias publicadas na imprensa diária e periódica, local e regional, desde que façam referência a estações e acontecimentos inéditos no domínio da arqueologia. É de agradecer a colaboração de todos, sobretudo aqueles que têm mais fácil acesso à Imprensa regional e local.

9 – ENSINO DA ARQUEOLOGIA – Até ao momento nenhum professor de Arqueologia ou Faculdade nos forneceu o conteúdo dos cursos ministrados durante o presente ano. Por essa razão resolveu-se contactar directamente os Conselhos Directivos das Faculdades de Letras, solicitando o envio dos programas dos respectivos cursos.

10 – ANIMAÇÃO CULTURAL – Têm sido bastante intensas as actividades cujo conteúdo se integra no espírito desta rubrica. Pedimos contudo, que nos indiquem sempre o local em que se realizam, os organizadores e os intervenientes nas actividades deste tipo.

11 – REUNIÕES CIENTÍFICAS – Nada a acrescentar em relação à circular anterior.

12 – PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO – Nesta rubrica serão também incluídos os projectos de Carta Arqueológica que estão a ser realizados em diversas regiões do país, pedindo-se aos responsáveis que nos deem notícias sobre o estado actual dos trabalhos.

13 – COLECÇÕES – Substitui a rubrica anteriormente chamada "Museus e Colecções".

14 – ATENTADOS AO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E AMBIENTE NATURAL – Rubrica nova, através da qual se pretende apresentar perante a opinião pública, sobretudo dos meios mais sensíveis a estas situações um inventário dos atentados, destruições, depredações, etc., que, contra o património arqueológico e/ou meio ambiente natural, quotidiana e impunemente se vão verificando por esse país fora. É mais uma rubrica que

depende muito da colaboração atenta e lúcida dos arqueólogos portugueses.

15 – LEGISLAÇÃO – Pelo menos será publicada na íntegra a portaria 269/78 de 12 de Maio (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos).

16 – VÁRIA – Secção aberta a qualquer tipo de notícias que não se insiram nos números anteriores.

Na reunião foram também discutidos pormenores relativos ao aspecto gráfico da publicação, custo e distribuição.

Prevê-se que a impressão do primeiro número possa estar concluída no próximo mês de Outubro, pelo que serão aceites as notícias e a colaboração que nos seja enviada até 31 de Julho. Todo o material recebido após essa data será publicado no segundo número.

Cordiais saudações.

Pelo Grupo Coordenador

19 DE JULHO DE 1978

Circular N.º 6

Como deverá ter presente, foi lançada em Maio de 1978 a ideia de um Boletim de Informação Arqueológica, que teria como função essencial dar a qualquer interessado em qualquer ponto do país a possibilidade de obter a panorâmica (a nível nacional) das actividades arqueológicas em curso ou de projectos de investigação prestes a serem lançados. Este Boletim estaria evidentemente aberto a todos os que nele quisessem participar, enviado as suas notícias para a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em Braga, que, em reunião havida a 31 de Maio em Setúbal, ficara incumbida de coligir todos os dados e posteriormente de os fazer publicar (após reunião final para apresentação de todos os elementos, reunião esta que em princípio deveria ter a participação de todos os colaboradores do Boletim). Fora no entanto acordado que só seriam aceites notícias referentes ao 1.º semestre de 1978, pois se pensava que a impressão deste primeiro n.º poderia estar concluída em Outubro do mesmo ano.

Esta impressão teria realizada nos Serviços de Reprografia da Universidade do Minho.

Surgiram entretanto várias dificuldades de ordem técnica, que vieram a provocar um considerável atraso na saída do Boletim – entre elas a composição da Revista Portuguesa de Química nos referidos serviços e a existência aí de um único dactilógrafo-compositor.

Finalmente o impasse foi resolvido, trabalhando agora esse dactilógrafo-compositor a meio tempo no

nosso Boletim. Igualmente podemos informar que os órgãos superiores da Universidade do Minho asseguraram desde já saída deste 1.º número pelo que ele constitui uma realidade potencial.

Devido porém ao atraso desta saída em relação ao previsto, e após consulta informal de vários colaboradores, foi decidido fazer uma tentativa de superação deste desfasamento temporal, sendo concedido a todos os interessados um prazo até ao fim do presente mês de Janeiro para:

1 – Completar, corrigir ou eliminar informações anteriormente enviadas.

2 – Enviar notícias referentes ao segundo semestre de 1978 ou a actividades já desenvolvidas em 1979.

3 – Dar informações sobre projectos a pôr em prática em 1979.

Salientamos a particular importância deste último ponto, pois devendo o boletim estar concluído pela Páscoa seria útil tentar revesti-lo da maior actualidade.

Apelando para a participação de todos os colaboradores, convocamos desde já a reunião para redacção final das notícias, que terá lugar na Associação dos Arqueólogos Portugueses (Largo do Carmo), sábado, 10 de Fevereiro de 1979, pelas 16 horas.

Cordiais saudações

Pelo Grupo Coordenador

Nota: Apresentamos em apêndice mais uma vez os diversos pontos que um unânime consenso considerou deverem constar neste boletim.

BOLETIM DE INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA:

SECÇÕES:

1 – EDITORIAL – Aparecerá no 1.º número do Boletim, podendo ou não figurar nos seguintes, e o seu conteúdo será um manifesto em que se abordará, de forma geral, e o mais anódina possível, a situação actual da Arqueologia em Portugal, seu ensino nas Faculdades, legislação em vigor, etc. Todos os interessados poderão avançar com propostas de textos, que deverão ser enviadas para a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, após o que o Dr. Barreto Nunes, elemento do Grupo Coordenador, conforme ficou aprovado em reunião, se encarregará de os fundir num texto colectivo, a apresentar na reunião de todos os colaboradores.

Caso esse Grupo Coordenador não receba qualquer texto destinado a esta rubrica, será a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho que se encarregará de o elaborar, embora certamente com

um âmbito mais restrito do que o previsto inicialmente, pois não se arroga esta Unidade do direito de falar em nome dos Arqueólogos Portugueses.

2 – ARTIGO DE FUNDO – Texto informativo, de interesse geral, sobre aspectos metodológicos, técnicos, etc. Não se aceitam originais. Na reunião antecedendo a saída de um n.º são apresentados os textos propostos para o n.º seguinte. O texto aprovado para o Boletim n.º 1 na reunião de 31/5/78 faz como que o ponto da situação à data da sua saída sobre uma das questões mais controversas da Arqueologia actual: a datações por radiocarbono e respectiva calibração.

Este tema, só por si, ilustra a razão de ser desta rubrica: facultar a todos o acesso a dados apenas do conhecimento de alguns, sempre que esses sejam considerados instrumento de trabalho essencial no domínio da investigação de largos sectores dedicados à Arqueologia.

3 – ELEMENTOS PARA UM INVENTÁRIO DE ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS: PROSPECÇÃO E RECONHECIMENTOS – Nesta rubrica se mencionarão novas jazidas arqueológicas localizadas a partir de Janeiro de 1978. Sendo necessário normalizar as descrições, foi aprovado e é aconselhado o seguinte esquema:

- a) Nome da estação e período(s) a que é atribuível.
- b) Descrição sumária da morfologia do terreno.
- c) Cota.
- d) Coordenadas hectométricas de Gauss.
- e) Localização administrativa (distrito, concelho, e, se for possível, freguesia, lugar, etc.).
- f) Condições da descoberta ou identificação. Também se inserirá aqui a redescoberta ou localização no terreno de estações mencionadas em publicações antigas, mas insuficientemente localizadas (com respectivas referências bibliográficas).
- g) Considerações breves sobre o espólio (se o houver).
- h) Equipa ou indivíduo que procedeu ao reconhecimento.
- i) Assinatura (iniciais) de quem envia a notícia.

3A – CARTA ARQUEOLÓGICA – Esta secção foi anulada, tendo sido inserida no ponto n.º 12.

4 – ESCAVAÇÕES – Notícias sobre quaisquer escavações realizadas, projectadas, ou em curso. A estrutura deste tipo de notícias é deixada ao critério de cada um, unicamente se apelando para o sintetismo da informação. para o corrente ano.

5 – ANÁLISE E TRATAMENTO DE MATERIAIS – Nesta rubrica pretende-se dar notícia dos trabalhos que presentemente estão a ser levados a cabo, especialmente em laboratórios, sobre materiais arqueológicos recolhidos em estações portuguesas.

6 – PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS – Pretende-se nesta rubrica, dar a conhecer os artigos da especialidade relativos a Portugal e Espanha, publicados no último número da revista. Chama-se a especial atenção das bibliotecas de Institutos e Associações que assinem revistas ou estabeleçam permutas, para que sejam facultados ao núcleo coordenador do boletim, os sumários das publicações que se inserem nesta secção. Pedimos que indiquem sempre o respectivo título, o local em que se editar, o número e/ou fascículo, a data de publicação e as páginas limite de cada artigo, além do seu autor e a referência à instituição em que podem ser consultados.

7 – LIVROS E BROCHURAS – Referências bibliográficas das publicações não periódicas peninsulares e não peninsulares, mas referentes à Península Ibérica, aparecidas desde 1976, com indicação das instituições onde podem ser consultadas. Para uniformizar a referência bibliográfica de cada obra, segundo o NP 405, de 1966, agradecemos que nos forneçam sempre os seguintes elementos: nome do autor; título da obra; local de edição; editor; data da edição, e, eventualmente, colecção.

Faz-se um apelo especial às bibliotecas dedicadas à Arqueologia, a fim de nos facultarem as suas listas de livros entrados.

8 – REVISTA DE IMPRENSA – Selecção de notícias publicadas na imprensa diária e periódica, local e regional, desde que façam referência a estações ou acontecimentos inéditos no domínio da Arqueologia. É de agradecer a colaboração de todos, sobretudo aqueles que têm mais fácil acesso à imprensa regional e local.

9 – ENSINO DA ARQUEOLOGIA – Pretende-se apresentar aqui os programas das cadeiras versando matérias relacionadas com a Arqueologia ensinadas nas Universidades portuguesas, bem como os títulos das teses de licenciatura (e respectivos autores) a serem apresentadas no ano lectivo em curso.

Até ao momento nenhum professor de Arqueologia ou Faculdade nos forneceu o conteúdo dos cursos ministrados durante o presente ano. Por essa razão resolveu-se contactar directamente os Conselhos Directivos

das Faculdades de Letras, solicitando o envio dos programas dos respectivos cursos.

10 – ANIMAÇÃO CULTURAL – Espaço destinado a noticiar tudo o que venha a ser feito desde o início de 1978 no sentido de sensibilizar as populações para a problemática arqueológica: exposições, programas televisivos, palestras, etc. As diversas realizações serão apresentadas por distritos e concelhos, e, dentro destes, serão referidas as instituições que os promovem e as que executam (no caso de não serem as mesmas. Pedimos a todos os colaboradores que não se esqueçam de fornecer as indicações acima referidas.

11 – REUNIÕES CIENTÍFICAS – Congressos, mesas-redondas, colóquios, etc., já realizados ou a realizar no decurso de 1978 e 1979. No primeiro caso serão apresentadas as listas das comunicações e respectivos autores e, se possível, as conclusões finais do encontro.

12 – PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO – Nesta rubrica serão também incluídos os projectos de Carta Arqueológica que estão a ser realizados em diversas regiões do país, pedindo-se aos responsáveis que nos deem notícias sobre o estado actual dos trabalhos.

13 – COLECÇÕES – Aqui poderão ser apresentados inventários de estações arqueológicas representadas em colecções portuguesas.

14 – ATENTADOS AO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E AMBIENTE NATURAL – Rubrica nova, através da qual se pretende apresentar perante a opinião pública, sobretudo dos meios mais sensíveis a estas situações um inventário dos atentados, depredações, etc., que contra o Património Arqueológico e/ou seu ambiente natural, se vão verificando impunemente por esse país fora. É mais uma rubrica que depende muito da colaboração atenta e lúcida dos arqueólogos portugueses.

15 – LEGISLAÇÃO – Aqui se apresentará legislação vária sobre a actividade arqueológica, tanto nacional como internacional.

16 – VÁRIA – Secção aberta a qualquer tipo de notícias que não se insiram nos números anteriores.

12 DE JANEIRO DE 1979

SUSANA HELENA BASTOS CORREIA DA FONSECA¹ (1955-2021), ANTIGA ALUNA, AMIGA DE SEMPRE, CIDADÃ EMPENHADA: A NOSTALGIA DO SUL

Vitor Oliveira Jorge

Investigador do IHC-FCSH-UNL / vitor.oliveirajorge@gmail.com

Não conheci a Susana Correia no primeiro dia em que cheguei ao Porto para ali definitivamente me instalar como docente da Faculdade de Letras – 2 de janeiro de 1975 – mas deparei-me com ela casualmente poucos dias depois². Ela e uma outra amiga, Ana Leite da Cunha, estavam as duas à espera das aulas naquela época conturbada, numa área pública do edifício onde a FLUP provisoriamente funcionava. E logo me receberam como praticamente toda a gente ali: com alegria e satisfação. Guardo essa primeira, sorridente e acolhedora imagem dela, na minha memória.

Era no imóvel que fica ao lado do quartel da Guarda Nacional Republicana, e do outro lado da rua estava e está o vetusto Hospital de Santo António, imponente e escuro, na sua fachada monumental³. O Porto não era fácil então de incorporar para uma pessoa como eu, que vinha de Lisboa, uma cidade “branca”, e também da ensoleirada Angola.⁴ Associe essas primeiras

imagens do Porto ao frio, à cor escura do granito de que são feitos os edifícios - nomeadamente os mais monumentais -, qual esponja dura absorvendo a humidade, e àquela chuva por vezes miudinha que ia embecendo as ruas e as vivências das pessoas. Decerto, este era o sentimento dominante de um “transplantedo” como eu, com a nostalgia do Sul, mas também com a enorme satisfação de finalmente ir fazer com mais estabilidade, no meu verdadeiro país e não numa colónia, aquilo de que sempre gostei: estudar, investigar, dar aulas. Quem tinha enfrentado a árdua África havia agora de conseguir enfrentar também o “nevoeiro” do Norte... e do meu futuro, integrando-me apressadamente num ambiente desconhecido, para fazer, com prazo curto, a almejada tese de doutoramento, imprescindível para me “segurar” na carreira. “Nevoeiro” sobretudo porque eu conhecia muito pouco sobre uma região relativamente à arqueologia da qual eu dispunha já então, de facto, de escasso tempo para poder produzir um trabalho de fundo.⁵

Mas o sorriso da Susana Correia e dos colegas, aparentemente “ansiosos” de me conhecer, pareceu-me, foi logo uma boa “entrada”, um bom auspício, nesta nova etapa de recomeço da minha vida.

A Susana não era de início propriamente o protótipo da aluna estritamente cumpridora de horários leti-

¹ Alguns dados sobre ela, na Wikipédia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Susana_Helena_Correia, ou aqui: https://pt.ithérald.vn/pt/Susana_Helena_Correia.

² Tinha ela 20 anos, pois nascera no Porto em abril de 1955.

³ Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Hospital_de_Santo_António.

⁴ Para onde tinha sido “enviado” como assistente da Universidade de Luanda, Cursos de Letras (atual cidade do Lubango, então Sá da Bandeira).

⁵ Naquele tempo as provas académicas eram tarefas bastante pesadas, ganhava-se muito mal, e eu estava casado ainda com uma estudante. Valeu-me a minha juventude e uma enorme disciplina!

vos: ainda muito nova, sentia-se nela uma inquietação ativa, um grande desejo de viver a vida... e também temos de nos lembrar do que era o frenesim daqueles tempos! Ela morava relativamente longe, na rua que desce para a estação de Campanhã, embora no Porto da altura não se podia propriamente dizer que algo ficava muito afastado dali, daquele edifício antigo, e central, onde dávamos aulas. Foi o local onde depois funcionou o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar⁶. Mas foi, muito antes disso, e na génese da reabertura da FLUP (que como se sabe havia sido encerrada pelo regime autoritário em 1928, e depois reaberta em 1961⁷) o sítio onde funcionou o Centro de Estudos Humanísticos, que conheci fugazmente em 1966.⁸ A FLUP “viveu” muito tempo em edifícios precários, como por exemplo, temporariamente, no Seminário do Vilar, depois durante muito tempo no imóvel de tipo “pré-fabricado” do Campo Alegre (com os seus jardins bonitos e o Palacete Burmester), até finalmente se instalar definitivamente onde está, no imóvel da Via Panorâmica, obra do arquiteto Tasso de Sousa, em dezembro de 1975. A Susana, que se licenciou em História, Pré-Especialização em Pré-história, em 1978, na FLUP, viria a percorrer como estudante todos estes edifícios, pois finalmente obteve também na FLUP o seu grau de mestre em 19 de junho de 1996, com uma dissertação intitulada: “Calcolítico do Sul de Portugal. Estudo de um caso: o concelho de Cuba”.⁹ Já na altura tinha, aliás, um extenso curriculum de atividades

⁶ Obra notável do Prof. Nuno Grande, médico ilustre que conheci em Angola e de quem me tornei amigo também.

⁷ Cf. <http://blogs.letras.up.pt/100anosflup/historia/>

⁸ Cf. https://centenario.up.pt/ver_momentodac5.html?id_momento=39. Em 1966, participei no Vº Colóquio Portuense de Arqueologia organizado pelo CEH, sob a égide de D. Domingos de Pinho Brandão, figura amável e de grande importância na cidade, com quem contactei mais tarde diversas vezes. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Domingos_de_Pinho_Brandão. E também na altura conheci e fiz-me amigo do Manuel Luís Real, então estudante como eu, depois arqueólogo e historiador de arte, com quem travei extensa relação epistolográfica: <https://flup.academia.edu/ManuelLuisReal>.

⁹ Orientada por Susana Oliveira Jorge (atualmente Susana Soares Lopes), teve o seu júri constituído por esta professora, bem como pelo signatário do presente texto, e como arguente José Clemente Martín de la Cruz, professor catedrático da Universidade de Córdoba, Espanha (cf. <https://lanochedelosinvestigadores.fundaciondescubre.es/investigador/jose-clemente-martin-de-la-cruz/>). Classificação: Muito Bom. Cf. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3840.pdf>, pp. 292-293.

arqueológicas, ou com elas relacionadas, e também de ensino.

Naquele concelho de Cuba, Baixo Alentejo, a Susana concentrou os seus trabalhos em campanhas de escavação no Cabeço da Azurria, um sítio arqueológico calcolítico, entre 1993 e 1995, e, já em 1996, numa campanha de prospeção sistemática do concelho (Correia, 2000, p. 162).

Não era fácil então, como não era antes, nem até hoje, ser arqueólogo em Portugal: a arqueologia, salvo raras exceções, sofreu sempre no nosso país de uma grande incompreensão pública, que se reflete evidentemente ao nível do aparelho de Estado: é a “parente pobre”, por assim dizer, dos estudos de património cultural em Portugal, e a Susana Correia sentiu também essa dificuldade para fazer a sua tese, e creio que depois terá acabado por ficar algo desmotivada para ir mais longe na graduação académica, como aconteceu a tantos colegas seus; além disso, na verdade, naquele tempo, os que faziam doutoramento eram praticamente apenas os docentes universitários. Mas ela é, sem dúvida, mais um exemplo do que a chamada “escola do Porto” “exportou” para todo o país, em termos de uma arqueologia pré-histórica, e de uma consciência patrimonial, assente em bases teóricas de alguma qualidade. Embora a Susana fosse sobretudo, e ainda bem, uma pessoa com grande sentido prático, generalista e adaptativo, comungando da grande esperança que todos tivemos de que o “25 de abril” nos traria um Portugal totalmente novo, moderno, e eficaz, na salvaguarda, valorização e usufruto público do nosso património cultural.

Na verdade, a Susana Correia teve sempre uma atividade e experiência de aprendizagem e profissional muito diversificadas, típicas de uma época em que os jovens se confrontavam com profundas mudanças que estavam a ocorrer na sociedade portuguesa e suas instituições. Isso implicava uma constante adaptação a contextos muito fluidos, o que levou a Susana a trabalhar de norte a sul do país, até finalmente (a partir de 1990) se radicar em Évora, como técnica superior, que já era, do Instituto Português do Património Cultural (Direção Regional de Cultura do Alentejo à altura do seu falecimento), e a habitar em Beja. Por isso sempre conoto a Susana com essa nostalgia do Sul que a fazia apreciar muito um poema meu, escrito no Porto, que tinha este verso – “nós somos do Sul” -, e que a levou sempre “a caminhar para sul”, do Porto para Lisboa, e daqui para o Alentejo. Ela apreciava muito essas paisagens abertas, planas, quentes e até tendencialmente áridas, onde a água tem um valor acrescido, prático e

simbólico, e comungava muito da também minha (atitude tipicamente “ocidental”) atração pelo deserto.¹⁰ Mas era, como pessoa, claramente uma hedonista, amante de tudo quanto na vida apela aos sentidos, em sintonia com a libertação que “abril abriu”; inteligente e culta, muito informada e atenta a temáticas que lhe importavam, não era propriamente o que se poderia chamar uma “intelectual” em “estado puro” (mas, afinal, o que será isso?...); porém, possuía uma excelente biblioteca e era extremamente metódica, trabalhadora, adaptativa e empenhada nas tarefas que empreendia.

De facto, cedo a Susana Correia começou a tentar obter experiências “profissionalizantes”, ou mesmo profissionais, amplas e diversificadas. Desde 1977 colaborou intensamente com o Campo Arqueológico de Braga, chegando, em 1978/79, a dar aulas num módulo da Universidade do Minho. Praticou também a docência no ensino secundário, até começar a colaborar com o antigo Instituto Português do Património Cultural, em 1980. Interveio em inúmeras ações, quer do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, quer do Campo Arqueológico de Mértola, quer da Associação dos Arqueólogos Portugueses... enfim, é impossível enumerá-las todas, mas é fundamental acentuar que a sua atividade nos âmbitos da arqueologia e do património cultural se estendeu, ao longo de uma boa parte da sua vida, e até em decorrência das suas funções em Évora, a diversos concelhos alentejanos, zona de Portugal da sua eleição.

Concentrado no Norte nas pesquisas e outras atividades absorventes a que fui ficando ligado, passei a contactar com a Susana de forma apenas esporádica; e portanto deleigo noutros colegas e amigos a rememoração mais detalhada do seu curriculum, o qual não deixou de incluir uma crescente atividade política, como militante do PCP, o que certamente também se adequava bem à sua atração pelo Sul, e pelo Alentejo em particular, como tenho acentuado.¹¹

Mais tarde, aquando da fase preparatória final da construção da barragem do Alqueva, a Susana envolveu-se também nessa “luta contra o tempo”, através

da criação e direção da associação Degebe¹². Como escreve Beatriz Correia Barata num estudo de síntese sobre as pesquisas efetuadas na zona do Alqueva, “(...) foi a chefe de equipa responsável pelos trabalhos de minimização nos blocos 4 e 7 localizados entre a Ribeira do Álamo e a Bacia do Degebe. A Degebe, Associação de Valorização do Património Cultural desenvolveu, entre 1998 e 2001, diversos trabalhos arqueológicos visando a minimização de impactes arqueológicos na área a abranger pelo Regolfo do Alqueva, os contratos foram celebrados com a EDIA, após um concurso. Estes trabalhos corresponderam ao **Bloco 4** (Sítios da Pré-história Recente entre a ribeira do Álamo e a bacia do Degebe, nos concelhos de Reguengos de Monsaraz e Portel) e **Bloco 7** (Antas da Bacia do Degebe, concelho de Portel). ”¹³

Mas, muito antes disso, e na sequência das transformações (e esperanças!) decorrentes do 25 de abril de 1974, e de um fôlego novo que apesar de tudo a arqueologia experimentou, a Susana Correia e um outro amigo e colega arqueólogo, António Carlos Silva, desafiaram-me, nos inícios dos anos 90, quando ainda a Susana estava em Lisboa, e ambos no IPPC (Instituto Português do Património Cultural/Departamento de Arqueologia) a realizar uma espécie de curso, ou de sequência de seminários, no Museu Nacional de Arqueologia, em Belém, onde então funcionavam os serviços de Arqueologia do IPPC. Foi uma grata experiência, muito enriquecedora para mim; era a época dos grandes debates entre a velha escola positivista, a nova arqueologia ou arqueologia processual, e a chamada arqueologia pós-processual, e uma perspectiva que cada vez valorizasse mais a antropologia, no sentido de uma “paleoantropologia cultural”, em que eu acreditava na altura, era considerada útil para os amigos e colegas arqueólogos de Lisboa. Assim, lá vinha eu satisfeito do Porto para essas sessões de

¹² Recordo-me de então me ter pedido ajuda e conselho na área do megalitismo, aquando de uma passagem minha pelo Alentejo. Estava a acometer o estudo de duas antas da bacia do Degebe, que se encontravam envolvidas por forte matagal, e a equipa de que dispunha era escassa: tarefa bastante difícil!

¹³ Cf. pág. 13 do trabalho “Barragem do Alqueva. Plano de Minimização de Impactes no Património Arqueológico”, realizado no âmbito do Seminário de Gestão e Proteção do Património Arqueológico do Mestrado de Arqueologia da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, e consultável aqui: https://www.academia.edu/22300989/Barragem_do_Alqueva_PLANO_DE_MINIMIZAÇÃO_DE_IMPACTES_NO_PATRIMÓNIO_ARQUEOLÓGICO.

¹⁰ Foi ela que me revelou a beleza da região almeriense do Cabo de Gata, no SE espanhol. E sei que era também muito atraída pelo Norte de África, como eu: este “apelo do deserto” tão vincado.

¹¹ Cf. por exemplo https://pt.wikipedia.org/wiki/Susana_Helena_Correia

fim de tarde, e nunca esquecia, entre Santa Apolónia e o Museu, os famosos pastéis de Belém cujo sabor sempre esteve para mim ligado à arqueologia... e na pastelaria revia ansiosamente os meus apontamentos para que depois tudo corresse bem. Era-me grato ver passar por ali, pelo Museu, colegas e amigos, vários deles depois “famosos” no nosso meio.

Ainda como aluna, ou jovem licenciada - e as recordações vão vindo ao sabor da escrita - a Susana Correia participou em várias iniciativas que organizei ou em que me integrei, desde 1975, em França, em Lousada, na Galiza, no Bombarral, na Aboboreira, em Granada, e até na Alemanha, numa célebre visita de estudo em dezembro de 1975 promovida pelo Instituto Arqueológico Alemão, e que foi marcante para todos os participantes.

Eis por que razão, apesar de apenas num modesto texto, e num momento em que se homenageia a memória desta pessoa íntegra, honesta, trabalhadora, esforçada e inteligente, eu não podia deixar de marcar presença em prol da recordação de uma amizade que, no meu caso, só cessará quando eu próprio também deixar de existir.

Loures, setembro de 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos (1992) – Intervenções arqueológicas do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul no Baixo Alentejo, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 32, 1-4, pp. 315-334.

CORREIA, Susana (1996) – *Calcolítico do Sul de Portugal – Estudo de um caso: o conelho de Cuba*, dissertação de mestrado (fotocopiada), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CORREIA, Susana (2000) – Investigação em Pré-história Recente no conelho de Cuba – balanço dos resultados e perspectivas futuras, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 40, 1-2, pp. 162-184.

DEGEBE NO ALQUEVA: 1998–2001¹

Ana Sofia Antunes, Consuelo Gómez Granel, Lidia Vírseda Sanz

Arqueólogas / anantunes@gmail.com; consue8@yahoo.es

«A elucidação destas e de outras questões [que permaneciam por responder] terá de passar, agora, por um estudo mais desenvolvido desta micro-região, com um programa de escavações sistemáticas dos diversos povoados e monumentos megalíticos situados acima da cota de enchimento da albufeira de Alqueva, estudo esse que permita a integração dos dados obtidos nestas intervenções de salvamento.

Essa é a esperança possível num momento em que as águas de Alqueva continuam a subir, trazendo a esperança a esta região mas, ao mesmo tempo, aumentando ainda mais a opacidade inerente a qualquer vestígio arqueológico, cobrindo, inexoravelmente, uma paisagem percorrida, sofrida e amada ao longo destes anos que mudaram o panorama do Alentejo e da Arqueologia em Portugal».

Susana Correia (2002, p. 116)

Resumo

Evoca-se a Susana Correia, destacando-se a sua presença em mais uma das etapas fundamentais da arqueologia portuguesa – o plano de minimização de impactes sobre o património arqueológico associado à construção da barragem de Alqueva. A sua participação em outros projectos, acompanhando os trajectos profissionais das autoras é igualmente assinalada.

Palavras-chave: Susana Correia, Degebe, Alqueva, Arqueologia.

Abstract

Susana Correia is evoked and her presence in one of the fundamental stages of Portuguese archeology is highlighted – the plan to minimize impacts on the archaeological heritage associated with the construction of the Alqueva dam. Simultaneously, her participation in other projects, accompanying the professional paths of the authors is also marked.

Keywords: Susana Correia, Degebe, Alqueva, Archaeology.

¹ As autoras não adoptam o designado Acordo Ortográfico de 1990.

1. A SUSANA

Tivemos o privilégio de privar com a Susana Correia em outros contextos, pessoais e profissionais, tanto anteriores como posteriores aos que abordamos neste texto, consoante os casos, os quais consideramos igualmente importante evocar, não só porque reflectem a dimensão que a Susana ocupou nas nossas vidas, mas também porque demonstram a plêiade de projectos em que esteve envolvida e o seu papel em diversas dimensões da actuação arqueológica.

Tudo começou na (e não em) Cuba, nas escavações arqueológicas que a Susana desenvolveu entre 1993 e 1995 no sítio calcolítico do Cabeço da Azurria, sobre o qual elaborou a sua dissertação de mestrado (*Calcolítico do Sul de Portugal – Estudo de um caso: o concelho de Cuba*, 1996), no âmbito do Projecto de Investigação sobre a Pré-História Recente (Correia, 1996, 2000). Naquelas, enquanto voluntárias, participaram Consuelo Gómez Granel, Alma Maestre Rubio e Lidia Vírseda Sanz, entre outros estudantes universitários oriundos de Madrid, embaixadores das principais universidades da cidade: Complutense, Autónoma e de Alcalá (Figura 1).



Figura 1 – Susana Correia nas escavações arqueológicas do Cabeço da Azurria (© Lidia Vírseda Sanz).

Foi um verão inesquecível para muitos de nós, ou melhor dizendo, foi inesquecível para todos os que lá participaram, sem exagero! Não só por tudo aquilo que aprendemos enquanto alunos do primeiro ano da universidade, fresquinhos como alfaces e ávidos de ensinamentos práticos que completassem a parte teórica que era leccionada nas aulas. Aprendemos muito mais, muito. Aprendemos que “as gravuras não

sabiam nadar”, arranhámos o “Grândola Vila Morena” e, inevitavelmente, ficámos a conhecer um bocadinho mais da nossa geografia com o mítico “Olivença é nosa!”. E, apesar de não podermos participar nas campanhas arqueológicas realizadas nos anos subsequentes, a amizade nunca se perdeu e possibilitou, a algumas de nós, regressar anos depois, já com os estudos concluídos, para participar no emblemático projecto de salvamento de sítios arqueológicos da barragem de Alqueva.

Depois de Alqueva, a Susana acompanhou sempre o nosso percurso, numa vivência feita de afectos e cumplicidades. Podemos até dizer que, em grande medida, foi devido à Susana que a Ana Sofia e a Consuelo assentaram arraiais no Alentejo. E, embora as restantes regressassem aos seus respectivos portos de abrigo, os laços que se criaram durante esses anos, nunca se desfizeram.

Já em termos profissionais, a Consuelo Gómez partilhou muitos momentos com a Susana, enquanto técnica da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, com o mesmo cenário de fundo, o Alqueva, mas no âmbito já de outros projetos, principalmente o Sistema Global de Rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) – Figura 2. Desde 2019 que trabalhavam em conjunto na elaboração de um *corpus* informático em ambiente SIG, sobre a informação arqueológica do concelho de Beja, trabalho que já não foi possível rever em conjunto.



Figura 2 – Susana Correia, enquanto técnica da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, no acompanhamento das obras do Circuito Hidráulico de Caliços-Machados (Moura), com Consuelo Gómez Granel (© Paulo Marques).

No caso de Ana Sofia Antunes, o caminho cruzara-se com o da Susana pela primeira vez em Maio de 1999 no Alqueva, aquando da escavação do *habitat* pré-histórico do Moinho Novo 1 (Bloco 4), sob direc-

ção de Emílio Ambrona. Para além do apoio dado ao Projecto de Investigação *A ocupação humana da Serra de Portel entre o Bronze Final e a Idade do Ferro* (PNTA, 2001-2002) e do incentivo prestado ao longo da elaboração da dissertação de mestrado *Castro da Azougada – conjunto cerâmico. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana* (2005), bem como da oportunidade de participar na escavação arqueológica dirigida por Carolina Grilo, precedente da instalação do Núcleo Arqueológico da Rua do Sembrano (2003-2004), importa destacar o trabalho conjunto realizado.

Neste âmbito, as funções que uma (ASA) e outra (SC) desempenharam enquanto Técnicas Superiores (de Arqueologia) da Câmara Municipal de Serpa (entre 2004 e 2015) e da Direcção Regional de Cultura do Alentejo (e entidades precedentes), respectivamente, implicavam, por inerência, um contacto regular e possibilitaram a oportunidade de organizar actividades em conjunto, como duas edições dos Encontros de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, a VII e a VIII, em 2013 e 2014, que celebraram o vigésimo aniversário do evento (que envolveram ainda um conjunto diversificado de pessoas e instituições) – Figura 3.



Figura 3 – Sessão de encerramento do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Aroche, 26.10.2014) – © Câmara Municipal de Serpa – página de Facebook.

A assinatura de um protocolo entre ambas as entidades (incluindo ainda o Museu Nacional de Arqueologia) ditou um labor de grande proximidade no desenvolvimento do projecto de Ampliação e Requalificação do Museu Municipal de Arqueologia, de cujo Guião Expositivo são autoras (em conjunto com Ana Isabel Santos), bem como de alguns dos conteúdos da Exposição Permanente, tendo a Susana acompanhado de um modo geral todo o Projecto Museológico até à montagem da Exposição. Foi um processo longo e desafiante, que requereu inúmeras alterações ao Guião Expositivo, cuja versão inicial é de 2007 e

a final de 2014, empreendimentos a que a Susana se dedicou com o pragmatismo e a determinação que a caracterizavam, frequentemente fora do horário oficial de trabalho.

Não obstante a importância dos projectos mencionados, os trabalhos arqueológicos relacionados com a construção da barragem de Alqueva e desenvolvidos entre 1998 e 2001 são o elemento que nos une e que constituiu um marco fundamental nos nossos percursos. Por esse motivo, e embora não pertençamos à Associação Degebe, mas tenhamos sido contratadas para a realização dos trabalhos, entendemos que seria

fulcral deixar o testemunho sobre mais este contributo da Susana, que se estende também à história da Arqueologia portuguesa.

Efectivamente, para quatro recém-licenciadas foi muito importante poder participar num projecto com a dimensão e o ineditismo do Alqueva e assumir a direcção de escavações arqueológicas com a respon-

sabilidade e a exigência inerentes a essa função, mas também com o apoio que a Susana prestava, enquanto coordenadora do projecto (sem prejuízo dos restantes elementos da Associação e da equipa) e enquanto pessoa empática, sempre disponível a ouvir. A Susana podia ser formalmente nossa chefe, mas tornou-se nossa amiga – e que raro que isso é!



Figura 4 – A equipa das signatárias no Monte Roncão 16. Da esquerda para a direita: Alma Maestre Rubio, Consuelo Gómez Granel, Ana Sofia Antunes e Lidia Vírveda Sanz (© temporizador).

Muito se poderia escrever sobre o que em conjunto e individualmente partilhámos com a Susana. Mas são palavras que guardamos no reduto das memórias. Para estas páginas, bastam estas.

2. PRÉ-HISTÓRIA RECENTE NAS BACIAS DO ÁLAMO E DO DEGEBE

A Degebe – Associação de Valorização do Património Cultural contratualizou com a EDIA, enquanto Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, a realização dos trabalhos incluídos nos Blocos 4 – *Sítios da Pré-História Recente entre a Ribeira do Álamo e a bacia do Degebe (concelhos de Reguengos de Monsaraz e Portel)* e 7 – *Antas da Bacia do Degebe (concelho de Portel)*, desenvolvidos entre 1998 e 2001, na sequên-

cia de concurso, no âmbito do Plano de Minimização de Impactes Arqueológicos do regolfo de Alqueva.

Importa sublinhar a relevância e o cariz pioneiro que estes trabalhos, em conjunto com os dos restantes Blocos, assumiram à época, e não só, na medida em que até àquela data nunca tinha sido implementado um tão vasto e dedicado plano de minimização de impactes sobre o património arqueológico. Recorde-se também que a arqueologia empresarial dava os primeiros passos e que a disciplina tinha acabado, pela primeira e única vez, de adquirir autonomia a nível governamental, com a criação do Instituto Português de Arqueologia e das respectivas Extensões Territoriais em 1997 e que a moldura regulamentar era incipiente. Tudo era, de certa forma, um admirável mundo novo, que íamos construindo paulatinamente.



Figura 5 – Visita da EDIA aos trabalhos arqueológicos que se tinham iniciado na Anta 1 da Torrejona. Ao centro de frente, Susana Correia, acompanhada por Ana Sofia Antunes e Armando Guerreiro (de costas, à direita e à esquerda, respectivamente). Ocultos, de chapéu, estão António Carlos Silva e, a desenhar, Marisa Nata (Arquivo Degebe).

Nesse contexto foram realizados trabalhos diversos em múltiplos sítios já localizados, tendo sido também identificados novos arqueossítios. Para além de povoados e antas, foram também realizados levantamentos de pedras com gravuras e a tentativa de realocação de um menir. Cota 152 era uma das referências mais repetidas – a cota de enchimento máximo prevista para a albufeira de Alqueva. No caso dos povoados (Bloco 4), os objectivos definidos *a priori* consistiam na realização de sondagens de diagnóstico nos sítios já conhecidos situados abaixo daquela altitude, que poderiam ser sucedidas por escavações em área caso existisse potencial arqueológico que o justificasse. Já relativamente aos monumentos megalíticos (Bloco 7), preconizava-se a prospecção da envolvente e, de forma inovadora, a sua escavação integral (Correia, 2002, p. 109; Antunes *et al.*, 2004, p. 228), o que produziu resultados até à data desconhecidos, designadamente relativos à arquitectura, aos processos construtivos e a realidades eventualmente habitacionais anteriores, já que se alcançaram zonas usualmente não levantadas.

As intervenções e os respectivos responsáveis podem ser consultados na tabela *infra*. Para além das signatárias, diversos foram os intervenientes ao longo dos anos, desde os membros da própria associação



Figura 6 – Visita de Luís Raposo, da Comissão Científica do Plano de Minimização de Impactes Arqueológicos do regolfo de Alqueva, aos trabalhos em curso. Passagem pela Anta 1 da Torrejona. Susana Correia acompanhada por Ana Sofia Antunes e Lidia Virseda Sanz (no limite da imagem) – Arquivo Degebe.

aos elementos que foram sendo adicionados, por vezes rotativamente, em função das necessidades (Figuras 7 e 8).

A Susana Correia, Presidente da Direcção da Degebe, foi a Responsável Científica por ambos os Blocos que, para além da componente arqueológica, apoiada pela topografia, a cargo de Armando Guerreiro e pelo desenho, da responsabilidade de Marisa

nome	id (mapa)	n.º EDIA /cns	ano	caracterização	intervenção
BLOCO 4					
Rocha da Moura	1	95 326/ 13542	1998	<i>Habitat</i>	Escavação (direcção de Jorge Vilhena /Emilio Ambrona)
Defesinha 15	2	95 446/ 13544	1998	<i>Habitat</i>	Escavação (direcção de Emilio Ambrona)
Defesinha 17	3	95 451/ 13555	1998	<i>Habitat</i>	Escavação (direcção de Jorge Vilhena)
Monte Barbosa 6	4	95 233/ 13547	1998	<i>Habitat</i>	Escavação (direcção de Emilio Ambrona)
Agualta 4	5	95 458/ 13548	1998	<i>Habitat</i>	Escavação (direcção de Jorge Vilhena)
Agualta 8	6	99 1604/ 13546	1998/1999	<i>Habitat</i>	Escavação (direcção de Jorge Vilhena (1998) e Mário Reis (1999))
Moinho Novo 1	7	95 90/ 13529	1998/1999	<i>Habitat</i>	Escavação (direcção de Emilio Ambrona)
Rocha do Vigio 1	8	98 1548/ 13551	1999	<i>Habitat</i>	Escavação (direcção de Emilio Ambrona)
Rocha do Vigio 2	9	99 1720/ 16281	1999	<i>Habitat</i>	Escavação (direcção de Jorge Vilhena)
Monte Musgos 11	10	99 1691/ 16095	2000	<i>Habitat</i>	Escavação (direcção de Ana Sofia Antunes)
Monte Roncão 16	11	99 1692/ 12880	2001	<i>Habitat</i>	Escavação (direcção Consuelo Gómez Granel)
Monte Roncão 5	12	95 376/ 20699	2002	Arte rupestre	Levantamento
Defesinha 3	13	95 434/ 21077	2002	Arte rupestre	Levantamento
Defesinha 22	14	95 453/ 21092	2002	Arte rupestre	Levantamento
Agualta 3	15	95 456/ 21094	-	<i>Habitat</i>	Não escavado (totalmente destruído)
BLOCO 7					
Marco Alto 3	16	99 1721/ 18584	1999	Anta	Escavação (direcção de Emilio Ambrona)
Anta 2 da Torrejona	17	95 1060/ 16258	1999/2000	Anta	Escavação (direcção de Lidia Vírseda Sanz)
Anta 1 da Torrejona	18	95 1061/ 16268	1999/2000/ 2001	Anta	Escavação (direcção de Ana Sofia Antunes)
Anta do Chão da Pereira	19	95 1054/ 16266	1999/2001	Anta	Escavação (direcção de Jorge Vilhena)
Marco Alto 1	20	95 250/ 16261	2000	Anta	Escavação (direcção de Ana Sofia Antunes)
Anta da Balsinha	21	95 104/ 16259	2000	Anta	Escavação (direcção de Lidia Vírseda Sanz)
Anta da Moncarxa	22	95 1063/ 18953	2001	Anta	Escavação (direcção de Alma Maestre Rubio)
Monte Musgos 9	23	95 256/ 20976	2000/2002	Anta	Levantamento e remoção
Roncão 3	24	95 967/ 21339	2000	Menir	Prospecção (não localizado)

Figura 7 – Listagem sumária dos sítios intervencionados (Fonte: Correia, 2002)

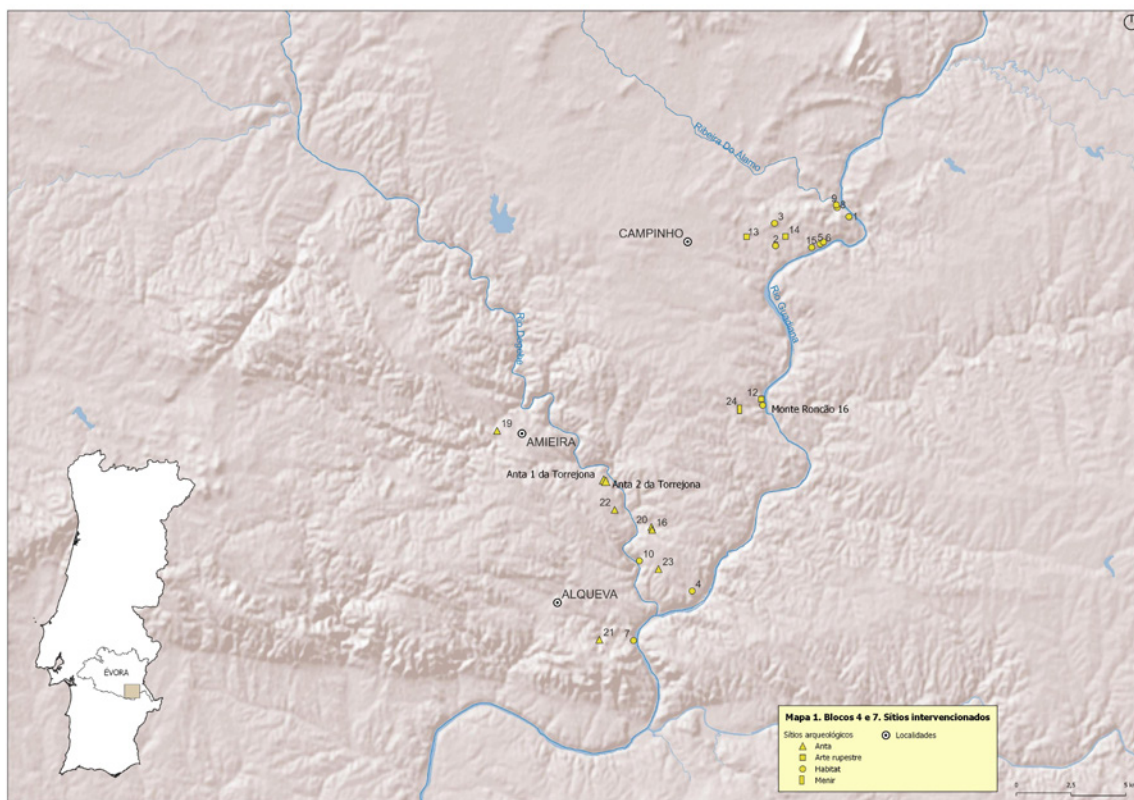


Figura 8 – Cartografia dos sítios intervenionados (Blocos 4 e 7).

Nata, incluíam a valência da Conservação, assumida por Joaquim Garcia e Antónia Tinturé. Artur Martins desempenhou o papel de consultor científico. Fundamentais foram também o Sr. Manuel (dos Santos) e o Sr. Marcos (Ferreira), os trabalhadores indiferenciados que nos acompanharam ao longo do tempo, oriundos da aldeia onde parte da equipa se instalou e onde, invariavelmente, toda a gente se perdia – o Campinho (concelho de Reguengos de Monsaraz). Não poderíamos deixar de evocar os voluntários que elegeram estes trabalhos para aprender um bocadinho mais sobre arqueologia. Não poderíamos também deixar de recordar o Monte de Santo Amador, quartel-general das actividades, tanto de carácter profissional, como festivo. E, naturalmente, seria impossível falar da Susana, sem mencionar o sempre presente José Baguinho, que conheceu o Alqueva tão bem como nós.

Neste texto abordaremos sumariamente, a título de exemplo, um sítio ou um conjunto coerente de sítios de cada um dos Blocos, designadamente um povoado e duas antas muito próximas e integrantes da mesma necrópole, que foram alvo da direcção científica das signatárias.

2.1. Bloco 4 – Sítios da Pré-História Recente entre a Ribeira do Álamo e a bacia do Degebe (concelhos de Reguengos de Monsaraz e Portel)

O Bloco 4 integrou quinze sítios arqueológicos, com programa de sondagens previsto em doze *habitats* e o levantamento topográfico de três “pedras com covinhas”. Deste “pacote” inicial, o sítio Agualta 3 foi, logo à partida, excluído, por estar destruído. O mesmo aconteceu, embora por diferentes motivos, com os sítios Rocha do Vigio 1 e 2 pois, apesar das sondagens iniciais realizadas pela Degebe, transitaram para outro Bloco, uma vez que revelaram contextos com horizontes cronológicos enquadráveis no Bronze Final/Idade do Ferro. Algumas das intervenções revelaram muito poucos dados, como as realizadas nos sítios Rocha da Moura, Defesinha 15, Defesinha 17 e Monte Barbosa 6. Já os sítios de Moinho Novo 1, Agualta 4 e 8, Monte Musgos 11 e Monte Roncão 16 destacam-se pelos resultados obtidos (Correia, 2002, p. 110).

2.1.1. Monte Roncão 16

O sítio de Monte Roncão 16 foi descoberto por elementos da Degebe durante trabalhos de prospecção

direccionados à localização e levantamento de um afloramento com “covichas” – Monte Roncão 5, situado nas proximidades, a cerca de 225 m a Norte, no topo de uma suave elevação. À superfície, observaram-se materiais, maioritariamente cerâmicos, vestígios de estruturas arqueológicas e fragmentos de cerâmica de revestimento, sendo logo integrado no Bloco 4 do Plano de Minimização de Impactes da barragem de Alqueva, por ficar a uma cota submergível. No entanto, a campanha de escavação de 2001 foi realizada com os dias sobranes das outras intervenções contempladas nesse Bloco, pelo que o tempo efectivo de trabalho de campo foi muito curto. Esta condicionante fez com que a abordagem ao sítio tivesse um mero carácter de diagnóstico, tentando, por um lado, confirmar a existência e importância dos vestígios à superfície e, por outro, avaliar o seu estado de conservação.

Administrativamente, o sítio de Monte Roncão 16 situa-se na Herdade do mesmo nome, pertencente à Casa de Bragança, na União de freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora (Figura 8). Está implantado num esporão, junto à margem direita do rio Guadiana, com vertentes de declive bastante acentuado em três das suas frentes. O sopé da elevação onde se implanta é, ainda,

banhado por um pequeno barranco que, a Sul, conflui no Guadiana. Embora não se destaque de forma proeminente na paisagem envolvente, a sua implantação confere-lhe um amplo domínio visual sobre o território que se estende, principalmente, a Sul e a Este do rio. Já para Norte, a linha de horizonte apenas avista um troço do rio, numa extensão de 500 m (Figura 9).

A intervenção decorreu entre 17 de Abril e 23 de Maio de 2001, num total de 33 dias de trabalho e contemplou duas fases: num primeiro momento, realizou-se a prospecção sistemática do sítio com recolha georreferenciada do material de superfície. A cada peça recolhida foi atribuído um número correlativo e uma coordenada, com exceção dos materiais que ficavam muito próximos e que se optou por agrupar num único número/conjunto. No total, foram recolhidas 367 peças, entre cerâmicas (345) e líticas (22). A cerâmica de revestimento não foi recolhida. Entre as primeiras, predominam as formas incaracterísticas (306), algumas das quais remetem para recipientes de grandes dimensões, face aos 37 fragmentos de bordos (entre pratos, taças e indeterminados) e os 2 fragmentos de fundos. A indústria lítica, pouco representada, aproveita a matéria prima local (xisto, quartzo e quartzito), com destaque para os utensílios



Figura 9 – Vista do esporão onde se localiza o povoado de Monte Roncão 16, a partir de SO (© Paulo Marques).

sobre lasca, os seixos talhados, fragmentos de seixo e algum percutor.

Nesta primeira abordagem ao sítio, conseguiu-se delimitar a área de dispersão dos vestígios, constatando, a julgar pela maior presença de materiais arqueológicos, que a ocupação do mesmo terá ocorrido, provavelmente, no topo da elevação e nas vertentes viradas ao rio. A recolha de superfície permitiu também orientar a localização da área a intervir, sendo a sondagem implantada na vertente Sul do sítio, sobre a linha de água, numa zona onde a densidade de artefactos era maior e onde também existiam restos de possíveis estruturas à superfície. Mas, apesar da intenção inicial de abranger uma área de 36m², dividida em quadrículas de 2m x 2m, o escasso tempo disponível, unido à complexidade dos contextos arqueológicos que estavam a ser escavados, fez com que apenas seis destas quadrículas fossem objecto de intervenção e que, no final da campanha, só em duas delas se atingisse o substrato geológico.

Com estas limitações, apenas podemos avançar algumas considerações. Relativamente à arquitectura, as estruturas registadas foram edificadas à base de pedra local, utilizando lajes de xisto de alguma dimensão, dispostas na horizontal. Não apresentavam qualquer tipo de aparelho, sendo aglomeradas por uma matriz de sedimentos compactos, com nódulos de barro cozido associados (UE6). Como não foram escavadas de forma integral, referimos apenas que os troços identificados só conservavam as fiadas da base e apresentavam plantas tendencialmente semicirculares, simulando cabanas, como é o caso das UEs 3 e 9 ou correspondiam a troços de muros de tendência recta (UEs 18 e 19), cuja funcionalidade desconhecemos (Figura 10). Às estruturas pétreas surgem associados derrubes de pouca potência, evidenciando que não seriam muito maiores. Acresce que, a presença de cerâmica de revestimento nestes derrubes, poderá estar relacionada com a construção em terra da parte superior destas estruturas. Apesar de não terem sido identificadas estruturas de combustão, na área intervir surgiram diversos fragmentos de seixos quartzíticos fracturados pela acção do fogo (termoclastos) que, eventualmente, poderão ter formado parte de pequenas lareiras.

A intervenção realizada, embora pequena, forneceu abundante espólio. Entre os vários conjuntos artefactuais, destaca-se o dos recipientes cerâmicos, tendo-se contabilizado 712 bojos e 101 bordos. Em termos morfológicos, predominam as formas abertas, principalmente os pratos de bordo espessado e, com

menor expressão, as taças (com e sem carena), reflectindo o mesmo padrão que se tinha observado na recolha de superfície. As peças decoradas estão ausentes, com excepção de dois fragmentos de bojos que apresentavam decoração plástica à base de mamilos. Igualmente em cerâmica registaram-se dois fragmentos de pesos de tear (crescentes) de secção ovalada com uma perfuração junto à extremidade.

O conjunto de pedra lascada é menos representativo (66 peças) e a maior parte das peças corresponde a fragmentos inclassificáveis. Destaca-se a indústria sobre seixo, orientada, principalmente, à produção de lascas. Entre os utensílios retocados, e de forma residual, surgem pontas de seta de base plana e de base côncava (7 peças), produzidas em xisto jaspóide. A matéria-prima utilizada na produção da indústria lítica recorre maioritariamente aos recursos disponíveis localmente, como quartzito, xisto jaspóide, quartzo, jaspe e anfíbolo que aparecem no registo por esta ordem.

Quanto à metalurgia, as evidências são escassas, tendo apenas como indicador um punção, possivelmente de cobre.

Finalmente, registou-se a presença de fauna abundante na área intervir cujas espécies representadas, à falta de estudo, desconhecemos.

O conjunto artefactual recolhido, embora seja necessário realizar um estudo exaustivo, permite-nos enquadrar o sítio Monte Roncão 16 num momento preciso da Pré-História Recente. O domínio nos recipientes cerâmicos das formas abertas, nomeadamente, os fragmentos de pratos de bordo espessado e de taças, os crescentes, as pontas de seta e o punção em cobre, remetem para um momento pleno do Calcolítico (Figura 11). Por outro lado, o tipo de implantação e de arquitectura registada em Monte Roncão 16 têm paralelos com outras estações coevas localizadas na margem oposta do rio, como é o caso dos sítios Monte do Tosco 1 e Moinho de Valadares 1 (Valera, 2013).

As estruturas detectadas e o abundante espólio recolhido, numa área de intervenção reduzida, apontam para que o espaço tenha sido ocupado de forma prolongada por uma comunidade relativamente estável. Entre as práticas que faziam parte do seu quotidiano, surgem, no registo arqueológico, a caça, a pesca, a tecelagem e a metalurgia (esta última apenas representada por um punção de cobre). Só recorrendo a intervenções extensas teria sido possível a melhor caracterização das diversas estruturas e uma aproximação à compreensão da dinâmica interna deste *habitat* (Correia, 2002).

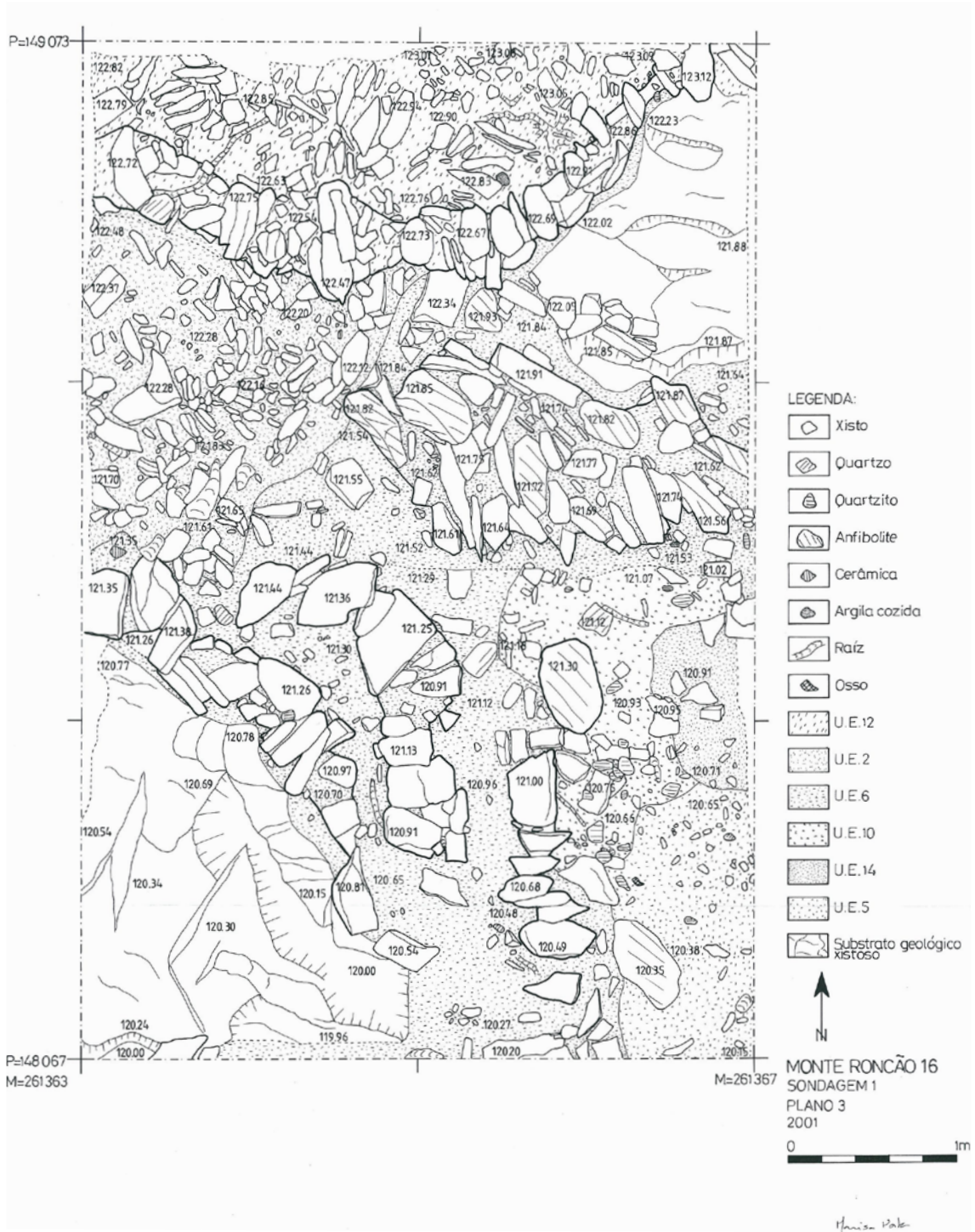


Figura 10 – Monte Roncão 16. Planta da área intervencionada onde se observam as estruturas identificadas (UEs 3, 9, 18 e 19).



Figura 11 – Monte Roncão 16. Alguns exemplares do conjunto artefactual exumado (© Consuelo Gómez Granel).



Figura 12 – Anta 1 (no topo) e Anta 2 da Torrejona inseridas na paisagem que as envolveu durante milénios (© Paulo Marques).

2.2. Bloco 7 – Antas da Bacia do Degebe (concelho de Portel)

No âmbito deste Bloco, a Degebe realizou a escavação arqueológica de sete monumentos (Torrejona 1 e 2, Moncarxa, Marco Alto 1 e 3, Chão da Pereira e Balsinha), os quais podem ser agrupados em necrópoles megalíticas que incluem outras antas que não foram afectadas pelo enchimento da albufeira, tendo sido proposta por Susana Correia (2002, p. 113; Antunes *et al.*, 2004, p. 248) a existência de três núcleos, tendo os dois primeiros sido já agrupados por Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva (Soares e Silva, 1992).

1. Torrejona 1, Torrejona 2 e Moncarxa;
2. Chão da Pereira, Monte das Antas ou Cova da Preta, Pernes ou Calvário (destruída) e, talvez, Droa;
3. Marco Alto 1, Marco Alto 3 e, possivelmente, Marco Alto 2.

Em cada necrópole megalítica aparentemente existe um monumento “central” ou que se destaca, pela maior dimensão e pela implantação topográfica dominante – Torrejona 1, Monte das Antas e Marco Alto 3 (Correia, 2002, p. 113; Antunes *et al.*, 2004, p. 248).

Seleccionaram-se as antas 1 e 2 da Torrejona (distrito de Évora, concelho de Portel, freguesia da Amieira) para figurar no presente artigo porque pertencem à mesma necrópole, distando apenas 117 m uma da outra (Figura 12) e partilham um conjunto de elementos que são relevantes para a discussão de questões mais abrangentes em torno do fenómeno megalítico e dos *habitats*. Ao nível do povoamento, colocou-se a hipótese de o “núcleo de Torrejonas / Moncarxa” incluir, pela proximidade, os sítios da Moncarxa (Outeiro) e das Torrejonas.

2.2.1. Anta 1 da Torrejona

A intervenção arqueológica, realizada sob a direcção científica de Ana Sofia Antunes, decorreu em três campanhas, entre 1 de Outubro e 30 de Novembro de 1999, 29 de Fevereiro e 26 de Agosto de 2000 e 31 de Janeiro e 10 de Abril de 2001. Ao contrário da situação actual, na época não se fez sentir a falta de chuva, particularmente em 2000, o que dificultou em muito o desenvolvimento dos trabalhos num sítio que revelou alguma complexidade.

O monumento implanta-se no topo de um pequeno esporão na margem direita do Degebe, a cerca de 300 m deste, no final de uma zona de maior planura, em contraste com as elevações que dominam a Norte e a Este no lado oposto do rio, possuindo um bom domínio visual do território envolvente e destacando-se na paisagem.

Trata-se de uma anta de grande dimensão, com o corredor bem diferenciado em altura relativamente à câmara, cujos esteios se elevam 2,47 m acima do nível do solo. Esta é poligonal, composta por 7 ortóstatos e tem um diâmetro máximo de 3,4 m. O corredor, com 2,5 m de comprimento, é composto por dois esteios no lado esquerdo e um no lado direito e a largura varia entre 1,1 e 1,6 m, aumentando em direcção à câmara. Conhece uma altura de 1,20 m desde o substrato geológico e de 1 m desde o piso de regularização (Figura 13). O *tumulus* preservava um raio de 4,5 m e era composto na base por sedimento argiloso ligado com pequenos fragmentos de xisto para potenciar a compactação, o qual era coberto por uma couraça pétreia de blocos de xisto de média e grande dimensão, que integrava também alguns



Figura 13 – Anta 1 da Torrejona. Vista geral desde Este inserida na paisagem envolvente prévia à albufeira de Alqueva, observando-se o monumento megalítico e a estrutura subrectangular no interior do corredor (© Ana Sofia Antunes).

fragmentos de dormentes de mós manuais (Antunes, 1999, 2000).

A escavação integral da câmara, do corredor e de grande parte da mamoa, permitiu documentar a metodologia da sua construção, baseada na planificação da sua planta previamente à edificação, directamente sobre o afloramento xistoso, através de um esboço escavado no substrato geológico (Antunes, 2000).

Esta estratégia revelou-se comum a outras antas intervencionadas no âmbito do Bloco 7, caso da anta 1 do Marco Alto, por exemplo. No que respeita aos alvéolos foi adoptada uma técnica mista, radicando tanto em espaços individuais como em depressões que albergavam dois esteios, pelo menos no caso de alguns dos ortóstatos da câmara. Os monólitos encontravam-se apoiados num enrocamento de seixos de quartzo e solidamente envolvidos no interior dos alvéolos por pedras de apoio que incluíam seixos de quartzo e alguns blocos de xisto. É notória a preferência pela utilização de seixos de quartzo nos alvéolos e de blocos de xisto na couraça da mamoa, reflectindo uma identidade de estratégia construtiva com as antas do Marco Alto 1 e 3 (Antunes, 2000, p. 34).

O levantamento de grande parte da mamoa permitiu também documentar, sob esta, de ambos os lados do corredor, no exterior, a presença de duas estruturas

de combustão escavadas no substrato geológico, as quais poderão estar relacionadas com actividades de apoio à construção do monumento ou corresponder a um momento anterior e relacionar-se com outras construções prévias descritas *infra* (Antunes, 2000, 2001; Antunes *et al.*, 2004, p. 237). A existência de estruturas de combustão sob as mamoas não é caso único nas antas do Bloco 7, tendo-se registado por exemplo na mesma necrópole megalítica, na anta 2 da Torrejona, diversas estruturas de combustão escavadas na rocha circundando o monumento (Virsedá Sanz, 2001).

A anta 1 da Torrejona terá conhecido uma grande dinâmica de utilização, registando-se, na câmara e no corredor, a renovação do espaço com a sucessiva substituição de pavimentos, que nos momentos mais antigos seriam de argila compactada e passaram depois para uma composição pétreia, tanto de lajeados de xisto, mais ou menos robustos, como de seixos rolados de quartzo. Usualmente efectuava-se uma limpeza abrangente, embora num dos momentos intermédios se tenham mantido *in situ* cinco recipientes cerâmicos completos, fracturados pela colocação do pavimento seguinte. Entre os escassos vestígios osteológicos preservados, a presença de dentes com indícios de exposição ao fogo parece revelar actos de higienização. De facto, numa das fases finais de ocupação, registou-

-se no fundo da câmara uma lareira com efectivos vestígios de combustão na área envolvente. Na câmara, a dada altura, realizou-se uma reordenação do espaço, mediante a colocação de uma linha pétreia divisória alinhada perpendicularmente pelo corredor. A última ocupação está associada a pratos de bordo espessado e almendrado, recipientes carenados e cerâmica carenada e mamilada, o que apontaria para uma integração dentro do Calcolítico.

Possivelmente associada à última ocupação do monumento, registou-se uma estrutura de planta subrectangular composta por lajes de xisto de grande dimensão, edificada no corredor, adossada ao último esteio do lado esquerdo e à laje da “porta” da câmara, a qual se encontrava tapada por lajes horizontais (Figura 13). No seu interior apenas se encontravam depositados quatro machados de pedra polida, ainda que em posição aparentemente desordenada, na vertical e na diagonal (sugerindo mais um enchimento). A sua funcionalidade encontra-se em aberto, sendo improvável que consista numa sepultura secundária, perante a aparente ausência de vestígios osteológicos ou cinerários, embora não se possa afastar completamente essa hipótese sem um estudo mais detalhado e, particularmente, analítico. Um carácter ritual torna-se uma

interpretação apelativa, sem que de momento seja possível definir melhor os seus contornos (Antunes, 2000, 2001; Antunes *et al.*, 2004, p. 238).

O que parece certo é a importância que este monumento megalítico teria para a comunidade que o utilizava (o que reforça o seu papel destacado no âmbito da própria necrópole), que impediu que fosse usado por terceiros, procedendo intencionalmente à sua selagem através da construção de uma estrutura de condenação robusta que se estendeu pelo corredor e pela câmara. De facto, através da sobreposição de várias camadas organizadas de blocos pétreos de xisto de média e grande dimensão o corredor foi colmatado até ao topo, incluindo a estrutura subrectangular funerária / ritual, impedindo o acesso à câmara, na qual este empedrado se prolonga até ao início, adquirindo depois um cariz sedimentar na restante área (Antunes, 2001; Antunes *et al.*, 2004, p. 238).

Uma das realidades mais interessantes que surgiu durante a intervenção arqueológica foi uma estrutura negativa subcircular escavada na rocha com 3 m de diâmetro e 0,80 m de profundidade máxima preservada, no exterior imediato do monumento, a cerca de 2 m para Norte da câmara, localizada sob a mamoa, sendo, desse modo, anterior (Figura 14). Possuía um



Figura 14 – Anta 1 da Torrejona. Vista geral desde Norte, enquadrada na paisagem envolvente prévia à albufeira de Alqueva, observando-se o monumento megalítico e a estrutura subcircular sob o tumulus escavada na rocha (© Ana Sofia Antunes).

degrau de acesso também escavado na rocha pelo lado Este e encontrava-se pavimentada com sedimento argiloso, sobre o qual se identificou uma pequena estrutura pétrea subcircular, com 40 cm de diâmetro, constituída por blocos de xisto de pequena e média dimensão nos perímetros interno e externo, respectivamente (Antunes, 2000; Antunes *et al.*, 2004, p. 237).

Vestígios de outras duas estruturas idênticas, semi-destruídas, pareciam ainda subsistir, testemunhados pelos blocos de xisto idênticos distribuídos pelo espaço, aparentemente devido à afectação dos trabalhos agrícolas, que rasuraram também o topo da estrutura circular maior e grande parte da mamoa. A funcionalidade destas pequenas estruturas não é clara, estando ausentes indícios que as insiram no âmbito da combustão ou da sustentação, enquanto buracos de poste. A aparente deposição intencional de metade de um pequeno vaso cerâmico, deitado na diagonal, do qual está representado o perfil completo, no interior da pequena estrutura circular pétrea preservada, torna sugestiva a atribuição hipotética de um âmbito ritual ao espaço, ou de um último acto ritual a um espaço previamente doméstico (Antunes, 2000; Antunes *et al.*, 2004, p. 237), mas apenas o estudo mais detalhado deste contexto poderá sustentar ou não esta interpretação.

De qualquer modo, não é de relegar a interpretação da eventual necropolização de espaços habitacionais numa perspectiva de afirmação e de delimitação territorial simultânea à alteração da estratégia de povoamento que parece ter ocorrido no Neolítico Final / Calcolítico Inicial ou Pleno, que motivou a deslocação dos sítios de *habitat*, até porque surgiram diversas evidências de estruturas negativas de âmbito aparentemente doméstico infra-tumulares em outros monumentos megalíticos, com destaque para os possíveis fornos da Moncarxa e da Torrejona 2 (Maestre Rubio, 2002; Virseda Sanz, 2001; Correia, 2002, p. 114-115; Antunes *et al.*, 2004, p. 248).

Situada ligeiramente acima da cota máxima de enchimento da barragem de Alqueva (152 m), a anta 1 da Torrejona pode ser ainda visitada, embora o sítio necessite de manutenção. Uma vez que se procedeu à escavação integral da câmara e de grande parte da mamoa, o que provocou a remoção do sedimento que durante séculos conteve os monólitos, por motivos de segurança, no decurso da escavação arqueológica, foi colocada uma estrutura de contenção no interior da câmara para impedir a queda dos esteios, a qual permanece no local. Após a conclusão dos trabalhos arqueológicos foram também realizadas acções de

protecção provisórias por parte da Degebe, ficando previstos trabalhos de conservação, restauro e valorização, que, no último caso, aguardam concretização.

2.2.2. Anta 2 da Torrejona

Os trabalhos de escavação arqueológica foram realizados sob a direcção científica de Lidia Virseda Sanz em duas campanhas, entre 23 de Outubro e 27 de Novembro de 1999 e entre 22 de Fevereiro e 27 de Setembro de 2000.

A anta 2 da Torrejona localiza-se na margem direita do rio Degebe, entre duas linhas de água com origem na colina das Torrejonas, do qual distava, aproximadamente, 150 metros. O monumento foi implantado numa plataforma elevada, orientada sensivelmente a Noroeste/Sudeste, numa altimetria compreendida entre os 149,5 m e os 150,75 m.

É uma anta composta por mamoa, câmara e corredor bem diferenciado, marcado pela diferença de altura entre ambos. A câmara, de forma poligonal, está composta por sete esteios de xisto dispostos num círculo de 2,48 m de diâmetro, com chapéu circular que apresentava uma covinha no topo. Dos sete esteios conservava três *in situ*, fracturados. Os demais, embora deslocados, ainda mantêm sensivelmente as suas posições originais, com excepção de um que poderá conservar ainda a base. O chapéu encontra-se caído para Sudeste e foi possivelmente a força que este exerceu sobre os esteios da câmara ao deslocar-se que provocou as fracturas e a inclinação em direcção ao centro da câmara. Foram aqui detectadas três camadas estratigráficas, uma superficial, uma segunda, castanha, de preenchimento e uma terceira que assenta directamente na rocha de base, muito mais compacta e que, face aos materiais aí encontrados (cerâmica a torno misturada com cerâmica pré-histórica desde o topo até à base), mostra bem o revolvimento existente nas camadas do interior da câmara.

O corredor tem 1,60 m de largura e 1,90 m de comprimento conservado. Só se conserva *in situ* um esteio na sua face Norte, encontrando-se afectado pela plantação de uma oliveira na mesma localização do esteio a Sul, onde se intui o alvéolo e se diferencia o limite da camada de argila vermelha de preparação que se documenta sob a mamoa (Figura 15). No sector Sudeste do *tumulus* detectou-se uma laje de xisto que poderia corresponder a alguma componente do corredor. Da estratigrafia destaca-se uma camada homogénea com inclusão de lajes de xisto e que poderá corresponder aos restos de um "pavimento" que cobriria o chão do corredor.



Figura 15 – Anta 2 da Torrejona. Vista desde o corredor (© Lidia Vírveda Sanz).

A mamoa, que se escavou integralmente, apresentava-se bastante degradada, com um relevo pouco acentuado, facto que deve ter como causa os trabalhos agrícolas praticados no local, em associação com a erosão natural do terreno. No sector Nordeste do *tumulus* foram detectados restos de possíveis anéis pétreos, compostos por pedras de grande tamanho de quartzo e xisto, destinados à contenção das terras da mamoa, para além do anel de contenção dos esteios da câmara. O espaço entre ambos está preenchido por pedras de menor tamanho e sob estas documentou-se uma capa de argila vermelha muito compacta que serviria para a preparação da área. Contudo, estes anéis não se prolongam para outras áreas do monumento, pelo que se torna difícil deduzir o seu tipo de construção.

Sob a camada de terra avermelhada do *tumulus* foram detectadas cinco fossas distribuídas pelos sectores Nordeste e Noroeste, cuja funcionalidade desconhecemos, mas que poderão estar relacionadas com outras estruturas semelhantes já mencionadas na anta 1 da Torrejona (Figura 16). Três delas, de formato ovalado, foram escavadas na rocha e encontravam-se preenchidas com pedras muito imbricadas. O único

vestígio associado resumia-se a nódulos de argila cozida. Uma outra, também de formato ovalado, apresentava uma camada de pedras imbricadas no fundo e possuía as paredes revestidas de argila cozida, tendo sido recolhidas, na camada superior do seu preenchimento, algumas lascas de debitage em quartzo, sílex e quartzito. A última apresentava uma forma circular e também possuía as paredes revestidas por argila cozida. No seu interior não foi encontrada nenhuma pedra, mas foi recolhido algum material lítico, nomeadamente um fragmento de lâmina de quartzo. Poderão corresponder a espaços de combustão, lareiras ou fornos, anteriores à construção da anta, poderão estar associadas a este facto, como lareiras relacionadas com construção do monumento, ou corresponder, como já se referiu na anta 1 da Torrejona, com um povoamento anterior, nesta plataforma que ocupam ambas as antas (Maestre Rubio, 2002; Vírveda Sáenz, 2001; Correia, 2002, p. 114-115; Antunes *et al.*, 2004, p. 248).

A anta 2 da Torrejona é um monumento violado desde a Época Romana até momentos recentes, com restos de fogueiras de pastores no seu interior, e muito alterado pelos labores agrícolas.

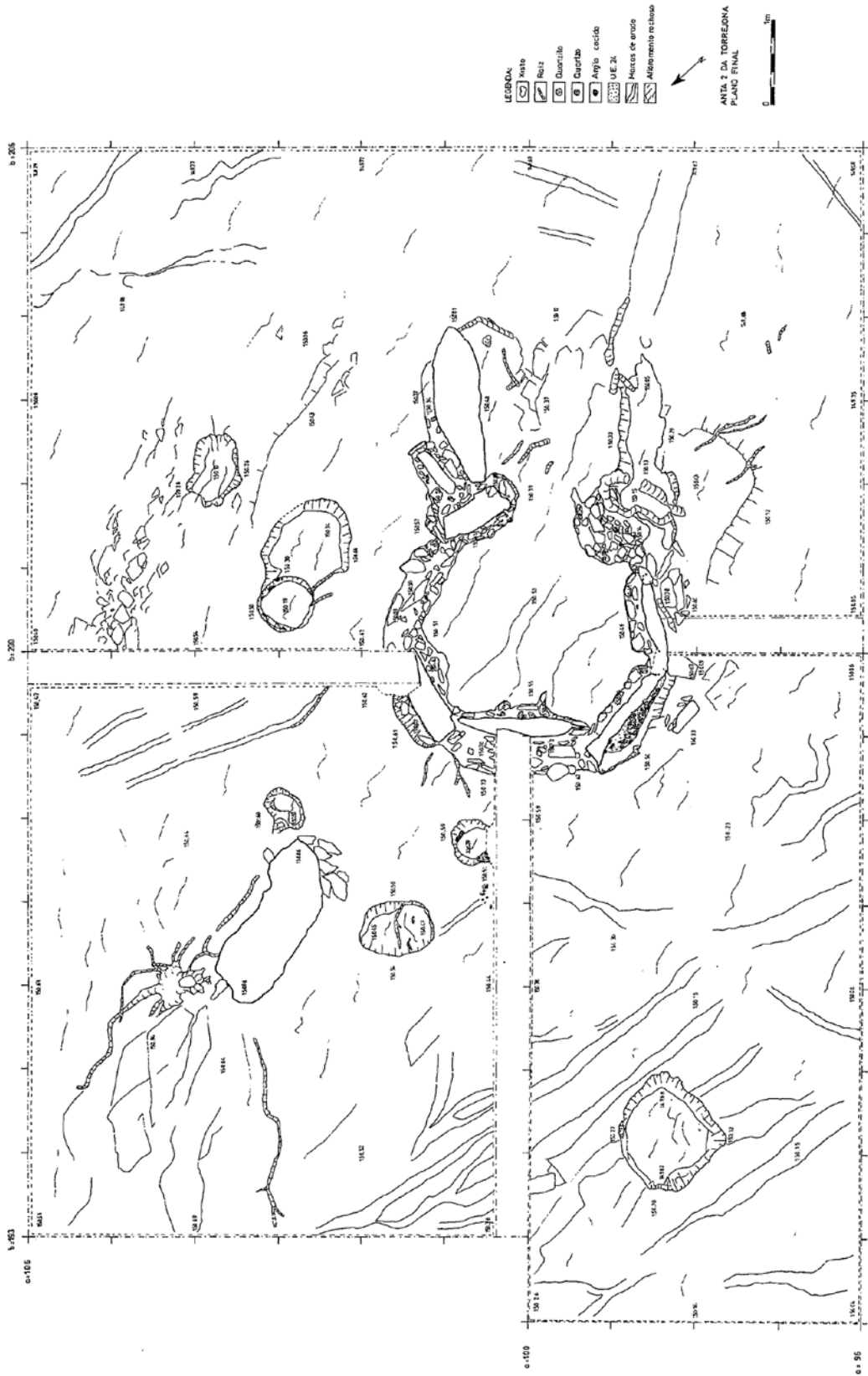


Figura 16 – Anta 2 da Torrejona. Planta geral.

Para proceder à escavação removeu-se o chapéu e três fragmentos de esteios em situação instável. Depois de intervir no *tumulus*, foi necessário sustentar o resto dos esteios com estacas e cabos de aço. O esteio do corredor foi igualmente sustentado com um sistema idêntico para garantir medidas de segurança durante a escavação. Depois da escavação tomaram-se medidas preventivas para a sua preservação pelo Conservador Joaquim Garcia, uma vez que a anta se situa ligeiramente abaixo da cota máxima de enchimento da barragem, 152 m (Garcia, 2004).

3. NO FIM, O (RE)COMEÇO

O repto lançado pela Susana Correia em 2002 não se cumpriu. O sonho não se concretizou. As questões em aberto continuaram à espera de resposta. Não se desenvolveu um programa sistemático e direccionado de trabalhos arqueológicos que permitisse complementar os dados recolhidos nos sítios casualmente afectados pelo enchimento da albufeira de Alqueva com os espaços funerários e de *habitat* com os quais pudessem estar directamente relacionados, de modo a realizar um estudo integrado dessas realidades. Nos últimos 20 anos, a disciplina perdeu a efémera autonomia administrativa adquirida, a regulamentação complexificou-se, desde 2001 impera o princípio agri-doce da “conservação pelo registo científico”, consagrado na nova Lei de Bases do Património Cultural (Lei 107/2001, de 8 de Setembro, art.º 75, n.º 1) e a Arqueologia Preventiva foi dominando progressivamente, tornando-se quase exclusiva.

Ainda assim, é possível realizar o estudo aprofundado e conjunto dos dados existentes. Desse modo, uma das maiores homenagens que poderemos prestar à Susana, será a de levar a bom porto um projecto que até à data não foi possível terminar – o da publicação integral dos resultados dos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito dos Blocos 4 e 7. Esse desígnio, que era o dela, foi, é e será também o nosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ana Sofia (1999) – *Anta 1 da Torrejona – relatório 1999*. Relatório policopiado.
- ANTUNES, Ana Sofia (2000) – *Anta 1 da Torrejona – relatório de escavação 2000*. Relatório policopiado.
- ANTUNES, Ana Sofia (2001) – *Anta 1 da Torrejona – relatório de escavação 2001*. Relatório policopiado.
- ANTUNES, Ana Sofia; MARTINS, Artur; VILHENA, Jorge; VIRSEDA SANZ, Lúdia; CORREIA, Susana (2004) – *Intervenções de salvamento na área a afectar pelo regolfo de Alqueva: antas da bacia do Degebe. Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Reguengos de Monsaraz. 3-7 de maio de 2000*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 25), pp. 227-250.
- CORREIA, Susana (1996) – *Calcolítico do Sul de Portugal – Estudo de um caso: o concelho de Cuba*. Porto: Universidade. Dissertação de Mestrado policopiada.
- CORREIA, Susana (2000) – *Investigação em Pré-História Recente no concelho de Cuba. Balanço dos resultados e perspectivas futuras. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 40, pp. 1-2.
- CORREIA, Susana (2002) – *Intervenções de salvamento na área a afectar pelo regolfo de Alqueva. Blocos 4 e 7 do Plano de Minimização de Impactes Arqueológicos. Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II Série. 11, pp. 109-116.
- EDIA (1996) – *Património Arqueológico no Regolfo de Alqueva. Quadro Geral de Referência*. Beja. Relatório policopiado.
- GARCIA, Joaquim (2004) – *Relatório de conservação, acondicionamento e selagem de dez monumentos megalíticos a afectar pelo regolfo de Alqueva – relatório 2004*. Relatório policopiado.
- GÓMEZ GRANEL, Consuelo (2002) – *Povoado de Monte Roncão 16: 2001*. Relatório policopiado.
- MAESTRE RUBIO, Alma (2002) – *Anta da Moncarxa: 2001*. Relatório policopiado.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1992) – *Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. Setúbal Arqueológica*. MAEDS: Setúbal. 9-10, pp. 37-88.
- VALERA, António Carlos (2013) – *As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana, 2.ª metade do IV aos inícios do II milénio AC*. EDIA, DRCALEN: Beja, Évora (Memórias d’Odiana, 2.ª série. Estudos Arqueológicos do Alqueva).
- VILHENA, Jorge H. (2000) – *Chão da Pereira – relatório 1999*. Relatório policopiado.
- VIRSEDA SANZ, Lidia (2000) – *Anta 2 da Torrejona – relatório 1999*. Relatório policopiado.
- VIRSEDA SANZ, Lidia (2001) – *Anta 2 da Torrejona – relatório 2000*. Relatório policopiado.

A RUA DO SEMBRANO. UM CASO PARADIGMÁTICO DE ARQUEOLOGIA URBANA NA CIDADE DE BEJA

Carolina Grilo

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / ramosgrilo.carolina@gmail.com

O presente texto apresentado ao colóquio de homenagem “Susana Correia – *in memoriam*” decorrido em outubro de 2022 na AAP/MAC, pretende prestar homenagem a Susana Helena Correia e dar testemunho da sua ação fundamental para a arqueologia da cidade de Beja, em concreto do sítio arqueológico da Rua do Sembrano.

Enquanto arqueóloga, profunda conhecedora da região, da cidade e do seu património, e cidadã, consciente da sua participação ativa e interventiva no espaço público, Susana Helena Correia sempre lutou de forma abnegada e solta pela concretização deste projeto que, a acompanhou por grande parte da sua vida profissional dedicada à causa pública.

A importância da sua ação reflete-se não apenas ao longo das mais de duas décadas que nortearam a concretização do projeto de intervenção, valorização e musealização dos vestígios arqueológicos do local, mas também no papel que o hoje Núcleo Museológico da Rua do Sembrano detém na cidade, enquanto espaço de divulgação cultural, patrimonial e de dinamização sociocultural da região. (Figura 1)

A história deste sítio arqueológico inicia-se em 1983, aquando da identificação de vestígios arqueológicos na Rua do Sembrano, em pleno centro histó-

rico da cidade de Beja, em virtude de um projeto de construção de uma habitação e da abertura das respetivas fundações. Nessa data, foram identificados no local vestígios de arcos e de *suspensurae* bem como diversos materiais de cronologia romana. Coube à então Associação de Defesa do Património de Beja (ADPB) a responsabilidade de uma primeira ação de limpeza e registo que veio a confirmar a existência de vestígios de um espaço termal com presença de vestígios de arcos de hipocausto e um pequeno tanque revestido a *opus signinum*, assim como diversas outras estruturas de cronologia mais recente. A ADPB procedeu à comunicação ao Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul (SRAZS) do antigo Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e à Câmara Municipal de Beja (CMB), que, sensibilizada para a importância da descoberta e perante a possibilidade da existência de vestígios relativamente intactos, permutou o terreno com o proprietário garantindo a manutenção do espaço em reserva. Este processo contemplou igualmente a aquisição dos outros lotes daquele quarteirão urbano por parte da Câmara Municipal de Beja, alguns dos quais com construções muito degradadas e a sua posterior demolição para uma eventual continuação dos trabalhos. (Figura 2)

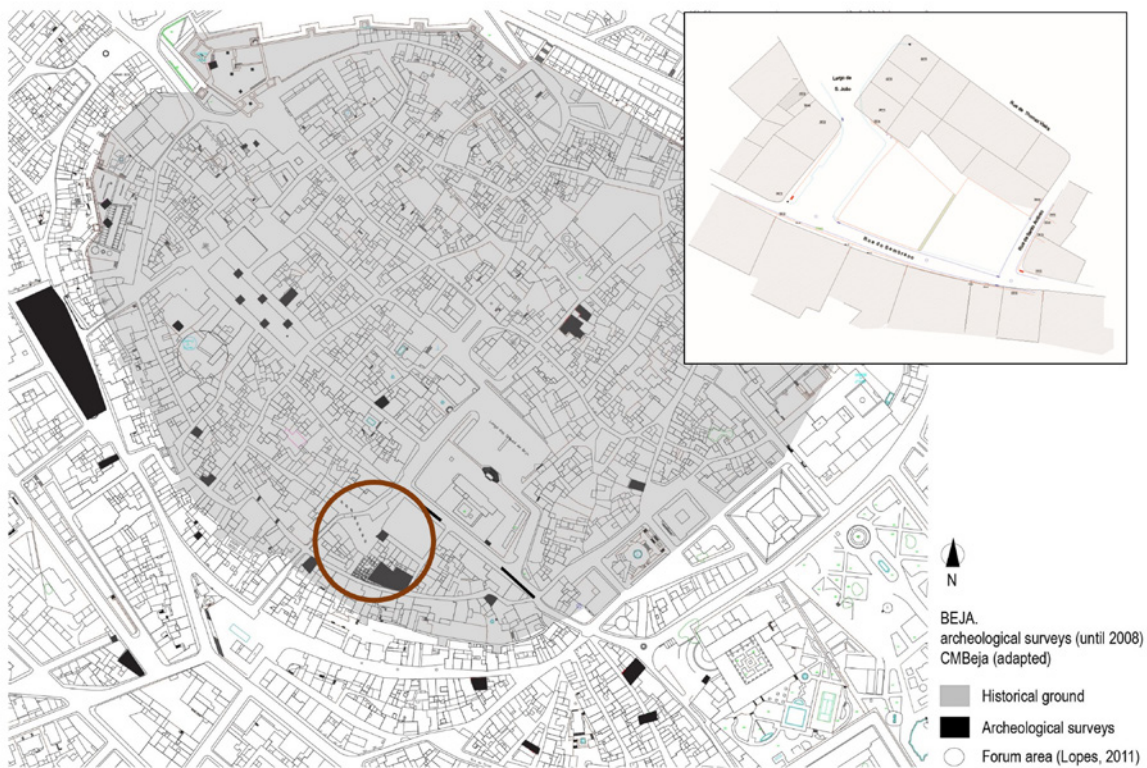


Figura 1 – Localização da Rua do Sembrano no centro histórico de Beja (Grilo, 2022).

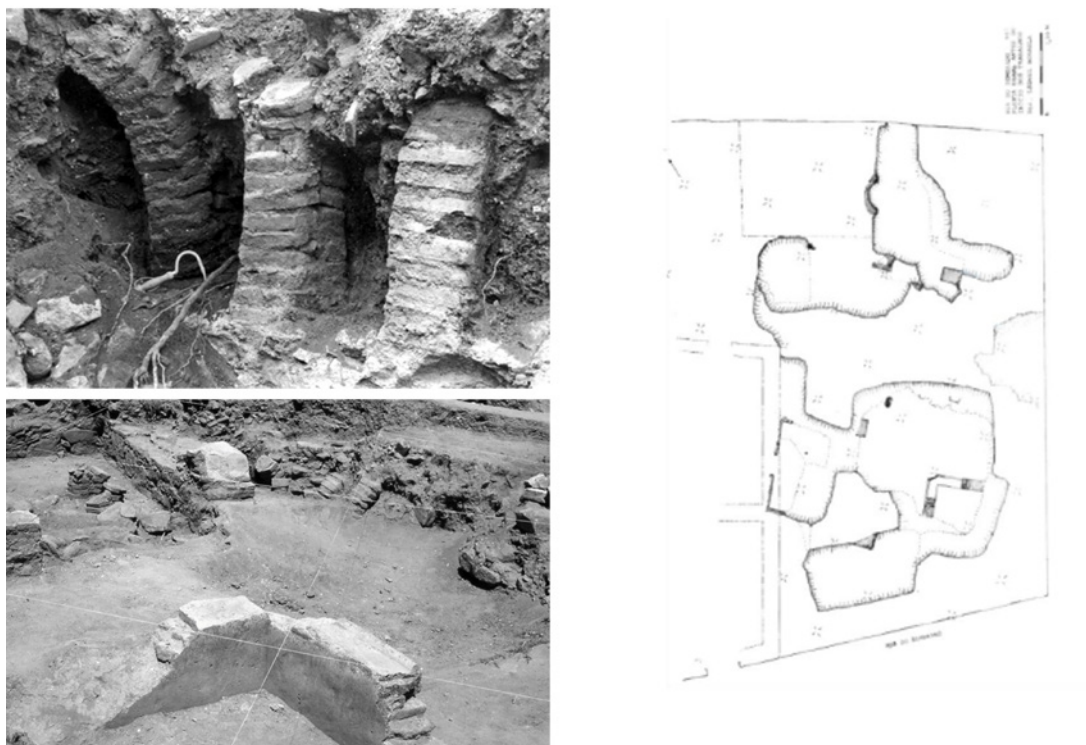


Figura 2 – Imagens dos trabalhos de 1987 e registo gráfico dos vestígios à data da intervenção (desenho de Leonel Borrela).

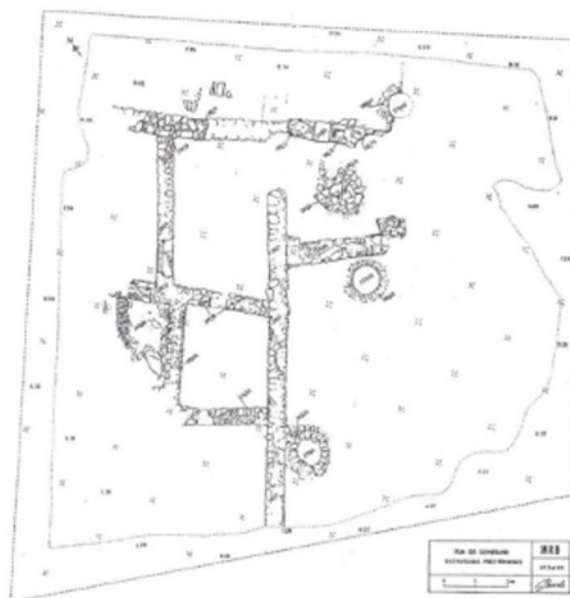


Figura 3 – Imagens dos trabalhos de 1988-90 e registo gráfico das estruturas de época moderna (desenho de Leonel Borrela).

A área arqueológica da Rua do Sembrano ficou sob a alçada do Museu Regional de Beja Rainha Dona Leonor, não sem que tenha sido efetuada uma primeira sondagem arqueológica do SRAZS da responsabilidade de José Olívio Caeiro ainda em 1983. Esta, porém, não teve continuidade face ao contexto socioeconómico da época e à então escassez de recursos humanos que permitissem dar continuidade aos trabalhos arqueológicos no local, situação apenas invertida em 1986, após a abertura de concurso e da respetiva tomada de posse de dois técnicos superiores no SRAZS do IPPC (Susana Correia e Rui Parreira). Com o reforço de novos recursos humanos foi então possível retomar os trabalhos arqueológicos ao abrigo de um protocolo entre o SRAZS e o Museu Regional de Beja Rainha Dona Leonor, onde Susana Correia ficou sediada como técnica do SRAZS.

A opção de intervir no local decorreu não apenas da existência de recursos humanos para proceder à intervenção, mas, sobretudo, da necessidade premente de proceder a uma operação de salvamento e recuperação dos vestígios que se iam progressivamente degradando e quedando ao abandono. Foi também fruto de uma cooperação entre múltiplas instituições:

SRAZS, Câmara Municipal de Beja¹ (CMB) e o Museu Regional de Beja (MRB), à qual a estreita relação de proximidade, colaboração e espírito de entreajuda que sempre norteou a relação de Susana Correia com outros colegas, profissionais e instituições não terá sido alheio. (Figura 3)

Dessa colaboração nasce em 1987 uma intervenção conjunta entre o SRAZS e o MRB, com codireção científica de Susana Correia, técnica superior do SRAZS e José Carlos Oliveira, conservador do MRB e apoio da CMB e da ADPB. Todas estas instituições foram fundamentais para o sucesso da iniciativa: a Câmara Municipal com o contributo e apoio de trabalhadores para a intervenção, a disponibilização dos meios para a remoção dos entulhos e o apoio topográfico à intervenção; o SRAZS com uma verba financeira de 50.000 escudos e a cedência da sua técnica para a direção dos trabalhos; o MRB, com o seu conservador José Carlos Oliveira, infraestruturas de apoio logístico

¹ O apoio da autarquia foi fundamental, vendando a área e procedendo à aquisição dos imóveis devolutos que se sobrepunham às estruturas arqueológicas e que ameaçavam ruir sobre aquelas e que decorreu entre 1987 e 1988.

à escavação arqueológica e o assegurar dos trabalhos de inventário e tratamento do espólio proveniente das campanhas de 1983 da ADPB e da sondagem do SRAZS dirigida por José Olímpio Caeiro, assim como da campanha de então, com vista à exposição do espólio no futuro núcleo romano do Museu Regional.

Além de Susana Correia e José Carlos Oliveira, participaram nesta campanha Leonel Borrela, António Cunha, Carlos Rocha, Luis Silva MRB/OTJ, Filomena Barata, entre outros, assim como diversos trabalhadores do município.

No ano seguinte, na sequência do processo de aquisição e demolição dos imóveis degradados que ainda subsistiam no local por parte da CMB, inicia-se um projeto de escavação sistemática, por forma a traçar a evolução histórica daquela zona urbana. Não será demais sublinhar que este foi um projeto pioneiro na cidade de Beja, quer pelo facto de corresponder a uma intervenção de arqueologia urbana desenvolvida de modo continuado por muitos e longos anos, pautada por um estreito espírito colaborativo entre instituições públicas, ainda hoje exemplar a muitos níveis. Esta lógica de operacionalidade e gestão de recursos estendeu-se a outras ações decorrentes desta parceria, como o Curso de Conservação e Restauro de Objetos e Estruturas organizado pelo Museu Regional de Beja desse mesmo ano, tendo os alunos participado ativamente nas escavações da Rua do Sembrano, completando as diversas tarefas inerentes a uma escavação arqueológica, para além da vertente da conservação e restauro. Além destes, muitos jovens, alguns dos quais hoje arqueólogos, participaram também de forma voluntária nas escavações da Rua do Sembrano durante as diversas campanhas do local, marcadas por um forte cariz formativo e pedagógico numa lógica de cooperação e comunhão muito arraigada no espírito de Susana Correia.

Os trabalhos arqueológicos evidenciam um conjunto vasto de estruturas e materiais centrados na época romana e em momentos posteriores, mas desde cedo são também identificados materiais de cronologia anterior, entre as quais cerâmicas estampilhadas e decoração incisa, fragmentos de coroplastia e um fragmento de cerâmica ática que reforçam a hipótese de uma ocupação pré-romana da colina de Beja, um tema recorrente na historiografia bejense desde o século XVII.

Com efeito, desde Frei Manuel do Cenáculo na sua obra “Sisnando Mártir e Beja e sua Pátria”, que remetia uma origem fenícia para a cidade (Delgado, 1946), Félix Caetano da Silva e a “História das Anti-

guidades de Beja, parte I – Desde as origens de Beja até o tempo de D. Afonso Henriques (conquista aos Árabes)”, escrita entre 1765 e 1805, que designava a cidade como fundada pelos antiquíssimos Celtas (Viana, 1948) ou Frei Francisco de Oliveira nos aditamentos ao manuscrito de Pedro Pires Nolasco Serrano, o “Relatório das couzas notáveis desta cidade de Beja” que buscava um passado cartaginês e celta para a cidade” (Páscoa, 2002, p.23), a tese de um passado pré-romano da cidade suportado nas fontes clássicas subsistiu até à atualidade nos textos e resenhas históricas sobre a cidade, (Vasconcellos, 1895). O mesmo defendia Abel Viana com base nos textos de Estrabão e Políbio (Viana, 1944, p.2-31). A inexistência de vestígios arqueológicos e de argumentos fidedignos entre os quais a ausência de qualquer elemento indígena na titulação urbana (Alarcão, 1992, p.74) descreditaram igualmente a tese da identificação da cidade de Beja com o *oppida* de *Conistorgis*, proposta por Fernando Nunes Ribeiro e estabelecida numa relação entre os limites territoriais e as fontes antigas (Ribeiro, 1960, p.73-113), conduzindo à depreciação dos únicos argumentos existentes até então a favor de uma mais remota antiguidade (Fabião, 1998, vol. II, p. 255).

As escavações da Rua do Sembrano retomam assim a temática das ocupações antigas de Beja, oferecendo as primeiras evidências arqueológicas de cronologia anterior à ocupação romana da cidade, permitindo postular a existência de um povoado da Idade do Ferro, de cronologia e definição cultural desconhecidas (Fabião, 1998, vol. II, p. 255). Ainda assim o reconhecimento e a confirmação da uma pré-existência à fundação da *colonia Pax Iulia* não foram pacíficas e os achados da rua do Sembrano, à data, únicos, causaram alguma perplexidade acabando por ser desvalorizados no contexto de uma certa resistência à tese de uma ocupação pré-romana do local, apenas vencida anos mais tarde com a prossecução das escavações em outras áreas da cidade como o Castelo de Beja, o logradouro do Conservatório de Musica da cidade e a própria Rua do Sembrano. (Figura 4)

A polémica não obistou, porém, à continuidade dos trabalhos e entre 1987 e 1994 foram realizadas oito campanhas arqueológicas no local de forma quase ininterrupta: sete campanhas de escavação que descobriram inúmeras estruturas arqueológicas entre as quais um edifício termal de pequena dimensão, de possível cariz privado, composto por salas quentes, pequenos *alveus*, *praefurnium* e salas frias de cronologia romana e uma campanha de inventariação e tratamento de espólio, exumado em larga quantidade.

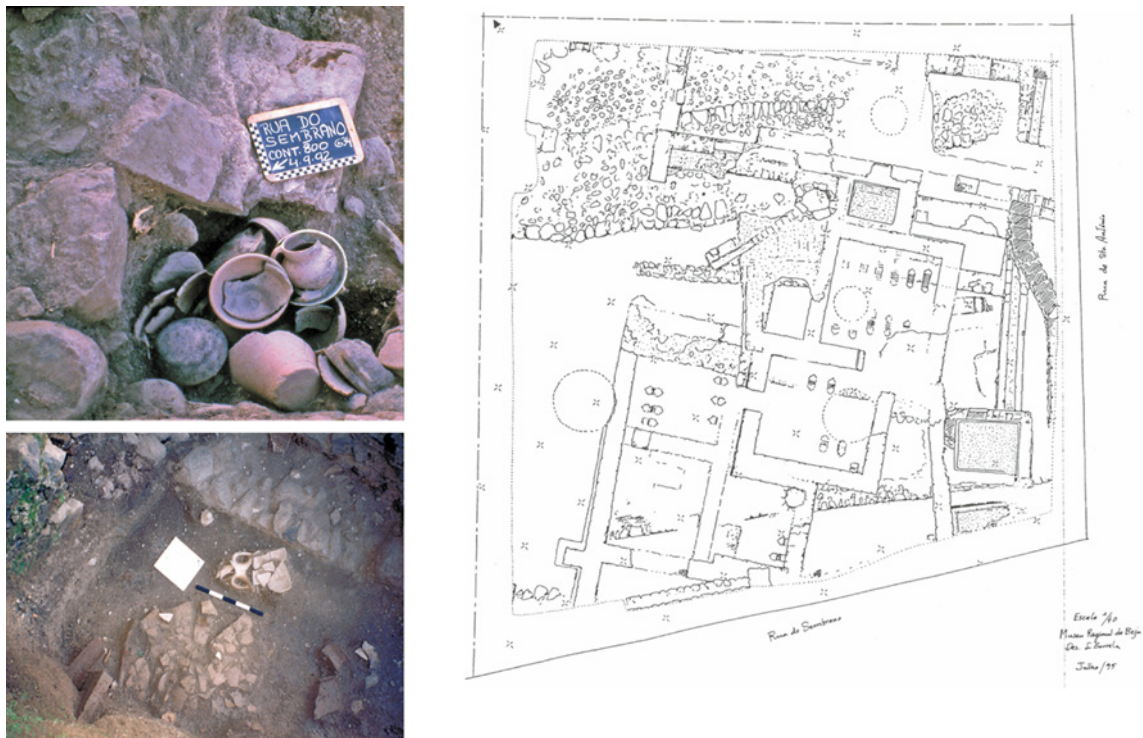


Figura 4 – Imagens das campanhas de 1992 e 1993 e planta geral das estruturas arqueológicas da Rua do Sembrano, em 1994 (Des. Leonel Borrela), observando-se já a muralha da Idade do Ferro.

Foi escavada uma área de cerca de 800m², correspondente a um quarteirão urbano da cidade atual, cuja diacronia histórica e singularidade patrimoniais desde cedo advogavam a favor de um projeto de musealização para aquele espaço urbano, iniciado ainda em 1991 com o “Concurso Público de ideias para a Rua do Sembrano, Beja”, lançado a 2 de março de 1991 pela Câmara Municipal de Beja em parceria com a Associação dos Arquitetos Portugueses (AAP), atualmente Ordem dos Arquitetos (OA). O projeto vencedor da autoria do arquiteto Gonçalo Afonso Dias, preconizava a construção de um “Museu de Sítio” e foi aprovado nesse mesmo ano, tendo por base a premissa da musealização das estruturas arqueológicas e a definição de um espaço expositivo reservado ao espólio identificado no decorrer das escavações. O projeto de arquitetura procurava oferecer ao visitante uma leitura transversal das ocupações do local, traduzindo em simultâneo uma relação com a cidade imediatamente envolvente, que tinha como objetivo conferir uma dimensão urbana àquela intervenção (Dias, 2005), recorrendo à criação de um volume liso e solto dos edifícios adjacentes, como uma “caixa” que protegia e encerrava o conjunto arqueológico (*idem*, 2005). Um

segundo momento contemplava a relação daquele espaço com as áreas urbanas contíguas, tendo em vista a criação de uma praça de acesso ao Museu, através da supressão do edifício existente no lote confinante, ligando o Largo de S. João e a Rua do Sembrano (*Ibidem*, 2005). (Figura 5)

A prossecução dos trabalhos arqueológicos com vista à materialização das diferentes fases do projeto fez com que o mesmo fosse sendo moldado de forma a incorporar as estruturas arqueológicas que iam sendo identificadas nas campanhas posteriores, culminando com a identificação em 1994 de um troço da muralha da Idade do Ferro e estrutura defensiva do antigo povoado, numa área destinada a espaços técnicos do futuro museu. Esta descoberta comprovou definitivamente a existência de vestígios materiais bem como de estruturas e níveis arqueológicos preservados de cronologia pré-romana, atestando assim a ocupação da colina de Beja em momentos anteriores à *colonia* romana, e, pela enorme importância histórica, obrigou à última e definitiva alteração ao projeto, tornando evidente a necessidade de proceder a uma reformulação do mesmo de forma a integrar as novas realidades histórico-arqueológicas.

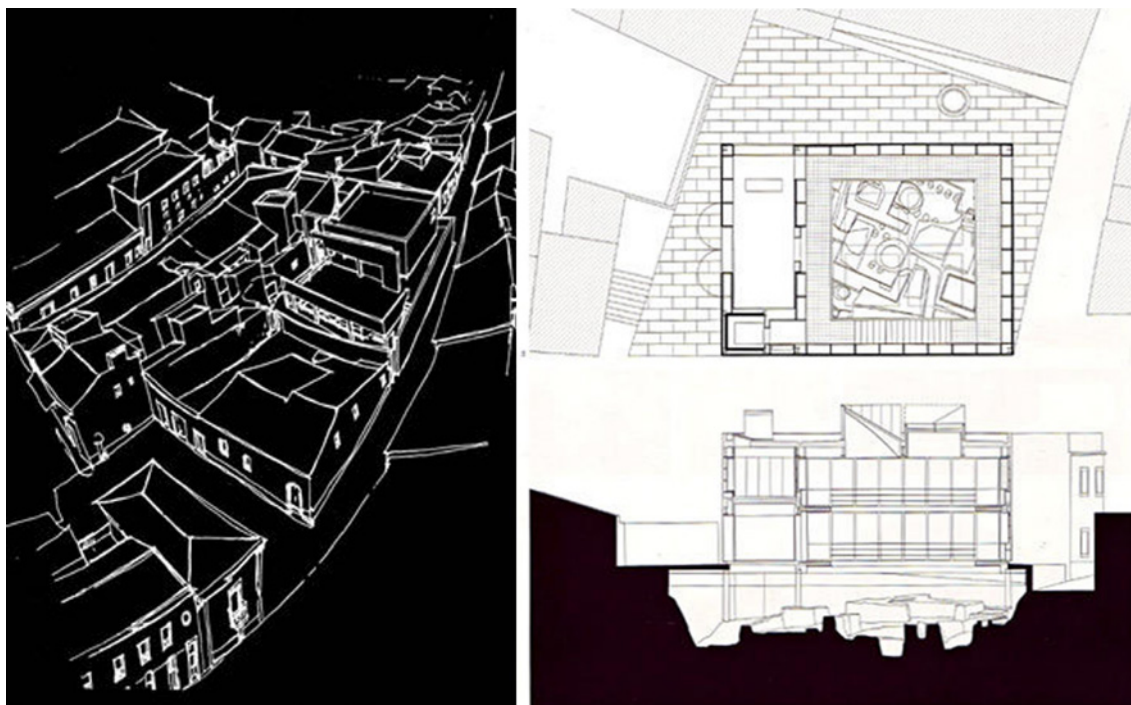


Figura 5 – Imagens do projeto de Museu de Sítio da Rua do Sembrano da autoria do Arquiteto Gonçalo Afonso Dias, colab. Arq. Daniela Antunes apresentado ao Concurso Público de ideias para a Rua do Sembrano, Beja (Dias, 2005), 2 Março 1991, Câmara Municipal de Beja e Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP).

Tal constituiu na prática, um segundo projeto para o Museu materializado em 1996, com a assinatura de um contrato para um novo Museu de Sítio da Rua do Sembrano. Foi igualmente reunida uma equipa de investigadores além dos coordenadores dos trabalhos arqueológicos e da equipa do projeto de musealização que se dedicaria ao estudo do vasto espólio exumado no local, abarcando mais de 25 séculos de ocupação da colina. Contudo, por múltiplas razões, entre as quais o elevado custo financeiro, o segundo projeto acabou por não ser concretizado, sendo suspensas nesse mesmo ano as campanhas arqueológicas no local, entretanto vedado.

Em setembro de 2000 é publicado o caderno do plano estratégico (Programa Polis) para a cidade de Beja e o Núcleo Museológico da Rua do Sembrano é um dos projetos no âmbito das intervenções no centro histórico. É também o único onde os vestígios arqueológicos são a razão de ser do próprio projeto, retomando a ideia do núcleo museológico com uma proposta de criação de espaço público e recuperando, de certo modo, alguns dos pressupostos dos projetos anteriores. Sucedidos quase dez anos, entre setembro de 2003 e outubro de 2004 os trabalhos são retomados

ao abrigo do projeto de requalificação urbana Beja-Polis – Núcleo Museológico da Rua do Sembrano. As intervenções de arqueologia e de conservação e restauro são adjudicadas à DEGEBE – Associação de Valorização do Património Cultural, sob a responsabilidade da signatária na vertente arqueológica e de Joaquim Garcia na vertente de Conservação e Restauro, completados com um programa de musealização dos vestígios elaborado por Susana Correia e Joaquim Garcia, que previa igualmente uma área destinada à exposição do espólio mais emblemático exumado no decurso das diferentes campanhas de intervenção do local.

O projeto de arquitetura da responsabilidade do arquiteto Fernando Sequeira Mendes, previa a construção de um edifício sobre as ruínas e de um espaço público associado, recuperando o conceito “movel” que permitisse a prossecução dos trabalhos arqueológicos e que funcionasse como um elemento dinamizador daquela área urbana, complementado com arte contemporânea, vocacionada para a temática da água, também dominante na própria funcionalidade termal e de captação de água do sítio arqueológico através de um projeto de intervenção de arte urbana com um painel de azulejos da autoria de Rogério Ribeiro (Figura 6).



Figura 6 – Intervenção de 2003-2004. Trabalhos efectuados nas distintas áreas arqueológicas (Grilo, 2005).

A intervenção arqueológica aí desenvolvida foi desta forma condicionada pelas necessidades da obra e orientada para a musealização do sítio arqueológico, tendo incidido em zonas pontuais da antiga área arqueológica previamente escavada e no seu exterior, na área da futura praça ou espaço público, onde foram efetuadas diversas sondagens arqueológicas para colocação de infraestruturas, valas para fundações e sistemas de drenagem e escoamento de águas pluviais.

Simultaneamente, a escavação também procurou responder a diversas questões que quedaram em aberto das campanhas anteriores, quer na caracterização, registo, levantamento e diagnóstico de todas as realidades expostas anteriormente, como no respeitante à sua leitura faseada numa linha diacrónica da história da cidade. Tomando esse dado em consideração, além do levantamento georreferenciado de todas as estruturas identificadas, foi recuperado o antigo sistema de referência das campanhas anteriores, bem como o modelo de inventário, por forma a que todo o espólio exumado seguisse os mesmos critérios de inventariação, permitindo um estudo articulado da coleção artefactual da Rua do Sembrano. Cabe também salientar que embora informativa e rica do ponto de

vista do registo arqueológico, esta fase de intervenção foi igualmente muito localizada, limitando-se à escavação das áreas funcionais e de infraestruturas de obra.

No que respeita aos trabalhos desenvolvidos², a mesma iniciou-se com a limpeza da área arqueológica e a proteção das estruturas existentes, resguardadas com manta geotêxtil e estruturas de proteção em madeira e com a construção de passadiços e circuitos de circulação na área arqueológica, face à multiplicidade de estruturas a quotas distintas. Em paralelo, foi necessário recuar os perfis da área arqueológica, procedendo à escavação integral destas áreas e ao registo das novas estruturas identificadas. O sistema de fundações do próprio edificado foi assim parcelar, efetuado por tramos independentes e condicionado pelas realidades arqueológicas presentes, optando-se sempre pela abertura de sapatas na rocha de base nas

² Integraram a equipa de arqueologia da segunda fase os seguintes elementos: Carolina Grilo, arqueóloga signatária dos trabalhos, Ana Sofia Antunes e Teresa Ricou, arqueólogas, Edgar Figueira Lopes, Paula Maurício e Jorge Serafim, Técnicos de Arqueologia, Sérgio Jacinto, Cláudia Lemos, auxiliares de escavação, Jorge Parreira, estudante de arqueologia.



Figura 7 – Aspectos dos trabalhos preliminares de proteção e conservação das estruturas arqueológicas (Grilo, 2005).



Figura 8 – Imagens da escavação e abertura de sapatas na área arqueológica (Grilo, 2005).

áreas onde não havia estruturas, ligadas com vigas ou lintéis entre as mesmas, salvaguardando desta forma as pré-existências do local. Naturalmente este foi um processo nem sempre pacífico, mas fundamental para o propósito do projeto e uma das principais preocupações de toda a equipa técnica, de garantir uma relação de coabitação entre o sítio arqueológico e o edifício concebido para o propósito da sua proteção e conservação (Figuras 7 e 8).

Na área exterior os trabalhos corresponderam ao rebaixamento e regularização por meios mecânicos de toda a área envolvente e à demolição dos restos das construções pré-existentes no local, seguindo-se um programa de valas e sondagens relacionadas com as infraestruturas de obra. As primeiras permitiram documentar evidências das antigas construções contemporâneas (restos de pavimentos e soleiras da organização interna do edificado) que existiam na zona em momentos prévios aos trabalhos, entretanto demolidas para permitir a circulação entre o Largo de São João e a Rua do Sembrano. No decorrer destes trabalhos foram recolhidos diversos elementos arquitetónicos, fechados de abóbodas, lintéis e colonatas, assim como parte de um lintel contendo uma inscrição dedicada à deusa *Bona Dea*, que estaria integrado num possível local de culto nas imediações dedicado a esta divindade (D'Encarnação, Grilo, 2021).

Mais importantes, as sondagens efetuadas destacaram diversas estruturas diretamente relacionadas com as evidências da área arqueológica, entre as quais novos troços da muralha pré-romana e níveis arqueológicos associados. Sobre estes assentavam pavimentos e construções de orientação e cronologia coetâneas com as estruturas termais, algumas com alçados indicadores da existência de mais de um piso e evidências de distintos compartimentos revestidos a estuque e pavimentos em *opus signinum*, desenhando uma plena articulação arquitetónica e construtiva entre as diferentes áreas, estabelecida em função de um eixo viário da cidade antiga (Figura 9).

Com efeito, os trabalhos executados nesta fase, embora de menor envergadura, foram fundamentais para a obtenção de uma leitura concisa das diferentes sobreposições históricas e construtivas do espaço urbano, com maior ênfase para os momentos de cronologia pré-romana e romana, ainda que a caracterização das diferentes fases e dos momentos construtivos dos edifícios nem sempre se afigurasse clara ou totalmente compreendida, face à opção de conservar e musealizar os últimos momentos do edifício termal, hoje musealizados no local. Não obstante, o cruza-

mento da informação das diferentes campanhas, da escavação pontual em profundidade (relacionada com a construção do edifício museológico) e dos espólios recolhidos permitiu definir posteriormente um faseamento cronológico para o local (Grilo, 2007, 2014, 2015, 2022) que serviu como modelo de enquadramento das realidades anteriormente documentadas e que procurou aquele que era efetivamente o pressuposto inicial das intervenções sistemáticas na Rua do Sembrano: a investigação da diacronia histórica do local e da ocupação do espaço ao longo dos múltiplos séculos de história da cidade.

O núcleo museológico da Rua do Sembrano foi finalmente inaugurado a 10 de agosto de 2005, tonando-se não apenas um espaço de divulgação e partilha de história da cidade, mas igualmente do seu território, onde têm lugar inúmeras exposições, conferências, palestras e encontros de vertente científica e de âmbito geral. 15 Anos volvidos após a sua inauguração e 39 após a identificação dos primeiros vestígios, Beja parece já não passar sem este espaço emblemático, cuja materialização está intrinsecamente ligada a Susana Correia, presente quase desde o primeiro momento até ao seu trágico desaparecimento precoce. À sua perseverança, dedicação e resistência devemos o sucesso deste projeto (Figuras 10 e 11).



Figura 9 – Planta geral das estruturas arqueológicas da Rua do Sembrano (1987-2004) (Grilo, 2022).



Figura 10 – O Núcleo Museológico da Rua do Sembrano na atualidade (C. M. Beja).



Figura 11 – Susana Correia no Núcleo Museológico da Rua do Sembrano (C. M. Beja).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, Jorge de (1992) – A cidade romana em Portugal: a formação de “Lugares Centrais” em Portugal da Idade do Ferro à Romanização. *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 35-72.
- CANELAS, C. (1965) – História dos Conventos de Beja. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal. XXII, pp. 230-247.
- CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos (1987) – Rua do Sembrano, 1987, Relatório, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Português do Património Cultural, Serviço Regional de Arqueologia do Sul
- CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos (1988) – Rua do Sembrano, Beja, 1988, Relatório, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Português do Património Cultural, Serviço Regional de Arqueologia do Sul.
- CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos (1988) – Escavação da Rua do Sembrano: Uma Intervenção Arqueológica na Área do Centro Histórico de Beja”, 1º Encontro Internacional de Municípios com Centro Histórico de Beja.
- CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos (1993) – Rua do Sembrano – Beja, 1989, 1990, 1991, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Direcção Regional de Beja.
- CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos (1994) - Intervenção Arqueológica na Rua do Sembrano- área urbana de Beja: Campanhas de 1988 a 1990 in *V Jornadas Arqueológicas*, vol.1 – Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos (1995) – Rua do Sembrano – Beja, 1992, 1993 Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Direcção Regional de Beja.
- DELGADO, José Manuel (1946) – Sisnando mártir e Beja sua pátria. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal. III/IV,p. 320-343.
- D'ENCARNAÇÃO, José; GRILO, Carolina (2020) – Em Pax Iulia, um templo à Bona Bea! *Scientia Antiquitatis*, Revista de Arqueociências, nº 2, pp. 117-128.
- DIAS, Gonçalo Afonso (2001) – Dez anos para o lixo? *Jornal-Arquitectos “(J-A)”* nº199 Janeiro/Fevereiro, Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- DIAS, Gonçalo Afonso (2005) – Museu de Sítio da Rua do Sembrano em Beja. – “UM PROJECTO DESVIADO...” disponível em: <http://goncaload-artes.blogspot.com/2005/>. Acedido em 19/02/2023.
- DIAS, Gonçalo Afonso; ANTUNES, Daniela Marta; BARATA, Maria Filomena (1992) – Museu do Sítio Rua do Sembrano, Beja in *Boletim Cultural e Informativo*, Tomar: Câmara Municipal de Tomar, nº17, Outubro.
- FABIÃO, Carlos (1998) – O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, exemplar policopiado.
- GRILO, Carolina (2005) – Trabalhos Arqueológicos na Rua do Sembrano. Beja.
- GRILO, Carolina (2007) – A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado.
- GRILO, Carolina (2014) - Waste disposal and soil management in Pax Iulia, Beja (Portugal) in the first century A.D. *Actas del XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica Merida: 1747-1750*.
- GRILO, Carolina (2015) – Um contexto alto-imperial da Rua do Sembrano, Beja”. *VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Aroche: 1471-1496.
- GRILO, Carolina (2022) – A Rua do Sembrano, Beja. *Crono-estratigrafia e dinâmica urbana em Pax Iulia*. *Actas do X Encontro de Arqueologia Peninsular*. Zafra: 942-970.
- LOPES, Maria da Conceição (2003) – A cidade romana de Beja. Reflexões e debates em torno de Pax Iulia. Coimbra: Instituto de Arqueologia.
- RIBEIRO, Fernando Nunes (1960) – Pré-história e a Origem de Beja. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal. 17, pp. 3-113.
- VASCONCELOS, J. L. (1895) – Cabrinhas de bodes de bronze. *O archeólogo Português*. Lisboa: MNA. 1, pp. 296-301.
- VIANA, Abel (1944) – Origem e Evolução Histórica de Beja, Beja: Câmara Municipal de Beja.
- VIANA, Abel (1948) – Félix Caetano da Silva. História das antiguidades de Beja. *Arquivo de Beja: Câmara Municipal*.5, pp.196-210; 225-242.
- VIANA, Abel (1948a) – Félix Caetano da Silva. História das antiguidades de Beja. *Arquivo de Beja: Câmara Municipal*.6, pp. 3-36; 292-324.

SUSANA CORREIA E O PROJETO DO MUSEU DE MOURA

Santiago Macias

Diretor do Panteão Nacional / santigomacias1963@gmail.com

Conheci a Susana Correia em 1985, num restaurante à entrada do Bairro Alto (o 1º de maio, na Rua da Atalaia). Tinham combinado ir lá com um amigo e acabámos por lá encontrar a Susana, o António Carlos Silva e outros colegas do IPPC. Para mim eram já *seniores*, embora ainda mal tivessem entrado na casa dos 30. Eram a nova geração da Arqueologia e do Património. De esquerda e pouco formais, um bocadinho anarquistas e, do ponto de vista técnico, muito conhecedores.

Simpatizei de imediato com a Susana. Inevitavelmente. Exuberante e bem-disposta era, na profissão, aquilo que eu desejava ser. Poucos anos volvidos, a Susana instalava-se em Beja, para trabalhar nos Serviços de Arqueologia do Sul. O seu labor discreto, quase anónimo, está ainda longe de ser reconhecido. Escrevi, há meses: “talvez um dia chegue essa ocasião”. Verifico, com agrado que hoje mesmo, neste colóquio de homenagem, é o dia dessa ocasião.

Comecei a minha carreira em Moura, em setembro de 1986. O apoio da Susana Correia foi-me decisivo. Ela sabia disso. Várias vezes lho disse.

Vamos a factos. Que é melhor forma de, do ponto de vista pessoal, lhe prestar homenagem.

1. MOURA NA ÉPOCA ROMANA

Pouco depois de iniciar funções na Câmara de Moura, há quase 40 anos, achei que era importante “fazer qualquer coisa” que puxasse pelo Património local.

Eram raras as câmaras municipais de então que tivessem um arqueólogo ao seu serviço. Tecnicamente falando, eu não era arqueólogo, mas aquilo que tinha como mais disponível era a arqueologia local. E, aos 23 anos, sabia manifestamente pouco de coisas práticas. E tinha, em Beja, a Susana Correia, a quem de imediato pedi ajuda. Em que é que essa ajuda foi decisiva?

Primeiro, disse-me que tinha de fazer um guião para preparar a exposição. Tinha de escolher peças, tinha de as medir e tinha de lhes dar uma sequência lógica. Ou seja, aquilo tinha de ter um discurso, um princípio, um meio e um fim. E a Susana foi-me levando pela mão. Primeiro a intenção, depois o programa, depois o projeto. Sorte de principiante, a diretora do GAT local, Teresa Ribeiro, de quem me tornei amigo, era filha de Rogério Ribeiro. Que aceitou aturar a minha inexperiência e colocar-se ao serviço do projeto. Aquilo lá foi avançando, por entre críticas amigáveis, umas vezes, menos amigáveis noutras. Em dada ocasião, a petulância da juventude deu-me para escrever a propósito dos mosaicos a frase [não mais me esquecerei] “sob a influência da pintura musiva ilusionista”. A Susana leu o texto e comentou o que eu escrevera em tomo desabrido e usando um marcado vernáculo. Eu enfiadíssimo e ela a descompor-me e a explicar-me, de uma vez por todas, que a comunicação tem ser perceptível por todos. E que eu não podia escrever frases dessas e outras, igualmente pedantes, num texto num museu municipal. Uma lição simples e inesquecível.

Depois perguntou-me “quem vai escrever no catálogo?”. Referi os especialistas do nosso mundo romano. E a Susana tornou “sim, parece-me bem, mas também achava bem pedires um texto sobre a época pré-romana à Teresa Gamito”. Mais um excelente conselho, porque Teresa Gamito veio dar um enquadramento que ajudou a perceber melhor a realidade do território no período romano.

Para além dos puxões de orelhas, às tantas disse-me “há um livro que devias ler”. Eu na expectativa de algo densamente científico e a sugestão foi “A voz dos deuses”, de João Aguiar (com o comentário “faz-te melhor à cabeça que essas tretas técnicas que andas para aí a ler»). É verdade que a leitura de uma obra literária, escrita por um jornalista, me deu imagens físicas sobre um determinado período e me ajudou a enquadrar muito melhor a realidade.

O projeto foi por ali fora, em estilo pedagógico. Susana Correia foi de uma enorme generosidade para com o Município de Moura, ajudando a construir as bases do que se seguiria. A exposição “Moura na época romana” teve seguimento numa pequena intervenção na Casa do Poço Árabe e num nunca realizado projeto para o Museu da Terra, esforço de intervenção no território que contou com o acompanhamento crítico e pedagógico da Susana.

Este projeto e aquele museu nunca foram concretizados. Mas sem o arranque dos anos 1987 a 1989 os projetos de reabilitação patrimonial, a que pudemos dar seguimento a partir de 2005¹, não teriam tido a consistência que, sinceramente, penso que tiveram.

2. O PROJETO ARQUEOLÓGICO DO CASTELO DE MOURA

Sensivelmente por essa altura houve a intenção de retomar as escavações arqueológicas no castelo de Moura. Tinham sido interrompidas com o falecimento de Jorge Pinho Monteiro, ocorrido em 1982, e não tinham sido retomadas.

Não havia computadores na Câmara de Moura, eu não tinha nenhum em casa, bem entendido, e a coisa mais parecida com um PC era uma máquina de escrever com ecrã – uma *Philips/Magnavox VideoWriter* –, que funcionava com disquetes de 3,5 polegadas, que tinham uma capacidade de armazenamento de 1,44 MB. Tinha esse equipamento o Museu de Beja, onde a Susana Correia estava a trabalhar. Era tudo muito

“prático”. Eu requisitava um carro à Câmara de Moura, ia para Beja, trabalhava em conjunto com a Susana, escrevia durante três horas, voltava a Moura. Durante vários dias, uma semana e tal assim foi.

Essas aulas práticas – era disso que se tratava – deram-me a verdadeira dimensão de um conhecimento adquirido na Universidade e que estava completamente desajustado de questões práticas que me eram necessárias. O projeto das escavações do Castelo de Moura não teria avançado sem aquelas semanas de leitura crítica e de indicações precisas sobre formas de fazer e de resolver os problemas.

As escavações arrancaram em agosto de 1989 e ainda hoje prosseguem, com as dificuldades inerentes a um projeto sujeito a várias oscilações. Incluindo as do poder político autárquico.

Curiosamente, depois de estar no arranque dos projetos, a Susana desaparecia deste radar. Como se não quisesse ser intrusa ou ser intrometida no desenvolvimento do que se seguia. Afastava-se e deixava os projetos tomarem o seu rumo. Recusava, recusou sempre, o estrelato e o vedetismo. Ao longo da vida, muitas vezes me fui cruzando com a Susana Correia. Algo menos desde 2017, quando decidi mudar de rumo e recomeçar, de outro modo, o caminho profissional. Decidi sair de Mértola, sem roturas nem zangas. Ainda assim, ela não me perdoou. Zurziu-me sem dó nem piedade. A frase mais pacata foi “olha, acho que fazes muito mal em deixar Mértola”.

Competente, rigorosa e bem preparada, não dava tréguas nem facilitava. Nem dizia que sim só para ser simpática. Era ainda mais exigente com os amigos. Sei o que digo e tenho disso provas. A verticalidade profissional foi imagem de marca até ao fim.

Recordo uma das suas zangas com a equipa do Campo Arqueológico de Mértola. Estávamos em Castro Verde, em 1988, no final do 2º Encontro de Arqueologia do Baixo Alentejo. Votava-se a realização do encontro seguinte. Propusemos que fosse Mértola. A aprovação fez lembrar as vitórias de Enver Hoxha, na Albânia: 99,99% a favor. A Susana Correia foi a única a votar contra, para grande desgosto nosso. No final, como se não fosse nada com ela, e ante os quase apupos da claqué mertolense, disse apenas: “você estão atolados em projetos e não vão ter capacidade logística para pôr isto de pé”. Mais apupos. Conclusão: não houve 3º Encontro de Arqueologia do Baixo Alentejo.

A sua presença na política não ajudou. Ter sido militante do Partido Comunista Português foi um estigma. Encarou as velhacarias com superioridade e continuou a alternar o trabalho profissional com a participação em

¹ Macias, 2013.

ações de intervenção cívica e política, bem como com a venda de bifanas na *Festa do Avante!*. Uma cidadã de corpo inteiro. Da qual tenho especial orgulho em ter tido como amiga e a quem devo parte muito importante do arranque da minha carreira profissional.

Devo-lhe este texto. Devo-lhe, seguramente, muito mais que este texto. Que é marcadamente não-científico e deliberadamente *impressionista*. Devo-lhe o reconhecimento de ter conhecido e privado com um ser humano excepcional. E que ajudou a fazer melhor o mundo daqueles que com ela privaram.

Devo-lhe (devemos-lhe, tantos de nós) este reconhecimento e esta gratidão.

Novembro de 2022

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAVV (1990) – *Moura na época romana*, Moura, Câmara Municipal de Moura.

MACIAS, Santiago (coord.) (2013) – *Moura – parcerias para a regeneração urbana*, Moura, Câmara Municipal de Moura.

MEMÓRIAS

Susana Soares Lopes

susanasoaresrodrigueslopes@gmail.com

*Nesses dias era sílaba a sílaba que chegavas.
Quem conheça o sul e a sua transparência
também sabe que no verão pelas veredas
de cal a crispação da sombra caminha devagar.
De tanta palavra que disseste algumas
se perdiam, outras duram ainda, são lume
breve arado ceia de pobre roupa remendada.
Habitavas a terra, o comum da terra, e a paixão
era morada e instrumento de alegria.
Esse eras tu: inclinação da água. Na margem,
vento areias mastros lábios, tudo ardia.*

Eugénio de Andrade

Quando cheguei ao Porto em Janeiro de 75 aterrei literalmente no meio da festa que se iniciara em Abril de 74. Lembro-me bem da Susana Correia, em aulas que partilhávamos na Faculdade de Letras, a programar com grande entusiasmo e determinação uma viagem de estudo ao sul. Ainda não a conhecia bem, pelo que não sabia que, para a Susana, a alegria de arquitectar viagens era quase maior do que as concretizar. Mas fui contagiada desde cedo pelo espírito quase épico daquele empreendimento, que implicava que cada participante custeasse do seu bolso todas as despesas, o que, na época, constituía por si só uma aventura deliciosa. A viagem organizada pela Susana

cumpriu-se algures numa Primavera e foi palco do nascimento entre nós duma amizade que se desenvolveu ao longo de mais de quatro décadas.

A segunda metade da década de setenta viu sucederem-se diversas viagens relacionadas com a aprendizagem da arqueologia, em que eu e a Susana participámos, juntamente com outros estudantes e/ou arqueólogos portugueses. Destaco uma memorável viagem à Alemanha Ocidental oferecida pelo Instituto Arqueológico Alemão, em que visitámos inúmeros laboratórios e museus de arqueologia. Ou uma viagem ao sul de França, em que colaborámos, durante um mês, nas escavações dum dólmen, sob a direcção de Henri Duda. Ou ainda diversas visitas à Galiza, com o intuito de estabelecer contactos com instituições e arqueólogos galegos. A Susana irradiava alegria, temperada com grande sentido de humor e, por vezes, um notável pragmatismo, características que iria manter quase intactas ao longo da sua vida. Contudo, o que mais me fascinou, desde o início, foi a preocupação ética da Susana em ser justa e a coragem e determinação com que afrontava todos os obstáculos para cumprir tal missão. Aliás, esta sua faceta ética era antiga. De facto, a revolução de Abril haveria de a encontrar suspensa da Universidade, por se ter solidarizado anteriormente com colegas que, em aulas da Faculdade de Letras, se tinham declarado oponentes ao regime da ditadura. Após 74, num contexto de liberdade,

mas de grande diversidade ideológica, a Susana brandia as suas convicções políticas e sociais com grande frontalidade, procurando convencer o outro pelo diálogo e pela argumentação, exercício que exigia dela não raras vezes coragem física e moral. No Porto, nessa época, e no meio que frequentávamos, havia uma pessoa que exibía qualidades de carácter igualmente marcantes: a Manuela Delgado. Arqueóloga duma geração mais antiga, a Manuela Delgado foi, durante um breve período, nossa professora na Faculdade de Letras do Porto, antes de ter assumido o cargo de Directora do Museu D. Diogo de Sousa em Braga. De facto, tornou-se também nossa amiga, tendo-nos ensinado bastante mais do que arqueologia. Nessa fase festiva da segunda metade de 70, eu e a Susana devemos à Manuela Delgado permanentes lições de verticalidade de princípios e duma imensa coragem para os sustentar publicamente. A Manuela era para nós uma mãe de mente aberta, que temperava a nossa juventude com a força e a experiência duma vida repleta de aventuras em busca da liberdade.

Num determinado momento, a Susana foi trabalhar para o Campo Arqueológico de Bracara Augusta em Braga. Vivendo entre Braga e Porto, um dia disse-me que o seu desejo era ir para o sul, e vaticinou-me que, antes de cinco anos passados, eu a veria a viver e trabalhar em Lisboa. Claro, tomei aquilo como um simples sonho passageiro. Ainda não tinha bem a noção de quanto era importante para a Susana afastar-se do Porto e do norte, em geral, e, sobretudo, como ela era obstinada na concretização de projectos que considerasse vitais para o seu crescimento pessoal. A Susana dessa época andava em demanda de algo indizível, pelo menos para mim. Sem que eu me apercebesse ia aprendendo com ela a subtil arte duma persistência focada.

Em 1979 coordenei a escavação do sítio pré-histórico de Chã do Castro, Joubreia, em Amares. A Susana fazia parte da equipa. Algures durante essa campanha de escavações decidi que no ano seguinte iria iniciar um novo ciclo de investigações, desta feita em Trás-os-Montes, com vista à minha futura tese de doutoramento. Entretanto, a Susana estava à beira de ir viver para Lisboa e trabalhar no Museu Nacional de Arqueologia. Durante essa campanha conversámos sobre as mudanças que iriam ocorrer nas nossas vidas, mesmo que não alcançássemos, à época, a sua real dimensão. De facto, em 1980 eu desloquei-me em trabalho, durante o verão, para Chaves e a Susana partiu definitivamente para Lisboa. A festa da segunda metade dos anos 70 estava prestes a terminar e o meu contacto

quase diário (desde 1975) com a Susana também. Mas esses cinco anos, em que o tempo escapou à rigidez cronológica, geraram a construção dum laço que iria perdurar para sempre.

A década de 80 foi a concretização para ambas de projectos diferentes em geografias completamente díspares. Enquanto eu preparei a minha tese de doutoramento sobre a Pré-História Recente do Norte de Portugal (que apresentei na FLUP em 86), a Susana começou por trabalhar como técnica no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa e, mais tarde, passou a integrar os serviços regionais de arqueologia do sul sediados em Évora, com extensão em Beja. Entre Lisboa e o Alentejo, a Susana acabaria por escolher Beja para viver e trabalhar. Nesses anos 80 a Susana trabalhava sem tréguas com a sua conhecida persistência focada. Era admirável vê-la numa espécie de missão obstinada: em demanda do belo, do novo e do justo, com uma paixão sem limites. Lembro-me da nossa visita, em meados de 80, com outros colegas a Los Millares, Almeria. Visita guiada por Fernando Molina, cuja gentileza e conhecimento fizeram dessa estadia um momento alto das nossas vidas. Nos verões encontrávamo-nos assiduamente no Algarve. Fazíamos contas à vida. Que tínhamos feito até então? O que podíamos ainda fazer? Lembro-me de a Susana recitar em modo nostálgico uns versos de Eugénio de Andrade: *“Quem conheça o sul e a sua transparência / também sabe que no verão pelas veredas / de cal a crispação da sombra caminha devagar”*.

Nos inícios de 90 a Susana presenteou-me com a sua presença numa campanha de escavações em Castelo Velho de Freixo de Numão, no Alto Douro. Tivemos então diversas conversas sobre as funções possíveis daquele sítio pré-histórico. Era fácil debater com ela. Mente aberta, a Susana acolhia com naturalidade argumentações alternativas a paradigmas clássicos, desde que fundamentadas. Na sequência dessa sua breve passagem por Castelo Velho, no Alto Douro, a Susana começou a desenvolver escavações no Alentejo, no sítio pré-histórico do Cabeço da Azurria, em Cuba. Tive oportunidade de visitá-la durante as suas escavações e de discutirmos a natureza dos contextos descobertos. Em meados de 90, a Susana apresentou na FLUP, sob minha orientação, uma tese de Mestrado em torno da especificidade deste sítio no âmbito do Calcolítico do Sul de Portugal. Com desenvoltura a Susana dominava todas as facetas da investigação em arqueologia pré-histórica. Ainda hoje penso que teria dado uma grande investigadora da Pré-História Recente no Sul de Portugal. Contudo, as circunstân-



Figura 1 – Pedras d' El Rei, Tavira, anos 80.



Figura 2 – Cabeço da Azurria, Cuba, anos 90.



Figura 3 – Algés, anos 90.

cias não lhe eram favoráveis ao aprofundamento do estudo do Cabeço da Azurria. O imenso trabalho que desenvolvia como arqueóloga dos serviços regionais de arqueologia era incompatível com o tempo exigido pela escavação, análise de materiais e outros estudos correlativos duma investigação individual num sítio tão complexo como o Cabeço da Azurria. Muito recentemente lembro-me de a Susana se lamentar por não ter tido tempo, dinheiro e recursos para, pelo menos, publicar em monografia, todos os dados resultantes dessas intervenções de campo dos anos 90. E recordo-me como passámos algumas horas a falar dos

constrangimentos que rodeiam a investigação arqueológica em Portugal. Responsável como era, a Susana recusava também usar tempo e recursos da entidade estatal para a qual trabalhava para investigar e publicar dados decorrentes dos seus projectos pessoais.

A última década reaproximou-nos inesperadamente.

Um dia a Susana telefonou-me a propor que passássemos férias, eu, ela e o Zé Baguinho, nas praias cálidas e sem ondas do Mediterrâneo ibérico. Meti-me quase sem pensar no meu carro, rumo a Beja, e depois, já no carro da Susana e do Zé, em direcção à nossa comum representação de paraíso: águas quen-

tes e cristalinas à nossa espera em inúmeros sítios belíssimos, algo solitários, por vezes agrestes. Viagens e estadias sucessivas ocorreram diversas vezes na década de 10 deste século. Nomes como Baleo Claudia, Las Negras, Isla Plana, Cartagena, Azohía, presentificam lugares que habitámos e onde eu, a Susana e o Zé fomos repetidamente eternos e felizes.

A Susana com quem convivi durante os últimos dez anos tinha amadurecido em muitos sentidos. Emocionalmente estável, adquirira uma imensa solidez na sua postura como arqueóloga: exercendo, de forma empenhada, inúmeras actividades enquanto técnica dos serviços regionais, promovendo conferências e colóquios locais e regionais, intervindo activamente na realização de encontros visando o conhecimento da arqueologia do sudoeste peninsular.

Uma tarde, fazia 45º em Beja, acompanhei a Susana a Pisões. Ela ia em trabalho auscultar como se encontrava o sítio arqueológico. Parámos junto à casa aonde vivia, sozinha, a funcionária que tinha por missão assegurar a preservação do lugar. Saímos do conforto do carro e enfrentámos o calor abrasador da planície alentejana. A funcionária de Pisões (já não me lembro o nome) veio receber-nos sorridente à porta da sua pequena casa. Ofereceu-nos água e contou-nos como se sentia feliz por viver, solitária, ao lado das ruínas. Mostrou-nos, orgulhosa, uma pequena horta que tinha montado no exterior da casa onde habitava e assegurou-nos que não trocava a solidão do paraíso de Pisões pelo que chamava o bulício de Beja. Com o decorrer da conversa apercebi-me que a Susana estava ali fundamentalmente para saber das condições de vida da funcionária e, sobretudo, para conversar com ela. Falou-se de tudo um pouco, da saúde, da família, do tempo, de memórias, de projectos. A certa altura, deixei-as a conversar e afrontei o calor inclemente da planície para dar uma vista de olhos às ruínas de Pisões. Enquanto caminhava pelo meio do nada emergia em mim um sentimento incomum de duração: sustentado pelo silêncio intemporal das ruínas? pela felicidade pueril da mulher que, sozinha, as protegia? ou pelo sorriso grande e generoso da Susana que cuidava de tudo para que nada faltasse no lugar?

A partida súbita da Susana deixou-me numa atroz perplexidade. Como foi possível? Nada do que eu escreva sobre a nossa amizade durante mais de quarenta anos (mesmo que eu o soubesse fazer) poderá ajudar a superar o vazio sufocante que a sua ausência instaurou. Vejo-me, incrédula, a escrever para um livro em sua homenagem, sem que, de facto, tenha inte-

riorizado que não mais ouvirei a sua voz ao telefone, nem mais nos riremos enquanto nadamos nas águas do Mediterrâneo.

Sei que a Susana gostava, como eu, deste poema do Pina. Pensando nela e em mim, aqui vai esta “mais-que-coisa” que se perdeu. A poesia salva-nos?

Até sempre, Susana.

As Coisas

*Há em todas as coisas uma mais-que-coisa
fitando-nos como se dissesse: “Sou eu”,
algo que já lá não está ou se perdeu
antes da coisa, e essa perda é que é a coisa.
Em certas tardes altas, absolutas,
quando o mundo por fim nos recebe
como se também nós fôssemos mundo,
a nossa própria ausência é uma coisa.
Então acorda a casa e os livros imaginam-nos
do tamanho da sua solidão.
Também nós tivemos um nome
mas, se alguma vez o ouvimos, não o reconhecemos.*

Manuel António Pina, “Todas as Palavras”

Porto, Setembro de 2022



Figura 4 – Sul, segunda metade dos anos 70.

LEMBRANDO A SUSANA

Eduardo Pires de Oliveira

ARTIS/Instituto de História de Arte / Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa / epoeduardo@gmail.com

No ano de 1974, Braga, a velha cidade romana sobre que um dia Jorge Alarcão disse ser a povoação portuguesa mais excitante para se fazerem escavações arqueológicas¹, estava em gravíssimo risco de ver as zonas de Bracara Augusta que ainda continuavam ocupadas por quintais e terrenos agrícolas serem transformadas em urbanizações massivas de casas unifamiliares ou propriedade horizontal. Nada do que se descobria (descobriria) em escavações arqueológicas ou em achados fortuitos, ficava preservado para a posteridade! Nada!

Apenas dois exemplos: as escavações levadas a cabo em 1968 e 1969 na rua Pero Magalhães Gândavo, em que se tinha posto a descoberto um peristilo de uma casa que conservava colunas em granito que estavam ainda *in situ*, um belíssimo poço com vários metros de profundidade e várias outras estruturas, rapidamente foram transformadas em mais uma característica vivenda mandada fazer por um abastado emigrante recentemente voltado de um país da América do Sul. E o mesmo se pode dizer de – alguns metros acima, na hoje denominada rua Damião de Góis –, um longo muro que era formado por blocos de granito bem aparelhados que estavam alternados com fiadas

¹ ALARCÃO, Jorge – On the westernmost road of the Roman empire. *Il. Archeology*, New York, 23 (1), 1970, p. 44-48, il.

de tijolo, algo sem paralelo em Bracara Augusta, nem em escavações passadas nem em outras posteriores.

Com o 25 de Abril a esperança surgiu entre os amantes do passado arqueológico da cidade. As novas liberdades permitiram pensar que os vestígios romanos poderiam não se circunscrever à Fonte do Ídolo ou a umas tantas peças recolhidas no Museu D. Diogo de Sousa, museu que, aliás, estava fechado há dezenas de anos. A verdade é que quase se podia dizer que Bracara Augusta era uma miragem, era algo que apenas existia nos livros...

Em 1976, um grupo de cidadãos², à frente dos quais se encontrava Henrique Barreto Nunes, decidiu lutar contra esta situação aproveitando os novos ventos trazidos por uma inesperada, mas muito bem-vinda liberdade. Por sua intercessão, Jorge Alarcão veio a Braga nas férias de Páscoa de 1975. Trouxe com ele um grupo de alunos. As escavações realizadas no topo da colina da Cidade, no ponto mais alto do que tinha sido a cidade romana – numa zona que, deve dizer-se, já estava com umas tantas ruas traçadas

² Há alguma literatura sobre estes momentos. Veja-se, por exemplo, OLIVEIRA, Eduardo Pires: NUNES, Henrique Barreto – Uma associação de defesa do património: ASPA, 37 anos ao serviço de Braga e do Minho. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, vol. 12, 2014, p. 89-103.

e alcatroadas, mas que ainda não tinham sido “alindadas” por qualquer tipo de construção – essas escavações, dizia, embora muito breves tiveram resultados espectaculares, de tal forma que Jorge Alarcão redigiu um relatório em que defendeu, de uma forma extremamente clara, a necessidade de serem tomadas resoluções urgentíssimas para se poder atalhar a iminente destruição dessa parcela de Bracara Augusta. Deve dizer-se que embora essa área seja muito pequena, nessas sondagens e em campanhas posteriores foram ali descobertas umas termas públicas, o teatro romano, canalizações, casas, etc.

Com este relatório foi fácil interessar a recém-formada Universidade do Minho e o próprio Estado Português. O que era antes terreno urbanizável foi transformado em zona de protecção arqueológica, que legislação entretanto criada ajudou a dar sentido, a proteger.

Paralelamente, com algumas verbas que também foram disponibilizadas, foi criada uma estrutura, enquadrada na Universidade, que tomou conta dos trabalhos de limpeza e escavações que rapidamente se transformaram numa estrutura muitíssimo mais ampla, de salvaguarda de todos os vestígios romanos da cidade, inclusive os que fossem descobertos em trabalhos ocasionais, na abertura de valas no meio das ruas, em fundações de casas, etc. Essa estrutura foi o Campo Arqueológico de Braga³.

Embora tivéssemos participado muito activamente de todos estes momentos, não conseguimos dizer hoje quantos “miúdos e miúdas” foram atraídos para trabalhar nas escavações que corriam ininterruptamente, algo sem paralelo em Portugal. Pode mesmo dizer-se que naqueles anos de 1977 e nos que se seguiram, trabalhar nas escavações arqueológicas “de Maximinos” era a actividade mais apetecida para os rapazes e as raparigas bracarenses que frequentavam os últimos anos dos liceus da cidade. Embora o trabalho a fazer fosse muito, braços para trabalhar era o que mais havia.

Se os jovens bracarenses se interessaram, o mesmo se pode dizer de muitos alunos do curso de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que muito rapidamente perceberam que esta poderia ser uma excelente oportunidade para porem em prática as noções de introdução à arqueologia que iam teoricamente aprendendo. Foram também muitos os jovens universitários que demandaram a Braga, uns pela aventura, outros para aprender.

³ ALARCÃO – Campo Arqueológico de Braga. *Humanitas*, Coimbra, 27-28, 1975-1976, p. 272-274.

Uma dessas miúdas foi a Susana Correia. A sua simplicidade, a sua enorme facilidade de relação com todos, logo fez com que muitos a tivessem passado a tratar por Susaninha. Era de tal forma querida que no acampamento de tendas em que se tinha transformado uma boa parte dos terrenos mais devolutos das tra-seiras do Palácio dos Biscainhos – cuja enorme cozinha se tinha tornado na sede do Campo Arqueológico de Braga – a Susana passou a ter um tratamento especial, sobretudo por parte dos rapazes: os que se levantavam mais cedo tinham o cuidado de colocar algumas migalhas de pão à volta da tenda que ela ocupava, porque acreditavam que os pássaros, ao ver esta merenda, iriam chilrear de alegria e, assim, a Susana seria acordada por uma melodia muito agradável!

Rapidamente nos tornamos amigos, rapidamente se tornou como que, minha “secretária”. Vendo que eu tinha uma série de coisas em que me desdobrar, ofereceu-se para me ajudar. Não tinha qualquer problema em fazer qualquer trabalho, fosse participar em escavações, fossem outras ocupações não tão excitantes como, por exemplo, organizar cadernos de campo.

Quando um dia foi aceite a minha proposta para se fazer uma campanha de trabalhos no denominado *Castro Maximum* – a ideia era tentar perceber que tipo de ligação poderia ter havido entre este povoado situado a cerca de apenas um quilómetro da cidade romana, povoado que deixara de existir a partir da criação de Bracara Augusta, que integrou os seus habitantes – a Susana perguntou-me, sem quaisquer rodeios, se poderia ser o meu braço direito. Perguntando-lhe porquê, ela disse-me que era para aprender. Que gostava muito de trabalhar nas ruínas da cidade romana, mas esta seria uma actividade nova para ela, pois iria ter trabalhos muito variados e em um período histórico que seria totalmente novo para ela. E que por essa razão estava muito curiosa e muito interessada.

E a verdade é que estava tão interessada que foi com a maior das boas vontades que me ajudou a preparar tudo, fosse no recolher das pás, das picas, das colheres, dos sacos plásticos, dos cadernos, etc., etc. fosse, já no terreno, na preparação do estaleiro e na marcação das zonas onde iríamos intervir.

Lembro-me muito particularmente da forma como se aplicou nos trabalhos iniciais de triangulação necessários à marcação dos locais onde iríamos fazer as sondagens. Para ela esses trabalhos mecânicos eram tão importantes quanto os de fazer as escavações. Tudo ela via com muita atenção, com uma enorme seriedade, sempre, sempre com o intuito de aprender mais e mais e mais. Um dia chegou-me mesmo a dizer que

aprendia mais ali em uma manhã ou em uma tarde de trabalho do que na Faculdade em um mês de aulas. O facto de estarmos a fazer uma intervenção em dois pontos bastante diferentes do povoado e usando técnicas muito distintas nos dois locais (uma intervenção com métodos tradicionais em um dos locais e no outro seguindo a prática alemã) ainda mais a seduziu. Mil foram as perguntas que me fez, imensas foram as notas que deixou escritas nos cadernos de campo.

A escavação no *Castro Maximum* não foi longa, apenas duas semanas. Logo voltamos aos trabalhos na cidade romana. Foi, então, o tempo, de uma aprendizagem diferente, de entregar todos os materiais que se tinham levado, de organizar os materiais que iriam ser lavados e marcados e, mais importante ainda, tratar de fazer os relatórios. Foi um tempo em que falamos imenso, mais eu do que ela, pois ela ouvia, ouvia; nunca tinha feito um relatório de uma escavação! A verdade é que ela tinha uma sede imensa de aprender. E também é verdade que os relatórios ficaram bem feitos.

E de tal forma ela foi o meu braço direito que aceitei dar-lhe a mão, quer a ela, quer ao João, seu namorado e que viria a interessar-se também pelo estudo do *Castro Maximum*. De tal forma que o resultado desta escavação e de outros trabalhos então feitos sobre este povoado, viria a ser assinado pelos três⁴.

Braga, maio de 2022

⁴ O *Castrum Maximum (Monte Castro)*. Braga. *Arqueologia e História*. In: Actas do I Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. Guimarães, 1980, vol. 2, pp. 37-54.

SUSANA MEMÓRIAS, ENCONTROS E PARTILHAS

Ana Isabel Palma Santos

isabelpratapaula@outlook.pt

A Susana deixou-nos, deixou-me, cedo demais, ainda que tenhamos vivido uma relação pessoal e profissional de mais de quatro décadas de amizade, intensamente vivida e partilhada. Na merecida homenagem que lhe prestamos e nos congrega hoje a todos, compartilho com saudade algumas das nossas vivências em comum que refletem e caracterizam, não só o seu carácter e personalidade, como alguns momentos marcantes do seu percurso profissional.

Lembro, no início dos anos oitenta, os longos dias de trabalho que começavam com reuniões no Piso Superior do Museu Nacional de Arqueologia e mais tarde nas instalações do Departamento de Arqueologia no Piso Inferior do mesmo Museu, que tantas vezes se prolongaram noite fora em casa de Teresa Marques (ou nos Restaurantes “A Trave” e “1º de Maio” no Bairro Alto...) onde incessantemente se discutia, se analisava e se refletia sobre a política patrimonial, as prioridades e estratégias da intervenção arqueológica, as linhas de trabalho em curso e se propunham novas abordagens e projetos. Democracia participativa em ação, como foi para muitos de nós, aqueles tempos novos onde tudo era possível.

Desses tempos iniciais fui profundamente marcada pela sua grande capacidade de trabalho onde sobressaía o rigor técnico e científico, o espírito de sacrifício e dedicação inquebrantável, para quem os problemas e dificuldades não a esmoreciam, mas antes estimu-

lavam o seu desejo de superação. A Susana foi para mim um exemplo que me inspirou ao longo da minha carreira profissional.

Entre os vários projetos profissionais que partilhámos refiro dois deles, separados por décadas de intervalo – a intervenção arqueológica na igreja de Santa Maria do Castelo em Abrantes, ainda nos anos oitenta, sob tutela do Departamento de Arqueologia do IPPC e o projeto de reorganização e remodelação do Museu Municipal de Serpa, o mais recente e o último em que colaborámos, que contou com a minha participação como técnica do Museu Nacional de Arqueologia através da Rede Portuguesa de Museus e com a participação da Susana como técnica designada pela Direção Regional de Cultura do Alentejo.

Sobre o primeiro cabe aqui referir o voluntarismo e generosidade que nos animava nesses tempos tão únicos e irrepetíveis. Estando previstas obras no pavimento da referida igreja a efetuar pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foi por ambas considerada a utilidade de proceder a uma pequena sondagem prévia, uma vez que uma pequena nota publicada por João Manuel Bairrão Oleiro, referia a descoberta de uma escultura romana aquando da realização de obras mais antigas no mesmo pavimento. A autorização para a realização desse trabalho foi dada, mas sem custos nem apoios técnicos e logísticos por parte do IPPC, pelo que suportámos nós, se

não todos, pelo menos a maior parte dos encargos com deslocações e restantes custos associados.

Trata-se aqui somente e apenas de evocar memórias sentimentais e afetivas pelo que não cabem as referências às publicações existentes ou que sobre eles foram produzidos.

Sobre o último projeto é pertinente referir a sua dimensão e complexidade, o que levou a Câmara Municipal de Serpa a solicitar apoios diferenciados e a integrar outros parceiros institucionais. Sobre ele, outros se pronunciarão mais longamente e com maior detalhe, pelo que apenas referirei que foi neste longo e desafiante projeto que as qualidades pessoais e profissionais da Susana se revelaram em toda a sua grandeza. Nas muitas reuniões de trabalho que tiveram lugar durante este longo processo, a postura de dedicação e entrega da Susana foi inexcelsável de generosidade. Nas longas conversas pessoais, que em regra se sucediam a estas reuniões, sem hora marcada para acabar e até perder a noção das horas, avaliávamos e questionávamos as decisões e linhas de trabalho em curso, no desejo de garantir que as mais adequadas opções museológicas fossem tomadas para melhor servirem o novo Museu.

Pelo meio houve ainda muitos outros projetos a duas mãos. Destaco apenas a organização conjunta de um Seminário sobre Etnoarqueologia, área disciplinar que tinha recebido um novo impulso nos anos oitenta, realizado mais uma vez sob tutela do Departamento de Arqueologia do IPPC. Muito participado, esse Seminário que decorreu em várias sessões ao longo de meses, contou com a presença de Vítor Oliveira Jorge como professor convidado.

Termino este pequeno périplo afetivo com mais duas notas pessoais, uma para lembrar a viagem épica de mais de 12 horas de camioneta, para participar num colóquio sobre o calcolítico realizado em Sevilha, no âmbito do qual conhecemos juntas e pela primeira vez o icónico sítio de Los Millares, numa visita guiada por Fernando Mollina. Finalmente lembro a Susana a tocar Jacques Brel ao piano, em casa da Teresa Marques, porque aqueles foram também tempos de festa e de celebração.

Setembro de 2022

SUSANA CORREIA E O MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA DE SERPA

Ana Sofia Antunes *

Arqueóloga / anantunes@gmail.com

* A autora não adopta o designado Acordo Ortográfico de 1990.

Resumo

Recorda-se Susana Correia, destacando-se o seu contributo no projecto de requalificação do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa.

Palavras-chave: Susana Correia, Serpa, Museu Municipal, Museologia, Arqueologia.

Abstract

Susana Correia is remembered, highlighting her contribution to the requalification project of the Municipal Museum of Archaeology of Serpa.

Keywords: Susana Correia, Serpa, Municipal Museum, Museology, Archaeology.

1. PALAVRAS PRÉVIAS

Pretende-se com o presente texto assinalar o papel desempenhado por Susana Correia no processo de Requalificação do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa (também evocado noutros contributos desta homenagem – Antunes, Gómez Granel e Vírseda Sanz neste volume; Santos, neste volume), no qual participei nas suas diversas vertentes de execução enquanto Técnica Superior de Arqueologia da Câmara Municipal entre 2004 e 2015.

Nesse contexto, integrámos ambas, em conjunto com Ana Isabel Santos, a equipa de museologia que elaborou os diversos documentos que serviram de base ao módulo da renovada exposição permanente instalada na Casa do Governador da Alcáçova do Castelo, dedicado ao *Território*, e que efectuou propostas para outros módulos expositivos complementares, designadamente o alusivo à evolução histórica da urbe a instalar de modo articulado com a área a musealizar na Rua da Barbacã e o que estabelece a ligação entre ambos através de um percurso exterior que recupera o antigo eixo medieval de acesso à Alcáçova do Castelo.

Dessa experiência, importa salientar a dedicação, o empenho, com que a Susana abraçou o projecto, com verdadeira motivação pessoal, não se limitando meramente a cumprir o seu papel de Técnica Superior em funções por via de designação institucional (o que, na verdade, já não seria pouco, considerando o volume de trabalho que tinha sempre em mãos).

Efectua-se um enquadramento do processo relativo à requalificação do Museu (dentro do período de tempo em que o acompanhei), com ênfase na vertente patrimonial e museológica, por uma questão de contexto, passando-se depois a relatar alguns aspectos



mais específicos e relevantes relativos aos contributos da Susana, sem pretensões de exaustividade, porque seria impossível fazê-lo, considerando a longevidade do processo e as múltiplas vicissitudes que atravessou.

À Susana Correia, bem como à Ana Isabel Santos, agradeço a partilha de conhecimento sobre museologia na longa experiência que foi o projecto de Requalificação do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa.

2. DE MUSEU ARQUEOLÓGICO A MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA DE SERPA

Embora se registe uma primeira tentativa de iniciativa municipal, na década de 60 do século XX, para a criação de um equipamento museológico dedicado à Arqueologia, patente numa deliberação da Câmara Municipal de Serpa de 1964, que encarregava o vereador Bento Luís Castelhana da instalação do *Museu de Arqueologia Conde de Ficalho*, os artefactos que reuniu na Igreja da Misericórdia, muitos dos quais oriundos de colecções privadas, acabaram por não cumprir esse destino (Oliveira, Mateus e Correia, 2016, p. 18).

As origens do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa estão ligadas ao movimento associativo popular organizado em face da vontade e da necessidade de proteger e valorizar o património histórico e arqueológico após a Revolução de 25 de Abril de 1974, que fomentou a criação de inúmeras Associações de Defesa do Património. Efectivamente, foi durante as décadas de 70 e de 80 do século XX que a dinâmica do Núcleo de Arqueologia do então formado Centro de Cultura Popular (Figura 2), em que participou activamente o saudoso José Braga, conduziu à formação de uma importante colecção de bens arqueológicos (Figura 3), os quais seriam transferidos para a estrutura museológica camarária criada em 1984.

O Museu Arqueológico de Serpa, instalado no interior da Alcáçova do Castelo, ocupou um edifício de dois pisos designado por *Casa do Governador*, representado já na planta da fortificação elaborada em 1509 por Duarte de Armas. Posteriormente, foi acrescentada uma cozinha ao edifício e foram colocados gradeamentos a vedar as janelas, passando a funcionar como prisão (Figura 4).

Figura 1 – Vista aérea do Núcleo Intra-Muros de Serpa, com destaque para a localização do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa na Casa do Governador no interior da Alcáçova do Castelo (© SIPA).



Figura 2 – Instalações do Centro de Cultura Popular, 1977 (© José Braga).



Figura 3 – Ara proveniente da *villa* da Torre Velha e estela de cabeceira de sepultura depositadas nas instalações do Centro de Cultura Popular, 1977 (© José Braga).



Figura 4 – Alcáçova do Castelo de Serpa, com destaque para a Casa do Governador, onde se instalou o Museu de Arqueologia, observando-se ainda a antiga cozinha e a Torre da Horta (© Ana Sofia Antunes).

De acordo com o projecto museográfico então estabelecido, da autoria de Mário Varela Gomes, a Exposição Permanente dispunha num modelo linear os conteúdos da Pré-História à Idade do Ferro no piso inferior (Figura 5) e os das Épocas Romana à Moderna no superior (Figura 6). Neste existia ainda um Módulo Etnográfico, que ocupava a cozinha do edifício, de cariz tradicional alentejano.



Figura 5 – Piso inferior do Museu de Arqueologia de Serpa – antiga Exposição Permanente, com os conteúdos da Pré-História à Idade do Ferro (© Ana Sofia Antunes).



Figura 6 – Piso superior do Museu de Arqueologia de Serpa – antiga Exposição Permanente, com os conteúdos das Épocas Romana à Moderna (© Ana Sofia Antunes).

Ainda no interior da Alcáçova, uma outra edificação, térrea, igualmente representada por Duarte de Armas, acolhia as instalações sanitárias, uma área de depósito de colecções e um espaço que foi durante anos utilizado como *atelier* por um artista plástico local, mas que integrou o Museu a partir de Janeiro de 2006.

O Museu estava, essencialmente, condicionado à função expositiva, ostentada em equipamento já um

pouco degradado e transmitia uma informação deficiente, dada a ausência de painéis explicativos ou de documentos informativos e desactualizada, uma vez que os trabalhos arqueológicos realizados no Concelho até ao dealbar do século XXI, bem como, de um modo geral, o desenvolvimento da investigação, aportaram informação nova que merecia divulgação, mesmo antes do extraordinário volume de dados produzido na sequência dos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da implementação do sub-sistema de rega de Alqueva e que em muitos casos suscitaram profundas revisões dos “estados da arte”.

O acervo não se encontrava inventariado, tendo a autora coordenado a organização da colecção de raiz (realizando logo uma triagem preliminar de peças a integrar na renovada Exposição) e encontrava-se também condicionada a capacidade de depósito (existindo apenas três pequenas salas, dispersas pelos dois edifícios, com a lotação esgotada e sem condições). A autora elaborou, em 2004, um Programa Museológico e Funcional e um Guião Preliminares, sendo essencial um projecto e uma intervenção que permitissem ao Museu de Arqueologia ir ao encontro das exigências previstas na Lei-Quadro dos Museus, publicada nessa data¹.

Para o efeito, a Câmara Municipal de Serpa deu início, no mesmo ano, ao projecto de Requalificação e Ampliação do que viria a ser o Museu Municipal de Arqueologia, alicerçado no apoio técnico da Rede Portuguesa de Museus, direccionado para as áreas de Arquitectura e de Programação Museológica.

Na vertente da Arquitectura colaborou a extinta Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, através da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul num primeiro momento, tendo o projecto transitado para a Direcção Regional de Monumentos de Lisboa em Janeiro de 2006, com coordenação do arquitecto João Seabra Gomes. No âmbito da Programação Museológica interveio o Instituto Português de Museus / Museu Nacional de Arqueologia, que designou Ana Isabel Santos como consultora. Em 2006 passou a integrar esta componente também a Delegação Regional de Évora do extinto Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, através da participação da Susana Correia. Adicionalmente, contou-se com a colaboração da Divisão de Conservação e Restauro desta entidade, na pessoa de Antónia Tinturé.

¹ Lei 47/2004, de 19 de Agosto, que aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

Estabeleceu-se como objectivo uma total reabilitação do espaço e uma profunda reestruturação conceptual que envolveu, não só a reformulação do papel do Museu no quadro de uma Rede Museológica Municipal e a sua dotação de serviços, espaços e equipamentos específicos que garantissem o desempenho das funções museológicas, como também a recuperação arquitectónica do património edificado no qual o Museu se integra (o Castelo e o perímetro fortificado) e da área envolvente (o Centro Histórico, designadamente o Núcleo Intra-Muros, classificado como Conjunto de Interesse Público). Esta estratégia implicou a articulação entre vários projectos, nomeadamente com o da Recuperação do sistema construtivo das Murallas (Monumento Nacional) e o da Valorização do Caminho de Ronda.

A execução do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) provocou uma estagnação no projecto de arquitectura a partir de Junho de 2007, tendo sido retomada e oficializada a parceria entre a Câmara Municipal de Serpa e o Ministério da Cultura em 17 de Março de 2008, através da assinatura de um protocolo nos Paços do Concelho. A partir daquela data, os projectos de arquitectura e de especialidades foram desenvolvidos pelo Instituto para a Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (coordenados pela arquitecta Patrícia Soares). A equipa de museologia manteve-se inalterada, transitando as competências das antigas entidades para o Instituto dos Museus e da Conservação, I.P. (permanecendo o Museu Nacional de Arqueologia), no caso de Ana Isabel Santos e da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, no caso de Susana Correia, pelo que continuou sempre a trabalhar, tendo até entregue o Guião Expositivo em Setembro de 2007 (Santos, Correia e Antunes, 2007), logo aprovado pela Câmara Municipal.

Para promover a ampliação de espaços (e respectivas funções), a autarquia procedeu em 2007 à aquisição estratégica de imóveis na Rua da Barbacã (n.ºs 29-33 e n.º 43), que se juntam à área devoluta que se localiza entre ambos (fig. 7). Esta acção permite (após escavação arqueológica efectuada no local, coordenada pela signatária – Antunes, 2016; Antunes *et al.*, 2012) retomar a entrada monumental no Castelo pelo lado Sul através de um corredor em cotovelo desactivado possivelmente no reinado de D. Dinis, recuperando assim um eixo de acesso alternativo ao que foi utilizado desde essa época e, por outro, conceder acesso ao Caminho de Ronda da cerca urbana.



Figura 7 – Edifícios n.ºs 29-33 da Rua da Barbacã (© Ana Sofia Antunes).

A evolução do projecto, que adquiriu uma crescente dimensão e complexidade, implicou uma segmentação de áreas associada a faseamentos distintos da intervenção, por motivos de gestão financeira e de execução, ainda que devidamente articulados. Foram então definidos “Núcleos”, designação adoptada como um conceito meramente operativo, não se aplicando na acepção consagrada pela Nova Museologia, enquanto extensão ou pólo territorialmente descentralizado de um museu: “Núcleo do Castelo” (delimitado pela Alcáçova do Castelo) e “Núcleo Exterior” (centrado na Rua da Barbacã e no percurso de acesso à Alcáçova do Castelo), tendo os projectos de arquitectura e museografia avançado no primeiro.

No local dos edifícios n.ºs 29-33 da Rua da Barbacã, realizaram-se escavações arqueológicas, coordenadas pela autora, que revelaram testemunhos sobre a evolução do núcleo urbano, do sistema defensivo e sobre as fases de ocupação antecedentes, desde a Idade do Ferro (Antunes, 2016; Antunes *et al.*, 2012; Antunes *et al.*, 2017) – fig. 8. A sua importância patrimonial e científica conduziu à reformulação do projecto de arquitectura para este espaço, onde se previa a instalação de algumas das funções museológicas

(Reservas, Gabinetes de Trabalho, área de tratamento de materiais e Centro de Documentação), a acomodar assim noutra local. Uma das mais-valias deste projecto é a possibilidade de enquadrar no âmbito da Requalificação do Museu este conjunto de novos elementos patrimoniais, servindo de mote para a criação de um Módulo da Exposição Permanente dedicado à evolução histórica da urbe, possibilitando a constituição da primeira área arqueológica musealizada *in situ* na cidade, tendo sido demolidos os edifícios n.ºs 29-33 de modo a possibilitar a observação dos elementos do sistema defensivo identificados e ocultos pelos mesmos (Figuras 7 e 8).



Figura 8 – Elementos do sistema defensivo colocados a descoberto (entre outros) pelos trabalhos arqueológicos e visíveis após a demolição dos edifícios n.ºs 29-33 da Rua da Barbacã (© Ana Sofia Antunes).

Entretanto, o projecto avançou no “Núcleo do Castelo”, o qual integra, no interior da Alcáçova, uma sala polivalente e um café (no edifício térreo) e um dos módulos da Exposição Permanente (ou, preferencialmente, de longa duração) intitulado *Território* que, distribuído pelos dois pisos da Casa do Governador, interpreta a presença humana no espaço actualmente enquadrado no concelho de Serpa, como espelho da Margem Esquerda do Guadiana, entre a Pré-História e 1232, data da definitiva conquista cristã da urbe, pelas tropas de D. Paio Peres Correia. A narrativa complementar a partir de época islâmica (sem prejuízo de apontamentos anteriores) será retomada no “Núcleo” dedicado à evolução da urbe de acordo com a proposta efectuada pela equipa de museologia (Santos, Correia e Antunes, 2008).

Na elaboração de conteúdos para o Módulo *Território* colaboraram especialistas nas várias épocas

retratadas, alguns dos quais com investigação realizada no Concelho – Lara Bacelar Alves² (arte rupestre), Pré-História Recente (Susana Correia), António Monge Soares (Idade do Bronze), Ana Sofia Antunes (Idade do Ferro), Amílcar Guerra (Povos Pré-Romanos), Maria da Conceição Lopes (Época Romana), Antiguidade Tardia e Período Islâmico (Susana Correia). Nas vertentes da Paleotecnologia Lítica e da Geologia estabeleceu-se um protocolo com o IGESPAR, tendo Ana Costa e Ana Cristina Araújo sido as responsáveis pelos conteúdos relativos ao Território e à Pré-História Antiga, respectivamente.

Foram integrados dados o mais actualizados possível sobre os vários períodos cronológicos oriundos dos mais recentes projectos de investigação, bem como dos trabalhos arqueológicos em curso no âmbito do sub-sistema de rega de Alqueva, tendo sido o primeiro museu municipal a inaugurar uma exposição permanente com esse conteúdo, com a consciência de que o ritmo e a quantidade de trabalhos em curso e ainda a executar exigiam uma capacidade agilizada de renovação e de actualização de conteúdos, razão pela qual o Guião preconizou a existência de mobiliário expositivo adaptável e de meios multimédia e digitais explicativos complementares.

O Museu Municipal de Arqueologia de Serpa reabriu ao público com a renovação da exposição permanente, apresentando o módulo *Território*, na execução própria que lhe foi dada pelo projecto de museografia, em 24 de Março de 2016.

3. A SUSANA

16 de Maio de 2006 é a data que assinala o início da relação da Susana Correia com o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. A Susana apanhou um comboio já em andamento, mas o seu contributo foi determinante. Relação é, de facto, a palavra adequada, atendendo à longevidade do projecto e à dedicação devotada. Foi nesse dia que, por sugestão de Ana Isabel Santos, considerando a sua experiência na área, a Susana participou numa reunião de trabalho nos Paços do Concelho relativa ao Programa e ao Guião, enquanto técnica do então Instituto Português do Património Arquitectónico, prestando consultoria no domínio da museologia.

² Infelizmente, também a Lara partiu (em 2025), cedo demais. A Arqueologia perdeu não só mais uma grande investigadora como uma pessoa de excelência, à qual presto uma singela homenagem.

Seria a primeira de muitas reuniões de trabalho, sobretudo da equipa de museologia, tanto completa, como muitas vezes entre ambas, por motivos práticos de disponibilidade e de proximidade geográfica (estando ela em Beja e eu em Serpa), a primeira de muitas conversas, a primeira de muitas reflexões. Reuniões que usualmente eram jornadas e muitas vezes se prolongaram pela noite, conversas, reflexões e momentos de trabalho que ocuparam fins-de-semana.

A Susana colaborou em diversas vertentes do projecto, desde a elaboração do Guião Expositivo do Módulo *Território* da Exposição Permanente (e das suas revisões) até à montagem daquela, passando pela selecção de peças e elaboração de conteúdos, tendo acompanhado ainda o desenvolvimento e execução do projecto de arquitectura e do projecto de museografia.

O Guião expositivo do módulo *Território*, elaborado pela equipa de museologia, cuja versão original, aprovada pela Câmara Municipal de Serpa, data de Setembro de 2007, teve várias revisões, sucessivamente, em virtude de alterações ditas pelo projecto de arquitectura, em 2008, 2009, 2011 e 2013 (Santos, Correia e Antunes, 2007, 2008, 2009, 2011 e 2013).

De qualquer modo, a base do discurso expositivo manteve-se globalmente e preconizou a partição da narrativa no seguinte binómio: por um lado, as manifestações do profano (povoamento); por outro, as do sagrado e do simbólico (necrópoles, crenças). Esta estratégia considerou as descontinuidades de ocupação do território, patentes nas colecções do Museu à data, nomeadamente as que relevavam, por vezes, da impossibilidade de relação entre os sítios de *habitat* e as necrópoles. No piso inferior, onde se instalaram os conteúdos relativos ao Território e entre a Pré-História e a Idade do Ferro, esta ideia foi concretizada com recurso ao modelo da exposição em espelho, privilegiando-se como elemento museográfico de base a existência de uma vitrina contínua, na qual as transições cronológicas não são abruptas (Figura 9).

Advogando-se o dinamismo museográfico, no piso superior a concepção do discurso expositivo concretiza-se de forma distinta no espaço. Aqui, o percurso adapta-se a um *open-space* de modo circular e a narrativa parte do território e da sociedade em época romana (do profano) e encaminha-se de imediato para a cripta funerária da mesma cronologia (sagrado), que abre a cortina dos módulos seguintes, unidos em torno de um tema: as religiões monoteístas do Livro, de Estado e de alargado proselitismo – o Cristianismo e o Islamismo (Figura 10).



Figura 9 – Piso inferior do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa – módulo *Território* da renovada Exposição Permanente, com os conteúdos da Pré-História à Idade do Ferro (© Câmara Municipal de Serpa – Roteiro do Museu Municipal de Arqueologia, p. 30).



Figura 10 – Piso superior do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa – módulo *Território* da renovada Exposição Permanente, com os conteúdos do período Romano ao Islâmico (© Câmara Municipal de Serpa – Roteiro do Museu Municipal de Arqueologia, p. 30).

A epigrafia funerária romana foi tratada de forma específica, com recurso a um sistema áudio, através do qual, num espaço intimista, aproveitando a segmentação arquitectónica interna que a própria sala já apresentava, se deu voz aos personagens aí representados.

A mesma lógica seria seguida para a unidade expositiva relativa ao período islâmico, tirando partido da ruptura espacial promovida pelo compartimento da antiga cozinha, tendo sido pensada inicialmente uma solução museológica que lhe conferia um tratamento diferenciado com um apontamento isolado em ambiente escurecido para enquadramento cenográfico particular do molde para amuletos de Pias, uma das peças mais importantes do Museu (Santos, Correia e Antunes, 2007 e 2008), mas que acabou por ter de ser

abandonada (Santos, Correia e Antunes, 2009), porque o projecto de arquitectura promoveu a sua demolição para dar origem a um novo corpo envidraçado.

A unidade expositiva dedicada ao período islâmico foi a que teve sucessivamente mais alterações, incutidas pelas opções decorrentes do projecto de arquitectura. A demolição da cozinha colocou a descoberto a muralha de taipa no local da designada Torre da Horta (revestida de pedra como habitualmente se fez em época medieval), tendo-se optado pela sua musealização, passando o espaço correspondente à antiga cozinha a ser exterior, o que reduziu a já diminuta área expositiva. Isto implicou uma revisão (redução) de todas as unidades expositivas do piso superior para que fosse possível integrar conteúdos relativos ao islamismo no interior do edifício e originou, portanto, uma alteração ao Guião (Santos, Correia e Antunes, 2011).

Como elemento central do módulo expositivo dedicado ao período islâmico manteve-se o molde para amuletos proveniente de Pias, com inscrição corânica correspondente à surata 112 do Corão, relativa à unidade de Alá. Através de sonoplastia alusiva quer ao chamamento à oração, quer à surata 112, deu-se voz ao amuleto, embora se tenha perdido o enquadramento cenográfico preconizado.

Estes sucessivos desafios foram encarados pela Susana com o pragmatismo e a determinação que a caracterizavam, procurando sempre cogitar a melhor solução, não esmorecendo, mesmo que o resultado final não fosse já o idealizado, mas o possível.

O discurso expositivo pretendia alcançar públicos distintos, distribuídos globalmente por dois planos: o generalista e o do especialista, pelo que previa a apresentação das colecções em dois níveis: um primeiro, com as peças seleccionadas para o discurso imediatamente visíveis; e um segundo nível, com as colecções de referência dos sítios arqueológicos representados, em gavetas fechadas mas acessíveis ao público, que poderá optar por se deter nelas ou não.

A Susana assumiu a redacção dos textos das unidades expositivas relativos à Pré-História Recente, área da sua especialidade, tendo a sua dissertação de mestrado versado sobre o sítio do Cabeço da Azurria, no qual desenvolveu escavações arqueológicas entre 1993 e 1995 - *Calcolítico do Sul de Portugal - Estudo de um caso: o concelho de Cuba*, 1996. No âmbito da unidade expositiva "Dádivas da terra. Pastores, agricultores, primeiros metalurgistas", elaborou os textos "A diversificação dos recursos" (Correia, 2016a, p. 39-41) e "Espaços funerários e espaços simbólicos" (2016b, p. 42-43), transpostos para o roteiro da exposição.

Encarregou-se também da redacção dos textos das unidades expositivas “Entre o Império e o Al-andaluz” e o “O legado islâmico”, intitulados “A reconfiguração do espaço habitado” (2016c, p. 69-71), “A islamização do território” (2016d, p. 73-74) e “Uma nova religião. O Corão no molde de Pias” (2016e, p. 75-76), respectivamente, que integram igualmente o roteiro.

4. PALAVRAS FINAIS

Esta poderia ser uma estória longa, como longo foi o caminho que percorremos acompanhando o projecto de Requalificação e Ampliação do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Mas para esta homenagem o que importa é registar para memória futura mais um dos feitos da Susana.

Esboçou-se uma imagem da crescente complexidade que o projecto de Requalificação e Ampliação do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa foi assumindo, como sucede potencialmente a processos que se inscrevem em núcleos históricos consolidados, em que devem sempre ser contempladas *a priori* as pré-existências e sublinhou-se o papel desempenhado pela Susana Correia, sem prejuízo dos restantes interlocutores que nele colaboraram, com destaque para Ana Isabel Santos, cujo contributo na museologia foi igualmente fundamental. De facto, ficou bem patente a perseverança, o empenho e a qualidade do trabalho realizado. O Museu Municipal de Arqueologia de Serpa é mais um dos projectos em que a Susana Correia deixou a sua marca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ANTUNES, Ana Sofia (2016) – A intervenção arqueológica no imóvel da Rua da Barbacã n.ºs 29-33 e a requalificação e ampliação do Museu Municipal de Arqueologia. Contributos para a História de Serpa. *VII Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular. Aroche-Serpa, 29 e 30 de novembro e 1 de dezembro de 2013*. Aroche: Ayuntamiento de Aroche, pp. 332-358.

ANTUNES, Ana Sofia; GUERREIRO, Adriano; CASTRO, Anabela Novais; FIALHO, Luís; MANTEIGA, Margarida; VIEGAS, Vera; BRAGA, José (2012) – Serpa entre a Idade do Ferro e a Época Moderna. Breve leitura dos resultados das escavações arqueológicas realizadas no Castelo. *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Almodôvar, 18, 19 e 20 de Novembro de 2010*. Almodôvar: Câmara Municipal, pp. 441-464.

ANTUNES, Ana Sofia; SOARES, António M. Monge; DEUS, Manuela; SOARES, Rui Monge (2017) – Povoamento «orientalizante» na margem esquerda do Guadiana. Uma leitura a partir do Passo Alto e do Castelo de Serpa. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. lit. – *Sidereum Ana III. EL Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consor-

cio de la Ciudad Monumental, (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta; 1), pp. 131-157.

ARMAS, Duarte de [1509-10] (1997) – *Livro das Fortalezas*. ANTT. INAPA: Lisboa.

CORREIA, Susana (2016a) – A diversificação dos recursos. *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro. Dádivas da terra. Pastores, agricultores, primeiros metalurgistas*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 39-41.

CORREIA, Susana (2016b) – Espaços funerários e espaços simbólicos. *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro. Dádivas da terra. Pastores, agricultores, primeiros metalurgistas*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 42-43.

CORREIA, Susana (2016c) – Entre o Império e o Al-andaluz. *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro. Entre o Império e o Al-andaluz*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 69-71.

CORREIA, Susana (2016d) – A islamização do território. *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro. O legado islâmico*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 73-74.

CORREIA, Susana (2016e) – Uma nova religião. O Corão no molde de Pias. *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro. O legado islâmico*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 75-76.

OLIVEIRA, Maria Manuel; MATEUS, Rui; CORREIA, Susana (2016) – Museu Municipal de Arqueologia de Serpa – História de um percurso. *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 73-74.

SANTOS, Ana Isabel; CORREIA, Susana; ANTUNES, Ana Sofia (2007) – *Museu Arqueológico de Serpa. Guião Expositivo*. Policopiado.

SANTOS, Ana Isabel; CORREIA, Susana; ANTUNES, Ana Sofia (2008) – *Museu Arqueológico de Serpa. Guião Expositivo*. Policopiado.

SANTOS, Ana Isabel; CORREIA, Susana; ANTUNES, Ana Sofia (2009) – *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Guião Expositivo – Módulo Território*. Policopiado.

SANTOS, Ana Isabel; CORREIA, Susana; ANTUNES, Ana Sofia (2011) – *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Guião Expositivo – Módulo Território*. Policopiado.

SANTOS, Ana Isabel; CORREIA, Susana; ANTUNES, Ana Sofia (2013) – *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Núcleo do Castelo e Percurso Exterior. Módulo Território e Percurso Exterior. Guião Expositivo*. Policopiado.

PARA UMA BIBLIOGRAFIA DA SUSANA CORREIA

Manuela de Deus

manueladeus@gmail.com

PALAVRAS PRÉVIAS

Fazer o levantamento da bibliografia da Susana é uma tarefa ingrata para quem a faz e injusta para a própria.

A ação da Susana, como de muitos arqueólogos que trabalham na gestão e salvaguarda do património, não se limita aos textos de arqueologia que publicou ou aos relatórios que produziu. A “bibliografia” da Susana foi o trabalho, quase sempre discreto, que realizou ao longo da profissão de arqueóloga e na intervenção cívica, aspetos indissociáveis do seu pensamento e da sua ação.

A Susana viveu diferentes momentos da arqueologia portuguesa, o que se pretendeu mostrar através da organização cronológica da bibliografia e da inclusão dos relatórios de trabalhos arqueológicos. Quem conviveu de perto com a Susana sabe bem que aliou o seu espírito combativo a uma extraordinária capacidade de adaptação aos mais novos e às novas realidades.

A Susana, nos locais por onde passou, promoveu sempre o diálogo e a colaboração com pessoas de diferentes áreas e com várias entidades locais. Ficam de fora desta bibliografia inúmeras iniciativas e exposições que poucos registos deixaram, ou que muito dificilmente serão identificados. Porém, não podiam deixar de ser incluídas algumas colaborações com o município de Beja, a sua terra de adoção.

Termina-se com as palavras da Susana, publicadas em 1986, num texto sobre o património arqueológico de Grândola, que, embora se referisse especificamente a Troia, se reproduz por marcar um posicionamento que a Susana procurou sempre manter: “Só nos resta desejar que o processo agora iniciado seja irreversível e que a iniciativa frutifique pois só «a união faz a força» como diz a sabedoria popular a própria parte integrante do Património Cultural que todos aqui estamos a tentar promover.”

1979

ALVES, Francisco J. S.; NUNES, Henrique M. B.; CORREIA, Susana, coords. (1979) – *Informação arqueológica 1977-78*. Braga: Universidade do Minho - Unidade de Arqueologia. 1.

CORREIA, Susana (1979a) – Braga. In ALVES, Francisco J. S.; NUNES, Henrique M. B.; CORREIA, Susana, coords. – *Informação Arqueológica 1977/78*. Braga: Universidade do Minho – Unidade de Arqueologia. 1, p. 28.

CORREIA, Susana (1979b) – Atentados ao património arqueológico e ambiente natural: Litoral minhoto. In ALVES, Francisco J. S.; NUNES, Henrique M. B.; CORREIA, Susana, coords. – *Informação arqueológica 1977/78*. Braga: Universidade do Minho – Unidade de Arqueologia. 1 p. 80.

SANDE LEMOS, Francisco; CORREIA, Susana (1979) – Ensino da Arqueologia, Universidade do Minho, U.P. Ciências Sociais, Origem do Homem e Primeiras Civilizações, In ALVES, Francisco J. S.; NUNES, Henrique M. B.; CORREIA, Susana, coords. – *Informação Arqueológica 1977/1978*. Braga: Universidade do Minho – Unidade de Arqueologia. 1, pp. 53-56.

1980

CASTRO, João; CORREIA, Susana; OLIVEIRA, Eduardo (1980) – O Castrum Maximum (Monte Castro) Braga. Arqueologia e História. In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães. Vol. II, pp. 37-54.

CORREIA, Susana H. (1980) – Povoados calcolíticos da Estremadura Portuguesa. Tentativa de abordagem económica. *Arqueologia*. Porto. 2, pp. 24-39.

GONÇALVES, António Alberto Huet de Bacelar; JORGE, Vítor Oliveira; SANCHES, Maria de Jesus; JORGE, Susana Oliveira; CRUZ, Domingos de Jesus da; CORREIA, Susana Helena (1980) – *Novas fossas abertas no saibro da área da Serra da Aboboreira (concelhos de Baião e Marco de Canaveses)*. Porto: GEAP – Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Trabalhos do GEAP. 5.

1982

CORREIA, Susana Helena, coord. (1982) – *Informação arqueológica 1979*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento Arqueologia. 2.

FERREIRA, Maria do Carmo; CORREIA, Susana (1982a) – Publicações periódicas. Entrada de publicações periódicas no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (1979). In CORREIA, Susana Helena, coord. – *Informação arqueológica 1979*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural - Departamento Arqueologia. 2, pp. 85-92.

FERREIRA, Maria do Carmo; CORREIA, Susana (1982b) – Livros e brochuras. In CORREIA, Susana Helena, coord. (1982) – *Informação arqueológica 1979*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural - Departamento Arqueologia. 2, pp. 93-94.

1983

CORREIA, Susana (1983) – Publicações periódicas, Entrada de publicações periódicas no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia – 1980. In CORREIA, Susana H., coord. – *Informação Arqueológica 1980*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia. 3. pp. 60-69.

CORREIA, Susana Helena, coord. (1983) – *Informação Arqueológica 1980*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia. 3.

FERREIRA, Maria do Carmo; CORREIA, Susana (1983) – Livros e brochuras. In CORREIA, Susana Helena, coord. – *Informação arqueológica 1980*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento Arqueologia. 3, pp. 78-80.

1984

GONÇALVES, João Ludgero; CORREIA, Susana (1984) – Torres Vedras: Fórnea. In OOSTERBEEK, Luís; CORREIA, Susana H., coords. – *Informação arqueológica 1981*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural - Departamento de Arqueologia. 4, pp. 66-68.

OOSTERBEEK, Luís; CORREIA, Susana H., coord. (1984) – *Informação Arqueológica 1981*. Lisboa: Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural. 4.

1985

CORREIA, Susana (1985) – Vila Nova de Ourém: Lapa dos Furos (1982). In CORREIA, Susana H., coord. – *Informação arqueológica 1982-1983*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia. 5, pp. 122-123.

CORREIA, Susana H., coord. (1985) – *Informação Arqueológica 1982/83*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia. 5.

FURTADO, Antero; SANCHES, Maria de Jesus; CORREIA, Susana (1985) – Gruta da Figueira (Serra da Roupá). In CORREIA, Susana H., coord. – *Informação arqueológica 1982/83*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia. 5, pp. 77-79.

1986

ARAÚJO, Ana Cristina Reis da Silva; MARQUES, Teresa; CORREIA, Susana Helena; LOURENÇO, Fernando Severino (1986) – Lisboa e Arredores. *Roteiros da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa: Departamento de Arqueologia.

CORREIA, Susana (1986a) – Bombarral: Gruta da Figueira, necrópole da Serra da Roupá. In CORREIA, Susana, coord. – *Informação arqueológica 1984*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural - Departamento de Arqueologia. 6, p. 53.

CORREIA, Susana (1986b) – Mértola. Intervenção de emergência na Câmara Municipal de Mértola. In CORREIA, Susana H., coord. – *Informação arqueológica 1984*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural - Departamento de Arqueologia. 6, pp. 94-95.

CORREIA, Susana (1986c) – Património Arqueológico do Concelho de Grândola – Projeto de Recuperação. *Movimento Cultural*. Setúbal. 3, pp. 71-73.

CORREIA, Susana H., coord. (1986a) – *Informação Arqueológica 1984*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia. 6.

CORREIA, Susana H., coord. (1986b) – *Informação arqueológica 1985*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia. 7.

CORREIA, Susana H. (1986c) – 1º Congresso sobre o Alentejo. In CORREIA, Susana H. (1986) – *Informação arqueológica 1985*. Lis-

boa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia. 7, pp. 149-150.

CORREIA, Susana; SILVA, António Carlos (1986) – Arqueologia, Defesa do Património e Desenvolvimento. *Anais do município de Faro*. Faro: Câmara Municipal de Faro. 16, pp. 165-172.

1987

CORREIA, Susana (1987) – Estação Arqueológica de Miróbriga (Santiago do Cacém): Balanço de uma Investigação e Perspetiva de Intervenções Futuras. *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*. Santiago do Cacém. II: 1, pp. 47-50.

CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos (1987) – Intervenção Arqueológica na Rua do Sembrano. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. S. 2. Vol. 4, pp. 129-132.

1988

CORREIA, Susana Helena; OLIVEIRA, José Carlos; SANTOS, Ana Isabel (1988) – Intervenção arqueológica em Santa Maria do Castelo, Abrantes. *Arqueologia*. 18, pp. 167-174.

1989

CORREIA, Susana Helena; OLIVEIRA, José Carlos Oliveira (1989) – Escavações da Rua do Sembrano: uma intervenção arqueológica na área do Centro Histórico de Beja. *Cadernos do Centro Histórico de Beja*. 2, Beja.

1990

CORREIA, Susana (1990a) – *Miróbriga*, Santiago do Cacém. [desdobrável policopiado].

CORREIA, Susana Helena (1990b) – *Roteiros da Arqueologia Portuguesa – Miróbriga* 3. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia.

BARATA, Filomena; CORREIA, Susana (1990c) – *Miróbriga no Mundo Romano* (exposição permanente das ruínas de Miróbriga) [concepção e textos]. Coord. SILVA, António Carlos. Évora: Serviço Regional de Arqueologia do Sul – Instituto Português do Património Cultural. [Texto dactilografado].

CORREIA, Susana; SILVA, António Carlos (1990d) – Archaeological Parks in Alentejo – southern Portugal. Actas da International workshop on Archaeological Parks and Cultural Tourism, La Valletta.

1991

CORREIA, Susana (1991) – Actividade arqueológica no Baixo Alentejo: balanço e perspectivas de intervenção. Actas das *IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 99-108.

BARATA, Filomena; CORREIA, Susana [1991] – *Museus e Património Arqueológico da Região de Santiago do Cacém*. [Edição fotocopiada Santiago do Cacém].

1992

BARATA, Maria Filomena; CORREIA, Susana Helena (1992) – *Miróbriga no Mundo Romano*. Santiago do Cacém. C. M. Santiago do Cacém e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santiago do Cacém.

CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José C. (1992) – Sarcófagos do Monte da Ortiga do Meio – Santiago do Cacém. Intervenções Arqueológicas do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul no Baixo Alentejo. *Antropologia e Etnologia*. Porto. 32 [Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira], pp. 315-334.

1993

CORREIA, Susana, coord. (1993) – *Núcleo Visigótico*. *Museu Regional de Beja*. Catálogo. [s.l.]: Museu Regional de Beja e Assembleia Distrital de Beja.

1994

CORREIA, Susana (1994a) – *Miróbriga*. *Informação arqueológica 1987*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia. 9, p. 138.

CORREIA, Susana (1994b) – Beja: Silo da Rua das Portas de Moura. *Informação arqueológica 1987*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia. 9, p. 103.

CORREIA, Susana (1994c) – Beja: Rua do Sembrano. *Informação arqueológica 1987*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia. 9, p. 103.

CORREIA, Susana (1994d) – A investigação em Pré-História Recente no Baixo Alentejo: estado da questão e alguns problemas. In CAMPOS, Juan, M.; PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio, GÓMEZ, Francisco, eds. – *Arqueología en el entorno del bajo Guadiana*. Huelva: Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste - Universidad de Huelva, pp. 273-278.

CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos (1994a) – Beja: Base aérea. *Informação arqueológica 1987*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia. 9, p. 104.

CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos (1994b) – Santiago do Cacém: Monte da Ortiga do Meio. *Informação arqueológica 1987*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Arqueologia. 9 (1994), pp. 138-139.

CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos (1994c) – Intervenção arqueológica na Rua do Sembrano – área urbana de Beja: campanhas de 1988 a 1990. In *V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 1, pp. 195-202.

1996

FONSECA, Susana Helena Bastos Correia da (1996) – *Calcolítico do Sul de Portugal, Estudo de um caso: o Concelho de Cuba*. Dissertação de tese de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge.

1998

ALFENIM, Rafael; CORREIA, Susana; LAGE, Isabel, coord. (1998) – *Roteiros da Arqueologia Portuguesa, 5 – S. Cucufate*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

2000

CORREIA, Susana H. (2000) – Investigação em Pré-História recente no concelho de Cuba: balanço dos resultados e perspectivas futuras. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Vol. 40, fasc. 1-2, pp. 161-184.

2001

CORREIA, Susana; ALFENIM, Rafael (2001) – Circuito Arqueológico da Cola. In *Estudos Património*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. 1, pp. 53-54.

2002

CORREIA, Susana (2002) – Intervenções de Salvamento na Área a afectar pelo Regolfo de Alqueva: Blocos 4 e 7 do Plano de Minimização de Impactes Arqueológicos. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série II (11), pp. 109-116.

2004

ANTUNES, Ana Sofia; MARTINS, Artur; VILHENA, Jorge; VIRSEDA SANZ, Lúcia; CORREIA, Susana (2004) – Intervenções de salvamento na área a afectar pelo regolfo de Alqueva: antes da bacia do Degebe. *Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 25), pp. 227-250.

2005

CORREIA, Susana (2005a) – A Arqueologia e o Programa BejaPolis. In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. – *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 27-31.

CORREIA, Susana (2005b) – Praça da República. Todo o sítio tem a sua História In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. – *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 33-42.

CORREIA, Susana (2005c) – Parque de Estacionamento para residentes na Rua D. Manuel I. Todo o sítio tem a sua História In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. – *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 47-50.

CORREIA, Susana (2005d) – Largo de Santo Amaro. Todo o sítio tem a sua História In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. – *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 55-60.

CORREIA, Susana (2005e) – Largo de São João e Travessa do Cepo. Todo o sítio tem a sua História In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. – *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 67-72.

CORREIA, Susana (2005f) – Ligação do jardim interior da Rua Capitão João Francisco de Sousa à Rua do Sembrano. Todo o sítio tem a sua História In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. – *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 97-100.

CORREIA, Susana (2005g) – Praça Diogo Fernandes. Todo o sítio tem a sua História In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. – *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 105-110.

CORREIA, Susana (2005h) – Rua António Sardinha. Todo o sítio tem a sua História In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. – *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 115-119.

CORREIA, Susana (2005i) – Parque de Estacionamento Subterrâneo da Avenida Miguel Fernandes. Todo o sítio tem a sua História In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. – *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 127-131.

CORREIA, Susana (2005j) – Rua de Lisboa. Todo o sítio tem a sua História In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. – *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 147-153.

CORREIA, Susana (2005k) – Parque da Cidade. Todo o sítio tem a sua História In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. – *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 165-167.

CORREIA, Susana (2005l) – Monumento a Al-Um'tamid. In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. – *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 211-212.

CORREIA, Susana; GARCIA, Joaquim (2005a) – Espaço Museológico da Rua do Sembrano. Todo o sítio tem a sua História In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 79-92.

CORREIA, Susana; GARCIA, Joaquim (2005b) – Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental. Todo o sítio tem a sua História In NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis, pp. 137-141.

NOBRE, Álvaro; CORREIA, Susana; SILVA, Victor, coord. (2005) – *Beja: caminhos de futuro*. Beja: BejaPolis. Beja: BejaPolis.

2006

CORREIA, Susana (2006) – Apresentação. *Minhas Senhoras e Meus Senhores... Vida, Fome e Morte nos Campos de Beja durante o Salazarismo*. Beja: Câmara Municipal de Beja/Cooperativa Cultural Alentejana, pp. 9-10.

LIMA, Paulo; CORREIA, Susana, coord. (2006) – *Minhas Senhoras e Meus Senhores... Vida, Fome e Morte nos Campos de Beja durante o Salazarismo*. Beja: Câmara Municipal de Beja/Cooperativa Cultural Alentejana.

2009

CORREIA, Susana [2009] – Núcleo Museológico da Rua do Sembrano. Câmara Municipal de Beja. (folheto da exposição).

2011

CORREIA, Susana, coord. ed. (2011a) – *Sahara Ocidental. A última colónia*. Beja: Cooperativa Cultural Alentejana.

CORREIA, Susana (2011b) – Cronologia. *Sahara Ocidental. A última colónia*. Beja: Cooperativa Cultural Alentejana, pp. 57-62.

2015

ALDEGALEGA, Rui; CORREIA, Susana (2015) – Beja Medieval e Moderna. In *Roteiro Histórico de Beja*. Câmara Municipal de Beja, pp. 13-26.

2016

CORREIA, Susana (2016a) – A diversificação dos recursos. In *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro. Dádivas da terra. Pastores, agricultores, primeiros metalurgistas*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 39-41.

CORREIA, Susana (2016b) – Espaços funerários e espaços simbólicos. In *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro. Dádivas da terra. Pastores, agricultores, primeiros metalurgistas*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 42-43.

CORREIA, Susana (2016c) – Entre o Império e o Al-andaluz. In *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro. Entre o Império e o Al-andaluz*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 69-71.

CORREIA, Susana (2016d) – A islamização do território. In *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro. O legado islâmico*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, p. 73-74.

CORREIA, Susana (2016e) – Uma nova religião. O Corão no molde de Plas. *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro. O legado islâmico*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 75-76.

OLIVEIRA, Maria Manuel; MATEUS, Rui; CORREIA, Susana (2016) – Museu Municipal de Arqueologia de Serpa – História de um percurso. In *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 73-74.

2018

MELRO, Samuel; CORREIA, Susana, coord. (2018) – Actas do VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular: Serpa-Aroche, 24, 25 e 26 de outubro de 2014. Serpa: Câmara Municipal de Serpa.

RELATÓRIOS DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

OLIVEIRA, Eduardo A. Pires de; CORREIA, Susana – *Relatório das Escavações do Monte Castro (Castro Máximo) – Outubro/Novembro de 1978*. São Vicente, Braga.

CORREIA, Susana – *Relatório de Escavações Serra da Roupa – Gruta da Figueira, 1982, Roliça, Bombarral*.

PAIXÃO, Judite Cavaleiro, PAIXÃO, António Cavaleiro e CORREIA, Susana – *Relatório dos trabalhos antropológicos desenvolvidos em 1985, Tróia*. Grândola.

SANTOS, Ana Isabel; CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos – *Relatório da Intervenção em Santa Maria do Castelo, Abrantes, 1986*.

CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos – *Relatório da Intervenção de Salvamento no Monte da Ortiga do Meio, realizada em 1987*. Santiago do Cacém.

CORREIA, Susana e OLIVEIRA, José Carlos – *Relatório da Intervenção de emergência - Silo da Rua das Portas de Moura, 34, 1987, Salvador e Santa Maria da Feira*. Beja.

CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos – *Relatório da intervenção na Rua do Sembrano, 1987*. Beja.

CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos – *Relatório da intervenção na Rua do Sembrano 1988*. Beja.

CORREIA, Susana – *Relatório da escavação na Rua da Casa Pia, junto à Igreja de Santa Maria, 1988*. Beja.

CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos – *Relatório da intervenção na Rua do Sembrano 1991*. Beja.

CORREIA, Susana; OLIVEIRA, José Carlos (1993) – *Relatório da intervenção na Rua do Sembrano 1992-1993*. Beja.

CORREIA, Susana – *Relatório da Intervenção entre a Rua da Branca e a Rua da Lobata, Beja, 1989, Santiago Maior e São João Baptista*. Beja.

CORREIA, Susana – *Relatório Miróbriga, 1987* [Manutenção, proteção, tratamento de espólio]. Santiago do Cacém.

CORREIA, Susana – *Relatório Miróbriga, 1988* [Manutenção, proteção, tratamento de espólio]. Santiago do Cacém.

CORREIA, Susana; MAGALHÃES, Isabel – *Relatório Miróbriga 1989* [Manutenção, proteção, tratamento de espólio]. Santiago do Cacém.

CORREIA, Susana; BARATA, Filomena; MAGALHÃES, Isabel – *Relatório de Trabalhos, Miróbriga 1990* [Manutenção, proteção, tratamento de espólio]. Santiago do Cacém.

CORREIA, Susana – *Relatório de Estudo de espólio, Miróbriga 1991* [Manutenção, proteção, tratamento de espólio]. Santiago do Cacém.

CORREIA, Susana; BARATA, Filomena; TINTURÉ, Antónia; GARCIA, Joaquim – *Relatório de Trabalhos - Miróbriga 1992* [Manutenção, proteção, conservação e restauro e escavação]. Santiago do Cacém.

CORREIA, Susana e BARATA, Maria Filomena; TINTURÉ, Antónia – *Relatório de Trabalhos, Miróbriga 1993* [Manutenção, proteção, conservação e restauro]. Santiago do Cacém.

CORREIA, Susana – *Escavação Cabeço da Azurria 1993*. Pré-História recente no Baixo Alentejo: Concelho de Cuba – 1993/1995.

CORREIA, Susana – *Escavação Cabeço da Azurria 1994*. Pré-História recente no Baixo Alentejo: Concelho de Cuba - 1993/1995.

CORREIA, Susana – *Escavação Cabeço da Azurria 1995*. Pré-História recente no Baixo Alentejo: Concelho de Cuba – 1993/1995.

CORREIA, Susana – *Levantamento Arqueológico do Concelho de Cuba 1995/1996* (fichas).

CORREIA, Susana Helena – *Relatório da Intervenção Arqueológica efectuada na Cerca do Adro em Garvão, 1991*. Ourique.

CORREIA, Susana – *Trabalhos de Investigação e Salvamento arqueológico de campo na zona a afectar pelo Regolfo do Alqueva – bloco 4 – Monte Barbosa 6 – 1998*. Amieira e Alqueva, Portel.

CORREIA, Susana; VILHENA, Jorge – *Relatório dos Trabalhos de Investigação e Salvamento arqueológico de campo na zona a afectar pelo Regolfo do Alqueva – Bloco 4 – Aqualta 8 – 1998*. Reguengos de Monsaraz\Campo e Campinho.

CORREIA, Susana; VILHENA, Jorge – *Relatório de Trabalhos de Investigação e Salvamento arqueológico de campo na zona a afectar pelo Regolfo do Alqueva - Bloco 4 - Aqualta 4 - 1998*. EDIA – (Bloco 4) Ocupações da Pré-História Recente a sul da Bacia da Ribeira do Álamo e Regolfo da Bacia do Degebe. Campo e Campinho, Reguengos de Monsaraz.

CORREIA, Susana – *Trabalhos de investigação e salvamento arqueológico de campo na zona a afectar pelo Regolfo de Alqueva. Defesinha 17 – 1998*. EDIA - (Bloco 4) Ocupações da Pré-História Recente a sul da Bacia da Ribeira do Álamo e Regolfo da Bacia do Degebe. Campo e Campinho, Reguengos de Monsaraz.

CORREIA, Susana – *Relatório de progresso – Bloco 4 – 1998*. EDIA – (Bloco 4) Ocupações da Pré-História Recente a sul da Bacia da Ribeira do Álamo e Regolfo da Bacia do Degebe.

CORREIA, Susana – *Relatório da Intervenção Moinho Novo 1 (sondagem) – 1998*. EDIA – (Bloco 4) Ocupações da Pré-História Recente a sul da Bacia da Ribeira do Álamo e Regolfo da Bacia do Degebe. Amieira e Alqueva, Portel.

CORREIA, Susana – *Relatório Final de Levantamento de Arte Rupestre – Monte Roncão 5 – 1998*. EDIA – (Bloco 4) Ocupações da Pré-História Recente a sul da Bacia da Ribeira do Álamo e Regolfo da Bacia do Degebe. Campo e Campinho, Reguengos de Monsaraz.

CORREIA, Susana – *Relatório Final de Levantamento – Monte Musgos 9 – 1998*. EDIA – (Bloco 4) Ocupações da Pré-História Recente a sul da Bacia da Ribeira do Álamo e Regolfo da Bacia do Degebe. Amieira e Alqueva, Portel.

CORREIA, Susana – *Relatório Final, 2003-2007, de Levantamento de Arte Rupestre – Defesinha 3*. EDIA – (Bloco 4) Ocupações da Pré-História Recente a sul da Bacia da Ribeira do Álamo e Regolfo da Bacia do Degebe. Campo e Campinho, Reguengos de Monsaraz.

CORREIA, Susana – *Relatório Final, 2003-2007, de Levantamento de Arte Rupestre – Defesinha 22*. EDIA – (Bloco 4) Ocupações da Pré-História Recente a sul da Bacia da Ribeira do Álamo e Regolfo da Bacia do Degebe. Campo e Campinho, Reguengos de Monsaraz.

PASSEIOS TEMÁTICOS POR BEJA

Ruas com História III, com Susana Correia. Passeios por Beja. Organização: Câmara Municipal de Beja, 11 de janeiro de 2014.

Memórias de Lugares da Resistência e da Revolução, com António Barahona e Susana Correia, no âmbito das comemorações dos 40 anos do 25 de abril. Passeios por Beja. Organização: Câmara Municipal de Beja, 26 de abril 2014.

Resistência e Liberdade, com Susana Correia e António Barahona, no âmbito das comemorações dos 47 anos do 25 de abril. Caminhada em Beja. Organização: Ressurrectos – Associação Cultural, 24 de abril de 2021.

SILOS, MATAMORRAS E COVAS DE PÃO - ARMAZENAMENTO MEDIEVAL E MODERNO EM PORTUGAL

COLÓQUIO – “SILOS, MATAMORRAS E COVAS DE PÃO – ARMAZENAMENTO MEDIEVAL E MODERNO EM PORTUGAL”

Tânia Manuel Casimiro¹, Guilherme Cardoso¹, Carlos Boavida^{1,2}, João Marques², Teresa Marques²

¹ Comissão de Estudos Olisiponenses – Associação dos Arqueólogos Portugueses

² Secção de História – Associação dos Arqueólogos Portugueses

Nos passados dias 18 e 19 de Outubro de 2018, no Museu Arqueológico do Carmo, teve lugar o colóquio: *Silos, matamorras e covas de pão – Armazenamento Medieval e Moderno em Portugal*, iniciativa que resultou da colaboração da Comissão de Estudos Olisiponenses e da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Na sessão de abertura entrevistaram Andrea Martins, João Marques e Tânia Manuel Casimiro, em representação da direcção da AAP e das mesas da Sessão de História e da Comissão de Estudos Olisiponenses, respectivamente. A última daquelas sublinhou a importância deste encontro uma vez que este tipo de achados é bem conhecido da maioria dos arqueólogos que desenvolvem a sua actividade profissional no centro e sul de Portugal e também nas ilhas, sendo poucos aqueles que nunca se depararam com este tipo de estruturas de armazenamento subterrâneo que após o seu abandono são utilizadas como lixeiras. Com efeito, são frequentes as notícias sobre a descoberta de silos em Portugal, sobretudo a sul do Mondego, ultrapassando o seu número actualmente as várias centenas, mas a discussão sobre este tema não tinha sido até agora promovida.

Embora a maior parte dos estudos que se encontram dados à estampa verse acima de tudo sobre a última utilização destas estruturas, o objectivo destes colóquio passou também pela exploração das funções

originais destes armazéns de víveres e a sua importância para populações de antanho, discutindo aspectos tão variados como: Quando foram feitos? Por quem? Como eram utilizados? A quem pertenciam? Quem as guardava e cuidava da sua manutenção? Qual a sua importância económica e cultural?

O extenso programa incluiu a apresentação de dados de várias zonas do país nomeadamente os então recém-identificados silos de Ourique, cuja contagem ultrapassa a centena e meia, mas também os achados de Beja, Alvito, Silves, Évora, Moura, Santarém, Óbidos e Torres Vedras, assim como da área da Grande Lisboa, em locais como Almada, Sintra, Cascais e Castanheira do Ribatejo. De Lisboa foram apresentados os sítios de São Vicente de Fora, Largo da Atafona, Largo dos Lóios, Beco do Forno do Castelo e de Carnide. Neste colóquio foram igualmente dados a conhecer, pela primeira vez, dados sobre este tipo de armazenamento subterrâneo nas várias ilhas dos Açores.

Não deve deixar de ser destacado que a maioria dos locais ora apresentados resultam na sua maioria de intervenções ocorridas no âmbito de acompanhamentos arqueológicos ou cuja escavação foi desenvolvida por empresas de arqueologia, tanto em espaços rurais como urbanos.

Ao longo dos dois dias do colóquio, foi possível perceber que, entre outros aspectos, esta temática permitiu reunir um grande número de investigado-

res em redor de um tema extremamente abrangente e fundamental para a compreensão da alimentação das populações medievais e modernas. Apesar de se tratar de uma realidade cuja presença cronológica é muito alargada, estendendo-se desde o século XI ao século XVI, embora com algumas variantes, não se tem verificado a existência de uma forma pré-definida, com a maioria dos silos reconhecidos actualmente a apresentarem uma forma tendencialmente “em saco”. As dimensões destas estruturas subterrâneas eram igualmente muito variáveis, assim como os víveres que ali se guardavam e que, além de cereais, também incluíam leguminosas e fruta.

 ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
COMISSÃO DE ESTUDOS OLISIPONENSES / SECÇÃO DE HISTÓRIA



SILOS, MATAMORRAS E COVAS DE PAO

ARMAZENAMENTO MEDIEVAL E MODERNO EM PORTUGAL



MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO – 18/19 OUTUBRO 2018

OS SILOS MEDIEVAIS DA VILLA ROMANA DA SUB-SERRA DA CASTANHEIRA DO RIBATEJO

Luísa Batalha¹, Guilherme Cardoso², Mário Monteiro³

¹ Associação Cultural de Cascais / batalhaluisa5@gmail.com

² Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) / gijpcardoso@gmail.com

³ EMERITA (Empresa de arqueologia) / mario.monteiro@emerita.pt

Resumo

Em 2006-07, durante os trabalhos de acompanhamento na *villa* romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo, foram detectados sete silos. Seis de tipologia piriforme, boca estrangulada, de época medieval, abertos em estrato geológico do Quaternário.

O seu conteúdo permitiu uma análise sócio-económica em meio rural, com base nos vestígios de sementes diversas, restos ictiológicos e osteológicos dos animais de consumo, metais e materiais cerâmicos.

Palavras-chave: Idade Média, Islâmico, Fauna, Sementes, Castanheira do Ribatejo.

Abstract

During the years 2006–2007, seven silos were found at the Roman villa in the Castanheira do Ribatejo low, rounded hills. Six of them were pear-shaped, with a strangulated mouth, dating back to the Middle Ages, and were excavated in Quaternary geological strata.

Its content allowed a socio-economic analysis in rural areas, based on traces of various seeds, ichthyologic and ontological remains of consumption animals, metals and ceramic materials.

Keywords: Middle Ages, Islamic, Fauna, Seeds, Castanheira do Ribatejo.

1. INTRODUÇÃO

Durante os trabalhos realizados no âmbito da Empreitada de Duplicação do Adutor do Castelo do Bode, entre a Quinta da Marquesa e a Central Elevatória de Vila de Franca de Xira, no ano de 2006, foram detetados no Bairro Calouste Gulbenkian alguns vestígios arqueológicos, dispersos ao longo da encosta.

Tendo em conta os materiais encontrados e a informação reunida sobre o local, segundo a qual teriam surgido fragmentos cerâmicos de cronologia romana, aquando da construção do bairro, foi proposto o acompanhamento arqueológico ao longo da vala de instalação da conduta naquele troço. Inicialmente tiveram lugar quatro sondagens de diagnóstico, manuais. Duas, a montante, ofereceram materiais relevantes e foi a partir destas que se optou pela escavação de uma

vala paralela ao adutor, com 45m de comprimento e sensivelmente 1,5m de largura. A poente desta vala deparamo-nos com a condicionante de os terrenos se encontrarem em posse de um particular que não autorizou trabalhos arqueológicos, alegando que aqueles se encontravam urbanizados e em fase de início de construção. Contudo, os resultados da escavação inviabilizaram o avanço da urbanização, sem qualquer trabalho de diagnóstico prévio.

A evolução dos trabalhos demonstrou a importância do local, na medida em que foi possível confirmar a existência de uma *villa* romana, com base nas estruturas escavadas, bem como na ocupação de cronologia islâmica, cujos primeiros indícios seriam revelados pelas cerâmicas de pasta clara com decoração a manganês e óxido de ferro (BATALHA, 2009).

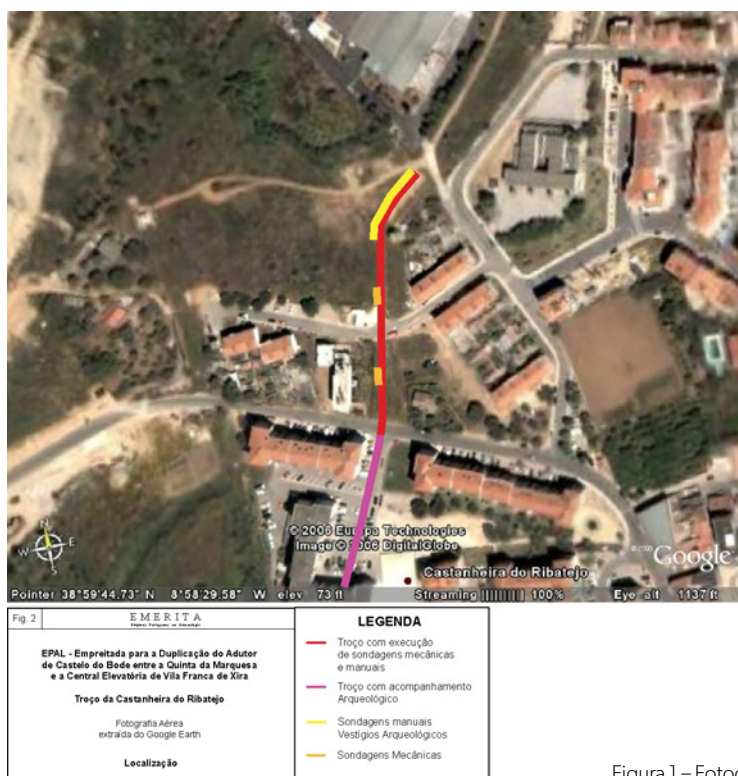


Figura 1 – Fotografia aérea com a implantação da vala da EPAL.

2. GEOGRAFIA

A *villa* romana da Sub-Serra da Castanheira do Ribatejo situa-se num terraço de aluvião, à cota dos 27 metros, nível do rio Tejo (ZBYSZEWSKI, 1965, p. 6); a Nordeste, o espaço encontra-se protegido por um

cabeço com 160 metros de altitude, enquanto a Sul, corre a ribeira da Castanheira, junto da qual se encontra uma portela com acesso à estrada dos Cadafais, no concelho de Alenquer.

A Norte predominam os terrenos arenosos ao longo do Tejo, acompanhando o traçado da estrada

nacional pelo lado poente. Perto do Carregado, os mesmos serão cortados pelo rio Grande da Pipa.

O Tejo encontra-se a nascente banhando a lezíria. No seu trajecto, sentido Norte/Sul, existiu a antiga via romana que ligava *Scallabis* a *Olisipo* (MANTAS, 1996). Esta ficava a 300 metros de distância da *villa* romana da Sub-Serra.

As características geográficas condicionaram a vida das populações. Dada a proximidade do rio, grande parte dos bens de consumo estariam relacionados com a actividade piscatória. Por outro lado, seria o acesso fluvial um meio por excelência de comércio e comunicação, fazendo chegar a estas paragens bens exógenos, quer fossem elementos construtivos ou arquitectónicos, quer para satisfazer as necessidades gastronómicas. No entanto, a actividade agrícola encontrava-se igualmente presente na vida das populações, tal como ficou demonstrado no decorrer da intervenção arqueológica.

3. OS SILOS

Ao longo dos 45 metros de comprimento intervenções foram abertas 13 sondagens. Os primeiros testemunhos de ocupação islâmica surgiram na sondagem 4, a montante, durante o processo de remoção das terras do primeiro estrato, o qual ofereceu fragmentos de cerâmica e objectos de metal. Efectivamente, nesta sondagem, no corte poente, surgiram os primeiros dois silos adossados entre si. No decorrer da escavação foram encontrados na sondagem 10 quatro silos, igualmente cortados, abertos em momentos distintos. Por último, a sondagem 5 ofereceu uma estrutura negativa, escavada somente até à abertura da boca, dado o prazo para o término dos trabalhos se encontrar próximo.

As estruturas de armazenamento surgiram nos estratos mais profundos, ou seja, entre a base do horizonte 3 e o 5, cuja cronologia abrange a segunda metade do século IX e inícios do seguinte até ao século XII.



Figura 2 – Silo da sondagem 4.



Figuras 3 e 4 – Silos da sondagem 10. Após a escavação.



Figura 5 – Sondagem 5. Silo, não intervencionado.

Os silos identificados na sondagem 4 foram escavados na base da camada 3, evoluindo ao longo da camada 4, penetrando até ao subsolo geológico, constituído por arenitos do Quaternário. O silo 1 da sondagem 4 encontrava-se destruído ao nível da secção superior. Media 0,82m de profundidade e tinha 0,94m de largura máxima. O seu interior encontrava-se colmatado por pedras de pequena e média dimensão, ali colocadas intencionalmente. Adossado ao silo 1 existia um outro silo, o 2, com abertura de boca à mesma cota, apresentando 1,43m de profundidade e 1,25m de largura. Iguamente escavado no extracto geológico, este silo ofereceu, para além de algumas pedras em meio humoso, espólio cerâmico de fabrico rudimentar, três painéis com evidências de exposição ao fogo, bem como alguns fragmentos de *terra sigillata*, resultado de intromissão vertical aquando da sua abertura, e no fundo, sementes de cereal carbonizadas (CARDOSO, BATALHA e MONTEIRO, 2009, p. 21-22).

Na sondagem 5, como referido, foi detectada a boca de um silo. Tal como no caso anterior, este



Figura 6 – Silo 1. Sementes de cereais e leguminosas.

encontrava-se escavado na base do estrato 3, penetrando nas camadas 4 e 5, no estrato geológico do Quaternário. Este silo não foi intervencionado, apenas retiradas algumas pedras que colmatavam o topo. Sobre o mesmo, foi detectado um coberto de telhas, o que nos coloca perante a hipótese de se encontrar

no interior de uma habitação, facto que não seria inédito. Poderemos admitir tratar-se de um espaço de armazenamento coberto, contudo, as evidências arqueológicas e a exiguidade do espaço não permitiram outras ilações.

A sondagem 10 apresentou quatro silos, abertos em momentos diferentes. Todos cortados, adossados entre si, o que evidencia a longa ocupação do local e possivelmente a limitação do espaço ou o esquecimento da estrutura de origem. Duas bocas destas estruturas, a exemplo das anteriores, encontravam-se na parte inferior da segunda camada, penetrando no estrato geológico do Quaternário; outras duas, teriam sido abertas em cotas mais elevadas, dado terem sido cortadas e apresentarem somente os fundos. As cerâmicas associadas, exumadas sobre o arenito natural desta sondagem, foram datadas entre os séculos VIII e X.

Dois silos não possibilitaram a obtenção de medidas, nem identificação da forma, dado possuírem somente o fundo. O silo 1 foi o que apresentou maior dimensão, 1,81m de profundidade e 1,44m de largura, do qual foram exumados alguns fragmentos de cerâmica de filiação islâmica: pasta clara, bem depurada, decorada com pinceladas a óxido de ferro; foi também o que ofereceu a maior quantidade de sementes carbonizadas, tendo sido as mesmas recolhidas para análise. O silo 2 media de profundidade 0,94m e de largura 0,64m.

Os silos não destruídos, integralmente escavados da *villa* romana da Castanheira do Ribatejo, apresentaram forma piriforme e boca estrangulada ao nível da abertura.

A construção de silos para armazenamento de mantimentos foi uma constante ao longo dos tempos. Este processo foi interrompido entre os séculos I e V d.C., ou seja, durante a prevalência do Império Romano, no qual os *horrea* surgiram como alternativa ao depósito e conservação de cereais, ou ainda, nalguns casos, utilizando grandes contentores enterrados no solo – *dolia* – para armazenamento de vinho, como os que ainda hoje se observam na Geórgia.

São várias as estruturas de armazenamento em construção “aérea” encontradas no nosso território. Recuando até aos períodos da Idade do Ferro, período Romano Republicano e Alto Império, no Castro de Castelinhos e Quinta de Crestelos, áreas abrangidas pelas águas da barragem do rio Sabor, foram identificados um celeiro de planta circular, um de planta quadrangular e outros quatro de planta ortogonal (*inéditos*). Na plataforma da Quinta de Crestelos, outras estruturas de armazenamento foram encontradas, uma delas de

grandes dimensões, datada entre meados do século II e inícios do século III (CARDOSO, 2018, p. 98).

Ainda do período Romano ressalta o *horreum* da *pars frutuaria* da *villa* romana de Freiria, Cascais, um dos maiores da Península Ibérica, com 150,1m de área coberta (CARDOSO, 2018, p. 90).

A partir do século V, durante o período visigótico, no território da Península Ibérica, volta a incrementar-se o uso de silos subterrâneos para armazenamento de cereais e leguminosas (VIGIL-ESCALERA, 2009), se bem que, como se comprova através de documentação escrita, os *horrea* se tenham mantido e conhecido uma distribuição por todo o território, que se prolonga da Galiza até Navarra (CASTILLO *apud* FERNANDEZ, 2013, p. 175). Mais tarde, no norte de Portugal, as estruturas de armazenamento de cereais assumiram a designação de “espigueiros” e mais uma vez, a quantidade e distribuição dos mesmos revelavam o tipo de agricultura e a relação do homem com o meio (minifúndio).

Ainda na *villa* romana de Freiria, designadamente na 6ª fase, final do período visigótico e inícios do Islâmico, foi aberto um silo, destruindo parte de parede de uma àbside no sector das termas Sul (CARDOSO, 2018, p.143).

A construção de silos explica-se pela necessidade de proteger de assaltos e de roedores, os bens que garantiam a subsistência de uma população, podendo significar em certas circunstâncias, a possibilidade de comercializar e exportar os produtos armazenados, assim se explicando a dinâmica construtiva de inúmeros silos em meio urbano, tais como os que, por exemplo, foram escavados em Beja, Évora, Almada e Carnide.

Outro aspecto que tem vindo a ser discutido prende-se com a análise social, possível através da quantidade e dimensão dos silos e consequentemente a sua capacidade de armazenagem, comprovando a diferença entre as vivências no mundo agrário no período da Alta Idade Média, comparativamente com a realidade social em meio urbano. No entanto, ainda que os silos nos permitam tirar ilações no que concerne à desigualdade social, o facto só por si não é ainda determinante, na medida em que esta temática carece de estudos mais aprofundados (CASTILHO, 2013, p. 187).

Por sua vez, ainda no que concerne ao meio urbano, não podemos esquecer a importância do armazenamento de cereal nas cidades e na preocupação, por parte da coroa, no caso do nosso território, em garantir a distribuição do pão pelas populações. Esta questão mostrou ser de primordial importância com a descoberta dos chamados Silos de D. Dinis, no Palá-

cio de Santa Helena, São Vicente – Lisboa (BATALHA *et al*, 2017).

Apesar de documentados, a sua localização permitiu interpretar a sua utilidade, partindo da própria construção dos mesmos. Abertos no subsolo do Miocénico, estes silos apresentavam grandes dimensões, os maiores registados até ao momento no nosso território, característica que determina a preocupação em garantir um bem tão essencial na mesa dos habitantes da cidade.

Em todo o caso, é impossível falar de estruturas de armazenamento negativas sem articular a dinâmica social *versus* espaço ou aspectos tão relevantes como a sua construção e características geológicas do terreno.

No caso dos silos da Castanheira do Ribatejo, sem vestígios de qualquer revestimento do seu interior, observou-se que as paredes foram bem afeiçoadas, sem marcas de terem sofrido intervenções regulares. Contudo, estas estruturas apresentaram características distintas das que geralmente se encontram por todo o território, dado que foram abertas em camadas de abandono, abrangendo o geológico, constituído por arenitos do Quaternário. Também não foi possível estabelecer uma analogia formal entre si, dado que nem todos se encontravam completos, resultado de terem sido abertos em cotas diferentes, o que poderá ser indicador de alterações na cota de circulação do espaço envolvente, devido a sucessivas regularizações do mesmo (ESCALERA – GUIRADO, 2006, p. 368-369). Tal facto explicaria a concentração e cortes sucessivos

dos quatro silos da sondagem 10. Apesar de não ter sido possível estabelecer conexão entre os silos e o espaço das habitações, o conteúdo dos mesmos e os indícios recolhidos nos estratos envolventes, permitiram retirar algumas ilações sobre as vivências da comunidade que ocupou o local.

Dado o espaço exíguo em que decorreram os trabalhos arqueológicos, não foi possível determinar a existência de outras estruturas negativas. Contudo, com base no espólio encontrado, sabemos que estas populações tinham uma alimentação diversificada à base de ovicaprinos, aves de capoeira, coelho, carne de vaca, bem como a inclusão da carne de porco doméstico na dieta alimentar, demonstrando serem herdeiras de uma cultura de influência visigótica, com raiz cristã – moçárabes – que continuaram a ocupar o sítio durante o período de domínio islâmico (CARDOSO, 2009, p. 199).

A análise carpológica das sementes encontradas no interior de um dos silos (silo 1, sondagem 10) indicou uma percentagem importante de cereal na alimentação desta população, bem como grãos de legumes (QUEIROZ, 2009, p.164-165). Os cereais identificados mostram a grande diversidade de sementes utilizadas na alimentação humana e possivelmente também na alimentação animal. Estes silos foram utilizados para guardar cevada, algumas espécies de trigo, milho – miúdo e em menor quantidade, aveia (*idem*). Claramente uma ocupação de cariz rural, que se caracteriza por uma economia de subsistência na Idade Média.

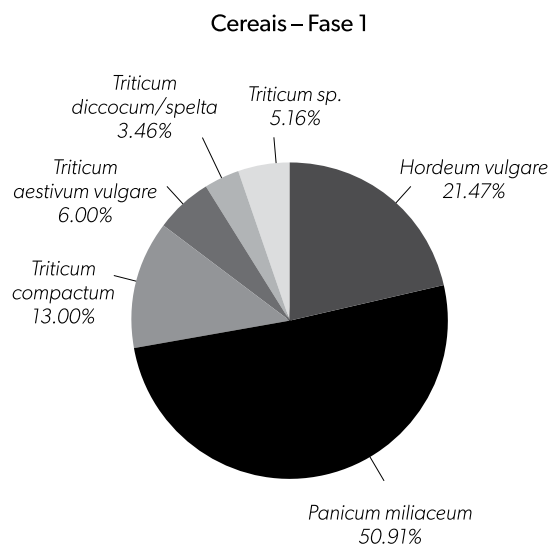


Figura 7 – Cereais, gráfico 1. (Queiroz, 2009, Fig. 4, nº 1).

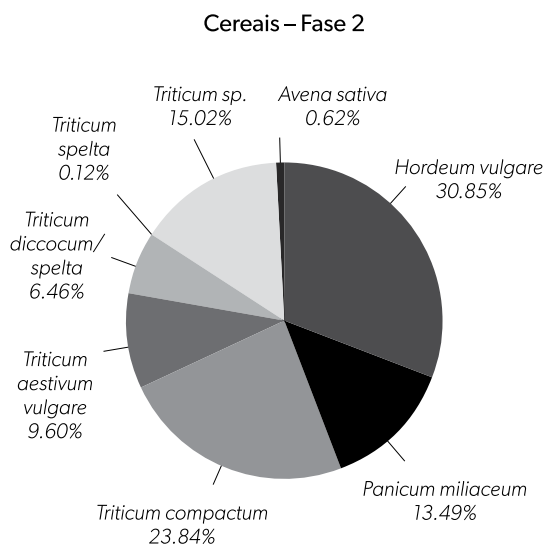


Figura 8 – Cereais, gráfico 2. (Queiroz, 2009, Fig. 4, nº 2).

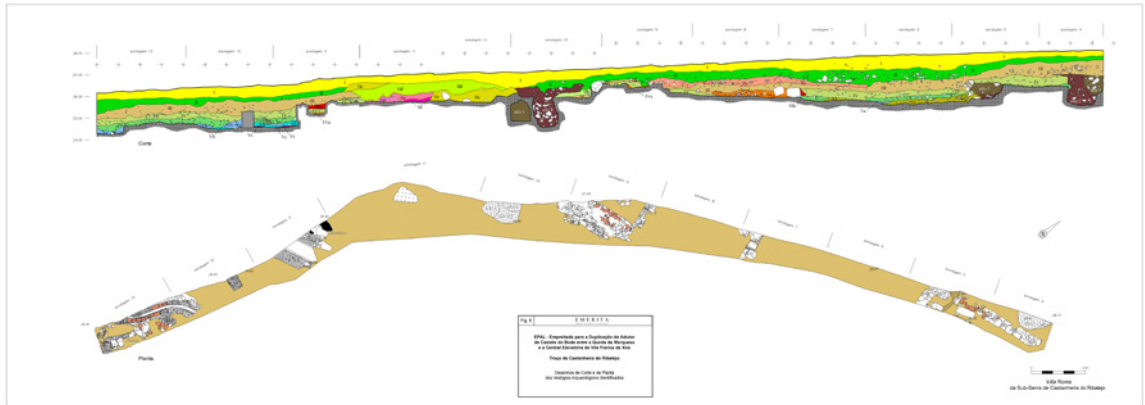


Figura 10 – Desenhos de corte e planta. (Desenhos de Guilherme Cardoso e António de Oliveira).

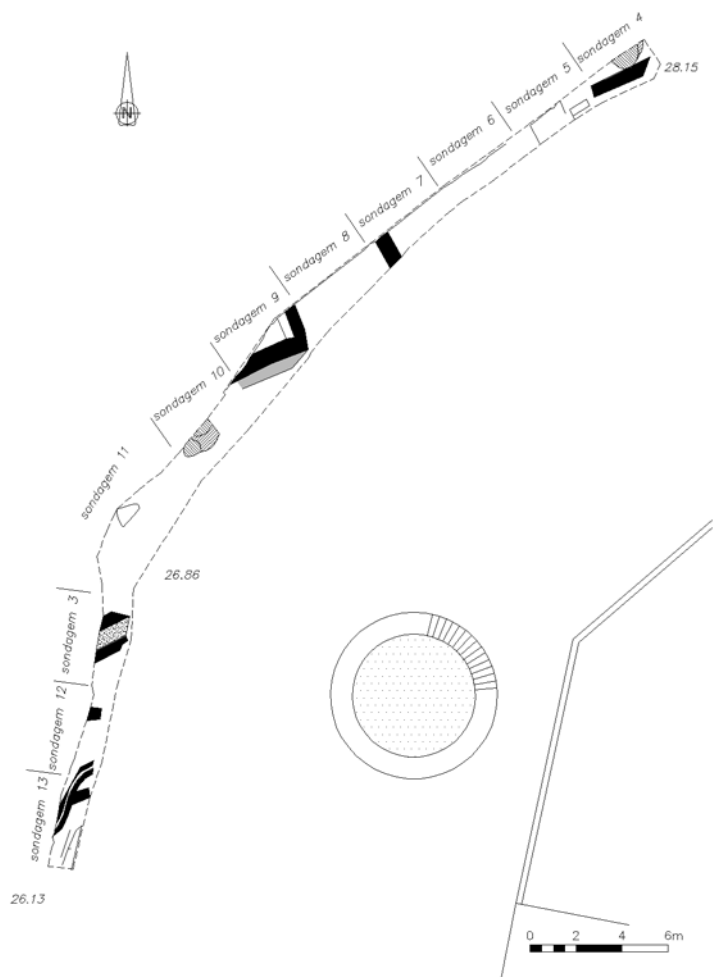


Figura 11 – Planta da vala. (Levantamento topográfico de António de Oliveira).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATALHA, Luísa (2009) – Cerâmica Islâmica. In BATALHA, Luísa; CANINAS, João Carlos; CARDOSO, Guilherme; MONTEIRO, Mário, coord. – *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira). Trabalhos Arqueológicos Efectuados no Âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa: EPAL, pp.121-130.
- BATALHA, Luísa, NETO, Nuno; PEÇA, Pedro, BRITO, Sara, CARDOSO, Guilherme (2017) – Os silos do Palácio de Santa Helena. In ARNAUD, José Morais, MARTINS, Andrea, coord. – *Arqueologia em Portugal 2017 – O Estado da Questão*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1751-1766
- CARDOSO, Guilherme (2018) – *Villa Romana de Freiria, Estudo Arqueológico*. Câmara Municipal Cascais.
- CARDOSO, Guilherme; BATALHA, Luísa; MONTEIRO, Mário (2009) – Do Romano ao Medieval Islâmico. In BATALHA, Luísa; CANINAS, João Carlos; CARDOSO, Guilherme; MONTEIRO, Mário, coord. – *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira). Trabalhos Arqueológicos Efectuados no Âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa: EPAL, pp. 11-26.
- CARDOSO, João Luís (2009) – Estudos Arqueozoológicos dos restos recuperados nas escavações. In BATALHA, Luísa; CANINAS, João Carlos; CARDOSO, Guilherme; MONTEIRO, Mário, coord. – *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira). Trabalhos Arqueológicos Efectuados no Âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa: EPAL, pp. 199-216.
- CASTILHO, J. A. Q. (2013) – Silos y sistemas de almacenaje en el País Vasco en Alta Edad Media. In ESCALERA GUIRADO, Alfonso Vigil; BIANCHI, Giovano; QUIROS CASTILLO, Juan António, eds. – *Horrea, Barns and silos. Storage and Incomes in Early Medieval Europe*. Documentos de Arqueologia Medieval 5, pp. 171-191.
- ESCALERA GUIRADO, V. (2007) – Algunas observaciones sobre las cerámicas de «época visigoda» (ss. V-IX d. C.) de la Región de Madrid. *Estudio de Cerámica tardorromana y altomedieval*. Granada, nº 15, pp. 259-382.
- ESCALERA GUIRADO, V. (2009) – Las aldeas altomedievales madrileñas y su proceso formativo. In QUIROS CASTILLO, J. A., ed. – *The Archeology of early medieval villages in Europe*. Bilbao, pp. 315-339.
- ESCALERA GUIRADO, V. (2013) – Ver el silo medio lleno o medio vacío: la estructura arqueológica en su contexto. In ESCALERA GUIRADO, Alfonso, V.; BIANCHI, Giovano; QUIROS CASTILLO, J. A., eds. – *Horrea, Barns and silos. Storage and Incomes in Early Medieval Europe*. Documentos de Arqueologia Medieval, 5, pp.127-144.
- FERNÁNDEZ UGALDE, A. (1997) – El almanaciamento subterráneo y la conquista feudal de la península ibérica: aportaciones de la arqueología, *Medieval Europe, Papers of the Medieval Europe. Brugge 1997, Conference*, vol. 6, pp. 283-289.
- MANTAS, V. G.(1996) – *A rede viária da fixa atlântica entre Lisboa e Braga*, 2 vols. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiada.
- QUEIROZ, Paula F. (2009) – Estudo Arqueobotânico do depósito do silo 1, sondagem 10. In BATALHA, Luísa; CANINAS, João Carlos; CARDOSO, Guilherme; MONTEIRO, Mário, coord. – *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira). Trabalhos Arqueológicos Efectuados no Âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa: EPAL, pp. 155-197.
- ZBYSZEWSKI, G.; TORRES DE ASSUNÇÃO, C. (1965) – *Carta Geológica de Portugal, Notícia explicativa da Folha 30-D Alenquer*. Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.

AS “COVAS DE PÃO” DE CARNIDE: UM GRANDE CELEIRO ÀS PORTAS DA LISBOA MEDIEVAL

Ana Caessa¹, Nuno Mota²

¹ Arqueóloga na Câmara Municipal de Lisboa (CML) / ana.caessa@cm-lisboa.pt

² Arqueólogo na Câmara Municipal de Lisboa (CML) / nuno.miguel.mota@cm-lisboa.pt

Resumo

O Projeto de Requalificação Urbanística e Paisagística do Largo do Coreto em Carnide e envolvente possibilitou uma prolongada intervenção arqueológica no local, entre Março de 2012 e Maio de 2013. Nesta intervenção foram identificadas várias realidades arqueológicas, de que se destacam os 127 silos (dos 164 registados arqueologicamente até ao presente) que corresponderão às “covas de pão” referidas em documentação medieval. A mancha de distribuição dos silos, a quantidade e as suas características, o que se pode aferir sobre as questões relativas à sua propriedade e uso, ao longo do tempo, transformam Carnide num “caso de estudo” sobre estas estruturas de armazenamento subterrâneas e o seu significado nas estratégias de ocupação do espaço.

Palavras-chave: Arqueologia, Carnide, Silos, Época Medieval e Moderna.

Abstract

The Urban and Landscaping Requalification Project of Largo do Coreto in Carnide and Surrounding Areas has enable a prolonged archaeological intervention on the site since March 2012 to May 2013. Several archaeological realities were identified, most notably the 127 silos (out of 164 recorded archaeologically to the present day) which correspond to the “bread pits” referred to in medieval documentation. The distribution pattern of the silos, the quantity, and their characteristics, what can be assessed about issues relating to their ownership and use over time, transform Carnide into a “case study” about these underground storage structures and its meaning in space occupation strategies.

Keywords: Archaeology, Carnide, Silos, Middle and Modern Ages.

1. NOTA PRÉVIA

O “Largo do Coreto” não existe oficialmente na toponímia da freguesia de Carnide, em Lisboa. O local que é, popularmente, assim conhecido desde os inícios do século XX (quando por volta de 1902 aí foi instalado um coreto, ainda móvel e em madeira,) é na realidade o largo que é delimitado pela Rua Neves Costa (no século XIX, Passeio do Alto do Poço ou Passeio do Espírito Santo) ou a (ainda mais) antiga Rua Direita à Luz, cujos arruamentos adjacentes conservam presentemente os topónimos antigos: Rua do Machado, Travessa do Machado e Travessa do Jogo da Bola. Esta área, alvo do Projeto de Requalificação Urbanística e Paisagística que motivou uma intervenção arqueológica, está situada no quadrante Noroeste do Concelho de Lisboa (Carta Militar de Portugal 1: 25 000, folha nº 431) num pequeno planalto à Latitude N 38°45'35.75'', Longitude W 9° 11'20.49'', a uma altitude de 100 m (Figura 1).

O local está integrado numa “zona Antiga” cujos limites foram definidos em finais de 1976 pela Câmara Municipal de Lisboa, decorrendo desde essa altura o longo processo com vista à classificação do conjunto¹. O próprio Plano de Urbanização de Carnide², embora mais focado para as áreas não antigas, leva em consideração a sensibilidade patrimonial no núcleo histórico da freguesia. Assim, não será de estranhar que o núcleo antigo Carnide/Luz esteja sinalizado no Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML), como área de sensibilidade arqueológica obrigando à realização de trabalhos arqueológicos no âmbito de todas as operações urbanísticas que impliquem escavação de solo e subsolo.

O interesse na classificação do conjunto e a sua integração em mancha de sensibilidade arqueológica, refletem o reconhecimento da antiguidade do local e a preocupação com a salvaguarda do seu património histórico numa ótica de conjunto, muito alicerçados, até aos fins do século XX, numa tradição historiográfica sobre o local e a alguma informação arqueológica, então disponível.

¹ Apesar de revisões aos limites da área a classificar, de acordo com o Anúncio nº 13 709/ 2012 publicado no *Diário da República*, 2ª série, nº 223 de 19 de Novembro de 2012, a Zona Antiga Carnide/ Luz, em Lisboa, encontra-se em processo de classificação como Conjunto de Interesse Público. A classificação de imóveis notáveis dessa zona, nomeadamente de edifícios religiosos, bem como a definição das Zonas Especiais de Proteção (ZEP) ocorreram de forma mais simples.

² Publicado em Aviso no *Diário da República*, 2ª série, nº 149 de 5 de Agosto de 2013.

2. A TRADIÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE CARNIDE

A história de Carnide³ tem sido difundida através de um conjunto bibliográfico diversificado, mas não muito numeroso⁴. A leitura desta bibliografia demonstra pouca evolução na exploração das inúmeras fontes arquivísticas enunciadas (mas pouco exploradas) desde os primeiros trabalhos publicados e, nalguns casos, a grande influência que as obras mais antigas continuam a ter na produção das mais recentes, não se verificando alterações significativas no discurso sobre a evolução histórica de Carnide. A recente monografia intitulada “A ermida que há dentro deste lugar de Carnide” (Carvalho, 2021) toma como pretexto um edifício de natureza religiosa para abordar toda a história de Carnide. Embora refira fontes arquivísticas e arqueológicas não se distancia do discurso historiográfico tradicional (Caessa e Mota, 2023, 2031-2032).

Muitos dos trabalhos que tratam a história do sítio começam por tecer considerações etimológicas sobre o topónimo, dando-lhe uma origem linguística céltica ou árabe, e com isso fazem recuar a essas épocas remotas o povoado (como acontece em Pereira, 1914 – 1916 [1914], 169; Araújo, 1977, 50 e em Consiglieri *et alli*, 1993, 59).

Contudo, toda a bibliografia aponta os finais do século XII para o aparecimento das fontes para o estudo da história de Carnide. E nessa época consequente à conquista cristã de Lisboa aos mouros, os textos são unânimes em apresentar Carnide como uma área

³ A contextualização histórica que se apresenta neste texto segue de perto, atualizando, o publicado em Caessa e Mota, 2014.

⁴ Apenas uma vez, entre 1914 e 1916, no periódico da Universidade de Coimbra, *O Instituto*, terá sido tentada a publicação de uma monografia histórica, “Memórias de Carnide”, nunca concluída (Pereira, 1914-1916). Para além deste exemplo, o que existe, cobrindo um período de publicação que vai do século XVII ao XXI, são estudos sobre algumas das casas religiosas de Carnide (como por exemplo, Soveral, 1610 ou Araújo, 1977), artigos de investigação de variados temas históricos que casualmente empurraram a pesquisa para a região de Carnide (como Azevedo, 1905, 1-33), memórias com forte pendor autobiográfico (por exemplo, Pereira, 1910, 55-146), artigos em obras dedicadas ao património histórico-cultural de carácter mais geral (tais como, Gonçalves, 1994a, 213-214; Gonçalves, 1994b, 854-855; Jorge, 1994, 214-216; Moita, 2000a, 222-229; Moita, 2000b, 229-231; Moita, 2000c, 231-235; Moita, 2000d, 235-238; Moita, 2000e, 238-241; Moita, 2000f, 241-242; Moita, 2000g, 243-244; Sucena 1994a e 1994b), ou mesmo pequenos roteiros com fins turístico-culturais (como por exemplo, Carvalho, 1987; Calado e Ferreira, 1991; Consiglieri *et alli*, 1993; Figueiredo, 2005).



Figura 1 – Localização de Carnide no território de Lisboa (círculo vermelho); Largo do Coreto (Rua Neves Costa) e ruas adjacentes [Fonte: <https://website.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LXInterativa.LXI>].

preenchida com herdades agrícolas, propriedade de particulares abastados (incluindo a família real) e de casas conventuais como São Vicente de Fora e Santa Maria de Chelas, ou Santo Elói, por exemplo. Para o aparecimento da aldeia são assinalados como marcos, um documento de 1259, conhecido como “Foral de Carnide”⁵, pelo qual o Mosteiro de São Vicente de Fora divide parte do território de que é proprietário em Carnide em 32 courelas, para 29 povoadores e, em 1279, a criação da paróquia.

De acordo com a bibliografia, a aldeia de Carnide e muito daquilo que a caracterizará, a igreja paroquial (consagrada a São Lourenço⁶), a ermida (do Espírito

Santo⁷), o rossio, a fonte, ou poço e as covas, por exemplo, aparece documentado arquivisticamente desde os inícios do século XIV.

Para o século XV são destacados, a estada de D. Duarte numa quinta em Carnide (1437-1438), o início da procissão do Círio do Cabo à Ermida do Espírito Santo (1437), o milagre de Nossa Senhora da Luz (1463), a construção da respetiva ermida e o começo das peregrinações ao local (1464).

Se história de Carnide no século XVI é ocupada com a fundação e construção, por iniciativa da Infanta D^a. Maria (filha de D. Manuel I), do Templo da Luz

⁵ ANTT, *S. Vic. Fora*, m. 3, nº36.

⁶ A Igreja de São Lourenço de Carnide aparece referida em documentação datada de 1321, o que dificulta a aceitação da tradição de alguma vez, anteriormente à consagração a esse santo, ter tido como orago Nossa Senhora da Assunção, ou Santo Amaro (sobre este assunto ver, por exemplo, Araújo, 1977, 54; Lázaro, 2014 e Moita, 2000b).

⁷ A documentação mais antiga que refere a igreja de São Lourenço de Carnide, datada de 1321, refere também uma ermida que lhe estava anexa. Consensualmente tem sido aceite pela bibliografia respeitante a Carnide que essa ermida era a velha ermida do Espírito Santo (que até meados do século XIX se situava no lado nascente do Largo do Coreto) e que possuiria anexa uma gafaria (Araújo, 1977, 54 e 64; Carvalho, 2021). A existência da gafaria, contudo, é bastante problemática e os trabalhos historiográficos sobre a assistência a leprosos em Portugal, ou mais especificamente na região de Lisboa, nunca a referem (ver por exemplo, Correia, 1941, 10-11; Nóvoa, 2010, 74-80).

(1575-1596), o século XVII é tratado através da história da construção e instalação do Hospital da Luz (1601-1618), do Convento de Santa Teresa de Jesus, a partir de 1642, do Convento de São João da Cruz, a partir de 1681) e do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Luz, a partir de 1694 (Araújo 1977; Moita 2000c; Gonçalves 1994b; Sucena, 1994). A este século, ainda, consegue remontar-se a história de algumas das quintas de Carnide (e famílias proprietárias) que chegaram, embora muitas vezes com outros nomes, aos inícios do século XX (Gonçalves, 1994a; Moita, 2000d; 2000e; 2000f; 2000g).

O século XVIII é marcado, também na historiografia de Carnide, pelo Terramoto de 1755 e os seus efeitos que aparecem sumariamente descritos na folha nº 109 do *Livro 3º de Óbitos da Freguezia de Carnide*:⁸. Dessa devastação, nas “Memórias Paroquiais”, o Cura Manoel José Nunes Tavares, a 21 de Abril de 1758, dá conta de que apenas terão resistido a Ermida do Espírito Santo e, parcialmente, os edifícios conventuais de Santa Teresa de Jesus e de São João da Cruz (Portugal e Matos, 1974, 47-55). A reconstrução é assunto quase não tratado pela bibliografia, excetuando quando diz respeito às casas conventuais, às igrejas e a algumas (poucas) moradas de nobreza.

No século XIX, Carnide é descrito como uma aldeia bucólica, onde se vão construindo os chalés de lisboetas abastados, que para aí se deslocam para gozar os “bons ares” e a tranquilidade nos seus períodos de descanso⁹. Uma efémera Câmara Municipal de Belém ocupar-se-á, na segunda metade do século XIX, com os arranjos urbanísticos. No Alto do Poço, ou Passeio do Espírito Santo, a demolição da ermida (1858), a trasladação do cemitério dessa ermida para o da Igreja de São Lourenço e, poucos anos depois para o recém-criado cemitério de Benfica (1869). Grandes terraplanagens transformam esse ponto mais alto da aldeia numa plataforma que é atualmente o Largo do Coreto e permitem o alargamento e planificação da antiga Rua Direita à Luz (atualmente Rua Neves Costa) e da paralela Estrada do Machado (1860), assim como a transformação do Terreiro da Luz (desde o século XVI,

pelo menos, um chão de feira), num Largo da Luz ajardinado e com ponto de água (1862).

Quase ainda não incluído no discurso historiográfico sobre Carnide, o século XX, assiste à instalação das linhas para o carril do elétrico nº13, à construção de infraestruturas de saneamento de distribuição de água, eletricidade e gás, não esquecendo o enorme desenvolvimento urbanístico verificado a partir da segunda metade do século quase fazendo desaparecer o ambiente rural que caracterizou a freguesia e que ainda era uma realidade aquando do levantamento, sob a direção de J. A. da Silva Pinto e A. Sá Correia, para a *Planta Topográfica de Lisboa* de 1908 (Figura 2).

Estando a documentação arquivística respeitante ao sítio de Carnide deficientemente explorada, parece compreensível que os mais recentes contributos para a evolução da história do sítio resultem da atividade arqueológica.

3. A INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA SOBRE CARNIDE

Os primeiros vestígios arqueológicos encontrados em Carnide reportam-se aos inícios do século XX. Em 1908, durante os trabalhos de renovação de calçada no Alto do Poço, foram identificadas “duas covas” (Pereira, 1010, 189-190). Mais tarde, em 1926, durante a construção de um coletor, algures em Carnide, foram identificados mais 12 silos cuja descoberta mereceu referência na sessão de câmara de 9 de setembro de 1926 e uma pequena notícia no jornal *O Século* do dia seguinte.¹⁰

Podem referir-se ainda, por exemplo, os vestígios encontrados no subsolo de “Payam” (que confinava a Oeste com o sítio de Carnide), divulgados em 1914: “moedas, telha, tijolo de construção e objetos de uso doméstico que os árabes deixaram...” (Pereira, 1914 – 1916 [1914], 169).

Desde os finais do século XX, intervenções arqueológicas desenvolvidas no centro histórico de Carnide permitiram identificar e escavar contextos antigos que remetem para uma provável ocupação do território desde a pré-história recente, o que não se estranha numa paisagem caracterizada por solos férteis, adequados ao desenvolvimento de uma economia agrária. No edifício do Largo da Praça nº 7, por exemplo, foi recolhido, descontextualizado, um artefacto pré-histórico, identificado como um ídolo de cornos do período Calcolítico (Cardoso e Monteiro, 2008b, 7).

⁸ “Em o primeiro dia do mes de Novembro de mil setecentos e sincoenta e sinco ouve hu terremoto notável em que se demolirão a mayor parte das casas deste logar de Carnyde” (Sousa, 1923, 788-789).

⁹ Foi de uma situação dessa natureza em 1898 que resultou, por exemplo, “O Lindo Sítio de Carnide” e “Notícias de Carnide” de Gabriel Pereira (Pereira, 1910, 54-84 e 87-146).

¹⁰ *O Século*, sexta-feira, 10-9-1926, na página 2.



Figura 2 – Planta Topográfica de Lisboa: Plantas 5Q e 6Q à escala 1:1000, de 1908. CML [Fonte: <https://website.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LXInterativa.LXi>].

Os três monumentos funerários romanos, as cupas, integradas em cunhais de edifícios no Largo da Praça (Cardoso e Gonzalez, 2008a, 6) e o fragmento da ara reutilizado como material de construção, encontrado na Rua Neves Costa nº 84-85 (Cuesta Gomez e Prata, 2017), entre outros achados da mesma cronologia e na mesma área (Batalha, Monteiro e Cardoso, 2020) indiciam a ocupação de Carnide em época romana.

Uma pequena área cemiterial foi registada em 2011, sob os imóveis Rua da Fonte 39-57/ Rua Maria Brown, onde: “A análise do modo e tipologia dos enterramentos – homogeneidade na orientação cardeal, deposição do corpo, ausência de material votivo associado às sepulturas – sugere que nos encontramos perante situações de ritual funerário islâmico e, por consequência, que os indivíduos recuperados viveram durante a Idade Média, provavelmente durante o período de domínio muçulmano da região de Lisboa (séculos VIII a XII). [...] Os enterramentos identificados partilham quase todas as características com outras necrópoles islâmicas da Península Ibérica, nomeadamente a orientação SO-NE que no al-Andalus, assegura um alinhamento escrupuloso com a Quibla (ou seja, Meca). Esta solução canónica não é, contudo, universal em contextos funerários islâmicos peninsulares” (Curate, Monteiro e Pereira, 2016, 101).

Os períodos mais registados arqueologicamente em Carnide são, no entanto, o Medieval Cristão e o Moderno. E neste âmbito destacam-se, as estruturas que primeiro foram mencionadas na bibliografia dos inícios do século XX, que também são referidas nas fontes arquivísticas medievais cristãs: as covas de pão. É o caso dos seis silos, museologicamente integrados, no Largo do Jogo de Bola (Diogo e Vital, 1998, 49-52), de um re-

gistado na Rua das Parreiras 20-22¹¹ e de outro na chamada Casa Portela Santos na Rua Neves Costa, 59-63 / Rua do Machado, 38A¹² (Monteiro e António, 2013).

A toda esta informação arqueológica acrescem os resultados da intervenção arqueológica desenvolvida no âmbito do Projeto de Requalificação Urbanística e Paisagística do Largo do Coreto, entre 2012 e 2013 (LCOR12), conjugados com os da intervenção arqueológica sua contemporânea na mesma área que decorreu no âmbito da instalação de infraestruturas da CME (Rosa, 2013).

A intervenção arqueológica realizada no âmbito do Projeto de Requalificação Urbanística e Paisagística do Largo do Coreto e Envoltente permitiu a identificação de várias realidades arqueológicas cuja interpretação tem vindo a ser divulgada de modo a contribuir para a atualização do discurso historiográfico a respeito de Carnide (Caessa e Mota, 2013, pp. 1025-1032; Caessa e Mota, 2014, pp.83-104; Caessa e Mota, 2016, pp. 96-107, Garcia, Caessa e Mota, 2022, Caessa e Mota, 2023).

O que primeiro se registou em toda a área abrangida pelo projeto de requalificação foi uma terraplanagem muito bem marcada arqueologicamente numa interface de destruição de todas as estruturas e depósitos e no corte do substrato geológico, sempre sensivelmente à mesma cota, depois coberto com ater-

¹¹ Intervenção arqueológica realizada em 2017, sob a responsabilidade da Neoépica – Arqueologia e Património (<https://www.neoepica.pt/index.php/component/k2/item/848-rua-das-parreiras-n%C2%BA-20-22-carnide-lisboa>)

¹² Neste último local e no edifício onde esteve sedeada uma Fábrica de Papel (Rua do Machado, 47), foram também identificados escassos vestígios de outras estruturas, com cronologias que vão do século XV ao XIX (Ferreira, 2000; Ramos, 2000).

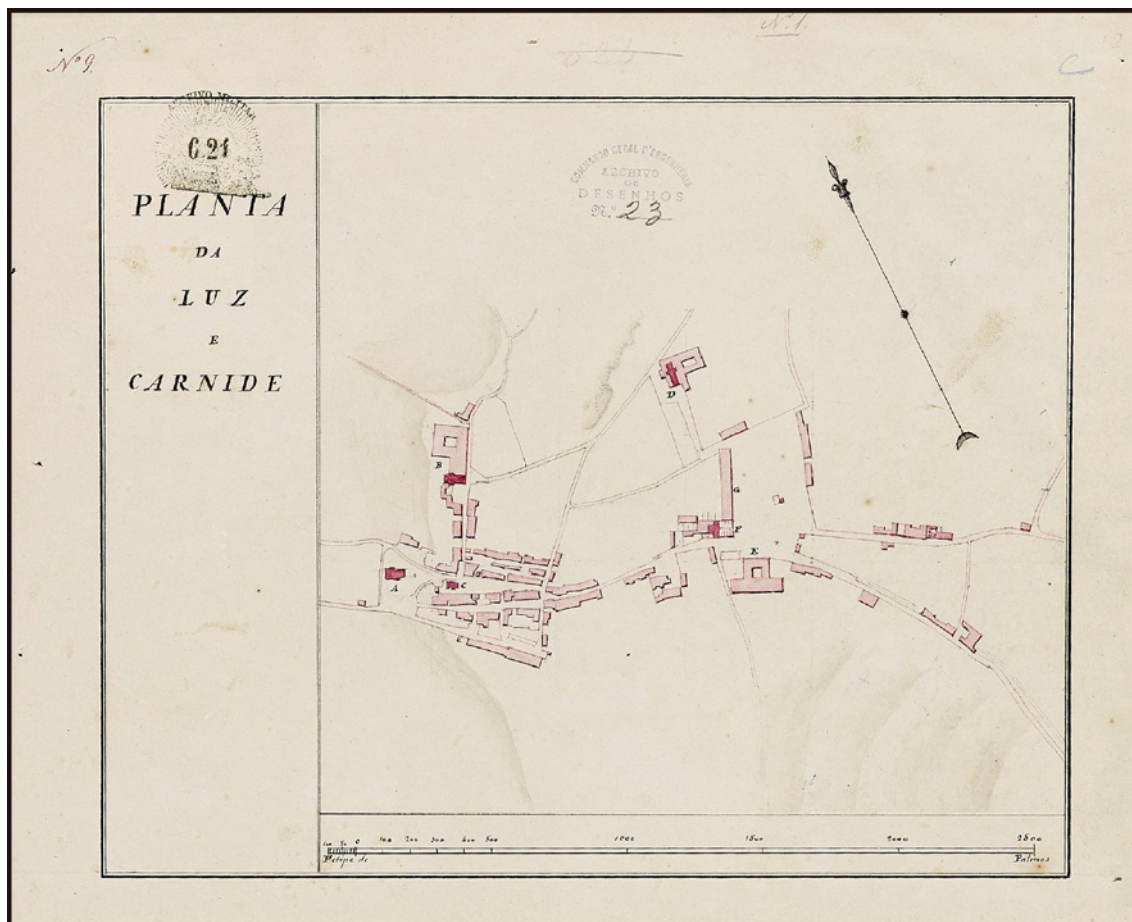


Figura 3 – *Planta da Luz e Carnide* (1827) - Coleção Carta topográfica dos subúrbios de Lisboa (Maximiano José da Serra). Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar. [Fonte: PT-GEAEM/DIE-2322-2-16-20].

ros recentes. Este fenómeno corresponde ao arranjo urbanístico implementado pela Câmara Municipal de Belém, decidido em 1860, que transformou o Alto do Poço, então um promontório, num largo, plano, rodeado por ruas menos íngremes e mais largas.

O poço que explicará o topónimo, em alvenaria, com planta circular, de origens desconhecidas e taponado na primeira metade do século XX, também se registou a meio do largo.

A Noroeste do largo, foi identificado o que restou de um alicerce da Ermida do Espírito Santo, ainda assinalada na cartografia da primeira metade do século XIX (Figura 3) e cuja existência explicava o outro topónimo pelo qual era conhecido o Alto do Poço, Passeio do Espírito Santo. Perante o seu estado de abandono, a Câmara Municipal de Belém resolveu, no quadro das suas competências legais, em Setembro de 1858, a demolição do imóvel e a trasladação dos enterramen-

tos do seu cemitério para vala comum do cemitério da Igreja de São Lourenço. Neste enquadramento não foi inesperada a deteção durante a intervenção arqueológica, junto ao alicerce da Ermida do Espírito Santo e para Sul, de restos mortais que permaneceram desse antigo cemitério (Garcia, Caessa e Mota, 2022).

Porém, o que mais se destaca nesta intervenção arqueológica é o registo de 100 silos no Largo do Coreto e na Rua Neves Costa (Figura 4), 16 silos na Rua do Machado, 11 silos na Travessa do Jogo da Bola, ou seja, registaram-se ao todo 127 silos, dos quais 71 foram escavados (Figura 5). Somando os 29 identificados nos mesmos locais pelos acompanhamentos da equipa da CME¹³, os 6 silos musealizados no Largo do Jogo da

¹³ Nem todos constantes do relatório final da respetiva intervenção arqueológica, que relata apenas a segunda fase sob a direção de outro arqueólogo (Rosa, 2003).



Figura 4 – Aspeto do topo dos silos após a decapagem de uma vala (Sondagem 24) para a instalação de infraestruturas de saneamento, no Largo do Coreto.

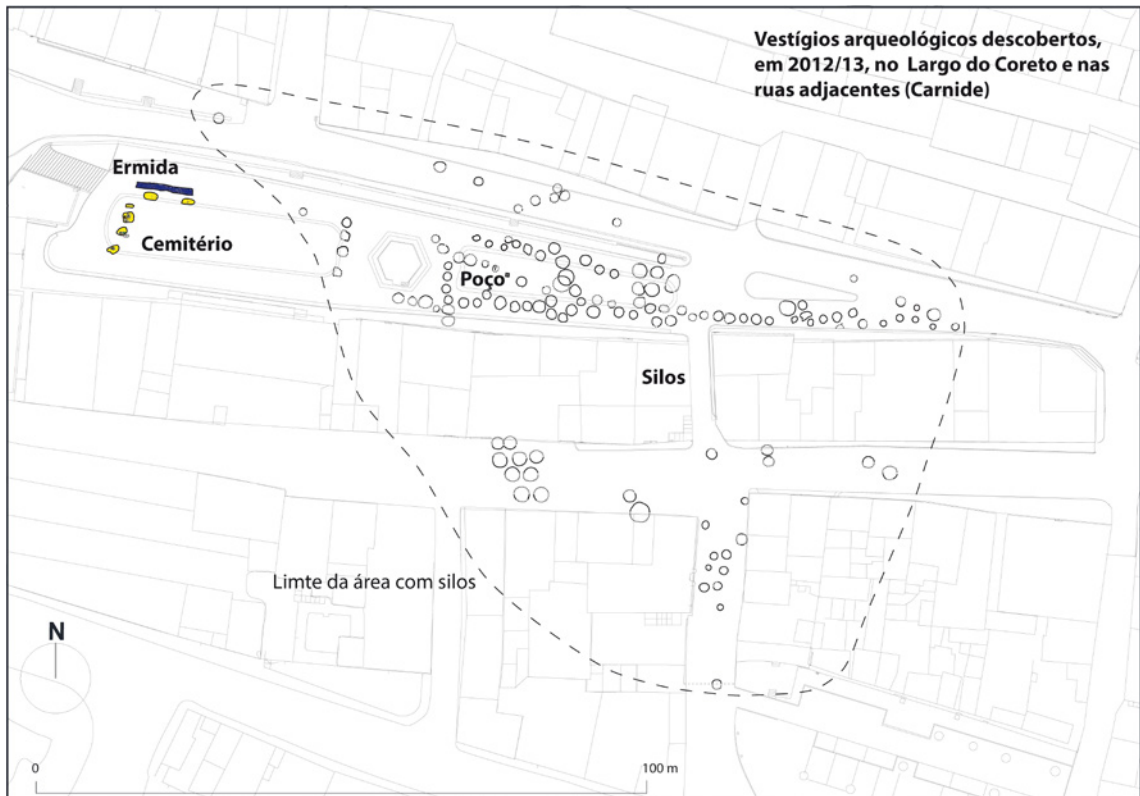


Figura 5 – Implantação dos vestígios arqueológicos descobertos no Largo do Coreto e ruas adjacentes.

Bola (Diogo e Vital, 1998), o que foi intervencionado no interior da chamada Casa Portela Santos (Monteiro e António, 2013) e aquele escavado na Rua das Parreiras nº 20-22¹⁴, contabiliza-se o total de 164 silos registados arqueologicamente até ao momento¹⁵.

4. UM TERREIRO DE SILOS EM CARNIDE

A quantidade de silos registados arqueologicamente em Carnide convida a uma reflexão global destas estruturas nesse território.

Essa análise beneficia do resultado da investigação histórica e arqueológica realizada, sobretudo a partir de meados do século XX sobre a temática dos silos e mais recentemente enriquecida com estudos de Etnoarqueologia e Arqueologia Experimental, conjugados com a investigação no domínio da Agronomia (por exemplo, Miret i Mestre 2005, 2006, e 2008; Ollich *et al*, 2012). Os resultados desses trabalhos promoveram novas abordagens que reconheceram os silos para armazenamento (sobretudo) de cereais como a realidade arqueológica mais presente no registo arqueológico de época medieval e moderna. Assim os silos tornaram-se fonte material privilegiada para a compreensão das dinâmicas de ocupação e uso dos espaços rurais (de produção, transformação, armazenamento e habitação), das capacidades produtivas de uma região e das relações e diferenças socioeconómicas das respetivas populações. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se critérios metodológicos capazes de levar em consideração o valor da representatividade dessas estruturas de armazenamento num contexto bem mais amplo de muitas outras que, tendo existido contemporaneamente, raramente integram o registo arqueológico, pelo menos de forma clara (por exemplo, Blanchi e Quirós Castillo, 2013; Gelichi, 2013; Peytremann, 2013; Quirós Castillo, 2013; Vigil-Escalera, 2013).

Segundo todos os estudos, a mancha de distribuição de silos está diretamente relacionada com as características do terreno. Por um lado, o substrato geológico margoso, tem sido considerado o mais adequado (desde que não permeável) para a escavação

de silos, a seguir à raríssima escavação em rocha dura, pela dificuldade e morosidade do processo. Por outro lado, a topografia elevada e acidentada tem sido apontada como espaço preferencial para a sua localização (sobretudo quando os silos não estão diretamente associados a habitações ou dependências agrícolas construídas) por proporcionar áreas mais secas, possuidoras de pendentes acentuadas para que as águas das chuvas escorram antes de se poderem infiltrar e por serem mais bem ventiladas (Miret i Mestre 2005, 2006 e 2008).

Em Carnide, os silos têm sido, sempre, registados numa área que cumpre os requisitos enunciados: um ponto elevado e bem ventilado com um substrato geológico adequado, tendo sido possível detetar os limites Oeste e Este do espaço ocupado com silos: a Oeste do largo, a construção dos silos foi aparentemente condicionada pela presença de um substrato mais endurecido e com várias intercalações de calcários brancos, compactos e difíceis de escavar; a Este, foi limitada pelo substrato argiloso e poroso, também pouco adequado à instalação destas estruturas subterâneas (Figura 6).

A estas características de natureza geológica e topográfica junta-se, segundo a bibliografia especializada (como Miret i Mestre, 2005, 2006 e 2008), a aptidão agrícola na envolvente, diretamente relacionada com a disponibilidade de água. A existência de linhas de água garantindo a possibilidade de produção agrícola em Carnide está atestada em documentação de fins do século XV com adições em meados do século XVI (Azevedo, 1905, 9-10 e 32), registando-se a referência a canos, rego, ribeiro, rio, estas últimas designações, por vezes, acrescidas da indicação “do Bom Nome”¹⁶. Ou seja, por essa altura ainda correriam à superfície, linhas de água de leito variável, na área que é hoje o centro histórico de Carnide, algumas talvez já reconduzidas e regularizadas como se depreende da referência aos canos. Tudo leva a crer que o abundante regime hídrico, essencial à produção agrícola e cerealífera, convivia territorialmente e sem intromissão com os silos.

Em termos económicos, já foi reconhecida a regularidade da organização do espaço agrícola em torno de Lisboa, com a circunvizinhança da cidade ocupada pelas pequenas propriedades hortícolas, depois pela cultura da vinha e da oliveira e nas zonas mais perifé-

¹⁴ Intervenção arqueológica realizada em 2017, sob a responsabilidade da Neoépica – Arqueologia e Património, divulgada no seu *site* www.neoepica.pt.

¹⁵ Nesta contagem não estão incluídos os 14 silos referidos na bibliografia, encontrados no início do século XX, cuja localização precisa é desconhecida, tornando impossível perceber se correspondem a algum dos que foram registados arqueologicamente, já no século XXI.

¹⁶ Sendo que ainda existe o que resta da Quinta do Bom Nome cuja habitação nobre se situa dentro de muros na Estrada da Correia na confluência com a Azinhaga do Poço do Chão, bem próxima, mas em cota bastante inferior ao atual Largo do Coreto.

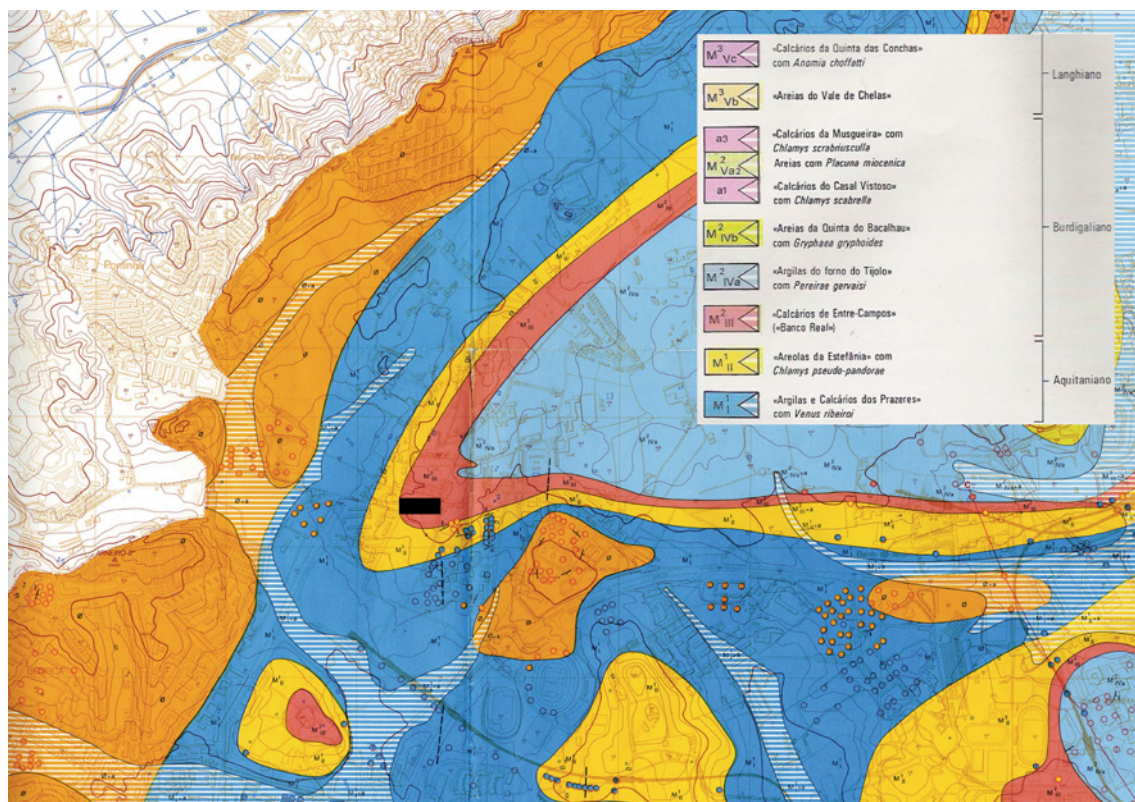


Figura 6 – Excerto da carta geológica de ALMEIDA, F. M. (1986) – Carta Geológica do Concelho de Lisboa, Folha 1, na Escala 1:10 000. Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal. A área dos silos está faixa correspondente aos “Calcários de Entrecampos (Banco Real)” e às “Arealas da Quinta do Bacalhau”, ladeada, a Oeste, pelas “Argilas e Calcários dos Prazeres” e, a Este, pelas “Argila do Forno do Tijolo”.

ricas pelos casais, as herdades e as granjas, onde a produção era destinada não só ao consumo local, mas sobretudo ao mercado (Trindade e Gaspar, 1973-1974). No caso específico de Carnide, está atestada a existência, a partir de finais do século XII, de herdades, vinhas e casais¹⁷. De acordo com a documentação, a partir do século XIII, a paisagem inicia um processo de transformação do espaço em courelas, como parece indicar o chamado “foral de Carnide” de 1259¹⁸. O fenómeno de divisão do espaço rural mantém-se nos séculos seguintes com a ocorrência cada vez mais frequente das palavras “courela”, “quinta”, “seara”, “vinha”, “olival”,

¹⁷ Como demonstram os sumários da documentação dos Mosteiros de São Vicente de Fora e de Santa Maria de Chelas (grandes proprietários na região), disponíveis para consulta em versão manuscrita na Sala de Referência do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Entre outros: ANTT, *S. Vic. Fora.*, m. 1, nº 8; ANTT, *S. Vic. Fora.*, m. 1, nº 9; ANTT, *S. Vic. Fora.*, m. 1, nº 203; ANTT *S. Vic. Fora.*, liv. 121, fl.18, doc.1.

¹⁸ ANTT, *S. Vic. Fora.*, m. 3, nº 36.

mas também, “lagares”, “moinhos”, “cubas”, “tonéis”, “tinas”, “adegas” e “covas de pam”¹⁹. As covas, ou silos, de Carnide destinadas ao armazenamento do excedente cerealífero eram conhecidas pela eficácia na preservação de grão por vários anos (Marques, 1968, 119).

O mercado principal da produção cerealífera de Carnide, seria Lisboa, onde o défice crónico de cereais obrigava à permanente tomada de medidas régias e municipais que garantissem o abastecimento e distribuição desses bens essenciais na dieta medieval e moderna (Gonçalves, 2019).

Os silos registados pela atividade arqueológica em Carnide serão apenas alguns dos muitos mais que existiram e terão sido destruídos sem deixar qualquer vestígio e daqueles que permanecem no subsolo por registar, uma vez que não foi feita, em nenhuma das in-

¹⁹ De acordo com os sumários da documentação do Mosteiro de São Vicente de Fora, e do Mosteiro de Chelas. Por exemplo: ANTT, *S. Vic. Fora.*, cx. 13, nº 21; ANTT, *Chellas*, nº395; ANTT, *Chellas*, nº335; ANTT, *Chellas*, nº400.

tervenções, uma escavação em área, nem os trabalhos de decapagem contemplaram toda a área abrangida pelo projeto de requalificação.

A planta dos silos realizada em resultado da intervenção LCOR12²⁰ é amostra suficiente para deixar supor uma muito mais elevada densidade de silos naquele espaço. Essa densidade de silos torna improvável a existência de outras estruturas no local, (nomeadamente edificado habitacional) que não as necessárias à própria utilização dos silos: caminhos por onde fosse possível a passagem de cargas de cereal, espaços funcionais necessários ao uso dos silos e talvez construções precárias e telheiros que protegessem os silos das intempéries.

Tudo parece indicar que em Carnide existiu, no espaço que é presentemente o Largo do Coreto e ruas envolventes a Norte e a Sul, um “terreiro de silos”, no qual estas estruturas subterrâneas ocupavam de forma densa uma área com uma dimensão que apenas pode ser estimada e cujos limites foram já identificados a Nascente e a Poente. Esta organização dos silos no território, tem paralelos arqueológicos e etnográficos, mas é menos frequente do que os conjuntos (habitualmente mais pequenos) de silos construídos no interior de habitações ou de dependências agrícolas, junto às suas fachadas, ou nos respetivos pátios, ou então dos silos dispersos pelas parcelas agrícolas, junto às eiras, ou alinhando-se em bateria, ao longo dos caminhos que rodeavam as propriedades (Blanchi *et alii*, 2013; Gelichi, 2013; Ollich *et alii*, 2013; Miret i Mestre 2005, 2006 e 2008; Peitremán, 2013; Vigil-Escalera, 2013 e no caso português em particular, entre outros: Cuesta Gomez, Prata *et alii*, 2021; Martins, Neves *et alii*, 2010; Rosa, 2019). Um terreiro de silos a céu aberto com cronologia semelhante ao de Carnide parece ser a realidade arqueológica identificada em Alcoberbas, Campo Maior (Paço, 1959) e em Guimarães (Cosme, 2012), embora o número de silos registado nestes locais não ultrapasse a meia centena.

Chegaram ao século XXI, alguns ainda em uso em meados do século XX, “terreiros de silos” em Itália, na ilha de Malta e em Espanha, por exemplo. Nalguns casos, como em Floriana ou em La Valletta, na ilha de Malta (Dandria, 2010), ou em Burjassot, Valencia, em Espanha (Esposito Navarro, 2005), correspondendo a uma gestão pública do espaço e das operações de armazenamento das reservas de cereal, numa versão

²⁰ Mesmo não integrando os resultados das outras intervenções arqueológicas incluindo aquela realizada no âmbito dos trabalhos da CME.

monumentalizada, de época moderna, em que o terreiro é uma praça pavimentada, onde as entradas para os silos não passam despercebidas e as estruturas subterrâneas são autênticas construções em alvenaria e cantaria. Mas noutros casos, como em Itália, na região que em época moderna era conhecida como La Capitanata (área que corresponde, *grosso modo*, à Apúlia), permanecem como memória histórica a preservar alguns terreiros não pavimentados e abertos ao trânsito quotidiano, onde os silos (referidos arquivisticamente desde os inícios do século XIII e cujo número ultrapassa as cinco centenas), bem como a sua propriedade, são assinaladas através de simples marcos em pedra. Estes terreiros, como o *Piano delle Fosse Granarie di San Severo*, em San Severo²¹ (Figura 7) ou o *Piano delle Fosse del Grano di San Rocco* em Cerignola, em Foggia²² (Figuras 8 e 9), são provavelmente uma realidade semelhante ao que foi o terreiro de silos que existiu em Carnide.

Quase todos os silos registados em Carnide estavam cortados pela terraplanagem de meados do século XIX e por valas de infraestruturas construídas ao longo do século XX, mas alguns, estavam truncados pelas fachadas do casario ou muros considerados antigos. Ou seja, a mancha de distribuição dos silos não é conciliável com o que é atualmente o urbanismo do centro histórico de Carnide, incluindo o traçado das artérias mais antigas, tradicionalmente considerado de origem medieval,²³ No entanto, a mancha de distribuição dos silos é, compatível com a implantação no local das únicas estruturas existentes com origem medieval segura: a Ermida do Espírito Santo (e até o seu cemitério mais tardio) e a Igreja de São Lourenço.

Não existem dados arqueológicos para a fase de construção e início da utilização original dos silos registados em Carnide, mas as fontes documentais arquivísticas referem, desde os inícios do século XIV até pelo menos aos inícios do século XVI, as “covas”, ou as “covas de pam”, ou o “pam encovado” de Carnide (Azevedo, 1905). Fica, portanto, claro que, pelo menos, desde essa altura se construíram e utilizaram silos em Carnide para armazenar cereal.

²¹ https://www.darapri.it/approfondimenti/il_piano_delle_fosse_granarie (acedido em Maio de 2025).

²² https://it.wikipedia.org/wiki/Piano_delle_Fosse_del_Grano/ (acedido em Maio de 2025).

²³ Como a Rua do Machado, por exemplo, que ainda assim só é referida documentalmente em meados do século XVI, numa época em que os silos começavam a ser abandonados na sua função de celeiros subterrâneos.



Figura 7 – Terreiro de silos e mercado de gado, no *Piano delle Fosse Granarie di San Severo*, Foggia, Itália. Feira de San Pietro (San Severo, Foggia, Itália). Postal de 1920 [Fonte: www.darapi.it/approfondimenti/il_piano_delle_fosse_granarie/] (acedido em Maio de 2025).



Figura 8 – Silos com aberturas delimitadas à superfície e identificados com marcos de propriedade no *Piano San Rocco* ou *Piano delle Fosse Granarie*, em Cerignola, Foggia, Itália [Fonte: https://it.wikipedia.org/wiki/piano_delle_Fosse_del_Grano/ acedido em Maio de 2025].



Figura 9 – Vista aérea do *Piano San Rocco* ou *Piano delle Fosse Granarie*, em Cerignola, Foggia, Itália (património cultural classificado desde 1982) [Fonte: https://it.wikipedia.org/wiki/piano_delle_Fosse_del_Grano/, acedido em Maio de 2025].

O que se tem publicado sobre o uso do armazenamento em silos subterrâneos ao longo do tempo desde o Neolítico, com o longo interregno correspondente ao período romano²⁴, conjugado com a diacronia do que se sabe sobre a ocupação humana em Carnide, pode permitir que se coloque a hipótese de que se tenha recorrido ao uso de silos também em época islâmica, mas não existe qualquer prova documental arquivística ou arqueológica que a sustente.

Não fossem a grande quantidade e densidade de casos registados e as referências à sua existência e função, na documentação medieval, o estado de conservação de alguns exemplares poderia dificultar a sua identificação como silo, sobretudo naqueles exemplares em que as estruturas se situavam em local onde a cota da superfície original foi mais afetada pelas terraplanagens. É devido a estas dificuldades de interpretação que desde os finais do século XX têm vindo a ser desenvolvidos esforços para reunir critérios que orientem os arqueólogos, face ao estado de conservação, a distinguir silos de outras estruturas escavadas no subsolo. Os estudos agronómicos, etnográficos e arqueológicos têm vindo a concluir que os silos que apresentam morfologias troncocónicas, ovoides ou em forma de garrafa servem para armazenar cereais. Também podem ser cilíndricos, mas essa forma é partilhada com outros tipos de buracos (Miret i Mestre, 2005, 350).

No caso de Carnide, o estado de conservação geral dos silos é relativamente bom, mas nenhum preservou as aberturas intactas ou integralmente perceptíveis ao nível da sua secção. Esta circunstância resultou numa amostra numerosa, mas com elementos truncados, o que anula a possibilidade de uma análise quantitativa rigorosa com vista à criação de uma tipologia específica para estas estruturas subterrâneas. Não obstante estas condicionantes de estudo, é possível fazer uma apreciação qualitativa do conjunto e dos seus elementos no que respeita à sua construção e morfologia geral.

Os silos de Carnide apresentam características formais comuns às demais construções deste tipo. São estruturas profundas de planta circular e perfis que podem ser descritos como globulares, em forma de saco, de matraz ou de garrafa, formas comuns desde época alto-medieval (Vigil-Escalera, 2013, 129).

²⁴ Muito embora ausentes do registo arqueológico em contexto de época romana, a verdade é que a existência de silos (para armazenamento de grãos e até de espigas) escavados no subsolo da Hispânia, é referida por autores antigos como Pomónio Mela e Plínio (Garcia y Bellido, 1947, 174 e 269).

Na bibliografia são habitualmente usados termos próprios da geometria para descrever a morfologia dos silos. Apesar do seu uso generalizado por diversos investigadores para a criação de uma tipificação operacional e comparativa, não existe uma norma ou protocolo padronizado e consensualmente seguido pela comunidade científica. Esse tipo de terminologia, embora legítima, dificilmente se aproximará das operações técnicas e mentais que estariam por detrás dos aspetos utilitários associados à construção dos silos e à ensilagem.

Na realidade, independentemente das questões morfológicas, o sistema de armazenagem de cereais em silo subterrâneo conviveu sempre com outros sistemas referidos em documentação arquivística, cujo registo arqueológico é difícil e, portanto, muito raro: os edifícios em cota positiva (celeiros), os recipientes em cerâmica (talhas), em madeira (arcas), em fibras vegetais (cestas) e têxteis (sacas). Estes sistemas eram menos adequados ao armazenamento de longa duração de reservas cereais para períodos de carestia ou para especulação comercial e mais vocacionados para a armazenagem de curta duração e para distribuição e consumo quotidiano. Já a utilização de silos subterrâneos apresentava vantagens para a armazenagem de longa duração e desvantagens para os armazenamentos de curta duração, nomeadamente a perda da eficácia conseguida pelo ambiente interior (ver por exemplo: Chocarro *et alii*, 2013; Ollich *et alii*, 2013; Miret i Mestre 2005, 2006 e 2008).

Nesta ordem de ideias não será descabido colocar a hipótese de as formas dos silos (elipsóidais, ovoides, cónicas, piriformes, etc.) replicarem formas de recipientes/ contentores usados quotidianamente para armazenamento de produtos agrícolas, cuja morfologia fosse possível reproduzir no subsolo.

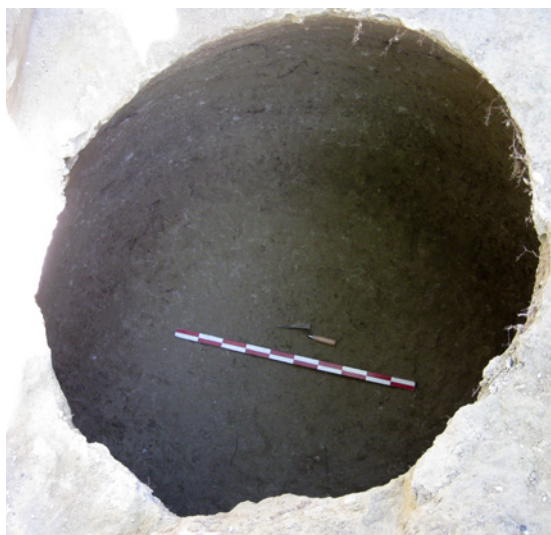
Seguindo este raciocínio, no caso dos silos de Carnide foram identificadas formas associadas a “talha” (Figura 10), para o “barril” (Figura 11) e para a “saca” (Figura 12). Estas designações associadas a objetos concretos estão certamente mais próximas das realidades dos construtores e utilizadores dos silos e não obstam à sua caracterização/ tipificação geométrica. A forma de “talha” caracteriza-se pelo seu formato globular alongado e um fundo estreito com quebra de base e ressalto convexo. Habitualmente esta forma é associada ao perfil de “garrafa”, mas será, preferível, confusões semânticas à parte, a nomenclatura funcional atribuível a um contentor de grande dimensão. O tipo “barril” diferencia-se pela forma tendencialmente cupiforme, com fundo largo e uma quebra de base com ressalto côncavo. A “saca” apresenta um



Figura 10 – Aspecto de um silo de Carnide com o fundo do tipo “Talha”. Ainda continha no seu interior a tampa em pedra (Sondagem 42, Ambiente III).



Figuras 11 – Aspecto de um silo de Carnide com o fundo do tipo “Barril” (Sondagem 24, Ambiente X).



Figuras 12 – Aspecto de um silo de Carnide com o fundo do tipo “Saca” (Sondagem 24, Ambiente IV).

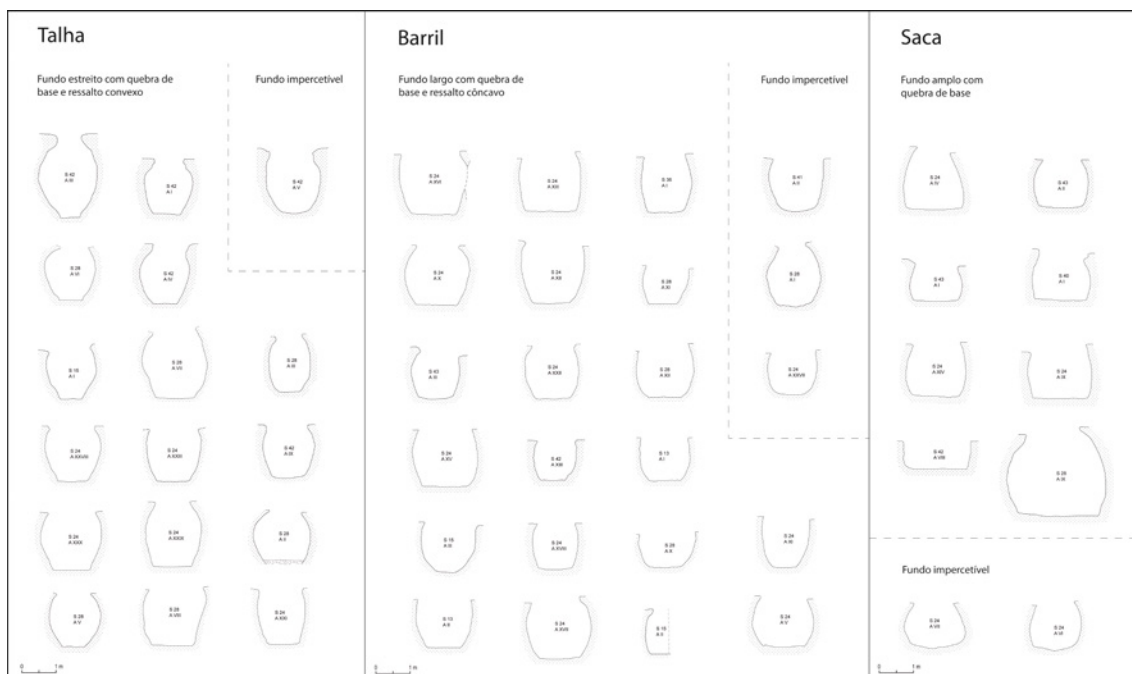


Figura 13 – Proposta de caracterização tipológica dos silos de Carnide: Talha, Barril e Saca.

perfil tendencialmente trapezoidal, com o fundo amplo e quebra de base simples (Figura 13).

Do uso primário dos silos foram registadas dezenas de tampas em pedra com formato circular ou quadrangular, claramente talhadas para esse uso específico, mas também mós reaproveitadas, tal como é normalmente identificado noutros locais. Outros tipos de elementos pétreos, como por exemplo, marcos de propriedade, ou afins, associáveis às estruturas subterráneas de armazenamento, não foram encontrados.

A questão da propriedade dos silos é um tema a explorar, mas tudo leva a crer que, embora partilhassem a mesma mancha territorial, não teriam um único proprietário que o fosse também daquele espaço. De entre a documentação existente assinala-se, por exemplo: uma Carta Régia datada de 1311, que apresenta a partição dos bens de Urraca Machado e de João Machado em Carnide e na lista de propriedades e direitos, os silos aparecem à parte²⁵; duas cartas régias, datadas respetivamente de 1429 e 1442, referem o “pam encovado” em Carnide, no primeiro caso propriedade de moradores e no segundo caso de um arcebispo que usufruía de direitos pelas covas que tinha em Carnide; num outro documento, também transcrito,

²⁵ ANTT, *Chellas*, nº 395, transcrito em AZEVEDO, 1905, 11.

datado de 1501, descreve-se a disputa entre familiares pela posse e utilização de algumas covas em Carnide que os marcos de propriedade não evitaram, por terem sido arrancados²⁶.

As projeções sobre a capacidade produtiva e de armazenamento de cereais a partir do cálculo da capacidade de armazenamento dos silos nunca poderão passar de meras estimativas a serem usadas com muita precaução, sobretudo e como no caso de Carnide, em que é raro que o silo apareça na sua forma completa no registo arqueológico²⁷. A esse fator acresce não se conseguir destrinçar, na quantidade de silos registados, quantos e quais estavam a ser utilizados em simultâneo. De igual modo, quase impossível de levar em linha de conta nessas projeções são os outros sistemas de armazenamento não subterrâneo, também em uso na mesma altura e no mesmo local, que não aparecem no registo arqueológico.

A manutenção dos silos implicava cuidados a ter no cíclico enchimento e esvaziamento e a vigilância anual dos ensilamentos de longa duração (abertura na Primavera/Verão para verificar o estado do silo e do

²⁶ Chancelaria de D. Manuel I, liv. 46, fl. 39v. (PT/TT/CHR/K/46/39-138v).

²⁷ A partir das dimensões dos silos de Carnide é possível estimar uma capacidade média unitária de 4,5m³.

grão e poder atuar de imediato). O tempo útil de utilização de um silo, dependeria do desgaste e deterioração estrutural, ou da perda de eficácia na conservação, provocadas pela quantidade de vezes que era utilizado ou de acidentes que causassem a sua destruição. A investigação da Arqueologia Experimental tem apurado uma média de dez anos em condições normais, mas na realidade há muitos fatores a levar em consideração que explicarão as referências a ensilagens eficazes com muitos mais anos (Miret i Mestre, 2005, 2006 e 2008; Ollic *et alii*, 2021).

Assim, as razões para o abandono dos silos na sua função de celeiros subterrâneos devem ser procuradas entre um alargado conjunto de situações, que os ensaios de Arqueologia Experimental têm assinalado: o tempo de vida útil de um silo e sua degradação natural, gradual, catastrófica ou intencional, fruto do abandono da estrutura, deixada vazia e sem manutenção, mesmo que ainda aparentemente em estado de ser utilizada. Relacionadas com estes fenómenos estão circunstâncias e conjunturas estudadas pela investigação em História Económica e Social: flutuações na produção de cereal devidas a maus anos agrícolas ou a falta de mão de obra²⁸; passagem de uma economia de subsistência que permite alguma autonomia na gestão da produção, armazenamento, consumo e distribuição para uma economia de mercado mais centralizada²⁹ e finalmente, muito simplesmente, o abandono do hábito da ensilagem em favor de outros sistemas³⁰.

A fase de abandono dos silos é frequentemente ilustrada pela sua reutilização como lixeiras subterrâneas ou pelo abandono definitivo das estruturas e o caso de Carnide não é exceção. A grande maioria dos silos de Carnide, após o seu ciclo de utilização como celeiros subterrâneos, foram preenchidos com lixo. Estes enchimentos com lixo foram, de acordo com a interpretação arqueológica, relativamente rápidos, ain-

²⁸ A incidência e regularidade das epidemias com repercussão demográfica, resultando em episódios de falta de mão-de-obra, abandono dos campos de cultivo e diminuição de excedentes cerealíferos a armazenar, é fenómeno conhecido nos inícios do séc. XV na região do Tojal (Marques, 1968, 58), no concelho de Loures, área geograficamente próxima de Carnide.

²⁹ O crescente processo de centralização do armazenamento a partir do séc. XVI na cidade de Lisboa, com a criação do Terreiro do Trigo é um fenómeno estudado (Marques, 1968, 114).

³⁰ A perda de interesse por um sistema já obsoleto que exigia uma manutenção regular e que preocupava as autoridades e os particulares, materializou-se também em diretivas que frequentemente ordenaram o seu encerramento devido a ruína ou sujidade (Marques, 1968, 119).

da que a estratigrafia se apresente complexa porque correspondente a vários despejos ocorridos em pouco tempo. Esta situação sugere que terá existido uma gestão de resíduos, indiciando que haveria locais onde o lixo seria acumulado para depois ser despejado num silo, esgotando-o rapidamente para permitir o seu encerramento definitivo, o que pode denunciar a preocupação na contenção do perigo de contaminações.

Para além da riqueza de informação proveniente do lixo depositado, este último fenómeno fornece as cronologias do abandono da função de celeiro e do uso enquanto lixeira. Neste aspeto, o caso de Carnide é um ótimo exemplo, uma vez que, dos silos na sua função de lixeira, foi recuperado espólio que permitiu apurar cronologias. Tudo parece indicar³¹ que foi ao longo do século XVII que os silos foram sendo abandonados na sua função de celeiros e muitos deles reutilizados como lixeiras subterrâneas. A abundância e diversidade dos materiais, por outro lado, tem tornado possível devolver imagens do quotidiano de finais do século XVI aos fins do século XVII de uma aldeia vocacionada para a produção agrícola (mas que era também local de peregrinação religiosa), onde conviviam humildes e privilegiados³².

³¹ Como comprovam os materiais que fornecem as cronologias mais finas, a porcelana chinesa da Dinastia Ming, concretamente do Período Jiajing (1522-1566), a faiança com gramáticas decorativas enquadáveis na primeira metade do século XVII (notando-se a ausência do uso de manganés ou de motivos típicos da segunda metade desse século, como os aranhões ou as rendas), assim como as importações espanholas e italianas desta época. Também os vidros se integram nas produções da primeira metade do século XVII. Salienta-se em todo o conjunto artefactual, uma peça em cerâmica comum que funciona como *terminus post quem* para a fase de abandono, um copo medidor com marca e duas datas grafitadas: 1621 e 1622.

³² Recolheram-se sobretudo peças de cerâmica comum, vidrada e pintada a branco, brunida, de mesa e de cozinha, como malgas, taças, tigelas, pratos, púcaros, panelas, frigideiras, espedeiros, recipientes de iluminação, brinquedos, mealheiros, apitos de água, cerâmica modelada e de imitação, cerâmica pedrada, esmaltada, faiança, porcelana e produções majólicas, de Paterna-Manises. (Casimiro, Boavida e Detry, 2017; Casimiro, Boavida e Moço, 2017; Casimiro, Henriques, Filipe e Boavida, 2018; Casimiro e Boavida, 2021a; Casimiro e Boavida, 2021b; Casimiro e Boavida, 2023; Casimiro, Moço, Boavida, no prelo). Também importante é o conjunto de peças em vidro, destacando-se as importações venezianas, algumas inteiras, nomeadamente cálices e taças (Medici e Boavida, 2018) e sobretudo os objetos em metal, como ferramentas de trabalho doméstico, de lavoura ou mesmo do processo de panificação, como as pintadeiras, a par de peças mais extraordinárias, como elementos de instrumentos musicais (Boavida 2017a e 2017b) e um molde de projétil. Peças de adorno ou mesmo um apito em osso, ilustram

5. A POSSIBILIDADE DE REESCREVER A HISTÓRIA DE CARNIDE

A bibliografia disponível sobre Carnide dá a entender que o centro histórico atual corresponde ao núcleo habitacional primitivo da aldeia medieval (Jorge, 1994, 214-215; Moita, 2000a, 222-223, entre outros), mas a investigação arqueológica tem mostrado uma diferente ocupação do espaço.

Tudo leva a crer que, durante a época medieval, na área central do que é atualmente considerado o núcleo histórico de Carnide existiu não um aglomerado habitacional, mas um terreiro de silos a céu aberto que confinava a Oeste com a Ermida do Espírito Santo (a partir do século XVII transformada em igreja e dotada de cemitério).

As únicas referências seguras a edificações medievais em Carnide dizem respeito à Ermida do Espírito Santo (edifício religioso que se ergue em sítios ermos / despovoados, normalmente num local topograficamente elevado), à Igreja de São Lourenço (na primeira metade do século XIV, sensivelmente no mesmo local que ocupa atualmente, já fora do promontório onde os silos foram construídos) e a uma casa com torre na quinta dos Machados (Azevedo, 1905, 18-19 e 30). Os edifícios religiosos, como já foi referido, são compatíveis com a existência do terreiro dos silos. A casa com torre ainda não foi localizada arqueologicamente, mas a sua existência remete para uma localização central e topograficamente elevada a meio de uma grande propriedade fundiária³³.

Assim, a localização da aldeia medieval cristã continua desconhecida. Se documentalmente a palavra “aldeia”, sugerindo núcleo habitacional, aparece re-

também a coleção artefactual. Dispersos por praticamente todos os silos, foram também recuperados cerca de 300 numismas, exclusivamente moeda de baixo valor, sobretudo ceitis dos reinados de D. João III e D. Sebastião (Curado, 2019). Para além do espólio artefactual, é também abundante, diversificado e rico em informação, o espólio faunístico (Davis *et al.*, 2018; Detry, Santos, Caessa e Mota, 2021) recuperado no interior dos silos.

³³ Estas residências fortificadas, designadas como “torre”, “casa torre”, ou “casa forte” (na documentação arquivística), possuíam normalmente uma planta quadrangular, três pisos coroados com ameias e eram mandadas construir e habitadas por membros da pequena e média nobreza medieval, no centro das suas extensas propriedades fundiárias de produção agrícola, cumprindo funções que tanto se relacionavam com necessidades de defesa, como e sobretudo de representação de poder e prestígio social (Barroca, 1998).

ferida pelo menos desde 1313³⁴, outras referências documentais denunciadoras de escassa urbanização, fazem pensar numa presumível ocupação habitacional dispersa no espaço³⁵.

A região e o sítio de Carnide em particular, até ao século XV, seria erma, de espessos bosques percorridos por salteadores, quase sem caminhos e apenas com um atalho em direção a Benfica. No século XV, na sequência do milagre ocorrido entre arvoredos onde era comum a caça, foi erigida a Ermida de Nossa Senhora da Luz (Soveral, 1610, 52v), transformada em Igreja no século XVI e acrescida de um Hospital no século XVII, altura em que o local já se tornara um local de peregrinação famoso e começava a proliferar a instalação dos conventos.

Novas dinâmicas urbanísticas foram sendo promovidas na envolvente dos edifícios religiosos e também do terreiro de silos, surgindo as primeiras referências documentais a ruas, a Rua do Machado, em 1555, e a Rua das Parreiras, em 1606 (Pereira, 1914, 350 e 404) que, tal como outras do atual núcleo histórico de Carnide, parecem definir-se ao longo das cercas dos conventos e das grandes quintas, ou marcando os itinerários das peregrinações. Apenas numa situação foram encontradas, sobre um silo, estruturas de alicerce datáveis de um período compreendido entre o século XVII e o XVIII (Monteiro e António, 2013, 12), o que permite supor uma requalificação do espaço após o abandono dos silos³⁶, mantendo-se, contudo, a função religiosa e cemiterial do espaço.

O urbanismo do que é presentemente o centro histórico de Carnide parece surgir após o Terramoto de 1755. Não existindo já a Ermida do Espírito Santo e à exceção dos edifícios conventuais, o edificado nessa zona é nitidamente posterior aos meados do século XVIII, constatando-se o reaproveitamento de elementos arquitetónicos de épocas anteriores.

³⁴ Por exemplo na “Carta de doação, partida por abc que fez Urraca Martins Machado com licença da priora e convento de Chellas, a Gil Fernandes e Constança Esteves, sua criada, de uma coureira de vinha, a qual depois reverteria em favor do convento. 7 de janeiro de 1351 [1313] (Azevedo, 1905, 15).

³⁵ A este respeito pode citar-se o exemplo de Paio de Pele (em Vila Nova da Barquinha), presente na documentação desde meados do séc. XII e dotada de foral na época de D. Manuel, continuava no séc. XVI como uma aldeia de povoamento disperso (Dias, 1989, 15-48).

³⁶ A mesma hipótese de reocupação do espaço dos silos foi já colocada a propósito da intervenção arqueológica no Largo do Jogo de Bola (Diogo e Vital, 1998, 52).

A planta mais antiga de Carnide, datada de 1827, *Planta da Luz e Carnide*, já apresenta uma estrutura urbana semelhante à atual. Os eixos principais representados nesta planta, parecem ser artérias fossilizadas, provavelmente desde o fenómeno urbanístico do século XVII, período em que os silos começam a ser abandonados. Se, no todo ou em parte, coincidem com os itinerários medievais é difícil apurar, uma vez que foram registados silos em toda a extensão da Rua do Machado e da Rua Neves Costa (antiga Rua Direita à Luz), os principais eixos.

As múltiplas questões levantadas pelos resultados dos trabalhos arqueológicos realizados no Largo do Coreto e nas ruas adjacentes, constituem, acima de tudo, mais um ponto de partida para refletir e reescrever a história de Carnide.

REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

Planta da Luz e Carnide à escala 1: 2 500, de 1827-1828; [?] PT-GEAEM/DIE-2322-2-16-20 (Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar).

Planta Topográfica de Lisboa: Plantas 5Q e 6Q à escala 1:1000, de 1908; [Serviço de Obras Públicas / 3ª Repartição; Direcção de J. A. V. da Silva Pinto; Desenhada por D. Florez, Lisboa]; CML/SB/URBA/LT/03-175 e 176 (Arquivo Municipal de Lisboa).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, António de Sousa (1977) – *O Santuário da Luz: Glória de Carnide*. Lisboa: edição de autor.

AZEVEDO, Pedro (1905) – Urraca Machado, dona de Chellas. In *Archivo Histórico Portuguez*, volume III, Lisboa, pp. 1-33.

BATALHA, Luísa; MONTEIRO, Mário; CARDOSO, Guilherme (2020) – Estruturas romanas de Carnide – Lisboa. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andreia; NEVES, César, ed., *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1335-1345.

BARROCA, Mário (1998) – Torres, casas fortes ou casas torres. A concepção do espaço e habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séculos XII-XV). In *Revista de História das Ideias*, 19, Coimbra: IHTI-FLUC, pp. 39-103.

BLANCHI, Giovanna; QUIRÓS CASTILLO, Juan (2013) – From archaeology of storages systems to agricultural archaeology. In *Horrea, Barns and Silos. Storage and Incomes in Early Medieval Europe*. Col. Documentos de Arqueologia Medieval nº 5, Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 17-21.

BLANES ANDRES, Roberto (2005) – *Los Silos de Burjassot*. Burjassot/Valencia.

BOAVIDA, Carlos (2017a) – Preparar, servir e comer – vestígios arqueológicos metálicos do que se usava na cozinha e à mesa na Lisboa da Idade Moderna. Uma primeira abordagem. In *Diz-me o que comes... alimentação antes e depois da cidade* (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa, nº 1). Lisboa: CML/DMC/DPC/CAL e SGL/SA, pp. 122-130.

BOAVIDA, Carlos (2017b) – De objectos inúteis, perdidos e esquecidos. Os artefactos metálicos do Largo do Coreto (Carnide, Lisboa). In *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1835-1847.

BOAVIDA, Carlos; MEDICI, Teresa (2018) – Da importação à inspiração. Os vidros do Largo do Coreto, Carnide (Lisboa). In *Meios, vias e trajectos... Entrar e sair de Lisboa* (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa 2). Lisboa: CML/DMC/DPC/CAL e SGL/SA, pp. 177-194.

CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2013) – Redescobrimo a história de Carnide: a intervenção arqueológica do Largo do Coreto e envolvente. In *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1025-1032.

CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2014) – O núcleo histórico de Carnide: o contributo da investigação arqueológica. In *Quadros da História de Lisboa: a Freguesia de Carnide*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, pp. 83-104.

CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2016) – Núcleo histórico de Carnide: uma leitura arqueológica. In *Rossio. Estudos de Lisboa*, 6, Lisboa: CML/DMC/DPC/GEO, pp. 96-107. Disponível em: https://issuu.com/gabinete_estudos_olisoponenses/docs/rossio_6i.

CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2023) – “Cada cavadela, sua minhoca”: Arqueologia Pública e comunicação através do caso de estudo do Largo do Coreto e envolvente (Carnide, Lisboa) In *Arqueologia em Portugal 2023 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1983-1994.

CALADO, Maria; FERREIRA, Vítor Matias (1991) – *Lisboa. Freguesia de Carnide*. Guias Contexto, CML, Lisboa.

CARDOSO, Guilherme; GONZALEZ, António (2008a) – Duas cupas romanas em Carnide (Lisboa), In *Almadan*, IIª série, nº 16 (Dezembro) Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 6.

CARDOSO, Guilherme; MONTEIRO, Mário (2008b) – Um instrumento votivo pré-histórico descoberto em Carnide), In *Almadan*, IIª série, nº 16, (Dezembro) Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 7.

CARVALHO, José da Silva (1987) – *Carnide e o Seu Património Edificado. Um Percurso de Sete Rios à Pontinha*. Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide.

CARVALHO, José da Silva (2021) – *A ermida que há em Carnide*. Lisboa: Caleidoscópio.

- CASIMIRO, Tânia; BOAVIDA, Carlos; MOÇO, Ana (2017) – Louça de fora em Carnide (1550-1650). Estudo do consumo de cerâmica importada. In *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: uma cidade em escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015)*, Lisboa: CML/DMC/DPC/CAL, pp. 56-67.
- CASIMIRO, Tânia; BOAVIDA, Carlos; DETRY, Cleia (2017) – Cozinhar e comer: cerâmicas em Carnide (1550-1650). In *Diz-me o que comes... alimentação antes e depois da cidade* (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa, nº 1) Lisboa: CML/DMC/DPC/CAL e SGL/SA, pp. 122-130.
- CASIMIRO, Tânia; HENRIQUES, José Pedro; FILIPE, Vanessa; BOAVIDA, Carlos (2018) – Lead glazed ceramics in Lisbon (16th-18th centuries). In *Proceedings of the GlazeArt 2018 – International Conference Glazed Ceramics and Cultural Heritage*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pp. 268-282.
- CASIMIRO, Tânia; BOAVIDA, Carlos (2021a) – 16th and 17th centuries lead glazes from Carnide (Lisbon). In *12th Congress on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics – Proceedings*, vol. 1 (2018). Athens: Institute of Historical Research, National Hellenic Research Foundation, AIECM3 – Associação Internacional para o Estudo da Cerâmica Medieval e Moderna no Mediterrâneo, pp. 227-232.
- CASIMIRO, Tânia; BOAVIDA, Carlos (2021b) – Blow your whistle: Ceramic whistles in early modern Lisbon. In *Europa Postmediaevalis 2020: Post-Medieval Pottery in the Spare Time*. Oxford: Archaeopress, pp. 171-176.
- CASIMIRO, Tânia; BOAVIDA, Carlos (2023) – Louça vermelha pintada a branco de Carnide (Lisboa) 1550-1650. In *Scaena*, 4. Lisboa: Teatro Romano/Museu de Lisboa – CML, pp. 50-59.
- CASIMIRO, Tânia; MOÇO, Ana; BOAVIDA, Carlos (no prelo) – From simple decorations to complex ideologies. Cultural and social influences in Portuguese tin glaze consumption in 16th and 17th century. In *Actas do XIII Congreso sobre Cerámica Medieval y Moderna en el Mediterráneo*; AIECM3 (Granada, 2021).
- CONSIGLIERI, Carlos et alii (1993) – *Pelas Freguesias de Lisboa (Benfica, Carnide, Ameixoeira, Chameca e Lumiar)*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- CORREIA, Fernando da Silva (1941) – Os velhos hospitais da Lisboa antiga. In *Revista Municipal* nº 10, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 3-13.
- COSME, Susana Rodrigues (2012) – Intervenção arqueológica na extensão do Museu Alberto Sampaio (Guimarães). Contributo para o conhecimento urbanístico e actividade económica na cidade de época medieval. In *Cidade Antiga / Cidade Medieval, Congresso Histórico Internacional "As Cidades na História – População*, volume 2. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 197-222.
- CUESTA GOMEZ, Fabian; PRATA, Sara (2017) – Uma ara romana recuperada em Carnide, Lisboa. In *Ficheiro Epigráfico* 148. Coimbra: FLUC, pp. 3-9 (epígrafe nº 601).
- CUESTA GOMEZ, Fabian; PRATA, Sara; MAGUSTO, João (2021) – Num buraco no chão vivia... uma história. Arqueologia dos silos medievais e modernos de Castelo de Vide: do armazenamento às lixeiras. In *Pequenas Cidades no Tempo: o Ambiente e Outros Temas*. Lisboa: UNL/FCSH/IEM, e Câmara Municipal de Castelo de Vide, pp. 151-180.
- CURADO, Tiago (2018) – Circulação monetária estrangeira em Portugal, In *Meios, Vias e Trajetos... Entrar e Sair de Lisboa* (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa nº 2). Lisboa: CML/DMC/DPC/CAL e SGL/SA, pp. 195-199.
- CURATE, Francisco; PEREIRA, André; MONTEIRO, Mário (2016) – Bioantropologia de uma amostra esquelética islâmica proveniente de Carnide (Lisboa). In *Emerita: Estudos de arqueologia e Património Cultural*, 2, Lisboa: Emerita – Empresa Portuguesa de Arqueologia, pp. 93-104.
- DANDRIA, David (2010) – Il Fosos. Underground grain storage in the maltese islands. *Treasures of Malta*, 16, pp. 46-54 [disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/291160574>]
- DAVIS, Simon; ALBARELLA, Umbero; DETRY, Cleia; GINJA, Catarina; GÖTHERSTROM, Anders; PIRES, Ana Elisabete; SENDIM, Alfredo & SVENSSON, Emma (2018) – An osteometrical method for sexing cattle bones: the metacarpals from 17th century, Carnide, Lisbon, Portugal. In *Annalen des Naturhistorischen Museums in Wien*, Série A, 120, pp. 367-387.
- DETRY, Cleia; SANTOS, Ana Beatriz; CASIMIRO, Tânia; CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2021) – Animal remains from 17th century, Carnide, Lisbon, Portugal. In *Themes in world zooarchaeology from the Mediterranean to the Atlantic*. Oxford and Philadelphia: Oxbow, pp. 145-160.
- DIAS, João José Alves (1989) – *Paio de Pele. A Vila e a Região do Século XII ao XVI*, Assembleia Distrital de Santarém / Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha.
- DIOGO, A. M. Dias; VITAL, Nestor Faria (1998) – Estudo das moedas encontradas nos silos do Largo do Jogo da Bola. In *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*, 2ª série, 6, Lisboa, pp. 49-52.
- Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livro de Reis*, volume II, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1958.
- ESPOSITO NAVARRO, Luis Manuel (2005) – *Los Silos de Burjassot: el Granadeiro de Valencia*. Burjassot / Valencia.
- FERREIRA, Mulize (2000) – *Relatório do Acompanhamento de Obras na Fábrica de Papel de Carnide (sondagem)*. Lisboa. Policopiado.
- FIGUEIREDO, Paulo (2005) – *Freguesia de Carnide. Um Lugar Único e Mágico*. Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide.

- GARCIA y BELLIDO, António (1947) – *La España del Siglo Primero de Nuestra Era Segun P. Mela y Plinio*. Madrid: Austral.
- GARCIA, Susana; CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2022) – Enterramentos no Largo do Coreto em Carnide: Vestígios do cemitério e da ermida do Espírito Santo. In *A Morte em Lisboa – Novos dados, Novas Problemáticas* (Colóquio no Museu do Carmo, 8 de abril de 2017), *Arqueologia & História. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, volumes 71-72, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 105-118.
- GELICHI, Sauro (2013) – Conclusioni. In *Horrea, Barns and Silos. Storage and Incomes in Early Medieval Europe*. Col. Documentos de Arqueologia Medieval nº 5, Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 217-223.
- GONÇALVES, Julieta da Cunha (1994a) – Carnide (palácio dos condes de). In *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Lisboa94, pp. 213-214.
- GONÇALVES, Julieta da Cunha (1994b) – Santa Teresa de Carnide (convento de), In *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Lisboa94, pp. 854-855.
- GONÇALVES, Iria (2019) – Lisboa e o seu abastecimento de cereais. In *Pão Carne e Água. Memórias de Lisboa Medieval*. Lisboa: CML/DMC/DPC/DAM e UNL/FCSH/IEM, pp. 49-59.
- JORGE, Maria Júlia (1994) – Carnide (sítio de), In *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Lisboa94, pp. 214-216.
- LÁZARO, João (2014) – A evolução da igreja de São Lourenço de Carnide: um estudo de caso. In *Lusitania Sacra*, nº 29, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, pp. 181-200.
- MARQUES, A. H. Oliveira (1968) – *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão Cerealífera na Idade Média*, Col. “A Marcha da Humanidade”, Lisboa: Edições Cosmo.
- MARTINS, Andreia; NEVES, César; COSTA, Cláudia; LOPES, Gonçalo (2010) – Sobre um conjunto de silos em Beja: a Avenida Miguel Fernandes. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 13, Lisboa: IPA, pp.145-165.
- MIRET I MESTRE, J. (2005) – Les sitges per emmagatzemar cereals. Algunes reflexions. In *Revista d'Arqueologia de Ponent*, nº 15, Lleida: Departament d'Història de la Universitat de Lleida pp. 319-332.
- MIRET I MESTRE, J. (2006) – Sobre les sitges i altres estructures escavades al subsol. In *Cypselà*, nº 16, Barcelona: Museu d' Arqueologia de Catalunya, pp. 213-225.
- MIRET I MESTRE, J. (2008) – L'experimentació sobre sitges tradicionals. Aportacions de l'arqueologia i de l'agronomia. In *Revista d'Arqueologia de Ponent*, nº 18, Lleida: Departament d'Història de la Universitat de Lleida, pp. 217-240.
- MOITA, Irisalva (2000a) – Carnide o Velho: o Sítio. In *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 222-229.
- MOITA, Irisalva (2000b) – Igreja de São Lourenço de Carnide. In *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*. volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 229-231.
- MOITA, Irisalva (2000c) – Convento de Santa Teresa de Carnide. In *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 231-235.
- MOITA, Irisalva (2000d) – Quintas Nobres da Rua do Norte, Quinta dos Azulejos, Quinta da Marquesa, Quinta das Barradas. In *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 235-238.
- MOITA, Irisalva (2000e) – Palácio dos Condes de Carnide. In *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte. M. Maia Ataíde e M. Micaela Soares), Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 238-241.
- MOITA, Irisalva (2000f) – Quinta do Bom Nome (Quinta do Sarmento). In *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 241-242.
- MOITA, Irisalva (2000g) – Quinta da Boa Vista (Casal do Falcão). In *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 243-244.
- MONTEIRO, Mário; ANTÓNIO, Telmo (2013) – Vestígios arqueológicos na casa Portela Santos (Carnide Lisboa). In *Emerita - Estudos de Arqueologia e Património Cultural*, nº 1, Lisboa: Emerita – Empresa Portuguesa de Arqueologia, pp. 74-112.
- MONTEIRO, Mário; CARDOSO, Guilherme (2016) – Vestígios arqueológicos identificados no Largo da Praça (Carnide, Lisboa). In *Emerita: Estudos de Arqueologia e Património Cultural* nº 2, Lisboa: Emerita – Empresa Portuguesa de Arqueologia pp. 46-62.
- NÓVOA, Rita Luís Sampaio da (2010) – *A Casa de São Lázaro de Lisboa: Contributos para uma História das Atitudes Face à Doença (Sécs. XIV-XV)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- OLLICH, Imma; ROCALIGUERA, Montserrat; OCAÑA, Maria; CUBERO, Carme; AMBLÁS, Oriol (2012) – Experimental Archaeology at L'Esquerda – Crops, Storage, Metalcraft and Earthworks in Medieval and ancient Times, In *Archaeology, New Approaches in Theory and Techniques*, pp. 205- 228. Disponível em: <http://www.intechopen.co,/books/archaeology-new-approaches-in-theory-and-techniques/>.

- PAÇO, Afonso do (1959) – Notas arqueológicas da região de Alcobertas (Rio Maior). In *Congresso Nacional de Arqueologia. Actas e Memórias*. Volume 1, Lisboa: Tipografia Portuguesa, pp. 291-292.
- PEREIRA, Gabriel (1910) – *Pelos Subúrbios e Vizinhanças de Lisboa*, Lisboa: Clássica Editora.
- PEÑA-CHOCARRO, Leonor; GONZALEZ URQUILO, Jesus Emílio; IBAÑEZ, Juan José; ZAPATA, Lydia (2013) – Técnicas de almacenamiento de alimentos en el mundo rural tradicional: experiencias desde la etnografía. In *Horrea, Barns and Silos. Storage and Incomes in Early Medieval Europe*. Col. Documentos de Arqueologia Medieval nº 5, Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 209-216.
- PEREIRA, José Baptista (1914-1916) – Memórias de Carnide. In *O Instituto: Revista Científica e Literária*, volumes 61-63, Coimbra: Imprensa da Universidade, [vol. 61, 1914: pp.167-183, 229-249, 273-287, 337-353, 404-422, 467-480, 497-515, 586-597, 647-664][vol. 62, 1915: pp. 46-66, 102-108, 154-170, 211-216, 254-278, 319-329, 366-375, 421-428, 497-512, 536-544, 587-592][vol. 63, 1916: pp. 49-56, 107-112, 169-176, 210-214, 283-290, 339-349, 426-432, 459-469, 543-548, 575-584].
- PEREIRA, Luiz Gonzaga (1927) – *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833 (Manuscripto nº 215 da Secção dos Reservados da Bibliotheca Nacional)*, Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, pp. 92-95, 100-104; 256-259.
- PEYTREMANN, Edith (2013) – Structures et spaces de stockages dans les villages alto-médiévaux (6^e -12^e s.) dans la moitié septentrional de la Gaule: un apport à l'étude socio-économique du monde rural. In *Horrea, Barns and Silos. Storage and Incomes in Early Medieval Europe*. Col. Documentos de Arqueologia Medieval nº 5, Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 39-56.
- PORTUGAL, Fernando; MATOS, Alfredo (1974) – *Lisboa em 1758. Memórias Paroquiais de Lisboa*. Lisboa, pp. 47-55.
- QUIRÓS CASTILLO, Juan (2013) – Silos y sistemas de almacenaje en el País Vasco en la Alta Edad Media. In *Horrea, Barns and Silos. Storage and Incomes in Early Medieval Europe*. Col. Documentos de Arqueologia Medieval nº 5, Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 171-191.
- RAMOS, Rita (2000) – *Relatório do Acompanhamento de Obras na Fábrica de Papel de Carnide, (escavação)*. Lisboa. Policopiado.
- ROSA, Ana Cristina Barroso (2013) – *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos realizados no Largo do Coreto em Carnide* [CME]. Policopiado.
- ROSA, Sérgio Manuel Peleja (2019) – *Os silos medievais de Almada. Morfologia e dinâmicas de utilização*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia (versão corrigida e melhorada após defesa pública). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SOUSA, Luís Pereira de (1923) – *O Terremoto do Primeiro de Novembro de 1755 em Portugal. Um Estudo Demográfico*, volume III, Lisboa: Serviços Geológicos.
- SOVERAL, Padre Frei Roque do (1610) – *História do Insigne Aparecimento de Nossa Senhora da Luz e Suas Obras Maravilhosas*, Lisboa: Pedro Crasbeeck.
- SUCENA, Eduardo (1994a) – Luz (sítio da). In *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Lisboa94, pp. 548-549.
- SUCENA, Eduardo (1994b) – Nossa senhora da Luz (santuário e mosteiro). In *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Lisboa94, pp. 639-641.
- TRINDADE, Maria José Lagos; GASPAR, Jorge (1973-1974) – A utilização agrária do solo em torno de Lisboa. In *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. nº 79-80, Lisboa, pp. 5-13.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2013) – Ver el silo medio lleno o medio vacío la estructura arqueológica en su contexto. In *Horrea, Barns and Silos. Storage and Incomes in Early Medieval Europe*. Col. Documentos de Arqueologia Medieval nº 5, Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 127-144.

SILOS MEDIEVAIS DE SÃO VICENTE DE FORA – LISBOA

Nuno F. Poínhas Pires

Núcleo Arqueológico de S. Vicente de Fora. IAP – Instituto de Arqueologia e Paleociências da FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / nunofpires@netcabo.pt

Resumo

Remonta a meados do século XX a primeira intervenção arqueológica no mosteiro de São Vicente de Fora em Lisboa, a qual se viria a prolongar até à primeira década do XXI. Na área exterior, a que corresponde parte da antiga cerca do mosteiro, foram identificados quatro silos medievais cujas cerâmicas, numismas e restos alimentares encontrados no seu interior permitiram alcançar uma datação desde, pelo menos, o século X, recorrendo inclusivamente ao método do Carbono 14 (C¹⁴). A estratigrafia destas estruturas demonstrou um abandono na sua utilização a partir da centúria seguinte, dando início a um lento processo de entulhamento que apenas seria colmato no século XIV, período em que o local foi convertido em necrópole. Dentro do limite abrangido pela intervenção arqueológica não foram identificados outros silos, porém, é com elevada probabilidade que as quatro covas assinaladas pertencessem a um conjunto mais vasto deste tipo de estrutura que existia, à época, nos baldios limítrofes da antiga cerca velha de Lisboa.

Palavras-chave: S. Vicente de Fora, Silos, Moçárabes, Arqueologia, Lisboa.

Abstract

In the middle of the twentieth century, take place the first archaeological intervention in the monastery of *São Vicente de Fora* in Lisbon, which would extend until the first decade of the XXI century. In the outer area, which corresponds to part of the old monastery yard, archaeologists found four medieval garners contained ceramics, numismatics and food remains in the interior, which allowed to date the structures back to, at least, the tenth century, also corroborated for the method of Carbon 14 (C¹⁴). The stratigraphy demonstrates an abandonment in its use from the following century through a slow process of filling that only would be ended in XIV century, period in which the place had been transformed into cemetery. Within the limits of the archaeological intervention, no other garners were identified, but it is highly probable that the four pits indicated belonged to a larger group of this type of structure, which existed at the time, in the borderlands of the old fence of Lisbon.

Keywords: S. Vicente de Fora, Pits, Moçárabes, Archaeology, Lisbon.

Em outubro de 1147 é reconquistada a cidade de Lisboa ao domínio islâmico, após um longo cerco cristão iniciado em finais de junho do mesmo ano. A iniciativa congregou os esforços do primeiro monarca português, Afonso I (r. 1143-1185), auxiliado por uma frota de cruzados cristãos (predominantemente ingleses, franceses e teutónicos) que se dirigiam à Terra Santa por via marítima para participar na *Segunda Cruzada*. Após a tomada da cidade, o recém eleito monarca consagrou dois templos para cultuar a memória dos cruzados tombados durante o assédio: o Mosteiro de Santa Maria dos Mártires, erigido nos arrabaldes ocidentais de Lisboa, e o Mosteiro de São Vicente de Fora nos arrabaldes orientais (Santa Maria, 1668: 112).

É precisamente na ocorrência deste episódio que nos deparamos com um testemunho relacionado com o presente tema. Conhecida como *De Expugnatione Lyxbonensi*, o documento corresponde a uma carta de autor anónimo dirigida a um tal de Osberto de Bawdsey por um cruzado inglês, na qual o combatente relata os principais acontecimentos testemunhados ao longo das operações de cerco e da tomada da cidade. Na sua narrativa sobressai a seguinte observação: “Saqueada, pois, a cidade, foram encontradas em fossas cerca de oito mil cargas de trigo e de cevada, enquanto as de azeite eram de uns doze mil sextários” (Nascimento, 2018: 143). Portanto, os saqueadores cristãos depararam-se com a presença de silos que conservavam consideráveis quantidades de cereal e azeite. Sobre este episódio, o ilustre historiador Júlio de Castilho acrescenta: “Usavam os moiros de enceleirar em covas, ou *matamoras*, o trigo colhido (...) foram muito provavelmente esses celeiros subterrâneos os que os cercadores exploraram” (Castilho, 1981: 137).

A existência deste tipo de estruturas em arrabaldes urbanos não causa, nem causaria, estranheza. A conservação de alimentos em fossas, principalmente cereais, grãos e sementes, pretendia mitigar os períodos de carência. Lisboa, tal como aponta o testemunho do cruzado inglês e recentes trabalhos arqueológicos, estava dotada de silos e covas para servir o mesmo propósito.

Os arrabaldes orientais de Lisboa, para nascente da cerca velha, que nesta margem confinavam com a Graça e Alfama intramuros, eram no século XII ocupados por polos habitacionais e espaços dedicados a atividades laborais, essencialmente artesanal e piscatória. A este local acedia-se pela Porta de Alfama e pela Porta do Sol (Martins, 2017: 159). Nestes arrabaldes o subsolo era ocupado por silos e por espaços sepulcrais, como o caso de uma necrópole moçárabe

que servia a comunidade cristã, “utilizado desde períodos muito anteriores à presença islâmica” (*ibidem*). Foi precisamente dentro deste espaço fúnebre que foi sepultada parte dos cruzados sucumbidos no assédio de 1147, com especial incidência ao grupo dos teutónicos [Alemanha] (Cunha & Ferreira, 1998: 17), e onde seria erigido, após a reconquista da cidade, o mosteiro de São Vicente de Fora (Galvão, 1906: 116) sobrepondo, intencionalmente, o espaço fúnebre. Em um patamar a sul dos limites do próprio mosteiro, muito próximo deste, foi recentemente identificada parte de um outro espaço fúnebre, neste caso de cunho islâmico, representado por “uma necrópole constituída por 19 enterramentos, depositados em decúbito lateral, orientados para Meca” (Batalha *et al*, 2017: 1752).

A área a que agora nos cingimos, limítrofe ao mosteiro, tem sido intervencionada arqueologicamente desde meados do século XX, colocando a descoberto um conjunto de vestígios da ambiência medieval lisboeta. Os silos representam uma parte das estruturas que têm vindo a ser descobertas.

A dispersão de covas e silos, não apenas medievais, é, inevitavelmente, adaptada ao perfil e características naturais dos solos. Para o caso em apreço recorreremos à descrição de quem intervencionou o subsolo local: “conhecendo a topografia do terreno e as suas características geológicas, é possível perceber que o local é constituído por uma série de socalcos naturais resultantes de falhas na branda rocha calcária, criando patamares relativamente secos e com bom arejamento, onde será possível guardar grão ao abrigo de humidades e de grandes amplitudes térmicas; a proximidade do rio Tejo e o característico regime de ventos devem, decididamente, ter influenciado a escolha” (Ferreira, 2001: 49). Esta observação acompanha a divulgação da descoberta de quatro silos medievais no patamar a norte de São Vicente de Fora, a meia encosta entre o Campo de Santa Clara e o Alto da Graça, no decurso da intervenção arqueológica na antiga cerca do mosteiro (nas Figuras 1 e 2 é visível uma parte do terreno que constituía a antiga cerca do mosteiro, a qual se estendia maioritariamente para norte), ainda dentro da última década do século XX.

Confinados a uma pequena extensão de terreno com cerca de 12 m², os quatro silos encontraram-se bastante próximos entre si (Figura 3). As estruturas estavam totalmente atulhadas e colmatadas por uma terra de tom amarelo claro de transporte pluvial, tendo sido numeradas de I a IV, obedecendo à ordem da sua descoberta. Os silos I e II representam os de maiores dimensões; o silo III encontrou-se cortado na vertical,

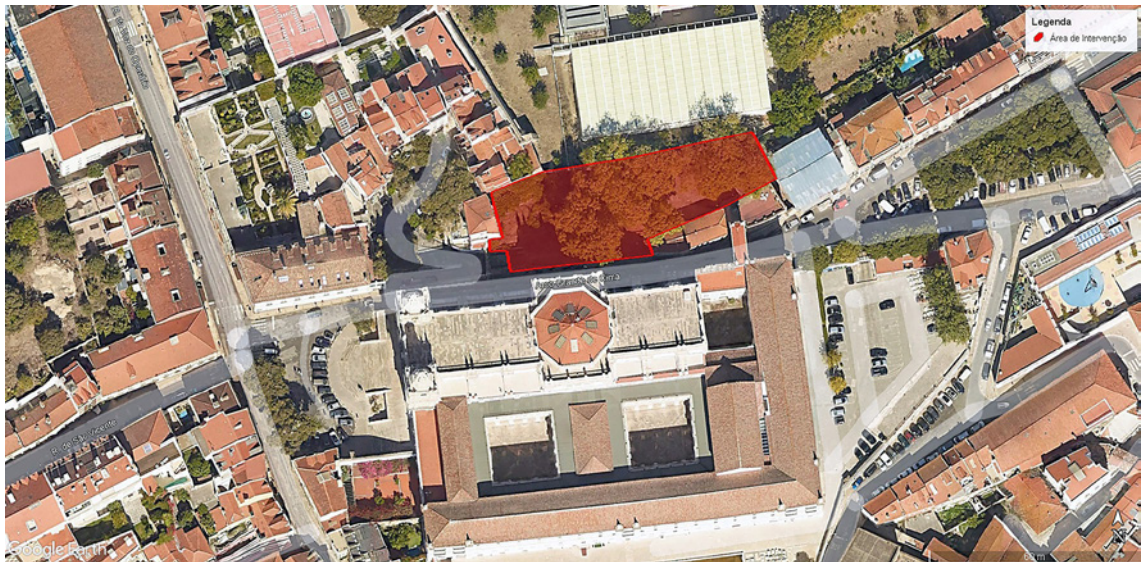


Figura 1 – Ortofoto com localização da área de intervenção, no espaço entre o Mosteiro de São Vicente de Fora e o Liceu Gil Vicente (fonte: Google).



Figura 2 – Vista geral da área de intervenção – sentido nordeste (foto do autor).

sensivelmente a meio, por uma construção posterior do século XVIII, e o silo IV constitui o que aparentava ser “apenas o início de uma perfuração de mais um silo” (Ferreira, 2001: 53). Destaca-se ainda um importante aspeto a que corresponde o facto de os silos I e III se encontrarem sobrepostos por sepulturas do século

XIV sobre a sua embocadura, constituindo um marcador cronológico relativo ao seu completo atulhamento e colmatção. Para uma descrição mais pormenorizada sobre estas estruturas e respetivos conteúdos, seguiremos de perto a publicação do arqueólogo responsável pela intervenção (Ferreira, 2001).



Figura 3 – Representação dos 4 silos encontrados na cerca do mosteiro e cemitério medieval sobreposto (Autoria: F. E. Rodrigues Ferreira).

AS ESTRUTURAS

SILO I – O primeiro silo foi considerado o mais representativo entre os quatro, quer no que respeita ao conteúdo como aos níveis estratigráficos e cronológicos identificados. Tratavam-se, neste caso, de estratos alusivos aos depósitos interiores, aqui colocados entre o momento de abandono e o seu completo entulhamento. De planta circular e com uma silhueta vertical que vai estreitando ligeiramente da base para a superfície, o silo I apresentou uma largura máxima de 1,50m e uma profundidade de 1,95m, o que se reverte em uma capacidade interna de 1755 litros (Ferreira, 2001: 51). Do seu enchimento distinguiram-se cinco estratos diferenciados, sendo o estrato 1 considerado como a camada superior, isto é, a mais próxima da superfície, e o estrato 5 a camada mais funda, assente na base da estrutura.

De ordem mais antiga para a mais recente, o estrato 5 era composto por uma camada de areia que envolvia algumas pedras calcárias com origem no manto geológico local. Neste estrato encontrou-se uma razoável

quantidade de sementes de chícharo (*Lathyrus cicera*) já em avançado estado de fossilização (Ferreira, 2001: 50). No estrato 4, composto por uma terra humosa, encontrou-se na transição deste para o anterior um dinheiro de bilhão do reinado de D. Afonso III (r. 1248-1279). Igualmente preenchido por terra humosa, o estrato 3 continha dois botões, um em osso e outro cerâmico, assim como uma peça de jogo (ric-rac) e uma grande quantidade de cerâmica comum, alguma da qual ainda intacta, totalmente coberta por fuligem, um claro indicador da sua utilização na confecção de alimentos. Ainda neste estrato identificou-se a presença de bastantes restos alimentares, na sua maioria “ossos de mamíferos e peixes, bem como várias espécies de bivalves” (*ibidem*), aspeto que aponta para a utilização deste silo como fossa detritica, vulgo lixeira, durante o período em que este estrato correspondia à camada superior (interior) após a sua desabilitação como silo.

Do conjunto de restos alimentares foi enviada uma amostra de alguns ossos para ser submetida ao processo de datação por radiocarbono (C14), cujos resultados foram: ICEN-942 – SVSI-1-F9-023 – OSSOS DE

MAMÍFEROS – Idade (anos BP) – 1000±45 / Para 1 sigma: 1007-1040 cal DC / Para 2 sigma: 977-1162 cal DC. A baliza cronológica alcançada aponta assim para o século XI, a que corresponderá o período de enchimento da camada detritica de onde foi recolhida a amostra.

O estrato 2, que se sobrepunha ao estrato datado por C14, era composto por uma pequena camada de terra semelhante à anterior, porém, sem quaisquer vestígios de restos alimentares ou de cerâmica. Aqui, assinalou-se apenas a presença de um dinheiro de bilhão do reinado de D. Sancho I (r. 1185-1211) e um objeto em osso caracterizado como ‘porta agulhas’ (Ferreira, 2001: 51). A sobreposição dos estratos indicados até ao momento, do 5 ao 2, representavam a metade inferior do enchimento do silo, sendo a metade superior constituída, em espessura, apenas pelo estrato 1.

O primeiro estrato era constituído por uma terra de tom amarelado, acumulada pelo escorrimento do solo superficial da encosta. No seu interior apenas foi encontrado um único testemunho, um outro dinheiro de bilhão do reinado de Afonso III. Sobre a boca deste silo encontrou-se uma sepultura do século XIV, a qual integrava o conjunto funerário instalado no local durante este período (prolongamento para norte do cemitério medieval do mosteiro de São Vicente de Fora, entretanto barrado a nascente pela construção da muralha fernandina nos anos de 1373 a 1375), o que representa, conforme foi anteriormente assinalado, um indicador cronológico para o completo atulhamento da estrutura.

Em suma, entre os vestígios assinalados no silo I destacamos os numismas e os restos alimentares datados por corresponderem a indicadores cronológicos do enchimento. Sobre as cerâmicas dedicaremos algumas linhas mais adiante. Assim, os restos alimentares apontam para um intervalo que medeia o ano 1000 e 1050, isto é, primeira metade do século XI. Por outro lado, o numisma do reinado de D. Sancho I e outros dois do reinado de D. Afonso III, alargam a cronologia para o intervalo entre 1185 a 1279, ou seja, na transição do século XII para o XIII. Importa aqui destacar dois aspetos: i) apesar de ter sido identificado um dinheiro de bilhão do século XIII no estrato 4, camada abaixo do estrato 3 que continha os restos alimentares datados do século XI, este aspeto pode indicar algum revolvimento de terras na zona de contacto entre estas camadas, o que não seria invulgar considerando o prolongado período de abandono do silo. Importa considerar que os restos alimentares foram encontrados condensados no mesmo estrato, sem vestígios de dis-

persão, e que os estratos superiores obedecem a uma correta ordem cronológica, estabelecida pela recolha dos restantes numismas (estrato 3 datado do século XI, estrato 2 datado do XII e estrato 1 datado do XIII); ii) insistimos no facto de os estratos analisados corresponderem ao período de abandono da estrutura e não ao período de utilização. No que respeita ao intervalo de abandono, e subsequente atulhamento, sobressai o prolongado tempo em que decorreu esta ação, pelo menos entre meados do século XI e meados do século XIV, o que representa um intervalo de cerca de três séculos de enchimento natural (escorrimientos superficiais) e intencional (utilização como lixeira).

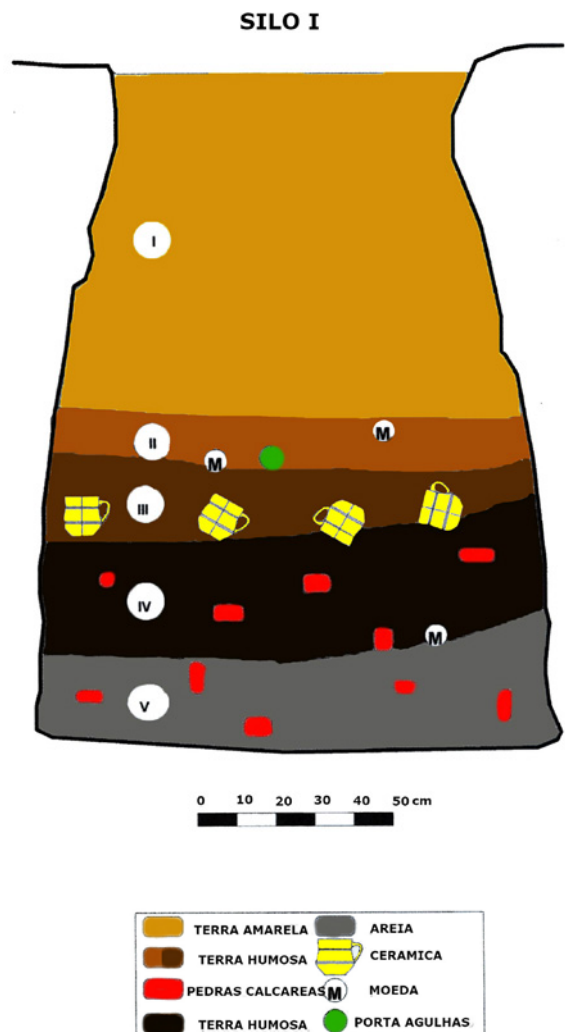


Figura 4 – Representação estratigráfica do silo I (Autoria: F. E. Rodrigues Ferreira).

SILO II – Esta estrutura apresentou dimensões semelhantes ao primeiro caso, apesar de o seu recorte ser inverso ao do silo I, estreitando ligeiramente da boca para a base. O silo II media cerca de 1,30m de largura máxima por uma profundidade de 1,80m, representando uma capacidade de 1800 litros (Ferreira, 2001: 52). O seu conteúdo era composto por três estratos diferenciados.

O estrato 3, na base do silo, era essencialmente formado por uma terra humosa de tom escuro, contendo cerâmica semelhante à identificada no silo I, embora aqui se tenha encontrado muito fragmentada, juntamente com restos de alimentos. Os estratos superiores, 1 e 2, revelaram-se arqueologicamente estéreis, contendo apenas algumas pedras calcárias de diferente calibre a separar estas duas camadas (Ferreira, 2001: 51). Difere entre estes dois estratos a sua espessura e a tonalidade das terras, sendo que a camada superior representa mais da metade de todo o enchimento, composta por um sedimento de tom amarelo claro, enquanto a segunda camada continha um sedimento de tom amarelo escuro. A coloração do sedimento está intimamente relacionada com o manto calcário que nesta área adquire uma tonalidade amarelada, no entanto, a sua mistura com a terra humosa da camada inferior conferiu uma tonalidade mais escura ao estrato 2, o que sugere um enchimento lento do seu interior, processo durante o qual as poeiras transportadas pelos agentes meteóricos foram-se misturando com as terras calcárias do seu interior. O estrato superior (1) é inteiramente constituído por solo superficial sem contaminação com outras terras.

SILO III – Apesar de esta estrutura partilhar algumas características que a aproximavam das anteriores, o seu perfil encontrou-se adulterado. A abertura de uma cisterna para servir uma habitação do século XVIII provocou um corte vertical neste silo, tendo-lhe sido adossado um muro, que constitui uma das paredes da cisterna, em toda a sua altura (Ferreira, 2001: 52). A parte do silo não afetada pela cisterna manteve o seu conteúdo intacto, o que permitiu obter uma leitura estratigráfica, revelando, neste caso, três estratos diferenciados. Não tendo sido possível determinar a largura máxima, registou-se uma profundidade de 1,60m, apontando para uma capacidade (da secção não afetada) estimada em 800 litros (*ibidem*).

O estrato 3, que preenchia a base da estrutura, revelou-se arqueologicamente estéril. Preenchida por um sedimento de tom amarelo escuro, esta camada foi colmatada por pedras calcárias de diferente calibre.

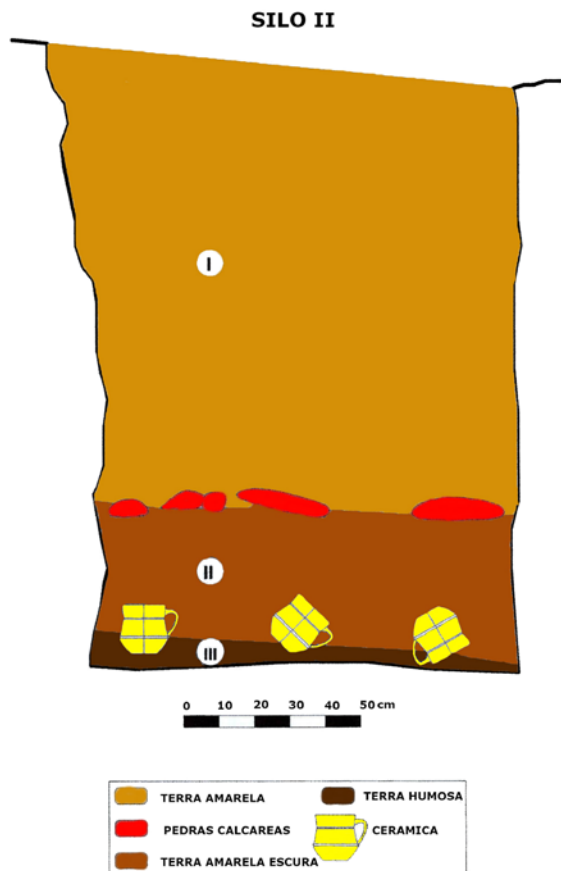


Figura 5 – Representação estratigráfica do silo II (Autoria: F. E. Rodrigues Ferreira).

O sedimento que compunha o estrato 2 apresentava uma tonalidade mais clara que a anterior, porém, mais escura que o solo à superfície, derivado da lenta contaminação pela terra humosa provocada pela escorrência das terras superficiais, fenómeno já observado anteriormente. Dentro deste segundo estrato encontraram-se alguns fragmentos de cerâmica comum disseminados e, apesar de não haver registo de restos alimentares associados esta cerâmica mostrava-se escurecida pelo contacto direto com o fogo, com indícios de utilização na confeção de alimentos. A camada superior, a que correspondia o estrato 1, demonstrou um certo paralelismo com os casos anteriores, representando o estrato de maiores dimensões, arqueologicamente estéril, também aqui ocupando mais da metade de toda a estrutura, preenchido por terra maioritariamente com origem no solo superficial, esta sim de tonalidade amarelo claro.

Tal como se verificou no silo I, à boca do silo III dispunha-se uma sepultura datada do século XIV, inserida no mesmo contexto funerário e, por conseguinte, no mesmo horizonte cronológico.

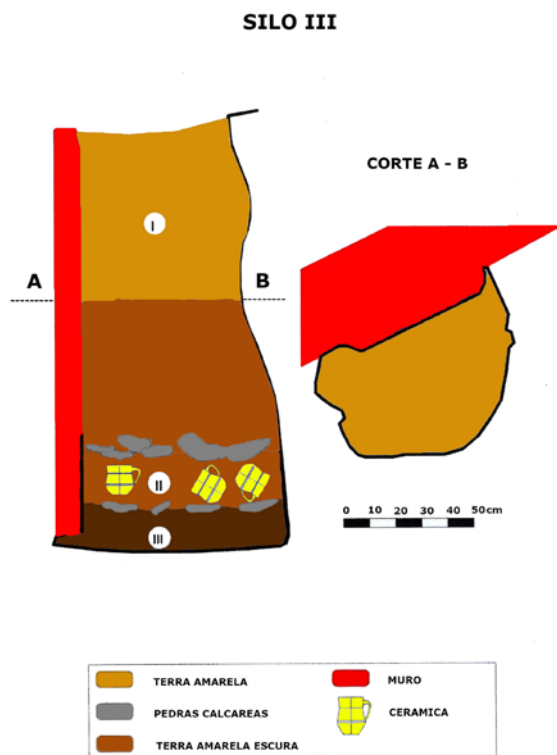


Figura 6 – Representação estratigráfica do silo III (Autoria: F. E. Rodrigues Ferreira).

SILO IV – Por último, a quarta estrutura aparentava constituir apenas o início de uma perfuração para mais um silo (Ferreira, 2001: 53). Apesar das suas reduzidas dimensões, com uma largura pouco superior as 50cm e uma profundidade de apenas 35cm, este silo/cova demonstrou uma semelhança estratigráfica com os anteriores.

A camada de enchimento da base, estrato 3, era constituída por um sedimento de tom amarelo claro, correspondente ao solo superficial (aqui sem contaminação entre solos), não tendo revelado indícios arqueológicos. No estrato 2 o sedimento apresentava um tom amarelo mais escuro, contendo alguns fragmentos dispersos de cerâmica comum, no mesmo horizonte tipológico que os casos anteriores. O estrato 1 encontrou-se colmatado com entulhos do século XIV, sobretudo cerâmicos, coincidentes com o período de ocupação do local pela extensão da necrópole.

SILO IV

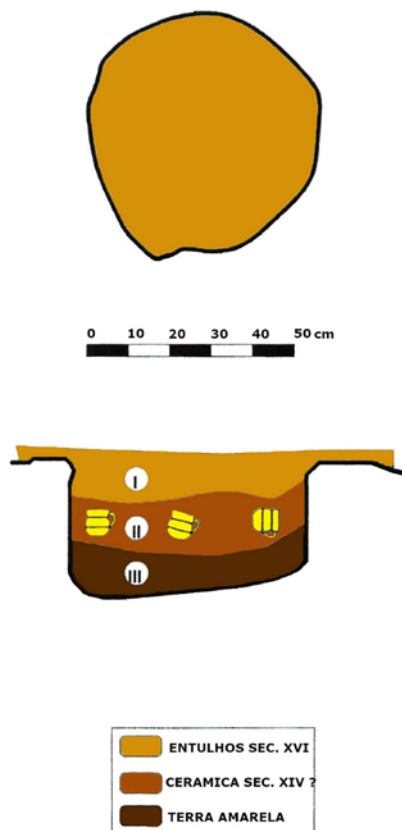


Figura 7 – Representação estratigráfica do silo IV (Autoria: F. E. Rodrigues Ferreira).

CERÂMICA COMUM

Concluída a descrição dos silos e respetivos conteúdos, constatou-se a presença de cerâmica comum em todas as quatro estruturas. Ainda que esta tenha sido encontrada muito fragmentada na sua maioria, principalmente aquela com origem nos silos II e IV, alguns exemplares provenientes do silo I e, em menor representatividade, do silo II, encontraram-se em razoável estado de conservação, com algumas peças ainda intactas e outras contendo a maioria das partes constituintes. Ainda assim, a totalidade dos fragmentos não permitiu a reconstituição de um grande número de peças (Ferreira, 2001: 53). Os exemplares mais completos e bem preservados foram incorporados na exposição permanente de arqueologia do Museu do Mosteiro de São Vicente de Fora.



Figura 8 – Peças de cerâmica comum provenientes dos silos em exposição no Museu do Mosteiro de S. Vicente de Fora (foto do autor).



Figura 9 – F. E. Rodrigues Ferreira, arqueólogo responsável pela intervenção arqueológica nos silos, em visita orientada aos exemplares expostos (foto do autor).

O conjunto cerâmico divulgado por F. E. Rodrigues Ferreira (Ferreira, 2001) destacava precisamente os exemplares em melhor estado de conservação, cuja tipologia e fisionomia constituem uma referência cronológica. O período considerado retrata uma utilização destas peças por parte da comunidade moçárabe local, a mesma associada ao contexto funerário existente nas imediações, onde hoje se encontra o Mosteiro de São Vicente de Fora (parte da necrópole foi identificada no subsolo da antiga igreja e outra parte identificada no subsolo da moderna sacristia).

O destaque conferido às cerâmicas relaciona estes exemplares com testemunhos diretos da vivência quotidiana da comunidade moçárabe local. Em traços gerais podemos descrever este conjunto como: peças com pasta de textura compacta e coloração castanho escuro, com caneluras horizontais e pintura a engobe branco como decoração, na sua generalidade apresentando a superfície exterior escurecida por fuligem (Cunha & Ferreira, 1998: 136). A sua tipologia e decoração é compatível com cerâmica produzida nos séculos X-XI de influência islâmica. O seu contexto arqueológico encontra-se intimamente relacionado com os vestígios alimentares datados pelo Carbono 14, encontrados nos mesmos estratos das cerâmicas e que apontam para o mesmo período. Podemos concluir, com algum grau de segurança, tratam-se de vestígios residuais da comunidade moçárabe que ocupava a periferia oriental da cidade antes da reconquista cristã, no espaço que mais tarde viria a delimitar a freguesia de São Vicente de Fora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da descoberta destes quatro silos em São Vicente de Fora foi enriquecedora em mais do que uma medida. Além das estruturas em si, o seu maior contributo talvez tenha sido providenciado pelo conteúdo do seu enchimento, o qual se reverte em ecos do quotidiano de uma comunidade medieval lisboeta. Do contexto, contudo, somos confrontados com duas realidades cronológicas distintas: anterior e posterior ao século XII. A primeira confere com o período de ocupação islâmica desde, pelo menos, o século VIII, durante o qual conviveram diferentes comunidades segregadas dentro e fora dos limites amuralhados da cidade. Entre as comunidades religiosas sob domínio islâmico encontrava-se a cristã, cujos integrantes eram os *moçárabes*. A ocupação de uma comunidade cristã nos arrabaldes orientais de Lisboa foi primeiramente identificada pela arqueologia em contexto funerário,

com a identificação de um cemitério visigótico, e posteriormente em contextos do quotidiano. Numa segunda fase, isto é, pós-reconquista cristã, a edificação do mosteiro de São Vicente de Fora potenciou o desenvolvimento urbano local, o qual se prolongou até finais do período medieval.

Apesar de não terem sido encontrados indícios relacionados com o momento de construção dos silos, a sua utilização para armazenamento de grão corresponde ao período de domínio islâmico. O abandono das estruturas, e o inevitável atulhamento, tiveram início a partir do séculos X-XI, conforme demonstrado pela datação de alguns testemunhos recolhidos nos estratos inferiores. O processo de entulhamento revelou-se lento, motivo pelo qual se prolongou após o cerco de 1147, conforme podemos constatar pela presença de três numismas nos estratos identificados na metade inferior das estruturas: um do século XII e dois do século XIII. Ainda no século XIII o entulhamento destes silos estaria sensivelmente pela metade, não estando colmatados, conforme sugere a espessura do estrato 1 nos silos I, II e III, ocupando toda a metade superior. Esta colmatação terá ocorrido lentamente até ao século XIV, conforme nos sugere a presença de duas sepulturas deste período à boca de dois dos silos. Desta forma, verificou-se que todo o processo de enchimento decorreu entre os séculos X-XI até aos séculos XIII-XIV.

No século XIII, encontrando-se estes silos em processo de atulhamento, o rei D. Dinis (r. 1279-1325) ordenou a construção de novas estruturas semelhantes nas proximidades: “olival e campo sobrela Crux cabo do Moesteyro de Sam Vicente defora em o qual mandey fazer covas pera teer o meu pan” (Chancelaria de D. Dinis, Livro I, fl. 171 v, da era de 1324 [1286]). Parte destas estruturas, pelo menos cinco silos, foram identificadas no decorrer de intervenções arqueológicas mais recentes, cuja finalidade teria sido para armazenagem de cereais (Batalha *et al*, 2017: 1751), o que confere com a descrição do documento régio: “pera teer meu pan [pão]”. Apesar das suas dimensões superiores, “apresentando diâmetros de cerca de 6m e profundidade entre os 4m e os pelo menos 7m” (*idem*: 1752), estas partilham de algumas características idênticas comparativamente às mais antigas, nomeadamente o facto de terem sido abertas nos patamares dos arrabaldes orientais de Lisboa, extramuros, e terem-no realizado em uma época anterior à construção da muralha fernandina (século XIV). Como era habitual, e expectável, após o abandono das suas funções passaram também a servir como fossas detriticas.

A identificação deste tipo de estruturas (covas, silos, matamoras) é ainda determinante para o estudo económico e social, principalmente através do seu número, dimensão e dispersão. A variedade de produtos armazenados e as comunidades a que se destinavam, estaria intimamente relacionado com a importância do local e com a sua relação per capita, ainda que os conteúdos se destinassem, maioritariamente, a suprir períodos de carência ou abastecer as populações com produtos fora da época de colheita. Acrescem ainda os inevitáveis atulhamentos que se verificam após o abandono destas estruturas, os quais são suscetíveis em preservar testemunhos das comunidades locais. Apesar do espólio proveniente dos enchimentos ser posterior à sua utilização como espaço de conservação de produtos perecíveis, as comunidades locais mantêm-se sensivelmente as mesmas, pelo que os seus testemunhos, ainda que mais tardios, servem de recurso para a identificação e estudo das mesmas. O caso dos silos medievais de São Vicente de Fora não constituiu a exceção, servindo, inclusivamente, como complemento a outras estruturas relacionadas com a vida e a morte das comunidades locais que têm vindo a ser identificadas através de sucessivas intervenções arqueológicas.

FERREIRA, F. E. Rodrigues (2001) – Os silos medievais de S. de Fora, in *Arqueologia e História*, Vol. 53. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, (pp. 49-66).

FERREIRA, F. E. Rodrigues (2010) – S. Vicente de Fora (o espaço, o tempo, o contexto): Breve abordagem, in *Olisipo, Boletim Grupo Amigos de Lisboa*, II série, N.º 31. Lisboa: Câmara Municipal, (pp. 17-40).

MARTINS, Miguel Gomes (2017) – *1147 A conquista de Lisboa na Rota da Segunda Cruzada*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

NASCIMENTO, Aires (2018) – *A conquista de Lisboa aos Mouros, Relato de um Cruzado*. Lisboa: Biblioteca Clássica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Chancelaria de D. Dinis, Livro I. Lisboa: Torre do Tombo.

Disponível online: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3813641>.

GALVÃO, Duarte (1906) – *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques*. Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Vol. LI. Lisboa: Escriptorio.

SANTA MARIA, Nicolao de (1668) – *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Vol. I-VII. Lisboa: Officina Joam da Costa.

Estudos

BATALHA, Luísa; NETO, Nuno; PEÇA, Pedro; BRITO, Sara & CARDOSO, Guilherme (2017) – Os silos do palácio de Santa Helena (Lisboa), in *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

CASTILHO, Júlio de (1981) – *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, Vol. II. Lisboa: Sociedade Tipográfica Lda.

CUNHA, Armando Santinho & FERREIRA, F. E. Rodrigues (1998) – *Vida e morte na época de D. Afonso Henriques*. Lisboa: Hugin.

PROBLEMÁTICAS EM TORNO DA GESTÃO DE UM ESPAÇO AO LONGO DE DOIS SÉCULOS: OS SILOS MEDIEVAIS DO LARGO DA ATAFONA – LISBOA

Vasco Noronha Vieira¹, Tiago Pereira, Vanessa Filipe, José Pedro Henriques, Dário Neves,
Marina Carvalinhos

¹ vav@sapo.pt

Resumo

No âmbito do Projecto de instalação de ecopontos subterrâneos na cidade de Lisboa, foram identificados no Largo da Atafona (Mouraria) um conjunto de silos para armazenamento, com uma diacronia de ocupação, aparentemente ininterrupta entre os Séculos XI e XV.

Pretendemos com este trabalho proceder ao levantamento de questões relacionadas com a construção e utilização daquelas estruturas, bem como o intenso reaproveitamento daquele local ao longo de vários séculos.

Palavras-chave: Silos, Idade Média, Arqueologia Medieval, Lisboa.

Abstract

As part of the project to install underground recycling bins in the city of Lisbon, in Largo da Atafona (Mouraria) were identified a set of silos for storage, with an apparently uninterrupted occupation diachrony between the 11th and 15th centuries. With this article we intend to raise questions related to the construction and use of these structures, as well as the intense reuse of that site over several centuries.

Keywords: Silos, Middle Age, Medieval Archaeology, Lisbon.

1. INTRODUÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Integrado no projecto de instalação de ecopontos subterrâneos na cidade de Lisboa, o Largo da Atafona foi intervenção entre os anos de 2016 e 2018 e revelou um conjunto de achados cronologicamente integrados entre os Séculos XI/XII e o período contemporâneo, ou seja, uma diacronia com cerca de 1000 anos.

Foi intervenção uma área com cerca de 10 m de comprimento, por 2 m de largura, com uma profundidade variável entre os 2,20m, e os 3,20m. (Figura 1)

O largo situa-se na Mouraria, nomeadamente na encosta do Castelo virada a Poente, junto á igreja de São Cristóvão, e adjacente ao antigo Mercado do Chão do Loureiro, erguido durante os anos 40.

Antes da construção do edifício do Mercado, existia no local um quarteirão habitacional, desde o Século XVII, que pode ser observado na planta de Tinoco de 1650. Este espaço terá sofrido ao longo dos tempos alterações e remodelações, mas parece ter resistido ao Terramoto de 1755, como pode ser observado nas plantas de Mardel de 1756 e de Guilherme de Menezes de 1761. (Figura 2)



Figura 1 – Localização do Largo da Atafona (Carta militar 1/25000; Imagem Google Maps).

Figura 2 – Vista geral da área intervenção.

Para os Séculos XVI e XVII foi identificada uma sucessão de pavimentos de naturezas díspares – argamassas, terra batida, calçada – que evidencia o uso deste espaço enquanto local de passagem exterior, ou seja, via pública, onde se detecta momentos de remodelação dos pisos, abandono completo e construção de novos pavimentos, até provavelmente meados do Século XVII.

Entre os Séculos XI e XV, toda a área terá sido ocupada, de forma aparentemente ininterrupta, por silos de armazenamento de cereal, que deverão ser de cariz comunitário e associados a uma atafona manual durante o século XIV. Para além do conjunto dos silos detectados, destaca-se neste local, a exumação de uma atafona de cariz manual, caso raro de se encontrar, e que aqui torna-se mais relevante, pois para além de reforçar o uso inicial destas estruturas de armazenamento, torna-se um elemento explicativo da toponímia do sítio, o que pouco acontece, principalmente para estes períodos mais recuados. (Figura 3)

Esta estrutura é composta por pedras de médio e grande calibre, trabalhadas de modo a formarem um encaixe semicircular, e um canal no meio. Estão sobre um outro elemento pétreo de formato quadrangular que apresenta um encaixe sensivelmente a meio, mas não perfeitamente alinhado com o encaixe circular das pedras superiores. De frente deste elemento, outros mais irregulares, mas nitidamente fora de sítio, ou remexidos, provavelmente devido à construção de um alicerce de período contemporâneo. Na totalidade, a estrutura apresenta uma dimensão de 70cm x 60cm (preservados) e 50cm em altura. Quanto à sua funcionalidade, considerou-se as características da sua construção, dimensões e os encaixes detectados. A presença de vários fragmentos de mó de pequeno diâmetro que parece encaixar neste tipo de estrutura detectadas em vários níveis da sondagem, assim como a própria toponímia do local (Beco da Atafona até ao século XX, e Largo da Atafona, atualmente) podem ser chegadas para esta interpretação. (Figura 4)

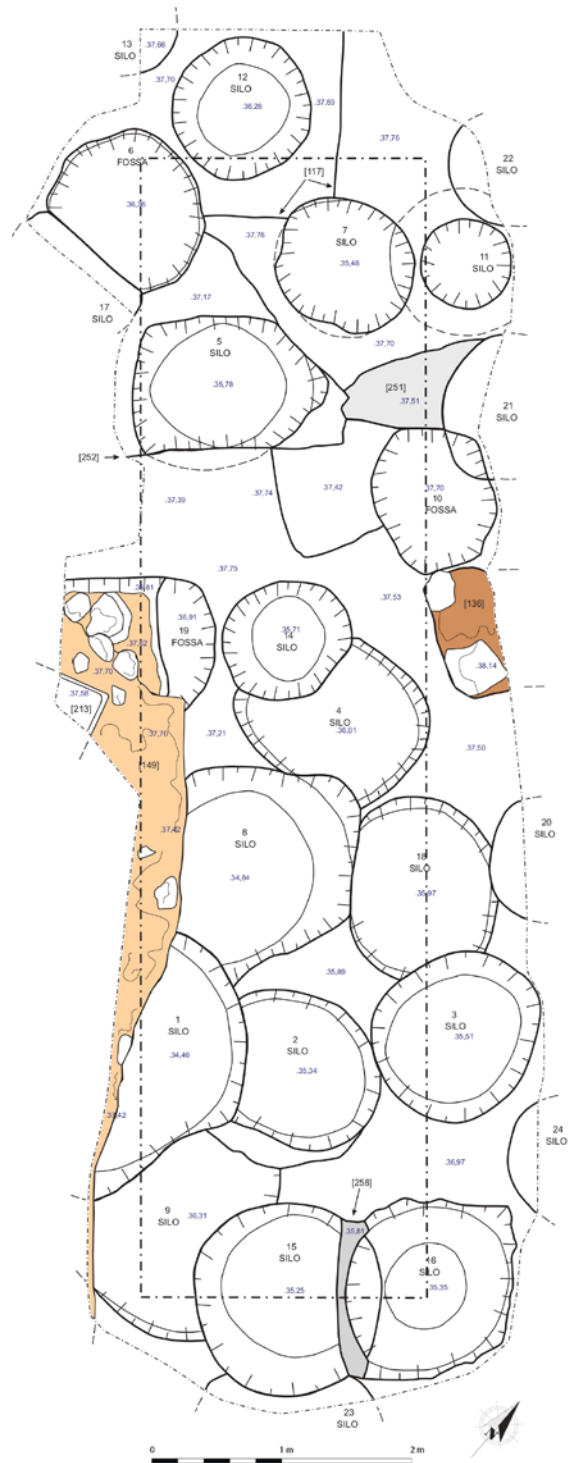


Figura 3 – Plano final com localização dos silos identificados.



Figura 4 – Atafona manual do Século XIV.

2. OS SILOS – EVIDÊNCIAS E ANÁLISE

No total foram identificadas um total de 23 estruturas negativas, que foram interpretadas de acordo com a sua utilização inicial: 19 Silos, 3 Fossas detriticas e uma indeterminada. Os materiais arqueológicos exumados do interior destas estruturas foram determinantes na sua datação relativamente ao momento de abandono, em relação aos silos, cujo preenchimento foi efectuada de forma rápida.

Deste conjunto, nove inserem-se cronologicamente no período Islâmico entre os séculos XI e XII (Silos 1,2,4,7,8,9,10,15 e 18), acrescentando-se mais três estruturas (Silos 21, 22 e 23) que apesar de não terem sido escavados a relação estratigráfica aponta certamente para essa datação.

Entre os séculos XIII e XIV, o actual Largo da Atafona permanece como espaço de armazenamento subterrâneo com três silos integrados já no século XIII (Silos 5,6 e 19), duas destas estruturas para um período de transição entre os séculos XIII e XIV (Silos 12 e 16), e dois silos com datação para o século XIV (Silos 3,14).

Integrado já no século XV encontra-se o Silo 1, sendo a única estrutura com cronologia para este século.

Os restantes três silos (Silos 13,17,20), e por não terem sido escavados, apenas se pode atribuir uma cronologia para o período Medieval, com base nas relações estratigráficas.

A escavação destas realidades arqueológicas foi efectuada num espaço limitado à área de afectação para a colocação dos contentores subterrâneos, registando-se uma grande concentração de silos escavados que afectaram os mais antigos, inviabilizando em alguns casos a definição da sua configuração original. (Figuras 5 e 6)

A importância do armazenamento de excedentes na Idade Média era essencial para a sobrevivência das comunidades, quer para consumo próprio como para pagamento de renda ou imposto. Nesta perspectiva, a construção de estruturas deste género revela a necessidade das populações medievais em gerir da melhor forma as produções agrícolas o que influenciou de forma directa a forma e a capacidade dos silos.



Figura 5 – Imagem geral dos silos – área Sul.



Figura 6 – Imagem geral dos silos – área Sul (em cima) e área Norte (em baixo).

Para se calcular a capacidade volumétrica, essencial para se poder fazer uma co-relação entre uma capacidade de armazenamento e a quantidade de pessoas que dali se alimentariam, selecionou-se para esse efeito as estruturas mais bem preservadas ou aquelas em que se conseguiu reconstituir o seu formato original. Na generalidade os silos da Atafona apresentam uma forma cilíndrica ou ligeiramente esferóide, com base plana ou côncava, aplicando-se genericamente a fórmula $1,33 \times \pi \times r^2 \times H$ para formas esferóides ou $\pi \times r^2 \times H$ para formas aproximadamente cilíndricas. Os cálculos dos volumes são meramente aproximados já que as formas dos silos não são lineares, apresentando sempre definições algo irregulares. Para esta questão foram definidos dois grupos cronológicos de silos (Silos correspondentes ao século XI-XII e ao século XIII-XIV), representados por 4 estruturas de cada, que permitisse inferir sobre a evolução da capacidade destas estruturas e correlacionar de alguma forma com dados historiográficos. (Figura 7)

O primeiro grupo corresponde aos silos datados do século XI-XII (Silos 1, 7, 8 e 15) (Fig.) cujos volumes variam aproximadamente entre os 5 m³ (Silo 1) e os 2 m³

Silos (Séculos XI-XII)	Volume (m ³)	Silos (Séculos XIII-XIV)	Volume (m ³)
1	4,7-5,5	3	1,5-2,0
7	3	12	1
8	4,1	14	1
15	2,0-2,5	16	1,5-2,0
Total	13,8-15,1	Total	5,0-6,0

Figura 7 – Capacidade volumétrica dos silos do Largo da atafona.

(Silo 15) (Fig.) totalizando entre 13,8 e 15,1 m³ (máximo de 15.000 l) para estes exemplares.

O segundo grupo corresponde aos silos datados do século XIII-XIV (Silos 3, 12, 14 e 16) e apresentam volumetrias aproximadas entre os 2 m³ (Silos 3 e 16) e o 1 m³ (Silos 12 e 14) perfazendo entre 5 e 6 m³ (máximo de 6.000 l).

Numa primeira análise constata-se uma diferença máxima de cerca de 9 m³ (9.000 l) entre os dois grupos, com uma diminuição da capacidade de armazenamento durante os séculos XIII-XIV. (Figura 8)

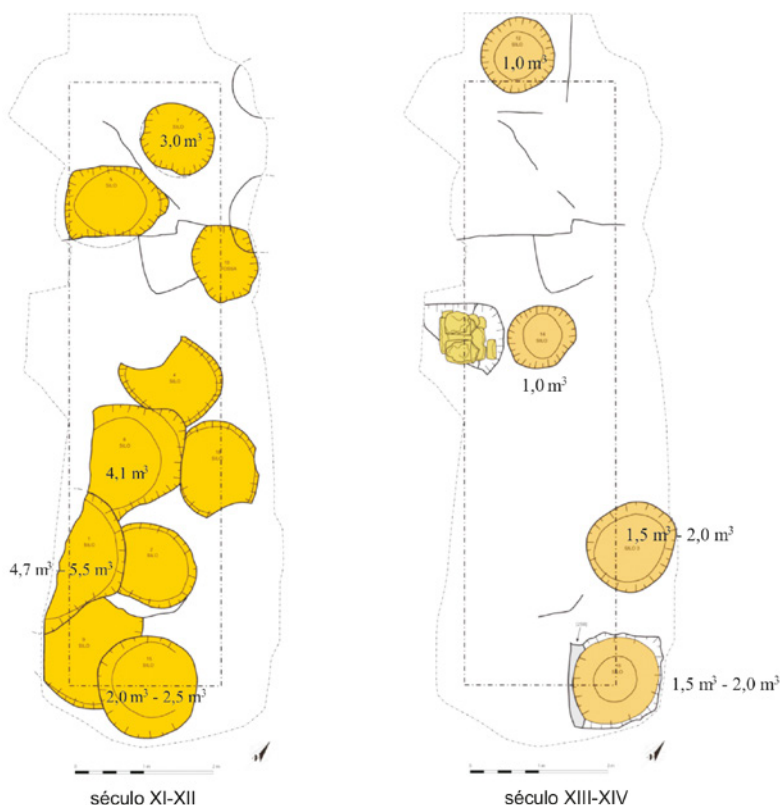


Figura 8 – Capacidade calculada dos silos por cronologia.

Estes dados têm importância sobretudo de um ponto de vista prático – questionar que tipo de alimentos se armazenaria nestas estruturas e de quantas pessoas poderia alimentar. Este tipo de abordagem encontra-se ainda pouco desenvolvida na bibliografia publicada sobre esta temática. Porém, Fernández Ugalde, baseado em documentação medieval espanhola, calculou um consumo de 3.200 l de cereal num ano para 8 pessoas (Fernandez Ugalde, 1994). Este cálculo, apesar de ser o único que dispomos no momento, transmitirá uma realidade das comunidades medievais espanholas mas que podemos extrapolar para o caso em estudo pela proximidade cultural e

geográfica. Segundo estes cálculos, considerando que seriam silos para armazenamento de cereal, os silos mais antigos alimentariam aproximadamente 37 pessoas e os silos já dos séculos XIII-XIV com capacidade para alimentar cerca de 15 pessoas.

3. PROBLEMÁTICAS

Uma das principais questões na abordagem a este tipo de estruturas negativas é a classificação de Silo como função específica de armazenamento de alimentos.

As especificidades desta função são por vezes difíceis de detectar pelo investigador, quer pelo estado em que se encontram as estruturas, quer pelo uso

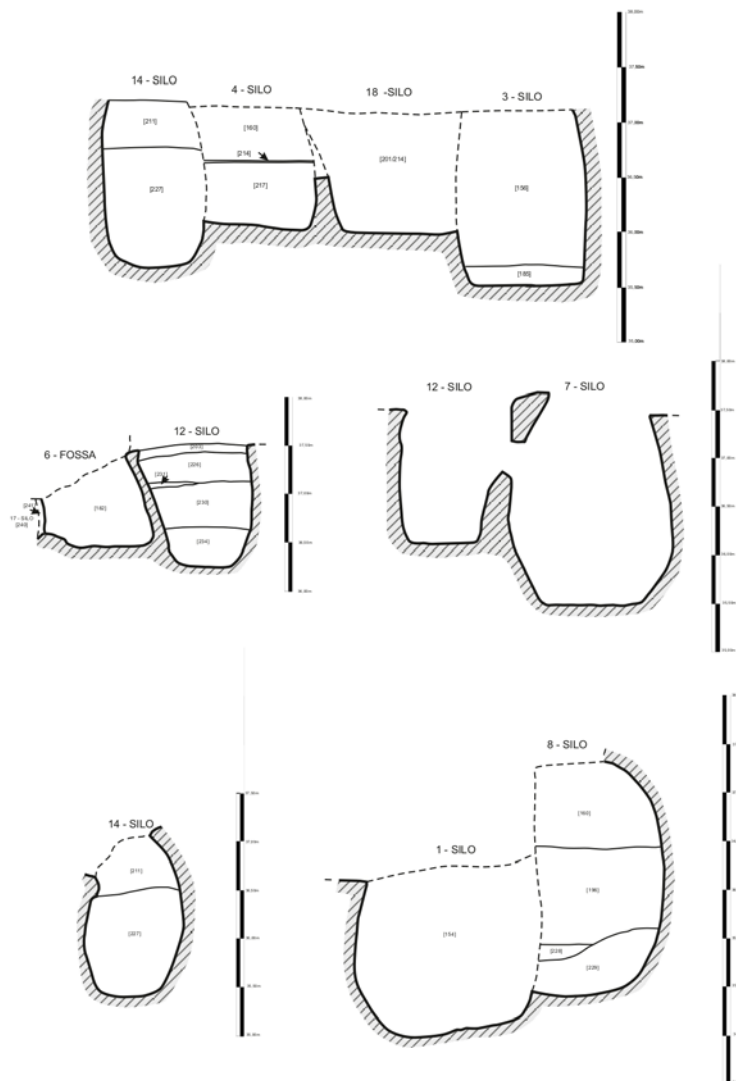


Figura 9 – Secções transversais de silos.

como depósito de lixo no seu abandono. Existiram por isso estruturas negativas com formas semelhantes aos silos mas com diferentes usos: produção de adubos através de diversos tipos de compostagens (mencionado em diversas fontes árabes), fossas cegas para despejo de dejectos humanos e em último caso para lixeiras. (Figura 9)

As inúmeras escavações deste tipo de estruturas permitiram identificar algumas características associadas ao armazenamento de alimentos, nomeadamente o tratamento das paredes, a utilização de camas de palha na base e no topo para o condicionamento do cereal ou até uma camada de areão na base. No caso específico do Largo da Atafona a abordagem é mais complexa no que respeita à sua classificação, tendo em conta os elementos característicos dos silos, excluindo a sua configuração. A dificuldade evidencia-se em parte pela grande concentração destas estruturas no local, pela alteração da argila de base em que foram escavadas, com afectações e preenchimentos contínuos de lixo e argila nos próprios silos. Poucas foram as evidências do uso como armazenamento de cereal ou outro tipo de alimento. A atafona manual identificada junto a um dos silos atribuído ao século XIV parece correlacionar-se com uma inalterabilidade de utilização do espaço com essa função e por isso a sua designação de silos.

Outra problemática adjacente, sem evidência documental até ao momento, é a questão da pertença da propriedade e da gestão do espaço como armazenamento de excedentes. O actual Largo da Atafona no século XI/XII inseria-se no bairro moçárabe onde se localizaria a igreja moçárabe de Santa Maria de Alcamim ou das hortas, cujo nome se altera para Igreja de São Cristóvão após a conquista cristã de Lisboa no século XII. Existem diversos exemplos de comunidades eclesíásticas proprietárias de celeiros ou silos para armazenamento de cereais e alimentos, como é o caso dos silos medievais escavados na Igreja de São Lourenço e não muito longe do local em questão. Curiosamente, é o relato de um cruzado durante a conquista de Lisboa no século XII que nos dá uma visão dos arrabaldes a Poente da encosta do Castelo:

“...foi encontrada, na nossa parte do arrabalde, dentro de covas rasgadas na encosta do monte, uma quantidade de perto de umas cem mil cargas de trigo e de cevada, de milho e de legumes, provisões que eram para a maior parte da cidade” (Nascimento e Branco, 2001).

Não temos correspondência contudo que pudessem estar associada a alguma Igreja ou Paróquia, apesar

da presença de uma importante igreja no arrabalde moçárabe. Provavelmente os silos mais antigos seriam propriedade de uma comunidade moçárabe com capacidade de armazenar os excedentes agrícolas para consumo interno ou eventualmente para pagamento de rendas ou impostos. Os silos do Largo da Atafona dos séculos XI e XII possuíam uma grande capacidade de armazenamento, coincidindo curiosamente com o crescimento agrícola no século XI na Andaluzia sobretudo na região de Toledo (Ureña *et al*, 2013).

Nos séculos seguintes à conquista da cidade de Lisboa, e até ao século XV, este espaço continua com a sua função original embora com uma notória diminuição volumétrica de armazenamento. Quanto a este facto poderemos apenas especular, provavelmente é um fenómeno associado a uma quebra das produções agrícolas ocorridas durante os séculos XIII e XIV devido a questões climáticas, e à epidemia de peste que assolou Lisboa durante o século XIV.

A expansão urbana da cidade durante o século XIV, colocou certamente este espaço agora intramuros sobre pressão urbanística o que poderá ter levado ao total abandono como armazenamento subterrâneo já no século XV, ou seja, uma nova gestão urbana da cidade de Lisboa ocorrida a partir do século XIV.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escavação deste troço do Largo da Atafona – Mouraria, permitiu retirar algumas interpretações bastante interessantes sobre a sequência ocupacional deste espaço, desde o período Islâmico até ao Século XX, altura da construção do edifício do Mercado do Chão do Loureiro (actual parque de estacionamento), ou seja, uma diacronia de cerca de 1000 anos.

Foi detectado um vasto conjunto de silos para armazenamento de cereal que é representativo de uma continuidade ocupacional do espaço, sem aparente interrupção, entre os Séculos XI e XV. Ou seja, subsiste uma presença de influência islâmica, mesmo após a reconquista cristã, e uma continuação da utilização deste espaço como zona de armazenamento e de despejos de lixos domésticos ao longo de vários séculos. Este facto é fundamentado pelos materiais recolhidos de cada um dos silos e fossas, que demonstram um período de transição e uma coexistência da cultura material islâmica e cristã.

Não foram detectados vestígios estruturais directamente relacionados com este conjunto de silos, que se possa atribuir uma funcionalidade habitacional.

A única estrutura detectada, com uma cronologia

medieval, com bastante relevância, e que se encontra *in situ* é a atafona, junto ao limite Oeste da sondagem. Apesar de ter sido fortemente afectada por construções posteriores, foi ainda possível recolher informação que ajudasse a caracterizar esta estrutura.

É bastante interessante poder-se detectar elementos que possam ter contribuído para a toponímia local – Beco da Atafona (e topónimo actual de Largo da Atafona) – e neste caso, não podia ter sido mais perfeito. Trata-se de uma pequena atafona manual, e que parece surgir associada a um pequeno silo com cronologia semelhante (Século XIV). Este tipo de atafonas poderia ser construído dentro de um espaço habitacional, ou ao ar livre, o que à primeira vista parece ser este o caso, devido a ausência de outras evidências estruturais relacionadas.

Será já no Século XV que haverá um abandono deste espaço enquanto área de armazenamento subterrâneo, com a deposição de depósitos que terão regularizado o espaço, como local de passagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDEZ UGALDE, A. (1994) – “El fenómeno del relleno de silos y la implantación del feudalismo en Madrid y en el reino de Toledo”, *Actas del IV Congreso Medieval de Arqueología*, vol. III, Alicante, pp. 611-617.

NASCIMENTO, A. A., & BRANCO, M. J. (2001). “A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado”, *Vega*.

UREÑA, A. M., de PABLOS, J. M., & CABRERA, R. B. (2013) – “Acerca de la funcionalidad de los denominados ‘silos-basureros’: una propuesta metodológica para el estudio de la agricultura andalusí en época califal y taifa” ,in. *Archeologia medievale*, (40), pp. 337-352.

SILOS MEDIEVAIS NO NÚCLEO HISTÓRICO DE ALMADA: TIPOLOGIAS E SEU CONTEXTO

Sérgio Manuel Peleja Rosa

Arqueólogo da Divisão de Museus e Património Cultural, da Câmara Municipal de Almada / srosa@cma.m-almada.pt

Resumo

As intervenções arqueológicas realizadas no núcleo histórico de Almada, entre 1980 e 2018, revelaram um número significativo de silos subterrâneos representativos da importância que esta técnica de armazenamento terá simbolizado para as populações almadenses durante a Idade Média e nos inícios da época Moderna. Entre as estruturas documentadas, encontram-se diversas tipologias de perfil com distintas capacidades de armazenamento, agrupadas em núcleos formando alinhamentos ou implantadas de forma isolada.

A caracterização morfológica dos silos constituiu um dos objetivos principais deste estudo. Através da sua classificação tipológica e da análise das características métricas, nomeadamente a forma do fundo, o sistema de fecho, o tratamento da superfície das paredes e outras particularidades, procurou-se obter informação sobre a construção e utilização destas estruturas.

Palavras-chave: Silo, Almada, Idade Média, Época Moderna.

Abstract

Archaeological interventions carried out in the historic centre of Almada, between 1980 and 2018, have uncovered a significant number of underground silos, which reflect the importance attributed to this storage technique by the people of Almada during the Middle Ages and the early Modern period. Among the documented structures, there are different profile typologies with different storage capacities, arranged either in aligned clusters or as isolated examples. The morphological classification of the silos was a key objective in this study. Through typological classification and metric analysis – considering the bottom shape, closing system, wall surface treatment, and other features – the study sought to obtain insights into their construction and use.

Keywords: Silo, Almada, Middle Age, Modern Period.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo baseia-se na investigação desenvolvida no âmbito da dissertação de mestrado, “*Os Silos Medievais de Almada. Morfologia e dinâmicas de utilização*”, apresentada pelo autor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde o tema foi tratado de forma mais abrangente.

Os silos dão-nos informações, que vão muito além dos resultados obtidos nos estudos dos artefactos e ecofactos associados aos contextos de enchimento, pois as próprias estruturas constituem um indicador muito importante, por exemplo, do grau de alteração e supressão da cota da superfície original do sítio arqueológico. De igual modo, proporcionam referências sobre a organização ou estrutura de desenvolvimento socioeconómico do povoamento em Almada durante as épocas Medieval e Moderna, aspetos que não devem ser descartados.

Tendo como objetivo principal a recuperação de informação relativa à construção e utilização das estruturas de armazenamento na sua função original, para o qual se tem menos informação. Na maior parte dos casos, não se identificaram contextos de ocupação contemporâneos dos silos. Assim, é fundamental proceder ao estudo detalhado da estrutura para recolher elementos que permitam conhecer à sua função original.

A metodologia utilizada, consistiu na análise detalhada das características construtivas e arquitetónicas dos silos. A partir dos atributos geométricos, construiu-se uma proposta de classificação tipológica dos perfis, que permitiu reconstituir a forma das estruturas incompletas e apresentar estimativas fiáveis da respetiva capacidade de armazenamento.

Com base na análise das dimensões e capacidades de armazenamento procuram-se padrões que forneçam indicadores da existência de modelos pré-determinados na construção deste género de estruturas de armazenamento.

2. OS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO NÚCLEO HISTÓRICO DE ALMADA (1980-2018)

Os trabalhos arqueológicos realizados no núcleo histórico de Almada, entre 1980 e 2018, por arqueólogos da Câmara Municipal de Almada (adiante CMA) e do Centro de Arqueologia de Almada, permitiram a identificação de 79 silos associados a contextos arqueológicos enquadráveis entre os séculos XII e XV (Figura 1).

A maior parte das intervenções desencadeou-se no âmbito de ações de arqueologia reativa, onde se

incluem intervenções de emergência, acompanhamentos arqueológicos ou ações de diagnóstico e intervenções de valorização, resultando em informação muito díspar e fragmentada (Figura 1).

A realização de obras requalificação na Igreja da Misericórdia de Almada (CNS2986), desencadeou a intervenção do Centro de Arqueologia de Almada, que desenvolveu duas campanhas de escavações arqueológicas no local, em 1983 e em 1985. Esses trabalhos permitiram identificar 3 silos e uma estrutura de fundição de metais (Barros & alii, 1984).

Os silos encontravam-se dispersos na nave central, não apresentando alinhamentos ou outro tipo de relação entre si, tendo possivelmente sido cortados na sua parte superior durante das obras para a construção da Igreja da Misericórdia, entre 1564-1567.

Em 1990, a reabilitação do edifício situado na Rua Henriques Nogueira n.ºs 22-26 (CNS7050), motivou a realização de trabalhos arqueológicos nas salas do piso térreo. A escavação permitiu distinguir três fases de ocupação: a mais recente, entre os séculos XVIII e XX; uma fase intermédia, anterior ao terramoto de 1755; e a fase mais antiga, datada dos séculos XIV-XV, correspondente ao momento de abandono dos dois silos identificados nas Salas 9 e 11 (Figura 2).

O Silo 2 identificado na Sala 9, apresentava 0,80 m de profundidade e 0,70 m de diâmetro máximo. O preenchimento da estrutura era constituído por várias camadas, aparentemente depositadas num curto período de tempo.

O Silo 1 registado na Sala 11 apresentava 0,90 m de diâmetro máximo e 1,40 m de profundidade. No decorrer da sua escavação, foram individualizadas nove camadas de enchimento. A primeira incluía materiais enquadráveis cronologicamente no século XIX. As camadas 2 e 3 tinham materiais do século XVIII. As camadas 4 e 5 tinham materiais do século XVII e as restantes camadas (6-9) proporcionaram a recolha de materiais do século XV, designadamente 12 Ceitis de D. Afonso V (1438-1481), 1 Real preto de D. Duarte (1433-1438) e 1 dinheiro de D. Afonso III (1248-1279), além das peças em cerâmica (Barros & Espírito Santo, 1990).

No final de 1992, na sequência de um projeto de reabilitação do imóvel situado na Rua Henriques Nogueira n.ºs 34-36, com Logradouro que confronta com a Rua da Judiaria (CNS11373), o que conduziu à intervenção da equipa de arqueologia da CMA.

Os trabalhos arqueológicos tiveram início com a escavação de duas sondagens, com objetivo de avaliar a presença de contextos arqueológicos preservados e caracterizar a extensão e natureza desses vestí-

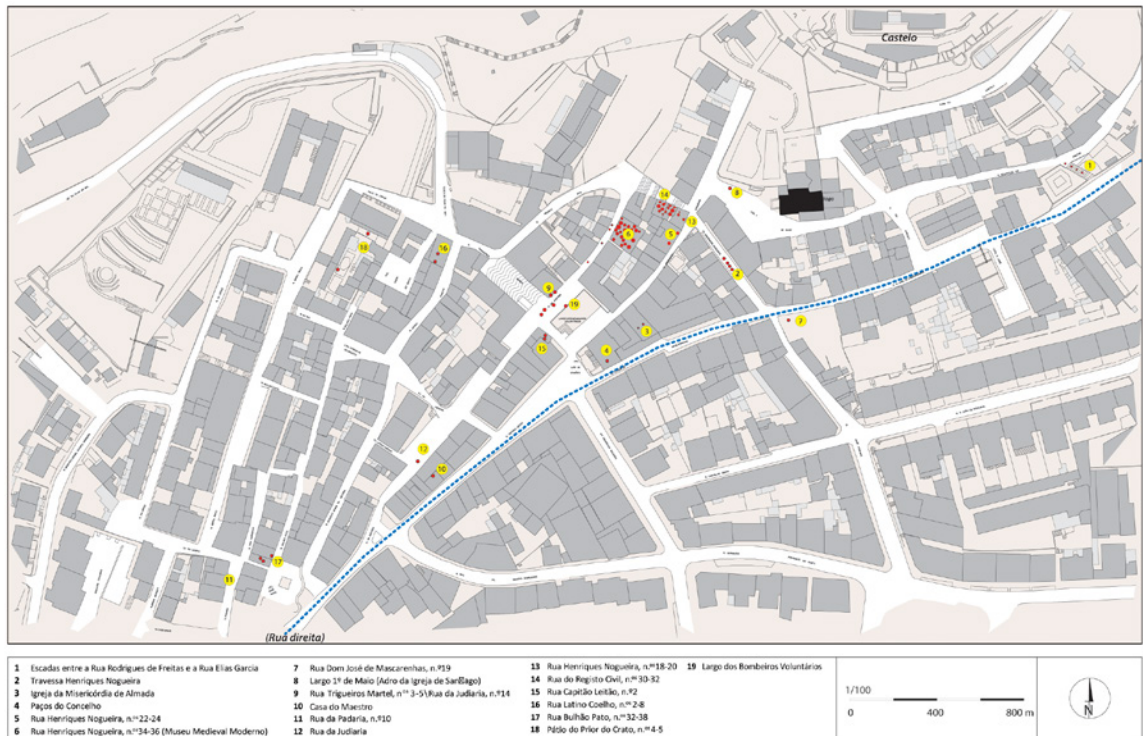


Figura 1 – Planta com a localização das intervenções arqueológicas.

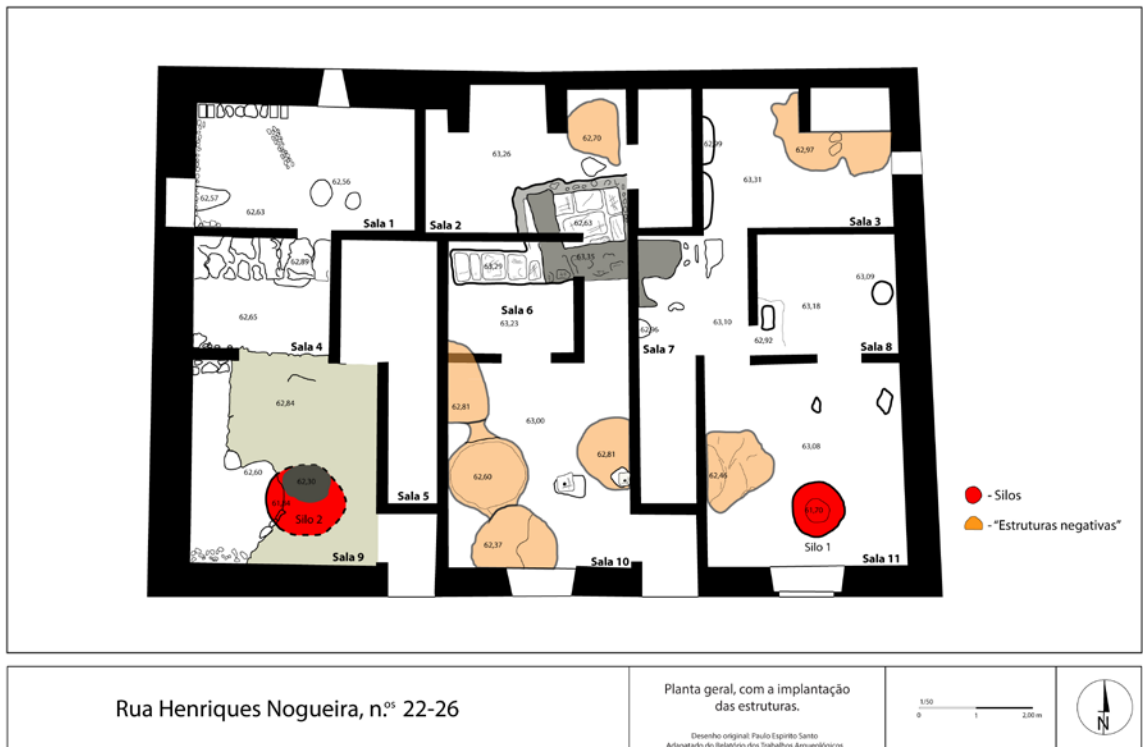


Figura 2 – Planta geral da intervenção arqueológica realizada na Rua Henriques Nogueira n.º 22-26 (Arquivo de desenho da DMPC-CMA).

gios. Os resultados obtidos conduziram à decisão de avançar com a escavação da restante área, entretanto dividida em seis sondagens.

A continuação dos trabalhos revelou 17 novos silos, permitindo ainda delimitar a planta de duas casas, além de recolher um volume significativo de espólio arqueológico (Barros, 2000, p.40).

A fase mais antiga de ocupação do sítio, corresponde aos silos, possivelmente construídos em época islâmica e utilizados até meados do século XIII. Após a reconquista cristã passam a ser utilizados como lixeira, e a área de armazenamento foi transformada em quintal. Esta situação parece ter sido revertida no século XV com a construção das estruturas habitacionais, utilizadas até ao século XVI. No século XVI, este espaço voltou a ser utilizado como quintal, situação que perdura até ao início das obras de reabilitação, sendo possível distinguir vários aterros, nomeadamente aqueles relacionados com o terramoto de 1755 (Barros, 2000, p.29).

Entre os silos identificados, dois preservavam a totalidade do perfil, encontravam-se selados por mós e estavam totalmente vazios. Durante a escavação,

verificou-se que a estrutura identificada como Silo 5 no interior do espaço habitacional, correspondia a uma cavidade com 25 cm de profundidade.

Os silos 10 e 14 por se encontrarem parcialmente sob as construções habitacionais, não foram escavados.

No decorrer das obras para construção de infraestruturas do museu, identificaram-se 5 silos, elevando para 26 o número total. No entanto, estes não foram registados na planta geral, e não existe documentação fotográfica que possa esclarecer a sua localização. De referir, ainda, que o Silo 16 foi sacrificado para permitir a construção das fundações de uma sapata, onde assenta o passadiço metálico (Figura 3).

A década de 1990 ficou marcada pela realização de diversas intervenções sem autorização das entidades responsáveis pela tutela da gestão do património arqueológico, não tendo havido lugar à elaboração de relatórios ou publicação dos resultados, excetuando breves referências em notícias.

Neste contexto, em 2001-2002, técnicos da CMA realizaram escavações arqueológicas no edifício situado no n.º 10 da Rua da Padaria (CNS40197), onde identificaram três silos. Segundo a documentação pro-

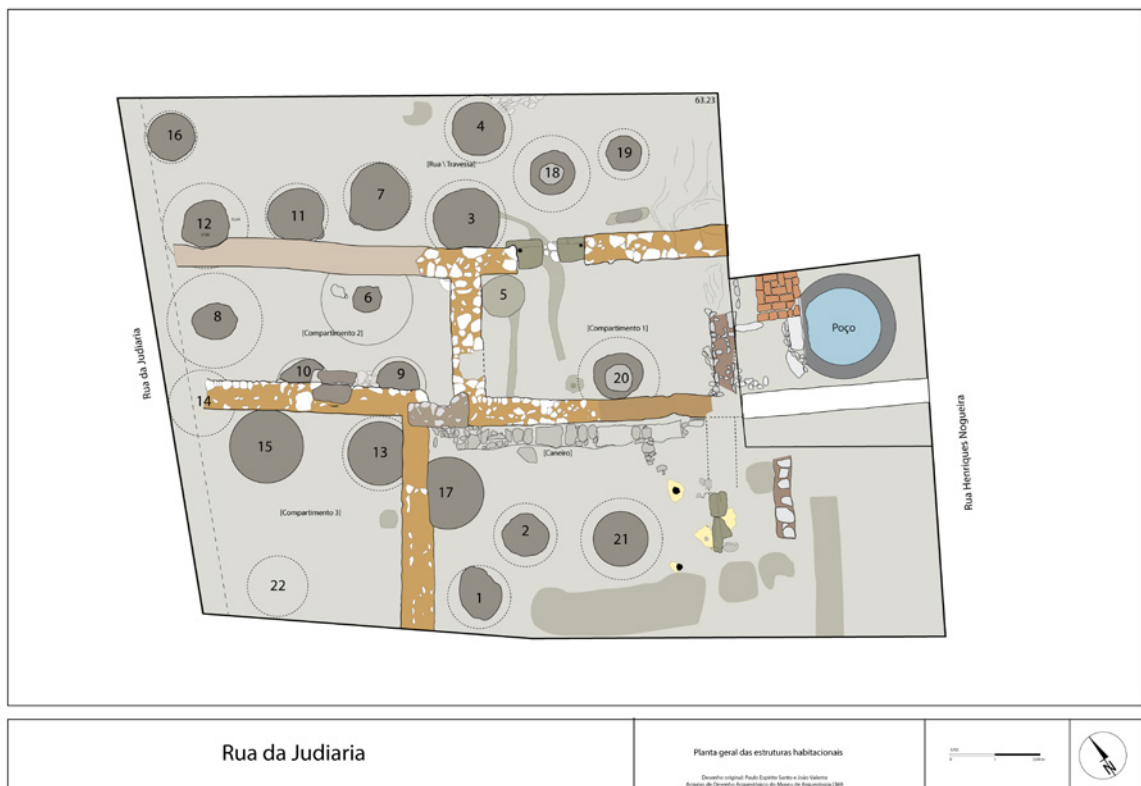


Figura 3 – Planta geral dos silos da Rua da Judiaria (Arquivo de desenho da DMPC-CMA).

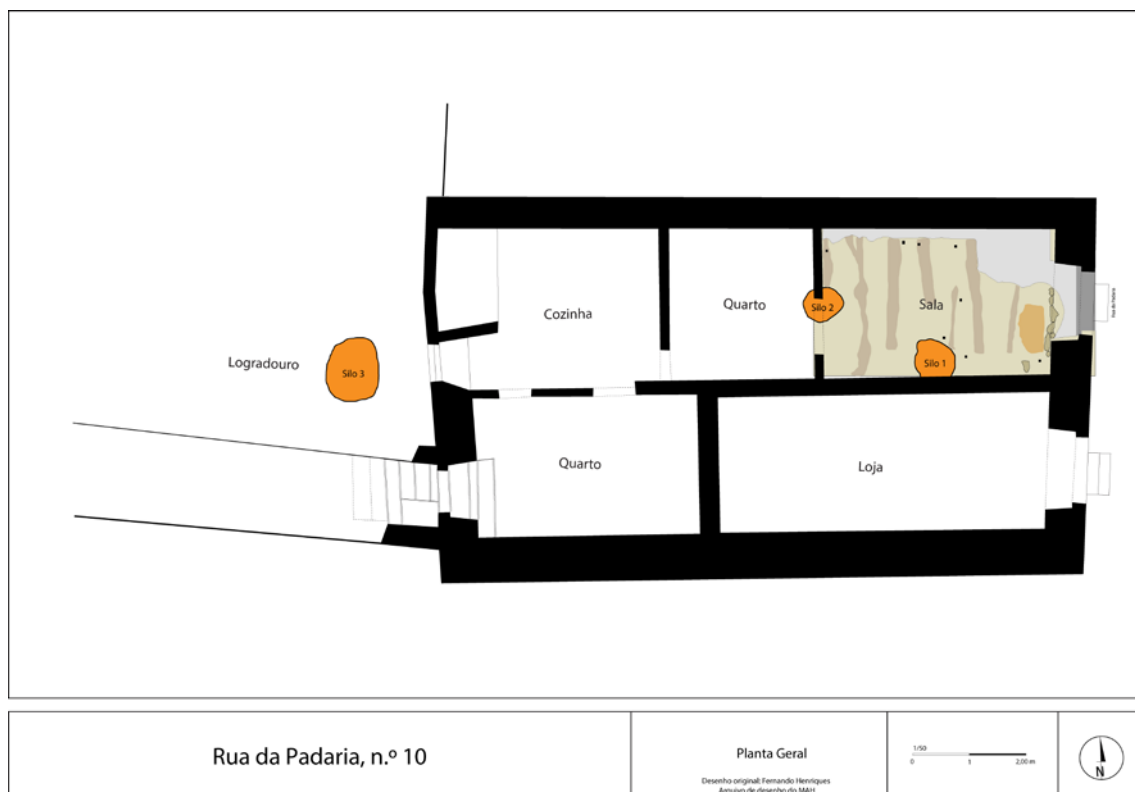


Figura 4 – Planta dos silos da Rua da Padaria, n.º 10 (Arquivo de desenho da DMPC-CMA).

duzida pelos autores dos trabalhos de campo, os silos encontravam-se bem conservados (Figura 4).

Em 2015, iniciou-se um novo ciclo em que os arqueólogos municipais passaram a assegurar a totalidade das intervenções arqueológicas no núcleo histórico da cidade.

Na sequência de um projeto de reabilitação do imóvel correspondente aos n.ºs 4 e 5 do Pátio do Prior do Crato (CNS38140), em 2015, os arqueólogos da CMA realizaram quatro sondagens de diagnóstico. No limite nordeste da Sondagem 3, encontrou-se um silo escavado no substrato rochoso, com a planta de secção circular e o diâmetro máximo estimado em 1,30m, só foi possível escavar uma secção da estrutura, uma vez que se encontrava fora dos limites da sondagem (António & alii, 2016).

Na Sondagem 4, identificou-se outro silo com as mesmas características. Também este se encontrava maioritariamente fora da área escavada. A presença de uma mó de granito no seu interior reforça a ideia da utilização destes materiais como tampa.

Em 2017, no âmbito do acompanhamento arqueológico do Projeto de Reabilitação do edifício situado na

confluência da Rua Capitão Leitão, n.º 2 com o Largo dos Bombeiros Voluntários n.º 1 e com a Rua da Judiaria, n.º 9 (CNS37016), detetaram-se contextos arqueológicos preservados em três pontos distintos do edifício.

Na Sala 1, situada junto ao Largo dos Bombeiros Voluntários, registou-se uma sequência estratigráfica, iniciada pela camada de assentamento do pavimento do edifício atual, datável dos séculos XVIII-XIX, à qual se sucedem dois níveis de terra depostos no interior do compartimento, durante o século XVI.

No quadrante oeste, identificaram-se dois silos, um deles parcialmente por baixo do muro. A parte superior dos silos, foi cortada durante a construção do edifício nos séculos XIV-XV, apesar disso, ambos se encontravam bem conservados.

Em 2016, a reabilitação de dois imóveis, situados na interceção da Rua Henriques Nogueira n.ºs 18-20 com a Rua do Registo Civil n.ºs 30-32 (CNS40245), motivou a intervenção dos arqueólogos da CMA, inicialmente, com a abertura de sondagens de diagnóstico, nas áreas correspondentes às fundações para a construção dos pilares de suporte do 1º piso e num segundo momento com a escavação em área.

No prédio da RHN n.ºs 18-20, os níveis, que preenchem os espaços entre a camada de assentamento dos pavimentos e o substrato geológico, apresentavam características semelhantes na totalidade do edifício. O espólio associado era composto por cerâmica comum e de construção, faianças e objetos metálicos cronologicamente enquadrável nos séculos XVII-XVIII.

No total, identificaram-se 9 silos escavados no substrato geológico, além de cavidades de função indeterminada. Os silos apresentam-se bem conservados, especialmente os que se situam no Sector 2 (Figura 5).

O Silo 1, localizado junto à entrada do n.º18 da RHN, na zona mais elevada, foi parcialmente cortado, preservando 1,20 m de profundidade, de planta circular e perfil esférico a superfície interna das paredes apresentava bastantes irregularidades, possivelmente devido às características geológicas do terreno nesta zona. O espólio recolhido, inclui cerâmica comum, cerâmica de construção com destaque para a grande quantidade de tijolos queimados, possivelmente parte do solo de um forno, recolheram-se ainda 10 numismas entre eles 1 Mealha de D. Sancho I, 2 Dinheiros de D. Sancho I (1185-1211) e 4 ½ Dinheiros de D. Sancho II, (1223-1248), o que permite datar enchimento na segunda metade do século XIII.

O Silo 2, situa-se no centro da área escavada, apresenta o perfil elíptico com o fundo plano, planta circular, a superfície das paredes é muito regular. O enchimento que não exibia inclusões significativas de espólio arqueológico, predominava a cerâmica de construção e escassos fragmentos de cerâmica comum. Encontra-se ligado ao Silo 4, através de uma abertura com 50cm de diâmetro, com o contorno afeiçãoado.

O Silo 3, foi profundamente afetado pela construção de muro do edifício contíguo, preservou-se uma secção correspondente a metade da planta e parte substancial do perfil, o que permitiu determinar a forma elíptica do perfil. Não ofereceu material arqueológico relevante, recolheu-se uma placa de arenito, de grandes dimensões que terá servido de tampa.

O Silo 4, encontra-se no Sector 1 no centro do edifício, apresenta-se excepcionalmente bem preservado, com 2,70 m de altura, a planta é circular, atinge 2,40 m no ponto mais largo e a forma do perfil é oval. A superfície interna das paredes, é irregular na parte superior e regular na metade inferior, acompanhando as alterações do substrato geológico.

No enchimento, individualizaram-se oito camadas, a metade inferior estava preenchida por três camadas, depositadas na horizontal, compostas por sedimentos finos, um indicador que a sua acumulação foi lenta.

O enchimento da metade superior estava depositado em cone, com o ponto mais alto no centro do silo. Em associação com elevado volume de artefactos cerâmicos, registaram-se despejos de materiais de construção incluindo tijolos de adobe e níveis de taipa.

É o silo de maiores dimensões identificado em Almada, e encontra-se acoplado ao Silo 2, uma realidade que está documentada noutros sítios arqueológicos, como Palmela, Caparide e Silves.

O Silo 5, encontra-se no Sector 2, a metade superior foi cortada, possivelmente durante a remodelação do espaço ocorrida durante o século XVII-XVIII, está alinhado com os silos 6 e 7, num eixo orientado este-oeste, as características construtivas, designadamente dimensões, forma e localização, sugerem que foram construídos no mesmo momento.

O Silo 6, foi parcialmente cortado pelo muro norte do edifício, preservando apenas metade da planta, está ligado ao Silo 7 por um orifício de secção circular com 10 cm de diâmetro. A superfície das paredes é regular. No enchimento, não se registou espólio que permita estabelecer a cronologia.

O Silo 7, situa-se no centro do Sector 2, preserva a metade inferior do perfil, a metade superior terá sido cortada durante a construção do edifício (século XVII-XVIII). Apresenta o perfil bem definido com a superfície das paredes regular. O enchimento, era constituído por uma camada de terra com abundantes fragmentos de telha, escassa cerâmica comum e um numisma de D. Sancho II.

O Silo 8, localizado no canto norte do Sector 2, foi cortado lateralmente no decurso da construção das fundações do edifício. O perfil é elíptico e a superfície das paredes regular. No enchimento, individualizaram-se 4 camadas, a primeira corresponde à vala de fundação do muro, a segunda era argila esverdeada, possivelmente resultante da desagregação da parte superior do silo, na terceira assinalou-se a presença de calcários provenientes de desagregação geológica, associados a cerâmica comum e escassos elementos de construção. A quarta é castanha, argilosa incluía alguns blocos de pedra de diversas dimensões e despejos de cinzas, despejos com fauna malacológica, carvões e cerâmica muito fragmentada.

O Silo 9, situado junto ao muro oeste do compartimento, foi afetado pela construção do edifício, e tinha uma fissura que o ligava ao Silo 8, o que provavelmente limitou a sua utilização enquanto estrutura de armazenamento. O enchimento apresentava cinco camadas, nas primeiras duas, abundavam os materiais de construção, blocos de pedra e uma coluna. As

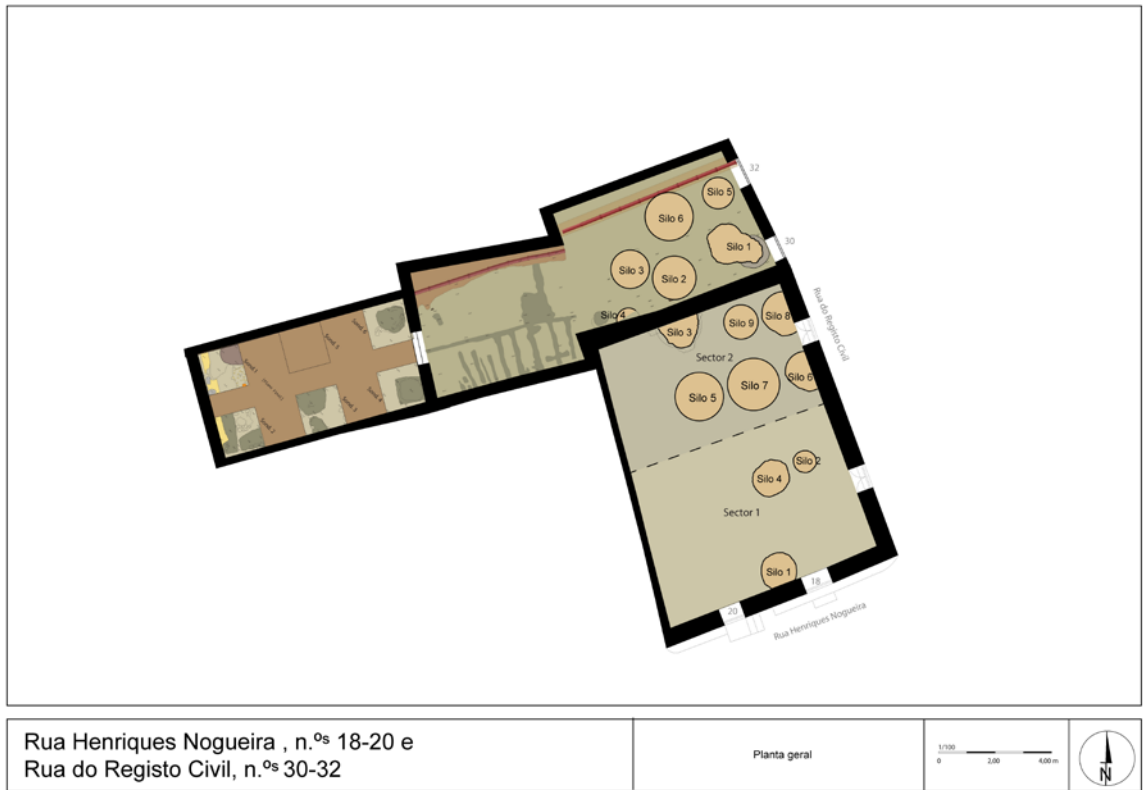


Figura 5 – Planta geral da intervenção na Rua Henriques Nogueira n.ºs 18-20 e Rua do Registo Civil n.ºs 30-32 (Arquivo de desenho da DMPC-CMA).

camadas 3 e 4 e incluíam mais despejos domésticos, cerâmica comum e pintada, grandes quantidades de fauna (escamas e espinhas, ossos de mamíferos e de aves). A última camada, menos expressiva, continha abundantes quantidades de cinza e carvões.

No edifício da Rua do Registo Civil, n.ºs 30-32, identificaram-se 6 silos na Sala Norte, apresentavam-se muito afetados pelas obras de regularização do terreno, resultantes da construção do edifício. A sequência estratigráfica, que antecede o topo dos silos, resume-se a um nível pouco espesso, com raros materiais arqueológicos, enquadráveis no século XVII a XIX (Figura 5).

O Silo 1, situado em frente à porta com o n.º 32, tinha o contorno da planta e do perfil irregulares, aparentemente houve uma tentativa de construir outro silo no mesmo local ou aumentar a capacidade de armazenagem deste silo. Uma parte substancial do enchimento era composto por rocha moída, resultante da escavação da nova estrutura.

Os silos 2, 3 e 4, situados num alinhamento paralelo ao muro este do edifício, preservavam 20 cm de altura do perfil. O Silo 2, tinha o interior preenchido

por um muro, a restante área estava ocupada por uma camada de terra muito escura. O espólio recolhido, apresenta uma percentagem de cerâmicas pintadas superiores à cerâmica comum.

O Silo 5, encontrava-se em frente à porta n.º 30, conservava 70 cm de altura, encontrava-se preenchido por uma camada de terra muito escura e com muita matéria orgânica, deu fragmentos de cerâmica comum e cerâmicas pintadas.

O Silo 6 era o melhor preservado deste conjunto com 1,20 m de altura, e foi o que deu maior quantidade de espólio.

A escavação em área do edifício situado na interseção entre a Rua Latino Coelho, n.ºs 2-8 e a Calçada da Cerca, n.ºs 14 (CNS39006), permitiu identificar dois silos escavados na argila. O espólio, recolhido no seu interior, indica que o abandono das estruturas ocorreu, possivelmente século XIV. A presença de silos nesta área, era pouco provável, visto que a Rua Latino Coelho se situa num vale, onde passaria uma linha de água, o substrato rochoso é diferente do que existe na área envolvente, é composto por argilas de cor castanho escuro. O abandono, poderá ter sido motivado

pela ineficácia das estruturas nesta zona, na observação da sequência estratigráfica que preenche a estrutura é evidente a presença de sedimentos idênticos ao do substrato geológico, permitindo supor que a estrutura terá abatido.

Em 2018, trabalhos arqueológicos, desenvolvidos no âmbito da reabilitação do prédio situado na Rua Bulhão Pato, n.ºs 32-38 e Rua dos Tanoeiros, n.ºs 17, permitiram identificar 3 silos. As estruturas apresentavam 1m de profundidade e 1,10 m de diâmetro máximo. O espólio recolhido no enchimento era composto por cerâmica comum, onde se conseguiu identificar um alguidar, fundos de copo (século XIV-XV), pequenas quantidades de fauna e fragmentos de telha.

3. CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA E CONSTRUTIVA

Os silos do núcleo histórico de Almada são estruturas subterrâneas integralmente escavadas no substrato geológico, possuem atributos que permitem conhecer a sua forma original e propor a reconstituição dos gestos realizados na sua construção. A simetria da planta e do perfil vertical denuncia o conhecimento e utilização de técnicas que permitiram a construção de silos, com características pré-determinadas.

A arquitetura dos silos engloba um conjunto de atributos que devem ser estudados: a forma do perfil, as dimensões da boca, o tratamento da superfície das paredes, a capacidade de armazenamento e o mecanismo de fecho, que, embora seja um elemento móvel faz parte da estrutura.

A construção dos silos iniciava-se com a delimitação de uma circunferência no solo, com as dimensões da boca, à medida que a estrutura adquiria profundidade a dimensão da circunferência aumentava até atingir a largura máxima pretendida. De seguida começava a reduzir até chegar ao fundo, conferindo ao silo uma configuração simétrica. As medições poderiam ser obtidas com o auxílio de um compasso ou de um cordel a partir de um ponto central. Considera-se que só assim seria possível escavar estruturas com mais de 2 m de profundidade, em condições de iluminação e áreas de trabalho reduzidas.

O dispositivo de fecho, podia ser constituído por lajes de pedra ou por mós reaproveitadas, complementado por uma cobertura de argila, que tornava o interior da estrutura impermeável e garantia a segurança dos alimentos armazenados, face às pragas de insetos ou roedores. No conjunto analisado, verificam-se ambas as soluções. Identificaram-se, inclusivamente,

dois silos ainda selados por mós ou lajes de grande dimensão surgem no interior da estrutura.

A boca exibe dimensões bastante reduzidas, na ordem dos 0,45 a 0,60 m de diâmetro, por vezes tem um rebaixamento em volta da abertura onde encaixava o dispositivo de fecho. Em conjunto com a tampa, constitui um elemento fundamental no funcionamento do silo e representa igualmente o ponto mais frágil da estrutura.

O gargalo é curto ou inexistente, o corpo do silo liga diretamente com a abertura para o exterior. Provavelmente, o espaço correspondente ao gargalo era preenchido por uma camada de palha, de modo a prevenir a entrada da humidade e a atenuar variações térmicas. O número reduzido de silos que preservavam o gargalo e a boca torna difícil uma caracterização mais detalhada destes elementos.

As paredes da cavidade principal ('pança') assumem diversas configurações, no caso dos silos com forma esférica ou ovoide, podem ter paredes com inclinação muito acentuada, no caso dos silos com perfil elíptico, paredes com inclinação suave.

A superfície das paredes, encontra-se cuidadosamente regularizada, para impedir a acumulação do cereal em orifícios ou rugosidade e certamente também facilitaria a limpeza e manutenção das estruturas. Não há registo de silos com as paredes revestidas por argamassa, argila ou protegidas por outro tipo de tratamento. Possivelmente, as características geológicas da região, depositar os alimentos diretamente sobre o substrato geológico, hipótese sustentada pelos dois silos, que estavam selados e vazios, onde também não existiam evidências da aplicação de revestimento nas paredes. Este fenómeno regista-se também em Palmela e Carnide, onde as características geológicas são similares.

A configuração do fundo apresenta duas variantes: fundos planos e fundos côncavos. Estas diferenças podem estar relacionadas com aspetos funcionais, eventualmente os fundos planos destinavam-se a receber alimentos armazenados em recipientes cerâmicos, os fundos côncavos eram mais adequados para armazenamento de alimentos diretamente depositados no interior do silo (Ribeiro & alii, 1998, p.9).

Nos silos de fundo plano, surgem alguns que apresentam a superfície do fundo muito irregular, contrastando com os cuidados observados na superfície das paredes, coloca-se como hipótese que a construção destas estruturas não se encontraria totalmente concluída, por exemplo no Silo 1 da Rua da Padaria a configuração do perfil na parte superior corresponde

ao que seria esperado num silo de contorno elíptico totalmente acabado.

4. CLASSIFICAÇÃO MORFOLÓGICA E TERMINOLOGIA

A metodologia seguida baseou-se em princípios já aplicados noutros estudos sobre tipologia de silos e em critérios usados na classificação de objetos cerâmicos produzidos na roda de oleiro, onde se faz a correspondência entre a forma do objeto com a forma geométrica mais semelhante (Mântua & alii, 2007, p.36). Neste caso, utilizou-se como referência a silhueta vertical dos silos. A opção por este modelo justifica-se pela proximidade morfológica entre os silos e os sólidos de revolução, conforme as características descritas anteriormente (Figura 6).

A afetação estratigráfica causada pela construção de estruturas habitacionais a partir dos séculos XIV e XV ou por obras mais recentes, provocou o corte da parte superior de muitos silos, condicionando assim a classificação morfológica e tornando os exemplares de perfil completo fontes essenciais para a reconstituição das formas originais.

A definição das categorias de classificação das estruturas, baseou-se num conjunto de critérios: o grau

de integridade, privilegiando as estruturas completas, evitando dúvidas e lacunas na informação; a representatividade da estrutura em relação a um grupo tipologicamente coerente; consideraram-se também, os segmentos de estruturas particularmente significativos pelas suas características formais, sempre que não existam outros mais completos.

A par da classificação morfológica, definiu-se também a nomenclatura correspondente a cada forma identificada, privilegiando uma terminologia precisa e não ambígua. O critério aplicado, consistiu na utilização das designações das formas geométricas, seguindo a mesma lógica empregue na escolha dos critérios de classificação tipológica. Uma parte significativa da nomenclatura utilizada noutros estudos tem correspondência com as formas aqui propostas.

Nos estudos que dedicaram alguma atenção à classificação de silos, constata-se uma falta de uniformização da nomenclatura e dos critérios de classificação utilizados. A mesma forma adquire diversas designações, isto, associado à falta dos desenhos dos perfis torna muito complicada a tarefa de estabelecer paralelos entre diferentes publicações. Por exemplo, as designações 'perfil piriforme', 'perfil em saco' ou 'perfil em gota' referem-se, na prática, a silos de perfil oval.

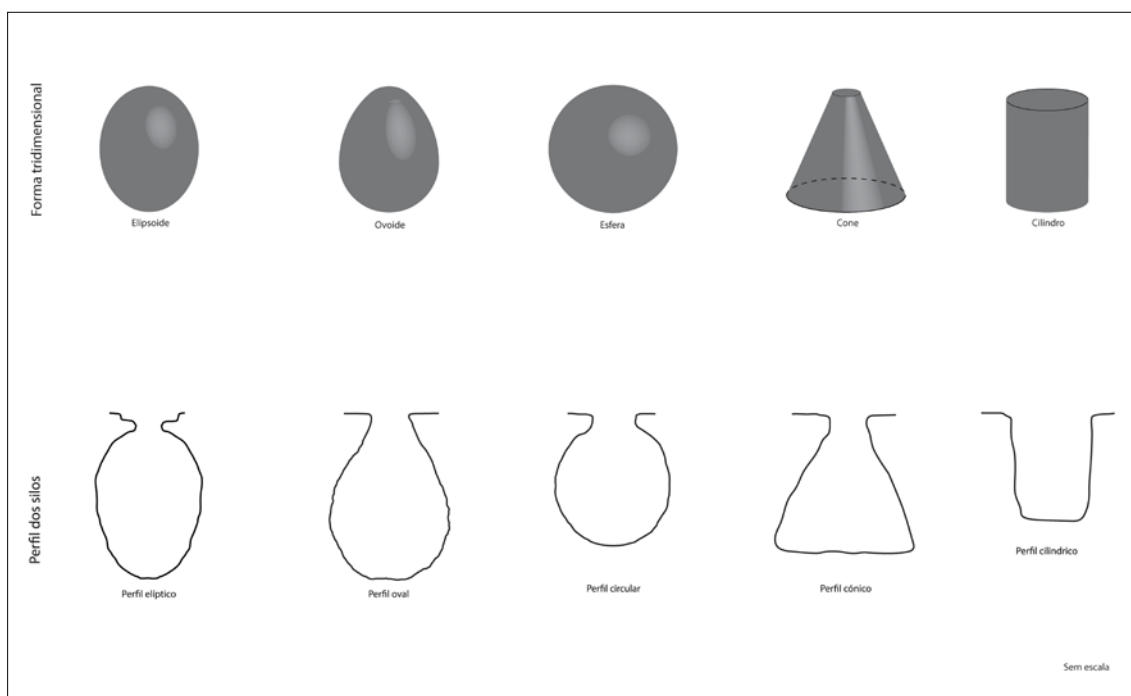


Figura 6 – Modelo de referência para a classificação morfológica do perfil dos silos.

De acordo com os estudos de Josep Miret i Mestre, os silos podem ser classificados consoante a forma do seu perfil, apresenta quatro tipos de forma: cilíndrica, truncada, ovoide ou em forma de garrafa, a última categoria incluiu outras formas invulgares (Miret, 2016, p.87).

No levantamento dos silos de Alcobertas em Rio Maior, são definidos cinco tipos de silo: tipo garrafa, tipo globular de fundo achatado, tipo gota, tipo corpo alongado com o fundo arredondado e tipo globular. Estabelece também critérios de classificação dos fundos, diferenciando duas tipologias, os fundos achatados ou arredondados. Além disso, apresenta as dimensões médias da boca, da profundidade e do diâmetro máximo das estruturas que permitiram obter essas medições (Ribeiro & alii, 1998, p.22).

Na monografia sobre o Silo Islâmico de Albufeira (Rua Henrique Calado), coordenada por Mário Varela Gomes, encontra-se uma síntese sobre as formas dos silos arqueologicamente registados no Algarve, que agrupa as formas mais recorrentes em três tipologias: Tipo A, subcilíndrico ou globular achatado, com fundo plano e gargalo cilíndrico; Tipo B, mostra aspeto piriforme, com fundo côncavo e gargalo troncocónico ou cilíndrico; Tipo C, apresenta forma de garrafa, com corpo ovoide ou piriforme, fundo plano, gargalo alto, estreito e cilíndrico. Refere ainda silos de grandes dimensões de forma subcônica (Tipos D e E), observados no Castelo de Silves, bem como estruturas paralelepípedicas possivelmente destinadas à conservação de frutos secos (Gomes, 2012, p.41).

Na classificação morfológica dos silos do Ambiente II, do sítio de Torre Velha 3 em Serpa, são referidas quatro formas: estruturas em “saco”, piriforme, trapezoidal e retangular. Faz-se ainda referência às estruturas em “U” e às de forma piriforme e irregular (Vaqueira, 2015).

Foram identificados três tipos principais de perfil: esférico, elíptico e ovoides. Porém, este modelo pode ser alargado a outras formas que surgem com frequência noutros locais, como os perfis cónicos ou cilíndricos. Importa ainda esclarecer que o perfil corresponde ao contorno interno das paredes da estrutura, sendo uma representação bidimensional, ao passo que a forma corresponde ao volume da estrutura e é tridimensional.

Classificação do perfil	A Fundo côncavo	B Fundo plano	Total
Elíptico	16	2	18
Oval	5	4	9
Circular	5	2	7
Outros	0	4	4
Indeterminado	–	–	40

Tabela 1 – Distribuição dos silos pelas diferentes tipologias.

As estruturas que devido ao mau estado de conservação não forneceram dados suficientes para reconhecer a forma, foram classificadas como indeterminadas e as que apresentam formas sinuosas, que não se enquadram no modelo proposto, foram agrupadas na categoria ‘outros tipos de perfil’.

Apesar das dificuldades referidas, a pesquisa efetuada resultou na identificação e inventário de 79 estruturas, das quais foi possível classificar morfologicamente 38. Para as restantes 39, não existe o registo gráfico dos perfis, ou estão em mau estado de conservação, não fornecendo informação que permita conhecer a forma.

5. OS SILOS DE PERFIL ELÍPTICO

A planta circular com a abertura centrada no eixo vertical, o perfil é simétrico, com a altura superior à largura. O diâmetro alarga na cavidade principal onde atinge a dimensão máxima e estreita no fundo e termina numa concavidade. A forma tridimensional deste tipo de perfil corresponde ao elipsoide, resultante da rotação de uma elipse em torno do seu eixo maior.

No conjunto dos dezoito silos com perfil elíptico, foram distinguidas quatro subcategorias, diferenciadas pela configuração do fundo e pela proporção entre o diâmetro e a altura.

O **Tipo 1**, corresponde aos silos, em que a proporção do eixo maior (altura) em relação ao eixo menor (largura) é de 30%. Está documentado na Rua Henriques Nogueira, n.ºs 18-20, com os silos 3 e 9, na Rua da Judaria, com os silos 11, 13 e 17, na Rua Latino Coelho, n.ºs 2-8 \ Calçada da Cerca, n.º 14, com o Silo 2 e na Rua Bulhão Pato, n.ºs 32-38, com os silos 2 e 3 (Figura 7).

No **Tipo 2**, a dimensão do eixo maior é 40% superior ao eixo menor, resultando num perfil mais alongado. Está presente na Rua do Registo Civil, n.ºs 30-32,

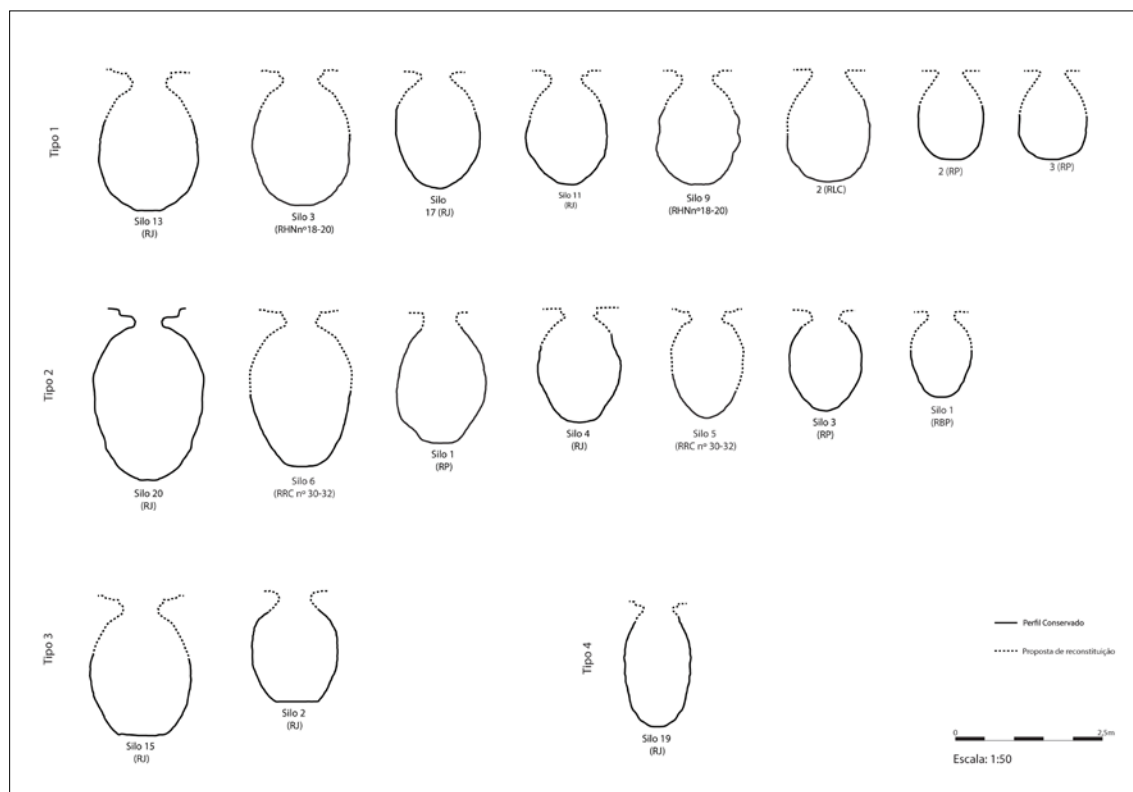


Figura 7 – Representação gráfica dos silos de perfil elíptico, do núcleo histórico de Almada.

com os silos 5 e 6, na Rua da Judiaria, com os silos 4 e 20, na Rua da Padaria, n.º 10, com os silos 1 e 2 e na Rua Bulhão Pato, n.ºs 32-38 (Figura 7). Tem paralelos com exemplares identificados em Beja, designadamente o Silo 8 da Avenida Miguel Fernandes (Martins & alii, 2010, p.150).

O **Tipo 3**, representa as estruturas de fundo plano, as características métricas do perfil são similares às do Tipo 1. É composto pelos Silos 4 e 20 da Rua da Judiaria (Figura 7). Tem paralelos com o Silo A.I do Largo Carnide (Caessa & Mota, 2013, p.1031).

O **Tipo 4** tem o perfil oblongo, não sendo viável avançar com um padrão relativo às suas dimensões por só estar representado pelo Silo 19 da Rua da Judiaria (Figura 7). Têm paralelos com o Silo A.III do Largo de Carnide (Caessa & Mota, 2013, p.1031).

6. OS SILOS DE PERFIL CIRCULAR

Os silos com perfil circular, caracterizam-se pela simetria entre a largura máxima e a altura máxima. Morfológicamente, correspondem a uma forma esférica.

Esta forma encontra-se representada por sete estruturas. O Silo 1 da Rua Henriques Nogueira, n.ºs 18-20, e os silos 1 e 2 da Rua Capitão Leitão, n.º 2, embora apresentem dimensões distintas, são morfológicamente idênticos.

Do conjunto de sete estruturas, quatro provêm da Rua da Judiaria (silos 1, 8, 9 e 21), sendo dois de fundo plano e dois de fundo côncavo (Figura 8).

Apresentam paralelos com o Silo 16 da Alcáçova do Castelo de Palmela (Fernandes, 2004, p.106), com o Silo [182] de Caparide (Neto & alii, 2008, p.110), com os silos 1 e 9 de Alcobertas (Ribeiro & alii, 1998) e com os silos 17 e 53 da Avenida Miguel Fernandes em Beja (Martins & alii, 2007, p.602).

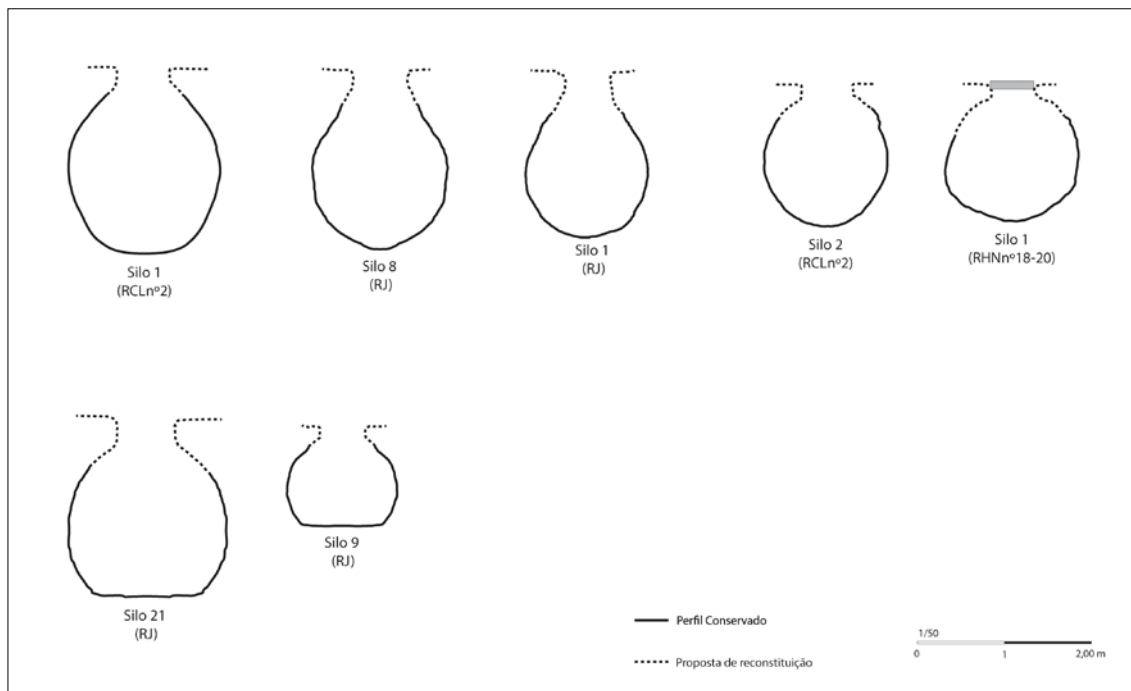


Figura 8 – Representação gráfica dos silos de perfil circular, do núcleo histórico de Almada.

7. OS SILOS DE PERFIL OVAL

Os silos de perfil oval correspondem a uma forma ovoide e caracterizam-se pela assimetria do perfil vertical. O diâmetro máximo é alcançado na metade inferior da estrutura, sendo que a metade superior se assemelha a um cone.

Encontraram-se algumas dificuldades na classificação dos silos de perfil oval. Em primeiro lugar, devido ao mau estado de conservação que a maior parte dos exemplares apresentava, apenas dois silos conservavam mais de 50% do perfil vertical. Em segundo lugar, pelas semelhanças com a parte inferior dos silos esféricos. Para suprimir algumas dúvidas, recorreu-se à informação referente à altura máxima estimada e ao ponto onde é atingido o diâmetro máximo.

As estruturas integradas neste grupo, no total são nove, os silos 3, 7 e 12 da Rua da Judiaria, os silos 2, 4, 5 e 7 da Rua Henriques Nogueira n.ºs 18-20 e o Silo 5 e 6 da Rua do Registo Civil n.ºs 30-32. Entre os quais contam-se quatro silos com o fundo plano (Figura 9).

Têm paralelos com o Silo 1 da Alcçova do Castelo de Palmela (Fernandes 2004, p.106), com Silo 18 da Avenida Miguel Fernandes em Beja (Martins & alii, 2010, p. 150).

8. OUTROS TIPOS DE PERFIL

Além das tipologias anteriormente descritas, identificaram-se algumas estruturas com características morfológicas particulares, não enquadráveis nas categorias conhecidas, a sua singularidade também não justificou a criação de novos grupos.

Nesta situação, encontram-se os silos 6 e 18 da Rua da Judiaria, que embora conservem a totalidade do perfil vertical estes apresentam um perfil de contorno irregular. O Silo 1 da Rua da Padaria e o Silo 1 da Rua Latino Coelho n.ºs 2-8, apresentam perfil vertical e planta simétrica, mas não correspondem a nenhuma das formas geométricas utilizadas como referência neste estudo. (Figura 10)

9. DIMENSÕES E CAPACIDADES DE ARMAZENAMENTO

Outro aspeto analisado, mas não menos problemático, foi a análise das dimensões e capacidades de armazenamento do conjunto. Como se depreende dos dados apresentados anteriormente, as dimensões originais dos silos encontram-se frequentemente alteradas. Com base na proposta de reconstituição tipológica e nas medições geométricas disponíveis, foi

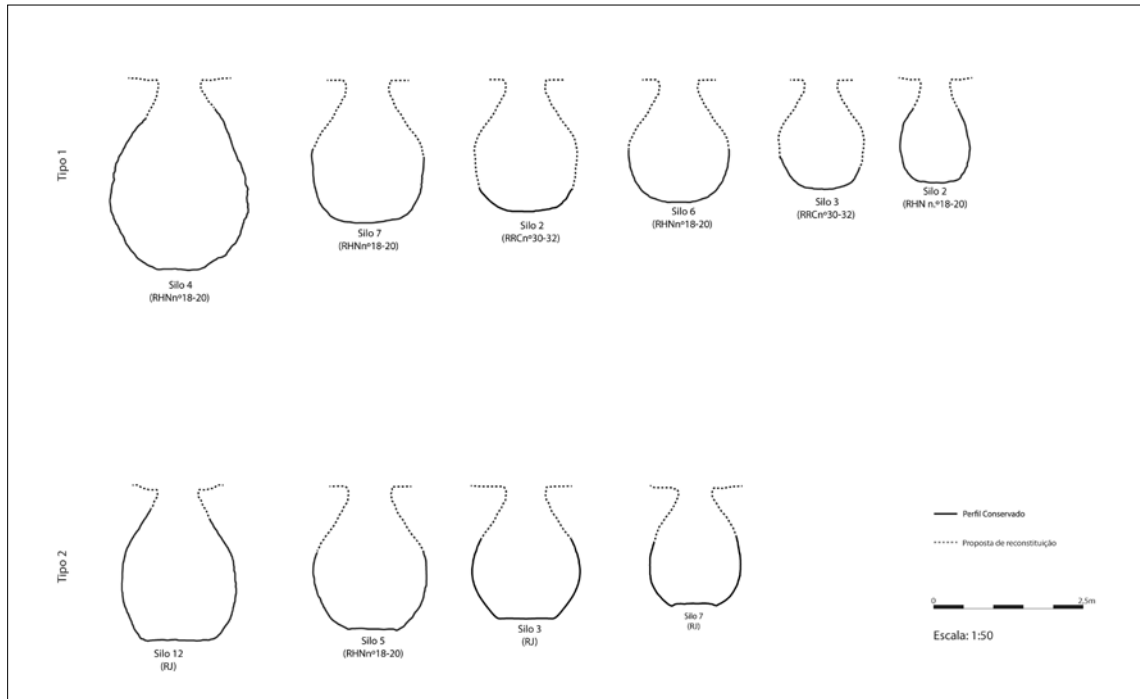


Figura 9 – Representação gráfica dos silos de perfil oval, do núcleo histórico de Almada.

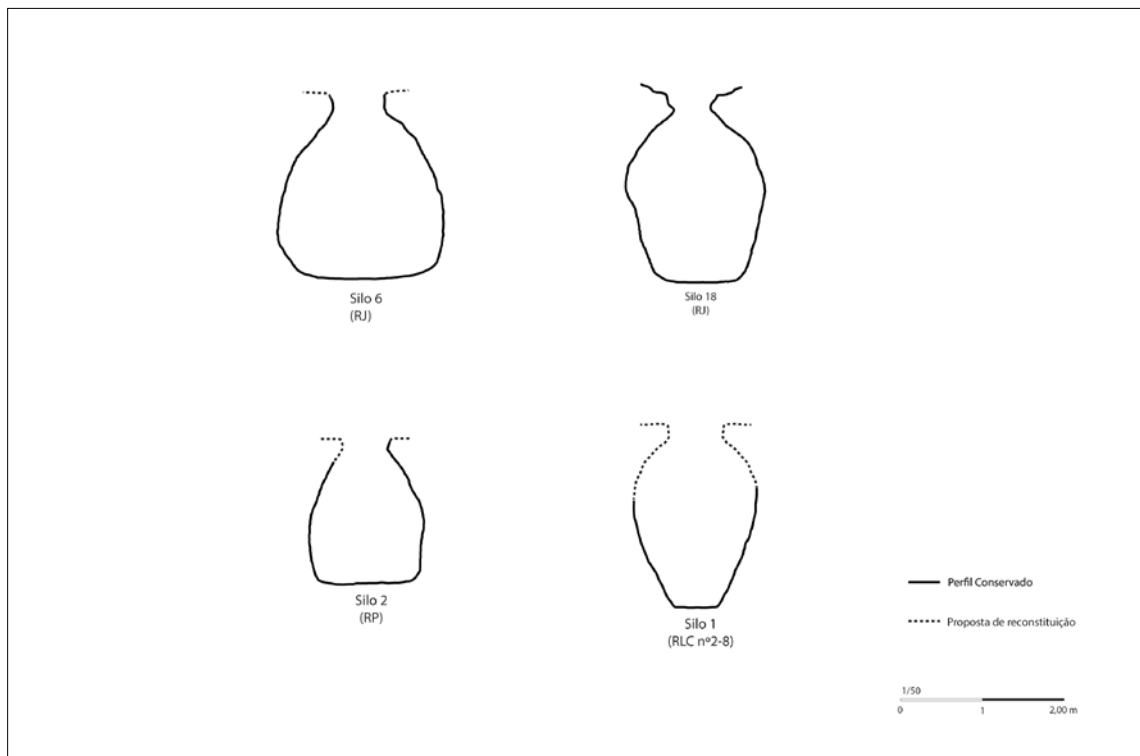


Figura 10 – Representação gráfica dos silos com outros tipos de perfil, do núcleo histórico de Almada.

possível estimar de forma fiável a capacidade de armazenamento das estruturas (Tabela 2).

Para a identificação de eventuais padrões construtivos, relacionados com as dimensões, ponderou-se primeiramente à confrontação entre as estruturas das áreas de armazenamento com maior concentração de silos e, posteriormente, à análise global do conjunto.

Nos silos identificados na Rua da Judiaria, assinala-se grande diversidade de dimensões. O Silo 9 é o mais pequeno, com 1,25 m de diâmetro máximo por 1,16 m de altura máxima, com capacidade de armazenamento estimada em 976 litros, por seu turno o Silo 20 conserva as dimensões originais, com 1,80 m de diâmetro máximo e 2,80 m de altura, tem capacidade para 4834 litros.

No mesmo conjunto, os silos 1, 4 e 11 possuem capacidades de armazenamento análogas, com o diâmetro máximo de 1,40 m por 1,90 m de altura, o volume estimado situa-se entre os 1614 e os 1766 litros. Os silos 2, 7, 8 e 17 apresentam dimensões entre 2,09 m de altura máxima por 2,10 m de diâmetro e o volume estimado enquadra-se entre os 2030 e os 2273 litros. O silos 3, 13, 18 e 21, exibem 1,65 m a 1,9 m de diâmetro por 2 m a 2,36 m de altura, a capacidade de armazenamento encontra-se entre os 3330 e os 3514 litros. Os silos 6 e 12, atingem volumes na ordem dos 4557 aos 4600 litros, a dimensão do diâmetro situa-se entre o 1,90 e os 2 m, a altura enquadra-se entre os 2,20 e os 2,50 m.

O volume médio dos dezassete silos é de 2765 litros, sendo a capacidade global de armazenamento estimada em 47011 litros.

Os silos da Rua Henriques Nogueira, n.ºs 18-20 e da Rua do Registo Civil, n.ºs 30-32, apresentam maior coerência, comparativamente aos silos da Rua da Judiaria, distinguem-se dois grupos: um primeiro, com os silos de menor dimensão, ou seja, com altura inferior a 2 m, diâmetro inferior a 1,50 m. O volume estimado inferior a 2000 litros é representado pelos silos 1, 2 e 9 da Rua Henriques Nogueira, n.ºs 18-20 e pelos silos 3 e 5 da Rua do Registo Civil, n.ºs 30-32, e um segundo grupo, com os silos de maior dimensão, enquadram-se as estruturas com altura superior a 2 m e diâmetro superior a 1,5 m, o volume supera os 3000 litros chegando mesmo a atingir valores próximos dos 7500 litros, é composto pelos silos 3 a 8 da Rua Henriques Nogueira, n.ºs 18-20 e pelos 2 e 6 da Rua do Registo Civil, n.ºs 30-32. Assinala-se a ausência de silos com volume entre os 2000 e os 3000 litros, de igual forma salienta-se o predomínio dos silos de maior dimensão, correspondendo a 62% da amostra.

O volume médio dos treze silos, deste conjunto é de 3175 litros, sendo a capacidade total de armazenamento estimada em 41286 litros.

Na Rua Capitão Leitão n.º 2, os silos 1 e 2, têm respetivamente 1,65 m de diâmetro por 2,50 m de altura e 1,74 m de diâmetro por 2,14 m de altura. A capacidade de armazenamento estimada, assume valores na ordem dos 3757 litros e 2815 litros.

Os silos da Rua Bulhão Pato n.ºs 32-38, apresentam dimensões na ordem do 1,10 m de diâmetro por 1,20 m de altura estimada, o equivalente a um volume estimado de 820 litros para o Silo 1, 900 litros do Silo 2 e 1000 litros do Silo 3, valores muito semelhantes que corroboram a classificação morfológica destas estruturas. Refira-se que constituem o conjunto mais homogêneo, tanto ao nível da morfologia como da dimensão.

Procurou-se ainda, estabelecer a correspondência entre o volume dos silos e o valor do moio. Nas fontes documentais encontram-se algumas referências à quantidade de cereal armazenado em silos, a unidade de medida utilizada como referência é o moio. Referem também. Nalguns casos, as fontes mencionam o volume exato de cereal armazenado em cada silo (Viterbo 1798, p.315). O padre Gaspar Frutuoso, referindo-se aos silos da ilha de Santa Maria, descreve que: *“E cada cova leva de dois até dez moios de trigo, conforme a como as querem fazer, em que o têm todo o ano, e quem o não encovar põe-se a risco de o perder.”* (Frutuoso, 2005, apud Sousa 2012, p.462). O mesmo autor descreve ainda que: *Um outro conjunto mariense, do qual hoje existe apenas um exemplar, está no Sítio de Pedras de São Pedro, e exhibe uma inscrição de capacidade e de propriedade (XIV – L), isto é, catorze moios e a marca da família abastada dos Laureanos* (Viterbo, 1798, p.462). Estes exemplos, permitem colocar como hipótese que alguns silos poderiam ter dimensões padronizadas, ou seja, poderiam ser construídos para receber um determinado volume de cereal. Não se pretende com isto afirmar que os silos eram utilizados como uma medida, certamente o cereal era medido antes de ser encovado.

Reconhecem-se as dificuldades deste exercício, em primeiro lugar por não se conhecer a data da construção e utilização da maior parte dos silos, em segundo lugar por não se saber com rigor qual o valor do moio em cada período.

Tomando como referência os estudos de Luís Seabra Lopes sobre medidas medievais portuguesas, adotaram-se os valores médios do moio de Coimbra e do moio de Lisboa (Seabra Lopes, 1998, 2003, 2003a)

Contudo, colocam-se algumas questões, sabe-se que o valor da capacidade do moio não foi sempre

igual, inclusive podia ter valores diferentes entre regiões, “D. Afonso Henriques terá feito a primeira tentativa de uniformização metrológica, nos forais que passou a Coimbra, Santarém e Lisboa, documenta-se um alqueire legal (alqueire diretum ville) pelo qual se pagava a jugada era o alqueire de Sangalhos que valia 8.188 litros o que representava um moio de 524 litros” (Seabra Lopes, 1998, p.578).

Igualmente é sabido que, sob o reinado de D. Pedro I de Portugal (1357-1367), devido a um novo aumento da capacidade do alqueire legal, o moio passou a equivaler a cerca de 628,8 litros. No sistema de D. Manuel I (1495-1520), o moio passou a representar a conta de 60 alqueires de Lisboa (alqueires de 13,1 litros), o que resultou num valor de cerca de 790 litros (Seabra Lopes, 1998, p.578).

Apesar das limitações referidas anteriormente, a conversão dos valores do volume estimados em moios, possibilitou obter novas leituras da capacidade de armazenamento. Tendo como referência a cronologia dos contextos de colmatção silos, a cronologia obtida através da sequência estratigráfica dos locais onde foram identificados (contexto espacial), procurou-se estabelecer a ligação entre os silos e o valor do moio do reinado correspondente.

Quanto à eventual afinidade entre a capacidade de armazenamento com determinada forma de perfil, observa-se que as três tipologias identificadas incluem silos de diversas dimensões. Possivelmente, a forma do perfil não estará relacionada com a dimensão da estrutura, deverá ser uma questão cultural ou

técnica relacionada com as características geológicas locais. Porventura, a dimensão da estrutura estará associada à capacidade económica do proprietário, à necessidade de acumular maior volume de alimentos em determinados períodos e aos ciclos agrícolas de maior abundância.

Na apreciação global das estruturas analisadas, encontra-se uma enorme variedade de volumes, com silos de grande dimensão que superam os 7000 litros e outros de dimensão mais modestas que não atingem os 1000 litros. O volume médio dos trinta e oito silos estudados é de 2688 litros e a soma do volume estimado para a totalidade dos silos do conjunto atinge os 107528 litros (Tabela 2).

No entanto, há que ter em consideração que nem todos os silos funcionaram em simultâneo, mas que foram construídos gradualmente num processo diacrónico. Deste modo, o volume de cereal armazenado não seria tão elevado.

Existem ainda, outros fatores que devem ser considerados, o volume do silo não corresponderia ao volume de cereal armazenado no seu interior, a parte superior era preenchida com palha para impedir o contato do cereal com eventuais infiltrações. Como tal, assume-se que por enquanto os dados apresentados na Tabela 2. devem ser lidos como um ponto de referência, futuramente o desenvolvimento de estudos mais detalhados que permitam conhecer a capacidade do moio em Almada e determinar com maior rigor a data da construção dos silos conferirá maior robustez e validade a esta análise.

Tabela 2 – Dimensões dos silos do núcleo histórico de Almada.

Nº Silo	Diâmetro máximo conservado (m)	Altura conservada (m)	Altura estimada (m)	Volume conservado (L)	Volume estimado (L)	Volume estimado (L)	Moio de D. Afonso Henriques (1139-1185) 1 moio = 524 (L)	Moio de D. Pedro I (1357-1364) 1 moio = 628,8 (L)	Moio de D. Manuel (1495-1521) 1 moio = 790 (L)
1 (Rj)	1,4	1,52	1,9	1595	1702	1702	3,24	2,7	2,15
2 (Rj)	1,45	1,62	1,88	2014	2030	2030	3,87	3,22	2,56
3 (Rj)	1,7	1,51	2,2	2687	3370	3370	6,43	5,35	4,26
4 (Rj)	1,43	1,45	1,84	1599	1766	1766	3,37	2,8	2,23
6 (Rj)	2	2,23	2,23	4537	4537	4537	8,65	7,21	5,74
7 (Rj)	1,5	1,17	1,96	1669	2273	2273	4,33	3,61	2,87

Tabela 2 (Continuação) – Dimensões dos silos do núcleo histórico de Almada.

Nº Silo	Diâmetro máximo conservado (m)	Altura conservada (m)	Altura estimada (m)	Volume conservado (L)	Volume estimado (L)	Volume estimado (L)	Moio de D. Afonso Henriques (1139-1185) 1 moio = 524 (L)	Moio de D. Pedro I (1357-1364) 1 moio = 628,8 (L)	Moio de D. Manuel (1495-1521) 1 moio = 790 (L)
8 (R)	2,1	1,8	2,09	2122	2261	2261	4,31	3,59	2,86
9 (R)	1,25	1	1,16	965	976	976	1,86	1,55	1,24
11 (R)	1,38	1,36	1,92	1537	1614	1614	3,08	2,56	2,04
12 (R)	1,9	2,18	2,52	4510	4600	4600	8,77	7,31	5,82
13 (R)	1,65	1,52	2,36	2680	3330	3330	6,35	5,29	4,21
15 (R)	1,66	1,4	2,2	2331	3366	3366	6,42	5,35	4,26
17 (R)	1,6	1,5	1,94	1450	2116	2116	4,03	3,36	2,67
18 (R)	1,7	2,3	2,26	3352	3352	3352	6,39	5,33	4,24
19 (R)	1,13	2	2,07	1361	1370	1370	2,61	2,17	1,73
20 (R)	1,8	2,8	2,8	4834	4834	4834	9,22	7,68	6,11
21 (R)	1,9	1,9	2	3591	3514	3514	6,7	5,58	4,44
1 (RHN18-20)	1,5	1,2	1,6	1691	1817	1817	3,47	2,89	2,3
2 (RHN18-20)	1,15	1,25	1,6	1000	1251	1251	2,38	1,99	1,58
3 (RHN18-20)	1,65	1,62	2,3	2473	3019	3019	5,76	4,8	3,82
4 (RHN18-20)	2,3	2,74	3,12	7650	7488	7488	14,29	11,9	9,47
5 (RHN18-20)	2	1,5	2,38	1459	4027	4027	7,68	6,4	5,09
6 (RHN18-20)	1,72	0,97	2	2635	4368	4368	8,33	6,94	5,53
7 (RHN18-20)	1,87	1,28	2,4	2629	4278	4278	8,16	6,8	5,41
8 (RHN18-20)	1,88	1,1	2	2111	3418	3418	6,52	5,4	4,32
9 (RHN18-20)	1,3	1,28	1,9	1950	1760	1760	3,35	2,79	2,22
2 (RRC 30-32)	1,52	0,4	2,2	218	3223	3223	6,15	5,12	4,07
3 (RRC 30-32)	1,4	0,57	1,8	149	1594	1594	3,04	2,53	2,01
5 (RRC 30-32)	1,15	0,71	1,8	436	1286	1286	2,45	2,04	1,62
6 (RRC 30-32)	1,65	1,20	2,5	1929	3757	3757	7,16	5,97	4,75
1 (RCL)	1,74	2	2,14	3022	3820	3820	7,29	6,07	4,83
2 (RCL)	1,4	1,4	1,6	2753	2815	2815	5,37	4,47	3,56
1 (RP)	1,5	2,1	2,2	2349	2360	2360	4,5	3,75	2,98
2 (RP)	1,4	1,7	1,8	1843	1843	1843	3,51	2,93	2,33
2 (RP)	1,2	1,41	1,7	1223	1280	1280	2,44	2,03	1,62
1 (RLC 2-8)	1,5	1,44	2,25	1585	2410	2410	4,59	3,83	3,05
2 (RLC 2-8)	1,4	1,4	1,60	1544	1883	1883	3,5	2,99	2,38
1 (RBP)	1,18	0,8	1,45	429	833	833	1,58	1,32	1,05
2 (RBP)	1,06	0,93	1,5	667	980	980	1,87	1,55	1,24
3 (RBP)	1,12	0,74	1,5	710	1007	1007	1,92	1,6	1,27

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classificação morfológica dos silos do núcleo histórico de Almada, foi um dos principais objetivos deste estudo, permitindo, a partir da análise tipológica e métrica, reunir elementos sobre a construção e utilização destas estruturas.

A configuração do perfil, forneceu informações que poderá ter utilidade no estudo deste género de estruturas, particularmente na definição e uniformização de critérios de classificação tipológica. De igual modo, o modelo aplicado na reconstituição do perfil dos silos permitiu, com grande plausibilidade, determinar a altura da estrutura com base na largura máxima do diâmetro. No caso dos silos de perfil circular, observa-se uma relação simétrica entre os dois eixos; já nos silos de perfil elíptico, a altura é cerca de 30% ou 40% superior à largura máxima, conforme a subcategoria do perfil. Os elementos de desenvolvimento geométrico testados proporcionaram, portanto, uma pista metodológica que permitirá prospetivamente a interpretação dos sítios com silos incompletos, designadamente estimando a cota de supressão do nível original do terreno e, por consequência, a estimativa das capacidades de armazenamento, o que se torna mais importante na hora de extrapolar as leituras para uma dimensão de história económica. Em particular, para o caso dos silos de perfil oval não foi possível estabelecer um padrão devido ao mau estado de conservação da maior parte das estruturas enquadradas nesta categoria, não se excluindo, no entanto, a hipótese de que também neles possa existir uma relação geométrica padronizável.

Na análise dos resultados da classificação morfológica, destaque para a expressão que cada tipologia representa no universo global do estudo. Os silos de perfil elíptico representam o conjunto mais numeroso, com dezoito estruturas, seguido do grupo dos silos de perfil oval, composto por nove estruturas e pelos silos de perfil circular com sete exemplares.

Da classificação da morfologia do fundo, resultou a identificação doze estruturas com o fundo plano, distribuídas pelos vários tipos de perfil. Existem silos com o fundo plano em toda a extensão da estrutura e outros apenas que só têm essa configuração no centro da estrutura, fato que poderá ter diversas interpretações. O exemplo dos silos 9 e 21 da Rua da Judiaria, a inclinação e orientação das paredes, sugere que a intenção era a construção de um silo de perfil circular, cuja construção foi interrompida por motivos desconhecidos, situação semelhante ocorre nos silos 2 e 15, nesses a

forma a alcançar era o perfil elíptico. O grupo dos silos enquadrados na categoria dos outros tipos de perfil apresentam o fundo plano.

Entre as estruturas com o fundo côncavo, assinalam-se também diferenças significativas em cada conjunto. A curvatura do fundo, pode ser mais ou menos acentuada, consoante o tipo de perfil. No grupo dos silos de perfil elíptico, são bem visíveis as diferenças entre o Tipo 1 e o Tipo 2, essas diferenças ainda são mais acentuadas quando comparadas com os silos de perfil oval.

O número de silos que se afasta dos padrões morfológicos, descritos anteriormente, está representado por quatro estruturas, aspeto que reforça a hipótese que defende que a construção dos silos obedecia a um conjunto de preceitos pré-determinados.

Procuram-se paralelos, que permitissem estabelecer um padrão construtivo ou o predomínio de determinada tipologia ao nível regional. A maior parte dos trabalhos publicados ou mesmo os relatórios dos trabalhos de campo, não possuem desenhos dos perfis, o que limita de forma significativa a possibilidade de análises comparativas robustas.

O principal aspeto a salientar, prende-se com a ausência de silos de perfil troncocónico e cilíndrico, nos territórios de Santarém, Lisboa, Sintra, Palmela e Almada. Coloca-se como hipótese que esta tipologia pode estar associada aos territórios no sul do território português ou eventualmente à influência islâmica, vejam-se os exemplos do Silo 1 no Castelo de Salir (Catarino, 1995, p.12), Silves (Gomes, 2002, 2006), silo encontrado no edifício do Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira (Gomes, 2012, p.37) ou os silos 1 e 3 da Alcaria de Arge, Portimão (Sabrosa & Henriques, 2007, p.20).

Quanto ao estudo das dimensões dos silos analisados, observa-se a grande diversidade de dimensões, presente nos silos identificados nas diversas intervenções arqueológicas. Essa variedade está pontuada por grupos de estruturas que apresentam padrões métricos bem definidos.

Esta diversidade pode dever-se a vários fatores, como a data de construção associada à capacidade de acumulação de excedentes em determinados ciclos, a função a que se destinavam e naturalmente a capacidade económica dos seus proprietários, no entanto, por agora não dispomos de informação que permita conclusões mais abrangentes.

Apesar dos exercícios aqui produzidos e apresentados de sistematização tipológica, morfológica, considera-se que não se devem sobrevalorizar as generalizações: cada silo apresenta, na realidade, parti-

cularidades tanto ao nível das características construtivas, que merecem ser estudadas individualmente. O mesmo acontece ao nível regional, pois as características dos silos do núcleo histórico de Almada resultam da conjugação de uma série de fatores que não se verificam noutros locais, tanto do ponto de vista geológico, como geográfico, cultural e económico.

Finalmente é de assinalar que os resultados aqui apresentados devem ser tidos como um ponto de partida para novas leituras em torno dos silos tendo em conta que a informação que podem fornecer não se esgota com as abordagens aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTÓNIO, Telmo; HENRIQUES, Fernando; ROSA, Sérgio (2016) – *Trabalhos Arqueológicos realizados no Pátio do Prior do Crato, n.ºs 4-5 (Almada)*. Relatório. Policopiado.
- BARROS, Luis; GOUVEIA, Luis; GOMES, Maria Fernanda (1984) – *Igreja da Misericórdia de Almada*. Al-Madan. S.II-3, pp. 79-83.
- BARROS, Luis; ESPIRITO SANTO, Paulo (1990) – *Trabalhos Arqueológicos realizados na Rua Henriques Nogueira (Almada)*. Relatório. Policopiado.
- BARROS, Luís (2000) – *Rua da Judiaria: a história de um sítio com história*. In Musealização de um sítio arqueológico. Almada: Câmara Municipal de Almada, pp. 13-30.
- CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2013) – «Redescobrimo a história de Carnide: a intervenção arqueológica no Largo do Coreto e envolvente», in ARNAUD, Morais José, MARTINS, Andreia & NEVES, Cesar, eds. – *Arqueologia em Portugal – 150 Anos* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1025-1032.
- CATARINO, Helena (1995) – *O castelo de Salir Resultados da escavação*. AIUlyã, 4, pp. 9-30.
- FERNANDES, Isabel Cristina (2004) – *O Castelo de Palmela do Islâmico ao Cristão*. Lisboa. Palmela: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela.
- GOMES, Rosa Varela (2002) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (col. Trabalhos de Arqueologia, 22).
- GOMES, Rosa Varela (2006) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: o núcleo urbano*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (col. Trabalhos de Arqueologia, 44).
- GOMES, Mário Varela (2012) – *Silo Islâmico de Albufeira (Rua Henrique Calado)*. Zaragoza: Libros Pórtico, Instituto de Arqueologia e Paleociências.
- MÁNTUA, Ana Anjos; MELO, Carla; PIRES, Isabel; MONTEIRO, João Pedro; ESTEVES, Lurdes; HENRIQUES, Paulo; CAMPOS, Teresa. (2007) – *Normas de inventário – Cerâmica (Artes plásticas e Artes Decorativas)*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.
- MARTINS, Andrea; NEVES, César; ALDEIAS, Vera (2008) – “Beja Medieval – os silos da Avenida Miguel Fernandes”. *Vipasca – Arqueologia e História. III Encontro de Arqueologia Peninsular*, Aljustrel. 2ª Série. 2, pp. 600-609.
- MARTINS, Andrea; NEVES, César; COSTA, Cláudia; LOPES, Gonçalo (2010) – «Sobre um conjunto de silos em Beja: a Avenida Miguel Fernandes», *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 13, pp. 145-165.
- MIRET i MESTRE, J. (2016) – “*Fosses, Sitges I Altres Coses Catàleg D’Estructures. Prehistòriques D’Europa*”. [Em linha] [Consultado em 12-12-2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2thSndk>.
- NETO, Nuno, REBELO, Paulo, SANTOS, Raquel e FONTES, Tiago, 2008. «Silos islâmicos de Caparide (Cascais): análise estrutural», in *Arqueologia Medieval*, n.º 10. Porto, pp. 105-113.
- RIBEIRO, Artur; PEREIRA, Carlos; CRESPO, Cristóvão; POUSEIRO, Fernando; FRAZÃO, Natália (1998) – *Carta Arqueológica de Rio Maior. Relatório dos Trabalhos realizados em Silos de Alcobertas (Potes dos Mouros)*. Rio Maior. Policopiado.
- SABROSA, Armando; HENRIQUES, Fernando Robles (2007) – *Relatório Final da Escavação Arqueológica de Emergência da Alcaria de Arge (Portimão)*. Policopiado.
- SEABRA LOPES, Luís (1998) – «Medidas Portuguesas de Capacidade: do Alqueire de Coimbra de 1111 ao Sistema de Medidas de Dom Manuel», in *Revista Portuguesa de História*, 32. pp. 543-583.
- SEABRA LOPES, Luís (2003a) – «Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI», in *Portugália*, NS. XXIV, pp. 113-164.
- SEABRA LOPES, Luís (2003b) – «Medidas Portuguesas de Capacidade: Origem e Difusão dos Alqueires usados até ao Século XIX», in *Revista Portuguesa de História*, vol. 36 (2), pp. 345-360.
- SOUSA, Élvio (2012) – *Ilhas Arqueológicas. O quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)*. Tese de doutoramento, História (História Regional e Local), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- VAQUEIRA, Lívia (2015) – *O sítio de Torre Velha 3 entre a Antiguidade Tardia e Alta Idade Média: Contextos Materiais do “Ambiente II”*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1798) – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Lisboa: Livraria Civilização.

QUEM GUARDA, ACHA! OS SILOS MEDIEVAIS DO CENTRO HISTÓRICO DE MOURA

Vanessa Gaspar

Câmara Municipal de Moura / vanessa.gaspar@cm-moura.pt

Resumo

Apresentação do resultado de dois trabalhos arqueológicos desenvolvidos pela equipa de Arqueologia do Município no Centro Histórico de Moura: um de diagnóstico, no âmbito do apoio técnico municipal a obra de reabilitação de imóvel particular situado na Primeira Rua da Mouraria; o outro, de acompanhamento, em obra de saneamento básico promovida pela Câmara Municipal próximo do Pátio dos Rolins e da Igreja de São João Baptista.

Em ambos os casos, foram detetadas estruturas negativas, do tipo silo, datáveis do período medieval. Um dos silos escavados no bairro da Mouraria destaca-se pela sua posterior transformação em poço.

Palavras-chave: Arqueologia urbana, Idade Média (Cristão), Silos.

Abstract

Presentation of the results of two archaeological works developed by the municipal archaeology team of the historic centre of Moura: one consisted in diagnostic within the municipal technical support given to rehabilitation work of a private building at the *Primeira Rua da Mouraria*; the other resulted from the follow-up of a basic sanitation work promoted by the Town hall near the *Pátio dos Rolins* and the church of *São João Baptista*.

In both cases, silo-like negative structures from the middle ages were detected. One of the silos excavated in the *Mouraria* quarter stands out for its later use as a well.

Keywords: Urban archaeology, Middle ages (christian), Grain-silos.

1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Moura localiza-se na margem esquerda do Guadiana, a cerca de 4 km deste rio e ainda mais perto da confluência do Guadiana e do Ardila (afluente do primeiro). A proximidade destes dois importantes cursos de água permite a existência de troços com aluviões tornando estes terrenos férteis, propícios à agricultura.

A região de Moura é constituída por três conjuntos litológicos, designadamente (do topo para a base): os calcários; os depósitos detríticos grosseiros e os arenitos. Os calcários caracterizam-se por serem esbranquiçados, mais ou menos compactos, por vezes pulverulentos e com aspeto margoso. Ocupam o topo da seqüência (Carvalhosa e Carvalho, 1970, p. 15) e estendem-se por uma vasta área a sul do concelho o que ajuda a explicar os recursos hidrológicos existentes, nomeadamente o Sistema Aquífero Moura-Ficalho, responsável pelo escoamento hídrico subterrâneo desta região (Costa, 2008, p. 49).

Os terrenos férteis e a abundância em água eram comentados nas Memórias Paroquiais de 1758. O pároco de São João Baptista aludia: «(...) *sem número as fazendas de pomares, hortas e quintas (...) fresco e abundante de toda a sorte de frutas, mais que muytos outros desta província, he raríssima a fazenda que não recebe o benefício das águas sem artifício algum*» (Páscoa, 2003, p. 52).

Aliado à água e aos terrenos férteis, também os minérios contribuíram para a ocupação do território de Moura. Estes últimos, terão sido explorados na zona da Serra da Adiça, uma importante área de mineração em época antiga, e terão contribuído para a vitalidade económica da região (Macias, 1993, p. 127).

O ponto mais alto da cidade, situada entre as ribeiras da Roda e de Brenhas, é ocupado pelo castelo, o primitivo núcleo de povoamento. A cota de terreno no interior da fortificação ronda os 200 m acima do nível do mar.

O terreno junto às duas ribeiras (Roda e Brenhas), estreito, mas fértil, foi utilizado como local privilegiado para abastecimento do povoado, pelo menos a partir do período islâmico. Servido por diferentes caminhos e por uma ponte ali se construíram azenhas e lagares. Corresponderia a um importante espaço na vida económica da cidade (Macias, Gaspar & Valente, 2016, p. 36).

A norte da fortificação os declives são acentuados, atingindo nessa zona cotas inferiores a 100 m; a zona a sul do castelo, mais aplanada, corresponde à área de expansão urbana do período medieval.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DE MOURA

O termo de Moura estava, entre o século V e o século XIII integrado num território que dependia de Beja (Macias, Gaspar & Valente, 2016, p. 25).

Em época islâmica, a povoação era ainda considerada como «*castelo da cora de Beja*», isto é, ainda dependente da antiga sede do *conventus* pacense (Macias, 1993, p. 128).

Na zona do Ardila, mais concretamente na Quinta de Frades, foi encontrada uma lápide funerária em árabe (Lima, 2003, p. 80 – o autor também refere terem sido encontradas sepulturas) que levou a que se considerasse ser a necrópole de uma alcaria (Macias, Gaspar & Valente, 2016, p. 25).

A par desta lápide, apareceram igualmente cerâmicas do período islâmico, a atestar a cronologia. Deste acervo conserva-se no Museu Municipal de Moura um candil datado dos séculos X-XI.

A possibilidade da existência, neste local, de uma pequena exploração agrícola parece mais lógica do que estarmos perante uma aldeia, já que estamos numa zona fértil para o cultivo e a uma relativa curta distância do que seria o principal núcleo de povoamento – o castelo.

Nesta zona, nos limites de Moura, a atividade comercial fazia-se de forma constante, sobretudo no que toca à exploração de metais preciosos, neste caso a prata, que seria minerada no sítio de *Totalica* (perto das margens da ribeira de Toutalga), onde haveria «*uma minera de mui boa prata e mui branca*» (Macias, 1993, p. 128). É muito provável que esta mineração tenha continuado até ao final do período islâmico.

É possível que estas minas fossem controladas por famílias, ou clãs locais, que dominavam o território, com raízes no mundo tardo-antigo. Há sobre isto referências de al-Razi sobre a sua secreta exploração pelos seus habitantes (Macias, Gaspar & Valente, 2016, p. 26).

A existência na região destas minas de prata ditou, certamente, movimentações militares e políticas que terão levado a que o controle dos locais de mineração, com o início do califado, deva ter passado, gradualmente, para Córdova.

A prosperidade do sítio de *Totalica* terá criado condições privilegiadas aos membros da sua comunidade. Em meados do século XI é mandado erigir um minarete no Castelo de Moura por al-Mu'tadid, como sinal de afirmação e autoridade política sobre o território e sobre os importantes recursos mineiros da região (Macias, Gaspar & Valente, 2016, p. 26).

Entre a conquista (1232) e a sua plena integração na coroa portuguesa, em finais do século XIII (1295), Moura atravessou um período bastante conturbado. Este período foi marcado pela disputa entre Portugal e Castela sobre a margem esquerda do Guadiana, e todas as linhas fronteiriças, altura em que D. Dinis concedeu foral à cidade (Valente, 2000, p. 1), dada a sua importância neste processo de Reconquista.

Embora já integrado na coroa portuguesa, este território continuou sendo alvo de constantes disputas nos séculos seguintes. Essas permanentes lutas provocaram danos na fortificação que iam sendo colmatados.

No século XIV, ainda no reinado de D. Dinis, foram efetuadas importantes obras de reforço dos castelos de Moura e Serpa. Em 1320, a Ordem de Avis doou um terço das rendas das igrejas de Moura e Serpa para o «*refazimento e mantimento dos alcaçeres dos ditos castelos*» (Macias & Gaspar, 2005, p. 10).

Do mesmo modo, a Atalaia Magra (torre de vigia do século XIV), localizada junto ao caminho para Aroche, a curta distância de Moura e com contacto visual com o castelo, era destinada a avisar os habitantes da fortificação no caso de eventuais ataques de Castela.

Mais tarde, no início do século XVI (1510), encontramos referência à presença de Francisco Arruda em Moura «*o dito pedreiro he paguo das primeiras duas pagas e nom tem feitas nem acabadas as ditas obras de Moura e Mourã; e em Moura tem menos que fazer, mas em Mourã he casy tudo por fazer (...)*» (Macias & Gaspar, 2005, p. 12). Este documento permite supor que a presença em Moura de Francisco Arruda seria para realizar obras de reparação e reforço no castelo medieval e não para uma verdadeira transformação da fortificação existente (essa transformação viria a ocorrer na centúria seguinte).

Torna-se evidente a necessidade de proteção deste território a quaisquer ameaças externas, ficando assim justificadas as obras de grande relevância feitas nas diversas fortificações, reforçando-se de forma significativa as estruturas defensivas do período medieval.

A construção de novas muralhas ter-se-á iniciado no decorrer do século XVII, incentivada pelas lutas decorrentes da Guerra da Restauração, mas também pela percepção da fragilidade e da ineficácia das muralhas medievais na defesa da povoação – com uma população cada vez mais instalada nos arrabaldes e pelo aparecimento da artilharia como arma de guerra (Macias & Gaspar, 2005, p. 18).

Durante toda a segunda metade do século XVII e inícios do século XVIII encontramos referência à presença de arquitetos e engenheiros encarregues de tor-

nar a praça de Moura mais eficaz. No entanto, em 1805 ela é extinta, consumando-se em definitivo a progressiva pedra de importância estratégica e militar da cidade.

3. MOURA: O POVOADO EXTRAMUROS

O castelo foi até à Reconquista o primitivo núcleo de povoamento de Moura, só a partir de então é que se estende para fora das muralhas, em momentos e direções distintas.

Moura começa por ter apenas um arrabalde, a Mouraria, resultante da expulsão dos antigos habitantes da fortificação e a sua reinstalação num terreno a sudoeste do castelo. Este arrabalde terá albergado no seu interior algumas centenas de habitantes (Macias, Gaspar & Valente, 2016, p. 58), dispersos por três ou quatro quarteirões, estreitos e compridos (Trindade, 2009, p. 208).

A tipologia das casas naquele bairro deveria refletir a tradição urbana mediterrânica, com casas organizadas em torno de um pátio central, conforme foi observado na escavação arqueológica da alcáçova do Castelo de Moura. Porém, num texto de meados do século XVI uma das casas da Mouraria é descrita como tendo «*tres cassas da porta adentro e huum quymtall (...)*» (Macias, 1993, p. 136), num claro afastamento dessas formas arquitetónicas do sul.

A existência de poços de água nas casas era frequente, quer se localizassem no quintal ou mesmo no interior da habitação. A partilha do mesmo poço por dois ou mais vizinhos era, também, prática comum.

Contudo, era fundamentalmente da água que brotava das nascentes existentes no interior do castelo que as necessidades da população eram satisfeitas. Este facto encontra justificação na conjugação de fatores geológicos, estruturais e geomorfológicos que permite a constituição de aquíferos, nomeadamente o Sistema Aquífero Moura-Ficalho.

Este sistema é constituído por um aquífero principal, o de Moura-Ficalho, com uma área total de 187 km² (embora, o mesmo autor refira noutras publicações 177 km²) e por outros três aquíferos de menores dimensões e que são, em parte, recarregados pelo principal: Moura-Brenhas; Calcários de Moura; Ribeira de Toutalga (Costa, 2008, p. 49). No seu limite norte existe uma falha, denominada de *falha do castelo*, que se comporta como uma barreira impermeável e que origina fluxos verticais (Costa, 2008, p. 56) suficientemente capazes de trazer água à superfície, potenciando desta forma a abundância em água referida, por muitos, ao longo dos séculos.

Num segundo momento, a cidade cresce para um novo bairro a este do castelo, em torno da Igreja de São João Baptista e nas imediações da estrada que ligava Moura à localidade espanhola de Aroche, um importante eixo viário já utilizado em época romana. Atualmente, ainda aí pode observar-se uma fachada que conserva uma porta tardo-gótica em arco quebrado, encimada por lápide com a cruz da Ordem do Hospital, e que testemunha a importância desse eixo viário no desenho do novo arrabalde.

A Igreja de São João Baptista, citada num documento de 1364 (Segurado, 1929, p.58), torna-se ainda no século XV igreja matriz, substituindo a Igreja de Santa Maria do Castelo. Esta transferência deverá ter sido motivada pela falta de espaço na primitiva matriz. No entanto, e embora se situasse numa área mais ampla, a exiguidade do espaço só viria a ser solucionada com a construção de uma nova igreja no início do século XVI, no reinado de D. Manuel I.

Este novo bairro permitiu a edificação de uma outra tipologia de habitação – casas a estruturarem-se em dois pisos com funções hierarquizadas: o piso térreo destinado a zonas de arrumação e de armazenamento; o piso superior utilizado como espaço habitacional, acessível por escadas exteriores.

O edifício denominado de *Pátio dos Rolins* é um bom exemplo desta tipologia construtiva. Corresponde a um aglomerado de pequenos prédios de planta irregular, em alvenaria de taipa, que se desenvolve em torno de um pátio semiaberto e empedrado, características que o enquadram no final da Idade Média: final do século XV ou início do século XVI. Corroboram esta cronologia alguns elementos ainda visíveis no edifício, tais como, as janelas de recorte manuelino e a abóbada nervurada numa dependência interior, que o torna como «(...) *um dos raros exemplos conservados em Portugal de arquitetura civil medievã não palaciana*» [Portaria nº 740-DH/2012 – DR nº 248, 2ª Série (24/12/2012) p. 40536], bem como o facto de que no decurso da intervenção arqueológica referente à empreitada de requalificação do imóvel não ter sido detetada qualquer realidade que pressupusesse uma cronologia anterior (Gaspar, 2023, p. 53).

A zona é designada, num documento de 1427, como «*arrabalde novo*». As novas zonas habitacionais desenvolvem-se em redor de novas ruas, como as ruas da Romeira, do Espírito Santo, da Capinha Rota e Longa, que se organizam paralelamente a essa via (Macias, Gaspar & Valente, 2016, p. 60).

Em 1527 Moura teria cerca de 876 fogos, o equivalente a aproximadamente 3000 habitantes (entre os

que habitavam o castelo e os arrabaldes). Nesta zona do povoado, e fruto do crescimento do aglomerado urbano, passam a existir construções de dimensões consideráveis. No século XVI um dos imóveis ali existentes era descrito como sendo «*cassa grande (...) com sua chimine e duas camaras sobradadas e duas térreas e mais os sootãos das camaras sobradadas e huua estrebaria (...) hum quyntal com poço d'agoa*», casa que teria no seu conjunto cerca de 254 m² (Macias, 1993, pp. 137-138).

A zona da atual Praça Sacadura Cabral, confinante a sul com o castelo e contígua com a Igreja de São João Baptista, passa também ela a ser um novo espaço habitacional e terá sofrido uma importante intervenção no final do século XVI: em 1575 era descrita como sendo demasiado estreita «(...) *que parecia mais rua que praça*» e que após a obra para o seu alargamento se transferisse para ali «(...) *a feira da ditta vila*» (Macias, Gaspar & Valente, 2016, p. 61).

A norte do castelo destacava-se o Convento de Nossa Senhora do Carmo, fundado no início da 2ª metade do século XIII (cerca de 1251), o primeiro da Ordem Carmelita em Portugal (Páscoa, 2003, p. 48). Em redor deste local religioso existiriam, fundamentalmente, áreas agrícolas, ocupadas por hortas.

4. OS SILOS MEDIEVAIS DOS ARRABALDES

Os silos aqui descritos foram intervencionados nestes dois antigos arrabaldes de Moura.

O primeiro grupo de silos a ser descoberto foi no âmbito do acompanhamento arqueológico da remodelação da rede de água e de esgotos da cidade, nas imediações da Igreja de São João Baptista e do Pátio dos Rolins.

O segundo, foi descoberto no decurso de uma intervenção arqueológica preventiva na Mouraria, no âmbito do apoio técnico que o Município promove em obras de reabilitação de imóveis particulares no Centro Histórico de Moura.

A apresentação dos silos far-se-á tendo em conta a expansão urbana de Moura, ou seja, primeiramente dar-se-á a conhecer os silos detetados no bairro da Mouraria e só depois expor-se-á os dados relativos aos silos do «*arrabalde novo*» (Figura 1).

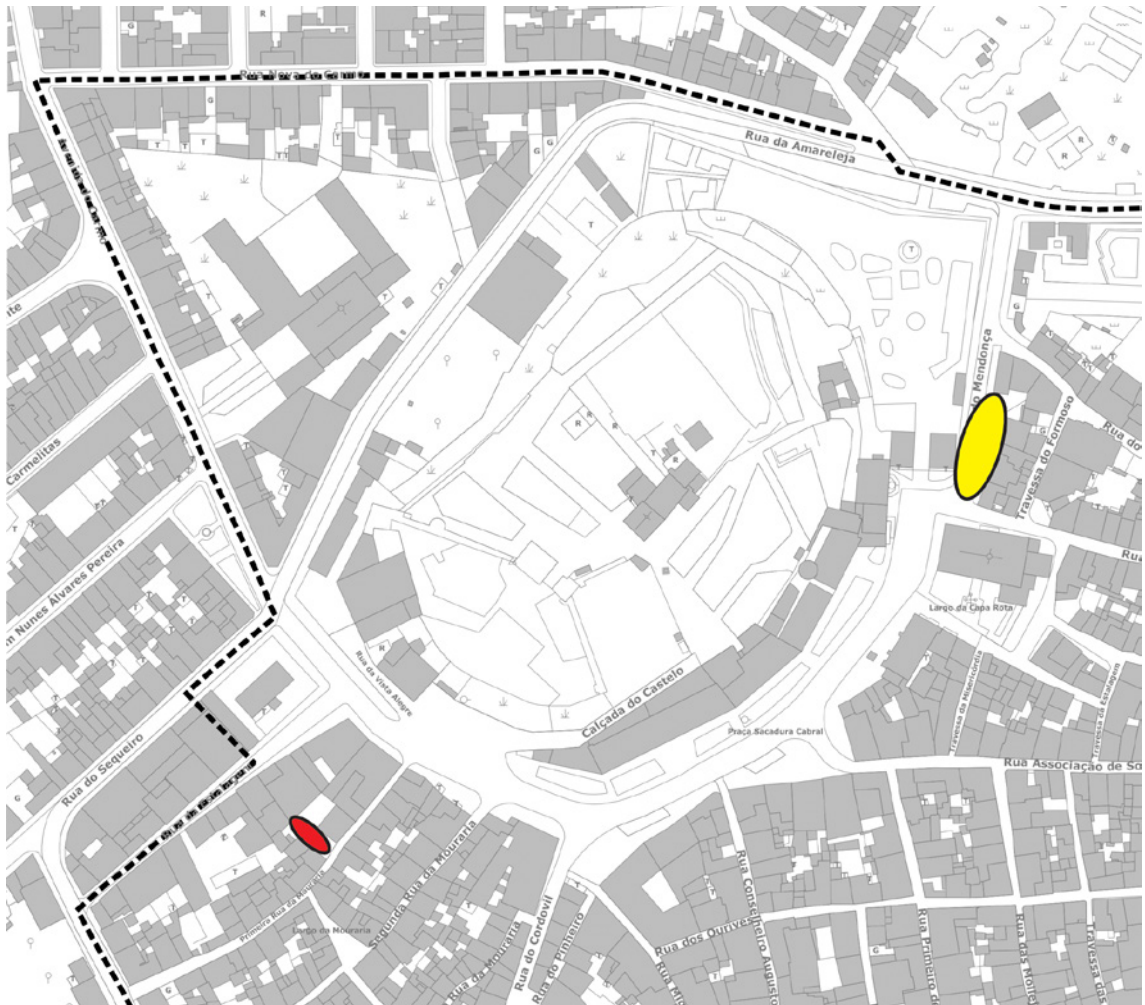




Figura 1 – Localização dos silos na planta da cidade.

- Limite Centro Histórico de Moura
-  Silos Bairro da Mouraria
-  Silos «Arrabalde Novo»

4.1. Os silos do bairro da Mouraria¹

Neste caso, foram realizadas sondagens arqueológicas de diagnóstico numa habitação na Primeira Rua da Mouraria.

A Mouraria de Moura corresponde a um conjunto habitacional classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 45/93, DR. Nº 280 de 30/11/1993).

Foram abertas duas áreas de sondagem, no logradouro da habitação. Da intervenção realça-se o aparecimento, na sondagem 2, de estruturas escavadas no substrato rochoso (calcário).

¹ Desenhos de campo: Luísa Almeida; Marta Coelho e Vanesa Gaspar (Câmara Municipal de Moura).

A área de escavação da sondagem 2 foi, inicialmente, de 4 m² (2 x 2 m). No entanto, fruto do aparecimento de estruturas negativas, surgiu a necessidade de ampliar a área de escavação para, aproximadamente, 20 m² (3,5 x 5,5 m). Os sucessivos alargamentos permitiram obter uma melhor leitura dos vestígios postos a descoberto.

Num momento inicial da escavação e muito próximo da superfície, foi detetado o afloramento rochoso que apresentava como principal característica um acentuado desnível (cotas a variar entre os 172,29 e os 171,53).

Após um primeiro alargamento de área, foi possível confirmar a existência de uma abertura circular

na rocha e a presença de uma estrutura dentro dessa abertura que, num primeiro momento, considerou-se erradamente como fossa (Figura 2).

Da escavação do enchimento da estrutura, recolheu-se um número significativo de fragmentos cerâmicos de uma mesma peça estampilhada (Conservação e Restauro: Manuel Passinhas da Palma), de grande dimensão e sem fundo (Figura 3). Foi perante este último dado que se colocou a hipótese de se estar perante um poço e não uma fossa.

Os motivos decorativos desta peça, um bocal em cerâmica, foram gravados com uma estampilha de madeira ou mesmo de barro (Reina e Torres, 2005, p. 245). A sua manufatura deverá ter ocorrido entre os séculos XIV-XV e tem origem nas do período islâmico. Poderá corresponder a um fabrico local ou mesmo ser proveniente de olarias andaluzas, dado que a importação de cerâmica era prática comum neste período.

Após a escavação desse sedimento, com uma datação dos séculos XV-XVI, procedeu-se à definição da estrutura, apelidada de poço construído. Corresponde a uma construção em alvenaria de pedra seca e tijolo,

sem qualquer vestígio de argamassa, com 1,50 m de altura (cota do topo: 171,95 / cota do fundo: 170,45) e com 70 cm de diâmetro. Defende-se uma datação a rondar os séculos XIV-XV para a sua construção e, por não apresentar qualquer vestígio de impermeabilização, a sua função não deveria ser de armazenagem, mas sim para altear a estrutura de forma a facilitar o acesso à água.

Com a sua desmontagem constatou-se que a mesma não estava centrada em relação à estrutura escavada no substrato rochoso, designada de silo 1. De perfil troncocónico (Rosa, 2019, p. 116) e fundo plano, com aproximadamente 1,60 m de altura (cota do topo 172,01 / cota do fundo 170,45) e cerca de 2 m de diâmetro no fundo e de 80 cm na boca.

Muito embora não tenha sido possível aferir que tipo de bem alimentar (cereal) teria sido ali guardado, a sua capacidade de armazenagem rondaria os 2400 litros. Defende-se o século XIII como cronologia provável para esta estrutura negativa que deverá estar relacionada com a fixação da população moura neste novo bairro – a Mouraria.



Figura 2 – Mouraria de Moura. Silo 1 e poço construído.

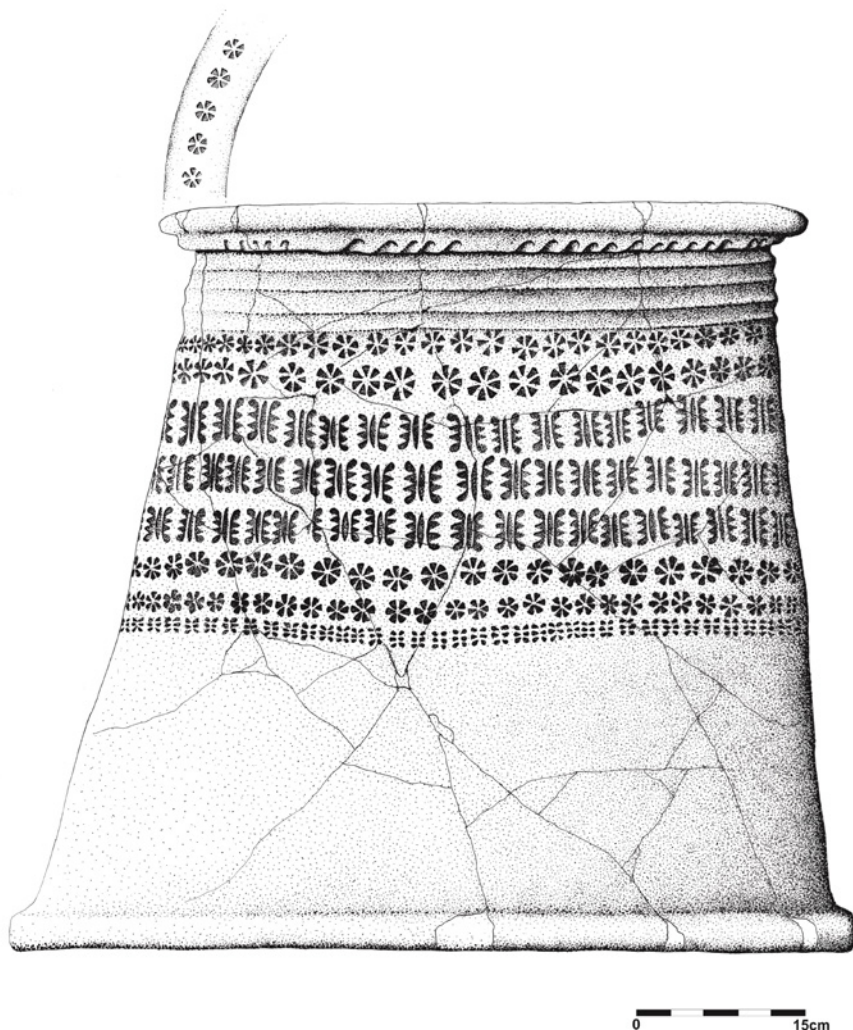


Figura 3 – Mouraria de Moura. Bocal de poço, cerâmica estampilhada.

O poço construído não ocupava toda a área do silo 1: a parte norte, entre a construção e o silo, estava entulhada. Deste sedimento destaca-se o aparecimento de um pequeno fragmento de *dolium* (Gaspar, 2022, p. 41), com parte de uma inscrição que refere a existência de uma igreja consagrada a Santa Maria, numa localidade denominada Lacant ou Lacanta (Macias, Gaspar & Valente, 2016, p. 49). Com este fragmento são já quatro as peças, provenientes de Moura, que apresentam a mesma inscrição: *Eclesiae Sancte Mariae Lacantensis in Agripi*.

Outros dados foram recolhidos com a desmontagem do poço construído e com a escavação do enchimento do silo 1: a existência de um orifício na parede do lado oeste, aparentemente de ligação a um outro silo; e na base do silo, onde o calcário se encontra

va bastante desagregado, a existência de uma outra abertura no afloramento rochoso, que corresponderia à continuação da estrutura (Figura 4).

A esta nova abertura atribuiu-se a nomenclatura de poço escavado, de perfil cilíndrico (Rosa, 2019, p. 116) e fundo ligeiramente côncavo, com 2 m de altura (cota do topo 170,45 / cota do fundo 168,45), um diâmetro a variar entre 67 e os 79 cm (Figura 5) e com uma capacidade de armazenagem de 800 litros.

Desta estrutura negativa, cuja datação rondará os séculos XIV-XV, realça-se a existência de cavidades irregulares no afloramento rochoso que se acredita terem funcionado como degraus. Estes dois conjuntos de três degraus estavam posicionados, quer no lado norte quer no lado sul (Figura 6), de forma a facilitarem o acesso ao seu interior (altura dos degraus em relação



Figura 4 – Mouraria de Moura. Silo 1 e poço escavado.

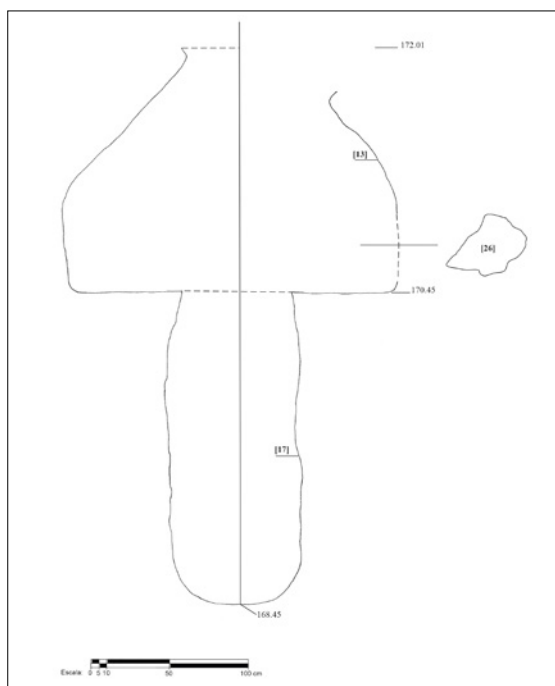


Figura 5 – Mouraria de Moura. Perfil este-oeste silo 1 e poço escavado.

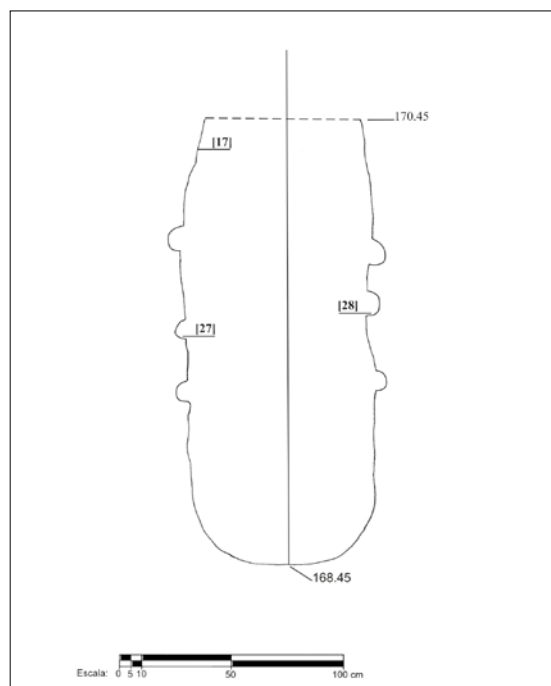


Figura 6 – Mouraria de Moura. Perfil norte-sul poço escavado, com pormenor dos degraus.

ao fundo do poço: 75 cm, 1,03 m e 1,47 m no lado sul; 80 cm, 1,19 m e 1,37 m no lado norte).

Recentemente, numa intervenção arqueológica no centro da cidade de acompanhamento de uma empreitada de reabilitação urbana (trabalho inédito, artigo em preparação), foi detetada uma outra estrutura negativa – um poço escavado no substrato rochoso (calcário) – que apresentava, à semelhança da estrutura aqui descrita, quatro cavidades irregulares que se defende que terão funcionado, também elas, como degraus. De perfil cilíndrico (Rosa, 2019, p. 116), com 1,92 m de altura (cota do topo 173,13 / cota do fundo 171,21), um diâmetro a variar entre os 66 e os 78 cm e com uma capacidade de armazenagem a rondar os 780 litros. (Figura 7).



Figura 7 – Travessa das Cruzes. Poço escavado com degraus.

Do espólio recolhido evidencia-se um conjunto de fragmentos de cerâmica estampilhada, alguns deles pertencentes ao próprio bocal desta estrutura hidráulica (poço construído e poço escavado), bem como outros fragmentos cerâmicos pertencentes a peças de grande dimensão. A cronologia deste enchimento situar-se-á nos séculos XV-XVI.

Após confirmação da geminação, atribuiu-se o nome de silo 2 (Figura 8) a esta nova estrutura negati-

va, de perfil oval (Rosa, 2019, p. 53) e fundo côncavo, com uma altura máxima próxima dos 2 m (cota do topo 171,63 / cota do fundo 169,73) e um diâmetro a oscilar entre 1,70 m e os 70 cm (Figura 9). Defende-se, à semelhança do silo 1, o século XIII como cronologia provável. Também neste caso não foi possível aferir que tipo de bem alimentar (cereal) seria ali conservado, mas a sua capacidade de armazenagem seria de 2300 litros.



Figura 8 – Mouraria de Moura. Vista geral silo 1 e silo 2.

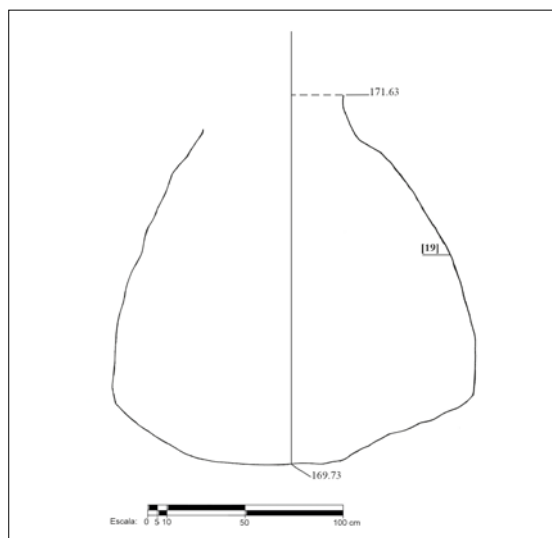


Figura 9 – Mouraria de Moura. Perfil sul-norte silo 2.

Do sedimento do silo 2 destaca-se o aparecimento de três moedas *Real Preto* de D. Duarte (1433-1438)², período em consonância com a cronologia proposta, século XV, para o entulhamento desta estrutura negativa. Para além destas moedas, foram recolhidos alguns fragmentos cerâmicos com decoração estampilhada pertencentes a bocais de poço e talhas.

Importa, ainda, salientar o aparecimento de um nível argamassado, com uma total ausência de vestígios orgânicos e artefactuais, que se considera ter sido construído para nivelar o afloramento rochoso, naturalmente irregular.

Acredita-se que no momento em que a funcionalidade dos silos é alterada, e o silo 1 é transformado em poço, terá sido necessário proceder a este nivelamento artificial, possivelmente para um melhor acesso ao poço e, conseqüentemente, à água. A cronologia proposta para este nivelamento situa-se entre os séculos XIV-XV, o mesmo que se defende para a transformação do silo 1 em poço.

4.2. Os silos do «arrabalde novo»³

Neste outro caso foi realizado o acompanhamento arqueológico da remodelação das redes de água e esgotos da cidade de Moura.

Nas imediações do Pátio dos Rolins e da Igreja de São João Baptista foi detetado um conjunto de silos escavados no substrato rochoso, calcário (Figura 10).

O aparecimento da boca de um silo no decurso da abertura mecanizada da vala para a instalação das infraestruturas fez com que fosse necessário o alargamento da área de escavação. Foi confirmada a existência de um silo, referenciado como silo 1 com parte da sua tampa preservada *in situ*. Constatou-se que se encontrava vazio e que possuía um orifício de ligação. Esta constatação fez com que se procedesse a um novo alargamento de área e à definição de um novo silo, silo 2. Estrutura de perfil elíptico (Rosa, 2019, p. 51) e fundo côncavo, com uma altura máxima de 2,37 m (cota do topo 170,36 / cota do fundo 167,99) e um diâmetro a oscilar entre 1,70 m e os 30 cm (Figura 11). Esta estrutura negativa possuía, ainda, a tampa preservada *in situ* e após a sua remoção constatou-se que se encontrava, igualmente, vazia.

Confirmou-se que os dois silos estavam, efetivamente, ligados por um orifício, com uma forma aproximadamente circular e com 48 cm de diâmetro.

Muito embora não tenha sido possível proceder a todas as medições do silo 1, uma vez que foi fisicamente impossível ali entrar, observou-se que era morfológicamente semelhante ao silo 2, de perfil elíptico, e que ambos deveriam ter uma capacidade de armazenagem semelhante, a rondar os 1900 litros.

Importa referir que também neste caso, e à semelhança do verificado na Mouraria, foi observado um nível de compactação em associação com os silos 1 e 2 que deveria estar relacionado com a necessidade de nivelamento do substrato geológico. Um outro aspeto a destacar tem a ver com o aparecimento de um número significativo de negativos na rocha, cuja funcionalidade não foi descortinada.

Na continuação dos trabalhos de abertura de vala, agora no passeio pedonal para a substituição das condutas de ligação às habitações existentes no logradouro do Pátio dos Rolins, foi detetado um outro silo, silo 3. Estrutura de perfil circular (Rosa, 2019, p. 116) e fundo plano, com uma altura máxima de 2,18 m (cota do topo 169,53 / cota do fundo 167,35), um diâmetro máximo de 2,50 m e um diâmetro mínimo de 70 cm (Figura 12), e um provável orifício com uma forma, aproximadamente, triangular.

Detetou-se que uma parte da boca estava preservada e em associação com a tampa fragmentada, terá subsistido até ao momento da abertura de vala para a colocação da conduta antiga (Figura 13) e, ao contrário dos dois silos acima descritos, encontrava-se entulhado. A sua capacidade de armazenagem aproximar-se-ia dos 4300 litros.

Enchimento com uma significativa presença de material orgânico (fauna malacológica – amêijoia e berbigão), com fragmentos cerâmicos diversos (brunida, vidrada e comum) e um *Ceitol* de D. Afonso V (1438-1481)⁴.

Face aos vestígios artefactuais detetados, aponta-se como cronologia provável para a fase de abandono desta estrutura negativa, o final do século XV ou o século XVI. Esta proposta de cronologia baseia-se exclusivamente na análise da componente artefactual encontrada, principalmente pela ausência de um espólio marcadamente islâmico, pelo aparecimento de um *Ceitol* de D. Afonso V e pela total ausência de faianças.

² Conservação e Restauro – Marta Coelho (CMM).

³ Desenhos de campo: Luísa Almeida; Marta Coelho e Vanessa Gaspar (CMM).

⁴ Conservação e Restauro – Marta Coelho (CMM).



Figura 10 – Arrabalde novo. Vista geral silo 1 e silo 2.

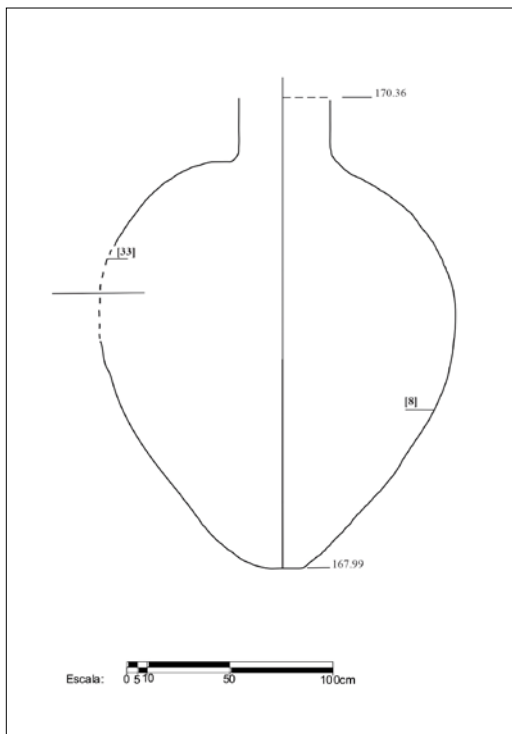


Figura 11 – Arrabalde novo. Perfil este-oeste silo 2.

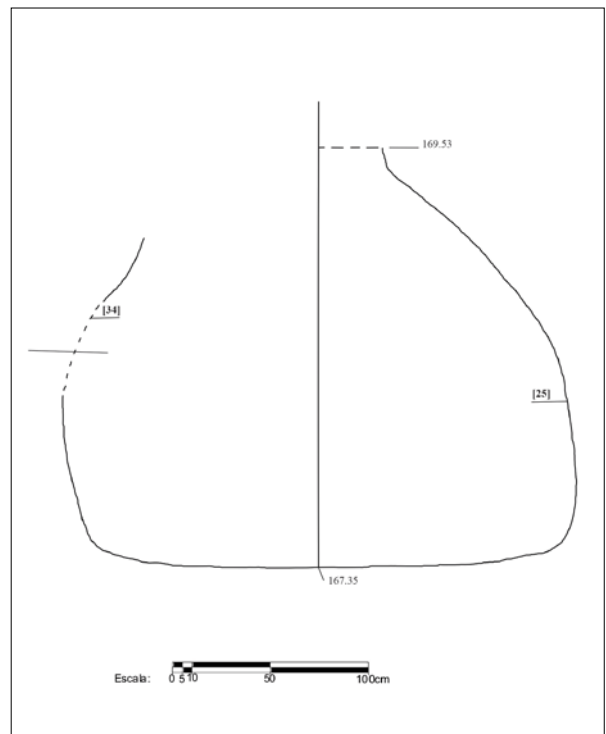


Figura 12 – Arrabalde novo. Perfil norte-sul silo 3.



Figura 13 – Arrabalde novo – Vista geral silo 3.

5. O ESPÓLIO CERÂMICO⁵

Importa aqui destacar um conjunto significativo de fragmentos cerâmicos com decoração estampilhada recolhidos na escavação arqueológica realizada na Primeira Rua da Mouraria.

A totalidade dos fragmentos de cerâmica estampilhada aqui apresentados reportam-se a peças de grande dimensão, talhas ou bocais de poço. A decoração organiza-se nas paredes exteriores e nos bordos das peças. Em alguns exemplares de fragmentos de talha são visíveis as marcas de digitações na parede interna da peça que não aparentam corresponder a qualquer elemento decorativo, mas sim ao apoio que foi necessário dar à peça para se poder premir a estampilha ainda com o barro verde.

Neste grupo de cerâmica, doze fragmentos correspondem a bojós de talha com a decoração a organizar-se na parede exterior; quatro fragmentos corres-

pondem a bojós ou a bordos de bocal de poço com a decoração disposta em ambas as áreas; para além da peça reconstituída (ver supra, Figura 3).

A grande maioria do repertório de matrizes decorativas destas peças diz respeito a temas fitomórficos, com diversas representações mais ou menos estilizadas de flores, entre elas a representação da flor de lis. Estão, ainda, presentes os temas geométricos, mas em menor número, com representações de estrelas de cinco pontas e de formas circulares (Figura 14, amostra do lote recolhido).

No conjunto em estudo verifica-se que algumas das matrizes fitomórficas estão inscritas numa cartela e estão aplicadas em bandas na parede exterior da peça, podendo numa mesma peça coexistir mais do que uma matriz principal, quer em bocais de poço quer em talhas.

Por seu lado, as matrizes geométricas, de menor dimensão, tendem a ocupar de forma aleatória os espaços vazios entre as matrizes principais ou serem, também elas, a matriz principal da peça, neste caso presentes exclusivamente em talhas.

⁵ Desenhos de Carlos Rico (CMM).



Figura 14 – Mouraria de Moura. Cerâmica estampilhada.

A utilização da estampilha com o motivo flor de lis foi igualmente observada num bocal de poço incompleto e bastante fragmentado descoberto em Loulé (MNA, nº de inventário: 17088) aquando da realização de trabalhos de desaterro nas antigas muralhas.

Embora se verifique a repetição dos motivos decorativos entre fragmentos, é visível que mesmo dentro da mesma peça existe mais do que uma estampilha a decorar. Esta diferenciação é observável em alguns dos fragmentos analisados onde existem notórias variações, quer na estampilha com a representação da flor de lis, quer na estampilha com a estrela de cinco pontas, em que uma delas aparenta ter um defeito num dos traços. Noutros fragmentos, a diferenciação nos desenhos das estampilhas poderá ter a ver com o posicionamento da estampilha na peça.

Nas cerâmicas provenientes do poço-cisterna de Silves encontra-se um conjunto diversificado de matrizes de estampilhas. Nessas, encontramos paralelos com algumas das estampilhas presentes nas cerâmicas da Mouraria de Moura, fundamentalmente entre a matriz 13 de Silves e a matriz 9 de Moura, e ainda entre as matrizes 14 e 15 de Silves (Gomes & Gomes, 1985, p. 139) e as matrizes 8 e 12 da Mouraria (Gaspar, 2022, p. 46). Na cerâmica estampilhada proveniente da alcáçova do Castelo de Mértola (Khawli, 1993, p. 68) é notória a semelhança com algumas das estampilhas encontradas em Moura.

Nos enchimentos destas estruturas negativas foram, também, recolhidos fragmentos de cerâmica esmaltada e vidrada cuja origem é atribuível às produções meridionais hispânicas (Oliveira *et alii*, 2017, p.1525) o que denota a existência de contactos comerciais com as principais oficinas de cerâmica peninsulares (Gomes & Gomes, 1991, p. 467).

Correspondem a fragmentos de pequena dimensão, ao invés do observado no grupo anterior, mas que nos permitem aferir que correspondem na sua totalidade a louça de mesa e a peças abertas – taças, tigelas e pratos (Figura 15, amostra do lote recolhido).

A grande maioria dos fragmentos apresentam esmalte a branco estanífero onde se conjugam diferentes motivos decorativos que utilizam, para isso, diferentes cores. Destes, apenas um exemplar possui a sua superfície (interna e externa) monocromática – utilizando a cor verde; um outro grupo de fragmentos apresenta, unicamente, a superfície interna decorada a «verde e negro», estando o exterior das peças isento de revestimento (nestes casos, o predomínio são pastas amareladas).

Os motivos decorativos foram pintados a azul de cobalto; a azul de cobalto e reflexos dourados (utiliza-

dos na mesma composição decorativa ou utilizados na mesma peça, mas em separado); a verde; a «verde e negro» ou somente utilizando os reflexos dourados.

Os temas predominantes são os vegetalistas e os geométricos (eventualmente, um dos fragmentos poderá apresentar um tema epigráfico ou pseudo-epigráfico).

6. CONCLUSÃO

Das intervenções arqueológicas realizadas nestes dois antigos arrabaldes de Moura, destaca-se o aparecimento de cinco silos escavados no afloramento rochoso, calcário.

Em quatro deles foi possível confirmar a sua geminação, nos silos intervencionados na Mouraria e em dois dos silos encontrados no “*arrabalde novo*”. O terceiro silo descoberto possuía igualmente um orifício, mas não foi aferido se corresponderia a uma efetiva ligação a uma outra estrutura negativa.

A cronologia proposta para a abertura dos silos no bairro da Mouraria é o século XIII e num momento não muito posterior, provavelmente no século XIV, terá ocorrido uma alteração funcional destas estruturas negativas: a transformação de um dos silos em poço.

Esta realidade foi observada com o aparecimento de um conjunto estrutural hidráulico, composto por, da base para o topo: uma estrutura negativa de perfil cilíndrico, alteada por uma estrutura construída em alvenaria de pedra e tijolo e encimada por um bocal em cerâmica com decoração estampilhada. A dimensão máxima ultrapassaria os 4 m de altura (cota do fundo 168,45 / cota do topo, bocal cerâmico 172,66).

A engenharia utilizada encontra-se documentada em comunidades neolíticas no extremo este do Mar Mediterrâneo, concretamente em Chipre. Aí foi encontrado o que se considera ser o primeiro poço escavado no substrato rochoso (Gerlach, 2013, p. 39) e tem, à semelhança da estrutura aqui descrita, um conjunto de degraus nas suas paredes.

Esta estrutura hidráulica deverá ter estado em utilização entre cem a duzentos anos, dado que os seus enchimentos, que corroboram a sua desativação, não poderão ser posteriores ao século XVI.

Muito recentemente, numa das artérias do centro histórico de Moura foi detetado um outro poço escavado no substrato geológico e que possuía, à semelhança do poço escavado no bairro da Mouraria, cavidades irregulares que se considera terem funcionado como degraus (os dados obtidos nesta intervenção arqueológica ainda se encontram em estudo).

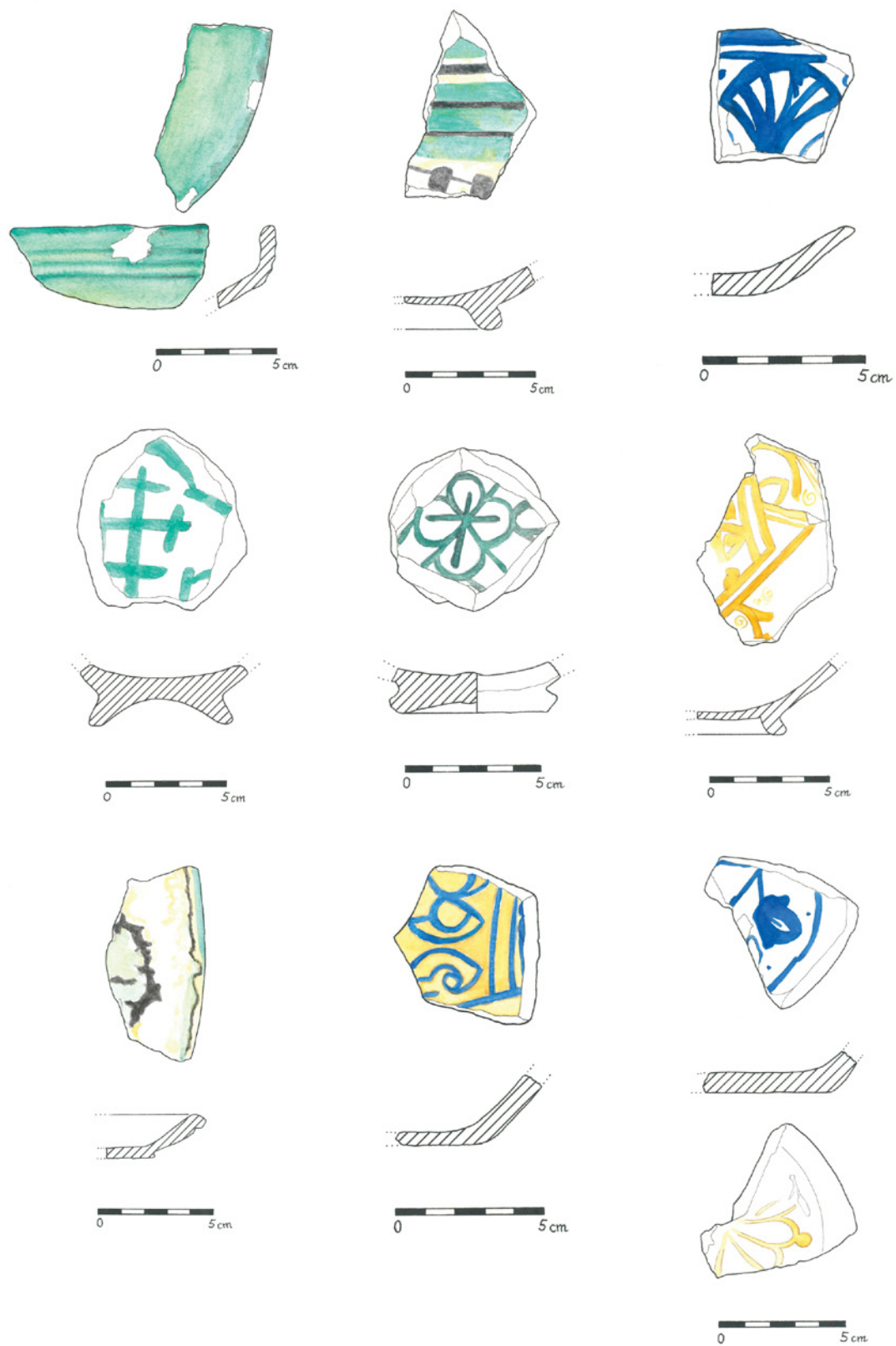


Figura 15 – Mouraria de Moura. Cerâmica vidrada e esmaltada.

Em Évora, foi intervencionado um conjunto de silos, no âmbito do acompanhamento arqueológico da remodelação do Salão Central Eborense (CNS: 17156), em que um deles também terá sido transformado em poço.

O espólio arqueológico recolhido na intervenção da Primeira Rua da Mouraria, cuja cronologia situa-se entre a segunda metade do século XIV e o século XV, mostra-nos que mesmo com Moura definitivamente conquistada assiste-se, ao nível da cultura material, a uma permanência estética decorativa de tradição islâmica.

Visível ao nível da continuidade dos contactos comerciais que permitiram a importação de cerâmica do levante e sul peninsular (os fragmentos de louça de mesa aqui apresentados inscrevem-se dentro deste lote de cerâmica de importação); da manutenção da utilização da língua árabe nas sepulturas, prática atestada pela lápide datada de 7 de abril de 1368 (Borges & Macias, 1993: 69); ou através da continuação do uso da técnica decorativa de estampilhagem, aparentemente num contexto de produção local ou regional (eventualmente de oficinas andaluzas), em que os paralelos decorativos aliados à prevalência geográfica de algumas das matrizes o parecem comprovar.

Por outro lado, a atribuição de cronologias aos vestígios encontrados na escavação nas imediações do Pátio dos Rolins consistiu num exercício relativamente complexo, em grande medida pelo facto de não terem sido encontrados entulhos associados ao silo 1 e ao silo 2, que nos poderiam dar preciosas informações acerca do seu abandono. Bem como pelo facto de o sedimento detetado no silo 3 não poder ser, com o rigor pretendido e necessário, correlacionado com essa fase de abandono, dado que a sua boca se encontrava parcialmente destruída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Artur Goulart de Melo; MACIAS, Santiago (1993) – Almocavar de Moura. Localização e epigrafia. *Arqueologia Medieval*. 1. Porto: Edições Afrontamento. pp. 65-69.
- CARVALHOSA, A. Barros e; CARVALHO, A. M. Galopim de (1970) – Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000 – notícia explicativa da folha 43-B: Moura. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- COSTA, Augusto (2008) – Modelação matemática dos recursos hídricos subterrâneos da região de Moura. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Engenharia apresentada à Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.9/1280>.
- GASPAR, Vanessa (2022) – A Arqueologia na Reabilitação Urbana, os silos encontrados no Centro Histórico de Moura. *Al-Madnan Online*. 25: 1. pp. 38-48. Disponível em https://issuu.com/almadan/docs/ao25_1.
- GASPAR, Vanessa (2023) – A Arqueologia na Reabilitação Urbana, o caso do Pátio dos Rolins. *Al-Madnan Online*. 26: 1. pp. 45-54. Disponível em <https://issuu.com/almadan/docs/ao26-1>.
- GERLACH, Iris (2013) – Archaeology of water. *Archaeology worldwide*. 1. Berlin: German Archaeological Institute. pp. 37-39.
- GOMES, Alberto (1996) – Moedas Portuguesas e do território português antes da fundação da nacionalidade. Lisboa: Edição do Autor.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (1985) – Cerâmicas estampilhadas Islâmicas e Mudéjares do Poço-cisterna de Silves. *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Trabalhos de Arqueologia. 3, Lisboa: IPPC. pp. 127-141.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (1991) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI do Poço-cisterna de Silves. *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Campo Arqueológico de Mértola. pp. 457-490. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.26/2185>.
- KHAWLI, Abdallah (1993) – Arcos estampilhados da cerâmica islâmica de Mértola. *Arqueologia Medieval*. 3. Porto: Edições Afrontamento. pp. 133-145.
- KHAWLI, Abdallah (1993) – Introdução ao estudo das vasilhas de armazenamento de Mértola islâmica. *Arqueologia Medieval*. 2. Porto: Edições Afrontamento. pp. 63-78.
- LIMA, José Fragoso de (2003) – Elementos Históricos do concelho de Moura. Moura: Câmara Municipal de Moura.
- MACIAS, Santiago (1993) – Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico. *Arqueologia Medieval*. 2. Porto: Edições Afrontamento. pp. 127-157.
- MACIAS, Santiago; GASPAR, Vanessa (2005) – Fortificações Modernas de Moura. Moura: Câmara Municipal de Moura.
- MACIAS, Santiago; GASPAR, Vanessa; VALENTE, José Gonçalo (2016) – Castelo de Moura: escavações arqueológicas 1989-2013 Textos. Moura: Câmara Municipal de Moura.
- MARTINS, Andrea; NEVES, César; COSTA, Cláudia; LOPES, Gonçalo (2010) – Sobre um conjunto de silos em Beja: a Avenida Miguel Fernandes. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 13. pp. 145-165. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/31514>.
- MATTA, José Avelino da Silva e (1991) – Anais de Moura. Moura: Câmara Municipal de Moura.
- OLIVEIRA, Filipe; SILVA, Rodrigo Banha da; BARGÃO, André; FERREIRA, Sara (2017) – O comércio medieval das cerâmicas importadas em Lisboa: o caso da Rua das Pedras Negras nº 21-28.

Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão. Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 1523-1538. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/117052>.

PÁSCOA, Marta (2003) – Memórias Paroquiais da Vila de Moura e o seu Termo. Recolha e transcrição. Moura: Câmara Municipal de Moura.

REINA, Manuel Vera; TORRES, Pina López (2005) – La cerámica medieval sevillana (siglos XII al XIV). La producción trianera. England: BAR International Series 1403.

ROSA, Sérgio (2019) – Os silos Medievais de Almada. Morfologia e dinâmicas de utilização. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/75609>.

SEGURADO, Jorge (1929) – A Igreja de S. João de Moura. Da sua Arquitectura e da sua História. Lisboa: Parceria

TRINDADE, Luísa (2009) – Urbanismo na composição de Portugal. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de História de Arte apresentada à Universidade de Coimbra. Disponível em <https://hdl.handle.net/10316/13529>.

VALENTE, David (2000) – Acerca dos Forais de Moura. Moura: Câmara Municipal de Moura.

ARTIGOS

LÂMINA DE MACHADO, PRÉ-HISTÓRICA, NO CULTO IBÉRICO A JÚPITER?

Mário Varela Gomes

Professor Jubilado da NOVA FCSH / Membro da Academia Portuguesa de História / Academia Nacional de Belas-Artes / Associação dos Arqueólogos Portugueses / Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa / mv.gomes@fcsb.unl.pt

Resumo

O Museu Nacional de Arqueologia conserva fragmento de lâmina de pequeno machado, de fibrolite, que mostra, gravada na superfície mesial de um dos lados, a letra **𐌆** (*iota*). Esta foi usada, na península Ibérica, a partir do século VIII A.C. até aos inícios da sua romanização. A associação daquela letra à lâmina de machado, porventura votivo, sugere tratar-se de testemunho do culto a *lovi Tonans*

Palavras-chave: Machado, Letra **𐌆**, *lovi Tonans*, Plasencia.

Abstract

The National Museum of Archaeology preserves a fragment of a small axe blade, made of fibrolite, which bears an incised letter **𐌆** (*iota*) on the mesial surface of one of its sides. This letter was used in the Iberian Peninsula from the 8th century BC until the early stages of Romanisation. The association of this letter with the axe blade, possibly an old votive object, suggests it may represent evidence of a cult dedicated to *lovi Tonans*.

Keywords: Axe blade, Letter **𐌆**, *lovi Tonans*, Plasencia.

1. ANTECEDENTES

Há alguns anos demos a conhecer, com Caetano de Mello Beirão, os grafitos, realizados sobre diferentes suportes e atribuídos à Idade do Ferro, até então conhecidos, no Centro e Sul de Portugal (Beirão e Gomes, 1985).

Àquele conjunto associámos fragmento de lâmina de machado polido, de fibrolite, que mostra, na área mesial de uma das suas superfícies maiores, gravada a letra **Ϝ** (Beirão e Gomes, 1985). Só muito mais tarde haveríamos de perceber o significado desta enigmática letra, em artefacto que então considerámos ter perdido o seu uso primário, talvez usado como amuleto, não se tendo conferido conteúdo fonético ou simbólico à letra nele patente, embora se lhe atribua o valor que tem o *yôd* fenício, o *iota* do alfabeto grego arcaico ou o *i* do alfabeto latino.

2. INFORMAÇÃO EMPÍRICA

Trata-se de fragmento, contendo os volumes mesial e proximal, de lâmina de pequeno machado, cuidadosamente afeiçoado em fibrolite (silimanite fibrosa), possuindo ambas faces totalmente polidas e mostrando característico brilho.

A porção existente oferece contorno sub-triangular e secção oval, muito achatada. Uma das faces apresenta zona rebaixada para fixação lateral de cabo, o que permite atribuí-la a machado. A outra face, mostra a letra **Ϝ**, ao centro, incisa através de pequenos traços fusiformes, dirigida para a direita. Mede atualmente 0,067 m de comprimento, 0,040 m de largura no volume distal e 0,015 m de espessura máxima.

Este curioso testemunho arqueológico será proveniente da região de Plasencia (Cáceres), na Extremadura Castelhana, e foi oferecido em 1905, por Vicente Paredes y Guillén, ao hoje Museu Nacional de Arqueologia, então dirigido por José Leite de Vasconcellos (1906, p. 91; 1934, p. 50) (Beirão e Gomes, 1985, pp. 492, 493, fig. 8).



Figura 1 – Localização de Plasencia na Península Ibérica.

Vicente Paredes y Guillén (1840-1916) foi arquiteto, arqueólogo e historiador, nascido em Cáceres, mas que viveu grande parte da sua vida em Plasencia, onde José Leite de Vasconcellos o visitou, na sua casa e na data acima referida. A oferta, com que o erudito investiga-

dor espanhol obsequiou o sábio português teria duplo significado, por se tratar de artefacto pré-histórico e por mostrar letra, que não era estranha àquele segundo, dado as inscrições sidéricas que conhecia ou até havia publicado, com letras idênticas (Vasconcellos, 1900).

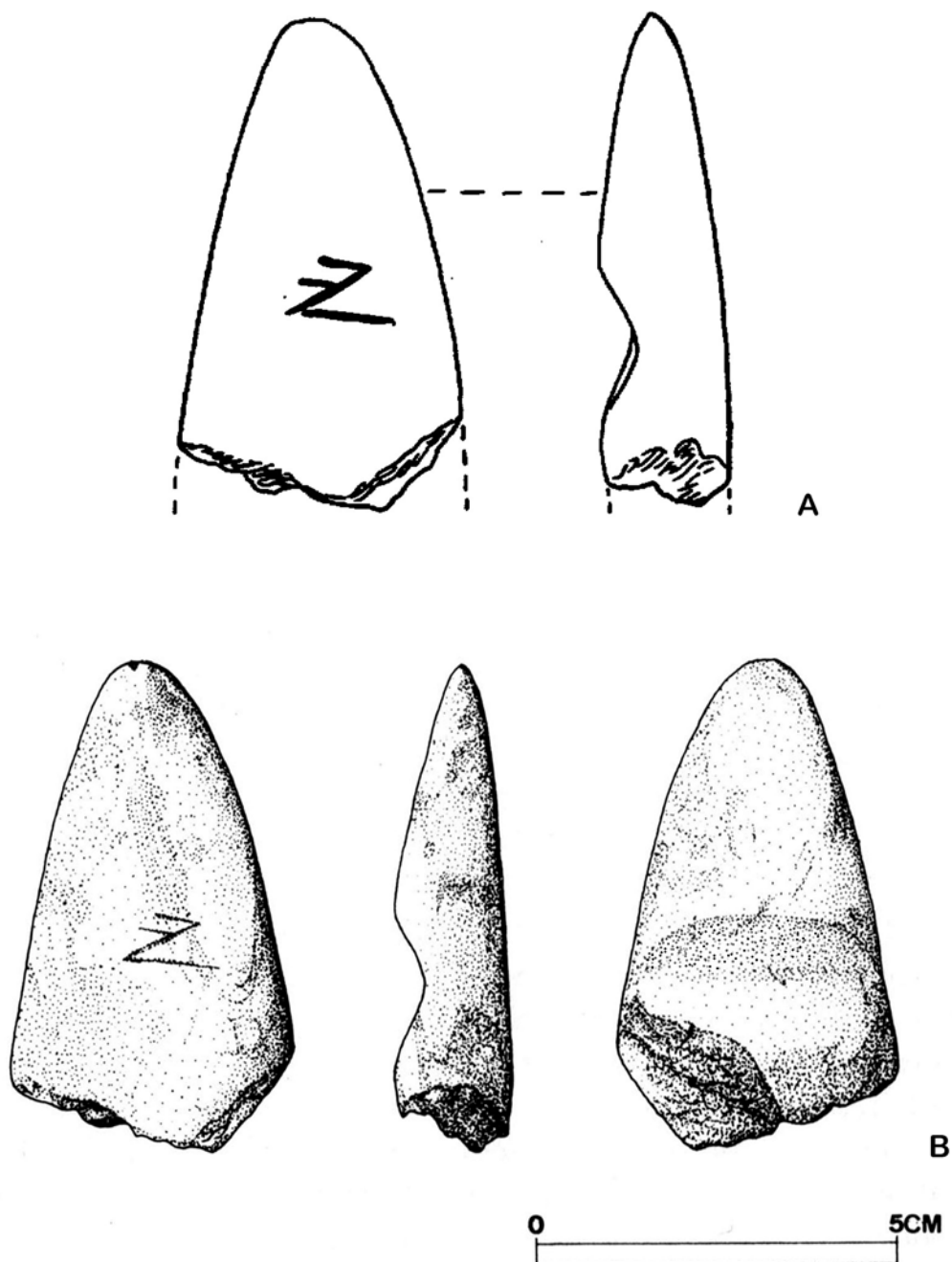


Figura 2 – Fragmento de machado, de fibrolite, polido (Plasencia, Cáceres). A. seg. J. L. de Vasconcellos, 1934, p. 50, est. I(4) (des. de F. Valença); B. seg. C. M. Beirão e M. V. Gomes, 1985, p. 493, fig. 8 (des. de M. de Sousa).

3. TESTEMUNHO DE COMPORTAMENTO RITUAL?

A informação disponível circunscreve-se a fragmento de lâmina de machado, fraturado na extremidade distal, ou gume, e a letra incisa em uma das suas faces.

Sabemos, através da Etnografia e da História que em muitas sociedades humanas, a importância conferida aos artefactos começa por residir na matéria-prima com que foram elaborados, a sua origem, cor, resistência, como no trabalho neles investido, mas igualmente no seu desempenho utilitário ou simbólico, mas também em quem foram os seus proprietários, e em outros aspetos que, certamente, nos escapam.

A fibrolite não constitui rocha muito comum na Península Ibérica, embora ocorra no Maciço Central, e as suas cores, contrastantes, branca e negra, desde cedo terão despertado a atenção dos humanos. Ela permite ser polida e apresentar faces brilhantes, agradáveis ao tato. Os artefactos polidos de fibrolite, neolíticos e calcolíticos, possuem, em geral, pequenas dimensões e têm surgido sobretudo em contextos funerários, onde integrariam a categoria de espólio votivo (Cardoso, 2022, pp. 64-66; 2023, pp. 224-227).

Várias fraturas eliminaram totalmente o gume da lâmina de machado de Plasencia. Elas não mostram esmagamentos ou sinais de refletirem o resultado de trabalho intenso, a que aquela poderia ter sido submetida. Ao invés, a ablação do gume talvez fosse propositada, de modo a não mais ser utilizada, posta ritualmente fora da sua função primária, ou para se usarem os pedaços obtidos em “remédio”, conforme ocorria na tradição popular, em França, ainda no século XIX (Cartailhac, 1877, pp. 10-12). Seria no gume, capaz de cortar, ferir e matar que, simbolicamente, residiria o poder de tais artefactos, como ocorre com outras armas ofensivas, designadamente em sociedades etnográficas.

Todavia, o mais importante indício de carácter ritual, consiste na existência da letra finamente gravada com artefacto, de sílex ou de ferro. Conforme dissemos, aquela ocupa o centro de uma das faces do fragmento, encontrando-se escrita do modo dextrorso, ou seja, da esquerda para a direita, como ainda acontece nas sociedades europeias.

A letra **IV** surge no alfabeto da escrita do Sudoeste Peninsular e foi abundantemente utilizada nas epígrafes das lápides funerárias daquela região, entre os séculos VIII e VI A.C. Mas ela continuou a ser usada nos alfabetos e signários mais recentes, do mundo pré-romano peninsular e, mesmo, durante os inícios da romanização.

Aquela letra ocupa o quinto lugar no alfabeto sinistrorso do tabuleiro de pedra encontrado em Espanca (Beja), depois das letras alfa, beta, gama, delta, e antes de kapa. Este testemunho do ensino da escrita pôde ser datado entre 600 e 550 A.C., e encontra paralelos em alfabetos gregos arcaicos, mas onde o *iota*, mostra forma de simples barra vertical (Untermann, 1997; Gomes, 2018, pp. 46-48, 51, fig. 11).

A chamada escrita do Sudoeste Peninsular, pertencente à família grafemática grega arcaica, conserva contributos e tradições procedentes de diversos lugares do Mediterrâneo Oriental, designadamente dos alfabetos asiáticos. Em cerca de 1500 signos por nós recensados, nas estelas mencionadas, mais de 50% correspondem a vogais, pelo que se trata de registo alfabético de matriz indo-europeia. O A foi a letra mais utilizada (ca 20%); aspeto que, segundo Ferdinand de Saussure, é típico do sistema vocálico indo-europeu (Benveniste, 1975, p. 35).

Na escrita do Sudeste Peninsular, confinada à Andaluzia Oriental e bem mais tardia que a do Sudoeste, o **IV** foi a vogal mais usada (34%) (Fletcher, 1992, p. 309).

O valor fonético do **IV** corresponde ao do *i* latino, surgindo na escrita do Sudoeste Peninsular, em genitivos do singular, quando representado uma vez em sufixos, ou do plural, quando foi repetida.

O *iota* (yôd) deriva do termo semita *yadu*, que designa braço, ou mão. A forma que surge na Península Ibérica parece ter derivado da fenícia, com ascendente semítico na imagem de mão, com dedos abertos. Todavia, na Grécia Arcaica, utilizou-se, para representar o mesmo som, o traço quebrado ou linear, ambos dispostos verticalmente, constituindo exceção o uso, em Philakopi, da forma difundida na Península Ibérica (Petrie, 1912, p. 12).

Conhece-se uma dezena de lâminas de pequenos machados, ou de enxós, de pedra polida pré-históricos, reutilizados como amuletos, no mundo romano, sobretudo do Mediterrâneo Oriental (Éfeso, Argos, Pérgamo, Esmirna, Egípto, Herculano), mostrando inscrições em letras gregas e símbolos diversos, gravados alguns milénios após a sua utilização pristina, nomeadamente as imagens de deuses celestes (Yavé, Mitra, Zeus) (Faraone, 2014). Uma letra isolada pode representar apenas uma marca, sem grande significado, mas, como sabemos, também a inicial de teónimo ou de antropónimo.



Figura 3 – Lâmina de machado de jade/nefrite, medindo 0,047 m de altura, adquirida, no século XIX, no Egípto e hoje no British Museum. Oferece inscrição grega, onde se identifica o nome de Yavé (seg. C. A. Faraone, 2014, p. 13, fig. 7).

4. CONCLUSÃO

A associação da letra referida ao fragmento de lâmina de machado, permite colocarmos a hipótese de aquela corresponder à inicial de Júpiter (*Iovi*), senhor do trovão e do relâmpago, sabendo-se que existiu culto a *Iovi Tonans*. Este teve, além de outros, templo a ele consagrado mandado erigir, segundo Suetónio (*Augustus*, 29, 90), por Augusto, em Roma (Campidoglio), em reconhecimento por não ter sido atingido por raio que caiu próximo dele e matou um seu criado, durante a campanha da Cantábria (27-25 A.C.) (Landucci Gattinoni, 1989; Gusso, 2005, p. 46). Não obstante, a tradição histórica romana indica que o primeiro templo da cidade foi erguido aquando da sua fundação por Rómulo (ca 753 A.C.), dedicado a *Iuppiter Feretrius* (aquele que fere), ali se guardando lâmina de machado de pedra, que materializaria o raio, símbolo daquela divindade.

A pequena lâmina pré-histórica de Plasencia, produzida durante o Neolítico ou Calcolítico, terá sido quando do seu achado, interpretada como cerânia, ou pedra de raio, e tida como amuleto, com poderes especiais de proteção, conforme se documenta em grande número de sociedades do nosso planeta (Gomes e Callapez, 2025). Esta hipótese esteia-se ainda no facto de naquela ser invocada a divindade romana *Iovi* (Júpiter), senhor da tormenta, através da inscrição da inicial do teónimo. A aceitarmos tal dedução, pode-

mos concluir que o culto a Júpiter, ligado ao controlo dos fenómenos atmosféricos, esteve presente no centro da Península Ibérica, através de amuleto a ele consagrado por autóctone letrado ou por sacerdote, nos primeiros tempos da romanização, dado o uso de letra do alfabeto pré-latino.

Não esqueçamos que escrever seria, então, sobretudo conhecimento e prática de sacerdotes, ligados a santuários, aspeto que haveria de perviver até à Idade Moderna.

Lâminas de machados e de enxós, de pedra polida, ainda hoje popularmente conhecidas como pedras de raio ou coriscos, são guardadas nas habitações, celeiros ou currais, tendo em vista a sua proteção contra os raios, conforme já no século V Timóteo de Gaza recomendava (Faraone, 2014, pp. 2, 17). No século seguinte, o bispo de Sevilha, Isidoro (*Isidorus Hispalensis*, 560-636, *Etymologium Libri*, XVI, 4) refere igualmente as propriedades protetoras daquelas (Santýves, 1936, p. 16).¹

O artefacto objeto da presente nota deve testemunhar aspeto desconhecido do culto a Júpiter na Península Ibérica.

¹ Na casa burguesa lisboeta em que nasci e vivi parte da minha vida, existia lâmina de machado polido de anfibólito, encontrada na Lourinhã, tida como protetora dos raios. Na Caramujeira (Lagoa), foi-me amavelmente oferecida, em 1975, lâmina de machado polido, que o seu possuidor mantinha em orifício da parede, situado junto à porta de entrada da casa onde habitava, para que nela não penetrassem raios ou maus-olhados. Todavia, na minha casa da Ericeira, aquando de fortes trovoadas, que chegavam a cortar a eletricidade, para aquele primeiro fim, acendia-se uma vela, ou lamparina, junto a bonita imagem barroca de Santa Bárbara e as mulheres presentes rezavam o padre-nosso em voz alta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEIRÃO, C. de M.; GOMES, M. V. (1985) – Grafitos da Idade do Ferro do centro e sul de Portugal, *Actas del Colóquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*, pp. 465-499, I est., Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca.

BENVENISTE, É. (1975) – *Problèmes de Linguistique Générale*, vol. I, Éditions Gallimard, Paris.

CARDOSO, J. L. (2022) – Matérias-primas não metálicas de origem geológica na Pré-História do Ocidente Peninsular: contributo para o conhecimento da sua exploração, circulação e utilização, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe Ciências*, vol. 48, pp. 39-77, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa.

CARDOSO, J. L. (2023) – Mineração, circulação e transformação de produtos geológicos não metálicos no Neolítico e no Calcolítico do Ocidente Peninsular, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 33, pp. 169-252.

CARTAILHAC, É. (1877) – *L'Age de Pierre dans les Souvenirs et Superstitions Populaires*, C. Reinwald et Cie, Paris.

FARAONE, C. A. (2014) – Inscribed Greek thunderstones as house – and body – amulets in Roman Imperial Times, *Kernos*, nº 27, pp. 1-27.

FLETCHER, D. (1992) – Comentarios sobre escritura y lengua ibéricas, *Estudios de Arqueología Ibérica y Romana, Homenaje a Enrique Pla Ballester*, pp. 301-311, Diputación Provincial de Valencia, Valencia.

GOMES, M. V. (2018) – A epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular. A sua investigação durante o século XX, *Al-Ulya*, nº 20, pp. 27-60.

GOMES, M. V.; CALLAPEZ, P. M. (2025) – Lâmina de enxó de Cacela (Algarve). Breve reflexão acerca de artefactos arqueológicos interpretados como isolados, *Portvgalia*, nova série, vol. 46, pp. 5-28.

GUSSO, M. (2005) – Il prodigio del fulmine nell'antichità, *Quaderni del Circolo Vittorioso di Ricerche Storiche*, nº 8, pp. 41-62.

LANDUCCI GATTINONI, F. (1989) – Iuppiter Tonans, *Femini Naturali e Avenimenti Storici nell'Antichità*, pp. 139-153, Contributi dell'Istituto di Storia Antica, vol. 15, Roma.

PETRIE, W. M. F. (1912) – *The Formation of the Alphabet*, British School of Archaeology in Egypt, London.

SANTYVES, P. (1936) – *Pierres Magiques: Bétyles, Haches-Amulettes et Pierres de Foudre. Traditions Savantes et Traditions Populaires*, Librairie Émile Nourry, Paris.

UNTERMANN, J. (1997) – Neue überlegungen und eine neue quelle zur entstchung der althhispanischen schriften, *Madriider Mitteilungen*, vol. 38, pp. 49-66.

VASCONCELLOS, J. L. de (1900) – Novas inscrições ibéricas do Sul de Portugal, *O Archeologo Português*, vol. V, pp. 40-42.

VASCONCELLOS, J. L. de (1906) – Acquisições do Museu Ethnologico Português, *O Archeologo Português*, vol. II, pp. 89-92.

VASCONCELLOS, J. L. de (1934) – Amostras da Secção Hespânica do Museu Ethnologico de Belém (Portugal), *Anuario del Cverpo Facvltaivo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqveólogos*, vol. I, pp. 49-59.

AS ANTIGUIDADES ROMANAS EM JÚLIO DE CASTILHO: OS CASOS PARTICULARES DO TEATRO E DAS TERMAS DOS CÁSSIOS

Lídia Fernandes¹, Carlos Cabral Loureiro²

¹ Coordenadora do Museu de Lisboa – Teatro Romano / EGEAC / lidiafernandes@egeac.pt

² Museu de Lisboa – Palácio Pimenta / EGEAC / carlosloureiro@egeac.pt

Resumo

São muitas as menções que Júlio de Castilho apresenta na sua obra *Lisboa Antiga* sobre a ocupação romana do local onde veio a nascer Lisboa. Pretende-se, neste trabalho, analisar um pouco mais detalhadamente dois dos monumentos referenciados por Júlio de Castilho: o teatro romano e as termas dos Cássios.

Em ambos os casos é possível realizar uma confrontação com os dados arqueológicos que, entretanto, foram obtidos o que permite completar a informação que atualmente se tem sobre os locais. No caso das termas, propõe-se uma reconstituição do edifício, apenas possível com as referências bibliográficas e os dados físicos que hoje sobrevivem.

Palavras-chave: Júlio Castilho, Lisboa, Teatro Romano, Termas dos Cássios.

Abstract

Julio de Castilho's work, "Lisboa Antiga", is filled with references about the roman occupation of the city of Lisbon. This paper intends to analyse, in a more thoroughly manner, two of the roman monuments mentioned by this author: the roman theatre and the roman baths described as "Termas dos Cássios".

In both cases it is possible to discuss the gathered archaeological evidence and complete the current information about the sites. In the latter, a building reconstitution is proposed, based on the physical surviving data and on the documental and bibliographic references.

Keywords: Júlio Castilho, Lisbon, Roman Theatre, Baths of the Cassii.

1. INTRODUÇÃO

O volume I da obra *Lisboa Antiga* é, quase na sua totalidade, dedicado ao passado mais remoto da ocupação humana na cidade. No entanto, a sua atenção detém-se especialmente na época romana, o que se deve, em grande medida, ao maior volume de informação de que dispunha. As Galerias da Rua da Prata, o teatro romano e as termas dos Cássios são alguns dos edifícios que mais lhe prendem a atenção e sobre os quais se detém, descrevendo em pormenor as referências conhecidas e que lhe permitiram tecer interpretações sobre os monumentos em questão.

Júlio de Castilho não se limita a um saber livresco, reproduzindo fielmente tudo o que lhe chega, sejam informações escritas ou orais. Castilho pensa os dados, perspetivando-os pelo saber académico, mas não perdendo o espírito crítico que sempre o caracterizou, ironizando consigo próprio em várias ocasiões.

Deste modo, a confrontação que hoje podemos estabelecer entre as considerações de Júlio de Castilho sobre estes dois monumentos romanos e o que a arqueologia tem colocado a descoberto, revela-se curiosa. Apesar de algumas das hipóteses apresentadas pelo olisipógrafo não se verificarem, não podemos deixar de sublinhar a pertinência das suas observações e a sua atualidade, não deixando de surpreender a ordenação do raciocínio e o seu pensamento crítico.

Quase dois séculos passados da publicação da emblemática *Lisboa Antiga*, o volume de informação que hoje possuímos sobre os dois monumentos romanos aumentou consideravelmente. No entanto, as informações que Júlio de Castilho forneceu continuam relevantes e constituem um manancial essencial para a respetiva historiografia. Se, em relação ao teatro romano nos podemos congratular pelo contínuo processo de investigação realizado, demonstrado pelos frutos alcançados, culminando na valorização do sítio arqueológico e consequente criação de um museu a ele dedicado, no caso das termas dos Cássios será difícil dizer o mesmo (Figura 1).

2. O TEATRO ROMANO EM JÚLIO DE CASTILHO

O capítulo XIII da sua *Lisboa Antiga*, é dedicada ao teatro romano o qual começa por uma lembrança de um estudioso até à data quase obscuro, José Valentim de Freitas. É precisamente Júlio de Castilho que resgata da memória este arquiteto (*Lisboa Antiga*, 1935, *Barros Orientais*, 2.ª Parte, Tomo I) o qual, como refere Vieira da Silva, teve em Júlio de Castilho o seu biógrafo.

O arquiteto José Valentim de Freitas (1791-1872) é o responsável pela realização de dezoito plantas da cidade de Lisboa, sendo a mais conhecida a cópia que elabora da planta topográfica de Lisboa anterior ao terramoto de 1755, a qual se encontrava guardada na Biblioteca Nacional em deficiente estado de conservação e que, auxiliado pelos tombos guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, igualmente realizados logo a seguir à catástrofe, foram elementos que se tornaram em preciosos auxiliares na reconstituição da antiga malha urbana da cidade assim como da sua toponímia. Apraz-nos referenciar que tais ferramentas proporcionaram a execução da planta vetorial de Lisboa antes do terramoto de 1755, tarefa executada conjuntamente com a aferição da informação arqueológica disponível, trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2005 pelos signatários (Figura 2).

É também da autoria de Valentim de Freitas o levantamento, realizado em 1859, de novas galerias identificadas na Rua da Prata pertencentes ao monumento romano aí existente e identificado em 1771. Em meados do séc. XIX, quando se procedia à reestruturação do sistema de esgotos nesta zona da cidade e à construção do atual caneiro da Rua da Prata, foram identificadas novas galerias as quais são registadas pelo desenhador José Valentim de Freitas, no âmbito do acompanhamento da obra de que fora encarregue o bibliotecário Francisco Martins de Andrade sendo que na ocasião, pertencia à Biblioteca Nacional a salvaguarda do património artístico e arqueológico do país¹.

Curioso seria se, nesta senda, também Valentim de Freitas se não tivesse interessado pelo outro monumento romano mais relevante da cidade: o teatro. Diz-nos Júlio de Castilho que, numa pequena nota inédita deste arquiteto, datada de 1851, que aquando da descoberta do teatro romano em 1798 lhe teria ficado gravado na memória a existência de uma estátua de sileno que se havia guardado na Academia de Belas Artes. São vários os pormenores e indicações de que nos dá conta Júlio de Castilho pela mão de Valentim de Freitas. Refere, por exemplo que existiam várias colunas em frente à Sé, não mencionando que eram

¹ São da autoria daquele arquiteto e do desenhador duas plantas hoje depositadas na Biblioteca Pública de Évora. Uma é posterior a outra uma vez que há diferenças no número de galerias que se encontram representadas. De sublinhar a localização do monumento na malha pombalina. Estes desenhos foram publicados por Justino Maciel (1993/1994, p. 147-156, Est. I e II).

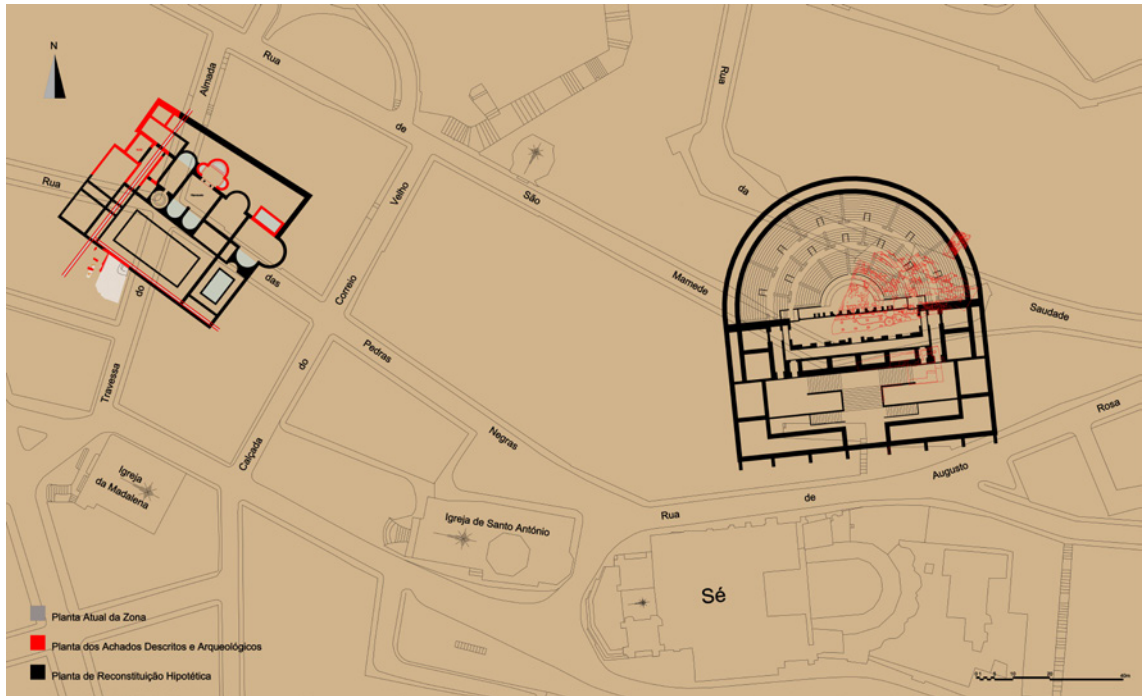


Figura 1 – Planta Vetorial de Lisboa na atualidade com sobreposição das plantas das Termas dos Cássios e do Teatro Romano (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

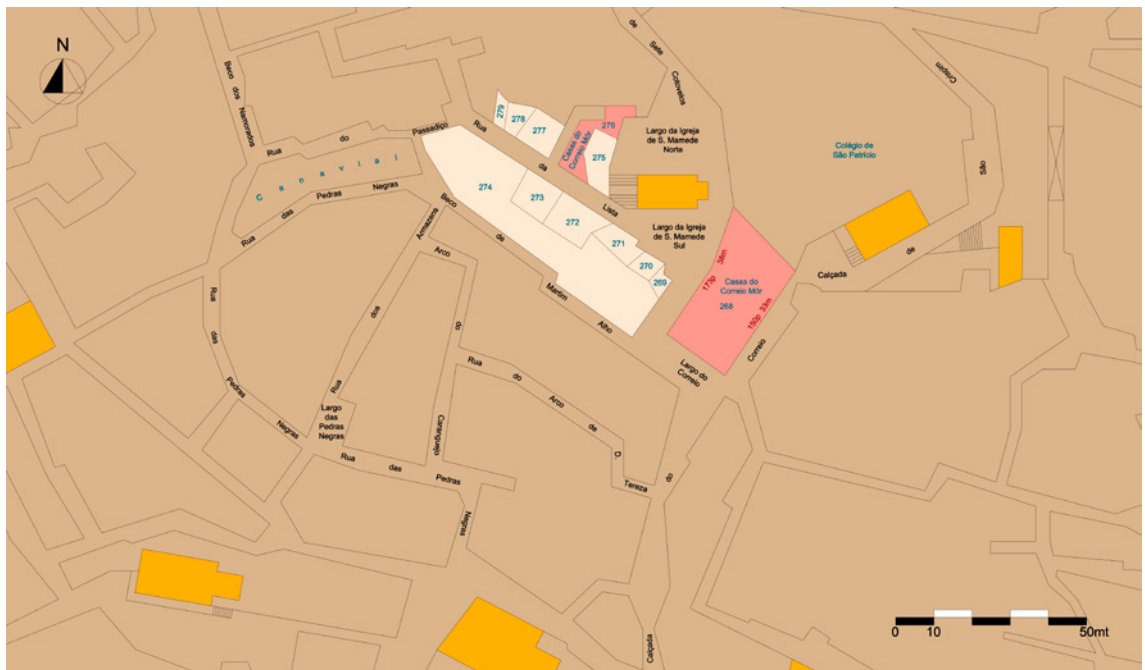


Figura 2 – Planta Vetorial de Lisboa Antes do Terramoto de 1755. Pormenor da Zona das Pedras Negras, com a Implantação dos Lotes Descritos no Tombo de 1758 (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).



Figura 3 – Reconstituição virtual do teatro romano. Fachada virada a sul com a zona correspondente ao *porticus post scaenam* (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

de urgeiro², como afirma em relação a outras que, indiscutivelmente, pertencem ao monumento cénico, o que em nossa opinião, deverá indicar corresponderem a um outro monumento romano que não o teatro. No entanto, sabemos hoje que o *porticus post scaenam* deste monumento se encontrava virado a sul aproveitando a pendente da colina até à parte lateral da Sé (Fernandes, 2006; 2007; 2013; 2017a; 2020), pelo que esta hipótese não é despreciable (Figura 3).

Refere ainda que uma outra estátua de sileno, que não chegou a ver, se encontrou nos alicerces de um edifício na Rua da Saudade. Termina Valentim de Freitas ao referir que “... quando ultimamente, neste ano de 1851, se fez o cano da rua de S. Mamede, já no fim, ao cimo da rua, apareceu debaixo da calçada, para o lado do sul, parte de uma parede feita dos ditos encheiros, de que se tiraram alguns para dar lugar ao cano” (*apud* Castilho, p. 165). Esta última informação é de sublinhar, sendo possível, apenas na atualidade, compreender cabalmente o seu significado. Somente com a intervenção arqueológica realizada entre 2001 e 2011 no interior do edifício da Rua de São Mamede n.º 3 A e B (respetivamente receção e pátio do atual Museu de Lisboa – Teatro Romano), é possível perceber o alcance desta nota tão relevante de Valentim de Freitas e que Castilho, acertadamente, compreende ao ponto de a publicar.

² “Urgeiro” é a designação comum atribuída ao biocalcare-nito, ou calcário fossilífero.

Com efeito, as fachadas dos edifícios com frente para a Rua de São Mamede situados no “plateau” da rua – único troço plano desta íngreme artéria que liga o Largo do Caldas à Rua da Saudade – aproveitam o antigo *post scaenam* (estrutura que suportava a fachada cénica) para o respetivo alicerce. Ficamos a saber, deste modo, que em 1851, foram ainda removidos silhares para a colocação de canos naquele troço de rua. É nossa convicção que aquela estrutura se encontraria em bom estado de conservação e com uma altura considerável até à reconstrução pombalina. Na intervenção arqueológica acima mencionada ficou nítido o derrube de vários silhares, alguns de consideráveis dimensões que surgiram em posição inclinada no meio de sedimentos cuja deposição igualmente indicava uma orientação de norte para sul.

Esta grande “muralha” que constituiu o *post scaenam* do teatro, construída com silhares e *opus caementicium*, foi sendo aproveitada sucessivamente ao longo dos séculos, tendo sido utilizada como parede de uma habitação do séc. XVII, que se desenvolvia para sul na impossibilidade de lhe abrir vãos para norte uma vez que tal estrutura teria uma espessura superior a 5m (Fernandes & Almeida, 2013, pp. 111-122; Fernandes, Almeida & Loureiro, 2014, pp. 19-33). Temos, deste modo, uma comprovação documental do que viemos a registar arqueologicamente passados 150 anos (Figura 4).

Júlio de Castilho ao falar do teatro baseia-se em especial na obra de Luís António de Azevedo, impressa

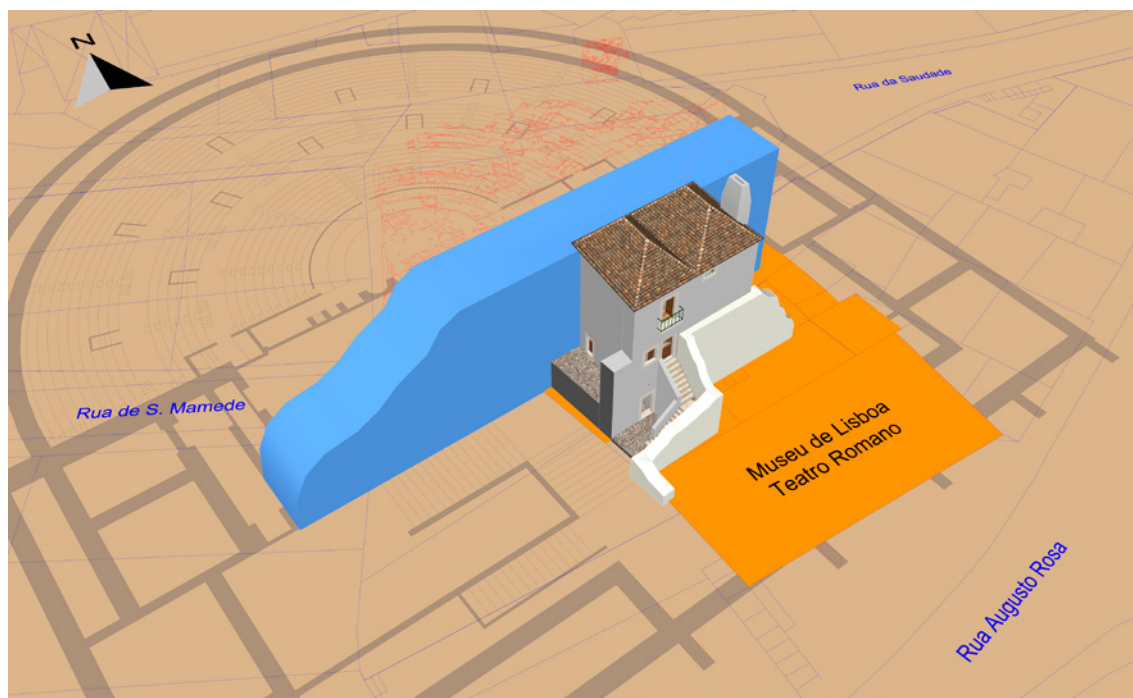


Figura 4 – Proposta de Reconstituição 3D Virtual da Casa do Século XVII e a sua implantação junto à estrutura do *post scaenam* do teatro (a azul) e em sobreposição à planta do teatro (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

em 1815. Sabemos hoje que tal obra teve grandes dificuldades de impressão por falta de verba, tendo chegado a bom porto apenas por subscrição pública publicada pelo próprio autor (Fernandes, 2017b, pp. i-xi)³.

Enuncia Castilho, o que se havia descoberto do teatro: a base do proscénio, formando quadrângulos e semicírculos; uma inscrição em honra de Nero gravada naquela estrutura; outra inscrição de libertos; duas estátuas de silenos; várias colunas estriadas e capitéis jónicos; fiadas de pedras de silharia sem argamassa nas juntas. Todo este conjunto de elementos se encontrava em desordem e destruído (Figura 5).

Sempre baseado naquela obra de Azevedo, continua Castilho sobre as causas de destruição do monumento cénico. Azevedo afirma que deverá ter sido devido a um terramoto que aquele monumento desapareceu. E nesta causa, vários cataclismos se afiguram pertinentes por tal feito. Menciona o de 382 ou 446 como prováveis por algum "... esboroamento do morro do castelo" que teria destruído o teatro. Esta ideia é reforçada pelo facto de Azevedo concluir que, aquan-

do dos terramotos que a cidade sofreu no séc. XVI, concretamente em 1504, 1531 ou 1536, já nada se manteria do teatro pois se assim não fosse decerto que os autores quincentista o mencionariam, como seria o caso de Francisco de Holanda.

No entanto Castilho é de opinião diversa e é de opinião que, na primeira metade do séc. XIV, ainda o teatro romano de Lisboa se encontraria de pé e bem visível. A esta conclusão chega pelo facto de ter identificado num selo da Câmara de Lisboa, datado de 1352, o que lhe parece ser o hemicírculo do teatro, ou seja, as bancadas (Figura 6). Este selo apresentado por Júlio de Castilho é reproduzido na *História Genealógica ...* de D. António Caetano de Sousa, datado de 1352 (hoje desaparecido). Também Lancaster e Távora, Marquês de Abrantes, publica um outro selo pendente na sua obra *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa* (Lancaster e Távora [= Abrantes], 1983) constante de um documento de arrematação do escudeiro Martim Roiz Balestro e datado de 1346 (Era 1384).

Bem gostaríamos que tal tivesse acontecido pois decerto se assim fosse haveria bem mais hipóteses de nos ter chegado mais do que se conservou deste emblemático monumento da cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*. Temos por certo, porém, que no séc. XII ou,

³ Agradecemos esta referência a Gonçalo Pereira, Diretor da Revista *National Geographic – Portugal* que, com grande amabilidade, nos facultou.

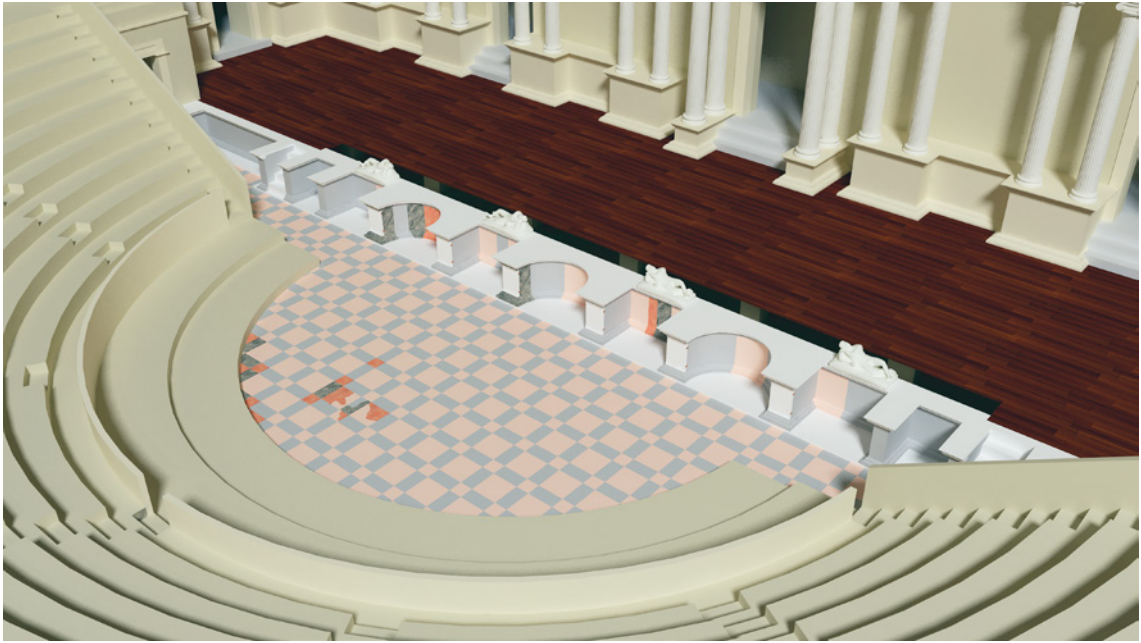


Figura 5 – Reconstituição da *orchestra* e *proscenium* do teatro (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

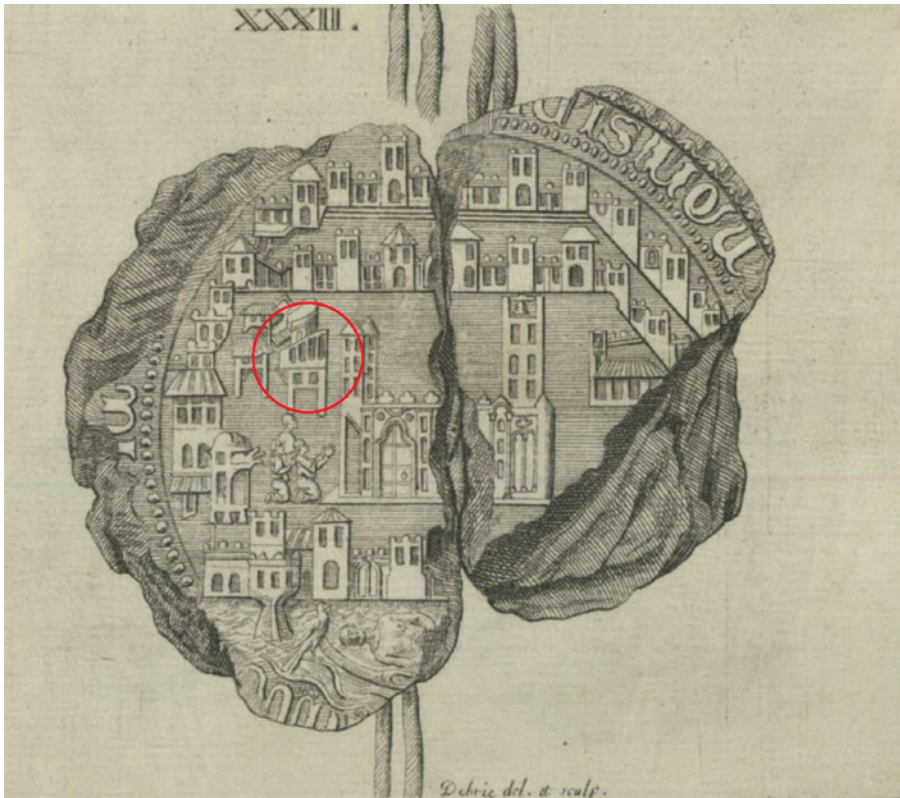


Figura 6 – Gravura que reproduz o selo pendente publicado por Marquês de Abrantes em 1983. (Adaptado de *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa ... 1735-1749*, tomo IV, p. 77).



Figura 7 – Reconstituição provável das bancadas do teatro. (Desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

provavelmente mais cedo, já nada restaria daquele edifício. A destruição não terá sido causada por terremoto embora os muitos que a cidade sofreu lhe possam ter sublinhado a ruína. O que a arqueologia nos informa é, no entanto, algo distinto.

Entre 1989 e 1993 quando se procedeu à escavação da Rua da Saudade, tendo sido identificado o miolo da parte inferior das bancadas, ficou bem patente que a destruição do teatro havia sido paulatina, mais se aproximando de um abandono generalizado do que de uma destruição intencional. Das bancadas apenas se conservava a *opus caementicium* que formava a sua estrutura interna, não se mantendo um só silhar *in situ*⁴, no entanto, presenciavam-se silos escavados na rocha e no cimento romano, situados a meio da *imma cavea*, com materiais de cronologia alto medieval⁵.

⁴ Na verdade, restavam dois de pequenas dimensões, mas feitos de um arenito friável e em tal deficiente estado de conservação, que já pouca serventia teriam em outra construção. Infelizmente não existe relatório de escavação destas campanhas arqueológicas.

⁵ Da relação destes materiais não existe registo. A intervenção teve como responsável científico Dias Diogo que nada escreveu em relação ao assunto. O que aqui mencionamos deve-se, em exclusivo, ao facto de um dos signatários (L. F.) ter participado nas intervenções arqueológicas enquanto arqueólogo do então Gabinete Técnico do Teatro Romano.

Também nesta campanha arqueológica foi identificado um dos *vomitoria* do teatro tendo sido reconhecido no seu interior uma ocupação posterior (Figura 7). Alguns destes dados foram publicados mencionando-se a recolha de materiais no nível de pavimento da habitação resultante da reconversão do antigo *vomitorium*, concretamente alguns fragmentos de ânforas de produção oriental: paredes, um colo com asa e um fundo (Diogo, 1993, p. 222-224, fig. 11; 2000, p. 174, fig. 3).

Somente em 2015 tivemos oportunidade de intervir novamente o interior do sítio arqueológico, tendo-se procedido à remoção das estruturas arqueológicas de cronologias posteriores ao teatro romano, perante a grande dificuldade de leitura que o imbricado das estruturas exumadas de várias épocas proporcionava (Figura 8).

Assim, no espaço do antigo *vomitorium* terá funcionado uma cozinha, conservando-se ainda uma pequena área de lareira não intervencionada na década de 1990. Daqui foi exumado o fundo de uma ânfora de produção oriental datada entre o séc. IV e inícios do VII d.C., com pico produtivo no século VI (Fernandes, Calado & Grilo, 2022). Outros materiais foram recolhidos em 2015 num total de 23 fragmentos, correspondentes a ânforas, cerâmicas de armazenamento, cozinha e mesa.

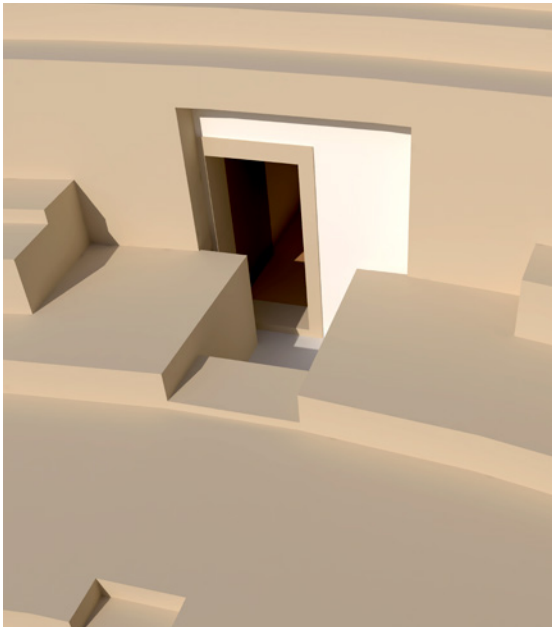


Figura 8 – Reconstituição hipotética da habitação tardia instalada no vomitorium do teatro (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

Também em 2015 removemos estruturas dos sécs. XVI / XVII e primeira metade do séc. XVIII no limite nascente do sítio arqueológico, tendo sido no decurso desta ação que foram identificados vários silos cuja fase de abandono pode ser situada no séc. XII. A particularidade destas estruturas é que a sua parte inferior se inseria no próprio afloramento rochoso sendo que, na altura, já haviam sido removidos todos os silhares que formavam, originalmente, o nível de circulação do teatro (Figura 9).

Significa este dado que, antes do séc. XII ou nos seus inícios, os silhares do pavimento do teatro já não se encontravam no local. Estes dados são corroborados também por um documento medieval, publicado por Aires Augusto de Nascimento (1988, p. 51) e o qual já tivemos oportunidade de analisar detalhadamente (Fernandes, 1994, pp. 239-242).

O documento mencionado, anterior a 1185, diz o seguinte: “Tendo ele, por ordem do rei, saído à procura de lugar onde com alguma facilidade pudessem extrair pedras para a construção da igreja, aconteceu que só com extrema dificuldade e com grandes dispendios conseguiam em Lisboa pedras de cantaria.



Figura 9 – Perspetiva de nascente para poente do interior do teatro romano (zona do *aditus maximus*), estando sinalizados alguns dos silos aí identificados na intervenção arqueológica de 2015.

É assim que, andando nessa intenção a dar volta aos lugares mais adequados, a mula em que ia, ao atravessar penedias e ladeiras, calhou de escorregar de repente, atirou para longe de si a carga que transportava e, para molestar ainda mais o cavaleiro que havia atirado sobre as pedras, caiu-lhe em cima a revolver-se com o peso do corpo”.

Comprova-se deste modo, a falta de pedra para arranjos que a Sé Catedral necessitava, confirmando-se que na sua envolvente não existia pedra disponível. Caso permanecessem à vista silhares nas imediações da Sé, naturalmente que os mesmos seriam aproveitados não havendo necessidade de infligir tais penas ao pobre mestre que caiu da mula ...

3. AS TERMAS DOS CÁSSIOS EM JÚLIO DE CASTILHO

As termas dos Cássios estiveram, por muito tempo, somente comprovadas por uma inscrição, datada de 336 d.C. onde se refere a renovação então mandada fazer no edifício. A epígrafe, entretanto, desaparecida, foi encontrada em 1771 aquando da reconstrução do palácio do Correio-Mor, depois Palácio de Penafiel, tendo a notícia do seu aparecimento chegado até nós através do manuscrito intitulado “Notícia das *Thermas* ou banhos Cassianos, e outros monumentos romanos modernamente descobertos na cidade de Lisboa” da autoria de D. Tomás Caetano de Bem e datado de 1790⁶.

É precisamente este o documento em que Júlio de Castilho se baseia para o que descreve no Capítulo XI do volume I da *Lisboa Antiga* sobre o monumento romano. Depois de citar aquele autor, descrevendo o edifício e recorrendo ao que já havia sido publicado, nomeadamente por Francisco Martins de Andrade e Borges de Figueiredo⁷, o autor dedica-se ao monu-

⁶ Manuscrito existente na secção de “reservados” da Biblioteca Nacional de Lisboa, cota: BNL COD 104.

⁷ Reproduzimos a nota bibliográfica de Júlio de Castilho que nos documenta a precisão e rigor na indicação das suas fontes: Nota 1 “*Memória acerca duns restos de Thermas Romanas existentes em Lisboa*, por Francisco Martins de Andrade, 1859 – Fundo geral da Biblioteca Nacional nº 8:468. – A mesma, em linguagens de papel para a tipografia, idem, nº 7:619. – Os desenhos respectivos estão nos mss. Iluminados, nº 162; são as estampas nº VII a IX. / O manuscrito vem extractado na *Revista Archeologica*, publicada sob a direcção de A. C. Borges de Figueiredo, volume III, 1889, a pág. 149. – O artigo é acompanhado com os desenhos da planta e cortes da construção, que vai reproduzido na pág. 138” (Castilho, 1935, vol. 1, p. 39).

mento. Nas considerações que apresenta destacam-se alguns aspetos: descrição sumária do edifício; a leitura da inscrição acima mencionada e que depois será publicada por Vieira da Silva na sua obra *Epigrafia de Olisipo* (1940, nº 22) e a descrição de uma estatueta que se encontraria dentro de um nicho que, por sua vez, se abria num dos nichos, ou *exedrae*, do compartimento conservado das termas.

Detemo-nos mais pormenorizadamente neste último aspeto. Descreve assim Júlio de Castilho, a referida estatueta: “Era de mármore branco; representava um guerreiro romano, a modo um general: elmo, pescoço nu, armadura; sobre o peito esculpido um sol; sobre o ventre duas esfinges aladas. Na mão esquerda um escudo, onde se divisava em relevo a loba a amamentar Rómulo e Remo. Na cabeça, num braço, e numa perna, alguns destroços, causados do tempo ou de circunstância fortuita.” (1935, p. 140).

Infelizmente esta peça não se conservou. Reproduzimos o desenho apresentado por Vieira da Silva da autoria de J. Espinho (1944, p. 91)

Poder-se-ia pensar ser a escultura uma imagem de Augusto do tipo “*Prima Porta*”⁸. Nesta escultura, Augusto é representado de pé, com o braço direito levantado e ostentando, sobre uma túnica, uma couraça militar onde se encontram representadas cenas historiadas. Ainda que não sejam unânimes as interpretações sobre as duas figuras principais aí representadas – uma com couraça tendo por trás das suas pernas uma loba ou um cão, talvez em alusão à lenda de Rómulo e Remo; outra com umas calças largas e túnica cintada, à maneira asiática, segura nas mãos uma insígnia militar, encimada por uma águia, parecendo oferecê-la à figura defronte (Reis, 2015, p. 361). Esta cena tem sido interpretada como uma alusão à batalha de Carras no ano 20 a. C., concretamente a “... recuperação das insígnias militares perdidas por Marco Crasso na desastrosa batalha de Carras, ocorrida em 53 a. C. Este episódio histórico, conseguido por via diplomática, revestia-se de particular significado político para Augusto, uma vez que vinha restaurar a glória militar de Roma anteriormente perdida” (Pereira, 2009, p. 469).

A reprodução de uma escultura como esta, com a importância de que se revestia, não nos parece ter cabimento no local indicado das termas. A “estatueta”

⁸ Esta designação deve-se ao facto de, em 1863 ter sido encontrada uma estátua que representava Octávio (Augusto desde 16 de janeiro de 27 a. C.), sobrinho-neto de Júlio César, numa *villa* situada a norte de Roma e próximo da *Prima Porta*, daí a designação dada à estátua.

de que nos fala Júlio de Castilho não se coaduna com a representação de Augusto, nem pela sua dimensão – o termo “estatueta” refere-se obrigatoriamente, a uma pequena estátua – nem pelo local. Somos de opinião que se tratará da representação guerreira de *Mars Ultor* (Figuras 10 e 11).

Esta divindade é representada em época romana não de corpo nu ou com clâmide, habitual na iconografia grega, mas como uma personagem barbuda com couraça e elmo, sendo o protótipo desta figura o *Mars Ultor* do templo dedicado por Augusto em comemoração da vitória na batalha de Filipos (Macedó-

nia), em 42 a.C. Esta batalha foi decisiva opondo Marco António e Augusto (Segundo Triunvirato) a Marco Júnio Bruto e Caio Cássio Longino, os assassínios de Júlio César.

Mars Ultor é representado com elmo e com couraça, como se fosse um militar. Pensamos ser mais natural a presença de uma pequena estátua deste tipo no nicho da *exedrae* do que a de uma imagem imperial. *Mars Ultor* desempenha um lugar de grande relevância na política de Augusto, que lhe dedica, um templo no fórum no ano 2 a.C. e é o protetor da Paz Romana (Panhuysen, 2000, pp. 11-21).



Figura 10 (à esquerda) – Desenho constante da obra de Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo* (1944, p. 91) e que reproduz a estatueta que se encontrava num dos nichos das termas dos Cássios.

Figura 11 (à direita) – Estátua de “Mars Ultor”, séc. I-II d.C. dos Museus Capitolinos, Roma. http://www.museicapitolini.org/fr/percorsi/percorsi_per_sale/palazzo_nuovo/atrio/statua_colosale_di_marte_pirro (acedido 25/11/2019).

Surge-nos, assim, uma contradição em Júlio de Castilho. O autor emprega sempre o termo “estatueta” quando na verdade, Caetano de Bem se refere à mesma de forma bem distinta. Reproduzimos o que nos diz “... neste nicho pequeno se descobriu huma Estátua de excelente mármore de cor branca, e de figura humana: algo tanto *damnificada no rosto, n’hum braço e n’hum perna*. A sua estatura era ordinaria, vestida ao traje Militar dos Romanos: o seu ornato porrem segundo o habito Imperatorio, ou dos Generaes Romanos. No elmo *crysta*, e folhagem: o colo ou peçoço nu; e o corpo se representava coberto de aço ou ferro, de modo que chamaríamos armas brancas. Na parte superior destas sobre o peito a figura do Sol; e logo mais abaixo duas Esfinges, ou serpentes com rosto humano e azas. O braço do cotovello em diante nú:

da mão esquerda pendente hum escudo também de mármore, aonde se via esculpida a figura de uma loba dando de mamar a dois meninos, isto he, a Romulo e Remo também nós. O pé calçado ao modo Romano, isto he, somente com a cáliga, e o mais da perna até ao joelho nú»⁹.

A estátua afinal não seria pequena, e feita de belo mármore branco. Com efeito, Castilho indica a altura de 5 palmos, o que corresponde sensivelmente a 1,10 m, para o nicho onde a mesma se encontrava.

E este aspeto leva-nos a um outro que é o facto de ter sido encontrada em 2014 uma peça com um baixo-relevo, em mármore, que deverá ter pertencido às

⁹ Vide n. 6.

termas dos Cássios¹⁰. Apesar de a figura em relevo se encontrar bastante danificada podemos observar que se trata de uma representação masculina, nua, apenas com uma faixa de tecido que rodeia o corpo passando pelo ombro direito e atando ao nível do torso, do lado oposto. Duas pontas soltas apresentam um claro efeito naturalista (Figura 12).

Um aspeto relevante é o facto de um dos pés parecer um casco o que nos leva a colocar a hipótese de tratar do deus Lupérculo, ou Silvano, divindade plenamente romana. Infelizmente não conseguimos perceber outros atributos uma vez que um dos cantos superior da peça se encontram partidos, assim como a cara da figura representada. Outra hipótese é ser um sátiro ou um fauno. O tardo do da peça é arredondado, como se estivesse num nicho. Uma concavidade circular na parte inferior indica que a peça seria aí fixada. Na parte superior três outras concavidades assegurarão a fixação por esse lado.

Do órgão genital um orifício permitia a saída de água, em repuxo, semelhante ao contemporâneo “Manneken Pis” da cidade de Bruxelas. A água entrava pela parte superior da cabeça, como aliás tivemos oportunidade de comprovar e saíria, em repuxo, para uma possível bacia que recebia a água. Não podemos deixar de pensar que esta pequena estatueta poderia estar localizada num idêntico nicho onde estaria aquela que pensamos ser de *Mars Ultor*. Quanto à sua cronologia é difícil ter certezas devido ao facto de a figura estar incompleta. Pensamos, no entanto, que deverá ser atribuível aos finais do séc. I ou séc. II d.C. O trabalho escultórico não é deficiente, com algum efeito naturalista e o mármore é de boa qualidade, talvez proveniente da zona de Vila Viçosa, sendo bastante quartzítico. Não podemos deixar de pensar que o capitel que adiante mencionaremos, datável do séc. IV d.C., empregará o calcário e não aquele material.

Em relação ao monumento, Júlio de Castilho refere que “a bôca do nicho da piscina olhava para o sul; que aos lados havia outros dois nichos mais pequenos, fabricados de pedra grosseira; que pela parte posterior corria o cano de água; e que em distância de 30 pés se deu com um grande reservatório ou cisterna, que na obra nova ficou situada debaixo de uma escada interior do palácio do Correio-mor. A nascente presumiu-

¹⁰ Esta peça foi encontrada na rua por Pedro Miranda a quem agradecemos o alerta e o facto de ter salvado este elemento da quase certa destruição. Esta peça foi depositada no então Museu da Cidade, hoje Museu de Lisboa e integrará a sua exposição permanente.



Figura 12 – Peça com figura em baixo-relevo de divindade (fotografia Lídia Fernandes, Museu de Lisboa – Teatro Romano / EGEAC).

-se que devia provir do côncavo do monte do castelo ...” (1935, p. 142).

E tinha o autor toda a razão nestas considerações. Como ele também pensamos que o edifício encostaria à colina do atual Castelo de S. Jorge e que se viraria para sul. A sua implantação seria num terraço ou plataforma, preparada para o efeito, de forma a criar um leito mais plano para o assentamento do edifício termal, mas aproveitando a pendente e abrindo-se a sul. Do mesmo modo, também pensamos que as nascentes naturais da colina devam ter sido aproveitadas.

O que o autor não sabia, nem poderia saber, é que o edifício termal seria consideravelmente maior. Hoje continuamos sem saber os seus limites, mas a intervenção arqueológica feita entre 1991 e 1998, em quarteirão contíguo situado a poente - Rua das Pedras Negras 22-28 e Rua de S. Mamede n.º 23 por ocasião dos trabalhos de adaptação dos edifícios a sede da Secretaria-Geral do então Ministério das Obras Públicas, foi



Figura 13 – Planta atual com a localização das estruturas arqueológicas identificadas na década de 1990 e dos vestígios descritos por Júlio de Castilho (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

identificado o prolongamento das termas¹¹. Também em intervenção realizada no jardim do Palácio de Penafiel foi detetado um muro de contenção de terrenos no seu canto nordeste o que confirma a necessidade de reforçar, desse lado, a colina (Figura 13). Na mesma ocasião foi recolhido um capitel jónico que datamos do séc. IV d.C., cronologia que se coaduna com a data de remodelação do edifício termal (Fernandes, 2009, p. pp. 223-239).

No edifício do lado poente destaca-se o aparecimento de parte do *hypocaustum*, já no limite nascente do edifício e que se prolongaria para a rua, assim como de dois compartimentos e um corredor de circulação, revestido a *opus signinum*, por baixo do qual foi identificado uma *cloaca*. Esta estrutura localiza-se subjacente a um corredor com a mesma orientação, sensivelmente nordeste/sudoeste, com 1,20m de altura e cerca de 0,65m de largura, sendo as paredes e abóbada em alvenaria de pedra. Esta estrutura foi reconhecida numa extensão de 21m para sul e prolongando-se nesse sentido.

¹¹ Infelizmente não existe qualquer relatório (digno desta designação) da intervenção arqueológica então realizada que teve como responsável científico A. Dias Diogo, sendo a intervenção arqueológica realizada por um dos signatários assim como por outros técnicos do depois extinto Gabinete Técnico do Teatro Romano.

A área ocupada pelas estruturas arqueológicas no edifício situado entre a Rua das Pedras Negras e a Travessa com o mesmo nome permite perceber que se trataria de um edifício de grandes proporções, ideia reforçada pelo facto de, em 2015, novos vestígios terem sido encontrados em outro quarteirão a sul deste último (concretamente Rua das Pedras Negras nº 35 a 41 / Travessa do Almada nºs 1-3-7-9 / Travessa das Pedras Negras nºs 2/2a/2b) (Gomes, Ponce & Filipe, 2017, pp. 349-365). Na publicação parcial dos dados desta intervenção, referem os autores o aparecimento de um fuste de seis faces ao qual atribuem uma cronologia romana, associando-o a um capitel (Gomes, Ponce & Filipe, 2017, p. 358, fig. 15), precisamente igual ao acima mencionado e surgido em 1991, em contextos islâmicos no jardim do palácio de Penafiel e que foi objeto de uma análise circunstanciada em 2009 (Fernandes, 2009, p. 223-239). Aquela coluna não é romana, nem pode ser associada ao capitel, antes deverá ser enquadrada em contextos de época moderna, tendo pertencido a uma qualquer edificação que não, naturalmente, as termas dos Cássios.

Tradicionalmente, atribui-se a edificação destas termas a *Quintus Cassius Longinus* e seu irmão *Lucius Cassius*, em data anterior a 49 a.C., quando o primeiro desempenhou as funções de propretor da Hispânia Ulterior e o segundo o lugar de legado de propretor. Esta atribuição cronológica é feita em 1859 por Francisco

Martins de Andrade na sua “Memória acerca duns restos de thermas romanas existentes em Lisboa”, manuscrito existente na Biblioteca Nacional e onde reproduz o texto de D. Tomás Caetano de Bem. Não há, porém, certezas em relação à data recuada da construção original do edifício. Sabemos que as *Thermae Cassiorum* foram remodeladas em 336, obras comprovadas pela inscrição, encontrada no local no século XVIII por Caetano de Bem e depois incluída na obra de Vieira da Silva e tem a seguinte tradução: “termas dos Cássios, renovadas desde os alicerces por mandado de Numério Albano, ilustríssimo varão, Governador da província da Lusitânia; [sendo] superintendente da obra Aurélio Firmo, [e] cônsules Nepociano e Facundo” (1944, pp. 114, 115, n.º 22).

Esta inscrição encontrava-se gravada num tijolo, ou “mattono de cor vermelha” como refere Caetano de Bem, que estava colocado num dos nichos por ele identificado. As medidas deste tijolo são: 45 cm de altura por 67,5 cm de comprimento. O termo “renovat(a) a solo”, que é traduzido por “renovadas desde os alicerces”, inspira algumas dúvidas, como já tivemos

oportunidade de referir, devendo entender-se no sentido de valorizar o investimento e a grandiosidade da alteração, feita com o intuito de esconder ou subvalorizar o edificado anterior. A frase “renovadas desde o solo” significa, quanto a nós, uma renovação e não, precisamente, como se pretende afirmar na inscrição, de forma literal, um derrube total do anterior edifício (Fernandes, 2009, p. 202).

Em relação a esta inscrição diz-nos José d’Encarnação (2009, pp. 481-494), recorrendo à extensa bibliografia onde a mesma vem publicada, que se encontraria pintada num tijolo. Também o desenho apresentando por Caetano de Bem assim o indica, estando localizada um pouco acima do mencionado nicho da estatueta, que acima referimos e entretanto desaparecida (Figura 14).

Mercê da recolha de todas as informações, documentais e arqueológicas, até ao momento conhecidas, nas quais se inclui o trabalho de Pilar Reis dedicado às termas e balneários da Lusitânia (2014, vol. 1, p. 261-272 e figs. correspondentes), intentámos uma reconstituição do edifício termal. Embora a ausência de dados arqueológicos impeça uma maior segurança na reconstituição que apresentamos acreditamos que este exercício trará novas perspectivas sobre este edifício (Figuras 15, 16). Os dados arqueológicos são os fornecidos pela intervenção realizada na década de 1990 e onde participou um dos signatários (Fernandes, 1997, vol. 1), para além da intervenção realizada a sul, em quarteirão contíguo localizado entre a Rua das Pedras Negras e a Travessa das Pedras Negras em 2014, também por um dos signatários¹². A estes dados juntaram-se as informações mais recentes da intervenção realizada neste último local (Rua das Pedras Negras nº 35 a 41 / Travessa do Almada nºs 1-3-7-9 / Travessa das Pedras Negras nºs 2/2a/2b) (Gomes, Ponce & Filipe, 2017, pp. 349-365).

Foi a conjugação de todos estes elementos, assim como a análise do elemento arquitetónico recolhido em 1992, igual ao recolhido no quarteirão situado a sul (Gomes, Ponce & Filipe, 2017, pp. 349-365)¹³ que nos permitiu realizar as propostas de reconstituição, optando pela aplicação da ordem jónica (Figuras 17 e 18).

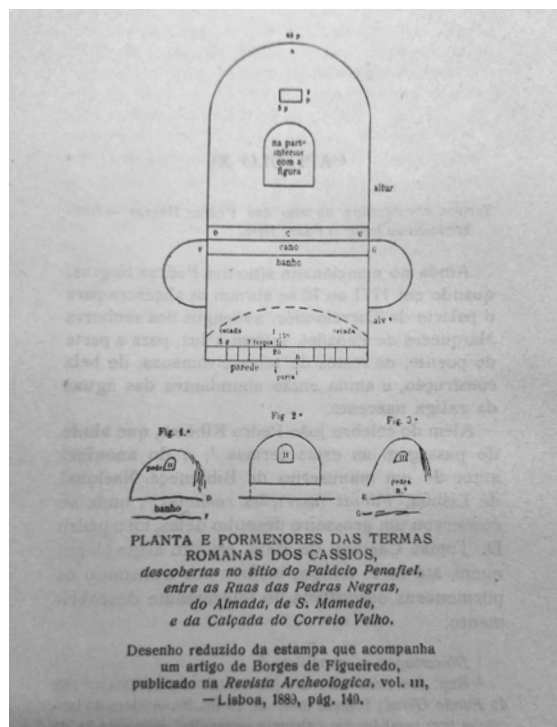


Figura 14 – Figura constante da obra de Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga – Bairros Orientais*, Vol. I, (2ª ed.), Lisboa, 1935, p. 138 e que reproduz o desenho publicado por Borges de Figueiredo o qual, por sua vez, o copia do manuscrito de Tomás Caetano de Bem.

¹² Intervenção arqueológica que logrou identificar vestígios anteriores ao terramoto de 1755 e auxiliou numa reconstituição do urbanismo pré-pombalino desta área (Fernandes & Calado, 2017, pp. 200-203).

¹³ É de referir um outro fragmento de *pulvinus* recolhido na mesma altura, mas decerto anterior à cronologia evidenciada pelo exemplar jónico que agora apresentamos.



Figura 15 – Proposta de reconstituição dos nichos descritos por Júlio de Castilho (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

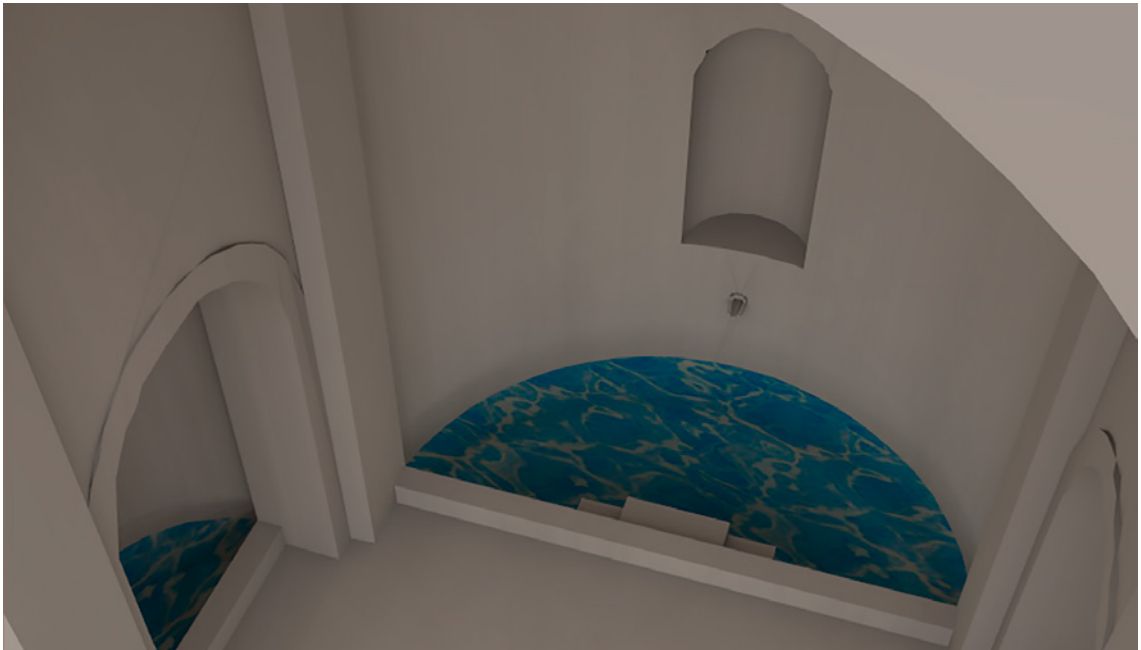


Figura 16 – Proposta de reconstituição dos nichos descritos por Júlio de Castilho (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).



Figura 17 – Perspetiva do interior do peristilo virado ao vale (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC). Ao lado o capitel jónico recolhido em 1992 (fotografia de Lídia Fernandes).



Figura 18 – Perspetiva do interior do peristilo virado ao vale (Desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC). Do lado direito o capitel jónico recolhido em 1992 (Fotografia de Lídia Fernandes).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se em relação ao teatro romano a investigação realizada até ao momento tem produzido avanços significativos no conhecimento, de tal forma que a reconstituição que propomos para o mesmo não nos suscita grandes dúvidas, o mesmo não podemos dizer em relação às termas dos Cássios.

Assim, perante a inexistência de qualquer projeto de musealização das estruturas das termas dos Cássios surgidas em 1991, este é o contributo possível para não deixarmos cair no esquecimento este importante monumento romano da cidade de Lisboa.

Continuamos com grandes incógnitas numa reconstituição do urbanismo da antiga cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*. Somos de opinião que as tentativas de reconstituição da volumetria dos edifícios permitem chegar a importantes conclusões, embora não sejam mais do que na verdade são, instrumentos de trabalho que permitem avançar com modelos interpretativos. No entanto, nem tudo é passível de reconstituição incorrendo-se no erro de criar uma imagem que nada tem a ver com a realidade.

Por fim, terminaríamos este pequeno trabalho com uma frase de Júlio de Castilho que permanece inteiramente atual e a qual, subscrevemos: “Isso que se ficou sabendo é pouco. Essas antigualhas, ao aparecerem, deveriam ser explicadas pelos técnicos, comentadas pelos arqueólogos, conservadas quanto possível, embora aos fragmentos, nos museus municipais. Fica mal às câmaras tratarem assuntos destes como insignificâncias; dão triste medida das suas posses intelectuais”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Marquês (1983) – *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação.

BEM, D. Thomas Caetano de (1791) – *Notícia das termas ou banhos cassianos, e outros monumentos romanos, modernamente descobertos na cidade de Lisboa*. Manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa – Secção de reservados (cota: Cod. 104).

CASTILHO, Júlio de (1935) – *Lisboa Antiga*. Vol. I, Lisboa.

DIOGO, A. M. D. (1993) – “O teatro romano de Lisboa. Notícia sobre as atuais escavações” in *Teatros Romanos de Hispania*. Múrcia: Collegio de Arquitectos de Múrcia (Col. Cuadernos de Arquitectura Romana, n.º 2), pp. 217-224.

DIOGO, A. M. (2000) – As ânforas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3:1, pp. 163-179.

ENCARNAÇÃO, José d’ (2009) – “As termas dos Cássios em Lisboa: ficção ou realidade?” in Gorges, J.-G.; Encarnação, J.; Nogales Basarrate, T.; Carvalho, A. (coord.) *Lusitânia Romana – Entre o Mito e a Realidade*. (Actas da VI Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana – 2004). Cascais: Câmara Municipal, pp. 481-493.

FERNANDES, Lúcia (1994) – “Teatro romano de Lisboa: novos elementos sobre a sua história no período medieval” in Arnaud, J. (coord.) *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 239-242.

FERNANDES, Lúcia (1997) – *Capitéis Romanos da Lusitania Ocidental*. 4 vols. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

FERNANDES, Lúcia (2006) – “O Teatro de Lisboa – intervenção arqueológica de 2001” in *III Jornadas Cordobesas de Arqueologia Andaluza – Los Teatros Romanos de Hispania* (Córdoba, 12-15 novembro 2002). Córdoba: Universidad, pp. 181-204.

FERNANDES, Lúcia (2007) – Teatro Romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Al-Madan*, 15, pp. 27-39.

FERNANDES, Lúcia (2009) – Capitel das *Thermae Cassiorum* de Olisipo (Rua das Pedras Negras, Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*: 12:2, pp. 223-239.

FERNANDES, Lúcia (2013) – “Teatro romano de Olisipo: a marca do novo poder romano” in Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C. (eds.) *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 765-773.

FERNANDES, Lúcia (2017a) – “Aspetos construtivos do teatro romano de Lisboa: matérias-primas e técnicas edificativas” in Arnaud, J. M.; Martins, A. (eds.) *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1265-1278.

FERNANDES, Lúcia (2017b) – *Dissertação Crítico-Filológica-Histórica [...] de Luís Antonio de Azevedo* (prefácio). Lisboa: Museu de Lisboa – Teatro Romano, pp. i-xi.

FERNANDES, Lúcia (2020) – “El post scaenium del teatro romano de Felicitas Iulia Olisipo / Lisboa” in Ramallo Asensio, S. F.; Ruiz Valderas, E. (eds.) *La porticus post scaenam en la Arquitectura Teatral Romana* (Actas del Symposium Internacional). Murcia: Universidad de Murcia, Fundación Teatro Romano de Cartagena, pp. 231-240.

FERNANDES, Lúcia; ALMEIDA, Rita Fragoso de (2013) – “Um Celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do séc. XVI à actualidade” in Teixeira, A.; Bettencourt, J. A. (eds.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. 1. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, pp. 111-122.

- FERNANDES, Lúdia; ALMEIDA, Rita Fragoso de; LOUREIRO, Carlos (2014) – Entre o teatro romano e a Sé de Lisboa: evolução urbanística e marcos arquitectónicos da antiguidade à reconstrução pombalina. *Revista de História de Arte*, 11, pp. 19-33.
- FERNANDES, Lúdia; CALADO, Marco (2017) – “Pavimentos seiscentistas do antigo Arco de D. Tereza” in Fernandes, L.; Bugalhão, J.; Fernandes, P. A. (eds.) *Debaixo dos nossos pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. (catálogo da exposição). Lisboa: Museu de Lisboa, pp. 200-203.
- FERNANDES, Lúdia; CALADO, Marco; GRILO, Carolina (2022) – Contextos Tardios no teatro romano de Lisboa: reconversão de espaços monumentais. *Arqueologia & História*, 73, pp. 37-45.
- GOMES, Sofia de Melo; PONCE, Mónica; FILIPE, Victor (2017) – “A Intervenção Arqueológica no âmbito do Projecto de Arquitectura «Apartamentos Pedras Negras»” in Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R. B. (coord.) *Uma cidade em escavação. Actas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 349-365.
- LANCASTRE E TÁVORA (D. Luís Gonzaga de) [Marquês de Abrantes e de Fontes] (1983) – *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado do Ensino Superior. Ministério da Educação.
- MACIEL, M. Justino (1993/1994) – A propósito das chamadas «conservas de água da Rua da Prata». *Conimbriga*, 22-23, pp. 145-156.
- NASCIMENTO, Aires Augusto; GOMES, Saul (1988) – *São Vicente de Lisboa e seus Milagres Medievais*. Lisboa: Didaskalia.
- REIS, Pilar (2014) – *De Lusitaniae Urbium Balneis. Estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia Romana* (2 vols.). Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- REIS, Telmo C. (2015) – “Entre o céu e a terra, a glória de Roma: a estátua de Augusto da Prima Porta revisitada” in Veríssimo, N.; Santos, T. P. (eds.) *Universidade da Madeira: 25 anos*. Funchal: Universidade da Madeira, pp. 130-147.
- SOUSA, António Caetano de (1735-1749) – *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa: desde a sua origem até o presente, com as Famílias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança* / por Antonio Caetano de Sousa, Clerigo Regular. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. Tomo IV (Cota digital: <https://purl.pt/776>, acedido a 2 de outubro 2025).
- PANHUYSEN, Titus A. S. M. (2000) – “À propôs du pilier tibérien de Nimègue” in Walrer, H. (ed.) *La Sculpture d'Époque Romaine dans le Nord, dans l'Est des Gaules et dans les Régions Avoisantes: Acquis et Problématiques Actuelles* (Actes du Colloque International). Besançon: Press Universitaires Franc-Comtoises, pp. 11-21 (Collections Annales Littéraires, 694).
- PEREIRA, M. H. Rocha (2009) – *Estudos de Historia da Cultura Clássica, II – Cultura Romana*, 4. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVA, Vieira da (1944) – *Epigrafia de Olisipo*. Lisboa: Câmara Municipal.

ARQUEOLOG(IA). O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRÁTICA E NA TEORIA ARQUEOLÓGICA*

Daniel Carvalho

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) / LAQU – Quantitative Archaeology Lab of Universitat Autònoma de Barcelona / FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia / danielcarvalho1@edu.ulisboa.pt

Resumo

A Inteligência Artificial (IA) tem conhecido um redobrado interesse nas mais variadas áreas do conhecimento humano na última década, especialmente motivado pela difusão de grandes modelos de linguagem generativos para uso público. A vasta quantidade de literatura e aplicações que bebem destas abordagens não escapa à Arqueologia, que se encontra no centro de uma revolução cujos moldes são ainda ainda imprevisíveis. Entre debates sobre prática, teoria, ética, substituição laboral, e obsolescência, procuraremos definir partes deste fenómeno, ligá-lo ao pensamento arqueológico e explorar soluções para problemas específicos à Arqueologia que se pratica em Portugal.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Aprendizagem Automática, Aprendizagem Profunda, Teoria Arqueológica, Arqueologia em Portugal.

Abstract

Artificial Intelligence (AI) has seen a surge of interest in a wide variety of areas of human knowledge in the last decade, especially driven by the dissemination of large generative language models for public use. The vast amount of literature and applications that draw on these approaches does not escape Archaeology, which finds itself at the center of a revolution whose shape is still unpredictable. Between debates on practice, theory, ethics, labor substitution and obsolescence, we will try to define parts of this phenomenon, link it to archaeological thinking and explore solutions to problems specific to the archaeology practiced in Portugal.

Keywords: Artificial Intelligence, Machine Learning, Deep Learning, Archaeological Theory, Archaeology in Portugal.

* Este trabalho é apenas possível com o financiamento pela parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia, especificamente no âmbito do projecto de doutoramento “O Teórico Artificial: identificar conceitos, ideias e padrões no discurso arqueológico na Península Ibérica (XX-XXI) com recurso a métodos de Inteligência Artificial e Aprendizagem Automática” com a referência 2020.08612.BD (<https://doi.org/10.54499/2020.08612.BD>) e através de fundos nacionais no âmbito dos projectos UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

1. INTRODUÇÃO

O advento de novas tecnologias relacionadas com a Inteligência Artificial (IA) tem gerado mudanças estruturais no modo como a sociedade lida com a emergência de novos agentes não humanos nas mais variadas áreas. A Arqueologia não só não é exceção, como incorporou desde cedo algumas metodologias baseadas na IA. De facto, as historiografias da Arqueologia quantitativa (Aldenderfer 1998), da Arqueologia computacional (Barceló 2009) e da Arqueologia digital (Huggett 2012) acabam por convergir em conceitos e outros elementos teóricos que estão ligados à IA. Se estas histórias evocam uma técnica que possui os seus pontos altos e baixos, especialmente com períodos de elevada euforia e conseqüente desilusão, encontramos precisamente num momento em que é inevitável considerar quais são as vantagens, conseqüências e perigos de uma aplicação extensa da IA na Arqueologia. Há que, no entanto, considerar algumas questões para que este debate possa atingir o seu máximo potencial.

Em primeiro lugar, asseverar um lugar comum em termos conceptuais, dado que o termo “Inteligência Artificial” é muitas vezes utilizado genericamente ou como sinónimo de algumas técnicas específicas. Ao estabelecer um *corpus* claro e com fronteiras bem definidas de algumas definições, a Arqueologia poderá estabelecer uma crítica mais objetiva dos temas que a IA levanta. Por outro lado, parece-nos relevante demonstrar, ainda que brevemente, as aplicações que já se conhecem dentro da disciplina, de modo a sublinhar o quão imbuída a IA já se encontra no *modus operandi* arqueológico.

Em segundo lugar, há que sublinhar o papel destes temas para a teoria arqueológica. Muito embora as técnicas de Inteligência Artificial se materializem em métodos e modelos práticos, não deixam de comportar esferas de debate que, como fim último, podem conduzir a novos modos de entender e fazer Arqueologia.

Finalmente, entendemos que será vantajoso explorar como a Arqueologia portuguesa pode incorporar a IA nas suas várias vertentes, aprofundando quais os perigos, dificuldades e dilemas éticos que possam daí surgir.

2. DEFINIÇÕES E A IA NA ARQUEOLOGIA

Antes de entrarmos nas ligações entre a IA e a Arqueologia, será útil definir o que entendemos pela mesma, assim como de outras áreas de atuação que se consideram relevantes:

1. Inteligência Artificial (Artificial Intelligence) – “The capacity of computers or other machines to exhibit or simulate intelligent behaviour; the field of study concerned with this.”
2. Aprendizagem Automática (Machine Learning) – “The capacity of computers to learn and adapt without following explicit instructions, by using algorithms and statistical models.”
3. Aprendizagem Profunda (Deep Learning) – “A type of artificial intelligence in which computers designed to work in a similar way to the human brain repeatedly process huge amounts of data in order to learn information.”

Todas estas definições provêm do Oxford Reference Dictionary 2024.

Estas três noções acabam por englobar um grande conjunto de teorias, práticas e de assuntos, ainda que por vezes sejam vistas como sinónimos. Um modo de conceptualizar visualmente as relações entre todas é pensar numa hierarquia de conjunto: a IA é o elemento principal, sendo a Aprendizagem Automática (AA) uma das suas vertentes e, por conseqüência, a Aprendizagem Profunda (AP) é uma componente da anterior.

A IA é o estudo da inteligência computacional, nos mais variados moldes. Por vezes a utilização deste termo acaba por simplificar a técnica utilizada ou substituir um nome de um determinado algoritmo. A prática mais correta será ver a IA como área ou ainda como uma generalização de alguma das suas componentes numa determinada realidade computacional.

A AA possui uma variedade de algoritmos que se baseiam em equações lineares, probabilidades e lógica, ao passo que a AP tem uma abordagem mais relacionada com redes e com uma mimese dos processos neuronais humanos. A natureza dos problemas que ambas pretendem resolver pode ser distinta e não existe uma única solução para uma determinada questão: é fundamental dar lugar a várias experiências com os dados que dispomos (Flach 2012).

Seguindo esse princípio, encontraremos múltiplas abordagens da IA para a prática arqueológica. A noção de inteligência computacional e dos contributos da IA para a Arqueologia são extensamente debatidos (Barceló 2009, 2012), e desde cedo se notou o seu potencial para operações que implicam atos quantitativos (e.g., Sorenson 1964; Chenhall 1967; Richards 1998; Aldenderfer 1998). Provavelmente uma das áreas que tem despertado maior interesse entre os arqueólogos é a classificação automática, o que faz todo o sentido

considerando que é a tarefa primordial dos modelos de AA – prever classes com recurso a dados de treino. O debate em torno das tipologias automáticas é constantemente revisitado (Benfer and Benfer 1981) sendo que constantemente surgem novas aplicações especificamente adaptadas a conjunto de dados de interesse para os arqueólogos. Assim, vemos emergir modelos para classificar fauna (e.g., Carmen Arriaza and Domínguez-Rodrigo 2016; Courtney et al 2019; Baker, Harley and Buckley 2022), artefactos cerâmicos (e.g., Karasik and Smilansky 2011; Kafetzaki, Poblome and Aerts 2023), arquiteturas (e.g., Davis et al 2021), epigrafia (e.g., Matsumoto 2022), artefactos líticos (e.g., Pflöging, Iovita and Buchli 2018), entre muitos outros. Não pretendemos oferecer um registo exaustivo deste tipo de contribuições neste artigo, até porque o seu número cresce a cada ano, pelo que noutro espaço nos centraremos nessa questão. No entanto, gostaríamos de ressaltar que a IA vai muito mais além da classificação no que toca aos dados arqueológicos. Conseguimos empreender simulações de cenários com a base empírica disponível (Doran 1970; Barceló 2012), realizar previsões assentes em operações matemáticas (Verhagen and Whitley 2012) e ainda focarmos na modelação 3D (Garski 2016; Horn et al 2021). Novamente, a extensa lista de aplicações mereceria uma atenção própria, sendo que apenas pretendemos oferecer uma amostra do que é possível realizar. Como é constatável, a IA e as suas dependências são largamente utilizadas, independentemente de geografias, cronologias ou até posições teóricas.

Em seguida veremos quais as implicações para a teoria arqueológica, mas há que sublinhar um aspecto que a IA tende a provocar na comunidade arqueológica: um retorno às bases epistemológicas da disciplina. A computação é vista numa nova luz, contribuindo para novas formas de fazer Arqueologia (Barceló 2016); a AA como uma autêntica revolução a nível de produção de conhecimento e de extensão dos limites ao conhecimento arqueológico (Palácios 2023); o papel da automação nestes processos (Davis 2020) e ainda uma grande componente de reflexão face aos dados e à informação arqueológica em ambientes digitais (Huggett 2012, Marwick 2017). É certo que hoje a euforia da IA nos aponta erroneamente para uma situação completamente nova. De facto, muitos avanços tecnológicos nos últimos anos permitem-nos afirmar isso mesmo, que estamos perante um complexo ecossistema. Contudo, há que reforçar que, mais do que terem surgido agora, estas tecnologias se baseiam em estudos e experiências que ocupam

várias décadas. A Arqueologia não é exceção, dado que se imiscuiu nestas práticas em diversos momentos, procurando aplicá-las em etapas distintas da sua formulação. Por este motivo, entendemos que é importante tomarmos conhecimento da componente tangível destas tecnologias mas nunca deixar de conhecer quais as noções teóricas que as rodeiam. Para este efeito, dedicamos o próximo ponto a aprofundar quais são os aspectos a que a disciplina deve dedicar o seu tempo a compreender.

3. TEORIA ARQUEOLÓGICA E IA

Para além das suas aplicações práticas, a IA possui elevadas capacidades de abonar a um debate teórico na disciplina. Tocar em todas as possibilidades que a área levanta representaria um universo que não é possível atravessar num só artigo, pelo que nos cingiremos a três instâncias principais: problemas éticos, digitalização e máquinas capazes de fazer Arqueologia.

No que toca à ética, a IA possui já uma longa e acidentada história. Com o advento dos Large Language Models (LLM's) – como o ChatGPT – e a sua entrada para o público em geral, o foco no estabelecimento de regras e boas práticas tornou-se determinante. O esforço em tornar os modelos movidos a IA o mais amigáveis e responsáveis não só está embutido no seu código como existem estratégias que se focam em desviar potenciais pedidos (prompts) que possam causar mau-estar, acidentes e até, em casos mais graves, a perda de vida humana. Em última instância, a manipulação de prompts que leva à quebra destes protocolos de segurança (jailbreaking) possui consequências que geram desconforto, insegurança e a concepção da IA como arma (Wu et al 2024).

Face à Arqueologia, estes comportamentos podem gerar atitudes lesivas para o património, onde, por exemplo, a destruição de artefactos em ambiente bélico pode ser justificada pela manipulação de prompts. Um assunto que ainda se encontra em aberto será a própria construção de um Passado de acordo com os conjuntos de dados (datasets) que os modelos de IA ingeriram para estabelecer os seus parâmetros. É já conhecida a discrepância dos dados de treino utilizados em vários destes ambientes (veja-se Crawford 2021 para um aprofundamento destas matérias), o que gera e perpetua desigualdades. A Arqueologia, se não atender a estes dados de treino, pode contribuir para que comunidades do passado sejam homogeneizadas, não atendendo a particularidades relacionadas com etnia, género e situações de conflito.

Quando nos reportamos à digitalização, vamos ao encontro de teorias e problemas que a Arqueologia digital levanta (Huggett 2017). Aqui deparamo-nos com problemas relacionados com dados, especialmente quando são em grande volume (Big Data) e a sua relação com a Arqueologia, onde a IA pode também tomar uma posição cimeira na hora de automatizar a sua análise. São várias as condições para que algum dataset se possa aproximar a Big Data, nomeadamente o volume, a velocidade e valor (Astleitner 2023). Encontramo-nos no cerne de um debate que explora se a Arqueologia produz Big Data ou não, o que origina posições distintas (Djindjian and Moscati 2021). A componente teórica deste problema assenta no facto de concebermos a prática arqueológica também como um conjunto de datasets de acesso livre e partilhado, o que nem sempre sucede.

Por outro lado, encontramos uma situação que poderia igualmente estar na secção da ética: a representação da Arqueologia. A capacidade dos LLM's produzirem imagens não é hoje um objeto de estranheza – veja-se os modelos Dall-E e Midjourney como exemplos, sendo que existem opções disponíveis para o público que tem vindo a evoluir de modo exponencial. O Sora AI, a título de exemplo, utilizou como um dos seus prompts publicitários uma escavação arqueológica fictícia, onde se escava um contexto contemporâneo e se estabelece uma relação com uma cadeira de plástico como artefacto arqueológico¹. É interessante verificar que, para além dos erros, existe uma clara imagem da Arqueologia: uma prática que se alicerça na escavação, no trabalho de equipa e na descoberta. Todas estas considerações fazem levantar a questão: é esta a ideia que as LLM's possuem da Arqueologia?

Como vimos anteriormente, o jailbreaking pode reorientar as respostas destes modelos, o que faz com que este processo possa ser alterado ou modificado. O que isto implica é que a digitalização da Arqueologia e a sua representação não são imutáveis e a informação que se obtém pode ser manipulada. As consequências são imediatas: um vídeo de uma escavação pode ser alterado, continuado ou algumas partes apagadas. É extremamente importante ver a IA ligada a estes processos de digitalização e não apenas como ferramenta de análise, pois a sua aplicação vai muito para além da prática. A Arqueologia nunca se constituiu exceção a esta crescente digitalização (Huggett 2017), pelo que deve tomar conhecimento de todos os agentes que

¹ É visível o vídeo que foi gerado a partir do prompt aqui: https://www.youtube.com/watch?v=lfblmBO_rKY.

existem nesse ecossistema e preparar-se devidamente. A IA acaba por nos convidar a um retorno às bases do conhecimento arqueológico, do que criamos, como o fazemos e essencialmente, o porquê de o fazermos, com a adicional dificuldade de, num meio digital, tudo se modificar muito mais rapidamente.

Se a ética e a digitalização invocam essa reflexão, a junção entre a teoria e a prática vão gerar uma questão primordial, que está no cerne de muitas preocupações com a IA: pode uma máquina fazer Arqueologia? Esta pergunta tem sido levantada ao longo das últimas décadas (Barceló 2009), sendo que nos aproximamos hoje de uma realidade em que temos agentes não humanos que conseguem realizar algumas tarefas de modo autónomo, ainda quando computados a tal. Responder a esta questão implica primeiro estabelecer: 1) o que se entende por Arqueologia; 2) o que se entende por máquina; 3) qual é a extensão do acto de criar algo arqueológico. Todos estes problemas teóricos são constantemente explorados (e.g., Barceló 2012, Huggett 2012, Carvalho 2024), apesar de serem de difícil resolução. Poderemos responder afirmativamente se diminuirmos a grandeza da pergunta: existem modelos hoje que nos ajudam a prever e a automatizar operações de interesse arqueológico. A AA e a AP são disso exemplos e abrem novas portas para a epistemologia arqueológica, pois ambos aprendem a realizar operações com dados arqueológicos. Vemos uma solução para o estabelecimento de um teórico artificial para a Arqueologia, por exemplo, a consistir-se como um método que se alimenta a si mesmo: criar teoria e história da Arqueologia com recurso a estas metodologias, sendo que depois os datasets que daí provêm podem ser utilizados como dados de treino para modelos de AP, que por sua vez aprenderam a teorizar sobre Arqueologia. Mais do que uma visão hipotética, esta metodologia encontra-se em curso². No entanto, não vemos isto como uma máquina que faz Arqueologia por si mesma.

Muito embora consigamos circunscrever problemas computacionais que possam ser resolvidos por máquinas (Barceló 2009), entendemos que uma máquina que faça Arqueologia terá de ser capaz de reproduzir todas as ações dos arqueólogos. A disciplina

² Encontramo-nos de momento a finalizar o nosso projecto de doutoramento "O Teórico Artificial: identificar conceitos, ideias e padrões no discurso arqueológico na Península Ibérica (XX-XXI) com recurso a métodos de Inteligência Artificial e Aprendizagem Automática" com a referência 2020.08612.BD que visa responder em parte a estas questões.

usufrui já de robots que auxiliam nas práticas de campo, sendo que os drones fazem já uso de AP para operações de voo mais eficientes (Carvalho 2024). Contudo, estamos ainda longe de criar um arqueólogo artificial que consiga abarcar todo o espectro que comporta a disciplina. Utilizar este problema como um modo de impulsionar a Arqueologia que pensamos e fazemos é o principal argumento a favor de continuarmos a perseguir esta automação. O objetivo não é de todo a substituição do arqueólogo, mas antes explorar teoricamente as dimensões pelas quais se chega ao raciocínio arqueológico e à produção do seu pensamento. Não se trata de levar a ida ao campo à extinção, mas antes de providenciar as melhores ferramentas possíveis para que os dados que queremos possam ser recolhidos e analisados de modo mais eficiente. O drone é um caso de sucesso, pois não o vemos como um elemento substituto (Carvalho 2024), mas antes como um agente que nos permite visualizar a Arqueologia de outros planos.

Em suma, teorizar a Arqueologia com recurso a IA leva-nos a considerar em profundidade o que nos faz ser arqueólogos. Quando deparada com questões éticas, digitais e de maquinização da prática arqueológica, a Arqueologia deve investigar-se a si própria e a estabelecer os parâmetros e critérios pelos quais quer operar.

4. ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL E A IA

Os moldes pelos quais a IA pode impactar a investigação e a prática arqueológica em Portugal são múltiplos e alguns com naturezas distintas.

4.1. Chatbots e Bases de Dados arqueológicas

A presença de um assistente virtual que auxilie a pesquisa é um aspecto já transversal a vários websites e serviços. O facto de se estabelecer um diálogo com um agente que se adapta à informação requerida parece-nos especialmente relevante para navegar na recolha de dados quantitativos.

Estes chatbots são treinados através de machine learning e deep learning, constituindo-se alguns deles como sendo Large Language Models (LLM's), como o ChatGPT, o Claude ou o Gemini. No que toca à Arqueologia, a construção destes chatbots não precisa de ser tão vasta, ou seja, o volume de dados a utilizar para o seu treino não precisam de ser tão diversificados. Mais concretamente, a adaptação de um chatbot para este efeito seria relevante dentro do universo de bases de dados específicas. Para o caso

português, o exemplo mais notório seria o Portal do Arqueólogo. A instauração de um chatbot permitiria que a base de dados dialogasse com o utilizador, estabelecendo-se recolhas de informação mais específicas e concretas. Através de NLP (Natural Language Processing), o discurso é transformado em parâmetros que o chatbot consegue conectar com variáveis específicas. A título de exemplo, a questão “Quantos sítios romanos existem na região de Lisboa?” teria como resultado a quantificação de todos os sítios que cumprissem as condições Cronologia (Romano) ^ Localização (Lisboa). É fundamental que as variáveis estejam devidamente estabelecidas e que exista coerência entre as mesmas.

Para este efeito, antes de interpor estas ações, há que realizar revisões às arquiteturas das bases de dados em questão, tendo como boas práticas os princípios de engenharia de dados (data engineering) e de análise de dados (data analytics). Este é um esforço que trará rapidamente os seus benefícios, nomeadamente: uma interação mais fluida e veloz entre o utilizador e a base de dados; um aproveitamento superior das tipologias de dados presentes na base de dados e a criação de modelos preditivos mais sólidos para a proteção e fruição do património arqueológico e cultural.

4.2. Drones, Fotografia Aérea e LiDAR

Os modelos de aprendizagem profunda são especialmente úteis no que toca a classificar imagens, dado que a sua extração de elementos (feature extraction) é feita automaticamente, ou seja, não necessita de intervenção humana para entender todos os aspectos relevantes nas imagens que lhe oferecemos. Isto representa uma grande vantagem para a análise e processamento de imagens e, especialmente, no que diz respeito a drones e LiDAR. A bibliografia arqueológica sobre este assunto é já expressiva (e.g., Vilbig, Sagan e Bodine 2020; Pecci 2020), sendo que se constitui uma oportunidade ímpar de percorrer a extensão do território português e comparar sítios, estruturas e regiões. Para além da velocidade e persistência deste tipo de modelos, a sua versatilidade permite que a natureza dos dados seja distinta.

Podemos assim adaptar a nossa pesquisa em função de registos arqueológicos, cronologias, geografias entre outros aspectos, o que demonstra a versatilidade destas abordagens. Tal como no ponto anterior, a descoberta de sítios arqueológicos inéditos ou comparações que, a um primeiro nível, sejam invisíveis, constituem também vantagens claras desta aplicação de aprendizagem profunda.

4.3. Detecção de furtos online

A combinação entre bases de dados, machine ou deep learning e aplicações à base de web podem gerar soluções de modo a combater ações ilícitas que lesam o património arqueológico. Em particular, a venda e compra de artefactos e bens culturais em plataformas de e-commerce, que, em última instância, contribui para a destruição de contextos arqueológicos. Ao utilizar conjuntos de palavras-chave (keywords) e de modelos de machine learning, podemos, a título de exemplo, detetar a probabilidade de um determinada publicação consistir uma ação ilícita face ao património. Para tal, é fundamental que tenhamos dados de treino, em que conseguimos distinguir o que constitui uma ação ilícita versus o seu oposto.

Dada a natureza deste problema, que é intrinsecamente binária, a quantidade de modelos que temos à nossa disposição é vasta. Podemos criar: 1) uma classificação linear, em que uma linha de decisão (decision boundary) permite distinguir as instâncias de ilícito e lícito; 2) calcular a probabilidade de ilícito – $P(\text{ilícito})$ – com o recurso a palavras-chave, estabelecendo-se uma regra de decisão probabilística ou 3) podemos igualmente olhar para o problema de um ponto de vista lógico e criar regras (como árvores de decisão) que vão classificando as distintas partes do conteúdo, com o fim último de as distinguir entre lícito e ilícito. No fundo, mais do que entender de momento as características de cada opção, vale a pena verificar que as abordagens são múltiplas e que os algoritmos de machine learning podem ser facilmente adaptáveis a situações reais que lesam a Arqueologia e a sua prática.

4.4. Análise e automatização em relatórios arqueológicos

A dificuldade inerente a produzir aval sobre relatórios de projetos arqueológicos deve-se essencialmente a um enorme fluxo de informação e à falta de meios que possam dar resposta. Mais que um problema, existe uma oportunidade de implementação de sistemas que podem não só facilitar como elevar estas operações. Em primeiro lugar, é possível criar ferramentas que resumem ou identifiquem pontos-chave dentro de estruturas de texto com recurso a procedimentos de NLP. Do mesmo modo, podemos treinar modelos de modo a reconhecer imagens e detetar se fazem parte de determinados documentos. Pode-se dar resposta a quando queremos observar se determinado relatório possui a informação de vários pontos geográficos e que as fotografias tiradas se constituem para sondagens arqueológicas.

Ao aplicarmos este tipo de metodologias acabamos por estar a produzir os nossos próprios dados de treino. O que isto significa é que o relatório deixa de ser algo que se circunscreve ao momento da ação que levou à sua produção, para passar a ser parte ativa de modelos preditivos. Todos os dados que recolhemos dos relatórios podem passar assim a ser elementos de barómetro: medir a atividade arqueológica; quais os agentes em campo; a quantidade de elementos digitais que são produzidos; as zonas mais intervencionadas, entre outros. Mais, mesmo que não exista uma relação linear entre os dados recolhidos, podemos utilizar modelos preditivos à base de AA para prever quais serão as áreas estratégicas a que a Arqueologia, enquanto comunidade, deve tomar atenção. Se, por exemplo, detetarmos através de um modelo que uma área estará saturada em termos de intervenções, podemos alocar os recursos disponíveis de um modo mais eficiente. Todas estas ações implicam um esforço crescente na digitalização dos relatórios arqueológicos e a sua disponibilização para se tornarem datasets. Em todo o caso, vemos as vantagens num sistema que utiliza os próprios indicadores para medir a sua atividade, ao mesmo tempo que inova nas metodologias para o fazer.

5. CONCLUSÃO

Como todas as metodologias, a IA possui as suas vantagens e desvantagens, como vimos ao longo deste artigo. No entanto, para atingir o seu máximo potencial, há que, mais que nunca, possuir um conhecimento sólido sobre estes temas, dado que a sua capacidade de mudar os sistemas sociais como os conhecemos é indelével. Também a Arqueologia se está a deixar impactar por esta área, como sempre o fez. Neste momento, os desafios para a sua implementação são de vária ordem, mas vemos-os como uma oportunidade de atacar problemas de um modo mais eficiente e veloz. A presença de mais um agente que possa preservar o património; que possa auxiliar a investigação; que possa facilitar a nossa navegação por bases de dados; que alerte aquando de situações de risco, representa, na nossa visão, um investimento que a médio e longo prazo otimiza a prática arqueológica. Há que fazê-lo, como argumentado, com um sentido ético apurado, pois as consequências são claras e de grande envergadura.

A construção de um passado unilateral, unívoco e generalizado deve ser um constante aviso do mau uso da IA. A desinformação e a falta de uma atitude crítica

face aos dados que nos são oferecidos contribuem para a realidade anterior. O medo da substituição e uma procura ativa de seguir a euforia da IA resultam igualmente em atitudes de incompreensão, de repúdio e receio que, em muitos casos, acabam por ser infundadas.

A IA, à data da escrita deste artigo, constitui modelos de análise de dados que simulam comportamentos inteligentes. A substituição do arqueólogo, quer em termos teóricos ou práticos não se constitui uma possibilidade neste momento, nem sendo desejável. Mais que tudo, o diálogo e a incorporação destas técnicas e metodologias permite-nos alcançar outras esferas epistemológicas. Pensar com a máquina, tendo em conta que é uma ferramenta inteligente, abre portas a investigação arqueológica mais profunda. Em oposição com uma ideia anterior, a construção de um Passado mais complexo, profundo e diverso faz-se precisamente pelo diálogo com a IA, não com a sua exclusão nem oferecendo-lhe o monopólio do pensamento. Para todos os efeitos, será com uma responsabilidade acrescida que a Arqueologia terá de olhar para si própria, sendo que com um forte sentido de ética e o entendimento conceptual e prático destas matérias, a Arqueologia pode proteger-se dos malefícios mas, principalmente, beneficiar de todos os aspectos positivos que a IA tem para oferecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDENDERFER, Mark (1998) – Quantitative Methods in Archaeology: A Review of Recent Trends and Developments. *Journal of Archaeological Research*. 6:2, pp. 91-120.
- ASTLEITNER, Heinz (2023) – We Have Big Data, But Do We Need Big Theory? Review-Based Remarks on an Emerging Problem in the Social Sciences. *Philosophy of the Social Sciences*. 54:1, pp. 69-92.
- BAKER, Andrew; HARVEY, Virginia; BUCKLEY, Michael (2023) – Machine Learning for collagen peptide biomarker determination in the taxonomic identification of archaeological fish remains. *Journal of Archaeological Science: Reports*. 49, 104001.
- BARCELÓ, Juan (2009) – *Computational Intelligence in Archaeology*. United States of America, IGI Global.
- BARCELÓ, Juan (2012) – Computer Simulation in Archaeology: Art, Science, or Nightmare?. *Virtual Archaeology Review*. 4:, pp. 8-12.
- BARCELÓ, Juan (2016) – The Role of Computers to Understand the Past: The Case of Archaeological Research. *it - Information Technology*. 58:2, pp. 104-111.
- BENFER, Robert; BENFER, Alice (1981) – Automatic Classification of Inspectional Categories: Multivariate Theories of Archaeological Data. *American Antiquity*. 46:2, pp. 381-396.
- CARMEN ARRIAZA, Mari; DOMÍNGUEZ-RODRIGO, Manuel (2016) – When Felids and Hominins Ruled at Olduvai Gorge: A Machine Learning Analysis of the Skeletal Profiles of the Non-Anthropogenic Bed I Sites. *Quaternary Science Reviews*. 139, pp. 43-52.
- CARVALHO, Daniel (2024) – A Critical Theory of the Drone in Archaeology: On Space, Epistemology, and Automation. *Drone Systems and Applications*. 12, pp. 1-7.
- CHENHALL, Robert (1967) – The Description of Archaeological Data in Computer Language. *American Antiquity*, 32:2, pp. 161-167.
- COURTENAY, Lloyd A.; YRAVEDRA, José; HUGUET, Rosa; ARAMENDI, Julia; MATÉ-GONZÁLEZ, Miguel Ángel; GONZÁLEZ-AGUILERA, Diego; CARMEN ARRIAZA, Mari (2019) – Combining Machine Learning Algorithms and Geometric Morphometrics: A Study of Carnivore Tooth Marks. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*. 522, pp. 28-39.
- CRAWFORD, Kate (2021) – *Atlas of AI: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence*. Yale: Yale University Press.
- DAVIS, Dylan (2020) – Defining What We Study: The Contribution of Machine Automation in Archaeological Research. *Digital Applications in Archaeology and Cultural Heritage*. 18, e00152.
- DJINDJIAN, François; MOSCATI, Paola (eds.) (2021) – *Big Data and Archaeology: Proceedings of the XVIII UISPP World Congress (4-9 June 2018, Paris, France)*. Volume 15, Session III-1, Archaeopress.
- DORAN, James (1970) – Systems Theory, Computer Simulations, and Archaeology. *World Archaeology*. 1:3, pp. 289-298.
- FLACH, Peter (2012) – *Machine Learning: The Art and Science of Algorithms that Make Sense of Data*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GARSTKI, Kevin (2017) – Virtual Representation: The Production of 3D Digital Artifacts. *Journal of Archaeological Method and Theory*. 24, pp. 726-750.
- HORN, Christian; IVARSSON, Oscar; LINDHÉ, Cecilia; POTTER, Rich; GREEN, Ashley; LING, Johan (2022) – Artificial Intelligence, 3D Documentation, and Rock Art: Approaching and Reflecting on the Automation of Identification and Classification of Rock Art Images. *Journal of Archaeological Method and Theory*. 29, pp. 188-213.
- HUGGETT, Jeremy (2012) – Lost in Information: Ways of Knowing and Modes of Representation in E-Archaeology. *World Archaeology*. 44:4, pp. 538-552.
- HUGGETT, Jeremy (2017) – The Apparatus of Digital Archaeology. *Internet Archaeology*. 44.
- KAFETZAKI, Danai; POBLOME, Jeroen; AERTS, Jan (2024) – Fuzzy Typological (Re)Arrangement: A Prototype of Rethinking the Ty-

pology of Roman Tablewares from Sagalassos, Southwest Anatolia. *Journal of Archaeological Method and Theory*. 31 (2024) pp. 707-760.

KARASIK, Avshalom; SMILANSKY, Uzy (2011) – Computerized Morphological Classification of Ceramics. *Journal of Archaeological Science*. 38:10, pp. 2644-2657.

MARWICK, Ben (2017) – Computational Reproducibility in Archaeological Research: Basic Principles and a Case Study of Their Implementation. *Journal of Archaeological Method and Theory*. 24:2, pp. 424-450.

MATSUMOTO, Mallory (2022) – Archaeology and Epigraphy in the Digital Era. *Journal of Archaeological Research*. 30, pp. 285-320.

PALÁCIOS, Olga (2023) – Application of Machine Learning in Archaeology: A Paradigm Shift. *Vegueta Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*. 23:1, pp. 147-186.

PECCI, Antonio (2020) – Digital Survey from Drone in Archaeology: Potentiality, Limits, Territorial Archaeological Context and Variables. *IOP Conference Series: Materials Science and Engineering*. 949, 012075.

PFLGING, Johannes; IOVITA, Radu; BUCHLI, Jonas (2018) – Influence of Force and Duration on Stone Tool Wear: Results from Experiments with a Force-Controlled Robot. *Archaeological and Anthropological Sciences*. 11, pp. 5921-5935.

RICHARDS, Julian (1998) – Recent Trends in Computer Applications in Archaeology. *Journal of Archaeological Research*. 6:4, pp. 331-382.

SORENSEN, John (1964) – Use of Automated Tools in Archaeology. *American Antiquity*, 30:2, pp. 205-206.

VERHAGEN, Philip; WHITLEY, Thomas (2012) – Integrating Archaeological Theory and Predictive Modeling: A Live Report from the Scene. *Journal of Archaeological Method and Theory*. 19:1, pp. 49-100.

VILBIG, Justin; SAGAN, Vasit; BODINE, Christopher (2020) – Archaeological Surveying with Airborne LiDAR and UAV Photogrammetry: A Comparative Analysis at Cahokia Mounds. *Journal of Archaeological Science: Reports*. 33, 102509.

WU, Zihui; GAO, Haichang; HE, Jianping; WANG, Ping (2024) – The Dark Side of Function Calling: Pathways to Jailbreaking. *arXiv:2407.17915*.

FRANCISCO SANTANA. O OLISIPÓFILO E O PERIÓDICO *OLISIPO*

Eunice Relvas

GEO (CML-DPM-DPC) | HTC (NOVA FCSH/CEF-UC) / eunicerelvas@gmail.com

Resumo

O objectivo é analisar as temáticas abordadas pelo olisipófilo Francisco Santana no periódico *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*. Consagrado olisipógrafo, os seus estudos são de consulta obrigatória para investigadores e todos os curiosos que apreciam a História de Lisboa. Existem centenas de páginas da sua autoria, menos conhecidas, disseminadas em variadas publicações periódicas. Inicialmente, a nossa ideia era apresentar os temas estudados por este autor nos jornais e revistas nacionais. Porém, tal seria uma tarefa ciclópica; por isso, limitámo-nos a examinar o referido boletim.

Pensamos que a pluralidade de assuntos abordados por Francisco Santana em *Olisipo*, genuinamente caleidoscópica, patenteará o valor da sua Obra e é um merecido tributo a este Mestre da Olisipografia.

Palavras-chave: Francisco Santana, Lisboa, Olisipografia.

Abstract

This communication analyzes the themes addressed by the olisipófilo Francisco Santana in the *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa* periodical. This renowned olisipographer's studies are mandatory for researchers and all those curious appreciators of Lisbon's history. There are hundreds of less-known pages of his authorship across multiple periodicals. Initially, our idea was to present the themes studied by this author in national newspapers and magazines. But that would be a herculean task, therefore we've limited ourselves to the referred bulletin.

We believe the multitude of subjects inscribed by Francisco Santana in *Olisipo* will show his work's value, and it's a well-deserved tribute to this Master of Olisipography.

Keywords: Francisco Santana, Lisbon, Olisipography.

1. INTRODUÇÃO

O historiador Francisco José Gingeira Santana nasceu em Lisboa, em 29 de Março de 1930 e faleceu na mesma cidade no dia 6 de Março de 2023. Filho de Manuel Fernandes Santana e Manuela Lino Gingeira. Era licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Lisboa. Foi membro de várias agremiações culturais, nomeadamente da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP)¹, entre outras instituições. Olisipógrafo de grande mérito, sempre orientado pela seriedade científica, as suas obras são respeitadas e utilizadas por investigadores e todos quanto estudam e/ou apreciam a História de Lisboa. A afortunada frase de Norberto de Araújo² “a ansiedade de saber Lisboa”³ foi inúmeras vezes utilizada por Santana nos seus trabalhos. Seria, possivelmente, o anseio de sabedoria que mobilizou o seu labor, mas na sua escrita sobressaiu o olisipófilo, cuja etimologia provém do latim *Olispo*+amado, ou seja, pessoa “que tem grande admiração ou especial gosto por tudo o que é lisboeta”⁴. Recordemos o que Santana escreveu a propósito de dois devotos de Lisboa: “amaram Lis-

¹ José Timóteo Montalvão Machado foi o proponente da sua proposta para a admissão como sócio efectivo da AAP, Secção de História, que seria aprovada na assembleia geral, de 15 de Julho de 1971, por unanimidade. Na AAP, Santana viria a desempenhar, de 1973 a 1999, os seguintes cargos directivos: Secretário-Geral (Out. de 1975 a Out. de 1981); Vice-Presidente (Out. de 1981 a Out. de 1990); Presidente da Direcção (Out. de 1990 a Out. de 1994); Secretário da Secção de História (triénio 1973-1975) e Vice-presidente da citada (triénios de 1982-1984, 1985-1987 e 1987-1990, até Out.); Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AAP (Out. de 1994 a Jul. de 1999). Além disso, também desempenhou o cargo de Secretário da Mesa da Comissão de Estudos Olisiponenses (2006-2008). Estes dados foram facultados pelo Dr. Carlos Boavida, Secretário da Mesa da Comissão de Estudos Olisiponenses da AAP, a quem muito agradeço.

² Norberto de Araújo (1889-1952). Jornalista, escritor e olisipógrafo. Um dos fundadores do Grupo Amigos de Lisboa. Deixou-nos um importante legado para o estudo da capital, do qual se destacam os 15 livros das *Peregrinações em Lisboa* (1938-1939); o *Inventário de Lisboa* (1941) e as *Legendas de Lisboa* (1943). Para mais informações veja-se E. S. (1994) – Araújo (Norberto). In Francisco Santana; Eduardo Sucena, orgs. (1994) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, pp. 74-75.

³ Francisco Santana (2001) – Pastor de Macedo. Alguns dispersos. *Olisipo*. Lisboa. S. II, 15, p. 111.

⁴ Portugal. Academia das Ciências de Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian, eds. (2001) – *Olisipófilo*. In *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Vol. II. Lisboa: Editorial Verbo, p. 2662.

boa com um amor que também foi conhecimento e foi também acção. Estudaram a cidade e procuraram divulgar o que dela sabiam; nela criaram ou integraram instituições diversas, dinamizadoras da vida social”⁵; e que justapomos ao próprio, com toda a equidade.

A olisipografia era o objecto de estudo e a dedicação de Santana, que elegeu o século XVIII como a centúria na qual incidiram, comumente, as suas investigações⁶. Existem inúmeras páginas da sua autoria, menos conhecidas, dispersas por várias publicações periódicas nacionais. Por isso, contrariando a nossa ideia inicial, limitámos este trabalho ao estudo do periódico *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*; cujo primeiro número foi dado à estampa em Janeiro de 1938. Como indicado no subtítulo é o boletim [oficial] do Grupo Amigos de Lisboa (GAL), fundado dois anos antes, a 18 de Abril de 1936, data da primeira assembleia de instituidores onde foram aprovados os seus estatutos e eleitos os primeiros órgãos sociais⁷.

Ao longo dos anos o boletim *Olisipo* teve uma periodicidade irregular (trimestral, quadrimestral, semestral, bianual e anual). A I Série decorreu até aos números 150/151/152 (1987/1988/1989). Após um interregno de cinco anos foi dada à estampa a II Série em 1994, que decorre em publicação; se bem que o último número editado seja referente ao ano de 2019. Desde a sua criação que uma pléiade de olisipógrafos e outros estudiosos e amantes de Lisboa colaboraram nas suas páginas; constituindo este boletim um extraordinário repositório das mais díspares temáticas olisiponenses.

2. FRANCISCO SANTANA E O BOLETIM OLISIPO

Tracemos o âmagô da nossa comunicação – a colaboração de Santana no *Olisipo*. O seu primeiro artigo, intitulado “O Paço da Praça do Comércio”, surgiu nos números 139/140 (1976/1977) da I Série, continuan-

⁵ Francisco Santana (1996) – Possidónio da Silva e Francisco José de Almeida. Dois amigos de Lisboa. *Olisipo*. Lisboa. S. II, 2, p. 63.

⁶ Ver Francisco Santana (1997) – “Lisboa Pré-portuguesa”. *Olisipo*. Lisboa. S. II, 4, p. 37.

⁷ As primeiras instalações (provisórias) do GAL estavam localizadas na Sociedade de Propaganda de Portugal. A sua primeira sede própria situou-se na Rua Garrett, 66-2º (Palácio Marquês de Nisa). Em Junho de 1953, passou para o Largo Trindade Coelho, 9-1º; e, a 15 de Julho de 1975, para o Palácio da Mitra, em Marvila. Desde Abril de 2003 que o GAL está sediado na Rua Portugal Durão, 58A. In https://www.amigosdelisboa.com/about_us [consult. 2023-01-17].

do nos números 141 e 142/143 (1978 e 1979/1980). A sua última participação efectivou-se com várias colaborações no número 32, da II Série (2019). Este profícuo contributo com um total de 181 colaborações (artigos e pequenos textos), aliados à coordenação da secção “Feira da Ladra”, foi consentâneo com a Direcção deste boletim, como podemos observar no Quadro I.

Quadro I – Direcção e Editores da revista *Olisipo* (1938-).

Directores	Directores-adjuntos	Séries (n.ºs)	Anos
Grupo Amigos de Lisboa	–	I (1/152)	1938/1989
Junta Directiva do GAL	–	II (1/4)	1994/1997
Francisco Santana	Eduardo Sucena	II (5/11)	1997/1999
Francisco Santana	J. Ramos Baptista	II (12)	2000
Francisco Santana	Appio Sottomayor J. Ramos Baptista	II (13/30)	2000/2009
Francisco Santana	Appio Sottomayor Salette Salvado	II (31 e 32)	2010 e 2019

Em 1994, como já aludimos, ano de publicação do primeiro número da II Série, Francisco Santana era vice-presidente da Junta Directiva do GAL⁸; e, do número 1 ao número 4, a Direcção pertenceu à supra-mencionada Junta. A partir de Dezembro de 1997 (S. II, 5) Santana foi o director do *Olisipo*. Neste número 5 apareceu uma nova secção denominada “Arquivo Pitoresco” – numa homenagem ao famoso periódico de Oitocentos *Archivo Pitoresco* (1857-1868) – vocacionada para a divulgação de imagens pitorescas (fotografias actuais ou antigas) seguidas de uma nota escrita. Esta secção foi inaugurada com um texto da sua autoria intitulado “Igreja da Conceição Nova”, a que se seguiram mais seis colaborações, sendo as duas últimas intituladas “O busto de Pinheiro Chagas” e a “Estátua do Marechal Saldanha”, ambas dadas à estampa no número duplo 29 e 30 (2008 e 2009).

Ainda no número 5 reapareceu a secção “Feira

⁸ Foi admitido como sócio n.º 4.414 desta instituição em sessão da Junta Directiva, no dia 3 de Dezembro de 1981. Lisboa. GAL. Ficha de sócio [Francisco José Gingeira Santana].

da Ladra”⁹, agora coordenada por Santana, reservada à publicação de pequenos textos, que podiam ser acompanhados de ilustrações. Segundo o seu coordenativo, a escolha obedeceria a um “triplo critério: os textos serão pouco ou nada conhecidos, de interesse para os olisipófilos e de dimensões compatíveis com os da secção em que irão surgir”¹⁰. Esta secção será publicada, ininterruptamente, até ao número 32 (2019). É no seu âmbito que a produção de Santana foi mais prolífera e de temáticas multifacetadas. Arrolámos 125 textos da sua autoria, nos quais se destacam os denominados “Castiliana” dedicados a Júlio de Castilho¹¹, onde aparecem, ocasionalmente, “dispersos ou inéditos”¹² deste Mestre, numa sentida homenagem de Santana. Esta subsecção surgiu pela primeira vez no número 11 (1999) e a derradeira no boletim 32 (2019), com o título “Castiliana XVII – As oficinas de S. José”. No campo de acção da importância que o autor devota ao “criador da Olisipografia”¹³, devemos

⁹ Esta secção surgiu na S. I, A. VIII, n.º 31, Julho de 1945. Santana indica que o seu aparecimento poderá ter resultado da iniciativa do olisipógrafo Gustavo de Matos Sequeira, que foi assíduo colaborador da revista *Feira da Ladra* (1929-1943). Cf. Francisco Santana (2001) – *Feira da Ladra. Olisipo*. Lisboa. S. II. 15, p. 131. Santana publicou um artigo com o título “Feira da Ladra”, no qual aborda a revista do mesmo nome, editada entre 1929-1943, dirigida ao estudo de «miuçalha do passado», sem ser exclusivamente olisiponense. Cf. F.S. (2001) – «Feira da Ladra». *Olisipo*. Lisboa. S. II. 15, p. 129.

¹⁰ *Ibidem*, p. 131.

¹¹ Apesar da origem da palavra “Castiliana” ser referente a António Feliciano de Castilho. Veja-se F. S. (1999) – *Feira da Ladra: Castiliana-I. Olisipo*. Lisboa. S. II. 11, p. 111.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Ibid.* Júlio de Castilho (1840-1919), 2.º Visconde de Castilho. Primogénito de António Feliciano de Castilho. Habilitado com o Curso Superior de Letras, teve uma carreira brilhante no funcionalismo público, desde amanuense da Direcção-Geral de Instrução Pública a conservador adido da Biblioteca Nacional de Lisboa (actual Biblioteca Nacional de Portugal). Foi memorialista, poeta, dramaturgo e historiador, legando-nos uma extensa obra, se bem que na actualidade seja conhecido essencialmente pelas suas obras olisipográficas, das quais destacamos *Lisboa Antiga* (1879-1890) e a *Ribeira de Lisboa* (1893). Teve numerosos discípulos que honraram a sua memória e o seu amor à cidade de Lisboa. Para mais informações sobre a sua vida/obra, veja-se o tríptico de Eunice Relvas (2019) – *Muitas Lisboas de Júlio de Castilho (1840-1919)*. CML/DMC/DPC/GEO; CASTILHO (Júlio). In Francisco Santana; Eduardo Sucena, orgs. (1994) – *Op. Cit.*, p. 244; e, o estudo mais recente e completo sobre Castilho e sua Obra, com co-autoria de Tiago Borges Lourenço; Raquel Seixas (2024) – *Júlio de Castilho. Mestre da Lisboa antiga*. Lisboa: CML/PC/DMC/DPC; NOVA FCSH/IHA.

ainda mencionar o texto “Louvor a Júlio de Castilho” (28, 2007), referente ao louvor que o mesmo recebeu por ter doado uma colecção de desenhos e outros documentos ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Santana também dedicou ao escritor e pedagogo António Feliciano de Castilho (1800-1875), o artigo “Um Percurso Castiliano” (13, 2000), assinalando o duplo centenário do seu nascimento e justificando a publicação deste texto precisamente com o facto de ser “pai do olisipógrafo e mestre de olisipógrafos que foi Júlio de Castilho”¹⁴; similarmente consagrou-lhe um texto na “Feira da Ladra: «As Memórias de Castilho»” (32, 2019) em que salienta o deleite da leitura desta obra biográfica sobre o poeta, da autoria do seu primogénito, e a importância destas *Memórias* enquanto fontes para a História de Lisboa: ruas e quintas, usos e costumes, toponímia, personalidades, etc.

Ainda na “Feira da Ladra”, destacam-se as cartas trocadas entre Castilho e Augusto Vieira da Silva¹⁵, a saber: “Uma carta de Vieira da Silva” (16, 2002), “Três cartas de Vieira da Silva” (20/21, 2004) e “Mais três cartas de Vieira da Silva” (31, 2010), referentes a missivas trocadas entre estes mestres olisipógrafos, nos anos de 1898, 1902 e 1914, todas da Colecção Castilho, do acervo documental da Torre do Tombo.

Em torno da correspondência e da supracitada Colecção, Santana publicou alguns textos sobre troca de missivas entre Júlio de Castilho e notáveis vultos seus contemporâneos, como por exemplo, as “Cartas de Edgar Prestage a Júlio de Castilho” (32, 2019), em que o lusófilo Prestage¹⁶ solicita auxílio para os seus trabalhos de investigação; e uma carta datada de

24 de Março de 1884, dirigida a Freire de Oliveira¹⁷ (27, 2007) – que Santana define como “incansável cabouqueiro”¹⁸ – em que Castilho o parabeniza pela publicação do seu livro *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Destaquemos, igualmente, as cartas de José Maria Pereira Junior (1841-1921), pintor e decorador, que assinava com o pseudónimo Pereira Cão¹⁹; a missiva de Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), escritor, poeta e dramaturgo, autor da letra de *A Portuguesa*, pedindo-lhe aconselhamento especializado para a escrita do romance histórico *Os órfãos de Calecut* (1894); e ainda a de Rocha Martins²⁰, com data de 1916, em que este coloca a Castilho algumas dúvidas e questões relacionadas com os Távoras. Todas estas missivas certificam a estima, ou certamente, a consideração que existia entre Castilho e os citados estudiosos, escritores e artista de Lisboa.

Dentro da mesma temática, destacamos a “Correspondência entre Júlio de Castilho e Possidónio da Silva”²¹ com quatro artigos dispersos por diferentes números (1999 a 2000). Transcrevendo algumas das cartas trocadas entre estes dois amigos e cultores de

¹⁷ Eduardo Freire de Oliveira (1841-1916). Coursou a Secção Comercial do Liceu de Lisboa. Funcionário municipal, dirigiu o Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa. No exercício das suas funções organizou os 17 volumes dos *Elementos para a História do Município de Lisboa* (1882-1911). Veja-se Freire de Oliveira (Eduardo). In Francisco Santana; Eduardo Sucena, orgs. (1994) – *Op. Cit.*, pp. 420-421.

¹⁸ F.S. (2007) – Feira da Ladra: Castiliana XV-Castilho e Freire de Oliveira. *Olisipo*. Lisboa. S. II. 27, p. 100.

¹⁹ Cf. Francisco Santana (2004) – Pereira Cão na Primeira Pessoa. *Olisipo*. Lisboa. S. II. 20/21, p. 114-123.

²⁰ Francisco Rocha Martins (1879-1952). Jornalista, romancista e historiador. Frequentou o Curso Superior de Letras, que não finalizou. Activista político, de monárquico liberal a apoiante do Estado Novo e, depois seu opositor. Deixou uma bibliografia activa onde se salientam as obras sobre os reis D. Carlos I (1926) e D. Manuel II (1930). Vd. Joaquim Romero Magalhães (2016) – Martins, Francisco José Rocha. In Portugal. BNP. Sérgio Campos Matos, coord. (2016) – *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*. <https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/martins.pdf> [consult. 2023-02-10].

²¹ Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896). Arquitecto, arqueólogo e fotógrafo. Co-fundador da Associação dos Arquitectos Civis Portugueses em 1863; que seria renomeada, nos anos de 1870, de Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses. Ver Martins, Ana Cristina (2019) – Silva, Joaquim Possidónio Narciso da (Possidónio da Silva). In Emília Ferreira; Joaquina d’Oliva Monteiro; Raquel Henriques da Silva, eds. (2019) – *Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. Lisboa: IHA/FCSH/NOVA, pp. 285-287.

¹⁴ Francisco Santana (2000) – Um percurso Castiliano. *Olisipo*. Lisboa. S. II. 13, p. 78.

¹⁵ Augusto Vieira da Silva (1869-1951). Engenheiro militar e olisipógrafo. Sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Foi o primeiro Presidente do Grupo Amigos de Lisboa. Grande coleccionador de obras, gravuras e mapas raros de Lisboa, entre outras colecções, que foram adquiridas pelo Município de Lisboa, em 1953, e que constituem o núcleo documental principal do Gabinete de Estudos Olisiponenses. Para mais informações veja-se Vieira da Silva (Augusto). In Francisco Santana; Eduardo Sucena, orgs. (1994) – *Op. Cit.*, pp. 959-960.

¹⁶ Edgar Prestage (1869-1951). Historiador britânico, académico, tradutor. Casou com a filha de Maria Amália Vaz de Carvalho. Dedicou-se à História da Expansão Portuguesa e, a partir de 1923, dirigiu a “cátedra Camões” no Kings College de Londres. Vd. Francisco Santana (2019) – Cartas de Edgar Prestage... *Olisipo*. Lisboa. S. II. 32, p. 155.

Lisboa (igualmente, depositadas na Torre do Tombo), na quase totalidade relativas a assuntos da Associação dos Arqueólogos e que nos expõem a crescente afeição e respeito mútuo destas duas ilustres figuras. O interesse e admiração de Santana por Possidónio estão igualmente patentes nos artigos “Passeando com Possidónio” (4, 1997), um texto da conferência proferida na sede do Grupo Amigos de Lisboa, a 23 de Março de 1996, assinalando o centenário da morte deste arqueólogo, que nos transporta num passeio cronológico pelos lugares da vida do homenageado; e “Possidónio da Silva e Francisco José de Almeida²² – dois amigos de Lisboa” (2, 1996), em que Santana relembra as suas vidas e obras; e, também, nos seguintes textos da secção “Feira da Ladra”: “A Luneta de Possidónio” (24/25, 2006), sobre o desenho do mesmo para “uma das lunetas da ala norte do claustro dos Jerónimos, a primeira do lado poente²³, que representa uma das embarcações de Vasco da Gama; “Possidónio a abertura da Avenida” (22/23, 2005), a propósito de uma carta que este endereçou, a 11 de Junho de 1874, ao *Jornal do Commercio*, publicada em 18 de Julho desse ano; e, por último, “O busto de Possidónio da Silva” (16, 2002), sobre o busto oferecido pelo próprio ao Albergue dos Inválidos do Trabalho, de foi fundador, na passagem do 30.º aniversário desta instituição.

Entre esta vasta profusão de quase duas centenas de textos, para além dos já citados neste trabalho, sobressaem pela sua importância os seguintes artigos, por ordem cronológica de publicação: “A Lisboa de Setecentos nos Processos Inquisitoriais” (4, 1997); “A Lisboa de Eça de Queirós” (6, 1998); “Uma escola criada por Pombal, a Aula do Comércio (10, 1999); “A Preta Fernanda – Verdades e Mentiras” (em co-autoria) (18, 2003); “O Palácio do Intendente” (18, 2003); “O Cofre de Beneficência do Governo Civil” (19, 2003); “No Rescaldo do Terramoto” (22/23, 2005); “Sinais de Industrialização em finais do século XIX” (24/25,

²² Francisco José de Almeida (1810-1881). Foi aluno da Aula do Comércio. Director de um escritório comercial, na Rua do Ouro. Sócio fundador da Associação dos Arqueólogos Portugueses e da Assembleia Lisbonense, no Palácio da Horta Seca, entre outras sociedades culturais e recreativas. Director do Albergue dos Inválidos do Trabalho e da Escola Asilo de S. Pedro de Alcântara. Veja-se Francisco Santana (1987) – A Aula do Comércio de Lisboa: V-Abecedário de lentes e aulistas. *Lisboa: Revista Municipal*. Lisboa. S. II., A. 48, 21, pp. 24-25.

²³ F.S. (2006) – Feira da Ladra: A Luneta de Possidónio. *Olisipo*. Lisboa. S. II. 24/25, p. 181.

2006); “O Quelhas – Das Brígidas aos Jesuítas” (28, 2007); “O Trindade à Vol D’Oiseau” (29 e 30, 2008 e 2009); “Nos 100 Anos da Igreja dos Anjos” (31, 2010) e “O Recolhimento do Amparo” (32, 2019).

3. CONCLUSÃO

Nos artigos e pequenos textos que publicou no boletim *Olisipo*, Santana estuda a história de Lisboa nos seus aspectos geográficos, políticos, económicos, sociais e culturais, abordando os temas mais distantes e ecléticos, sem esquecer as celebridades alfacinhas, desde as mais famosas às mais populares. Entre as personalidades recorrentes nas suas investigações estão os mestres olisipógrafos, com especial destaque para Júlio de Castilho. Nas páginas deste periódico também divulga algumas fontes documentais de indiscutível importância olisiponense e histórica. Os seus artigos são uma fonte infundável e valiosa sobre a Lisboa de antigamente (da pré-história ao século XX), onde os investigadores das ciências sociais podem deparar-se com apontamentos e esclarecimentos relevantes e imprevistos.

Nos estudos que escreveu para *Olisipo* e em toda a sua extensa Obra, perpassa o seu amor por Lisboa. Na sua escrita, que obedece ao rigor científico, sentimos o palpitar da cidade, oferecendo-nos uma tela colorida povoada de gentes, sonoridades, monumentos, bairros, sítios e ruas. Para finalizar, por tudo o acima exposto, enquanto alfacinha e estudiosa de Lisboa, não posso deixar de expressar o meu profundo agradecimento ao grande olisipófilo e meu estimado e saudoso amigo Francisco Santana.

FONTES

LISBOA. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Proposta para admissão de sócio [Francisco José Gingeira Santana].

LISBOA. Grupo Amigos de Lisboa. Ficha de sócio [Francisco José Gingeira Santana].

Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa (1976/1977 – 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHO (Júlio). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, orgs. (1994) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, p. 244.

FREIREDEOLIVEIRA (Eduardo). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, orgs. (1994) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, pp. 420-421.

LOURENÇO, Tiago Borges; SEIXAS, Raquel (2024) – Júlio de Castilho. Mestre da Lisboa antiga. Lisboa: CML/PC/DMC/DPC; NOVA FCSH/IHA.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (2016) – MARTINS, Francisco José Rocha. In PORTUGAL.BNP.MATOS, Sérgio Campos, coord. (2016) – *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*. <https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/martins.pdf> [consult. 2023-02-10].

MARTINS, Ana Cristina (2019) – SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (Possidónio da Silva). In FERREIRA, Emília; MONTEIRO, Joaquina d'Oliveira; SILVA, Raquel Henriques da, eds. (2019) – *Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. Lisboa: IHA/FCSH/NOVA, pp. 285-287.

PORTUGAL. Academia das Ciências de Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian, eds. (2001) – Olisipófilo. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Vol. II. Lisboa: Editorial Verbo, p. 2662.

RELVAS, Eunice (2019) – *Muitas Lisboas de Júlio de Castilho (1840-1919)*. CML/DMC/DPC/GEO. Tríptico. III Colóquio de Olisipografia. Júlio de Castilho. Centenário. Teatro Aberto, 21-23 novembro 2019.

SANTANA, Francisco (1987) – A Aula do Comércio de Lisboa: V-Abecedário de lentes e aulistas. *Lisboa: Revista Municipal*. Lisboa. A. 48, S. II. 21, pp. 24-25.

S., E. (1994) – ARAÚJO (Norberto). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, orgs. (1994) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, pp. 74-75.

VIEIRA DA SILVA (Augusto). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, orgs. (1994) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, pp. 959-960.

CONTAR 30 ANOS. A ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE ESTUDOS OLISIPONENSES (1994-2024)

Carlos Boavida

Instituto de Arqueologia e Paleociências – Universidade Nova de Lisboa; Associação dos Arqueólogos Portugueses; Grupo Amigos de Lisboa / cmpboavida@gmail.com

Resumo

Em 2019, entre outras efemérides relacionadas com a Olisipografia, assinalou-se o 25.º aniversário da reabilitação da Comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses que, com outra designação, havia sido extinta em 1933.

Entre outras questões abordadas, fez-se um pequeno balanço sobre a actividade da Comissão ao longo dos seus 25 anos de existência. Entretanto, passados mais cinco anos, aqui fica uma breve história das últimas três décadas da Comissão de Estudos Olisiponenses.

Palavras-chave: Olisipografia, Lisboa, História.

Abstract

In 2019, among other events related to Olisipography, the 25th anniversary of the reinstatement of the Committee for Lisbon Studies was celebrated. Under a different name, this section of the Portuguese Archaeologists Association had been closed in 1933. Among other topics discussed, there was a brief review of the Committee's activities over its 25 years of existence. After five years, here is the short history of the last 30 years of the Committee for Lisbon Studies.

Keywords: Olisipography, Lisbon, History.

1. ALGUNS DADOS HISTÓRICOS QUE IMPORTA RELEMBRAR

A História de Lisboa sempre despertou grande interesse por parte dos seus habitantes, pelo que a indiferença e incapacidade por parte dos poderes decisórios para promover a sua salvaguarda levou, desde muito cedo, a que vários engenheiros e arquitectos tivessem intenção de se organizar tendo em vista colmatar essa situação (Martins & Gomes, 2002). É neste âmbito que surge a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (RAACAP) – actual Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP). Desde 1863, data da sua fundação, houve interesse na criação de um museu, o que só foi possível após a cedência das ruínas da Igreja do Carmo, onde o Museu Arqueológico do Carmo veio a ser aberto ao público em 1865. As obras de adaptação do espaço prolongaram-se ao longo dos anos, albergando aquele espaço elementos arquitectónicos que se encontravam dispersos pela cidade de Lisboa e cuja preservação era necessário acautelar (Martins & Gomes, 2002). Embora, progressivamente, tenham integrado o acervo do museu artefactos com outras proveniências geográficas, a maioria continuava a ser (e continua) de algumas das mais emblemáticas edificações da cidade de Lisboa (Martins & Gomes, 2002). O então também conhecido como Museu de Archeologia de Lisboa começava a tornar-se naquilo que ainda é hoje, uma caixa de memórias de uma cidade que estava em evolução e mais não voltaria a existir, resguardando esculturas, lápides, pedras de armas e outras cantarias de edifícios dos quais, em muitos casos, não resta mais nenhuma evidência física.

Entretanto, no seio da RAACAP, tendo em vista o estudo do acervo à sua guarda e também do património histórico nacional, começam a organizar-se variadas secções temáticas. A *Sub-secção de Archeologia de Lisboa* foi informalmente criada em 1901. Era uma das sete¹ então criadas dentro da *Secção de Archeologia* da RAACAP –, sendo a sua mesa constituída por Júlio de Castilho, Francisco Marques de Sousa Viterbo e António Augusto de Carvalho Monteiro (Martins, 2006).

A autonomia desta temática em secção própria ocorreu apenas em Maio de 1912. A então designada Secção de Archeologia Lisboense (SAL), presidida por José de Queiróz e tendo como vice-presidente D. José Pessanha, integrava ainda Gustavo Matos Sequeira,

Jesuíno Ganhado, Francisco Soares O’Sullivand, Ribeiro Cristino, António César Mena Júnior, Luís Bettencourt, Jacinto Bettencourt, Virgílio Correia, Afonso de Ornelas, Alberto Gusmão Navarro, Augusto Botelho da Costa Veiga, Manuel José dos Santos Farinha, Xavier da Costa, Reynaldo dos Santos, Alberto Mac-Bride Fernandes, António José Arroio e Francisco Nogueira de Brito. Mais tarde juntaram-se a estes, entre outros, Augusto Vieira da Silva, Alberto de Sousa, Eduardo Neves, Norberto Araújo, Luís Pastor de Macedo e José Artur Bárcia (Santana, 2001).

A regularidade semanal das reuniões dos primeiros anos reflecte em grande medida o enorme dinamismo da SAL e o envolvimento dos seus membros nas acções então desenvolvidas em prol da defesa e valorização do património histórico da cidade de Lisboa. Em acordo com o aprofundado estudo levado a cabo por Ana Cristina Martins e com os resumos das actas publicados por Joaquim Parro², são inúmeras as questões abordadas nas quase 240 reuniões ocorridas, desde a defesa do Arco de Santo André e da Torre de Belém, passando pelo acolhimento no museu de diversas peças históricas, a criação de diversas comissões de trabalho, a organização do primeiro Museu da Cidade ou a realização de visitas a vários monumentos (Martins & Gomes, 2002; Martins, 2006; Parro, Santana & Salvado, 1983; Parro, Santana & Castelo-Branco, 1984a; 1984b). Contudo, a *Exposição Olisiponense*, inaugurada em Março de 1914, talvez seja a iniciativa mais marcante (Chaves, 1914). Esta mostra teve lugar no âmbito das comemorações do 50.º aniversário da AAP.

Em 1922, devido a alterações ao nível estatutário, a SAL deu lugar à Secção de Estudos Olisiponenses, numa época em que a regularidade das reuniões era então bastante menor que nos anos iniciais, sendo frequente o cancelamento das mesmas por falta de *quórum*. Por outro lado, o desaparecimento de algumas das figuras proeminentes da SAL levou igualmente a uma diminuição das actividades. A secção acabaria por ser definitivamente extinta em 1933 após nova revisão estatutária ocorrida na AAP, facto anunciado com alguma antecedência e de certo modo bastante contestado. A maior parte dos elementos que faziam parte desta secção viria a fundar, em 1936, o Grupo Amigos de Lisboa.

¹ As outras subsecções eram dedicadas à *Archeologia Prehistórica*, *Archeologia Cristã*, *Archeologia Nacional*, *Numismática*, *Heráldica* e *Bibliographia Archeologica* (Martins, 2006).

² Joaquim Parro viria a ser vice-presidente da primeira mesa da Comissão de Estudos Olisiponenses eleita em 1994.

2. BREVE HISTORIAL DA COMISSÃO DE ESTUDOS OLISIPONENSES

Foi no dia 3 de Novembro de 1994 que se reuniu pela primeira vez a Comissão de Estudos Olisiponenses (CEO), tendo nesse âmbito sido eleitos como membros da mesa Fernando Castelo-Branco (P), Joaquim Parro (VP) e Ana Cristina Neto (S). A proposta da reabilitação partiu do primeiro daqueles à direcção da AAP, então presidida por Francisco Santana, tendo sido aprovada por unanimidade e louvor em Janeiro do ano anterior³. Contudo, em Julho de 1995, alegando o pouco dinamismo que a comissão acabou por ter e também a sua falta de tempo devido aos seus muitos compromissos profissionais na universidade, Fernando Castelo-Branco abandonou a presidência da comissão e também a AAP⁴.

Com efeito, a regularidade das reuniões passou a ser tendencialmente mensal, reflectindo assim uma menor disponibilidade dos elementos da comissão para as acções desenvolvidas. Embora ao longo dos anos se tenham vindo a juntar à comissão vários investigadores, muitos deles que integravam também as outras secções da AAP, verificou-se quase sempre uma grande dificuldade em atrair novos vogais para participarem nas iniciativas organizadas. Não obstante, nos últimos 30 anos a comissão reuniu em cerca de 150 ocasiões, no âmbito das quais foram apresentadas inúmeras investigações. Por questões de espaço disponível do ponto de vista editorial, não é neste momento pertinente fazer um sumário idêntico ao elaborado por Joaquim Parro, pelo que este breve historial dará destaque apenas a alguns dos eventos mais marcantes levados a cabo pelas várias direcções que se têm sucedido desde 1994, tendo em conta a informação que se encontra patente nas actas das reuniões, mas também nos relatórios de actividades que foram sendo publicados e constam nas referências bibliográficas.

No triénio inicial, de 1994 a 1996, uma das primeiras acções foi convidar vários investigadores que trabalham sobre a História de Lisboa para integrarem a comissão. Um outro assunto que foi reiteradamente abordado foi o da toponímia das ruas da cidade, visto que, do ponto de vista de vários dos associados, existiam alguns problemas que era premente solucionar. Embora as opções escolhidas fossem então também

³ Cf. *Livro de Actas da Direcção da AAP – 1993*. Arquivo Histórico – AAP.

⁴ Cf. *Livros I e II de Actas da Comissão de Estudos Olisiponenses*. Arquivo Histórico – AAP.

a debate e votação na Assembleia Municipal, o presidente da mesa da comissão sublinhou que cabia à Comissão de Toponímia da Câmara Municipal de Lisboa (CML) a responsabilidade sobre este tema. Contudo, eram inegáveis alguns problemas, desde a existência de ruas com designações semelhantes, à falta de precisão de algumas daquelas, passando por vários erros ortográficos. Outra questão que foi referida por Simas Alves Azevedo era o facto da renomeação recente de alguns arruamentos, historicamente sem sentido, levar a que a maioria da população ignorasse as novas designações, continuando a usar aquelas que existiam anteriormente (facto que ainda hoje sucede).

Referindo que mudanças ao nível toponímico implicam uma série de problemas, o presidente da mesa colocou à discussão a possibilidade de se propor que um membro da AAP integrasse a comissão de toponímia. A ideia teve diversos apoiantes, sendo sugerido que nas novas tabuletas fosse colocada a antiga designação dos arruamentos, como se verifica em outras cidades portuguesas como Évora ou Faro. Foram igualmente propostos vários nomes de personalidades a homenagear pela toponímia lisboeta. Apesar do entusiasmo inicial, a atenção a este tema e o debate a ele dedicado acabaram por não se concretizar em nenhuma acção mais substancial.

Outra preocupação da comissão, assim como das outras secções e da direcção da AAP, foi a estabilidade e conservação das ruínas da Igreja do Carmo, devido às obras do Metropolitano de Lisboa.

Nas eleições realizadas em Junho de 1996, a mesa cessante foi eleita por unanimidade, alterando-se apenas o presidente, cargo que passou a ser da responsabilidade de António Dias Diogo. Este último sugeriu a realização de uma reunião de trabalho para elaborar uma proposta a enviar à direcção da AAP, tendo em vista repensar a organização das publicações. Em Novembro de 1998, foi organizado o primeiro colóquio temático “Estudos de Lisboa – Séculos XVI a XIX”, cujas actas seriam editadas na revista *Arqueologia & História* no ano 2000. No ano seguinte, foram dados à estampa os resultados de mais um colóquio temático, dedicado aos “Estudos de Lisboa – Séculos VIII a XV”, ocorrido em Novembro de 1999.

Em Dezembro de 1999, foi eleita nova mesa da comissão, que passou a ser secretariada por Nestor Faria Vital, mantendo-se António Dias Diogo como presidente, com Ana Cristina Neto na vice-presidência. Numa das reuniões então ocorridas, Faria Vital pediu a palavra para fazer uma proposta relativamente à reactivação da antiga Comissão de Numismática da AAP, solicitando

que os Estudos Olisiponenses apadrinhassem a ideia junto da direcção da AAP. O presidente da mesa concordou com o que foi proposto, tendo em vista aumentar o dinamismo da AAP. Porém, não podia igualmente deixar de concordar com os comentários da vice-presidente. Com efeito, Ana Cristina Neto referiu vários problemas relativamente a esta questão. Se por um lado se verificava uma fraca participação em entidades deste tipo, situação cuja mudança poderia passar por alterações ao nível estatutário, não se podia ignorar o facto de serem muito poucos os numismatas na AAP para que se justificasse a autonomização. Apesar destas questões, a proposta foi aprovada por unanimidade, sendo depois enviada à direcção da AAP. Parte-se do pressuposto de que não terá sido acolhida por este órgão, uma vez que aquela comissão não foi reabilitada.

Devido às obras que decorriam então no Museu Arqueológico do Carmo, algumas reuniões da comissão tiveram lugar no auditório da estação do metropolitano do Alto dos Moinhos, situação que só é referida em algumas das actas. Talvez esse seja um dos motivos para a regularidade destas reuniões ter diminuído, passando a ser apenas três anualmente até 2003, data em que volta a ser mencionada a realização das mesmas na sede da AAP.

A primeira reunião de 2003, ocorrida em Abril, foi muito concorrida. Com efeito, no âmbito desta tiveram lugar eleições para a mesa da comissão, tendo-se apresentado duas listas a votação e sido admitidos mais de 22 vogais. 29 sócios exerceram o seu direito de voto presencialmente e outros 12 por correspondência, num total de 41 votos expressos. Saiu vencedora a Lista A, apenas com um voto de diferença: António Dias Diogo (P), Nestor Vital (VP) e Laura Trindade (S). Neste mesmo ano começou a ser preparada a realização de mais um colóquio sobre História de Lisboa, a ter lugar em 2005, tendo em vista assinalar os 250 anos do Terramoto de 1755. O encontro veio a ter lugar no final de Outubro daquele ano.

Em Abril de 2006, não tendo sido entregue nenhuma lista para eleição de uma nova mesa, o impasse foi ultrapassado com a criação de uma lista no momento, que foi aprovada por unanimidade: Carlos Consiglieri (P), Ramos Baptista (VP) e Francisco Santana (S). Embora a actividade tenha então sido quase reduzida a conferências apresentadas no âmbito das reuniões ordinárias da comissão, as actas são muito descritivas sobre os temas abordados pelos investigadores, assim como sobre os debates que se lhes seguiam.

Nova mesa foi eleita em Fevereiro de 2009, constituída por Eduardo Sucena (P), Rui Costa Pinto (VP) e

Fernando Andrade Lemos (S), mantendo-se a regularidade das reuniões e também a súmula das comunicações apresentadas em acta. Em Maio de 2011, decorreu o colóquio “1811-2011 – Duzentos anos após a Terceira Invasão” no âmbito do qual tiveram lugar sete comunicações.

António Dias Diogo voltou à presidência da mesa da comissão em 2012, tendo Laura Trindade como vice-presidente e mantendo Andrade Lemos como secretário. Infelizmente, deste triénio só existem duas actas, embora tenham ocorrido mais sessões.

Em meados de 2015, tomou posse uma nova mesa, constituída por Mário Varela Gomes (P), Tânia Manuel Casimiro (VP) e Carlos Boavida (S). Na primeira reunião lançou-se logo a ideia de organizar um colóquio evocativo dos 260 anos do Terramoto de 1755, a ter lugar em finais de Outubro, o qual foi organizado em colaboração com a Secção de História, situação que se tem repetido em várias iniciativas desde então. As actas deste encontro foram publicadas na revista *Arqueologia & História* em 2018. Além das reuniões ordinárias, onde foram apresentados vários trabalhos de investigação, assim como as publicações recentes sobre Lisboa, foi intenção da mesa organizar todos os anos um colóquio, o que veio efectivamente a suceder. Em Março de 2016 e em Maio de 2017, tiveram lugar dois colóquios de homenagem a duas figuras que se destacaram na Olisipografia e que fizeram parte da CEO: Fernando E. Rodrigues Ferreira e Eduardo Sucena, tendo este último sido presidente da mesa. As comunicações apresentadas nestes dois colóquios – “Do Carmo a São Vicente” e “Esta Lisboa que eu amo...” – foram publicadas na revista *Arqueologia & História*. O mesmo sucedeu com os trabalhos apresentados em outro encontro organizado em 2018 – “A Morte em Lisboa – Novos Dados, Novas Problemáticas”.

Com uma nova mesa, que passou a integrar Guilherme Cardoso (VP), passando Tânia Casimiro a presidente, manteve-se a mesma política que anteriormente. Assim, em 2018, uma vez mais em colaboração com a Secção de História, foi organizado um outro colóquio, intitulado “Silos, matamoras e covas de pão – Armazenamento Medieval e Moderno”, cujos textos resultantes se publicam no presente volume da *Arqueologia & História*. Nesse mesmo ano, teve ainda lugar um pequeno encontro – “Quotidianos Contemporâneos em torno de Lisboa. Contributos da Arqueologia” – que foi o primeiro do género sobre esta temática, vista cada vez com mais interesse pelos investigadores.

Em 2019, no âmbito do 25.º aniversário da Comissão de Estudos Olisiponenses, a mesa promoveu uma

série de iniciativas. Além de um colóquio no qual se assinalou aquela efeméride, assim como os 25 anos da publicação de *O Livro de Lisboa* e do *Dicionário de História de Lisboa*, aquela ocasião foi igualmente considerada oportuna para homenagear Francisco Santana que, como se referiu anteriormente, integrou vários órgãos sociais da AAP, incluindo a mesa da CEO. Neste mesmo ano, organizou-se também um ciclo de conferências para comemorar 25 anos da realização da exposição “Lisboa Subterrânea”. Esta iniciativa foi organizada em colaboração com o Museu Nacional de Arqueologia e o Centro de Arqueologia de Lisboa. A ideia que norteou este ciclo, que se consistiu em várias sessões ao longo do ano, foi analisar e debater a evolução da Arqueologia na cidade de Lisboa ao longo dos 25 anos após a exposição, bem como o seu estado actual. O livro que resultou desta iniciativa constitui o Suplemento n.º 12 a *O Arqueólogo Português* (2024), revista editada pelo Museu Nacional de Arqueologia. A obra foi apresentada precisamente neste museu, em Janeiro de 2025, na galeria onde a exposição teve lugar, no dia em que passaram 30 anos do encerramento daquela mostra.

Os condicionalismos provocados pela situação pandémica no início de 2020 levaram a uma diminuição drástica da regularidade das actividades desenvolvidas até então. Embora tenha estado prevista uma comunicação no início daquele ano, a mesma acabou por ser cancelada devido ao confinamento obrigatório. As actividades foram retomadas apenas em Junho de 2021, com a reeleição da mesa com a mesma lista e a realização de uma comunicação através das plataformas informáticas. Foi então o tempo de editar a maior parte dos textos resultantes das iniciativas organizadas nos anos anteriores.

Os afazeres profissionais dos membros da mesa condicionaram grandemente a organização de actividades nos dois últimos anos, tendo ocorrido apenas algumas reuniões *online* e um colóquio, em 2023, sob o título “Parece que foi ontem... encontro sobre arqueologias contemporâneas”, novamente em colaboração com a Secção de História.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Infelizmente, é escassa a informação disponível relativamente ao que terá estado na origem da renovação da Comissão de Estudos Olisiponenses, mas tal facto não terá sido certamente alheio à organização da Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura e ao renovado interesse que então se verificava pela História da cidade e que

resultou, entre outros, na publicação, naquele mesmo ano, de *O Livro de Lisboa*, do *Dicionário de História de Lisboa* e do catálogo da exposição *Lisboa Subterrânea*.

Porém, a regularidade e a participação nas actividades desenvolvidas é muito menor do que sucedia nas entidades congéneres existentes nas primeiras décadas do século XX, o que tem de certo modo limitado as iniciativas, apesar dos esforços dos elementos das sucessivas mesas e dos vogais da comissão. Esta situação reflecte vários aspectos, nomeadamente o facto de que parte significativa das temáticas abordadas neste tipo de entidade deixou de ser do conhecimento apenas do que poderíamos chamar uma espécie de *elite intelectual*, passando a ser objecto de estudo de investigadores e académicos que apresentam, discutem e publicam os seus trabalhos numa lógica muito diferente daquela que existia no início do século passado. Por outro lado, ao longo das últimas décadas o número de entidades e de iniciativas tornou-se muito mais diversificado, assim como os formatos que estas últimas podem tomar, dispersando-se igualmente o público, também ele muito diferente daquele que existia antigamente. Além dos níveis de escolaridade serem muito distintos, outra situação tem afastado o público de muitas das iniciativas organizadas maioritariamente em período pós-laboral. Nos últimos anos, devido à especulação imobiliária, muitas pessoas têm deixado de residir nos principais centros urbanos, estando sujeitas a horários complicados em termos de transportes públicos e que não lhes permitem participar nas actividades desenvolvidas pelas várias entidades deste tipo. Na maior parte dos casos, é complicada a captação de público para reuniões ordinárias onde tem lugar apenas uma conferência, exceptuando quando se trata de algum tema de grande interesse. Os encontros ou colóquios com várias comunicações são os que obtêm maiores preferências. Porém, se para os investigadores os dias de semana são aqueles que são considerados mais adequados, para o público os dias de eleição são ao fim-de-semana.

Embora não se negue a importância de os investigadores corresponderem às exigências que lhes são solicitadas pela sua vida profissional, é preciso não esquecer que é igualmente importante que a sociedade que apoia e financia o seu trabalho tenha acesso ao mesmo. Para além das apresentações e publicações académicas, muitas vezes para os seus pares, é necessário também fazer chegar esse conhecimento a quem vai dele beneficiar, sendo de grande valia o papel as entidades da sociedade civil, como é o caso aqui em análise.

Por último, não pode deixar de se lamentar o facto da maior parte dos protagonistas desta história, infelizmente, já ter falecido. Fica aqui a homenagem a todos eles.

REFERÊNCIAS

Arquivísticas – Arquivo Histórico da AAP

Livro de Actas da Assembleia-Geral da AAP.

Livros I e II de Actas da Comissão de Estudos Olisiponenses.

Livro de Actas da Direcção da AAP – 1993.

Bibliográficas

BAPTISTA, J. Ramos (2006/2007) – Relatório da Comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Ano associativo de 2005-2006. *Arqueologia & História*, 58/59. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 206.

CASIMIRO, Tânia Manuel; CARDOSO, Guilherme; BOAVIDA, Carlos (2020) – Comissão de Estudos Olisiponenses. Relatório de Actividades do ano 2018. *Arqueologia e História*, 70 (2018). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 357-364.

CASIMIRO, Tânia Manuel; CARDOSO, Guilherme; BOAVIDA, Carlos (2022a) – Comissão de Estudos Olisiponenses. Relatório de Actividades do ano 2019. *Arqueologia e História*, 71/72 (2019/2020). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 275-286.

CASIMIRO, Tânia Manuel; CARDOSO, Guilherme; BOAVIDA, Carlos (2022b) – Comissão de Estudos Olisiponenses. Relatório de Actividades do ano 2020. *Arqueologia e História*, 71/72 (2019/2020). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 287-290.

CASIMIRO, Tânia Manuel; CARDOSO, Guilherme; BOAVIDA, Carlos (2022c) – Comissão de Estudos Olisiponenses. Relatório de Actividades do ano 2021. *Arqueologia e História*, 73 (2021). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 355-358.

CHAVES, Luís (1914) – A Exposição Olisiponense no Museu Arqueológico do Carmo. *O Arqueólogo Português*, 19, pp. 90-92.

GOMES, Mário Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel; BOAVIDA, Carlos (2017) – Comissão de Estudos Olisiponenses. Relatório de Actividades do ano 2015. *Arqueologia e História*, 66/67 (2014/2015). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 179-184.

GOMES, Mário Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel; BOAVIDA, Carlos (2018) – Comissão de Estudos Olisiponenses. Relatório de Actividades do ano 2016. *Arqueologia e História*, 68 (2016). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 261-265.

GOMES, Mário Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel; BOAVIDA, Carlos (2019) – Comissão de Estudos Olisiponenses. Relatório de Actividades do ano 2017. *Arqueologia e História*, 69 (2017). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 253-262.

MARTINS, Ana Cristina (2006) – A Secção de Arqueologia de Lisboa: um legado (indirecto) de Possidónio da Silva (1806-1896). *Olisipo – Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, 24/25 – II Série. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa, pp. 84-117.

MARTINS, Ana Cristina; GOMES, João José Fernandes (2002) – A Associação dos Arqueólogos Portugueses e a cidade de Lisboa: uma eterna cumplicidade. *Olisipo – Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, 24/25 – II Série. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa, pp. 61-106.

NETO, Ana Cristina (1999a) – Relatório da Comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Ano associativo de 1995-1996. *Arqueologia & História*, 51. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 269.

NETO, Ana Cristina (1999b) – Relatório da Comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Ano associativo de 1996-1997. *Arqueologia & História*, 51. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 281.

NETO, Ana Cristina (2000a) – Relatório da Comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Ano associativo de 1997-1998. *Arqueologia & História*, 52. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 283.

NETO, Ana Cristina (2000b) – Relatório da Comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Ano associativo de 1998-1999. *Arqueologia & História*, 52. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 293.

NETO, Ana Cristina (2001) – Relatório da Comissão de Estudos Olisiponenses referente ao ano associativo de 1999-2000. *Arqueologia & História*, 53. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 385.

NETO, Ana Cristina (2002) – Relatório da Comissão de Estudos Olisiponenses referente ao ano associativo de 2000-2001. *Arqueologia & História*, 54. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 328.

NETO, Ana Cristina (2003) – Relatório da Comissão de Estudos Olisiponenses 2001-2002. *Arqueologia & História*, 55. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 231.

PARRO, Joaquim; SANTANA, Francisco; CASTELO-BRANCO, Fernando (1984a) – As actas das Secções de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses – II. *Lisboa – Revista Municipal*, 7, pp. 44-63.

PARRO, Joaquim; SANTANA, Francisco; CASTELO-BRANCO, Fernando (1984b) – As actas das Secções de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses – III. *Lisboa – Revista Municipal*, 8/9/10, pp. 41-64.

PARRO, Joaquim; SANTANA, Francisco; SALVADO, Salete (1983) – As actas das Secções de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses – I. *Lisboa – Revista Municipal*, 5/6, pp. 3-41.

SANTANA, Francisco (2001) – As Secções de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses. *Olisipo – Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, 15 – II Série. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa, pp. 123-125.

RELATÓRIOS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

DA DIRECÇÃO – 2022

José Morais Arnaud, Luís Raposo, Andrea Martins †, José Barreto Domingos, Mariana Diniz

1. VISITANTES DO MUSEU

O ano de 2022 foi marcado por um substancial aumento do número de visitantes, tendo-se atingido os 355.063, o que corresponde a um aumento de cerca de 300% em relação a 2021, ultrapassando mesmo em cerca de 3% o número de visitantes de 2019, e uma retoma da tendência para aumento gradual do número de visitantes, drasticamente interrompido em 2020-2021 pela pandemia.

2. EDIFÍCIO

Tendo-se verificado um aumento considerável da queda de pedaços de argamassa, provenientes dos arcos que cobrem o transepto, procedeu-se no mês de Agosto a uma intervenção de emergência, recorrendo a uma equipa de conservadores-restauradores “alpinistas”, que retiraram, por precaução, todos os pedaços de argamassa que se encontravam soltos, e em risco de cair, nos arcos do transepto, e envolveram estes com uma rede de proteção, de malha fina e invisível a partir do solo.

A Direcção decidiu concretizar algumas das medidas de médio prazo preconizadas pelo Diagnóstico da

situação do edifício histórico do Carmo elaborado em 2017 por uma equipa do Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, chefiada pelo Prof. António Arêde. Dada a urgência da intervenção, uma vez que estava em causa a segurança do pessoal e dos inúmeros visitantes do MAC, e após termos sido informados da indisponibilidade da DGPC para acompanhar os trabalhos, no âmbito do protocolo assinado entre a AAP e a DGPC em 2018, por falta de técnicos disponíveis para o efeito, foi contratada uma equipa do Instituto da Construção para proceder ao acompanhamento e fiscalização das obras.

Tendo em consideração a urgência da intervenção, a disponibilidade manifestada pelo GPCR para a intervenção de emergência realizada no mês de Agosto, as qualificações da equipa técnica e a sua longa experiência em intervenções de conservação e restauro em monumentos classificados, nomeadamente nos alçados interiores da nave do próprio edifício histórico do Carmo, em 2015 e 2016, foram iniciadas negociações com o GPCR no sentido de se obter um ajuste directo do preço, tendo-se conseguido uma redução de cerca de 20% sobre o preço inicial, sem prejuízo da qualidade dos materiais utilizados. Considerando a natureza muito especial deste monumento classifica-

do, aquela empresa comprometeu-se a seguir com o maior rigor possível as recomendações da equipa da Universidade do Porto, que reuniu com a necessária regularidade, semanal ou quinzenalmente, em função do andamento dos trabalhos, que se irão prolongar, conforme previsto, até meados de 2023.

Note-se que estas obras estão a ser inteiramente financiadas pela nossa Associação, utilizando para o efeito algumas das reservas financeiras acumuladas nos anos anteriores à pandemia, e tendo em consideração as legítimas expectativas de continuação do aumento do número de visitantes estrangeiros, num ano em que se atingiu um número de visitantes sem precedentes.

3. RELAÇÕES COM A TUTELA DO PATRIMÓNIO

Tal como em ocasiões anteriores, a Direcção da AAP procurou sensibilizar os responsáveis governamentais para os graves problemas que afectam a gestão do património arqueológico. Assim, no dia 20 de Abril foi recebida em audiência pelo Sr. Ministro da Cultura, Dr. Adão e Silva, e pela Sr.ª Secretária de Estado da Cultura, Dr.ª Isabel Cordeiro, na qual a Direcção apresentou uma exposição pormenorizada sobre os principais problemas com que se debate a actividade arqueológica em Portugal, no que respeita ao enquadramento institucional, à legislação, à gestão e musealização de acervos, e ao Conselho Nacional de Cultura, à necessidade de um plano nacional de salvaguarda do património arqueológico, recriação da carreira de arqueólogo, etc. Foi ainda discutida a polémica questão das obras em curso na Sé de Lisboa. Embora não nos tenham sido dadas quaisquer respostas concretas, pelo menos ficaram cientes da posição da AAP e da maior parte da comunidade arqueológica.

Ao longo do ano, a Direcção desenvolveu ou participou em várias acções relacionadas com a intervenção em curso na Sé de Lisboa, incluindo reuniões com a Sr.ª Secretária de Estado da Cultura e o Director-Geral do Património Cultural, reputados especialistas em Arqueologia e História Medieval, visitas às obras em curso, petições, requerimentos para acesso a informação sobre o projecto, etc., das quais apenas resultaram alterações pontuais, sem que tenha sido possível convencer as entidades responsáveis pelo mesmo da sua completa inadequação ao objectivo pretendido, e prometido, ou seja à preservação e valorização integral dos vestígios arqueológicos encontrados. Esta situação não deixa de ser lamentável, tanto mais tratando-se de um projecto promovido pela própria

entidade responsável pela salvaguarda e valorização do património cultural do país, a DGPC, e financiado com fundos públicos.

4. SECÇÕES E COMISSÕES

Neste ano, as secções e comissões especializadas, após um período de alguma retração das ações presenciais, devido ao covid-19, retomaram a sua actividade normal, estando esta bem descrita nos Relatórios de Actividade publicados neste volume.

A Comissão de Heráldica retomou a análise de processos e a emissão de pareceres no âmbito da heráldica autárquica, nos termos das Leis nº22/2012, e nº11-A/2013, presencialmente a partir de Outubro, após um período em que a sua actividade se desenvolveu em reuniões em linha, e de forma digital, devido à pandemia Covid-19, tendo emitido durante o ano um total de 15 pareceres.

5. VILA NOVA DE SÃO PEDRO

Tal como nos anos anteriores, prosseguiram as escavações em Vila Nova de São Pedro, no âmbito do projecto VN3000 - de Novo no 3º milénio, em estreita colaboração com a UNIARQ-FLUL, as quais foram financiadas pela AAP, tendo contado com o imprescindível apoio logístico da Câmara Municipal da Azambuja e da União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa, bem como da UNIARQ. Estas escavações permitiram um aprofundamento do conhecimento deste importante sítio arqueológico, classificado como Monumento Nacional desde 1971.

No dia 27 de Julho decorreu o já habitual Dia Aberto, realizando-se visitas guiadas a numerosos grupos escolares do Município da Azambuja, bem como a inúmeros visitantes. Ao final do dia foi realizada uma refeição Pré-Histórica onde os habitantes de Vila Nova de São Pedro puderam visualizar e participar na confecção de alimentos com técnicas de cozedura pré-histórica.

Nesta campanha, deu-se especial ênfase aos trabalhos de conservação e restauro, tendo-se procurado estabilizar dois dos bastiões que estavam em risco de ruir, e chamado a atenção da Câmara Municipal da Azambuja para a necessidade urgente de concretizar, pelo menos a primeira fase, de um projecto integrado de conservação e restauro, a realizar por uma empresa do sector, com suficiente experiência de intervenção em sítios desta natureza, em paralelo com o desenvolvimento do projecto de investigação em curso.

Em paralelo com as escavações, prosseguiu-se ao longo de todo o ano o estudo dos materiais provenientes das escavações antigas e também das mais recentes, no espaço de laboratório e reservas da Rua Ferreira Lapa, sob a orientação do arqueólogo da AAP, César Neves, e com a participação de vários alunos de mestrado, que escolheram como tema das suas dissertações materiais de VNSP, além de estudos diversos, elaborados por elementos da vasta equipa de colaboradores voluntários do projecto VNSP3000 – De novo no 3º milénio.

A equipa do projecto VNSP3000 colaborou com consultoria científica e execução museográfica da sala dedicada a Vila Nova de São Pedro no Museu Sebastião Mateus Arenque (Azambuja). Este novo espaço museológico, enquadrado num equipamento municipal, funcionará como um novo polo de visita, unindo assim o Museu Arqueológico do Carmo e o povoado de Vila Nova de São Pedro.

6. PRÉMIO DE ARQUEOLOGIA EDUARDO DA CUNHA SERRÃO

Este ano foi decidido retomar a atribuição do Prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão (7ª edição), para o qual foram também admitidos, a título excepcional, trabalhos realizados em 2020 e 2021, pois em 2021, não houve condições para o desenvolvimento normal da actividade académica, pelo que a AAP decidiu não abrir concurso para este prémio.

O júri, constituído pelo Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, José Morais Arnaud, pelos membros da Direcção Prof.ª Doutora Mariana Diniz e Doutora Andrea Martins, bem como pelos especialistas convidados Prof. Doutor José d'Encarnação e Prof. Doutor Francisco Sande Lemos, reuniu no dia 21 de Abril, tendo deliberado por unanimidade:

- Atribuição do Prémio Eduardo da Cunha Serrão, categoria de DOUTORAMENTO, à tese intitulada *A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI (1970 – 2014)*, da Doutora Jacinta Bugalhão.
- Atribuição de Menção Especial, categoria de Doutoramento, à tese intitulada *Neanderthal Diets in Portugal: Small and Large Prey Consumption during the Marine Isotope Stage 5 (MIS-5)*, da Doutora Mariana Vilas Boas de Castro Nabais.
- Atribuição do Prémio Eduardo da Cunha Serrão, categoria de MESTRADO, à dissertação intitulada *Em busca de "body worlds: Representação (e evocação) do corpo humano em objetos pré e proto-históricos da Península Ibérica*, da Drª Ana Filipa Amor dos Santos.
- Atribuição de Menção Especial, categoria de Mestrado, à dissertação intitulada *Representações antropomórficas na arte móvel da Proto-História do Vale do Sabor (Trás-os-Montes Oriental)*, da Drª Andreia Marisa Barros Silva . (Figura 1)



Figura 1 – Vencedores da 7ª Edição do Prémio Eduardo da Cunha Serrão, juntamente com a Direcção da AAP.

7. PUBLICAÇÕES

No dia 30 de Junho teve lugar o lançamento do novo número da revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses – *Arqueologia & História*. Este volume duplo (Vol. 71-72), apresenta um dossiê temático intitulado “A Morte em Lisboa – novos dados, novas problemáticas”, que conta com a participação de cerca de 20 artigos da autoria de investigadores nacionais e estrangeiros. A apresentação ficou a cargo do consócio Carlos Boavida (Figura 2).

No dia 4 de Novembro foi feita a apresentação das Monografias AAP 11 e 12. Esta colecção destina-se à publicação de trabalhos de investigação arqueológica considerados de especial relevância científica, com destaque para os que foram premiados pelo júri do Prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão. Os números 11 e 12 correspondem às teses premiadas na categoria de Mestrado e Doutoramento, no ano de 2019.

Monografia AAP 11 – *O mundo funerário Romano no Nordeste Alentejano (Portugal) – O contributo das intervenções de Abel Viana e António Dias de Deus*, de autoria de Mónica Rolo – vencedora na categoria de Doutoramento. Apresentação por Carlos Fabião. Monografia AAP 12 – *Dinâmicas Ocupacionais na segunda metade do 3º milénio a.C. nos Perdigões: Continuidades e descontinuidade*, de autoria de Ana Catarina Basílio – vencedora na categoria de Mestrado. Apresentação por António Carlos Valera (Figura 3).

No âmbito do 159º aniversário da Associação dos Arqueólogos Portugueses, procedeu-se, ainda, no dia 22 de Novembro ao lançamento do nº 73 da revista *Arqueologia & História*, com um dossiê especial intitulado “Península Ibérica entre os séculos V e X – Continuidade, Transição e Mudança”, apresentado pelo Professor Doutor Hermenegildo Fernandes (Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) (Figura 4 e 5).

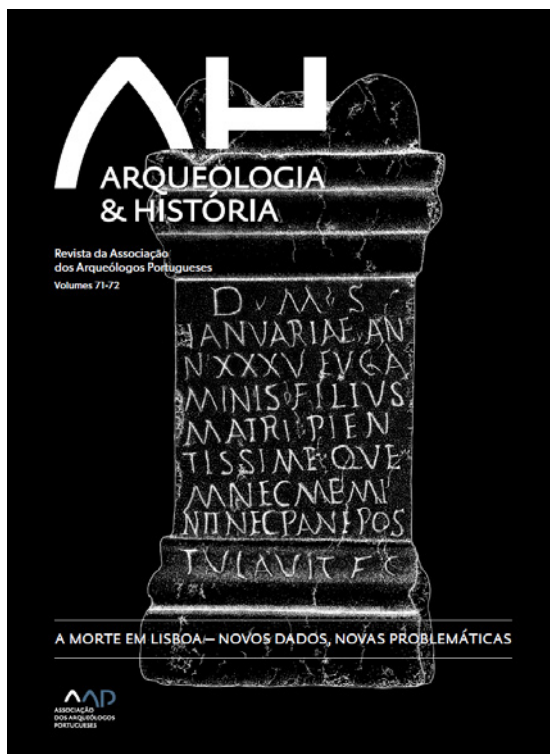


Figura 2 – *Arqueologia & História*, volumes 71-72.

Lançamento

MONOGRAFIAS 11 e 12

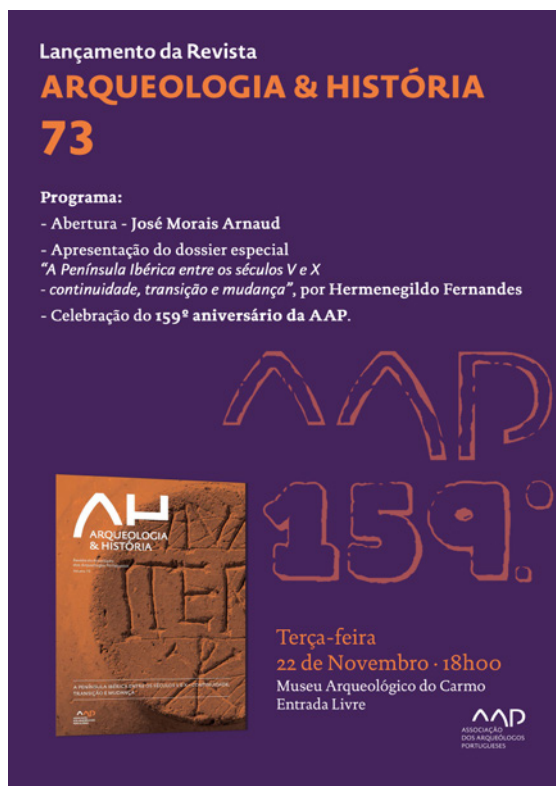
Programa:

- Abertura - José Morais Arnaud
- Apresentação da Monografia AAP 12 - António Carlos Valera
- Apresentação da Monografia AAP 11 - Carlos Fabião

Sexta-feira
4 de Novembro · 18h00
Museu Arqueológico do Carmo
Entrada Livre

The image shows two book covers for the 'Monografias AAP' series. The left cover is for volume 11, featuring a photograph of several ancient pottery vessels. The right cover is for volume 12, featuring a photograph of an archaeological excavation site with a circular feature. Both covers have the AAP logo and the title 'MONOGRAFIAS'.

Figura 3 – Lançamento das Monografias AAP, nº 11 e 12.



Figuras 4 – Cartaz do lançamento da *Arqueologia & História*, volumes 73.



Figuras 5 – *Arqueologia & História*, (73), apresentada pelo Professor Doutor Hermenegildo Fernandes.

8. BIBLIOTECA

Prosseguiram os trabalhos de catalogação da biblioteca, tendo dado entrada 144 obras novas e sido processados 432 registos bibliográficos de publicações periódicas. O bibliotecário, Dr. Paulo Gonçalves, procedeu ainda à criação de dossiers temáticos de impen-

sa, ao apoio bibliográfico aos funcionários, dirigentes e investigadores da AAP/MAC, a visitas de estudo especiais para refugiados e outros e ao apoio geral a todas as actividades da instituição.

9. ARQUIVO

Neste ano prosseguiram os trabalhos de seleção, limpeza e higienização de documentos, descrição arquivística, acondicionamento e digitalização do arquivo, desenvolvidos pela Dr.ª Sónia Tavares, com especial incidência no Fundo Histórico da AAP, do Fundo Eduardo da Cunha Serrão, do Fundo Associados, e ainda no Arquivo de Heráldica, tendo também passado a dar apoio à Comissão de Heráldica, após a saída, por vontade própria, da anterior responsável por esse apoio, a Dr.ª Leonor Pinto. Neste ano foram descritos arquivisticamente 236 documentos.

10. MULTIMEDIA E REDES SOCIAIS

Após a inesperada saída voluntária da Dr.ª Leonor Pinto, em meados do ano, a Direcção decidiu encarregar a Dr.ª Natacha Ribeiro da divulgação das actividades da AAP/MAC através das redes sociais. Embora esta tarefa esteja ainda no seu início, já começou a dar resultados muito promissores, sobretudo na captação dos públicos mais jovens e permeáveis às tecnologias multimédia.

Continuou-se a digitalização de publicações antigas da AAP ficando disponibilizadas online no site da associação, permitindo o livre acesso a todos: https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/arqueologia_historia.html.

11. FESTA DA ARQUEOLOGIA

Nos dias 29 e 30 de Abril teve lugar a 6ª edição da já tradicional Festa da Arqueologia, evento trienal de acesso gratuito, destinado a divulgar o trabalho dos arqueólogos junto do público em geral e das famílias com crianças em particular, nesta edição dedicado ao tema “Arqueologia e Sustentabilidade”, o qual teve, como é habitual, muito sucesso. Contou-se, mais uma vez, com a participação activa das principais instituições do sector (associações, universidades, museus, etc.) que planearam diversas actividades relacionadas com arqueologia e/ou património.

A abertura da Festa contou com a presença da Exmª Secretária de Estado da Cultura – Dr.ª Isabel Cordeiro.



Na sexta-feira, dia 29 de Abril, teve lugar a Mesa-Redonda – “Ciência e Combate Cidadão” com moderação do jornalista Luís Osório e participação de António Galopim de Carvalho, Carlos Fiolhais, Mário Moutinho e Luís Raposo.

No dia seguinte, 30 de Abril, a Mesa-Redonda foi dedicada ao tema – “Arqueologia e Desenvolvimento Sustentável”, tendo como moderadores José M. Arnaud e Mariana Diniz e oradores os arqueólogos João Marques, Samuel Melro, Tiago do Pereiro, António Manuel Silva, António Marques, Jacinta Bugalhão e José Bettencourt (Figura 6 e 7).

Figura 6 – Cartaz da Festa da Arqueologia.



Figura 7 – Festa da Arqueologia.

12. EXPOSIÇÕES

De 11 de Março a 9 de Abril esteve patente no MAC a exposição de pintura *Memória*, de Teresa Magalhães, um conjunto de “memórias pictoricamente deslumbrantes” na expressão feliz do curador da exposição, José Alexandre de São Marcos, evocativas das recordações de infância da artista, que nos transporta ao seu universo íntimo, com grande sensibilidade e alegria (Figura 8).

De 12 a 31 de Maio o MAC acolheu ainda a exposição individual de Pintura e Instalação Pictural “Leda, num pavilhão alugado a Dan Graham”, da autoria de José Quaresma.

Tal como vem acontecendo há já mais de uma década decorreu este ano mais uma exposição colectiva de professores e alunos da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, das Universidades de Paris-Nanterre e de Paris 8, e das Academias de Belas-Artes de Florença e Lodz, o âmbito do projecto Arte no Espaço Público, coordenado pelo Prof. José Quaresma, este ano intitulado *Chiado, Carmo, Paris – Soirée chez lui – Desassossego e Apropriação*, e inspirado na obra de Columbano.

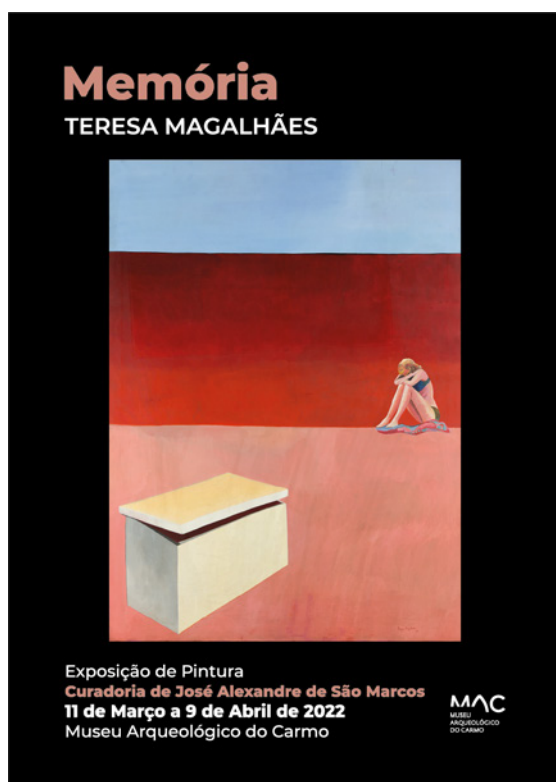


Figura 8 – Livro da exposição “Memória” da artista Teresa Magalhães.

No dia 23 de Novembro, no âmbito das comemorações do 159º aniversário da AAP, teve lugar a inauguração da exposição *Entre Passados*, de autoria de Simão Martinez, com curadoria de Célia Pereira, incluindo desenhos e esculturas especialmente concebidas para o espaço do MAC, no qual se integraram muito bem.

13. SERVIÇO EDUCATIVO

Neste ano a Direcção procedeu a uma reorganização do Serviço Educativo, para o adaptar às actuais disponibilidades de espaço e de pessoal. Com efeito, com a saída, por vontade própria, da coordenadora do Serviço Educativo, Dr.ª Rita Santos, que desempenhava essas funções desde 2001, e de Costanza Biso, e com o aumento substancial do número de visitantes, que ultrapassou a média diária de mil, a Direcção decidiu suspender temporariamente as actividades próprias, destinadas ao público escolar, e concentrar os recursos disponíveis num maior apoio às famílias e aos pequenos grupos de visitantes particulares, proporcionando visitas guiadas, em várias línguas, destinadas a vários tipos de públicos. Continuam, porém, a acolher-se visitas de grupos escolares, desde que devidamente acompanhadas pelos respectivos professores, bem como pequenos grupos com necessidades especiais.

O MAC promoveu ainda um conjunto de actividades de Arqueologia Experimental, intitulado Oficina do Carmo, em colaboração com Pedro Cura, da Prehistoric Skills, duas das quais tiveram já lugar no Museu Arqueológico do Carmo, com excelente acolhimento por parte de crianças, jovens e adultos. A actividade de 26 de Novembro foi dedicada à produção de placas de xisto, réplicas dos artefactos existentes na sala 1 do MAC, efectuando os participantes as tarefas de polimento, afeiçoamento, gravação da temática decorativa e perfuração manual das placas. No dia 17 de Dezembro a actividade foi dedicada aos azulejos, tendo por base os artefactos – azulejos do século XVI – presentes na sala 5 do MAC, efectuando os participantes todas as etapas de pintura da peça. Estas foram posteriormente cozidas, revelando a diversidade da paleta cromática destas belas peças (Figura 9 e 10).



Figura 9 – Cartaz da actividade educativa – Oficina do Carmo.



Figura 10 – Oficina do Carmo – produção de Placas de Xisto.

14. ESPECTÁCULOS

Tal como em anos anteriores, o MAC acolheu o espectáculo “Lisbon under Stars”, de 5 de Maio a 15 de Julho e de 25 de Agosto a 1 de Outubro, o qual continuou a ser muito bem acolhido pelo público português e pelos numerosos visitantes estrangeiros.

Em Junho regressou ao Carmo o “Lisbon Music Fest – International Youth”, festival de jovens músicos, com dois concertos – a 7 e a 27 de Junho, que encheram as ruínas do Carmo.

De 27 de Julho a 20 de Agosto o MAC acolheu ainda o Teatro do Bairro, que apresentou uma peça de Muito barulho por nada, de W. Shakespeare, com encenação de António Pires, a qual foi muito bem acolhida pelo público, tendo praticamente esgotado todas as sessões.

O MAC acolheu ainda, como vem sendo tradicional, dois concertos pela Banda da Guarda Nacional Republicana, a 9 de Julho e a 3 de Outubro, bem como o III Festival de Coros da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, que teve lugar nos dias 26 de Maio e ambos com entrada livre.

Entre Outubro e Dezembro, às quintas-feiras, decorreu ainda o espectáculo do grupo “Rua das Pretas”.

AGRADECIMENTOS

Toda esta actividade não poderia ter sido desenvolvida sem o empenho e a dedicação de uma equipa pequena, mas muito eficaz, e polivalente, que tem demonstrado uma grande capacidade de adaptação aos desafios de um mundo em constante mudança. A Direcção não pode, assim, deixar de expressar o seu sincero agradecimento a todos os nossos colaboradores, consócios e parceiros que, ao longo dos últimos 25 anos, muito têm contribuído para transformar um edifício arruinado numa dos mais belos e mais visitados museus do país.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

DA DIRECÇÃO – 2023

José Morais Arnaud, Luís Raposo, Andrea Martins †, José Barreto Domingos, Mariana Diniz

1. VISITANTES DO MUSEU

O ano de 2023 foi marcado por um substancial aumento do número de visitantes, tendo-se atingido os 387.839, o que corresponde a um aumento de cerca de 9,23% em relação a 2022, e parece indicar uma retoma da tendência para aumento gradual do número de visitantes que se vem verificado nos últimos 20 anos, apenas, drasticamente interrompido em 2020-2021 pela pandemia.

Parece, assim, que o facto de o edifício histórico do Carmo ter estado sujeito a obras de conservação e restauro que afectaram toda a zona do transepto, durante todo o ano, não terá afectado de modo significativo a afluência do público.

2. EDIFÍCIO

As obras de conservação e restauro da zona do transepto cuja conclusão estava inicialmente prevista para o mês de Junho prolongaram-se na realidade até ao final do ano por diversas circunstâncias adversas, tais como a escassez conjuntural de mão de obra especializada em conservação e restauro, resultante do conhecido incremento das intervenções de reabilitação urbana do casco antigo da cidade de Lisboa, devido à

enorme pressão urbanística e turística, e por outro ao facto de a Direcção da AAP ter seguido as sucessivas recomendações da Comissão de Acompanhamento no sentido de otimizar, na medida do possível, num edifício com mais de 600 anos de existência e um vasto historial de patologias, a resposta a um eventual abalo sísmico com alguma amplitude, equiparável aos que ocorreram de 1908 e em 1967.

Inicialmente, a obra adjudicada ao GPCR tinha por objectivo a limpeza, conservação e restauro da totalidade das fachadas do transepto, incluindo os sete arcos. Procedeu-se, assim, às seguintes acções: “mapeamento de patologias; limpeza prévia; aplicação de biocida e herbicida; erradicação de colonização biológica e plantas médias e superiores; remoção de argamassas deterioradas e/ou inadequadas; limpeza de cantarias por escovagem, nebulização, água, química; abertura e refechamento de juntas com argamassa à base de cal e inertes isentos de sais solúveis; colagem de elementos fracturados; micro estucagem de fendas e fissuras; revisão das argamassas de reboco, substituindo por argamassa à base de cal e inertes isentos de sais solúveis que se encontrem deterioradas ou que sejam inadequadas; conservação e restauro dos elementos escultóricos existentes na fachada”.

Porém, no decorrer da obra, tornou-se necessário

transformar aquilo que se afigurava de início uma mera intervenção de limpeza, conservação e restauro, numa intervenção mais complexa, devido à instabilidade estrutural que os arcos apresentavam. Essa situação exigiu que se procedesse a reforços estruturais, utilizando malhas de carbono, pregagens e argamassas estruturais em todos os arcos, com materiais de ponta, destinados a melhorar o comportamento estrutural de um edifício com mais de 600 anos, que já sofreu e

foi em grande parte destruído, por um dos mais fortes terremotos já registado em Portugal, em 1755, e que sobreviveu a pelo menos dois abalos sísmicos, em 1909 e em 1969, que afectaram em grande parte as estruturas reconstruídas no século XVIII, quer no transepto quer nas naves, as quais obrigaram o Ministério das Obras Públicas a duas intervenções bastante profundas nos arcos do lado sul e do lado norte da nave, respectivamente (Figura 1).



Figura 1 – Obras de conservação e restauro da zona do transepto do Museu Arqueológico do Carmo.

Foi ainda proposto pela Comissão de Acompanhamento da Obra à Direcção da AAP que se procedesse ao capeamento do topo dos muros e dos arcos com folha de cobre, a fim de assegurar maior durabilidade das argamassas de revestimento dos mesmos, método já utilizado com grande eficácia no revestimento das coberturas das capelas absidais. A fim de não atrasar mais as obras, foi decidido entregar essa tarefa à empresa AJMendes – Revestimentos de Zinco e Cobre, que já havia executado com grande eficácia o revestimento das coberturas das capelas há mais de 25 anos.

Considerando o elevado custo dos andaimes necessários para a intervenção num edifício com cerca de 30m de altura e uma área de cerca de 1200m², aproveitou-se naturalmente para proceder a uma intervenção de limpeza, conservação e restauro da totalidade das fachadas do transepto, muito afectadas pelas várias vicissitudes por que o edifício passou, ao longo dos séculos.

Tendo-se detectado algumas fissuras na parede construída em 1946-49 pela DGEMN com o objectivo de preencher o vão do arco em ogiva que separava

a capela-mor do transepto, aproveitou-se também a ocasião para uma intervenção nesse sector, com o objectivo de consolidar essa estrutura e de regularizar a sua ampla superfície, procedendo à “picagem integral do reboco, à limpeza do paramento, à injeção de fendas com argamassa, à colocação de malhas de fibra de vidro e de carbono e à aplicação de novo reboco de argamassa de cal”, o que permitiu, por um lado, destacar que essa parede não pertencia ao monumento gótico nem à sua tentativa de restauro setecentista, e por outro dar maior visibilidade e destaque aos painéis de azulejos aí instalados nos anos 40 do século XX.

A fim de permitir uma melhor leitura da história do edifício e das alterações e vicissitudes a que foi sendo sujeito, ao longo de seis séculos da sua existência, procedeu-se também ao reboco exterior dos muros que preencheram os vãos das restantes capelas absidais, com uma argamassa com as mesmas características e coloração, permitindo dar maior visibilidade às pedras de armas e outros elementos escultóricos nelas embutidas nos anos 40 do século XX”.

Apesar da dimensão desta última intervenção, quer em termos qualitativos, quer em termos quantitativos, será necessário prosseguir, num futuro próximo, com novas intervenções, nas áreas consideradas prioritárias, em termos de segurança estrutural e de conservação e restauro, pela equipa de consultores do Núcleo de Reabilitação do Instituto de Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) que acompanhou as obras que agora se apresentam com tanta competência e zelo profissional (Figura 2).

3. COLÓQUIO

A fim de comemorar os 600 anos da conclusão das obras de construção da Igreja do Carmo, teve lugar no dia 14 de Dezembro o Colóquio “O Carmo – 600 anos de construções e reconstruções. As últimas três décadas de intervenção”, organizado e pela Conservadora do Museu, Mestre Célia Nunes Pereira e por um dos signatários (JME), com o objectivo de apresentar os resultados dos trabalhos de conservação e



Figura 2 – Aspecto final da obra de conservação e restauro da zona do transepto da antiga Igreja do Carmo.

restauro mais recentes, cuja publicação está também em preparação (Figura 3 e 4).



Figura 3 – Cartaz do Colóquio “Carmo 600 Anos”.



Figura 4 – Sessão de Abertura do Colóquio “Carmo 600 Anos”.

4. SECÇÕES E COMISSÕES

No ano associativo de 2023, as secções e comissões especializadas, deram continuidade à sua actividade regular, fazendo igualmente parte da Comissão Executiva do IV Congresso da Associação dos Arqueólo-

gos Portugueses. Para uma consulta mais aprofundada do plano de actividades desenvolvido, aconselha-se a leitura dos Relatórios de Actividade publicados neste volume.

5. VILA NOVA DE SÃO PEDRO

Em relação ao projecto de investigação “VNSP3000 – De novo no III milénio” prosseguiram os trabalhos de gabinete ao longo de todo o ano, nas Reservas do MAC, na Rua Ferreira Lapa, sob orientação do Doutor César Neves, com licenciandos e mestrandos em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que utilizam materiais de VNSP para a elaboração dos seus trabalhos académicos.

No dia 22 de Abril, no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, foi também realizada uma visita guiada a Vila Nova de São Pedro, aberta a todos os interessados, a qual contou com a colaboração da Câmara Municipal da Azambuja, que proporcionou o transporte.

Realizou-se também de 3 a 21 de Julho mais uma campanha de escavações, dirigida pela Prof.ª Mariana Diniz com o apoio de José Morais Arnaud e da restante equipa, na qual participaram cerca de 15 alunos da Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Esta campanha foi especialmente orientada no sentido de preparar um plano integrado de conservação e restauro deste importante sítio arqueológico, a financiar pela Câmara Municipal da Azambuja, nos termos do protocolo existente entre a AAP, a C.M. Azambuja, e a União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa, tendo-se realizado algumas intervenções pontuais nos locais considerados mais críticos.

No dia 13 de Julho decorreu o já habitual Dia Aberto, realizando-se visitas guiadas a numerosos grupos escolares do Município da Azambuja, bem como a inúmeros visitantes. Ao final do dia foi realizada uma refeição Pré-Histórica onde os habitantes de Vila Nova de São Pedro puderam visualizar e participar na confecção de alimentos com técnicas de cozedura pré-histórica.

6. PRÉMIO DE ARQUEOLOGIA EDUARDO DA CUNHA SERRÃO

Tendo em consideração a normalização da situação sanitária pós-pandemia, a Direcção decidiu retomar o concurso para o prémio, tendo o júri sido constituído

pelo Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, José Morais Arnaud, pelos membros da Direcção Luis Raposo e Andrea Martins, bem como pelos especialistas convidados Profs. Doutores José d'Encarnação e Vitor de Oliveira Jorge.

O júri decidiu, assim, por unanimidade, atribuir o prémio na categoria de Doutoramento à tese intitulada:

Desenhar a Ruína: registo, interpretação e comunicação. O exemplo da cidade romana de Ebora, da autoria da Doutora Mariana Soares Martins de Carvalho.

Decidiu ainda atribuir Menções Especiais na Categoria de Doutoramento às teses:

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e Baixo Tejo, da autoria do Doutor João Pimenta;

Boa Vista 1: estudo arqueológico de um navio na Lisboa Ribeirinha (séc. XVII-XVIII) da autoria do Doutor Gonçalo Correia Lopes.

Na categoria de Mestrado foi vencedora a tese intitulada: *Os Vivos depois da Morte uma abordagem à gestão mortuária dos Tholoi 1 e 2 da Horta do João da Moura 1 (Ferreira do Alentejo) durante o 3º milénio AC* da autoria da Drª Mónica Patrícia Gomes de Almeida e Silva Corga (Figura 5 e 6).



Figura 5 – Cartaz da entrega do Prémio Eduardo da Cunha Serrão (8ª edição).



Figura 6 – Vencedores da 8ª Edição do Prémio Eduardo da Cunha Serrão, juntamente com o Júri.

7. PUBLICAÇÕES

Neste ano deu-se continuidade à publicação das seguintes Monografias, oportunamente distinguidas no âmbito do Prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão:

Monografia 13, de autoria de Fernanda Magalhães, intitulada – *A Domus romana no NO Peninsular. Arquitectura, Construção e Sociabilidades.*, e

Monografia 14, de autoria de Joana Castro Teixeira, intitulada – *Os povoados d’A PEDREIRA e Regadas no contexto da Pré-História Recente do Vale do Tua.*

Foi ainda lançada a obra “Memórias das Pedras Talhas”, da autoria do nosso consócio António Carlos Silva, cuja edição foi apoiada pela AAP (Figura 7).



Figura 7 – Lançamento das Monografias AAP, nº 13 e 14.

8. ARQUIVO

Prosseguiram os trabalhos de seleção, limpeza e higienização de documentos, descrição arquivística, acondicionamento e digitalização do arquivo, desenvolvidos pela Dr.ª Sónia Tavares, com especial incidência no Fundo Histórico da AAP, do Fundo Eduardo da Cunha

Serrão, do Fundo Associados, e ainda no Arquivo de Heráldica. Neste ano foram descritos arquivisticamente 462 documentos. No ano de 2023 foram ainda digitalizados 150 documentos com 33.252 imagens.

A responsável pelo Arquivo continuou a dar apoio à Comissão de Heráldica, bem como às restantes actividades da AAP/MAC, sempre que necessário.

8. MULTIMEDIA E REDES SOCIAIS

Neste ano, a Dra. Natacha Ribeiro prosseguiu e intensificou com grande eficácia a divulgação das actividades da AAP/MAC através das redes sociais, tarefa que já começou a dar resultados muito promissores, sobretudo na captação dos públicos mais jovens e permeáveis às tecnologias multimédia.

Continuou-se também a digitalização de publicações antigas da AAP ficando disponibilizadas online no site da associação, permitindo o livre acesso a todos.

9. IV CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA DA AAP

O congresso decorreu nos dias 22, 23, 24 e 25 de Novembro de 2023, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com um programa intenso e diversificado, entre comunicações, apresentações em formato poster e visitas a sítios arqueológicos emblemáticos, como o Criptopórtico do Museu Machado de Castro e as Ruínas e Museu de Conimbriga.

Tendo em conta as anteriores experiências, a AAP propôs-se, assim, continuar a colaboração com o meio académico nacional, realizando o seu IV Congresso em Coimbra, desafio que foi prontamente aceite pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o apoio do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS 20) e do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP), revelando-se uma parceria feliz e profícua. Em 2023, o regresso ao formato presencial, possibilitou a reunião de centenas de arqueólogos num mesmo espaço físico onde puderam apresentar, discutir e conviver com os seus pares. Esta circunstância contribuiu certamente para o crescente número de propostas, tendo a edição de 2023 o maior número de participações até à data – 188, distribuídas por 130 comunicações e 58 apresentações em formato poster.

Em formato físico foi publicado o livro de resumos e programa, onde são também disponibilizados os Qr-Codes de acesso directo à publicação. As 2.453 páginas das actas do congresso, dimensão inabarcável para publicação em papel, estão disponíveis nos sites

da AAP e da Universidade de Coimbra, permitindo a livre partilha dos investigadores nas suas páginas pessoais. Os artigos, de autoria de 422 investigadores, reflectem a intensa actividade arqueológica realizada no território português e em contextos directamente relacionados com a presença portuguesa, bem como abordagens historiográficas e teóricas, mostrando a vitalidade de uma classe profissional em crescimento (Figura 8 e 9).

10. EXPOSIÇÕES DE ARTES PLÁSTICAS

No âmbito do projecto Artes na Esfera Pública, promovido pela Faculdade de Belas Artes de Lisboa, decorreu a exposição intitulada “Os lugares de Dordio Gomes e as bifurcações da pintura”.

Além da habitual exposição de trabalhos de pintura de estudantes da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, este ano intitulada Gestos Entrelaçados – Integrada no Quarteirão das Artes, Chiado, decorreu ainda a exposição de pintura intitulada “Laços Inquebrantáveis/ territórios transfronteiriços”, da autoria de José Quaresma e Juan Carlos Ramos.



Figura 8 – Cartaz do IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses.



Figura 9 – Foto oficial do IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

11. SERVIÇO EDUCATIVO

Neste ano a Direcção, por falta de pessoal especializado nessa área e de espaço disponível, devido à grande afluência de visitantes, decidiu manter a suspensão das actividades destinadas ao público escolar, e concentrar os recursos disponíveis num maior apoio às famílias e aos pequenos grupos de visitantes particulares, proporcionando visitas guiadas, em várias línguas, destinadas a vários tipos de públicos. Continuam, porém, a acolher-se visitas de grupos escolares, desde que devidamente acompanhadas pelos respectivos professores, bem como pequenos grupos com necessidades especiais.

O MAC promoveu ainda um conjunto de actividades de Arqueologia Experimental, intitulado *Oficina do Carmo*, em colaboração com Pedro Cura, da *Prehistoric Skills*, dedicadas à manufactura de estatuetas de barro, à produção de queijo, à tecelagem, à estampagem e ao trabalho do couro, com excelente acolhimento por parte de crianças, jovens e adultos (Figura 10).

12. ESPECTÁCULOS

Apesar das obras de conservação e restauro do transepto, que se prolongaram por todo o ano, foi ainda possível acolher os seguintes espectáculos:

IV Edição do Festival de Coros, organizado pela Junta de Freguesia de Santa Maria Maior no dia 3 de Junho;

De meados de Julho a meados de Agosto a peça de teatro “O Gigante da Montanha”, de Pirandello, pelo Teatro do Bairro, numa encenação de António Pires, com grande sucesso junto do público;

No dia 23 de Agosto a Tertúlia Musical Rua das Pretas, de Pierre Aderne, com a participação excepcional da Ministra da Cultura do Brasil, Margareth Menezes;

AGRADECIMENTOS

Toda esta actividade não poderia ter sido desenvolvida sem o empenho e a dedicação de uma equipa pequena, mas muito eficaz, e polivalente, que tem demonstrado uma grande capacidade de adaptação aos desafios de um mundo em constante mudança. Num ano especialmente trabalhoso e difícil para todos nós, a Direcção não pode, assim, deixar de expressar o seu mais sincero agradecimento a todos os nossos colaboradores, consócios e parceiros que, ao longo dos últimos anos, por vezes com sacrifício das suas vidas pessoais e familiares, muito têm contribuído, para o engrandecimento e o prestígio da nossa Associação, nunca deixando de cumprir os nossos compromissos, mesmo nas circunstâncias mais adversas.



Figura 10 – Oficina do Carmo – Produção de Queijo.

SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA DA AAP

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

DO ANO 2022

Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins †
Direcção

1. INTRODUÇÃO

Durante o ano associativo de 2022, a Secção de Pré-História, já totalmente adaptada às circunstâncias geradas pela pandemia Covid-19, procurou desenvolver um conjunto de actividades que promovesse a divulgação da prática arqueológica, quer destinada ao público geral quer orientada para a comunidade académica, nomeadamente através da integração dos estudantes de Arqueologia em actividades desenvolvidas pela Secção. Trata-se do segundo ano do triénio que se iniciou a 25 de Maio 2021.

Ainda assim, e seguindo a linha de acção que tem caracterizado esta Secção, deu-se continuidade à realização de conferências periódicas (em regime presencial e online) sobre os mais variados temas da Arqueologia Pré-Histórica em Portugal.

Em 2022, e dando continuidade ao que vem sendo preconizado desde 2017, as actividades principais da Secção de Pré-História centraram-se no projecto de investigação “Vila Nova de São Pedro, de novo – no 3º milénio” (VNSP3000), tendo em vista a persecução dos objectivos traçados.

2. ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2022

Conferências:

As sessões decorreram por via virtual com recurso a videoconferência – plataforma ZOOM, e transmissão para o Canal Youtube da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

No dia 28 de Junho, pelas 18h00 realizou-se a conferência intitulada “Em busca de body worlds: representação (e evocação) do corpo humano em objetos pré e proto-históricos da Península Ibérica”, por Ana Amor Santos, vencedora do Prémio Eduardo da Cunha Serrão 7ª edição – categoria de Mestrado (Figura 1).

No dia 12 de Dezembro, pelas 18.00 – conferência intitulada:

“Que futuro para a Serra de Passos-Santa Comba-Garraia (Trás-os-Montes)? Uma paisagem do Neolítico e do Calcolítico dominada por escarpas com pintura rupestre esquemática em perigo de ruptura contextual”, por Maria de Jesus Sanches, Joana Castro Teixeira e Miguel Almeida (Figura 2).



Figura 1 – Poster da Conferência “Em busca de body worlds: representação (e evocação) do corpo humano em objetos pré e proto-históricos da Península Ibérica”.



Figura 2 – Poster da Conferência “Que futuro para a Serra de Passos-Santa Comba-Garraia (Trás-os-Montes)? Uma paisagem do Neolítico e do Calcolítico dominada por escarpas com pintura rupestre esquemática em perigo de ruptura contextual”.

Festa da Arqueologia:

– Os membros da Secção de Pré-História participaram activamente, na 6ª edição da Festa da Arqueologia, realizada nos dias 29 e 30 de Abril de 2022, no Museu Arqueológico do Carmo, colaborando na organização de eventos bem como na banca destinada à Associação dos Arqueólogos Portugueses e ao Museu Arqueológico do Carmo.

3. INVESTIGAÇÃO – VNSP 3000

Relativamente ao Projecto de Investigação “Vila Nova de São Pedro, de novo – no 3º milénio”, do qual os membros da direcção da Secção de Pré-História fazem parte, os trabalhos desenvolvidos em 2022 abrangem múltiplas vertentes.

A componente científica encontra-se presente através da publicação de cinco artigos científicos, seis relatórios publicados na Revista *Arqueologia & História* e da apresentação de cinco comunicações em distintos eventos nacionais e internacionais.

Durante o mês de Julho de 2022, desenvolveu-se a 5ª campanha de escavação arqueológica em Vila Nova de São Pedro (VNSP) onde, ao longo de quatro semanas, doze alunos de Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e uma aluna do Instituto Politécnico de Tomar, participaram em todas as tarefas programadas, nomeadamente na escavação arqueológica, trabalho de laboratório e prospecção geológica.

No âmbito da Arqueologia Pública e a Preservação da Memória – importantes linhas de acção do projecto VNSP3000, dada a proximidade estreita com os públicos visitantes e em particular com os habitantes de Torre Penalva e Vila Nova de São Pedro – foram realizadas em diversos dias visitas guiadas, orientadas também pelos alunos, destacando-se, a 27 de Julho, o Dia Aberto. Neste dia, o sítio arqueológico recebeu a visita de duas centenas de pessoas tendo sido possível reunir mais informações sobre as escavações da década de 1950 e 1960, transmitidas pelos próprios intervenientes, bem como transmitir a todos os resultados da investigação em curso. No final do dia teve lugar uma refeição Pré-Histórica, confeccionada por Pedro Cura da Pre & Historic Skills, no recinto da Junta de Freguesia.

Deu-se continuidade ao tratamento e estudo dos materiais arqueológicos provenientes de VNSP que se encontram depositados nas reservas do Museu Arqueológico do Carmo e, também, resultantes das intervenções arqueológicas aí realizadas pelo projecto

VNSP3000. Estes trabalhos têm contado com a colaboração de alunos de Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, bem como de outros investigadores do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Todas as tarefas são desenvolvidas no Depósito MAC, situado na Rua Ferreira Lapa:

- Arrumação, lavagem e separação dos artefactos recolhidos na escavação;
- Desenho dos principais artefactos arqueológicos;
- Tratamento, acondicionamento, lavagem e registo da colecção de VNSP, proveniente de Alenquer, no âmbito de um protocolo celebrado entre a AAP e a Câmara Municipal de Alenquer.

4. OUTRAS ACTIVIDADES

Em Dezembro de 2022, os membros da Secção de Pré-História, juntamente com os elementos das restantes secções e comissões, passaram a integrar a Comissão Executiva do IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que terá lugar entre 22 e 25 de Novembro na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Em 2022, deu-se continuidade à manutenção dos canais de comunicação associados à AAP, nomeadamente do perfil do *facebook* da Secção de Pré-História onde, além da divulgação de todas as actividades realizadas no seio da AAP, promoveu-se a difusão e debate de diversos temas e problemáticas relacionadas com a Pré-História e Arqueologia em geral, quer no nosso território, quer em outros países.

Como parte integrante da AAP e assumindo a importância e peso que a actividade associativa tem para o crescimento da instituição, a Secção de Pré-História manteve como objectivo para 2022 a angariação de novos sócios para a AAP.

SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA DA AAP

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

DO ANO 2023

Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins †
Direcção

1. INTRODUÇÃO

Durante o ano associativo de 2023, a Secção de Pré-História, procurou desenvolver um conjunto de actividades que promovessem a divulgação da prática arqueológica, quer destinada ao público geral quer orientada para a comunidade académica, nomeadamente através da integração dos estudantes de Arqueologia em acções desenvolvidas pela Secção. Trata-se do último ano do triénio que se iniciou a 25 de Maio 2021.

Seguindo a linha de acção que tem caracterizado esta Secção, deu-se continuidade à realização de conferências periódicas (em regime presencial e online) sobre os mais variados temas da Arqueologia Pré-histórica em Portugal.

Em 2023, e dando seguimento ao que vem sendo preconizado desde 2017, as actividades principais da Secção de Pré-História centraram-se no projecto de investigação “Vila Nova de São Pedro, de novo – no 3º milénio” (VN3P3000), tendo em vista a persecução dos objectivos traçados.

2. ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2023

Conferências:

As sessões decorreram por via virtual com recurso a videoconferência – plataforma ZOOM, e transmissão para o Canal Youtube da Associação dos Arqueólogos Portugueses, bem como no auditório do Museu Arqueológico do Carmo.

No dia 14 de Abril de 2023, no auditório do Museu Arqueológico do Carmo, pelas 18.00h realizou-se a conferência intitulada: “Neanderthal Diets in Portugal: Small and Large Prey Consumption during the Marine Isotope Stage 5 (MIS-5)” – por Mariana Nabais, vencedora do Prémio Eduardo da Cunha Serrão 7ª edição, Categoria de Doutoramento (Figura 1).

No dia 29 de Março de 2023 realizou-se em formato online – plataforma zoom – a conferência intitulada “Representações antropomórficas na arte móvel da Proto-História do Vale do Sabor (Trás-os-Montes Oriental)”, por Andreia Silva – vencedora do Prémio Eduardo da Cunha Serrão (2021-2022), categoria de Mestrado (Figura 2).



Figura 1 – Poster da Conferência “Neanderthal Diets in Portugal: Small and Large Prey Consumption during the Marine Isotope Stage 5 (MIS-5)”.



Figura 2 – Poster da Conferência “Representações antropomórficas na arte móvel da Proto-História do Vale do Sabor (Trás-os-Montes Oriental)”.

IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses:

– Os membros da Secção de Pré-História participaram activamente na organização do IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, realizado nos dias 22 a 25 de Novembro, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

3. INVESTIGAÇÃO – VNSP 3000

Relativamente ao Projecto de Investigação “Vila Nova de São Pedro, de novo – no 3º milénio”, do qual os membros da direcção da Secção de Pré-História fazem parte, os trabalhos desenvolvidos em 2023 abrangem múltiplas vertentes.

A componente científica encontra-se presente através publicação de quatro artigos científicos, relatórios da intervenção arqueológica de 2022 e do PIPA, assim como a apresentação de quatro comunicações em distintos eventos nacionais.

Entre os dias 3 e 21 de Julho de 2023 desenvolveu-se a 6ª campanha de escavação arqueológica em Vila Nova de São Pedro (VNSP) onde, ao longo de três semanas, dez alunos de Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, participaram em todas as tarefas programadas, nomeadamente na escavação arqueológica, trabalho de laboratório e registo de campo.

No âmbito da Arqueologia Pública e a Preservação da Memória – importantes linhas de acção do projecto VN3000, dada a proximidade estreita com os públicos visitantes e em particular com os habitantes de Torre Penalva e Vila Nova de São Pedro – foram realizadas em diversos dias visitas guiadas, orientadas também pelos alunos, destacando-se, a 13 de Julho, o Dia Aberto. Neste dia, o sítio arqueológico recebeu a visita de duas centenas de pessoas tendo sido possível reunir mais informações sobre as escavações da década de 1950 e 1960, transmitidas pelos próprios intervenientes, bem como transmitir a todos os resultados da investigação em curso. No final do dia teve lugar uma refeição Pré-Histórica, confeccionada por Pedro Cura e Joana Carrondo da Pre & Historick Skills, no recinto da Junta de Freguesia.

Deu-se continuidade ao tratamento e estudo dos materiais arqueológicos provenientes de VN3000 que se encontram depositados nas reservas do Museu Arqueológico do Carmo e, também, resultantes das intervenções arqueológicas aí realizadas pelo projecto VN3000. Estes trabalhos têm contado com a colaboração de alunos de Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, bem como de outros investigadores do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e do Instituto Superior Técnico.

Todas as tarefas são desenvolvidas no Depósito MAC, situado na Rua Ferreira Lapa:

- Arrumação, lavagem e separação dos artefactos recolhidos na escavação;
- Desenho dos principais artefactos arqueológicos;
- Tratamento, acondicionamento, lavagem e registo da colecção de VN3000, proveniente de Alenquer, no âmbito de um protocolo celebrado entre a AAP e a Câmara Municipal de Alenquer;

A Secção de Pré-História associou-se à Associação dos Arqueólogos Portugueses, ao projecto VN3000, ao Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e à Câmara Municipal da Azambuja para, no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (27 de Abril), dirigir uma visita guiada VN3000, que contou com a presença de alunos de Arqueologia da FLUL e cidadãos do concelho da Azambuja.

4. OUTRAS ACTIVIDADES

Em 2023, deu-se continuidade à manutenção dos canais de comunicação associados à AAP, nomeada-

mente do perfil do *facebook* da Secção de Pré-História onde, além da divulgação de todas actividades realizadas no seio da AAP, promoveu-se a difusão e debate de diversos temas e problemáticas relacionadas com a Pré-História e Arqueologia em geral, quer no nosso território, quer em outros países.

Como parte integrante da AAP e assumindo a importância e peso que actividade associativa tem para o crescimento da instituição, a Secção de Pré-História manteve como objectivo para 2023 a angariação de novos sócios para a AAP.

SECÇÃO DE HISTÓRIA DA AAP RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2022

João Marques¹, Teresa Marques², Carlos Boavida³

¹ Presidente

² Vice-Presidente

³ Secretário

Ao longo do ano de 2022, ultrapassados muitos dos condicionalismos impostos pela situação pandémica nos anos anteriores, foi retomada a actividade regular da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses. A secção reuniu assim por diversas ocasiões, tendo ocorrido naquele âmbito três conferências, um colóquio e a apresentação de um livro. Foram ainda organizadas duas visitas guiadas e um seminário em colaboração com outras instituições.

- 8 de Fevereiro (via digital): “*O estado da Arqueologia no arquipélago da Madeira. Da sua origem à actualidade*”, por Alexandre Brazão e Ana Mendonça (CEAM – Centro de Estudos Arqueologia Moderna e Contemporânea). O vídeo desta encontra-se disponível no canal Youtube da Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- 26 de Maio: “*Estruturas hidráulicas de abastecimento ao Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel*” por Luciana de Jesus (Munlu Ardhi, Estudos Humanísticos, Lda.) e Henrique Matias (Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa).
- 15 de Junho: “*O estuário do Rio Arade. Um paradigma da Arqueologia Subaquática em Portugal*” por Cristóvão Fonseca (CNANS – Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática; CHAM –

Centro de Humanidades das Universidades Nova de Lisboa e dos Açores), José António Bettencourt (CHAM – Centro de Humanidades das Universidades Nova de Lisboa e dos Açores) e Pedro Caleja (CNANS – Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática). (Figura 1)



Figura 1 – Cartazes de divulgação das actividades organizadas pela Secção de História durante o ano de 2022.

No dia 13 de Outubro, em colaboração com a Secção de Pré-História e com a Direcção Regional de Cultura do Alentejo, teve lugar, no auditório do Museu Arqueológico do Carmo, o colóquio de homenagem à arqueóloga Susana Correia, recentemente falecida. Naquele participaram vários investigadores, na sua maioria amigos e colegas da homenageada, que abordaram diversos aspectos da sua actividade profissional ao longo de quase cinco décadas. (Figura 2)

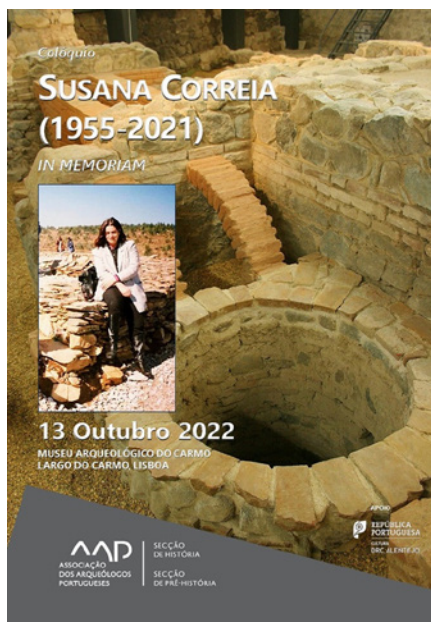


Figura 2 – Cartaz de divulgação do colóquio de homenagem a Susana Correia.

Na reunião 10 de Dezembro foi apresentado por Ana Margarida Arruda (Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) a obra *Arqueologia da Atlântida*, da autoria de José Luís Neto.

No dia 14 de Dezembro teve lugar, através da plataforma ZOOM, o seminário *Quando a areia se torna transparente*. Este evento, evocativo do Ano Internacional do Vidro da UNESCO, foi organizado em colaboração com a Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, o Centro de Arqueologia de Lisboa, o Instituto de História Contemporânea – Pólo da Universidade de Évora | IN2PAST, o VICARTE NOVA FCT e a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, e contou com sete comunicações conforme informação que se segue:

- “*Opaco ma non troppo: uma leitura histórica do vidro pré-romano do Sul de Portugal*” por Francisco B. Gomes (UNIARQ | FLUL);

- “*Fracturas e Iridescências: a conservação e o restauro do vidro de Época Romana até à Era Industrial*” por Inês Coutinho (VICARTE-NOVA FCT);
- “*Conservação e restauro de uma garrafa de vidro, proveniente da Casa dos Bicos, Lisboa*” por Filipa Pimenta (CML/DMC/DPC/CAL);
- “*O vidro no Gharb al-Andalus: reflexos do Oriente*” por Susana Gomez Martinez (UEvora | CAM/CEAACP);
- “*Vidros nos Terraços. Algumas considerações sobre a colecção de vidros recuperada nos Terraços do Carmo, Lisboa*” por Carlos Boavida (IAP-NOVA FCSH | AAP);
- “*Orientalismo nas colecções da Casa Real Portuguesa: vidros da Rainha D. Maria Pia*” por Maria João Botelho Moniz Burnay (PNAjudá);
- “*Técnica e trabalho, indústria e lugar: patrimonializações do vidro na Marinha Grande*” por Emília Margarida Marques (CRIA/ISCTE-UL | IHC-NOVA FCSH). (Figura 3)



Figura 3 – Cartaz de divulgação do Seminário “Quando a areia se torna transparente”.

Nos dias 4 e 5 de Maio, em colaboração com a Direcção-Geral do Património Cultural, foram organizadas duas visitas guiadas às novas instalações do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, que foram acompanhadas por António Batarda e José António Gonçalves, da DGPC (Figura 4).

Em colaboração com a Comissão de Estudos Olisiponenses da AAP, a 8 de Outubro foi organizada uma visita ao renovado Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. A visita acompanhada por Jacinta Bugalhão teve o apoio da Fundação Millennium BCP.

Durante este ano de 2022, no volume n.º 73 da revista *Arqueologia & História* editada pela AAP, foram publicadas as actas de dois colóquios organizados



Figura 4 – Visita às novas instalações do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática.

recentemente pela Secção de História, o Encontro Internacional “A Península Ibérica entre os séculos V e X – Continuidades, Transição e Mudança”, realizado em 2019 e o “Colóquio de homenagem ao arqueólogo Francisco Tavares Proença Júnior” ocorrido em 2016.

A Secção continua a manter em funcionamento os seus emails, assim como a página no Facebook, que continua a ser seguida por cerca de 4400 internautas.

Por fim, a mesa da Secção de História não quer deixar de agradecer uma vez mais aos funcionários da AAP e do Museu Arqueológico do Carmo, pelo seu apoio nas iniciativas organizadas.

Lisboa, 26 Março de 2023

SECÇÃO DE HISTÓRIA DA AAP

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

DO ANO 2023

João Marques¹, Teresa Marques², Carlos Boavida³

¹ Presidente

² Vice-Presidente

³ Secretário

Ao longo do ano de 2023 a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses manteve a sua actividade habitual, convidando diversos investigadores para a apresentação dos seus projectos e trabalhos. A secção reuniu assim por três ocasiões, tendo ocorrido naquele âmbito duas conferências, um colóquio e a apresentação de um livro.

- 15 de Março: “A sistematização do património cultural marítimo no Endovélico”, por Pedro Barros, Gonçalo Lopes, Cristóvão Fonseca, Pedro Caleja e Jacinta Bugalhão. No âmbito desta reunião foi apresentado, por Luís Raposo, vice-presidente da direcção da AAP, o livro *Memórias das Pedras Talhas. Fragmentos na vida de um arqueólogo accidental* da autoria de António Carlos Silva.
- 23 de Maio: “O Saint Géran, perdido na Ilha Maurícia em 1744. A missão de 2022” por Jean-Yves Blot, Nadeem Nazurally, Fernando Almeida e André Ferreira. (Figura 1)

No dia 20 de Maio, em colaboração com a Comissão de Estudos Olisiponenses, teve lugar no auditório do Museu Arqueológico do Carmo um o colóquio *Parece que foi ontem... Encontro sobre arqueologias contemporâneas*. Naquele participaram um total de 26 investigadores que apresentaram 13 comunicações às quais assistiram cerca de 40 pessoas.

A Mesa da Secção de História, como tem vindo a ser habitual, integrou a Comissão Organizadora do IV Congresso da AAP, ocorrido no final de Novembro na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A Secção continua a manter em funcionamento os seus emails, assim como a página no Facebook, que continua a ser seguida por cerca de 4500 internautas.

Por fim, a mesa da Secção de História não quer deixar de agradecer aos funcionários da AAP e do Museu Arqueológico do Carmo, pelo seu apoio nas iniciativas organizadas.

Lisboa, 17 Março de 2024



Figura 1 – Cartazes de divulgação das actividades da Secção de História no ano de 2023.

COMISSÃO DE ESTUDOS OLISIPONENSES – AAP RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2022

Tânia Manuel Casimiro¹, Guilherme Cardoso², Carlos Boavida³

¹ Presidente

² Vice-Presidente

³ Secretário

Durante o ano de 2022, as actividades desenvolvidas pela Comissão de Estudos Olisiponenses foram abaixo do que tem sido frequente nos últimos anos. Esse facto deve-se, em primeiro lugar, a diversos afazeres profissionais por parte dos membros da mesa, o que condicionou a sua disponibilidade para a organização das habituais conferências ou colóquios que até 2019 eram regulares. Por outro lado, o trabalho editorial que os membros têm estado a realizar no âmbito da Comissão tem ocupado muito do tempo disponível. Assim, a mesa da comissão reuniu apenas em duas ocasiões, uma por via digital e outra em parceria com a Secção de História, na realização de uma visita.

A reunião teve lugar no dia 28 de Maio, através da plataforma Zoom, no âmbito da qual foi apresentada a conferência “*Será que os pobres eram felizes? Vida e morte numa pedreira da Lisboa nos séculos XIX e XX*”. Esta foi proferida por João Sequeira, Joel Santos e André Texugo, estando disponível no canal Youtube da Associação dos Arqueólogos Portugueses, ultrapassando surpreendentemente, em poucos meses, mais de 400 visualizações, mais do que alguns vídeos acessíveis através daquele canal há vários anos. (Figura 1)

No dia 8 de Outubro, em colaboração com a Sec-



Figura 1 – Cartaz de divulgação da conferência organizada pela Comissão de Estudos Olisiponenses no dia 28 de Maio de 2022.

ção de História da AAP, foi organizada concorrida visita guiada ao Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, tendo como objectivo conhecer também a nova museografia daquele espaço. A visita foi acompanhada por Jacinta Bugalhão e teve o apoio da Fundação Millennium BCP.

Ao longo do ano de 2022 a mesa da Comissão de Estudos Olisiponenses continuou o seu trabalho de recolha dos artigos correspondentes a conferências e comunicações apresentadas no âmbito das reuniões e colóquios organizados nos últimos anos, tendo em vista a sua publicação. Nesse aspecto, já se encontram em processo de edição as actas do ciclo de conferências “*Lisboa não é só subterrânea – 25 anos depois de uma exposição*”, ocorrido em 2019. Aquelas serão dadas à estampa, como previsto, num suplemento da revista *O Arqueólogo Português* editada pelo Museu Nacional de Arqueologia em colaboração com a Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Como tem sido hábito, a Comissão tem mantido a actividade da sua página no Facebook, seguida por mais 1800 internautas, divulgando também iniciativas promovidas por outras instituições. Foram igualmente partilhadas notícias sobre arqueologia, história e património da cidade de Lisboa, bem como sobre eventos e publicações temáticas da responsabilidade de várias empresas de arqueologia, museus, arquivos e bibliotecas.

Na mesma plataforma foram sendo também dadas a conhecer edições publicadas ao longo de 2022 sobre a História e Património da cidade de Lisboa e do seu termo, presentes no álbum “*Registos de Lisboa*”. Entre periódicos, actas de colóquios ou congressos, catálogos de exposições e estudos monográficos, contam-se um total de trinta e nove publicações, das quais se anexa a informação bibliográfica.

ALBERTO, Edite (coord. edit.) (2020) – *Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde*. Lisboa: Câmara Municipal, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

ALBERTO, Edite (coord. edit.) (2021) – *All Saints Royal Hospital: Lisbon and Public Health*. Lisboa: Câmara Municipal, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

ALVES, José da Felicidade (2022) – *Peregrinações pelas Igrejas de Lisboa. Tomo IV: As Igrejas de Lisboa desde 1580 a 1755*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa (edição digital disponível em <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/39335>).

ARNAUD, José Morais (dir.) (2022) – *Arqueologia & História*, 71/72. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (inclui dossier relativo ao colóquio “A Morte em Lisboa – Novos Dados, novas problemáticas” e a segunda parte dos textos relativos ao colóquio “Do Carmo a São Vicente”).

ARNAUD, José Morais (dir.) (2022) – *Arqueologia & História*, 73. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (inclui dossier relativo ao encontro internacional “A Península Ibérica entre os

séculos V e X – Continuidade, transição e mudança”, do qual fazem parte 2 com trabalhos sobre a região de Lisboa).

BARATA, Filomena; RAMOS, Leonardo Rosa (2022) – *Glossário de Termos Latinos para a Arqueologia (M-Z)*. Lisboa: Lema d’Origem.

BEJA, Filomena Marona (2022) – *Lisboa indo e vindo. Crónicas*. Lisboa: Parsifal.

BRISON, Isabel (2022) – *Ditas e desditas da estatuária lisboense*. Lisboa: Teatro do Bairro Alto, Museu de Lisboa/CML.

CARDOSO, Guilherme; NOZES, Cristina (coord.) (2022) – *A morte no Ager Olisiponensis*. Col. Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo, 8. Lisboa: Câmara Municipal; Caleidoscópio.

CARDOSO, João Luís (coord.) (2022) – “O povoado pré-histórico de Leceia. Cinquenta anos de trabalhos arqueológicos (1972-2022). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 31. Oeiras: Câmara Municipal.

CARDOSO, João Luís (coord.) (2022) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 30. Oeiras: Câmara Municipal.

CARVALHO, Sérgio Luís de (2022) – *Lisboa Árabe*. Lisboa: Parsifal.

FARIA, Miguel Figueira; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; TEIXEIRA, José de Monterroso (2022) – *Palácio dos Condes de Redondo*. Lisboa: Scribe, Universidade Autónoma de Lisboa.

FERNANDES, José Manuel (2022) – *Norte Júnior ou o triunfo do eclectismo*. Lisboa: Caleidoscópio.

FERNANDES, Lídia (coord. edit.) (2022) – “O rio como horizonte: o outro palco do teatro romano”. *Scaena*, 3. Lisboa: Museu de Lisboa – EGEAC/CML.

FERNANDES, Lídia; GRILO, Carolina; FERNANDES, Paulo Almeida; PEREIRA, Ant.º Teotónio (2022) – *Vitrum. Vidros na história de Lisboa – Exposição temporária*. Lisboa: Museu de Lisboa/EGEAC.

FERNANDES, Paulo Almeida (coord.) (2022) – *Santo António por Domingos Soares Branco*. Lisboa: Museu de Lisboa/CML.

FERNANDES, Paulo Almeida; ALMEIDA, Rita Fragoso (2022) – *Machado de Castro em Lisboa. O Laboratório de Escultura*. Lisboa: Museu de Lisboa – Palácio Pimenta/EGEAC

FERRO, Rita (2022) – *Brevíssimo dicionário dos snobs. Lisboa, Cascais e muito mais*. Lisboa: Dom Quixote.

FIELDING, Henry (2022) – *Diário de uma viagem a Lisboa*. Lisboa: Quimera.

FONTES, J. L.; OLIVEIRA, L. F. (coord.) (2022) – *Os territórios da Lisboa Medieval*. Col. Estudos, 27. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa.

FRANÇA, José-Augusto (2022) – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Imprensa Nacional.

GARCIA, José Manuel (2022) – *Lisboa no tempo de D. Manuel I. A cidade que ambicionava o mundo*. Lisboa: Museu de Lisboa/EGEAC.

GONÇALVES, Sara (2022) – *Cemitérios de Lisboa – Boletim Cultural dos Cemitérios de Lisboa*, 0. Lisboa: Divisão de Gestão Ceterial/CML.

GUARDIÃO, Ana; JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PEIXOTO, Paulo (org.) (2022) – *Ecos Coloniais – Histórias, patrimónios e memórias. Império e Colonialismo: reverberações na Lisboa actual*. Lisboa: Tinta-da-China.

LANGENS, Joke (2022) – *Lisboa em 10 histórias*. Lisboa: Casa das Letras.

MENEZES, Marlucci; SILVA, António Santos; VEIGA, Maria do Rosário (coord. edit.) (2022) – “Materiais de interesse histórico que constroem o património edificado: correlações, usos, paisagens – vol. II”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 17 – Série II. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa (disponível em <https://cademosarquivo.cm-lisboa.pt/index.php/am/issue/view/1>).

Ó, Jorge Ramos do; BOTO, Carlota (coord. edit.) (2022) – “Artes de educar: em emergência e edificação do paradigma escolar moderno (meados do século XVIII – primeiro quartel do século XX)”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 18 – Série II. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa (disponível em <https://cademosarquivo.cm-lisboa.pt/index.php/am/issue/view/3>).

OLIVEIRA, Victor (2022) – *Arte e História na Faculdade de Medicina. Universidade de Lisboa*. Lisboa: By the Book.

RAPOSO, Jorge (dir.) (2022) – *Al-Madan Online*, 24.5. Almada: Centro de Arqueologia de Almada – disponível em https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline25_1.

RAPOSO, Jorge (dir.) (2022) – *Al-Madan Online*, 25.2. Almada: Centro de Arqueologia de Almada – disponível em https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline25_2.

RAPOSO, Jorge (dir.) (2022) – *Al-Madan*, 25. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.

SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos (2022) – *A Reconstrução da Baixa de Lisboa no século XVIII: o projecto de Manuel da Maia*. Lisboa: Caleidoscópio.

SENNA-MARTÍNEZ, João Carlos; MARTINS, Ana Cristina; MARQUES, Ant.º; CAMEIRA, Isabel (coord. edit.) (2022) – “Água, dos homens e dos deuses... Captar, distribuir, conter”. Col. *Fragments de Arqueologia de Lisboa*, 4. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa/CML, Secção de Arqueologia/Sociedade de Geografia de Lisboa.

SERAFIM, Paula (textos) (2021) – *Crónicas do Socorro*, vol. IV. Lisboa: Regimento de Sapadores Bombeiros, Câmara Municipal – disponível em https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/iii_cronicas_de_socorro_web.

SILVA, Manuel Fialho (2022) – *Mutação urbana na Lisboa Medieval: Das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

VAZ, Cecília (2022) – *Os Loucos anos 1920 em Lisboa. Clubes nocturnos, boémia e transgressão*. Lisboa: Lua Eléctrica.

VAZ, Cecília; NASCIMENTO, Mário; FERNANDES, Paulo Almeida (coord.) (2022) – *Os Loucos Anos 20 em Lisboa*. Catálogo da exposição. Lisboa: Museu de Lisboa – EGEAC/CML.

VVAA (2022) – *Uma Casa em Lisboa. Homenagem a José Saramago de Matos*. Lisboa: Museu de Lisboa/EGEAC.



Figura 2 – Publicações sobre a História e Património da cidade de Lisboa editadas durante o ano de 2022.

Os membros da mesa desta comissão agradecem aos funcionários e colaboradores do Museu Arqueológico do Carmo e da Associação dos Arqueólogos Portugueses pelo seu apoio no desenvolvimento das actividades organizadas. Os agradecimentos são também para todos os participantes naquelas actividades, tanto oradores como assistentes, pois sem eles nada teria sido possível.

Por último, a mesa não pode deixar de prestar tributo e lamentar o desaparecimento, no início deste mês de Março, do Dr. Francisco Santana, nome incontornável da olisipografia, homenageado em 2019, no âmbito do colóquio que assinalou os 25 anos da reabilitação da Comissão de Estudos Olisiponenses. Sócio da AAP desde 1971, onde exerceu, desde muito cedo, diversos cargos nos órgãos sociais. Foi membro da mesa da Secção de História entre 1972 e 1990, tendo integrado a direcção da AAP em 1975, da qual foi presidente entre 1990 e 1994, ocupando depois o cargo de presidente da mesa da Assembleia-Geral entre 1994 e 1999. De 2006 a 2008 foi secretário da Comissão de Estudos Olisiponenses.

Lisboa, 28 Março 2023

COMISSÃO DE ESTUDOS OLISIPONENSES – AAP

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2023

Tânia Manuel Casimiro¹, Guilherme Cardoso², Carlos Boavida³

¹ Presidente

² Vice-Presidente

³ Secretário

Durante o ano de 2023, as actividades desenvolvidas pela Comissão de Estudos Olisiponenses foram ainda abaixo do que havia sido frequente em anos anteriores, devido a outros afazeres profissionais por parte dos membros da mesa, o que condicionou a sua disponibilidade. Assim, a mesa da comissão reuniu apenas uma vez, no âmbito de um colóquio, em colaboração a Secção de História.

O colóquio, intitulado *Parece que foi ontem... encontro sobre arqueologias contemporâneas*, teve lugar auditório do Museu Arqueológico do Carmo no dia 20 de Maio, tendo sido apresentadas então 13 comunicações que resultaram do trabalho de 26 investigadores, a saber:

- *Porque precisamos de uma arqueologia contemporânea?* por Tânia Casimiro;
- *Bravia Chaimite: o trator da revolução. Por uma Arqueologia do 25 de Abril* por Xurxo Ayan Vila;
- *Da produção à manutenção: resultados dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos nos edifícios n.ºs 2 e 4 da Rua Maria Pia (Alcântara, Lisboa)* por Rubén Barbosa, Andreia Rodrigues, João Luís Sequeira;
- *Escondida à vista de todos: ao encontro da prostituição no registo documental e arqueológico* por Afonso Leão;
- *Arqueologia Subaquática Contemporânea – desa-*

- fos e oportunidades* por Augusto Alves Salgado;
- *Arqueologia do Lixo Religioso* por Joel Santos;
- *A Arqueologia e o objecto fotográfico: a materialidade e multitemporalidade* por Susana Pacheco;
- *Vivências quotidianas num prédio da Baixa: o caso da Rua dos Fanqueiros 122, Lisboa* por José Pedro Henriques, Tiago Pereira e Vanessa Filipe;
- *O Porto em tempos de cólera: estudo de caso do antigo Hospital da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo* por Francisca Alves Cardoso, Nicholas Marquez-Grant, André Bargão, Sílvia Casimiro, Zélia Rodrigues, Jorge Fonseca, M.ª da Graça Pereira, Vítor Fonseca, Rui Maia, Paula Mota Santos, Alexandra Esteves, Rodrigo Banha da Silva;
- *Fugir e morrer – Representação de mobilidades humanas em sepulturas contemporâneas* por Andreia Graça;
- *Arqueologia Contemporânea na visibilidade e compreensão das ontologias da Avenida de Ceuta (Lisboa)* por Raphael da Silva Corrêa;
- *Arqueologia do Isolamento Social* por João Sequeira e
- *Património e Paisagens contemporâneas* por João Marques.

Assistiram ao colóquio cerca de quatro dezenas de pessoas. (Figura 1)



Figura 1 – Cartaz de divulgação do colóquio “Parece que foi ontem... – Encontro sobre Arqueologias Contemporâneas”.

Ao longo do ano de 2023 a mesa da Comissão de Estudos Olisiponenses continuou a recolher os artigos correspondentes a conferências e comunicações apresentadas no âmbito das reuniões e colóquios organizados nos últimos anos, tendo em vista a sua publicação. Nesse aspecto, encontra-se em processo de maquetagem os textos correspondentes ao ciclo de conferências “Lisboa não é só subterrânea – 25 anos depois de uma exposição”, ocorrido em 2019 e cujas actas, tal como previsto, serão publicadas num suplemento da revista *O Arqueólogo Português*. A sua apresentação terá certamente lugar ainda durante o presente ano de 2024.

Como tem sido hábito, a Comissão tem mantido a actividade da sua página no Facebook, seguida por quase 2000 internautas, divulgando também iniciativas promovidas por outras instituições. Foram igualmente partilhadas notícias sobre arqueologia, história e património da cidade de Lisboa, bem como sobre eventos e publicações temáticas da responsabilidade de várias empresas de arqueologia, museus, arquivos e bibliotecas.

Na mesma plataforma foram sendo também dadas a conhecer edições publicadas ao longo de 2023 sobre a História e Património da cidade de Lisboa e do seu termo, presentes no álbum “Registos de Lisboa”. Entre periódicos, actas de colóquios ou congressos, catálogos de exposições e estudos monográficos, contam-se um total de vinte e oito publicações, das quais se anexa a informação bibliográfica.

ALBERTO; Edite; SILVA, Hélia (coord. edit.) (2023) – *São Vicente. Lisboa 850 anos. Comemoração dos 850 anos da chegada das relíquias de São Vicente 1173-2023*. Lisboa: Câmara Municipal.

ANTUNES, Alexandra Carvalho (2022) – *O livro do Cais das Colunas: Memória e Identidade*. Lisboa: MazuPress.

ARNAUD, José Morais; Martins, Andrea; Neves, César (coord.) (2023) – *Arqueologia em Portugal. 2023 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos.

BASTOS, Margarida Almeida; ALMEIDA, Rita Fragoso (2022) – *Uma freguesia, duas igrejas. São Sebastião da Pedreira. Nossa Senhora de Fátima. Três séculos de devoção*. Lisboa: By the Book, Junta de Freguesia das Avenidas Novas.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando; LISBOA, João Luís; MARTINS, Luís (coord. edit.) (2023) – “O Livro e o seu Tempo: lugares, matérias, formas e técnicas”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 20 – Série II. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa (disponível em <https://cadernosarquivo.cm-lisboa.pt/index.php/am/issue/view/20>).

CARDOSO, João Luís (coord.) (2023) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 32. Oeiras: Câmara Municipal.

CARDOSO, João Luís (coord.) (2023) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 33. Oeiras: Câmara Municipal.

CARVALHO, Sérgio Luís de (2023) – *Lisboa Maldita*. Lisboa: Par-sifal.

CASTELHANO, Fausto (2023) – *Benfca de outrora e a Herdade da Granja*. [S.l.]: Espaço Ulmeiro Associação Cultural.

FERNANDES, Ferreira; SARAIVA, Nuno (2023) – *Crónicas de Lisboa*. Lisboa: Edições Asa.

FERNANDES, Lúcia (coord. edit.) (2023) – *Scaena*, 4. Lisboa: Museu de Lisboa – EGEAC/CML.

FERNANDES, Paulo Almeida (coord.) (2023) – *Cidade Miniatura. A maquete de Lisboa do bombeiro Luís Pereira de Carvalho*. Catálogo da exposição. Lisboa: Museu de Lisboa – EGEAC/CML.

FERNANDES, Paulo Almeida; ALMEIDA, Rita Fragoso de (coord.) (2023) – *A Cidade Perdida. A maquete de Lisboa anterior ao terramoto de 1755*, vol. 1. Catálogo da exposição. Lisboa: Museu de Lisboa – EGEAC/CML.

FERNANDES, Paulo Almeida; SALDANHA, Sandra Costa; PEREIRA, Pedro Teotónio (coord. edit.) (2023) – *Vita Prima. Santo António em Portugal*. Catálogo da exposição. Lisboa: Museu de Lisboa – EGEAC/CML.

FILIFE, Victor (2023) – *Olisipo (Lisboa), o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio*. Lisboa: Uniarq, AAP (Colecção Estudos & Memórias, 20).

GONÇALVES, Sara (2023) – *Cemitérios de Lisboa – Boletim Cultural dos Cemitérios de Lisboa*, 1. Lisboa: Divisão de Gestão Cemiterial/CML.

GONÇALVES, Sara (2023) – *Cemitérios de Lisboa – Boletim Cultural dos Cemitérios de Lisboa*, 2. Lisboa: Divisão de Gestão Cemiterial/CML.

NETO, Maria João (2023) – *A Catedral de Lisboa e os seus restaurados*. Lisboa: Caleidoscópio.

RAMALHO, Margarida de Magalhães (2023) – *José Sarmento de Matos. Abastecedor de Memórias*. Lisboa: Imprensa Nacional.

RAPOSO, Jorge (dir.) (2023) – *Al-Madan Online*, 26.1. Almada: Centro de Arqueologia de Almada – disponível em https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline26_1.

RAPOSO, Jorge (dir.) (2023) – *Al-Madan Online*, 26.2. Almada: Centro de Arqueologia de Almada – disponível em https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline26_2.

RAPOSO, Jorge (dir.) (2023) – *Al-Madan*, 26. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.

REAL, Luís Corte (2023) – *Lisboa Noir. O ano louco de 1928*. Lisboa: Saída de Emergência.

SANTOS, Fernando Teigão; COSTA, Pedro (2023) – *Lisboa Subterrânea: em busca das nascentes das Águas Livres*. Lisboa: Caleidoscópio.

VOLTAIRE, M. de (2023) – *Poema sobre o desastre de Lisboa em 1755 seguido de Poema sobre a Lei Natural*. Trad. Hugo Barros. Lisboa: Edições 70.

WAA (2022) – *Poetas de Lisboa. Camões, Cesário, Sá-Carneiro, Florbela e Pessoa*. [S. l.]: Shantarin.

WAA (2023) – “Brasil: 200 anos de Independência (1822-2022)”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 19 – Série II. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa (disponível em <https://cadernosarquivo.cm-lisboa.pt/index.php/am/issue/view/19>).

WAA (2023) – *Políticas de habitação em Lisboa, da Monarquia à Democracia*. Lisboa: Câmara Municipal. (



Figura 2 – Publicações sobre a História e Património da cidade de Lisboa editadas durante o ano de 2023.

A mesa da Comissão de Estudos Olisiponenses integrou, como tem vindo a ser habitual, a Comissão Executiva do IV Congresso de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Nesse âmbito, foram também divulgados através da página do Facebook da Comissão os artigos apresentados naquele evento relacionados com a área da Grande Lisboa.

Os membros da mesa desta comissão agradecem

aos funcionários e colaboradores do Museu Arqueológico do Carmo e da Associação dos Arqueólogos Portugueses pelo seu apoio no desenvolvimento das actividades organizadas. Os agradecimentos são também para todos os participantes naquelas, tanto oradores como assistentes, pois sem eles nada teria sido possível.

Lisboa, 20 Março 2024

COMISSÃO DE HERÁLDICA - AAP

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

DO ANO 2022

Lina Oliveira

Secretária da Comissão de Heráldica

A Comissão de Heráldica retomou as suas atividades, no que diz respeito a análise de processos e emissão de Pareceres em reuniões presenciais a partir de outubro de 2022, tendo sido anteriormente feitas *on line* e de forma digital, em virtude dos constrangimentos provocados pela pandemia COVID-19.

As atividades da Comissão de Heráldica centraram-se, fundamentalmente, na emissão de Pareceres sobre os símbolos heráldicos solicitados por diversas autarquias, maioritariamente as que resultaram da reorganização administrativa do território, consubstanciadas nas Leis nº 22/2012, de 30 de maio, e nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, e ainda respostas a dúvidas, retificações e reapreciação de processos, com emissão de novos Pareceres, sempre que se consideraram pertinentes. Desta forma, foram emitidos durante o ano em análise um total de 15 Pareceres.

Para 2023, a Comissão de Heráldica vai prosseguir a sua atividade dando a melhor resposta possível e atempada a todas as solicitações recebidas, dando ainda continuidade aos trabalhos de organização do espólio e sua introdução na base de dados do fundo documental dedicado ao arquivo da Comissão.

COMISSÃO DE HERÁLDICA - AAP

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

DO ANO 2023

Lina Oliveira

Secretária da Comissão de Heráldica

Durante o presente ano de 2023, as atividades da Comissão de Heráldica centraram-se, fundamentalmente, na emissão de pareceres sobre os símbolos heráldicos solicitados por diversas autarquias, maioritariamente as que resultaram da reorganização administrativa do território, consubstanciadas nas Leis nº 22/2012, de 30 de maio, e nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, e ainda respostas a dúvidas, retificações e reapreciação de processos, com emissão de novos pareceres, sempre que se consideraram pertinentes.

Neste âmbito foram emitidos durante o ano em análise, um total de 9 novos pareceres.

Para 2024, a Comissão de Heráldica vai prosseguir a sua atividade oferecendo a melhor resposta possível e atempada a todas as solicitações recebidas, dando ainda continuidade aos trabalhos de organização do espólio e sua introdução na base de dados do fundo documental respeitante ao arquivo da Comissão.

VILA NOVA DE SÃO PEDRO – DE NOVO NO 3º MILÉNIO (VN3000) RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2022

Andrea Martins †¹, Mariana Diniz², José Morais Arnaud³, César Neves⁴

¹ Fundação para a Ciência e Tecnologia / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses

² UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses

³ Associação dos Arqueólogos Portugueses

⁴ Associação dos Arqueólogos Portugueses / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

0. INTRODUÇÃO

No âmbito do Projecto de Investigação *Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (2) – VN3000*, as actividades desenvolvidas no ano de 2022 organizaram-se entre as seguintes temáticas:

1. Intervenção arqueológica – 4ª campanha
2. Publicações
3. Apresentações científicas
4. Arqueologia pública e disseminação do conhecimento
5. Espólio Arqueológico – Colecção VN3000 em Museus
6. Diálogos no 3º Milénio

1. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA – 5ª CAMPANHA

No sítio arqueológico:

Durante todo o mês de Julho de 2022, no âmbito do projecto VN3000. Ao longo de quatro semanas, 13 alunos de Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto Politécnico de

Tomar, participaram em todas as tarefas programadas, nomeadamente na escavação arqueológica, trabalho de laboratório e, também, diversas acções no âmbito da Arqueologia Pública, nomeadamente no Dia Aberto (27 de Julho).

Objectivos da campanha de 2022:

- Alargamento da Sondagem 1 da Área 1, procurando definir limites e método construtivo da “2ª” linha de Muralha de VN3000 e de uma possível entrada;
- Realização de novas sondagens arqueológicas na Área 2 e 3 (sondagem 1 da Área 2 e sondagens 5 e 6 da Área 3), procurando caracterizar os reais limites da ocupação humana de VN3000, através da identificação de níveis arqueológicos preservados, à imagem do sucedido nas sondagens 1 e 2 da Área 3;
- Monitorização do estado de conservação do sítio arqueológico, através de acções de limpeza, menos frequentes, apenas abrangendo espaços de futura intervenção arqueológica que possam ajudar a responder a questões relacionadas com a arquitectura do povoado, ou onde as acções de registo ainda não estejam finalizadas;

Na “2ª” linha de muralha, procedeu-se ao alargamento de 2m para Norte de toda a extensão da sondagem 1. Aqui, os trabalhos desenvolvidos durante esta campanha, além de permitirem identificar mais uma zona desta estrutura, possibilitaram confirmar algumas das leituras realizadas anteriormente. De igual modo, e uma vez que foi possível alcançar o substrato geológico, observou-se o método construtivo desta realidade, os níveis de ocupação calcólica que estão associados, assim como de todo o processo pós-deposicional criado após o seu abandono e ou desactivação.

O material arqueológico surge, novamente, em número assinalável, destacando-se a sua dimensão e bom estado nas unidades estratigráficas referentes a níveis arqueológicos. Destaca-se a presença de cerâmica lisa, pesos de tear, alguma pedra lascada, associada a muitos restos faunísticos. Todos os depósitos foram integralmente crivados, com excepção das amostras de sedimento recolhidas, para futura análise, à imagem do que se tem vindo a proceder desde 2017.

Nas plataformas Norte e Sudeste, realizaram-se duas novas sondagens, em áreas exteriores ao Reduto Central das linhas de muralha identificadas até ao momento. No total, foram escavados 24m².

Apesar da identificação e recolha de restos faunísticos e de materiais arqueológicos claramente enqua-

drados com a temática crono-cultural de Vila Nova de São Pedro, não foi possível identificar contextos estratigráficos preservados. Os espaços intervencionados vieram a revelar-se com escassa potência estratigráfica ou, em um dos casos, com forte perturbação antrópica de cronologia contemporânea, em resultado de trabalhos agrícolas aqui realizados e que terão removido possíveis testemunhos de ocupação antiga.

Tal como nas restantes sondagens, os depósitos foram integralmente crivados.

Inserido nos trabalhos da sua segunda estância de investigação na UNIARQ, Elena Cabrera (Universidade de Cádiz, Espanha) deu continuidade ao levantamento fotogramétrico de VNSP, focando-se nas restantes linhas da fortificação, tendo em vista a reconstrução 3D do lugar, o que possibilita novas abordagens científicas e museográficas no estudo deste povoado.

Um mês depois da finalização da escavação arqueológica referente à 5ª campanha, a 7 de Setembro, procedeu-se ao um novo registo fotográfico e por vídeo de Drone, tudo georreferenciado para actualização da ortofotogrametria de VNSP, 3 anos depois do primeiro registo desta natureza.

Os dados referentes à intervenção arqueológica realizada em VNSP encontram-se descritos no Relatório do PATA, entregue na DGPC (Figura 1).



Figura 1 – Campanha 2022 em VNSP.

2. PUBLICAÇÕES

Foram publicados sete trabalhos científicos durante o ano de 2022 cumprindo, deste modo, as normativas do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, disponibilizando a toda a comunidade os resultados dos trabalhos efectuados até ao momento.

Os textos publicados incidem, maioritariamente, sobre os trabalhos arqueológicos realizados em VN3P, no âmbito deste projecto. No entanto, destacam-se estudos complementares em torno das matérias-primas utilizadas numa categoria artefactual específica (calcário – objectos cilíndricos), numa análise interdisciplinar com colegas do Instituto Superior Técnico, assim como a abordagem à arquitectura de VN3P. Estes dois trabalhos foram publicados em obras com arbitragem científica.

DINIZ, Mariana; MARTINS, Andrea; NEVES, César e ARNAUD, José M. (2022) – Where there is Power, there is Fear. Muralhas calcolíticas, medo, poder e mecanismos exibição – o caso de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). Sanches, Maria de Jesus; Barbosa, Maria Helena & Teixeira, Joana Castro (coords.), *Romper Fronteiras, Atravessar Territórios. Identidades e Intercâmbios da Pré-História Recente no Interior da Península Ibérica*. Porto, CITCEM, pp.109-137.

RODRIGUES, Ana Luísa; MARQUES, Rosa; DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel; RUSSO, Dulce; DINIZ, Mariana; MARTINS, Andrea; NEVES, César; KASZTOVSZKY, Zsolt; HARSÁNYI, Ildiko; SZILÁGYI, Veronika; KOVÁCS, Imre; SZÖKEFALVI-NAGY, Zoltán (2022) – Fingerprinting pre-historical symbolic artefacts by a non-destructive methodological approach, *Journal of Radioanalytical and Nuclear Chemistry*, Springer, 1588-2780. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10967-022-08444-5>.

NEVES, César; ARNAUD, José M.; DINIZ, Mariana; MARTINS, Andrea (2022) – O povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). Notas sobre a campanha de escavação de 2019, *Arqueologia & História*, Vol. 71-72, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 159-184.

MARTINS, Andrea; DINIZ, Mariana; ARNAUD, José M.; NEVES, César (2022) – Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VN3P 3000): relatório de actividades do ano 2019, *Arqueologia & História*, vol.71-72, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 299-305.

MARTINS, Andrea; DINIZ, Mariana; ARNAUD, José M.; NEVES, César (2022) – Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VN3P 3000): relatório de actividades do ano 2020, *Arqueologia & História*, vol.71-72, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 307-313.

MARTINS, Andrea; DINIZ, Mariana; ARNAUD, José M.; NEVES, César (2022) – Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio

(VN3P 3000): relatório de actividades do ano 2021, *Arqueologia & História*, vol.73, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 361-376.

DINIZ, Mariana; MARTINS, Andrea; NEVES, César e ARNAUD, José M. (2022) – Colóquio Internacional – “Vila Nova de São Pedro – 1971/2021 – Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular. *Almadan-online*, 25, Tomo 2, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 121-123.

3. APRESENTAÇÕES CIENTÍFICAS

Durante o ano de 2022 efectuaram-se quatro apresentações públicas, relativas aos trabalhos desenvolvidos pela equipa do projecto VN3P3000. As apresentações decorreram em encontros científicos internacionais, mas, também, em eventos para um público não especializado (quer em modo presencial como online), destacando-se, neste particular, a participação num Festival organizado pela Comissão Europeia (em Bruxelas), fruto da participação, como investigadores, no projecto internacional Euroweb.

Algumas destas comunicações encontram-se disponíveis online, em canais Youtube, Instagram ou Facebook das diversas instituições, contribuindo assim para os pressupostos da Ciência Cidadã e disponibilização de toda a informação à comunidade.

– *Muros e Muralhas: medo e pragmatismo no 3.º milénio a.C. em torno, e para além, dos dados arqueológicos*

Autores: Mariana Diniz

Conferência Aberta (online). ADECAP e SPAE.

22 de Outubro de 2022.

– *Move your body: The human body in the 3rd millennium BC – from naturalism to schematism in the Southwest of the Iberian Peninsula*

Autores: Andrea Martins

VII Congreso Internacional “El arte de las sociedades prehistóricas. Cuenca (Espanha). 20 de Outubro de 2022.

– *To do or... to do! From the Chalcolithic to the Carmo Archaeological Museum: experimental and public archaeology*

Autores: Andrea Martins, Pedro Cura, César Neves, Joana Carrondo, Mariana Diniz e José M. Arnaud
28th Annual Meeting of the European Association of Archaeologists in Budapest 2022. 1 de Setembro de 2022.

– *Weaving in the 3rd millenium: the example of Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal)*

Autores: Pedro Cura, César Neves, Andrea Martins, Joana Carrondo, José M. Arnaud e Mariana Diniz
Festival of the New European Bauhaus. Comissão Europeia, Bruxelas (Bélgica), 9-12 de Junho 2022.

4. ARQUEOLOGIA PÚBLICA E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

No âmbito da Arqueologia Pública e a Preservação da Memória – importantes linhas de acção do projecto VN^{SP}3000 – as principais acções tiveram lugar durante o período de escavação em Vila Nova de São Pedro.

Dada a proximidade estreita com os públicos visitantes e em particular com os habitantes de Torre Penalva e Vila Nova de São Pedro – realizaram-se visitas guiadas destacando-se, a 27 de Julho, o Dia Aberto. Neste dia, o sítio arqueológico recebeu a visita de várias centenas de pessoas – com especial destaque para as crianças do concelho da Azambuja que participam no programa “Férias Ativas”, promovido pela autarquia. Esta acção, que se desenrola desde da 1^a campanha, permite a transmissão, a todos os visitantes, dos resultados da investigação em curso, assim como um breve percurso histórico em torno deste Monumento Nacional.

Também nesse dia decorreu, no recinto da Junta de Freguesia de Vila Nova de São Pedro, uma refeição Pré-histórica – *Gastronomia Calcolítica*, feita em colaboração com os investigadores do projecto Pedro Cura e Joana Carrondo (Pre & Historic Skills), e na qual os alunos tiveram contacto directo com metodologias, materiais e técnicas relacionadas com a preparação de alimentos. Esta refeição foi aberta a comunidades tendo estado presentes cerca de 150 participantes.

Com o objectivo de continuar a reunir e a recuperar as memórias locais, retomou-se a recolha de novos depoimentos orais de alguns dos trabalhadores das campanhas realizadas no século XX, dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, bem como a outros habitantes de Vila Nova de São Pedro. Esta recolha tem sido interligada com o registo fotográfico existente, procurando criar um “museu vivo”, com som e imagem, dos intervenientes nas antigas escavações.

Enquadrado nos pressupostos da Ciência Aberta, promoveu-se a constante actualização do site de Vila Nova de São Pedro. Este instrumento científico encontra-se organizado de forma a disponibilizar a tod@s a informação actualmente disponível sobre Vila Nova de São Pedro, não apenas sobre o projecto VN^{SP}3000,

mas funcionando como um repositório de outros trabalhos que incidam sobre o sítio.

Encontra-se em constante reformulação, com adição de novos conteúdos, sendo um local onde estão depositados todos os dados do projecto VN^{SP}3000, desde as referências bibliográficas, conteúdos da escavação, bem como os vídeos produzidos no âmbito da “Recuperação das Memórias de VN^{SP}”. Pode ser consultado em: <https://vnsp.arqueologos.pt/>.

As acções do projecto VN^{SP} 3000 têm continuado a ser, igualmente, partilhadas através das plataformas digitais próprias das instituições que participam no projecto (AAP/MAC, UNIARQ e CM Azambuja), com particular destaque na página oficial de Facebook e Instagram de VN^{SP} 3000:

<https://www.facebook.com/vnsp3000>

<https://www.instagram.com/vnsp3000/>

A divulgação e a comunicação com outros públicos foram igualmente produzidas através de entrevistas e reportagens dadas a meios de comunicação de tiragem Regional e Nacional:

Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque reabriu na Azambuja com sala dedicada a VN^{SP} Comércio e Notícias – Setembro

Reabertura do Museu Municipal da Azambuja – Sala Vila Nova de São Pedro
CM Azambuja – Setembro

Ministro da Cultura apadrinhou reabertura do Museu Sebastião Mateus Arenque
Fundamental Diário – Setembro

Transformação do leite em Vila Nova de São Pedro – Revolução dos Produtos Secundários
Valor Local – Setembro

Dia Aberto e Refeição pré-histórica em VN^{SP}
CM Azambuja – Julho

Refeição pré-histórica
Fundamental Diário – 30 Julho

Vila Nova de São Pedro – Dia Aberto e Refeição Pré-Histórica
Portugal em Directo (RTP 1) – 27 de Julho

Escavação VN^{SP}3000 – Dia Aberto
Viral Agenda – 27 Julho

Dia Aberto em Vila Nova de São Pedro
Tejo – 25 Julho

<https://www.uniarq.net/uniarqdigital67.html>
<https://www.uniarq.net/uniarqdigital68.html>

Vila Nova de São Pedro à disposição de todos para visitas arqueológicas
Fundamental Diário – 21 Julho

No âmbito das actividades educativas do Museu Arqueológico do Carmo foi planeado para 2022 e 2023 um ciclo de workshops de Arqueologia Experimental intitulado “Oficina do Carmo”, em colaboração com a Pre & Historic Skills. Alguns destes workshops foram desenvolvidos a partir de artefactos existentes na colecção de Vila Nova de São Pedro, mostrando técnicas, matérias-primas e tipologias calcolíticas a um público não especialista. Em 2022 decorreu a 26 de Novembro o workshop das Placas de Xisto, no qual os participantes puderam fazer uma placa inspirada nas placas de Vila Nova de São Pedro.

Dia do Castro
Correio da Azambuja – 21 Julho

Escavação VN3000 – Dia Aberto
Mais Ribatejo – 21 Julho

Escavação VN3000 – Dia Aberto
Notícias do Ribatejo – 20 Julho

5. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO – COLECÇÃO VN3000 EM MUSEUS

Dia Aberto em Vila Nova de São Pedro
CM Azambuja – Julho

5.1. Museu Arqueológico do Carmo (MAC)

Visita guiada a Vila Nova de São Pedro
CM Azambuja – 19 Abril

Em 2022, deu-se continuidade ao tratamento e estudo dos materiais arqueológicos provenientes de Vila Nova de São Pedro que se encontram depositados nas reservas do Museu Arqueológico do Carmo e, também, resultantes das intervenções arqueológicas aí realizadas pelo projecto VN3000. Estes trabalhos têm contado com a colaboração de alunos de Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, bem como de outros investigadores do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Visita guiada ao Castro de Vila Nova de São Pedro
O Mirante – 16 Abril

Visita guiada a Vila Nova de São Pedro no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios
Fundamental Diário – 13 Abril

Visita guiada a Vila Nova de São Pedro
Correio da Azambuja – 13 Abril

Município de Azambuja e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa assinaram protocolo de colaboração

Câmara Municipal da Azambuja – Março

Paralelamente, e recorrendo a uma plataforma de Divulgação a cargo da UNIARQ, elaboraram-se sete textos para cinco edições distintas (nº 61, 62, 66, 67, 68 – Março, Abril, Agosto, Setembro e Outubro), da *Uniarq Digital*, abordando temas como: protocolo entre CM Azambuja e Faculdade de Letras da UL; materiais arqueológicos; workshop de fotogrametria pela investigadora do projecto Elena Cabrera; campanha de escavação em VN3000; inauguração da sala VN3000 do Museu Municipal da Azambuja;

Os trabalhos de campo em 2022 fizeram com que parte do tempo tivesse destinado a:

- Arrumação, lavagem e separação dos artefactos recolhidos nessa campanha;
- Desenho dos principais artefactos arqueológicos;
- Tratamento gráfico dos registos efectuados na escavação;

Todas as tarefas foram desenvolvidas no Depósito MAC.

Trabalhos Académicos:

Tema: *Comunicação e Ciência: A página da Wikipédia de Vila Nova de São Pedro*

Trabalho de conclusão de Licenciatura – Seminário de

Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Autor: Kécia de Sousa Costa

Orientação: Mariana Diniz e Andrea Martins

<https://www.uniarq.net/uniarqdigital61.html>

<https://www.uniarq.net/uniarqdigital62.html>

<https://www.uniarq.net/uniarqdigital66.html>

Em preparação:

Tema: *As queijeiras do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro: perspectivas de uma intensificação e diversificação económica durante o 3º milénio AC no sul de Portugal*

Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Autor: Lucas Barrozo

Orientação: Mariana Diniz e Andrea Martins

Ano lectivo: 2021/2022

Tema: *Parque Arqueológico de Vila Nova de São Pedro: uma viagem pelo Calcolítico*

Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Autor: Carlota Sousa

Orientação: Mariana Diniz e Andrea Martins

Ano lectivo: 2021/2022

Tema: *Recursos digitais aplicados à componente artefactual de Vila Nova de São Pedro – os modelos 3D*

Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Seminário de Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Autor: Catarina Gomes

Orientação: Mariana Diniz

Ano lectivo: 2020/2022

5.2. Museu Municipal Hipólito Cabaço

Este conjunto artefactual, à guarda da CM de Alenquer e entregue provisoriamente à AAP, corresponde a uma parte significativa das recolhas realizadas nas escavações em VNSP, dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay. À imagem do que vem sendo realizado com o MAC, o estudo e conhecimento destas colecções apresenta-se como um dos pontos essenciais do projecto, uma vez que o espólio é bastante numeroso e a sua análise será fundamental para caracterizar as comunidades calcolíticas que residiram neste sítio, bem como para perceber as distintas fases de ocupação que espaço teve. Uma vez que a metodologia adoptada nas antigas escavações apresenta limitações ao nível do correcto conhecimento da proveniência estratigráfica dos artefactos, a caracterização dos mesmos poderá ajudar a reconhecer os distintos espaços crono-culturais que o sítio terá presenciado.

Em 2022, todos os artefactos foram limpos, individualizados, acondicionados, separados por tecnologia/matéria-prima (cerâmica, pedra lascada, pedra polida/afeiçoada, metal, material em osso, etc), e,

dentro dessas categorias, por tipologia (lamelas, lâminas, pontas de seta, cossoiros, pesos de tear, alfinetes, furadores, etc). A colecção encontra-se, igualmente contabilizada, estando tudo preparado para prosseguir o seu inventário e análise. Procedeu-se, ainda, a algumas colagens, nomeadamente nos Pesos de Tear devido ao mau acondicionamento com que vieram para o MAC e à presença de reconstituições antigas que, entretanto, cederam.

Trabalhos Académicos:

Tema: *Pedra polida em Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal): os machados da colecção do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer)*

Trabalho de conclusão de Licenciatura – Seminário de Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Autor: Diogo Oliveira

Orientação: Mariana Diniz

Ano lectivo: 2021/2022

5.3 Sala do Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque – Azambuja

Desde 2021, a equipa de VN3000 coordena cientificamente a sala de Vila Nova de São Pedro no Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque. Após o inventário e registo artefactual, realizado em 2021, do espólio de VN3000 à guarda dessa instituição, 2022 fica marcado pelo contributo do projecto na idealização e montagem da sala.

O Museu foi (re)inaugurado a 17 de Setembro, contando com a presença do sr. Ministro da Cultura (Figura 2).

5.4 Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

No cumprimento da tarefa preconizada no projecto de localizar a colecção de VN3000 espalhada por diversas instituições, contactou-se o Museu Municipal de Vila Franca de Xira com o intuito de se aceder ao espólio deste sítio aí depositado. Após aprovação, visitou-se as instalações do Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX), e do Museu Municipal do Mártir Santo e, conduzido pelo arqueólogo Henrique Mendes, procedeu-se, logo aí, ao inventário e registo gráfico e fotográfico das peças de VN3000.

O registo e estudo dos 149 elementos de VN3000 à guarda do município de Vila Franca de Xira serão alvo de apresentação e publicação no próximo IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que terá lugar no próximo mês de Novembro na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Figura 3).



Figura 2 – Sala de Vila Nova de São Pedro no Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque.



Figura 3 – Trabalhos de inventário e registo de espólio proveniente de VNSP à guarda do Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX), e do Museu Municipal do Mártir Santo.

6. DIÁLOGOS NO 3º MILÉNIO

No 3º milénio AC, a Península Ibérica viveu um momento único de aceleração social, constituído por dinâmicas que procuramos reconstituir através da arqueologia. Definir a teia complexa de relações estabelecidas entre territórios e sítios, causa e consequência dessa aceleração, é o objectivo nuclear da plataforma *Diálogos no 3º milénio*, que (re)une o Alentejo e a Estremadura, os sítios de Perdigões e Vila Nova de São Pedro, continuando, no Presente, os diálogos do Passado.

O Projecto Perdigões e o Projecto VNSP3000 visam, com esta parceria, a partilha de conhecimento, metodologias e linhas de investigação.

Permitindo o intercâmbio de pessoas, ideias e tecnologias; reunindo investigadores do NIA-ERA Arqueologia, da UNIARQ-Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da Associação dos Arqueólogos Portugueses e de outras instituições que colaboram em ambos os projectos, esta iniciativa combina de forma pioneira perspectivas empresariais, universitárias e associativas.

A primeira atividade dos *Diálogos* ocorreu a 19 e 22 de Julho, com ambas equipas a realizarem visitas aos trabalhos de campo em curso em Vila Nova de São Pedro e Perdigões, respectivamente, dando início à partilha de conhecimento, metodologias e linhas de investigação em torno do Calcolítico peninsular.

VILA NOVA DE SÃO PEDRO – DE NOVO NO 3º MILÉNIO (VNSP3000) RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2023

Andrea Martins ^{†1}, Mariana Diniz², José Morais Arnaud³, César Neves⁴

¹ Fundação para a Ciência e Tecnologia / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses

² UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses

³ Associação dos Arqueólogos Portugueses

⁴ Associação dos Arqueólogos Portugueses / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

0. INTRODUÇÃO

No âmbito do Projecto de Investigação *Vila Nova de São Pedro - de novo no 3º milénio (2) – VNSP 3000*, as actividades desenvolvidas no ano de 2023 organizaram-se entre as seguintes temáticas:

1. Intervenção arqueológica
 - 1.1. 6ª campanha
 - 1.2. Acompanhamento Arqueológico
2. Publicações
3. Apresentações científicas
4. Arqueologia pública e disseminação do conhecimento
5. Espólio Arqueológico – Colecção VNSP em Museus
6. Diálogos no 3º Milénio

1. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

1.1. 6ª campanha

No sítio arqueológico:

Ao longo de três semanas (entre 3 e 21 de Julho de

2023), dirigidos pelos signatários, 10 alunos de Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, participaram em todas as tarefas programadas, nomeadamente na escavação arqueológica, registo de campo, trabalho de laboratório e, também, diversas acções no âmbito da Arqueologia Pública, nomeadamente no Dia Aberto (13 de Julho).

Objectivos da campanha de 2023:

- Realização de uma nova sondagem arqueológicas na Área 1 (sondagem 2 da Área 1), procurando caracterizar o traçado da “2ª” linha de Muralha, através da identificação de níveis arqueológicos preservados, à imagem do sucedido na sondagem 1 da Área 1;
- Monitorização do estado de conservação do sítio arqueológico, através de acções de limpeza, menos frequentes, apenas abrangendo espaços de futura intervenção arqueológica que possam ajudar a responder a questões relacionadas com a arquitectura do povoado, ou onde as acções de registo ainda não estejam finalizadas;

A sondagem 2 da Área 1 tem uma dimensão de 4x6m e foi aberta por meios manuais. Os trabalhos desenvolvidos durante esta campanha, apesar de permitirem identificar mais uma zona da “2ª” linha de Muralha, revelaram uma área mais afectada por bioturbação vegetal o que condicionou a velocidade do processo de escavação,

Sem conseguir, ainda, alcançar o substrato geológico ou a base onde se construiu esta estrutura, foi possível observar o topo conservado e o traçado que parece desenvolver-se nesta zona específica, assim como de todo o processo pós-deposicional criado após o seu abandono ou desactivação.

Todos os depósitos foram integralmente crivados, com excepção das amostras de sedimento recolhidas, para futura análise, à imagem do que se tem vindo a proceder desde 2017.

Apesar da escassez de materiais arqueológicos e de restos faunísticos, os dados arqueológicos são claramente compatíveis com a temática crono-cultural de Vila Nova de São Pedro.

Face aos resultados, retomaremos a escavação desta sondagem na próxima campanha de escavação em VNSP.

Os dados referentes à intervenção arqueológica realizada em VNSP encontram-se descritos no Relatório do PATA, entregue à tutela (Figura 1).



Figura 1 – Campanha 2023 em VNSP.

1.2. Acompanhamento Arqueológico – Contenção dos Taludes do Reduto Central

Entre os dias 26 de Novembro e 1 de Dezembro de 2023, teve lugar a obra de *Contenção dos Taludes do Reduto Central* no sítio arqueológico Vila Nova de São Pedro, Azambuja (CNS 190 - Monumento Nacional).

Esta empreitada, promovida pela CM Azambuja e executada pela EON/Irmãs Moreira Caetano Lda., foi acompanhada arqueologicamente pelos responsáveis científicos do projecto de investigação intitulado Vila Nova de São Pedro – de novo, no 3º milénio – VNSP 3000.

A intervenção consistiu na seguinte acção: consolidação/protecção emergente, com carácter provisório, das estruturas arqueológicas do “Reduto Central”, nomeadamente o pano de muralha, de Vila Nova de São Pedro.

A proposta adoptada pelo dono de obra e pela empresa responsável procurou garantir a integridade física das estruturas localizadas a Oeste, Norte e Este do “Reduto Central”, não condicionando a intervenção – obrigatória – de conservação e restauro no futuro.

O acompanhamento arqueológico abrangeu a observação directa de todas as acções da empreitada que revolvessem o solo ou pudessem colocar em risco físico qualquer uma das realidades arqueológicas presentes no “Reduto Central” de Vila Nova de São Pedro, como as muralhas ou a estruturas negativas aí presentes.

Na maioria dos casos, as acções não permitiram a observação de níveis ou estruturas preservadas. No entanto, em um dos casos, pode-se ter observado parte da área interna da muralha que não se encontra à vista e que deverá estar *in situ* arqueológico. Esta realidade (blocos pétreos de grande dimensão e argamassa como ligante), não foi removida, tendo sido integralmente registada e salvaguardada no seu sítio.

Paralelamente, foram recolhidos escassos materiais arqueológicos (cerâmicas).

Este trabalho enquadrou-se num Pedido de Autorização de categoria B do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos – “ações de valorização decorrentes de projetos de investigação a desenvolver em monumentos, conjuntos e sítios que visem essencialmente a divulgação e fruição pública do património arqueológico, com vista à sensibilização e educação patrimonial”. Insere-se no PIPA VNSP3000.2 aprovado pelo vosso instituto (ofício S-2022/598331 C.S.: 1632264), encontrando-se em vigor. Como referido anteriormente, quer em relatórios do projecto, quer no relatório produzido pela técnica da DGPC (C.S.: 1537127), depois de visita ao local, verificou-se que existem, no povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro, áreas onde as muralhas apresentam um avançado estado de degradação que, a continuar assim, poderão levar à sua derrocada.

Face ao isso, foi recomendado pela técnica da DGPC a realização de trabalhos provisórios de minimização, nomeadamente a protecção e acondicionamento de áreas na muralha que apresentassem bastantes desprendimentos, bem como a utilização de drenagem no topo da muralha desviando as águas pluviais minimizando, assim, as infiltrações no interior deste aparelho.

Estes trabalhos teriam de ser realizados por equipa de conservação e restauro, com o acompanhamento arqueológico da equipa de responsáveis do projecto VNSP3000. Face ao deficiente estado de conservação de parte das paredes internas do “Reduto Central” (considerado na bibliografia também como 1ª linha de muralha), onde o aparelho pétreo já se encontra muito reduzido ficando apenas visível a argamassa, mostrava-se urgente a realização de trabalhos de protecção, tendo em vista a salvaguarda deste troço de muralha.

Ficou preconizado a colocação de estrutura de madeira de contenção da parede, com cobertura de geotêxtil de toda a área intervencionada, bem como colocação de material de enchimento do tipo rachão para preenchimento do vazio entre o sistema de contenção e a estrutura arqueológica, permitindo a drenagem de águas. Com estes trabalhos, a parede interna do “Reduto Central”, ficava protegida dos elementos atmosféricos (fenómenos de erosão, chuva e escorrimento de água), e a ação nefasta das raízes da vegetação espontânea, impedindo que a argamassa continue a ser naturalmente removida e, conseqüentemente, o aparelho pétreo que ainda se encontra no topo da muralha.

Relativamente ao acompanhamento arqueológico e aos contextos a intervencionar no decorrer desta empreitada, reconhecia-se, à data do trabalho, que o “Reduto Central” já não deveria ter qualquer área com o seu sedimento original/arqueológico – estando no topo do substrato geológico – tendo sido, provavelmente, todo escavado no decorrer dos trabalhos arqueológicos dirigidos por Eugénio Jalhay e Afonso do Paço.

Os trabalhos de consolidação não afectaram, directamente, a muralha – a estrutura de madeira ficará a uma certa distância da parede, sendo essencialmente necessária a realização de caboucos de implantação dos postes no substrato geológico.

Como já referido, são trabalhos pontuais e provisórios de salvaguarda, antecedendo um projecto de conservação, restauro e musealização de todo sítio arqueológico.

Os dados integrais referentes a esta intervenção arqueológica realizada em VNSP encontram-se descritos no respectivo Relatório do PATA, entregue à tutela (Figura 2).



Figura 2 – Acompanhamento Arqueológico da obra de *Contenção dos Taludes do Reduto Central* no sítio arqueológico Vila Nova de São Pedro. Aspecto final.

2. PUBLICAÇÕES

Foram publicados quatro trabalhos científicos durante o ano de 2023 cumprindo, deste modo, as normativas do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, disponibilizando a toda a comunidade os resultados dos trabalhos efectuados até ao momento.

Os textos publicados incidem, maioritariamente, sobre os trabalhos arqueológicos realizados em VNSP, no âmbito deste projecto. No entanto, destacam-se estudos complementares em torno das matérias-primas utilizadas numa categoria artefactual específica (osso – objectos cilíndricos), numa análise interdisciplinar com colegas do Laboratório de Arqueociências (LARC), e da Universidade de Coimbra. Este trabalho foi publicado numa revista com arbitragem científica. Dois dos restantes artigos incidem sobre artefactos das escavações antigas que estão depositadas em instituições distintas (Museu Arqueológico do Carmo e Museu Municipal de Vila Franca de Xira), o que de-

monstra bem a disseminação da colecção de VNSP. O último trabalho corresponde a uma temática muito importante deste projecto – Arqueologia Pública e Memória Social e Colectiva de VNSP.

MARTINS, Andrea, DINIZ, Mariana, NEVES, César, & ARNAUD, José Morais (2023 – saiu em 2024) – Poblados y necrópolis en el estuario del Tajo. Primitiva Bueno Ramírez & Jorge A. Soler Díaz (Eds.), *Ídolos. Miradas Milenarias desde el extremo suroccidental de Europa. Guía catálogo*. Huelva: Museo de Huelva, Junta de Andalucía, pp. 188-191.

ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea; DINIZ, Mariana (2023) – Vila Nova de São Pedro e a Arqueologia Pública – a consolidação de um projecto através dos agentes da sua história. ARNAUD, José; NEVES, César; MARTINS, Andrea (Coords.) – *Arqueologia em Portugal 2023 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, CEEACP, CEIS20, IA-FLUC: pp. 1943-1961.

NEVES, César; ARNAUD, José M.; MARTINS, Andrea; DINIZ, Mariana (2023) – Em busca da colecção perdida (1): Vila Nova de

São Pedro no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. ARNAUD, José; NEVES, César; MARTINS, Andrea (Coords.), *Arqueologia em Portugal 2023 - Estado da Questão*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, CEEACP, CEIS20, IA-FLUC: pp. 149-166.

GONÇALVES, David; ROSA, Joana; BRANDÃO, Ana L.; MARTINS, Andrea; NEVES, César; DINIZ, Mariana; ARNAUD, José M.; MARQUES, Maria Paula M. & CARVALHO, Luís A. E. Batista de (2023) – Infrared Spectroscopy to Assess Manufacturing Procedures of Bone Artefacts from the Chalcolithic Settlement of Vila Nova de São Pedro (Portugal), *Applied Sciences* 13, nº. 14: 8280. DOI: <https://doi.org/10.3390/app13148280>.

3. APRESENTAÇÕES CIENTÍFICAS

Durante o ano de 2023 efectuaram-se quatro apresentações públicas relativas aos trabalhos desenvolvidos pela equipa do projecto VN3000. As apresentações decorreram em encontros científicos nacionais (quer em modo presencial como online), destacando-se, neste particular, a participação no *IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (22 a 24 de Novembro – FLUC), e no workshop organizado pelas equipas de VN3000 e Perdígões, intitulado *Diálogos no 3.º Milénio: Olhares Biográficos* (FLUL – 21 de Abril).

– “Vila Nova de São Pedro e a Arqueologia Pública – a consolidação de um projecto através dos agentes da sua história”

Autores: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves e Mariana Diniz

IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Faculdade de Letras da Universidade da Universidade de Coimbra. 22 Novembro 2023.

– “Em busca da colecção perdida (I): Vila Nova de São Pedro no Museu Municipal de Vila Franca de Xira”

Autores: César Neves, José M. Arnaud, Andrea Martins e Mariana Diniz

IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Faculdade de Letras da Universidade da Universidade de Coimbra. 22-24 Novembro 2023.

– “Abordagens historiográficas em Vila Nova de São Pedro – a lenta construção do objecto”

Autores: Andrea Martins, César Neves, José Morais Arnaud e Mariana Diniz

Diálogos no 3.º Milénio: Olhares Biográficos – pensar os grandes recintos como construções dinâmicas na longa duração

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (presencial e online). 21 Abril 2023.

– “A um morto nada se recusa – a (in)visibilidade da Morte em Vila Nova de São Pedro”

Autores: Mariana Diniz, Andrea Martins, César Neves e José Morais Arnaud

Diálogos no 3.º Milénio: Olhares Biográficos – pensar os grandes recintos como construções dinâmicas na longa duração

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (presencial e online). 21 Abril 2023.

4. ARQUEOLOGIA PÚBLICA E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

No âmbito da Arqueologia Pública e a Preservação da Memória – importantes linhas de acção do projecto VN3000, dada a proximidade estreita com os públicos visitantes e em particular com os habitantes de Torre Penalva e Vila Nova de São Pedro – promoveram-se, em diversos dias, visitas guiadas orientadas, destacando-se, a 13 de Julho, o Dia Aberto. Neste dia, o sítio arqueológico recebeu a visita de várias centenas de pessoas, com especial destaque para as crianças do concelho da Azambuja que participam no programa “Férias Ativas”, promovido pela autarquia.

Neste dia, foi possível a transmitir, a todos os visitantes, os resultados da investigação em curso, assim como um breve percurso histórico em torno deste Monumento Nacional.

Também nesse dia decorreu, no recinto da Junta de Freguesia de Vila Nova de São Pedro, uma refeição Pré-histórica – *Gastronomia Calcolítica*, feita em colaboração com os investigadores do projecto Pedro Cura e Joana Carrondo (Pre & Historic Skills), e na qual os alunos tiveram contacto directo com metodologias, materiais e técnicas relacionadas com a preparação de alimentos. Esta refeição foi aberta a comunidades tendo estado presentes cerca de 100 participantes.

Com o objectivo de continuar a reunir e a recuperar as memórias locais, retomou-se a recolha de novos depoimentos orais de alguns dos trabalhadores das campanhas realizadas no século XX, dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, bem como a outros habitantes de Vila Nova de São Pedro. Esta recolha tem sido interligada com o registo fotográfico existente, procurando criar um “museu vivo”, com som e imagem, dos intervenientes nas antigas escavações.

Enquadrado nos pressupostos da Ciência Aberta, promoveu-se a constante actualização do site de Vila

Nova de São Pedro. Este instrumento científico encontra-se organizado de forma a disponibilizar a tod@s a informação actualmente disponível sobre Vila Nova de São Pedro, não apenas sobre o projecto VN3000, mas funcionando como um repositório de outros trabalhos que incidam sobre o sítio.

Encontra-se em constante reformulação, com adição de novos conteúdos, sendo um local onde estão depositados todos os dados do projecto VN3000, desde as referências bibliográficas, conteúdos da escavação, bem como os vídeos produzidos no âmbito da “Recuperação das Memórias de VN3000”. Pode ser consultado em: <https://vnsp.arqueologos.pt/>.

As acções do projecto VN3000 têm continuado a ser, igualmente, partilhadas através das plataformas digitais próprias das instituições que participam no projecto (AAP/MAC, UNIARQ e CM Azambuja), com particular destaque na página oficial de Facebook e Instagram de VN3000:

<https://www.facebook.com/vnsp3000>

<https://www.instagram.com/vnsp3000/>

A divulgação e a comunicação com outros públicos foram igualmente produzidas através de entrevistas e reportagens dadas a meios de comunicação de tiragem Regional e Nacional:

Escavações no Castro de Vila Nova de São Pedro voltam a atrair centenas de curiosos

O Mirante – 28 de Julho

Dia Aberto no Castro e refeição pré-histórica trouxe centenas de pessoas a Vila Nova de São Pedro

Mais Ribatejo – 19 Julho

Vila Nova de São Pedro recebeu ‘Dia Aberto no Castro’

Correio da Azambuja – 21 Julho

Dia Aberto no Castro de Vila Nova de São Pedro com visitas e refeição pré-histórica

Notícias do Sorraia – 9 Julho

“Dia Aberto” para visitar o Castro de Vila Nova de São Pedro

O Mirante – 7 Julho

“Dia Aberto” no Castro de Vila Nova de São Pedro com visitas e refeição pré-histórica

Correio do Ribatejo – 6 Julho

Castro de Vila Nova de São Pedro aberto ao público dia 13 oferece visitas e refeição pré-histórica

Fundamental – 5 Julho

Dia Aberto ao “Castro” de Vila Nova de São Pedro com Gastronomia Calcolítica

Turisver – 30 Junho

“Dia Aberto” no Castro e refeição pré-histórica volta a levar centenas de pessoas a Vila Nova de São Pedro

Câmara Municipal da Azambuja – Julho

Paralelamente, e recorrendo a uma plataforma de Divulgação a cargo da UNIARQ, elaboraram-se três textos para três edições distintas (nº 74, 75 e 78 – Abril, Maio e Agosto), da *Uniarq Digital*, abordando temas como: campanha de escavação em VN3000; workshop *Diálogos no 3º milénio*; Arqueologia experimental no projecto VN3000.

DINIZ, Mariana (2023) – Campanha de escavações no povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), *Uniarq Digital* – Agosto 2023, <https://www.uniarq.net/uniarqdigital78.html>.

DINIZ, Mariana (2023) – Diálogos no 3º milénio, *Uniarq Digital* – Maio 2023, <https://www.uniarq.net/uniarqdigital75.html>.

MARTINS, Andrea; DINIZ, Mariana; NEVES, César (2023) – Arqueologia experimental no projecto VN3000 – As argilas e a Produção Cerâmica, *Uniarq Digital* – Abril 2023, <https://www.uniarq.net/uniarqdigital74.html>.

No âmbito das actividades educativas do Museu Arqueológico do Carmo foi planeado para 2022 e 2023 um ciclo de workshops de Arqueologia Experimental intitulado “Oficina do Carmo”, em colaboração com a Pre & Historic Skills. Alguns destes workshops foram desenvolvidos a partir de artefactos existentes na colecção de Vila Nova de São Pedro, mostrando técnicas, matérias-primas e tipologias calcolíticas a um público não especialista. Em 2023 decorreu a 21 de Janeiro o workshop de Estatuetas de Barro, e a 20 de Maio do de Produção de Queijo. Aí, os participantes (28 em cada actividade), puderam fazer réplicas inspiradas nas estatuetas de Vila Nova de São Pedro, assim como recorrerem a réplicas de “queijeiras” de VN3000 para produzirem queijo.

No mês de Maio (8 e 24 respectivamente), a UNIARQ/FLUL organizaram no Techday (momento em que os investigadores recebem formação sobre os equipamentos de campo e laboratório que estas instituições têm ao seu dispor). A parte do trabalho de

campo – Field TechDay – desenvolveu-se em comunhão com o projecto VNSP3000, pois teve como cenário o povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja).

Esta acção permitiu mais uma reunião e oportunidade de reunir um conjunto de investigadores neste sítio arqueológico, com distintas temáticas de trabalho, mas que partilham desafios metodológicos comuns.

- *Dia Internacional dos Monumento e Sítios* – Direcção de uma visita guiada livre e aberta a todos os interessados, a Vila Nova de São Pedro, intitulada *Viver no 3º milénio*, numa organização conjunta entre AAP/VNSP3000, CM Azambuja e FLUL. 17 de Abril;
- Actualização do painel informativo de VNSP que se encontra, desde 2019, colocado à entrada deste Monumento Nacional. Revisão de textos e alteração de algumas imagens. Dezembro;

5. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO – COLECÇÃO VNSP EM MUSEUS

5.1. Museu Arqueológico do Carmo (MAC)

Em 2023, deu-se continuidade ao tratamento e estudo dos materiais arqueológicos provenientes de Vila Nova de São Pedro que se encontram depositados nas reservas do Museu Arqueológico do Carmo e, também, resultantes das intervenções arqueológicas aí realizadas pelo projecto *VNSP3000*. Estes trabalhos têm contado com a colaboração de alunos de Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, bem como de outros investigadores do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Os trabalhos de campo em 2023 fizeram com que parte do tempo tivesse destinado a:

- Arrumação, lavagem e separação dos artefactos recolhidos nessa campanha;
- Desenho dos principais artefactos arqueológicos;
- Tratamento gráfico dos registos efectuados na escavação;

Todas as tarefas foram desenvolvidas no Depósito MAC.

Partindo de artefactos de VNSP à guarda do MAC, a equipa de VNSP deu início à sua participação nos seguintes projectos (e consequentes tarefas):

- *EXPLORSCHIST – Exploring exchanges routes of schist artefacts in Iberian Chalcolithic by micro*

and non-destructive analytical methods (coord. Ana Luísa Rodrigues – investigadora do Instituto Superior Técnico e colaboradora do projecto VNSP3000). Projecto IPERION HS – Integrating Platforms for the European Research Infrastructure ON Heritage Science:

- registo fotográfico da colecção de placas de xisto de VNSP;
- recolha de amostras de xisto pelo Alto Alentejo e Ribatejo/Beira Baixa (Vendas Novas; Évora; Redondo; Alandroal; Mação); com a colaboração de Patrícia Jordão (Figura 3);

– *A multi-analytical approach on Chalcolithic loom weights from Vila Nova de São Pedro (Portugal) and experimental replicas* (coord. Rosa Marques – investigadora da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa). Projecto IPERION HS – Integrating Platforms for the European Research Infrastructure ON Heritage Science:

- recolha de amostras de argila em torno de VNSP (7 barreiros distintos);
- elaboração de actividades de Arqueologia Experimental (produção da cadeia operatória toda dos Pesos de Tear de VNSP, em colaboração com Pedro Cura e Joana Carrondo), assim como registo fotográfico e gráfico de parte dos Pesos de Tear de VNSP;
- entrega das amostras no ITN (ainda sem resultados);



Figura 3 – Trabalhos de campo e recolha de amostras de xisto no âmbito do projecto *EXPLORSCHIST – Exploring exchanges routes of schist artefacts in Iberian Chalcolithic by micro and non-destructive analytical methods.*

Trabalhos Académicos:

Em preparação:

Tema: *Meios e modos de produção de uma revolução agrícola – os instrumentos de Pedra Polida do 3.º milénio AC, no Extremo Ocidente peninsular – o caso de Vila Nova de São Pedro (Azambuja)*

Dissertação de Doutoramento em Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Autora: Ana Rosa

Orientação: Mariana Diniz, Paulo Fonseca e Andrea Martins

Ano lectivo: 2023/2026

Tema: *Registo carpológico na Pré-História recente do ocidente peninsular. Estudo e caracterização preliminar da colecção de Vila Nova de São Pedro*

Trabalho de conclusão de Licenciatura – Seminário de Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Autora: Laura Brilhante

Orientação: Mariana Diniz e João Tereso

Ano lectivo: 2023/2024

Tema: *As queijeiras do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro: perspectivas de uma intensificação e diversificação económica durante o 3º milénio AC no sul de Portugal*

Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Autor: Lucas Barrozo

Orientação: Mariana Diniz e Andrea Martins

Ano lectivo: 2021/2022

Tema: *Parque Arqueológico de Vila Nova de São Pedro: uma viagem pelo Calcolítico*

Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Autor: Carlota Sousa

Orientação: Mariana Diniz e Andrea Martins

Ano lectivo: 2021/2022

Tema: *Recursos digitais aplicados à componente artefactual de Vila Nova de São Pedro – os modelos 3D*

Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Seminário de Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Autor: Catarina Gomes
Orientação: Mariana Diniz
Ano lectivo: 2020/2022

5.2. Museu Municipal Hipólito Cabaço

Este conjunto artefactual, à guarda da CM de Alenquer e entregue provisoriamente AAP, corresponde a uma parte significativa das recolhas realizadas nas escavações em VN3P, dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay. À imagem do que vem sendo realizado com o MAC, o estudo e conhecimento destas colecções apresenta-se como um dos pontos essenciais do projecto, uma vez que o espólio é bastante numeroso e a sua análise será fundamental para caracterizar as comunidades calcolíticas que residiram neste sítio, bem como para perceber as distintas fases de ocupação que espaço teve. Uma vez que a metodologia adoptada nas antigas escavações apresenta limitações ao nível do correcto conhecimento da proveniência estratigráfica dos artefactos, a caracterização dos mesmos poderá ajudar a reconhecer os distintos espaços crono-culturais que o sítio terá presenciado.

Em 2023, após contabilização da colecção, deu-se início ao seu inventário e análise.

6. DIÁLOGOS NO 3º MILÉNIO

No 3º milénio AC, a Península Ibérica viveu um momento único de aceleração social, constituído por dinâmicas que procuramos reconstituir através da arqueologia. Definir a teia complexa de relações estabelecidas entre territórios e sítios, causa e consequência dessa aceleração, é o objectivo nuclear da plataforma **Diálogos no 3º milénio**, que (re)une o Alentejo e a Estremadura, os sítios de Perdigões e Vila Nova de São Pedro, continuando, no Presente, os diálogos do Passado.

O Projecto Perdigões e o Projecto VN3P3000 visam, com esta parceria, a partilha de conhecimento, metodologias e linhas de investigação.

Permitindo o intercâmbio de pessoas, ideias e tecnologias; reunindo investigadores do NIA-ERA Arqueologia, da UNIARQ-Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da Associação dos Arqueólogos Portugueses e de outras instituições que colaboram em ambos os projectos, esta iniciativa combina de forma pioneira perspectivas empresariais, universitárias e associativas.

Após um primeiro ano de atividade dos *Diálogos* (reportado num relatório de actividades do PIPA relativo a 2022), no dia 21 de Abril de 2023, as equipas de VN3P e Perdigões co-organizaram e participaram no

workshop *Diálogos no 3.º Milénio: Olhares Biográficos – pensar os grandes recintos como construções dinâmicas na longa duração*, que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (presencial e online). O programa foi o seguinte:

9.30

Apresentação do workshop

9.45

António Valera – “Abordagens biográficas e múltiplas nos Perdigões: do sítio ao objecto”

10.10

Andrea Martins, César Neves, Mariana Diniz, José M. Arnaud – “Abordagens historiográficas em Vila Nova de São Pedro – a lenta construção do objecto”

10.35

Pausa – café

11.00

Nelson Almeida – “Diacronias, sincronias e anacronias? O contributo arqueofaunístico para a biografia dos Perdigões.”

11.25

Cleia Detry – “A Fauna de Vila Nova de São Pedro – recuperar uma biografia truncada?”

11.50 – 13.00

Debate

13.00 – 15.00

Almoço

15.00

Ana Catarina Basílio – “Uma pedra no assunto? Processos de petrificação do final do 3º milénio A.C. nos Perdigões”

15.25

Patrícia Jordão – “Pedras em Movimento – as rotas dos materiais líticos em Vila Nova de São Pedro”

15.50

Pausa

16.10

Lucy Evangelista – “BIO. Biologia e Biografias: uma abordagem a partir dos contextos funerários dos Perdigões”

16.35

Mariana Diniz, Andrea Martins, César Neves e José M. Arnaud – “A um morto nada se recusa – a (in)visibilidade da Morte em Vila Nova de São Pedro”

17.00 – 19.00

Debate e perspectivas de futuro

No fim, foi decidido que a equipa de investigação que dirige o Projecto Castanheiro do Vento (na pessoa dos investigadores Ana Vale e João Muralha), passam a integrar o grupo dos *Diálogos no 3º milénio*, ficando

do logo prevista uma nova sessão para a primavera do próximo ano, a ter lugar no Porto e no recinto de Castanheira do Vento (Figura 4).

The poster is divided into several sections. At the top left, a yellow box contains the title 'DIÁLOGOS NO 3º MILÉNIO' in white, bold, sans-serif font. Below this, a white box features two logos: on the left, a black silhouette of a pig inside a circle with the text 'PERDIGÕES COMPLEXO ARQUEOLÓGICO' below it; on the right, a stylized drawing of two hands holding a pig, with 'VNSP' and '3000' written below. At the bottom of this white box are logos for ERA, 25, FLUL, and uniarq. The main title 'OLHARES BIOGRÁFICOS:' is in large, bold, white font, followed by the subtitle 'PENSAR OS GRANDES RECINTOS COMO CONSTRUÇÕES DINÂMICAS NA LONGA DURAÇÃO.' in a smaller white font. Below the subtitle, the word 'PERDIGÕES' is written in yellow. The first section, 'Abordagens biográficas e múltiplas nos Perdígões: do sítio ao objecto.' by António Valera, is in white. The second, 'Diacronias, sincronias e anacronias? O contributo arqueofaunístico para a biografia dos Perdígões.' by Nelson Almeida, is also in white. The third, 'BIO. Biologia e Biografias: uma abordagem a partir dos contextos funerários dos Perdígões.' by Lucy Evangelista, is in white. The fourth, 'Uma pedra sobre o assunto? Processos de petrificação do final do 3º milénio a.C. nos Perdígões.' by Ana Catarina Basílio, is in white. The section 'VILA NOVA DE SÃO PEDRO' is in yellow. The first sub-section, 'Abordagens historiográficas em Vila Nova de São Pedro – a lenta construção do objecto.' by Andrea Martins, César Neves, Mariana Diniz e José M. Arnaud, is in white. The second, 'A Fauna de Vila Nova de São Pedro – recuperar uma biografia truncada?' by Cleia Detry, is in white. The third, 'A um morto nada se recusa – a (in)visibilidade da Morte em Vila Nova de São Pedro.' by Mariana Diniz, Andrea Martins, César Neves e José M. Arnaud, is in white. The final sub-section, 'Pedras em movimento – as rotas dos materiais líticos em Vila Nova de São Pedro.' by Patrícia Jordão, is in white. The bottom left section, 'WORKSHOP 21/04/2023', is in white and yellow. The text 'Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sala B112.B, das 9h30 às 19h00.' is in white. The text 'O encontro terá transmissão online na plataforma ZOOM. ID da reunião: 963 4601 0108 Senha de acesso: 990083' is in white.

DIÁLOGOS NO 3º MILÉNIO

OLHARES BIOGRÁFICOS:
PENSAR OS GRANDES RECINTOS COMO CONSTRUÇÕES DINÂMICAS NA LONGA DURAÇÃO.

PERDIGÕES

Abordagens biográficas e múltiplas nos Perdígões: do sítio ao objecto. António Valera

Diacronias, sincronias e anacronias? O contributo arqueofaunístico para a biografia dos Perdígões. Nelson Almeida

BIO. Biologia e Biografias: uma abordagem a partir dos contextos funerários dos Perdígões. Lucy Evangelista

Uma pedra sobre o assunto? Processos de petrificação do final do 3º milénio a.C. nos Perdígões. Ana Catarina Basílio

VILA NOVA DE SÃO PEDRO

Abordagens historiográficas em Vila Nova de São Pedro – a lenta construção do objecto. Andrea Martins, César Neves, Mariana Diniz e José M. Arnaud

A Fauna de Vila Nova de São Pedro – recuperar uma biografia truncada? Cleia Detry

A um morto nada se recusa – a (in)visibilidade da Morte em Vila Nova de São Pedro. Mariana Diniz, Andrea Martins, César Neves e José M. Arnaud

Pedras em movimento – as rotas dos materiais líticos em Vila Nova de São Pedro. Patrícia Jordão

WORKSHOP
21/04/2023

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sala B112.B, das 9h30 às 19h00.

O encontro terá transmissão online na plataforma ZOOM.
ID da reunião: 963 4601 0108
Senha de acesso: 990083

Figura 4 – Workshop *Diálogos no 3.º Milénio: Olhares Biográficos* – pensar os grandes recintos como construções dinâmicas na longa duração.



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2025

www.arqueologos.pt